

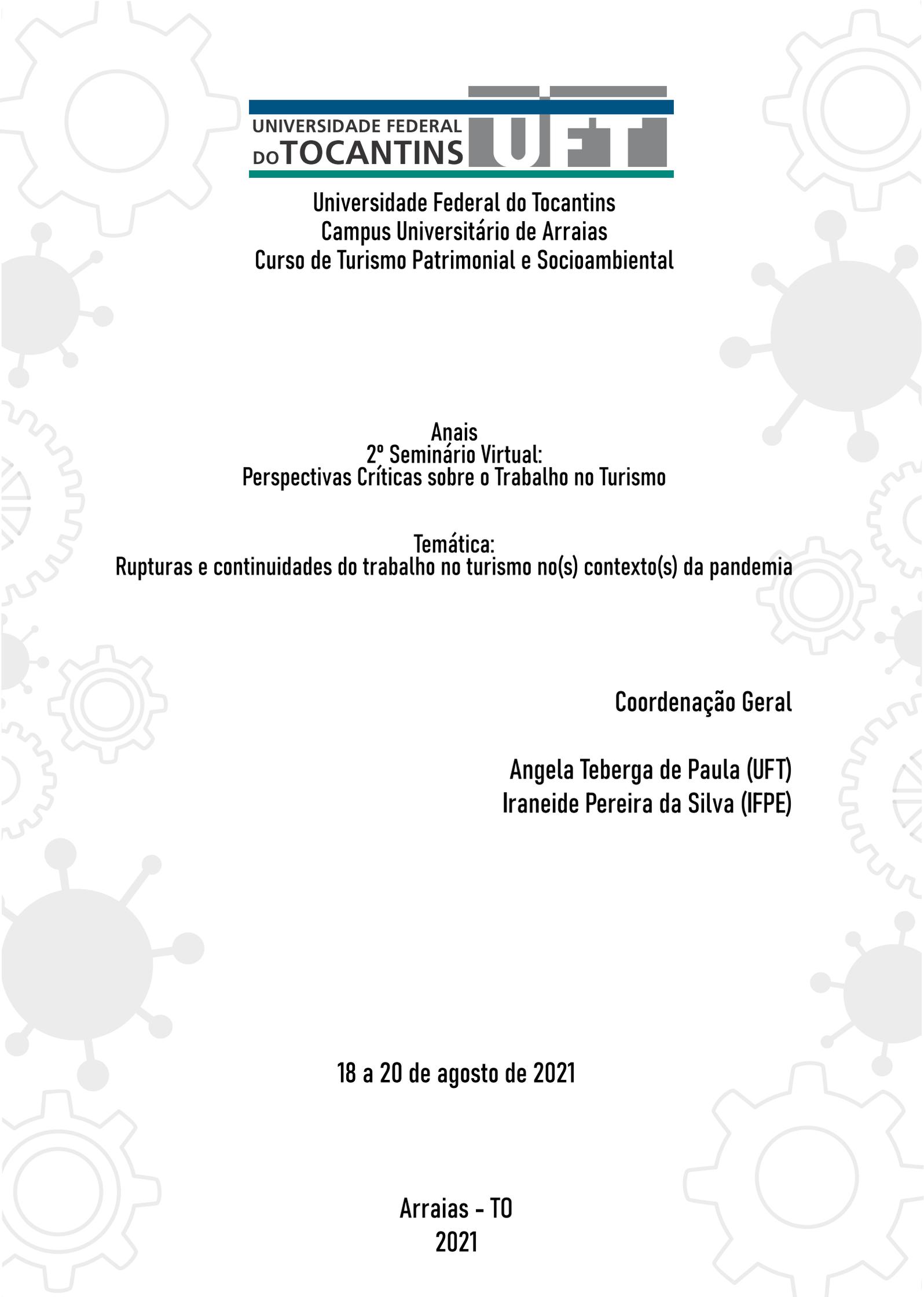


2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

ANAIS DO EVENTO

ISBN: 978-65-87246-22-2



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO **TOCANTINS**



**Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Arraias
Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental**

**Anais
2º Seminário Virtual:
Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo**

**Temática:
Rupturas e continuidades do trabalho no turismo no(s) contexto(s) da pandemia**

Coordenação Geral

**Angela Teberga de Paula (UFT)
Iraneide Pereira da Silva (IFPE)**

18 a 20 de agosto de 2021

**Arraias - TO
2021**

**Copyright © 2021 - Universidade Federal do Tocantins -
Todos os direitos reservados**

**www.uft.edu.br
www.labormovens.com**

**Campus Universitário de Arraias
Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental
Av. Juraídes de Sena Abreu, s/n - Setor Buritizinho
CEP: 77330-000**



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - SISBIB**

F981a Fundação Universidade Federal do Tocantins
Anais do 2º Seminário Virtual: perspectivas críticas sobre o trabalho no Turismo, de
18 a 20 de agosto de 2021. / Coordenação Geral: Angela Teberga de Paula e Iraneide
Pereira da Silva. - Arraias, TO: UFT, 2021
301 p.: il. color.

ISBN: 978-65-87246-22-2

1. Turismo. 2. Trabalho. 3. Gênero. 4. Covid 19 .I. Título.

CDD 338.47

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por
qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada à fonte.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO TOCANTINS**



**Reitor
Luís Eduardo Bovolato**

**Vice-Reitora
Ana Lúcia de Medeiros**

**Pró-Reitor de Graduação
Eduardo José Cezari**

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Raphael Sanzio Pimenta**

**Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
Maria Santana Ferreira Milhomem**

**Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Kherlley Caxias Batista Barbosa**

**Pró-Reitor de Administração e Finanças
Jaasiel Nascimento Lima**

**Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento
Eduardo Andrea Lemus Erasmo**

**Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
Vânia Maria de Araújo Passos**

**Diretor do Campus de Arraias
Antonivaldo de Jesus**

**Coordenadora do Curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental
Ana Claudia Macedo Sampaio**

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor.
Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu(s)
respectivo(s) autor(es).**



Labor Movens
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM
CONDIÇÕES DE TRABALHO NO TURISMO



Coordenação Geral

Angela Teberga de Paula - UFT
Iraneide Pereira da Silva - IFPE

Comitê Técnico-Científico

Aguinaldo Cesar Fratucci - UFF
Alba de Oliveira Barbosa Lopes - IFPE
Ana Lúcia Olegário Saraiva - IFRS
Angela Teberga de Paula - UFT
Carlos Eduardo Silveira - UFPR
Claudia Corrêa de Almeida Moraes - UFF
Fábia Trentin - UFF
Hélio Cesar Hintze
Jean Henrique Costa - UERN
Lucas Gamonal Barra de Almeida
Luciene Jung de Campos - UCS
Neuza de Farias Araújo - UnB
Paulo Fernando Meliani - UDESC
Raoni Borges Barbosa - UERN
Raquel Pereira Belo - UFPI
Rita de Cássia Ariza da Cruz - USP
Rodrigo Meira Martoni - UFOP
Vitor Stuart Gabriel de Pieri - UERJ

Comissão Organizadora

Bianca Paes Garcia dos Santos
Camila Cardoso
Cecília Ulisses Frade dos Reis
Eduardo Silva Sant'Anna
Eline Tosta Felipe
Iraneide Pereira
Ivan Conceição Martins da Silva
Juliana Carneiro da Costa
Mayra Laborda Santos
Michele Pereira Rodrigues
Renan Moraes
Thiago Eduardo Freitas Bicalho
Vitor Prado

Revisão dos Textos

Angela Teberga de Paula
Ivan Conceição Martins da Silva
Michelle Pereira Rodrigues

Diagramação

Bianca Paes Garcia dos Santos

Arraias - TO
2021

2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA



APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO.....	9
COMUNICAÇÕES ORAIS.....	15
Turismo e Trabalho nas pesquisas do grupo de pesquisa Turismo, Gestão e Territórios-UFF.....	16
Desigualdades de gênero e cor/raça no trabalho em Turismo no Brasil.....	24
A precariedade do trabalho aprofundada pela pandemia em segmentos do turismo - O caso dos guias de turismo.....	35
A Indústria 4.0 e a nova razão do mundo.....	47
Breves Comentários sobre o Turismo Legitimado entre espetáculos e invisibilidades....	64
Diálogo conceitual entre a <i>Antropologia das Emoções e Moralidades</i> e a <i>Sociologia do Trabalho</i> sobre a <i>Cooptação da Subjetividade</i> no Mundo do Trabalho do atual Capitalismo Manipulatório.....	75
O papel do Estado na redução dos impactos causados pela pandemia à classe trabalhadora: o que esperar?.....	85
Turistificação e Existência no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga: Notas para uma análise calcada na totalidade.....	89
RESUMOS EXPANDIDOS – PARTE 1.....	100
Qualificação profissional em turismo de pessoas transgênero em Natal – RN, Brasil....	101
Au Pair: Trabalho ou intercâmbio cultural?.....	115
Consequências da pandemia da COVID-19 na vida das mulheres no setor de eventos: uma perspectiva de classe, raça e gênero.....	128
Desigualdade de gênero e trabalho no turismo rural: uma Revisão Integrativa da Literatura em dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação da área do Turismo no Brasil.....	140
O papel da mulher no mercado de trabalho em turismo: notas de pesquisa.....	155
Plano Nacional de Turismo 2018/2022: análise crítica das condições das pessoas trabalhadoras.....	168
Divisão sexual do trabalho no setor de turismo: uma compreensão do agenciamento de viagem.....	180



2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

RESUMOS EXPANDIDOS – PARTE 2.....	194
A objetificação dos trabalhadores do turismo	195
A difusão da Covid - 19 e os empregos no segmento turístico no Rio Grande do Norte	220
Legislação brasileira relacionada ao turismo: ações estatais promotoras da precarização do trabalho	253
Emprego no setor de alojamento em Nova Xavantina, Mato Grosso, Brasil: um estudo exploratório dos efeitos da pandemia por COVID-19.....	265
Trabalho e emoções docentes em meio a pandemia: olhares sobre o Curso de Turismo - UNEMAT Nova Xavantina-MT.....	276
Trabalhadores da areia: territorialidades de ambulantes da Praia do Forte São Matheus, Cabo Frio, RJ	289

2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

O Labor Movens: Grupo de Estudos e Pesquisas em Condições de Trabalho no Turismo, vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), e o OTTUR: Observatório do Trabalho no Turismo, vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), são os grupos organizadores da 2ª edição do Seminário Virtual “Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo”, cujo tema foi “Rupturas e continuidades do trabalho no turismo no(s) contexto(s) da pandemia”. O evento aconteceu entre 18 e 20 de agosto de 2021 e contou com a participação de 31 palestrantes e mediadores e 311 assistentes.

Nesta edição, o objetivo foi refletir sobre os impactos diretos da pandemia à classe trabalhadora do turismo. Referimo-nos a toda sorte de resultados da crise pandêmica e econômica para os trabalhadores do setor: demissões, suspensão de contratos e redução de jornadas e salários dos formais, agudização da vulnerabilidade social dos informais e instabilidade financeira dos microempreendedores e pequenos empresários.

A pandemia escancarou, em verdade, a “desproteção completa e cabal da classe trabalhadora” (Antunes, 2020, p. 24) e a sua completa descartabilidade. Somente no turismo, registram-se 1.165.260 postos de trabalho perdidos, segundo dados do CAGED e da PNAD-C. São 406.697 empregos formais perdidos, entre março e agosto de 2020, e 758.563 ocupações informais perdidas, saldo entre o 1º e 2º trimestre de 2020. Assim, o trabalho no turismo, que sempre foi marcado pela sua baixa qualidade, ganha contornos mais acentuados com a pandemia da COVID-19.

No(s) contexto(s) da pandemia, são verificadas **RUPTURAS** aos direitos sociais do trabalho, às garantias de dignidade na ação laboral, ao direito constitucional de saúde pública e segurança sanitária, às garantias de estabilidade do emprego, às políticas de promoção de emprego.



APRESENTAÇÃO



2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

APRESENTAÇÃO

Ao mesmo tempo, a exploração do trabalho **CONTINUA** e se intensifica por meio do crescimento da perda de empregos formais, da “uberização” do trabalho, da precarização das condições e relações do trabalho, do empobrecimento e da exclusão social dos trabalhadores.

Acreditamos que o seminário tenha sido um importante espaço para reflexão entre pesquisadores e estudantes sobre essa triste realidade para a classe trabalhadora do turismo. Os Anais do Seminário, que ora se apresenta, é resultado desse esforço coletivo de refletir sobre o trabalho no turismo e mais especificamente sobre os impactos da pandemia aos trabalhadores, a partir de uma perspectiva crítica.

Desejamos uma excelente leitura!

Angela Teberga de Paula

Coordenadora do Labor Movens

Professora da Universidade Federal do Tocantins

Iraneide Pereira da Silva

Coordenadora do Observatório do Trabalho no Turismo - OTTUR

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de

Pernambuco





2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

PREFÁCIO

O tema deste 2º Seminário “Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo”, realizado virtualmente por conta do contexto pandêmico no qual ainda estamos inseridos, é “Rupturas e continuidades do trabalho no turismo no(s) contexto(s) da pandemia”. Tal reflexão é necessária e se faz urgente neste momento, pois o setor do turismo está entre os mais afetados pela crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, uma vez que as orientações de distanciamento físico e suspensão de atividades coletivas que visam diminuir o contágio vão contra a própria natureza das atividades ligadas ao turismo.

A resposta governamental para o setor foi discutida e elaborada visando minimizar perdas do setor patronal, como fica claro a partir da proposta “Retomada do Turismo no Brasil”¹, *“uma aliança nacional que reúne poder público, iniciativa privada, terceiro setor e Sistema S, coordenada pelo Ministério do Turismo”*. Os trabalhadores e suas associações representativas não participaram de tal iniciativa. Trata-se de um gesto bastante coerente, uma vez que sindicatos e associações de trabalhadores tem sido alvo frequente de ataques que visam enfraquece-los, sobretudo desde a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017, que feriu profundamente tais entidades.

Não houve (e não há) nenhuma política ou programa específico voltado para os trabalhadores do turismo no contexto da pandemia. As medidas adotadas permitiram cortes de salário, demissões sem justa causa e sem o devido pagamento de multas (o que permitiu que empresas desligassem os trabalhadores mais antigos que teriam mais a receber em caso de demissão) e a redução do quadro de funcionários. O auxílio emergencial que foi aprovado em 2020, descontinuado por um período e depois reativado, com valor muito inferior.

¹ Mais informações disponíveis em <https://retomada.turismo.gov.br/>.

2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

Apesar do início da vacinação e os dados positivos com relação à disposição da população brasileira em se vacinar – apesar de campanhas organizadas disseminando mentiras e notícias falsas sobre eventuais efeitos da vacina – o cenário político e econômico deixa muito pouco espaço para otimismo e esperança.

Em função de tudo isso, trazer informações de pesquisas científicas e reflexões informadas sobre o setor se torna fundamental, sobretudo no contexto de desinformação que estamos vivendo. É muito importante reunir pesquisadores e analistas do Turismo para analisar os impactos e reações dos trabalhadores, assim como das associações coletivas, mas também as especificidades de cada atividade e as respostas possíveis. A pandemia aprofundou e tornou mais graves problemas que já estavam colocados, mas de forma menos explícita ou menos violenta. A pandemia desvelou dimensões da superexploração que estavam latentes, mas menos evidentes. Nesse sentido, as pesquisas que tem caráter crítico são fundamentais.

Para além dos resumos expandidos dos trabalhos que compuseram este 2º Seminário, e que abordam temas diversos e interessantes, que por sua vez revelam a heterogeneidade do setor e os múltiplos desafios que os trabalhadores enfrentam, estes Anais trazem oito comunicações orais que compuseram debates específicos do Seminário, trazendo dimensões específicas e pontos de interesse do setor.

Aguinaldo César Fratucci retoma a história e contextualiza o trabalho do Grupo de Pesquisa Turismo, Gestão e Territórios, ligado à Universidade Federal Fluminense (UFF), sublinhando a importância da compreensão de diferentes processos de produção do espaço e territórios para o turismo, assim como as implicações metodológicas do olhar de pesquisa para os trabalhadores. Ao descrever os processos que desembocaram em projetos de pesquisa sobre a

PREFÁCIO

2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

força de trabalho, o autor aponta contradições e desafios que estão colocados para os pesquisadores e que foram intensificados a partir da pandemia.

Bianca Briguglio traz dados sobre as atividades características do Turismo. Com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua) e do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, o texto procura mostrar desigualdades de gênero e cor/ raça no setor, demonstrando que mulheres e pessoas não brancas estão em piores condições de trabalho e recebem salários mais baixos, mesmo neste segmento em que os salários já são baixíssimos. Com a crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 e recentes mudanças na legislação trabalhista, como a Reforma Trabalhista (2017) e outras tentativas de alteração que prejudicam diretamente os trabalhadores, a situação destes profissionais tende a tornar-se mais difícil.

Bianca Paes escreve sobre a situação dos guias de turismo, uma categoria duramente atingida pela pandemia. Historicamente trabalhando sob condições precárias, com baixa remuneração e longas jornadas de trabalho, os guias encontram-se majoritariamente na informalidade (menos de 5% são formalmente registrados), trabalhando por conta própria. Esta atividade, muito influenciada pela sazonalidade que é característica do setor, foi totalmente interrompida em função da pandemia, e os trabalhadores se viram jogados à própria sorte. A grande maioria sem rendimentos, encontraram dificuldades para acessar o auxílio emergencial do governo federal, que teve duração limitada. O governo ofereceu algumas linhas de crédito que não eram acessíveis para microempresas, deixando estes profissionais totalmente desamparados, eles apenas contaram uns com os outros, criando campanhas de ajuda mútua para sobreviverem.

PREFÁCIO

2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

Cássio Calvete retoma a história dos processos de produção a partir da Escola Francesa da Regulação, que organiza diferentes formas de organização do trabalho ao longo do tempo, a 1ª, 2ª e 3ª Revoluções Industriais e a mais recente, chamada Indústria 4.0. A partir da análise do fordismo e toyotismo, considerando o processo de produção, a relação com a tecnologia, a influência na organização social, o tipo de vínculo e tempo de trabalho, o autor chega à Indústria 4.0 e apresenta suas principais características. Calvete sublinha a importância da inovação tecnológica e a tecnologia da informação, a prevalência da lógica neoliberal e o desmonte sistemático do estado de bem-estar social, a financeirização da economia, o enfraquecimento das entidades sindicais e o aumento da exploração da força de trabalho, e a hegemonia de valores sociais de individualismo e consumismo. Cada vez mais, observa o autor, há uma desestruturação do tempo do trabalhador, confundindo trabalho e não trabalho, para benefício do capital.

Hélio Hintze, em uma perspectiva crítica da atividade turística, analisa a forma pela qual o Capital legitima o turismo, via produção de espetáculos e a produção de invisibilidades. Esta última visa ocultar os processos por trás destas atividades, como as desigualdades sociais e injustiças, através de uma visão estereotipada de mundo. Hintze olha para o racismo no turismo brasileiro a partir da dicotomia colonizador – colonizado, chamando atenção para a relação de poder que permite que uma minoria numérica (como os homens brancos) adquira força de maioria e torne-se dominante. Segundo o autor, o discurso do Brasil como um país “mestiço”, miscigenado produz a certeza da vocação turística brasileira, oculta as desigualdades raciais e o racismo no país.

Raoni Borges Barbosa discute o fenômeno que ele chama de privatização das emoções e dos riscos sociais, cuja contrapartida se apresenta no mundo público do trabalho como estruturação psíquica e moral-emocional entendida a partir da categoria analítica do Nervoso. O autor afirma que exaustão e fadiga

PREFÁCIO

2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

PREFÁCIO

são fenômenos sociais massificados nas sociabilidades urbanas, profundamente associadas ao trabalho alienado e precarizado que se realiza na frustração objetiva de expectativas e pretensões de realização econômica. Essa relação cria as condições para a cooptação da subjetividade do trabalhador, que passa a se engajar na atividade laboral como uma forma de reconhecer-se e identificar-se, exercendo, assim, um controle disciplinar sobre si e sobre os demais. É o ponto em que o autocontrole dos trabalhadores passa a atuar para benefício dos empresários, em detrimento, inclusive, da própria saúde.

Rodrigo Martoni discute o papel do Estado, as privatizações e o incremento de instrumentos organizacionais e tecnológicos para maximização da exploração da classe trabalhadora como desdobramentos da financeirização da economia. O autor aborda as consequências deste receituário neoliberal no Brasil, um país da “periferia do capitalismo” que nunca teve nada próximo do que se poderia chamar Estado de bem-estar social, que sofre a progressiva perda de direitos conquistados pela classe trabalhadora, incluídos aí os trabalhadores do turismo, mas não apenas. Quando o Estado age de forma predatória para destruir o que se construiu em seu nome e de forma violenta para garantir os privilégios de poucos, Martoni questiona como é possível discutir políticas públicas.

Finalmente, Thiago Sebastiano de Melo situa sua análise no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, localizado em Goiás, o maior quilombo demarcado e titulado do Brasil. O autor analisa como o turismo atravessa esse território e configura “um dos mecanismos para a reprodução ampliada do capital”, seja por meio da expansão de empregos precarizados na atividade turística, seja na legitimação da narrativa da “modernização” de territórios, o que tem impactos particularmente nefastos em se tratando de um quilombo, no qual para além da lógica do capital, também estão as dinâmicas da branquitude. Para

2º SEMINÁRIO VIRTUAL PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO

RUPTURAS E CONTINUIDADES DO TRABALHO NO
TURISMO NO(S) CONTEXTO(S) DA PANDEMIA

que o turismo seja uma atividade que funcione para o bem da comunidade e não contra ela, o autor aponta que é necessário que esteja associado a ações como a educação no campo e chama atenção para o papel central da juventude e dos jovens na defesa dos modos de vida e do próprio território.

Os trabalhos apresentados no Seminário, que compõem a segunda parte destes Anais, dão conta de um universo heterogêneo e multifacetado, permeado pelas relações de gênero, classe e raça/ etnia, influenciado por diferentes contextos regionais, articulado às distintas atividades que compõem o setor, e que neste contexto de crise sanitária e desmonte das políticas públicas tem sofrido fortes golpes, expressos pela precarização do trabalho, piora nas condições e relações laborais, arrocho salarial e falta de articulação política para resistir. Hoje, mais do que nunca, é fundamental que as pesquisas e análises no Turismo estejam em sintonia com as vozes dos trabalhadores e promovam a legitimidade de suas lutas.

Bianca Briguglio

Socióloga/UNICAMP

PREFÁCIO

The background features a repeating pattern of light gray icons. On the left and right sides, there are large gears and smaller molecular-like structures consisting of a central sphere with several smaller spheres attached by lines. The text is centered in the middle of the page.

COMUNICAÇÕES

ORAIS

Turismo e Trabalho nas pesquisas do grupo de pesquisa Turismo, Gestão e Territórios-UFF

Aguinaldo Cesar Fratucci ¹

INTRODUÇÃO / CONTEXTUALIZAÇÃO

O encontro de líderes de grupos de pesquisas em áreas afins do trabalho no turismo, ocorrido durante o 2º Seminário Virtual “Perspectivas críticas sobre o trabalho no turismo”, além dos momentos de trocas e aprendizados *online*, proporcionou a oportunidade de uma revisão da trajetória das atividades de pesquisas do Grupo de Pesquisa Turismo, Gestão e Territórios, liderado por mim e coliderado pela professora Claudia Correa de Almeida Moraes. O grupo está vinculado à Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense (UFF) e foi oficialmente instituído no Diretório de Grupos de Pesquisas no Brasil mantido pelo CNPq, no ano de 2007. Desde então vem desenvolvendo pesquisas organizadas a partir de três linhas de pesquisas: a) Turismo, espaços e territórios; b) Políticas públicas e governança no turismo; c) Turismo, trabalho e territórios. Atualmente o grupo é composto por 29 membros, sendo 6 doutores, 4 em processo de doutoramento, 9 mestres, 5 mestrandos e 7 estudantes de graduação. Já passaram também pelo grupo outros seis doutores e vinte e seis estudantes de graduação e de mestrado.

Nos primeiros anos as atividades de pesquisas e de extensão do grupo se concentraram nas duas primeiras linhas de pesquisas indicadas anteriormente e eram suportadas basicamente por projetos de iniciação científica. A partir de 2014, com a criação do Programa de pós-graduação *stricto sensu* em turismo da Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF (PPGTUR-UFF), os alunos do curso de mestrado passaram a integrar o grupo de pesquisa, exigindo uma reorganização do mesmo. Foi a partir desse momento que criamos a terceira linha de pesquisa, envolvendo a temática de turismo, trabalho, trabalhadores e territórios, objeto de interesse desse relato de experiência.

¹ Professor associado da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense. Docente do programa de pós-graduação em turismo – PPGTUR-UFF. Líder do grupo de pesquisa CNPQ Turismo, gestão e territórios. Contato: acfratucci@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4267-4399>

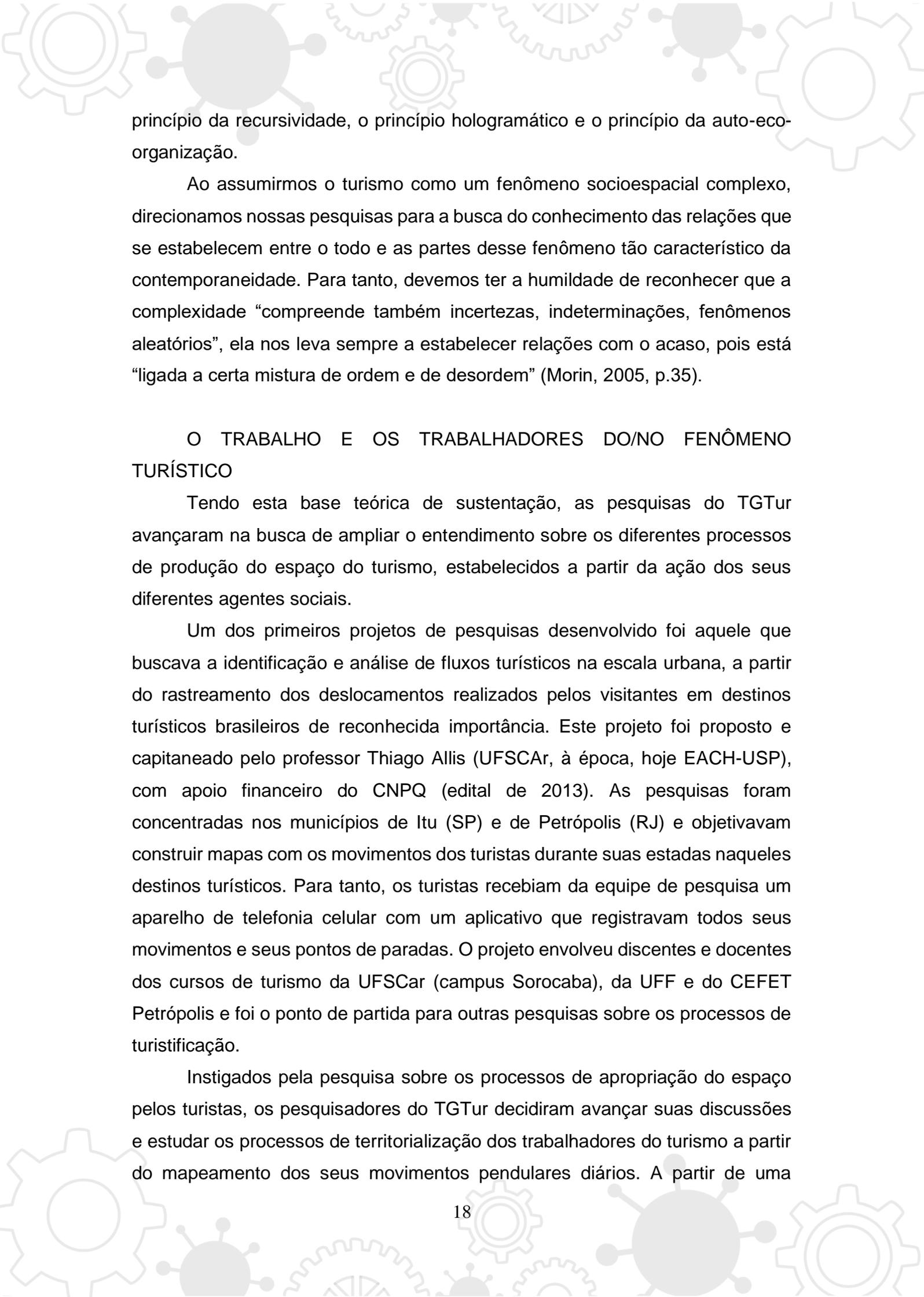
REFERÊNCIAS TEÓRICAS DO TGTUR

O foco de interesse das pesquisas do TGTur são os processos de (re)produção do espaço para o turismo³, a partir das ações dos diferentes grupos de agentes sociais que constroem o fenômeno turístico contemporâneo. Tais processos, conhecidos como processos de turistificação (Fratucci, 2008), resultam em trechos privilegiados do espaço onde o fenômeno turístico contemporâneo se concretiza em toda a sua essência, resultado de relações e interações recursivas, complementares e antagônicas (Morin, 2005; 1999).

A tese que vem norteando as discussões e a produção do grupo propõe que o espaço do turismo é maior que o espaço do turista, dado que ele (o espaço do turismo) é uma composição dos diferentes processos de territorialização de cada um dos grupos de agentes sociais que estruturam o fenômeno turístico contemporâneo. Tais agentes são os visitantes (turistas), os representantes do capital (trade turístico), o poder público (em seus diferentes níveis político administrativos), os trabalhadores (diretos e indiretos) e a população residente nos espaços turstificados. Cada um desses agentes sociais, a partir de lógicas de territorialização próprias, se apropriam de trechos do espaço, ora de maneira zonal, ora reticular. A superposição desses diferentes territórios resulta no território (espaço) do turismo que, conseqüentemente, é maior que o território/espaço produzido pelos visitantes/turistas (Fratucci, 2000; 2008).

Nas pesquisas direcionadas para a compreensão desses diferentes processos de produção do espaço para o turismo, buscamos ir além das relações dialéticas que podem ser observadas. Entendemos que não basta superarmos as contradições; precisamos reconhecê-las e incorporá-las dialogicamente aos nossos exercícios em busca do conhecimento dos processos de turistificação. Para tanto, buscamos substituir a contradição proposta pelo pensamento dialético (ou ... ou) pelo esquema “e ... e” (MORIN, 1969). Isto nos leva a incorporar em nossas pesquisas os princípios do paradigma da complexidade proposto por Edgar Morin: o princípio dialógico, o

³ Optamos pela expressão “para o turismo” e não “pelo turismo”, uma vez que entendemos que o turismo não é o sujeito dos processos de apropriação dos espaços e sim o seu resultado. Os sujeitos daqueles processos são os diversos agentes sociais que o produzem.



princípio da recursividade, o princípio hologramático e o princípio da auto-eco-organização.

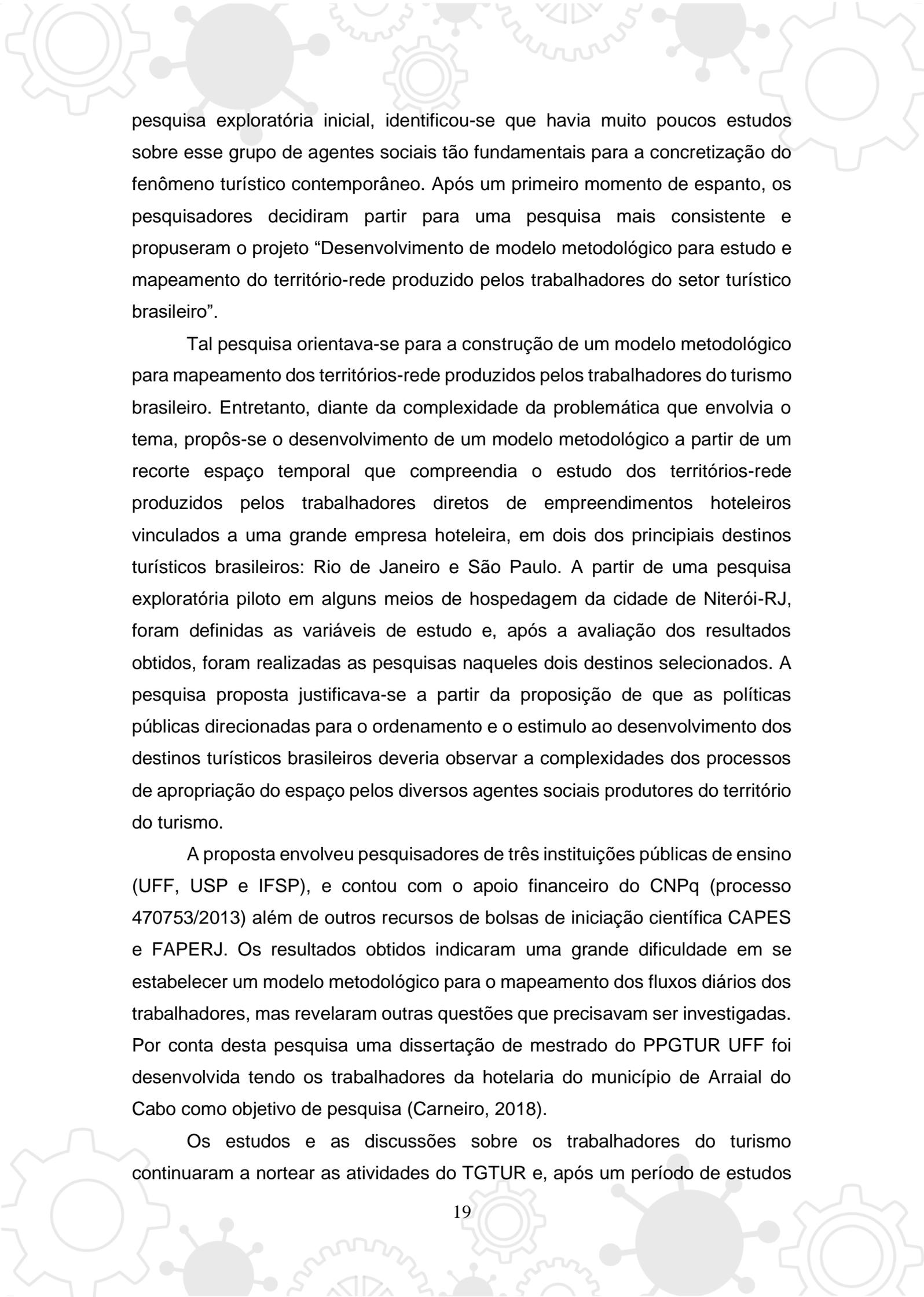
Ao assumirmos o turismo como um fenômeno socioespacial complexo, direcionamos nossas pesquisas para a busca do conhecimento das relações que se estabelecem entre o todo e as partes desse fenômeno tão característico da contemporaneidade. Para tanto, devemos ter a humildade de reconhecer que a complexidade “compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios”, ela nos leva sempre a estabelecer relações com o acaso, pois está “ligada a certa mistura de ordem e de desordem” (Morin, 2005, p.35).

O TRABALHO E OS TRABALHADORES DO/NO FENÔMENO TURÍSTICO

Tendo esta base teórica de sustentação, as pesquisas do TGTur avançaram na busca de ampliar o entendimento sobre os diferentes processos de produção do espaço do turismo, estabelecidos a partir da ação dos seus diferentes agentes sociais.

Um dos primeiros projetos de pesquisas desenvolvido foi aquele que buscava a identificação e análise de fluxos turísticos na escala urbana, a partir do rastreamento dos deslocamentos realizados pelos visitantes em destinos turísticos brasileiros de reconhecida importância. Este projeto foi proposto e capitaneado pelo professor Thiago Allis (UFSCAr, à época, hoje EACH-USP), com apoio financeiro do CNPQ (edital de 2013). As pesquisas foram concentradas nos municípios de Itu (SP) e de Petrópolis (RJ) e objetivavam construir mapas com os movimentos dos turistas durante suas estadas naqueles destinos turísticos. Para tanto, os turistas recebiam da equipe de pesquisa um aparelho de telefonia celular com um aplicativo que registravam todos seus movimentos e seus pontos de paradas. O projeto envolveu discentes e docentes dos cursos de turismo da UFSCAr (campus Sorocaba), da UFF e do CEFET Petrópolis e foi o ponto de partida para outras pesquisas sobre os processos de turistificação.

Instigados pela pesquisa sobre os processos de apropriação do espaço pelos turistas, os pesquisadores do TGTur decidiram avançar suas discussões e estudar os processos de territorialização dos trabalhadores do turismo a partir do mapeamento dos seus movimentos pendulares diários. A partir de uma

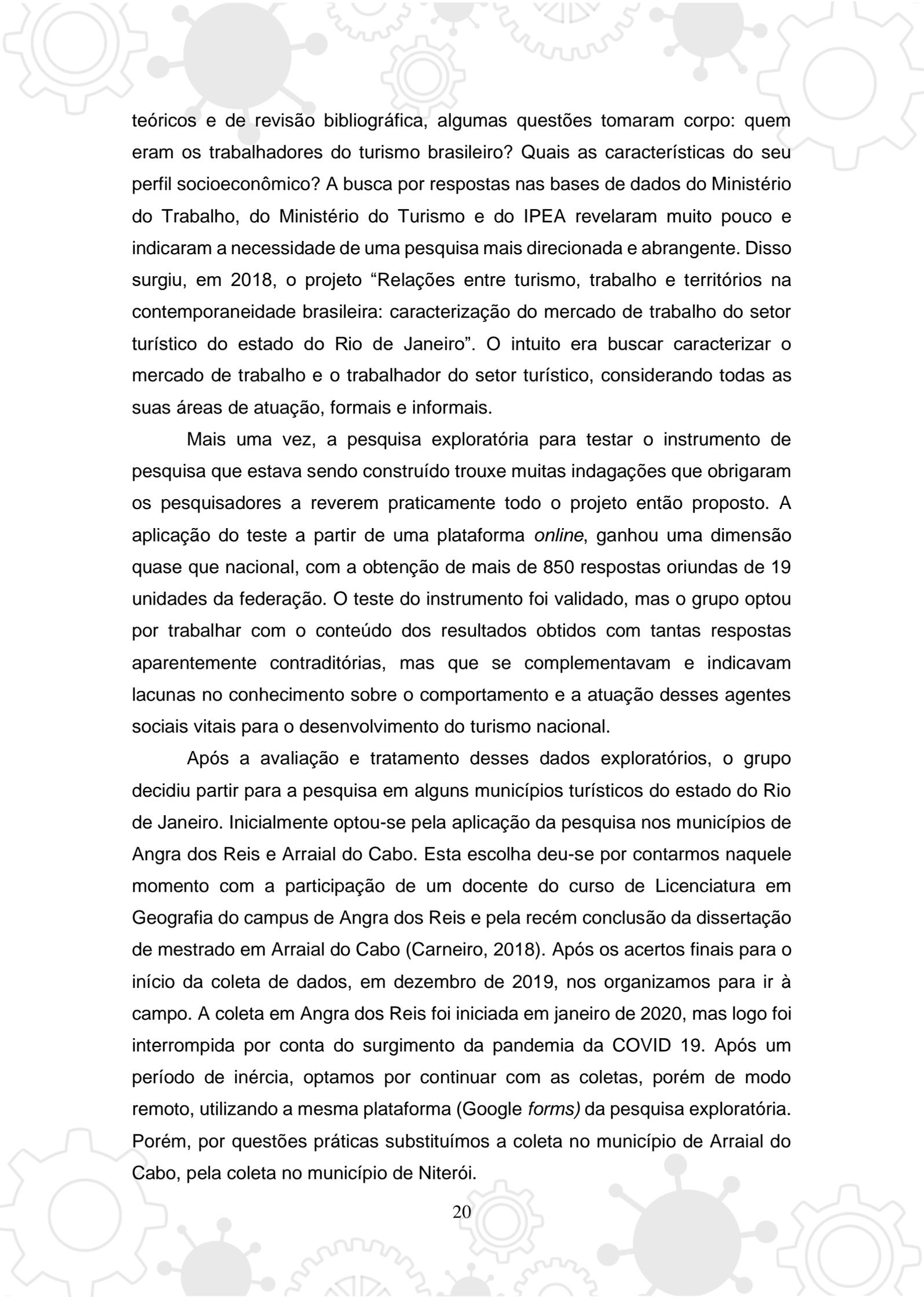


pesquisa exploratória inicial, identificou-se que havia muito poucos estudos sobre esse grupo de agentes sociais tão fundamentais para a concretização do fenômeno turístico contemporâneo. Após um primeiro momento de espanto, os pesquisadores decidiram partir para uma pesquisa mais consistente e propuseram o projeto “Desenvolvimento de modelo metodológico para estudo e mapeamento do território-rede produzido pelos trabalhadores do setor turístico brasileiro”.

Tal pesquisa orientava-se para a construção de um modelo metodológico para mapeamento dos territórios-rede produzidos pelos trabalhadores do turismo brasileiro. Entretanto, diante da complexidade da problemática que envolvia o tema, propôs-se o desenvolvimento de um modelo metodológico a partir de um recorte espaço temporal que compreendia o estudo dos territórios-rede produzidos pelos trabalhadores diretos de empreendimentos hoteleiros vinculados a uma grande empresa hoteleira, em dois dos principais destinos turísticos brasileiros: Rio de Janeiro e São Paulo. A partir de uma pesquisa exploratória piloto em alguns meios de hospedagem da cidade de Niterói-RJ, foram definidas as variáveis de estudo e, após a avaliação dos resultados obtidos, foram realizadas as pesquisas naqueles dois destinos selecionados. A pesquisa proposta justificava-se a partir da proposição de que as políticas públicas direcionadas para o ordenamento e o estímulo ao desenvolvimento dos destinos turísticos brasileiros deveria observar a complexidades dos processos de apropriação do espaço pelos diversos agentes sociais produtores do território do turismo.

A proposta envolveu pesquisadores de três instituições públicas de ensino (UFF, USP e IFSP), e contou com o apoio financeiro do CNPq (processo 470753/2013) além de outros recursos de bolsas de iniciação científica CAPES e FAPERJ. Os resultados obtidos indicaram uma grande dificuldade em se estabelecer um modelo metodológico para o mapeamento dos fluxos diários dos trabalhadores, mas revelaram outras questões que precisavam ser investigadas. Por conta desta pesquisa uma dissertação de mestrado do PPGTUR UFF foi desenvolvida tendo os trabalhadores da hotelaria do município de Arraial do Cabo como objetivo de pesquisa (Carneiro, 2018).

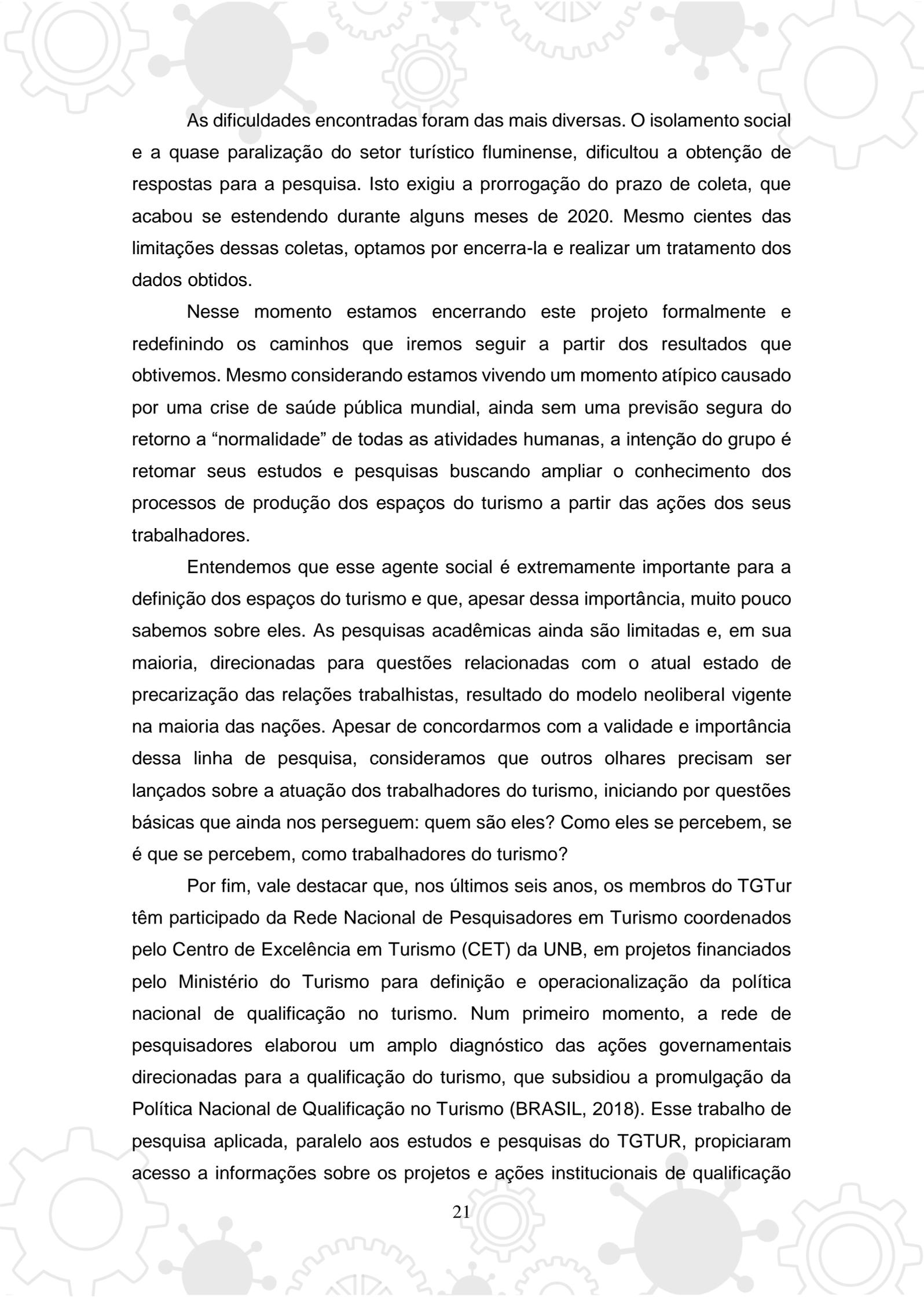
Os estudos e as discussões sobre os trabalhadores do turismo continuaram a nortear as atividades do TGTUR e, após um período de estudos



teóricos e de revisão bibliográfica, algumas questões tomaram corpo: quem eram os trabalhadores do turismo brasileiro? Quais as características do seu perfil socioeconômico? A busca por respostas nas bases de dados do Ministério do Trabalho, do Ministério do Turismo e do IPEA revelaram muito pouco e indicaram a necessidade de uma pesquisa mais direcionada e abrangente. Disso surgiu, em 2018, o projeto “Relações entre turismo, trabalho e territórios na contemporaneidade brasileira: caracterização do mercado de trabalho do setor turístico do estado do Rio de Janeiro”. O intuito era buscar caracterizar o mercado de trabalho e o trabalhador do setor turístico, considerando todas as suas áreas de atuação, formais e informais.

Mais uma vez, a pesquisa exploratória para testar o instrumento de pesquisa que estava sendo construído trouxe muitas indagações que obrigaram os pesquisadores a reverem praticamente todo o projeto então proposto. A aplicação do teste a partir de uma plataforma *online*, ganhou uma dimensão quase que nacional, com a obtenção de mais de 850 respostas oriundas de 19 unidades da federação. O teste do instrumento foi validado, mas o grupo optou por trabalhar com o conteúdo dos resultados obtidos com tantas respostas aparentemente contraditórias, mas que se complementavam e indicavam lacunas no conhecimento sobre o comportamento e a atuação desses agentes sociais vitais para o desenvolvimento do turismo nacional.

Após a avaliação e tratamento desses dados exploratórios, o grupo decidiu partir para a pesquisa em alguns municípios turísticos do estado do Rio de Janeiro. Inicialmente optou-se pela aplicação da pesquisa nos municípios de Angra dos Reis e Arraial do Cabo. Esta escolha deu-se por contarmos naquele momento com a participação de um docente do curso de Licenciatura em Geografia do campus de Angra dos Reis e pela recém conclusão da dissertação de mestrado em Arraial do Cabo (Carneiro, 2018). Após os acertos finais para o início da coleta de dados, em dezembro de 2019, nos organizamos para ir à campo. A coleta em Angra dos Reis foi iniciada em janeiro de 2020, mas logo foi interrompida por conta do surgimento da pandemia da COVID 19. Após um período de inércia, optamos por continuar com as coletas, porém de modo remoto, utilizando a mesma plataforma (Google *forms*) da pesquisa exploratória. Porém, por questões práticas substituímos a coleta no município de Arraial do Cabo, pela coleta no município de Niterói.

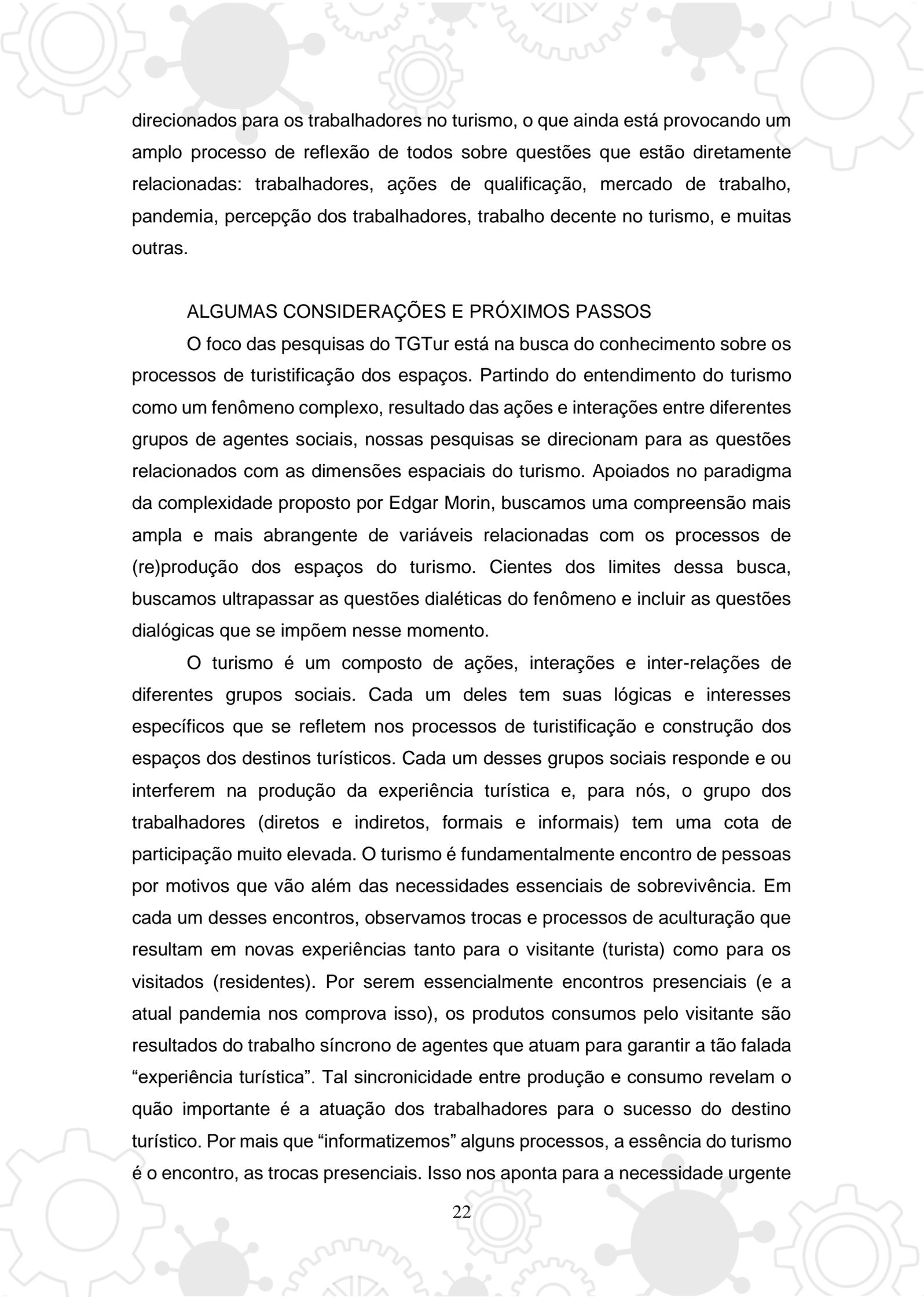


As dificuldades encontradas foram das mais diversas. O isolamento social e a quase paralização do setor turístico fluminense, dificultou a obtenção de respostas para a pesquisa. Isto exigiu a prorrogação do prazo de coleta, que acabou se estendendo durante alguns meses de 2020. Mesmo cientes das limitações dessas coletas, optamos por encerra-la e realizar um tratamento dos dados obtidos.

Nesse momento estamos encerrando este projeto formalmente e redefinindo os caminhos que iremos seguir a partir dos resultados que obtivemos. Mesmo considerando estamos vivendo um momento atípico causado por uma crise de saúde pública mundial, ainda sem uma previsão segura do retorno a “normalidade” de todas as atividades humanas, a intenção do grupo é retomar seus estudos e pesquisas buscando ampliar o conhecimento dos processos de produção dos espaços do turismo a partir das ações dos seus trabalhadores.

Entendemos que esse agente social é extremamente importante para a definição dos espaços do turismo e que, apesar dessa importância, muito pouco sabemos sobre eles. As pesquisas acadêmicas ainda são limitadas e, em sua maioria, direcionadas para questões relacionadas com o atual estado de precarização das relações trabalhistas, resultado do modelo neoliberal vigente na maioria das nações. Apesar de concordarmos com a validade e importância dessa linha de pesquisa, consideramos que outros olhares precisam ser lançados sobre a atuação dos trabalhadores do turismo, iniciando por questões básicas que ainda nos perseguem: quem são eles? Como eles se percebem, se é que se percebem, como trabalhadores do turismo?

Por fim, vale destacar que, nos últimos seis anos, os membros do TGTUR têm participado da Rede Nacional de Pesquisadores em Turismo coordenados pelo Centro de Excelência em Turismo (CET) da UNB, em projetos financiados pelo Ministério do Turismo para definição e operacionalização da política nacional de qualificação no turismo. Num primeiro momento, a rede de pesquisadores elaborou um amplo diagnóstico das ações governamentais direcionadas para a qualificação do turismo, que subsidiou a promulgação da Política Nacional de Qualificação no Turismo (BRASIL, 2018). Esse trabalho de pesquisa aplicada, paralelo aos estudos e pesquisas do TGTUR, propiciaram acesso a informações sobre os projetos e ações institucionais de qualificação



direcionados para os trabalhadores no turismo, o que ainda está provocando um amplo processo de reflexão de todos sobre questões que estão diretamente relacionadas: trabalhadores, ações de qualificação, mercado de trabalho, pandemia, percepção dos trabalhadores, trabalho decente no turismo, e muitas outras.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E PRÓXIMOS PASSOS

O foco das pesquisas do TGTur está na busca do conhecimento sobre os processos de turistificação dos espaços. Partindo do entendimento do turismo como um fenômeno complexo, resultado das ações e interações entre diferentes grupos de agentes sociais, nossas pesquisas se direcionam para as questões relacionados com as dimensões espaciais do turismo. Apoiados no paradigma da complexidade proposto por Edgar Morin, buscamos uma compreensão mais ampla e mais abrangente de variáveis relacionadas com os processos de (re)produção dos espaços do turismo. Cientes dos limites dessa busca, buscamos ultrapassar as questões dialéticas do fenômeno e incluir as questões dialógicas que se impõem nesse momento.

O turismo é um composto de ações, interações e inter-relações de diferentes grupos sociais. Cada um deles tem suas lógicas e interesses específicos que se refletem nos processos de turistificação e construção dos espaços dos destinos turísticos. Cada um desses grupos sociais responde e ou interferem na produção da experiência turística e, para nós, o grupo dos trabalhadores (diretos e indiretos, formais e informais) tem uma cota de participação muito elevada. O turismo é fundamentalmente encontro de pessoas por motivos que vão além das necessidades essenciais de sobrevivência. Em cada um desses encontros, observamos trocas e processos de aculturação que resultam em novas experiências tanto para o visitante (turista) como para os visitados (residentes). Por serem essencialmente encontros presenciais (e a atual pandemia nos comprova isso), os produtos consumos pelo visitante são resultados do trabalho síncrono de agentes que atuam para garantir a tão falada “experiência turística”. Tal sincronicidade entre produção e consumo revelam o quão importante é a atuação dos trabalhadores para o sucesso do destino turístico. Por mais que “informatizemos” alguns processos, a essência do turismo é o encontro, as trocas presenciais. Isso nos aponta para a necessidade urgente

de conhecermos e compreendermos melhor quem são esses agentes sociais que aqui denominamos de trabalhadores do turismo.

Sentimos a necessidade premente de avançarmos nossas pesquisas para além de questões mais pragmáticas e pontuais relacionadas com o fazer turístico. Precisamos assumir que o trabalhador do turismo faz parte de um sistema auto-eco-organizado que extrapola as questões trabalhistas e que se inseri no sistema mundo atual. São muitas incertezas e muitas variáveis que, ao serem observadas preliminarmente, aponta para um ambiente caótico e desorganizado. Ordem, desordem, caos, organização e interação fazer parte disso tudo.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério do Turismo. (s.d.). Política Nacional de Qualificação no Turismo. Recuperado de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnqt-pdf> em 03 de outubro de 2021.
- Carneiro, J. (2018). A multiterritorialidade dos trabalhadores do turismo de Arraial do Cabo (RJ). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Turismo. Universidade Federal Fluminense. Niterói,
- Fratucci, A. C. (2000b). Os lugares turísticos: território do fenômeno turístico. *Revista GEOgraphia*, revista da pós-graduação em geografia da UFF. Niterói, ano II, n. 4, p. 121-133.
- Fratucci, A. C. (2008). *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. Niterói: UFF, 2008. 308 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Fratucci, A. C. (2000a). *O ordenamento territorial da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro: processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo*. 2000a. 178 f. Dissertação (mestrado em geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (1969). *Le vif du sujet*. Paris: Editions du Seuil.
- Morin, E. (1999). *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina.

Desigualdades de gênero e cor/raça no trabalho em Turismo no Brasil

Bianca Briguglio¹

O objetivo que aqui se coloca é discutir o setor de Turismo a partir da força de trabalho empregada nas ocupações relacionadas a este segmento. Tal discussão será feita a partir de dados e informações consultadas em duas bases de dados: a RAIS e a PNAD.

A RAIS é o Relatório Anual de Informações Sociais, e consiste em um conjunto de informações que as empresas precisam submeter ao Ministério do Trabalho sobre o negócio e seus funcionários. Por isso a RAIS nos informa apenas sobre o mercado formal de trabalho (trabalhadores formalmente registrados, com carteira de trabalho assinada e acesso aos direitos trabalhistas). A RAIS não traz informações sobre cor/raça dos trabalhadores, porque no Brasil esta informação deve ser autodeclarada, e o empregador não poderia informar.

A RAIS, entretanto, não tem sido publicada desde 2019, por conta da extinção do Ministério do Trabalho e sua absorção pelo Ministério da Economia². Por isso os dados da RAIS que serão apresentados referem-se apenas até 2019 e expressam uma realidade anterior à pandemia. Entretanto, essas informações nos permitem enxergar algumas tendências e contribuem para nossa percepção do cenário profissional no Turismo.

Para dar conta do mercado de trabalho informal e também à cor/raça dos/as trabalhadores/as, utilizaremos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD – Contínua, que também tem abrangência nacional e é trimestral. Ela é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de uma amostra probabilística de domicílios que revelam características que podem ser extrapoladas para o país.

Para acessar esses bancos de dados, foram utilizadas três divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE, também do IBGE):

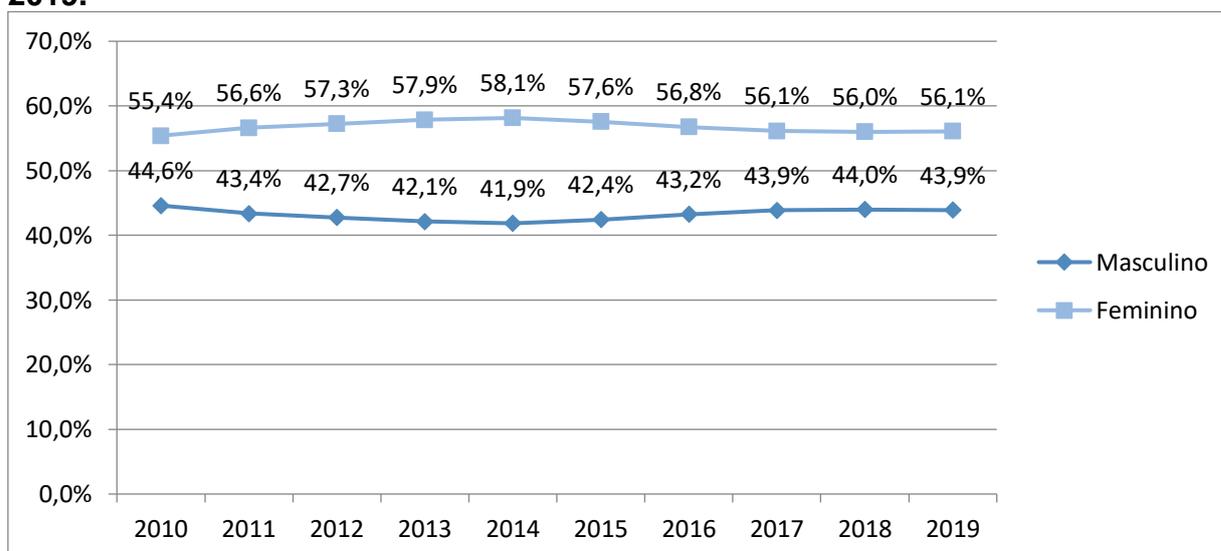
¹ Doutora em Ciências Sociais pelo IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Unicamp; contato: biancabrig@gmail.com e lattes: <http://lattes.cnpq.br/8982911796638845>

² Ainda que, neste momento, para abrigar um aliado do atual governo, o Ministério do Trabalho tenha voltado a existir, isto ainda não representou nenhuma mudança na prática.

hotéis e outros serviços de alojamento; restaurantes e outros serviços de alimentação e agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas. Esses são os setores que compõem o que chamaremos de segmento de Turismo e que serão analisados aqui.

De acordo com a RAIS 2019, eram 2.034.024 trabalhadores formalmente empregados nas atividades relacionadas ao setor do Turismo. A partir de uma ótica de gênero, é possível dizer que as mulheres eram mais da metade dos empregados no segmento, e que a diferença na quantidade de homens e mulheres se manteve relativamente a mesma nos últimos 10 anos.

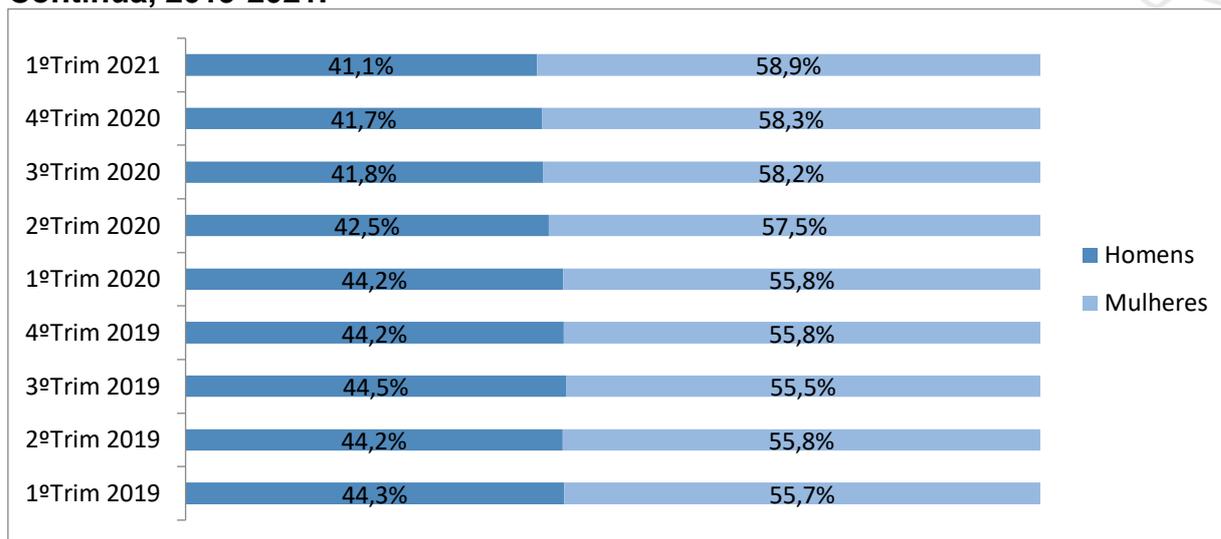
Gráfico 1 – Trabalhadores/as no Turismo por sexo. Brasil, 2010-2019. Rais 2019.



Fonte: Dados RAIS 2019. Elaboração própria.

A Pnad confirma essas informações. Apesar de se tratar de um período mais curto, a diferença entre homens e mulheres parece seguir a mesma estabilidade e proporção da Rais, com maioria de mulheres trabalhando no setor, agora considerando também o mercado informal. Tradicionalmente e muito por conta da necessidade de conciliar as tarefas do lar, da família, do cuidado e do trabalho profissional, as mulheres são a maioria no contingente de trabalhadores com trabalho informal e mais precário.

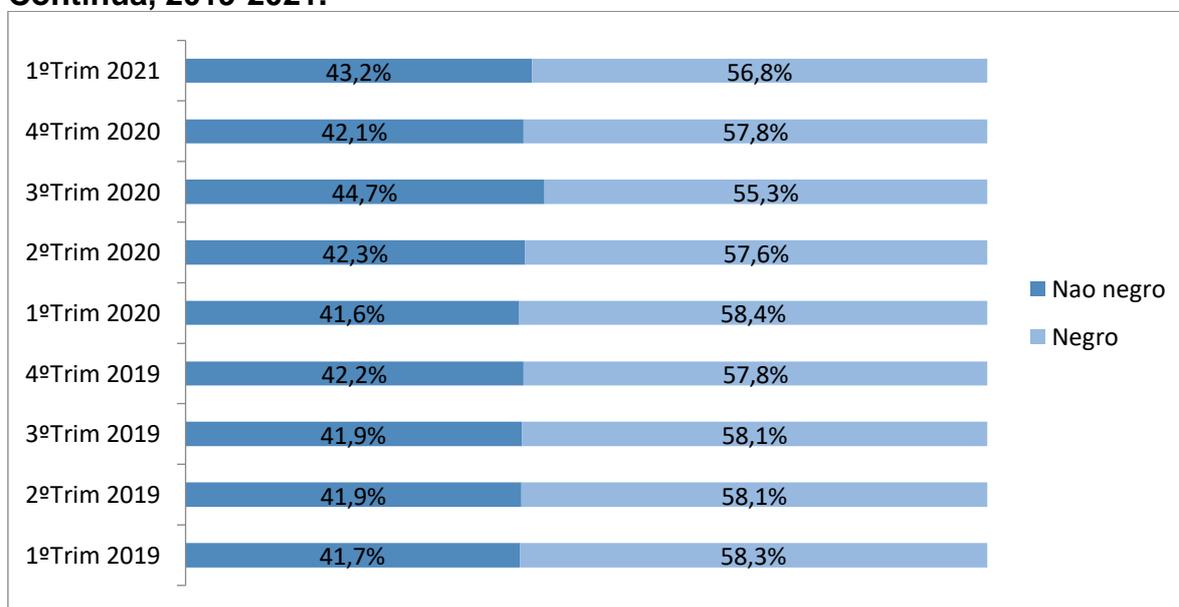
Gráfico 2 - Estimativa de ocupados no Turismo, segundo sexo. PNAD-Contínua, 2019-2021.



Fonte: PNAD Contínua.

Com relação à raça/ cor da pele, apenas a Pnad traz estes dados. Nos setores selecionados é possível notar que a maior parte da força de trabalho empregada se identifica como “negro”, considerando que esta categoria agrupa as pessoas que se declararam negras ou pardas. Como o gráfico abaixo demonstra, os “não brancos” não chegam nem à metade do contingente durante o período analisado. As pessoas negras, neste segmento, não são nenhuma minoria, pelo contrário.

Gráfico 3 – Estimativa de ocupados no Turismo, segundo cor/raça. Pnad-Contínua, 2019-2021.

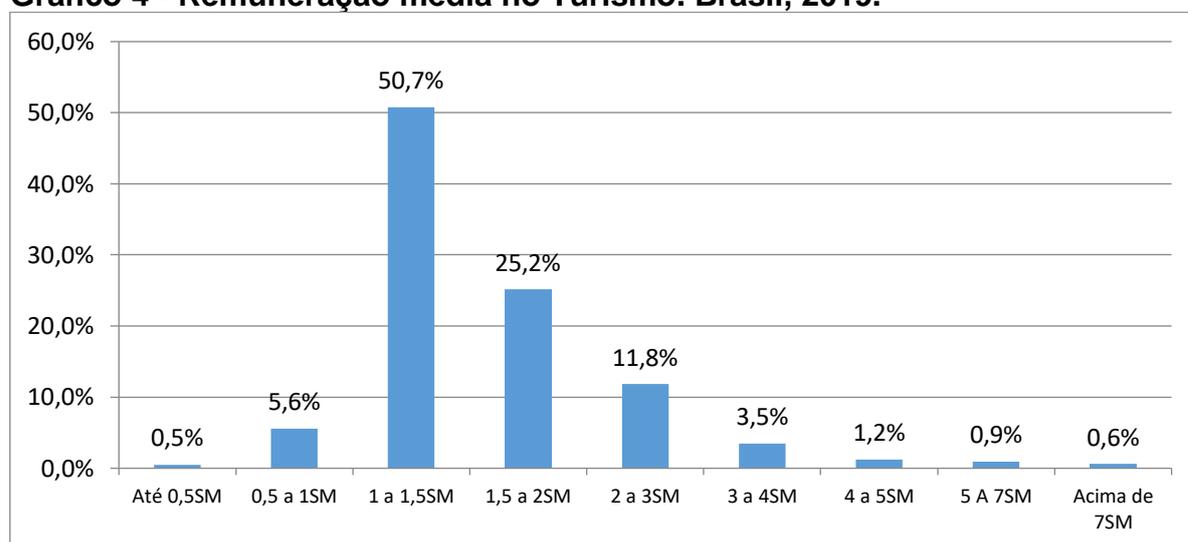


Fonte: PNAD Contínua.

Uma característica muito importante do setor de Turismo são os baixos salários praticados. Este é um dos setores que costuma remunerar pior sua força de trabalho. Por um lado, há uma parte móvel considerável na remuneração destes/as profissionais. No caso dos restaurantes, por exemplo, a gorjeta ou a “caixinha”, os 10% que os clientes pagam a mais, costumam ser divididos e, em alguns casos, representam até 50% da remuneração total (ou seja, casos em que a gorjeta equivale ao salário de registro). Isso pode acarretar uma série de problemas para estes/as trabalhadores/as, uma vez que a parte móvel da remuneração não integra sua contribuição para o INSS, nem para FGTS, nem compõem seu 13º salário ou o que será sua aposentadoria.

Por outro lado, independente da “complementação” da remuneração, os pisos salariais praticados no setor são baixíssimos, e geralmente equivalem a um salário mínimo, como podemos ver no Gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4 - Remuneração média no Turismo. Brasil, 2019.



Fonte: Dados RAIS. Elaboração própria.

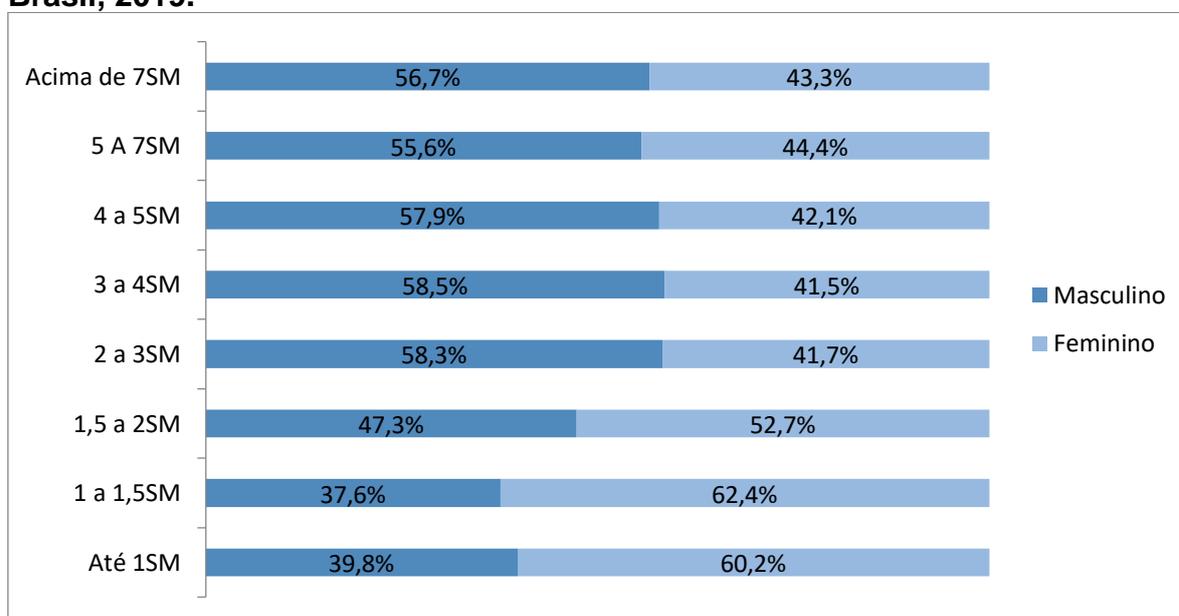
O gráfico revela que a maior parte da força de trabalho empregada nas ocupações do setor de Turismo recebe até um salário mínimo. Em 2019, ano de referência deste dado, o salário mínimo era de R\$ 998,00 e hoje, em 2021, é de R\$ 1.045,00 (um aumento bem baixo e pouco significativo, ainda mais considerando o cenário de influência e corrosão do poder de compra). Mais da metade dos empregados neste segmento recebem apenas um salário mínimo. Se somarmos todos os que recebem até 2 salários mínimos (que em 2019

significaria até R\$ 1.996,00, ou seja, menos de 2 mil reais), teremos 82% do total de empregados formais.

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) desenvolveu metodologia para calcular o *salário mínimo necessário*, um valor que representa o salário necessário para uma vida digna, considerando o custo de vida e não apenas o valor do salário mínimo. De acordo com esse cálculo, em dezembro de 2019 o salário mínimo necessário era R\$ 4.342,57. Comparado ao salário mínimo da época, R\$ 998,00, percebe-se que é praticamente impossível que apenas um salário mínimo sustentasse bem uma família na época – o que, infelizmente, segue sendo verdade neste momento.

É possível aferir que este conjunto de trabalhadores/as precise buscar outras formas de gerar renda e complementar o orçamento, mesmo tendo um trabalho formal para o qual dedicam 40 a 44 horas semanais, inclusive finais de semana e feriados. Isso aponta para uma precarização da vida, com o tempo de não trabalho, que deveria ser voltado para o descanso e o lazer, sendo tomado por mais trabalho e outras atividades que possibilitem algum tipo de ganho financeiro.

Gráfico 5 –Trabalhadores/as no Turismo, por sexo e remuneração média. Brasil, 2019.



Fonte: Dados RAIS. Elaboração própria.

Desagregando os dados de remuneração média por sexo, ainda utilizando as informações da Rais, é possível observar que, apesar de serem a maioria dos empregados no setor, as mulheres são maioria apenas nas três faixas salariais mais baixas. Conforme se sobe na escala de remuneração, menos mulheres encontramos, e mais homens. Elas são majoritárias apenas nas faixas que vão até 2 salários mínimos – que, como vimos, concentram a grande maioria dos empregados no setor.

A PNAD-Contínua confirma esses dados, ao mostrar a média salarial de homens e mulheres empregados no setor de Turismo, conforme a Tabela 1. No início do período analisado (1º trimestre de 2019), já havia diferença entre homens (média de R\$ 1.650,00) e mulheres (média de R\$ 1.302,00). No primeiro trimestre de 2021, enquanto o salário das mulheres aumentou apenas 0,6% em relação ao primeiro trimestre de 2019, o dos homens aumentou 24,5%.

Tabela 1 – Rendimento médio no setor de Turismo, em reais, segundo sexo.

Período	Homens	Mulheres
1ºTrim 2019	1.650	1.302
2ºTrim 2019	1.674	1.268
3ºTrim 2019	1.740	1.302
4ºTrim 2019	1.817	1.313
1ºTrim 2020	1.765	1.404
2ºTrim 2020	2.000	1.353
3ºTrim 2020	1.888	1.352
4ºTrim 2020	1.896	1.290
1ºTrim 2021	2.185	1.310

Fonte: PNAD Contínua.

Infelizmente não são apenas as diferenças de gênero que redundam em desigualdades salariais no setor de Turismo. Utilizando os dados da PNAD-Contínua, é possível observar o rendimento médio para os grupos identificados como “negros” e “não negros”.

Tabela 2 – Rendimento médio no setor de Turismo, segundo raça/cor.

Período	Não negro	Negro
1ºTrim 2019	1.785	1.221
2ºTrim 2019	1.780	1.208
3ºTrim 2019	1.876	1.223
4ºTrim 2019	1.899	1.273
1ºTrim 2020	1.963	1.280
2ºTrim 2020	2.039	1.332
3ºTrim 2020	1.983	1.245
4ºTrim 2020	1.986	1.219
1ºTrim 2021	2.194	1.274

Fonte: PNAD Contínua.

A tabela revela que já há uma diferença significativa na média de rendimentos no primeiro trimestre de 2019, mas que esta se torna maior durante o período analisado. Enquanto o salário dos não negros aumentou 22,9%, o daqueles/as que se autodeclararam negros/as aumentou apenas 4,3%, não chegando sequer ao mesmo valor que o grupo de não negros no início do período.

Um argumento muito comum, sobretudo no discurso dos empregadores e da burguesia nacional há muito tempo, é que os baixos salários praticados no setor se devem à pouca ou baixa qualificação profissional dos/as trabalhadores/as da área. A falta de educação profissional e os poucos anos de estudo seriam justificativa para se praticarem baixos salários e mesmo para vincular os rendimentos à “performance”, já que as gorjetas que compõem a remuneração são diretamente proporcionais à satisfação dos clientes atendidos.

Ainda que a qualificação profissional seja mais difícil de mensurar, pois teoricamente se refere a outros cursos e formações voltados para o mercado de trabalho e aprendizagem de um ofício ou profissão, é possível analisar o grau de escolaridade dos/as trabalhadores/as, que revela que a grande maioria dos/as empregados/as tem o Ensino Médio completo.

Tabela 3 – Trabalhadores no Turismo, por faixas de escolaridade. Brasil, 2019.

Ensino Superior Completo	5,1%
Ensino Superior Incompleto	2,4%
Ensino Médio Completo	62,4%
Ensino Médio Incompleto	10,0%
Ensino Fundamental Completo	11,6%
Ensino Fundamental Incompleto	8,6%

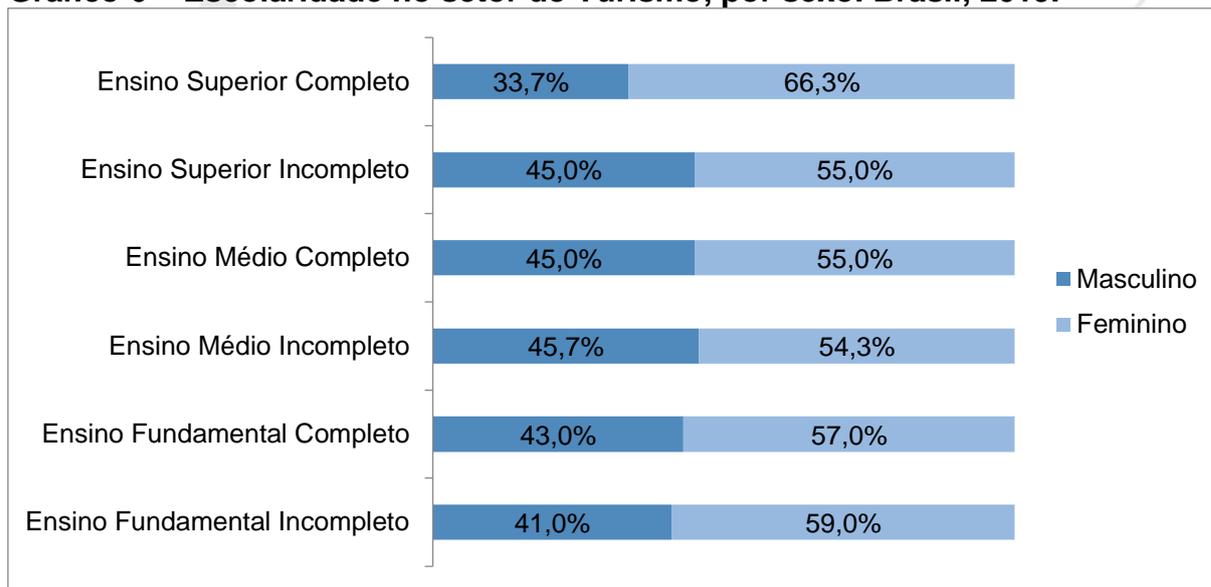
Fonte: Dados RAIS. Elaboração própria.

O fato da grande maioria dos/as empregados/as no segmento de Turismo ter o Ensino Médio completo é um reflexo da universalização deste nível de ensino em anos anteriores, que permitiu que muitos empregadores passassem a considerar o Ensino Médio como pré-requisito para o processo seletivo de emprego. Ainda assim, o percentual de pessoas com escolaridade até o Ensino Médio é significativamente maior do que daquelas que tem Ensino Superior (completo ou incompleto).

É de se pensar que tipo de qualificação o empregador espera de um/a trabalhador/a que terá como perspectiva receber salários baixos, uma parte do qual variável, trabalhar longas jornadas e ter pouco tempo para si e sua família, o que dirá para investir em formação profissional, num mercado com alta rotatividade. Esta qualificação, por exemplo, quase nunca ou muito dificilmente é oferecida pela empresa. Mesmo que esta, em raríssimas ocasiões, ofereça algum tipo de apoio financeiro para que algum/a funcionário/a faça cursos, cabe ao/à trabalhador/a conciliar esta atividade com o trabalho e as outras tarefas da vida cotidiana.

Deste ponto de vista, as mulheres saíam em desvantagem, uma vez que o trabalho doméstico e de cuidados, que é realizado em casa, é responsabilidade quase que exclusivamente feminina, o que as sobrecarrega. Entretanto, quando analisamos os dados de escolaridade por sexo, é possível observar que as mulheres são majoritárias no seletivo e pequeno grupo de trabalhadores/as com Ensino Superior completo.

Gráfico 6 – Escolaridade no setor do Turismo, por sexo. Brasil, 2019.

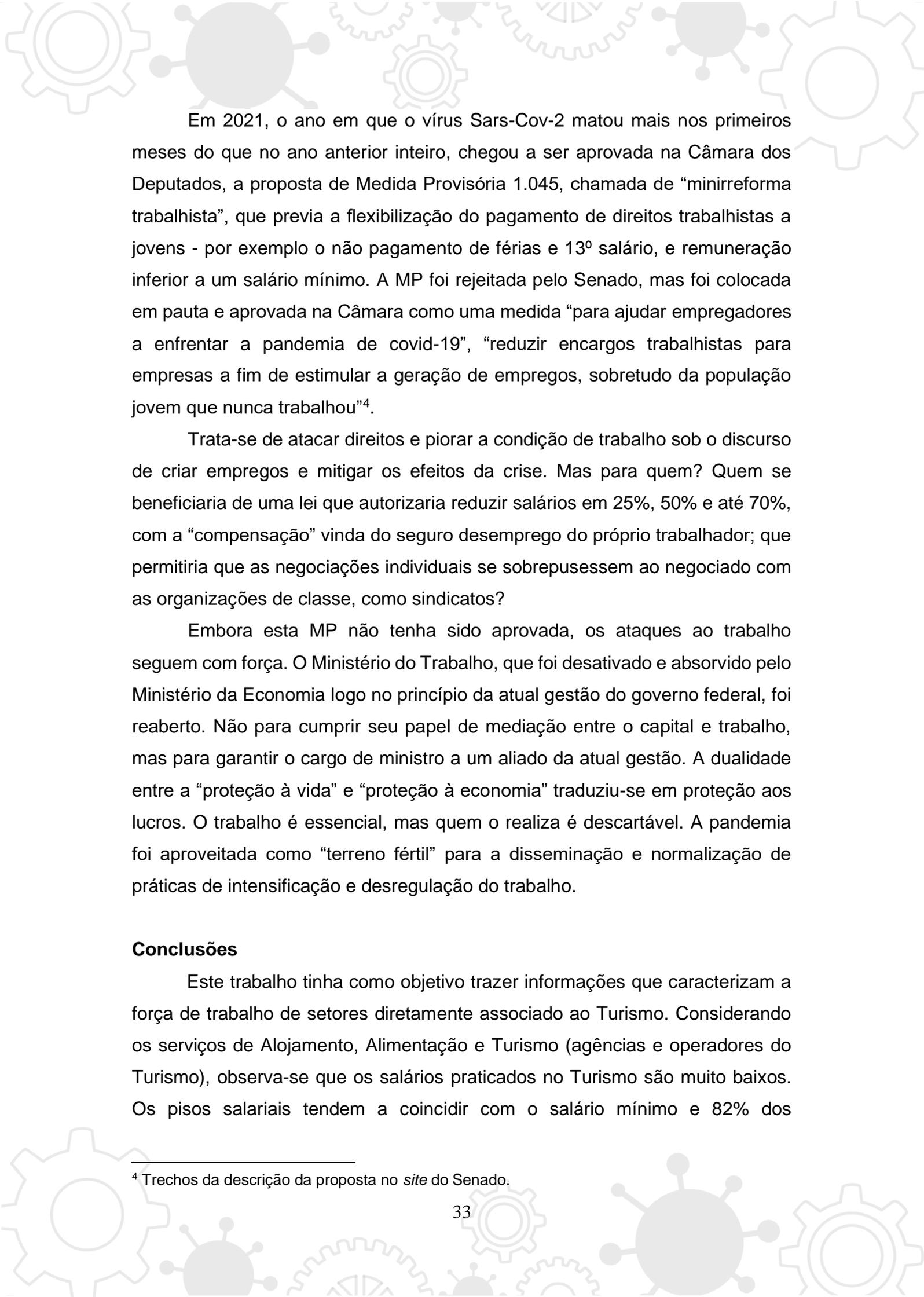


Fonte: Dados RAIS. Elaboração própria.

Estes dados nos ajudam a desenhar um cenário do trabalho nas ocupações ligadas ao Turismo antes da pandemia de Covid-19. O que as pesquisas têm revelado é que os problemas e desigualdades que já existiam foram potencializados e aprofundados durante o período do isolamento social e fechamento de estabelecimentos comerciais ocasionados pela pandemia. O setor da Alojamento, Alimentação e Turismo, que consideramos aqui conjuntamente, estão entre os mais impactados pela pandemia, uma vez que são atividades econômicas cuja própria natureza representa risco no contexto pandêmico.

Ao invés de proteger os/as trabalhadores/as mais vulneráveis, que sofreram pressões para continuarem trabalhando, a proposta governamental foram mais investidas contra os direitos adquiridos. Lembremo-nos que a Reforma Trabalhista de 2017 representou um ataque contundente aos direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e à Justiça do Trabalho, e não apresentou nenhum resultado que a justificaria, como o aumento na oferta de empregos, conforme havia sido prometido por aqueles que a defenderam³.

³ O Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), ligado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) produziu bastante material crítico da Reforma Trabalhista. O dossiê sobre o assunto pode ser acessado em <https://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/> (acesso em 13 set. 2021).



Em 2021, o ano em que o vírus Sars-Cov-2 matou mais nos primeiros meses do que no ano anterior inteiro, chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados, a proposta de Medida Provisória 1.045, chamada de “minirreforma trabalhista”, que previa a flexibilização do pagamento de direitos trabalhistas a jovens - por exemplo o não pagamento de férias e 13º salário, e remuneração inferior a um salário mínimo. A MP foi rejeitada pelo Senado, mas foi colocada em pauta e aprovada na Câmara como uma medida “para ajudar empregadores a enfrentar a pandemia de covid-19”, “reduzir encargos trabalhistas para empresas a fim de estimular a geração de empregos, sobretudo da população jovem que nunca trabalhou”⁴.

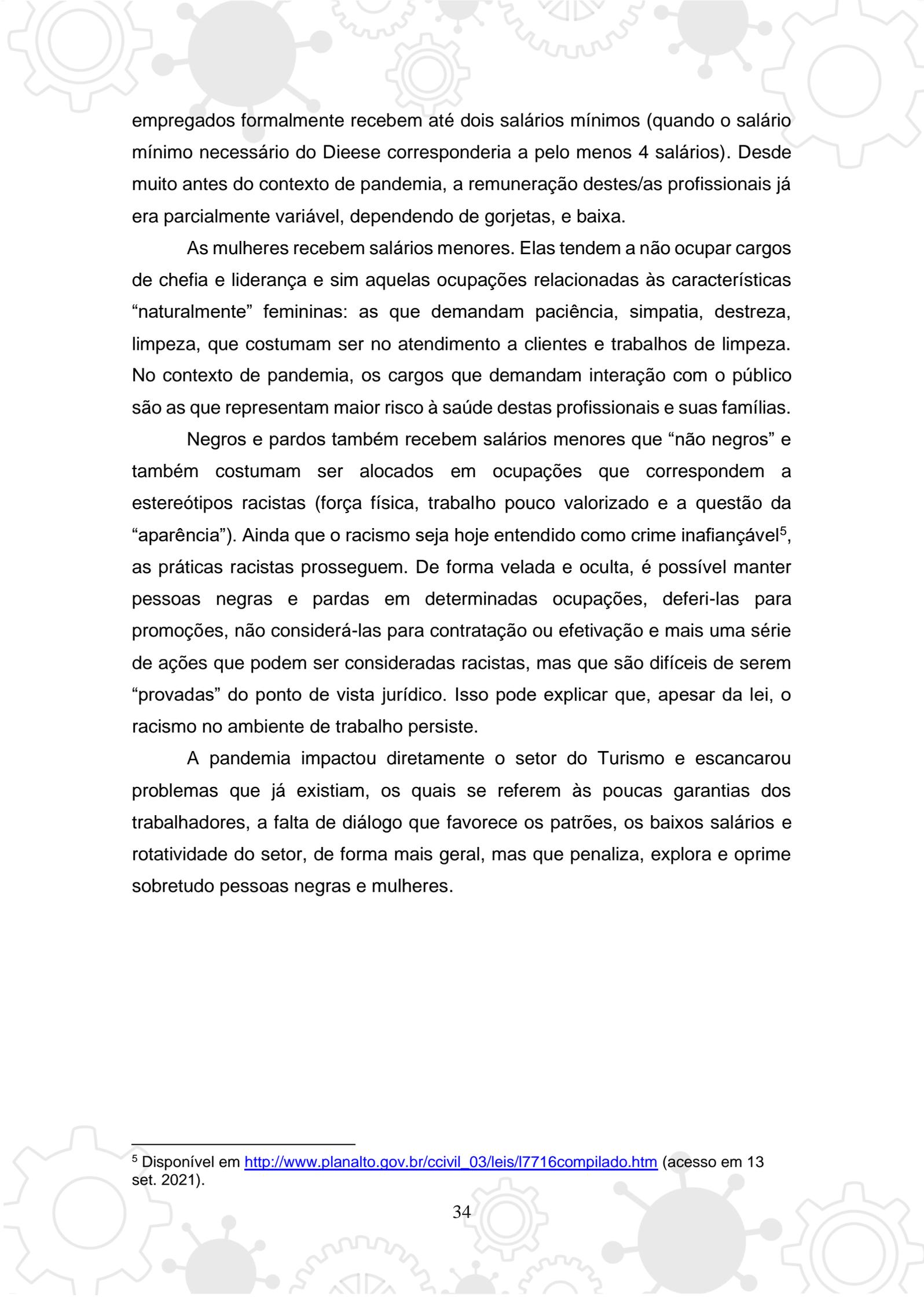
Trata-se de atacar direitos e piorar a condição de trabalho sob o discurso de criar empregos e mitigar os efeitos da crise. Mas para quem? Quem se beneficiaria de uma lei que autorizaria reduzir salários em 25%, 50% e até 70%, com a “compensação” vinda do seguro desemprego do próprio trabalhador; que permitiria que as negociações individuais se sobrepujassem ao negociado com as organizações de classe, como sindicatos?

Embora esta MP não tenha sido aprovada, os ataques ao trabalho seguem com força. O Ministério do Trabalho, que foi desativado e absorvido pelo Ministério da Economia logo no princípio da atual gestão do governo federal, foi reaberto. Não para cumprir seu papel de mediação entre o capital e trabalho, mas para garantir o cargo de ministro a um aliado da atual gestão. A dualidade entre a “proteção à vida” e “proteção à economia” traduziu-se em proteção aos lucros. O trabalho é essencial, mas quem o realiza é descartável. A pandemia foi aproveitada como “terreno fértil” para a disseminação e normalização de práticas de intensificação e desregulação do trabalho.

Conclusões

Este trabalho tinha como objetivo trazer informações que caracterizam a força de trabalho de setores diretamente associado ao Turismo. Considerando os serviços de Alojamento, Alimentação e Turismo (agências e operadores do Turismo), observa-se que os salários praticados no Turismo são muito baixos. Os pisos salariais tendem a coincidir com o salário mínimo e 82% dos

⁴ Trechos da descrição da proposta no *site* do Senado.



empregados formalmente recebem até dois salários mínimos (quando o salário mínimo necessário do Dieese corresponderia a pelo menos 4 salários). Desde muito antes do contexto de pandemia, a remuneração destes/as profissionais já era parcialmente variável, dependendo de gorjetas, e baixa.

As mulheres recebem salários menores. Elas tendem a não ocupar cargos de chefia e liderança e sim aquelas ocupações relacionadas às características “naturalmente” femininas: as que demandam paciência, simpatia, destreza, limpeza, que costumam ser no atendimento a clientes e trabalhos de limpeza. No contexto de pandemia, os cargos que demandam interação com o público são as que representam maior risco à saúde destas profissionais e suas famílias.

Negros e pardos também recebem salários menores que “não negros” e também costumam ser alocados em ocupações que correspondem a estereótipos racistas (força física, trabalho pouco valorizado e a questão da “aparência”). Ainda que o racismo seja hoje entendido como crime inafiançável⁵, as práticas racistas prosseguem. De forma velada e oculta, é possível manter pessoas negras e pardas em determinadas ocupações, deferi-las para promoções, não considerá-las para contratação ou efetivação e mais uma série de ações que podem ser consideradas racistas, mas que são difíceis de serem “provadas” do ponto de vista jurídico. Isso pode explicar que, apesar da lei, o racismo no ambiente de trabalho persiste.

A pandemia impactou diretamente o setor do Turismo e escancarou problemas que já existiam, os quais se referem às poucas garantias dos trabalhadores, a falta de diálogo que favorece os patrões, os baixos salários e rotatividade do setor, de forma mais geral, mas que penaliza, explora e oprime sobretudo pessoas negras e mulheres.

⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716compilado.htm (acesso em 13 set. 2021).

A precariedade do trabalho aprofundada pela pandemia em segmentos do turismo - O caso dos guias de turismo

Bianca Paes G. dos Santos^{1 2}

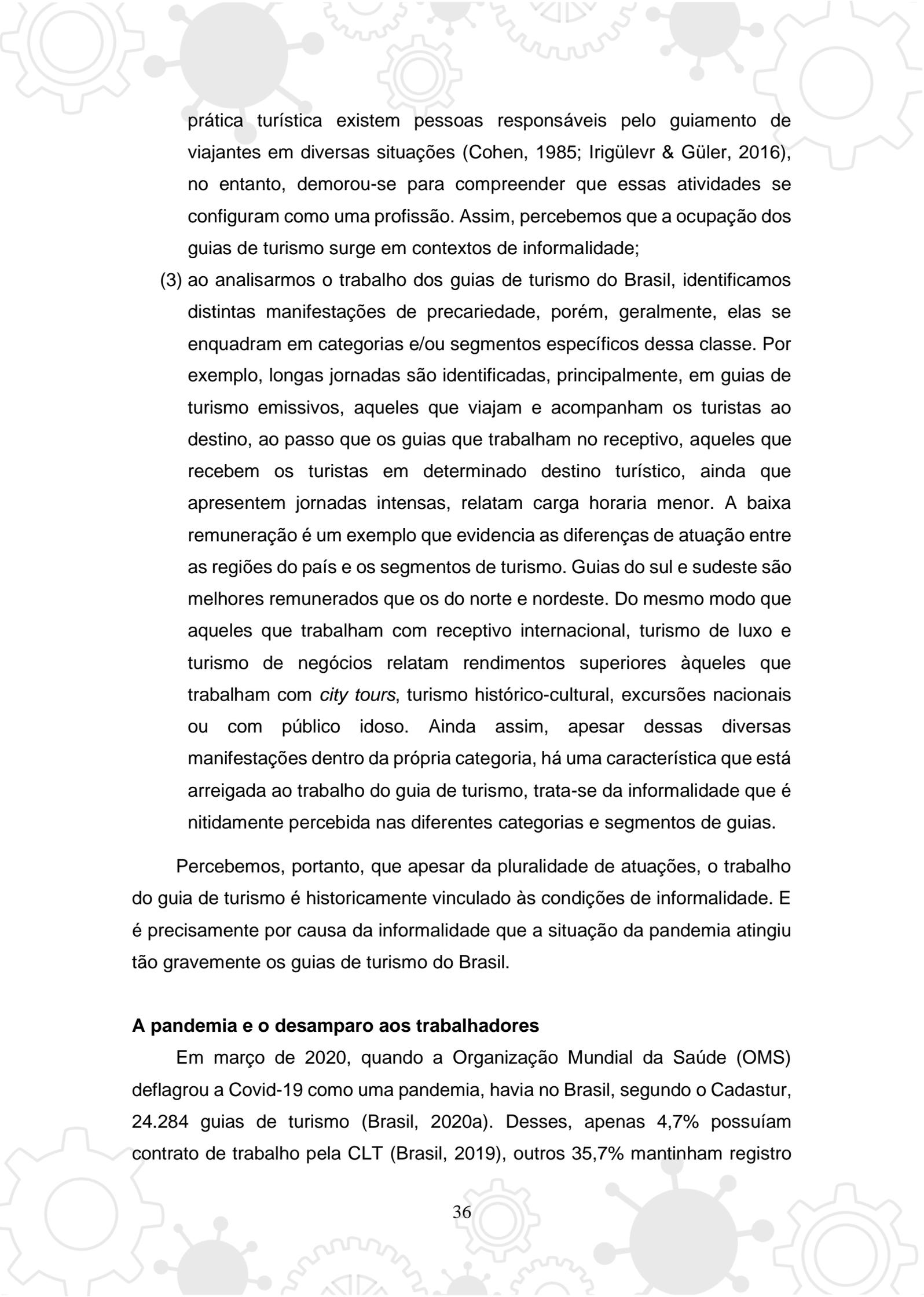
É inquestionável que, em geral, as consequências da pandemia de Covid-19 afetaram a vida de toda a classe trabalhadora em diversos níveis: saúde, social, psicológico, econômico e político. No que tange o trabalho, observamos que aquelas atividades profissionais que antes já apresentavam manifestações de precariedade, encontram-se em condições ainda mais frágeis.

Entre os trabalhadores que tiveram suas condições de trabalho pioradas nesse período, encontram-se os guias de turismo. Porém, para discutirmos sobre como a pandemia impactou o trabalho dessa classe é preciso que antes façamos algumas considerações iniciais:

- (1) em cada país a profissão se organiza de um modo diferente, especialmente no que se refere à qualificação e a regulamentação da ocupação. Há países onde não se exige qualificação mínima para os guias de turismo, outros dispõem de formações de nível técnico/profissional e há também aqueles com formações de nível superior. A mesma diferenciação ocorre na questão da regulamentação, em alguns países a atividade é regulamentada e controlada pelo governo, enquanto em outros, é desregulamentada e de livre exercício. Por essa razão, não é possível que se compare as condições de trabalho dos guias em diferentes países em uma análise única, pois essas situações estruturais refletem diretamente nas conjunturas locais. Aqui apresentarei, especificamente, o panorama dos guias de turismo do Brasil;
- (2) as atividades de guiamento, acompanhamento e orientação de visitantes são historicamente precarizadas, assim como tantas outras ocupações características do turismo. Observamos que desde os primórdios da

¹ Esta apresentação reúne reflexões desenvolvidas na minha dissertação de mestrado, orientada pelo Prof. Dr. Edegar Luís Tomazzoni (EACH-USP).

² Guia de Turismo Regional/SP. Mestranda em Turismo pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), São Paulo, Brasil. E-mail: biancapgsantos@usp.br



prática turística existem pessoas responsáveis pelo guiamento de viajantes em diversas situações (Cohen, 1985; Irigüelvr & Güler, 2016), no entanto, demorou-se para compreender que essas atividades se configuram como uma profissão. Assim, percebemos que a ocupação dos guias de turismo surge em contextos de informalidade;

- (3) ao analisarmos o trabalho dos guias de turismo do Brasil, identificamos distintas manifestações de precariedade, porém, geralmente, elas se enquadram em categorias e/ou segmentos específicos dessa classe. Por exemplo, longas jornadas são identificadas, principalmente, em guias de turismo emissivos, aqueles que viajam e acompanham os turistas ao destino, ao passo que os guias que trabalham no receptivo, aqueles que recebem os turistas em determinado destino turístico, ainda que apresentem jornadas intensas, relatam carga horária menor. A baixa remuneração é um exemplo que evidencia as diferenças de atuação entre as regiões do país e os segmentos de turismo. Guias do sul e sudeste são melhores remunerados que os do norte e nordeste. Do mesmo modo que aqueles que trabalham com receptivo internacional, turismo de luxo e turismo de negócios relatam rendimentos superiores àqueles que trabalham com *city tours*, turismo histórico-cultural, excursões nacionais ou com público idoso. Ainda assim, apesar dessas diversas manifestações dentro da própria categoria, há uma característica que está arreigada ao trabalho do guia de turismo, trata-se da informalidade que é nitidamente percebida nas diferentes categorias e segmentos de guias.

Percebemos, portanto, que apesar da pluralidade de atuações, o trabalho do guia de turismo é historicamente vinculado às condições de informalidade. E é precisamente por causa da informalidade que a situação da pandemia atingiu tão gravemente os guias de turismo do Brasil.

A pandemia e o desamparo aos trabalhadores

Em março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) deflagrou a Covid-19 como uma pandemia, havia no Brasil, segundo o Cadastur, 24.284 guias de turismo (Brasil, 2020a). Desses, apenas 4,7% possuíam contrato de trabalho pela CLT (Brasil, 2019), outros 35,7% mantinham registro

como Microempreendedores Individuais – MEI (Brasil, 2020b)³ e 59,7% trabalhavam informalmente, sem qualquer vínculo empregatício ou seguridade social. Logo observamos que a informalidade do trabalho no segmento dos guias de turismo é superior à média nacional de 38,7% (IBGE, 2021) e à média dos empregos no turismo, 51,2% (IPEA, 2019).

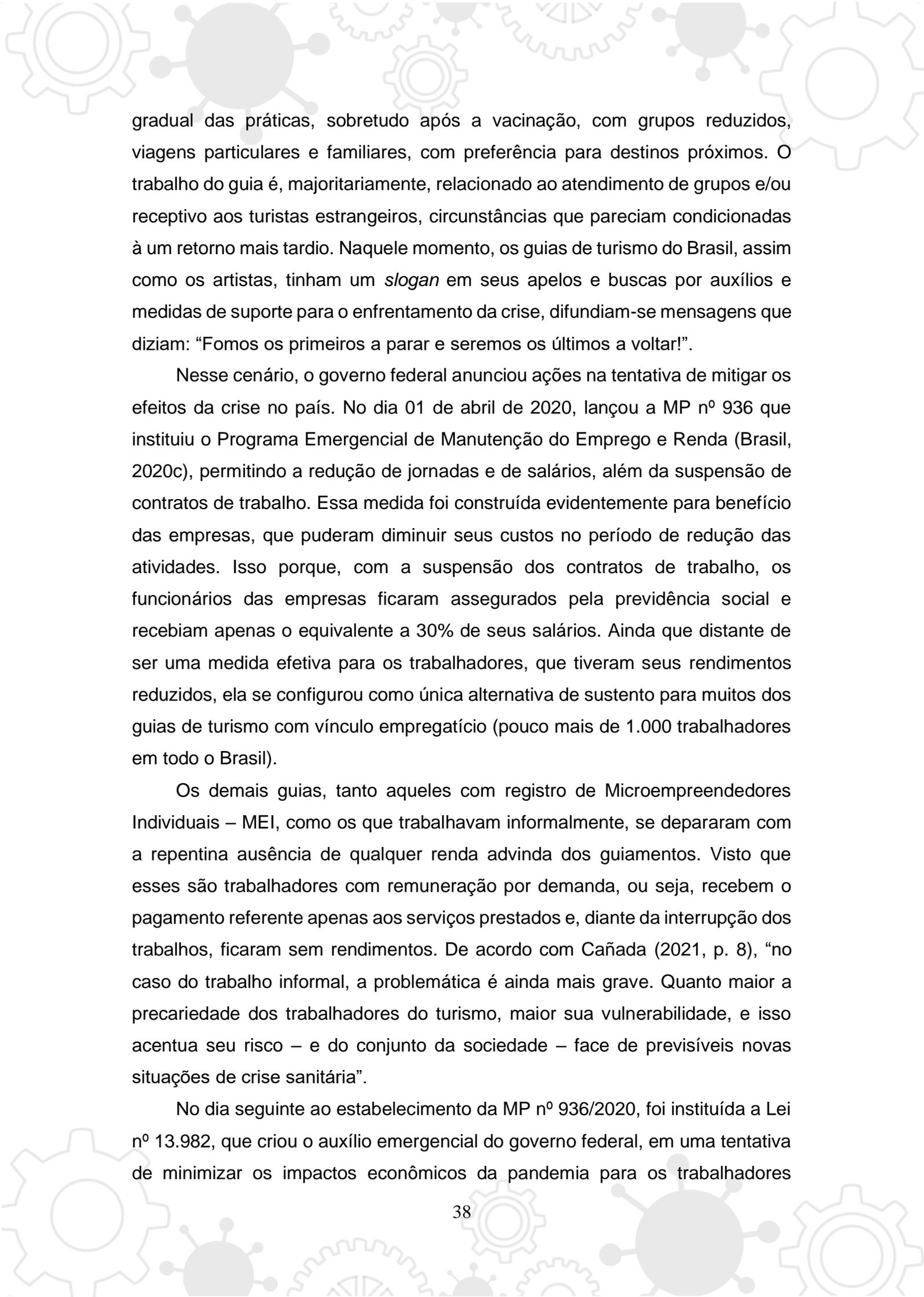
Por se tratar de uma doença transmitida, principalmente, pelo contato interpessoal, a primeira medida recomendada para tentar controlar a situação foi o distanciamento e o isolamento social. Dessa forma, cessaram-se as viagens, tentaram reduzir os deslocamentos ao essencial e fecharam fronteiras. Conforme apontado por Cañada (2021), as medidas para evitar a disseminação da Covid-19 comprometeram duas dimensões essenciais da atividade turística: a mobilidade e a interação humana.

Diante do mote “Fique em casa”, os guias de turismo paralisaram suas atividades, seja por medo do adoecimento, consciência sobre a necessidade de isolamento, ausência de demanda turística ou por imposição externa, como destinos fechados, cancelamentos, agências e atrativos sem funcionamento.

Ao preparar essa apresentação, me recordei daquela semana onde interrompemos nosso trabalho (a partir do dia 17 de março/2020): os turistas fervorosos a procura de cancelamentos e remarcações, a ausência de orientações oficiais por parte dos governos, a resistência de alguns setores e atrativos em aderir às medidas de isolamento, além do medo do desconhecido vírus. Agora, com algum distanciamento, analiso que apesar de conscientes a respeito da necessidade de interrupção das agendas, fomos um tanto quanto ingênuos ao supor a brevidade da situação. Me lembro de argumentarmos internamente na associação de guias a qual integro e estabelecemos o combinado: “Vamos parar por uns 15 dias e logo voltamos com tudo” e “Será uma interrupção total, mas é necessária e logo vai passar”.

Com o avanço da pandemia, compreendemos que o setor de turismo, em especial as atividades de guiamento, demorariam a retornar. Isso porque já nas primeiras discussões sobre turismo pós-covid, apontava-se para o retorno

³ Esses dados se referem ao número de Microempreendedores Individuais (MEI) enquadrados na CNAE 79121-00 (Operadores Turísticos), com ocupação principal como “guia de turismo independente”. Esse material foi disponibilizado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em resposta à solicitação de acesso à informação.

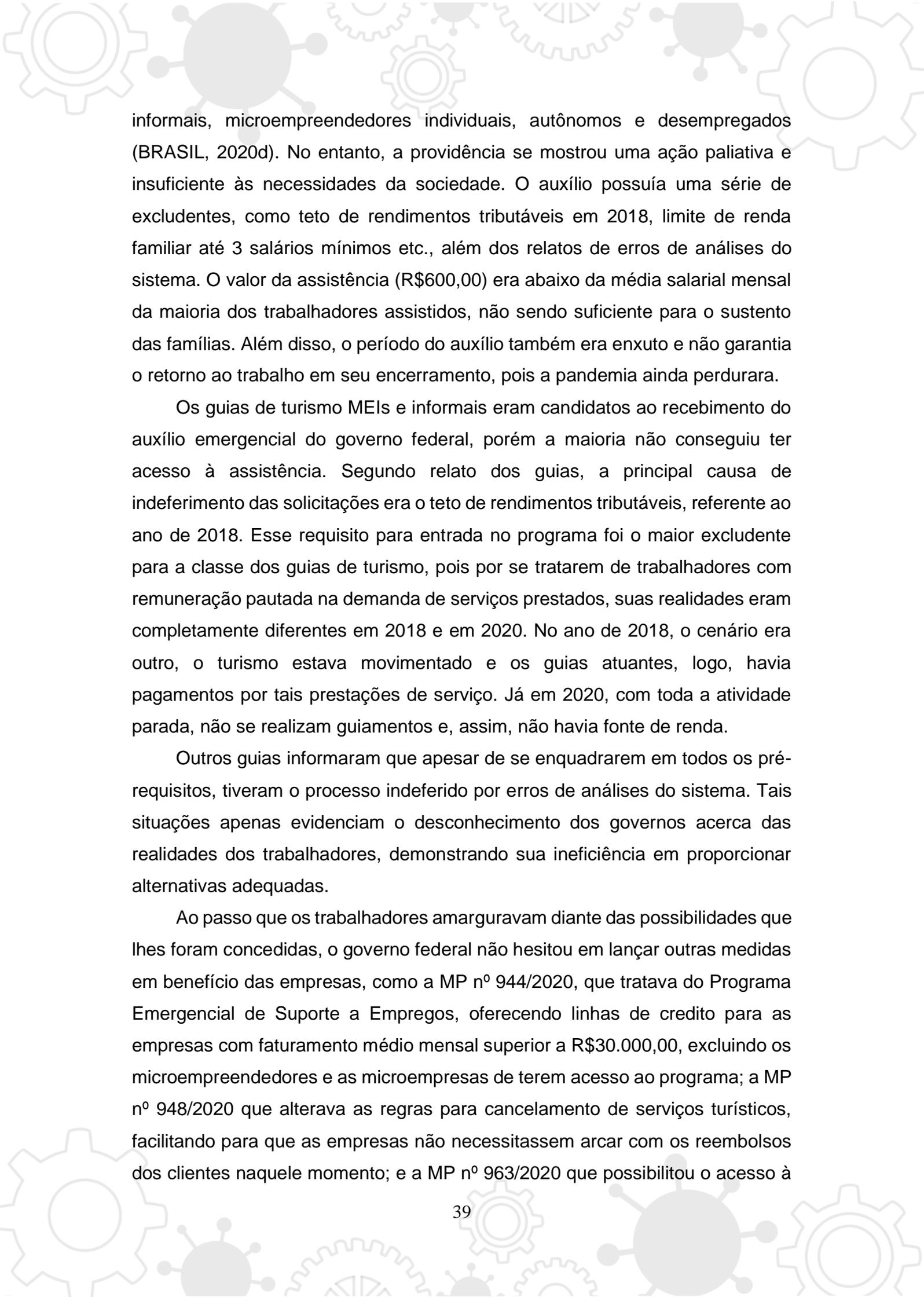


gradual das práticas, sobretudo após a vacinação, com grupos reduzidos, viagens particulares e familiares, com preferência para destinos próximos. O trabalho do guia é, majoritariamente, relacionado ao atendimento de grupos e/ou receptivo aos turistas estrangeiros, circunstâncias que pareciam condicionadas à um retorno mais tardio. Naquele momento, os guias de turismo do Brasil, assim como os artistas, tinham um *slogan* em seus apelos e buscas por auxílios e medidas de suporte para o enfrentamento da crise, difundiam-se mensagens que diziam: “Fomos os primeiros a parar e seremos os últimos a voltar!”.

Nesse cenário, o governo federal anunciou ações na tentativa de mitigar os efeitos da crise no país. No dia 01 de abril de 2020, lançou a MP nº 936 que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (Brasil, 2020c), permitindo a redução de jornadas e de salários, além da suspensão de contratos de trabalho. Essa medida foi construída evidentemente para benefício das empresas, que puderam diminuir seus custos no período de redução das atividades. Isso porque, com a suspensão dos contratos de trabalho, os funcionários das empresas ficaram assegurados pela previdência social e recebiam apenas o equivalente a 30% de seus salários. Ainda que distante de ser uma medida efetiva para os trabalhadores, que tiveram seus rendimentos reduzidos, ela se configurou como única alternativa de sustento para muitos dos guias de turismo com vínculo empregatício (pouco mais de 1.000 trabalhadores em todo o Brasil).

Os demais guias, tanto aqueles com registro de Microempreendedores Individuais – MEI, como os que trabalhavam informalmente, se depararam com a repentina ausência de qualquer renda advinda dos guiamentos. Visto que esses são trabalhadores com remuneração por demanda, ou seja, recebem o pagamento referente apenas aos serviços prestados e, diante da interrupção dos trabalhos, ficaram sem rendimentos. De acordo com Cañada (2021, p. 8), “no caso do trabalho informal, a problemática é ainda mais grave. Quanto maior a precariedade dos trabalhadores do turismo, maior sua vulnerabilidade, e isso acentua seu risco – e do conjunto da sociedade – face de previsíveis novas situações de crise sanitária”.

No dia seguinte ao estabelecimento da MP nº 936/2020, foi instituída a Lei nº 13.982, que criou o auxílio emergencial do governo federal, em uma tentativa de minimizar os impactos econômicos da pandemia para os trabalhadores

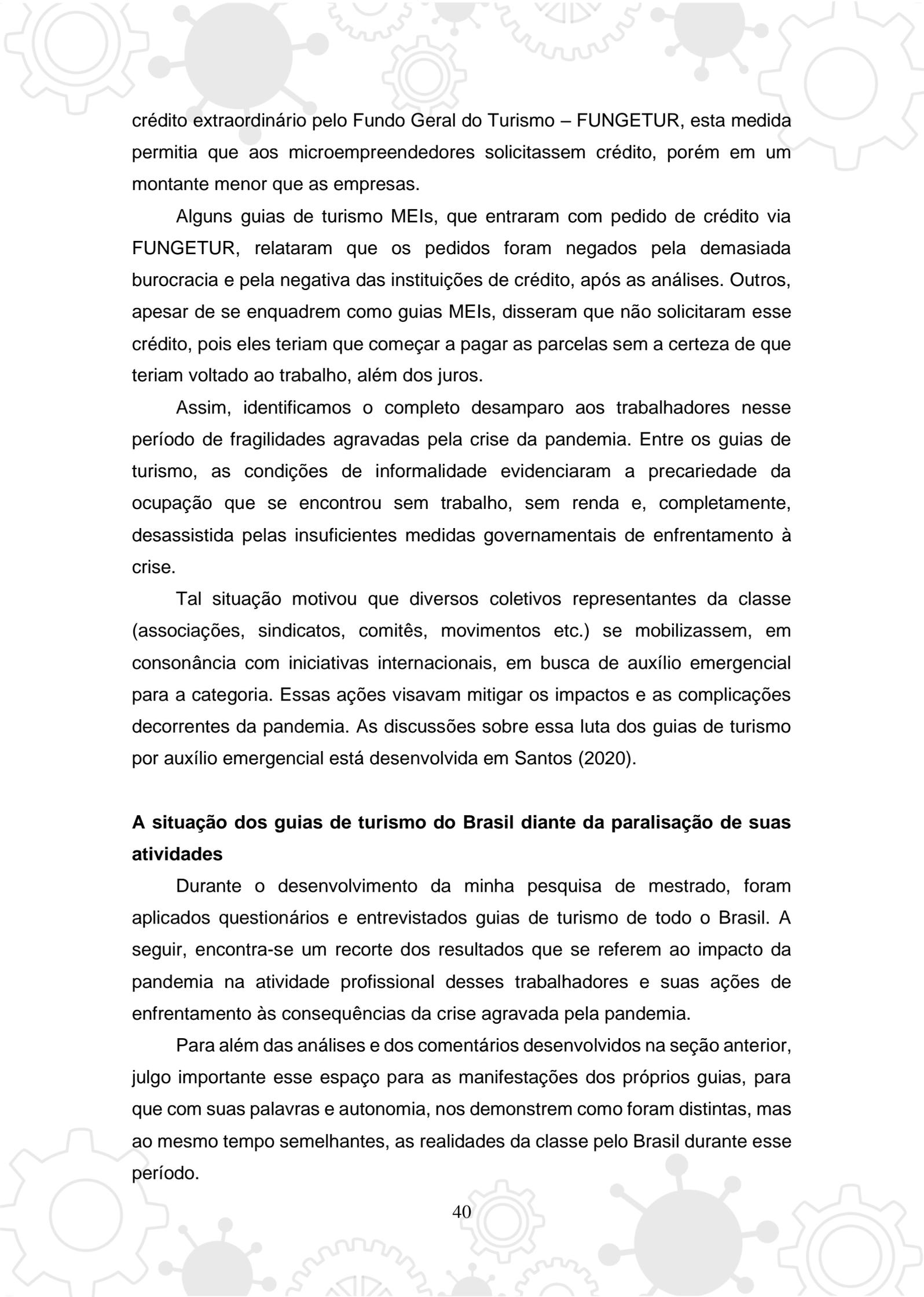


informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados (BRASIL, 2020d). No entanto, a providência se mostrou uma ação paliativa e insuficiente às necessidades da sociedade. O auxílio possuía uma série de excludentes, como teto de rendimentos tributáveis em 2018, limite de renda familiar até 3 salários mínimos etc., além dos relatos de erros de análises do sistema. O valor da assistência (R\$600,00) era abaixo da média salarial mensal da maioria dos trabalhadores assistidos, não sendo suficiente para o sustento das famílias. Além disso, o período do auxílio também era enxuto e não garantia o retorno ao trabalho em seu encerramento, pois a pandemia ainda perdurara.

Os guias de turismo MEIs e informais eram candidatos ao recebimento do auxílio emergencial do governo federal, porém a maioria não conseguiu ter acesso à assistência. Segundo relato dos guias, a principal causa de indeferimento das solicitações era o teto de rendimentos tributáveis, referente ao ano de 2018. Esse requisito para entrada no programa foi o maior excludente para a classe dos guias de turismo, pois por se tratarem de trabalhadores com remuneração pautada na demanda de serviços prestados, suas realidades eram completamente diferentes em 2018 e em 2020. No ano de 2018, o cenário era outro, o turismo estava movimentado e os guias atuantes, logo, havia pagamentos por tais prestações de serviço. Já em 2020, com toda a atividade parada, não se realizam guiamentos e, assim, não havia fonte de renda.

Outros guias informaram que apesar de se enquadrarem em todos os pré-requisitos, tiveram o processo indeferido por erros de análises do sistema. Tais situações apenas evidenciam o desconhecimento dos governos acerca das realidades dos trabalhadores, demonstrando sua ineficiência em proporcionar alternativas adequadas.

Ao passo que os trabalhadores amarguravam diante das possibilidades que lhes foram concedidas, o governo federal não hesitou em lançar outras medidas em benefício das empresas, como a MP nº 944/2020, que tratava do Programa Emergencial de Suporte a Empregos, oferecendo linhas de crédito para as empresas com faturamento médio mensal superior a R\$30.000,00, excluindo os microempreendedores e as microempresas de terem acesso ao programa; a MP nº 948/2020 que alterava as regras para cancelamento de serviços turísticos, facilitando para que as empresas não necessitassem arcar com os reembolsos dos clientes naquele momento; e a MP nº 963/2020 que possibilitou o acesso à



crédito extraordinário pelo Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, esta medida permitia que aos microempreendedores solicitassem crédito, porém em um montante menor que as empresas.

Alguns guias de turismo MEIs, que entraram com pedido de crédito via FUNGETUR, relataram que os pedidos foram negados pela demasiada burocracia e pela negativa das instituições de crédito, após as análises. Outros, apesar de se enquadrarem como guias MEIs, disseram que não solicitaram esse crédito, pois eles teriam que começar a pagar as parcelas sem a certeza de que teriam voltado ao trabalho, além dos juros.

Assim, identificamos o completo desamparo aos trabalhadores nesse período de fragilidades agravadas pela crise da pandemia. Entre os guias de turismo, as condições de informalidade evidenciaram a precariedade da ocupação que se encontrou sem trabalho, sem renda e, completamente, desassistida pelas insuficientes medidas governamentais de enfrentamento à crise.

Tal situação motivou que diversos coletivos representantes da classe (associações, sindicatos, comitês, movimentos etc.) se mobilizassem, em consonância com iniciativas internacionais, em busca de auxílio emergencial para a categoria. Essas ações visavam mitigar os impactos e as complicações decorrentes da pandemia. As discussões sobre essa luta dos guias de turismo por auxílio emergencial está desenvolvida em Santos (2020).

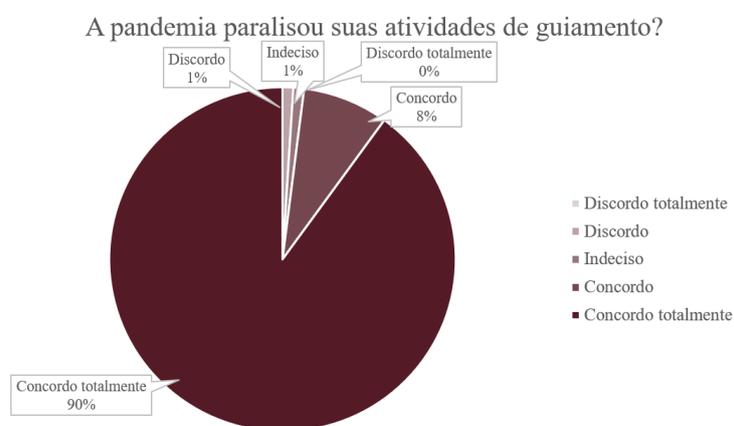
A situação dos guias de turismo do Brasil diante da paralisação de suas atividades

Durante o desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado, foram aplicados questionários e entrevistados guias de turismo de todo o Brasil. A seguir, encontra-se um recorte dos resultados que se referem ao impacto da pandemia na atividade profissional desses trabalhadores e suas ações de enfrentamento às consequências da crise agravada pela pandemia.

Para além das análises e dos comentários desenvolvidos na seção anterior, julgo importante esse espaço para as manifestações dos próprios guias, para que com suas palavras e autonomia, nos demonstrem como foram distintas, mas ao mesmo tempo semelhantes, as realidades da classe pelo Brasil durante esse período.

Na pesquisa, foram aplicados questionários online a 692 guias de turismo, eles foram indagados sobre se a pandemia havia paralisado suas atividades de guiamento. Desses, 98% concordaram com a situação, evidenciando que, de fato, o trabalho dos guias de turismo foi interrompido em razão da pandemia.

Gráfico 1 - Paralisação das atividades de guiamento, em função da pandemia



Fonte: a autora (2021).

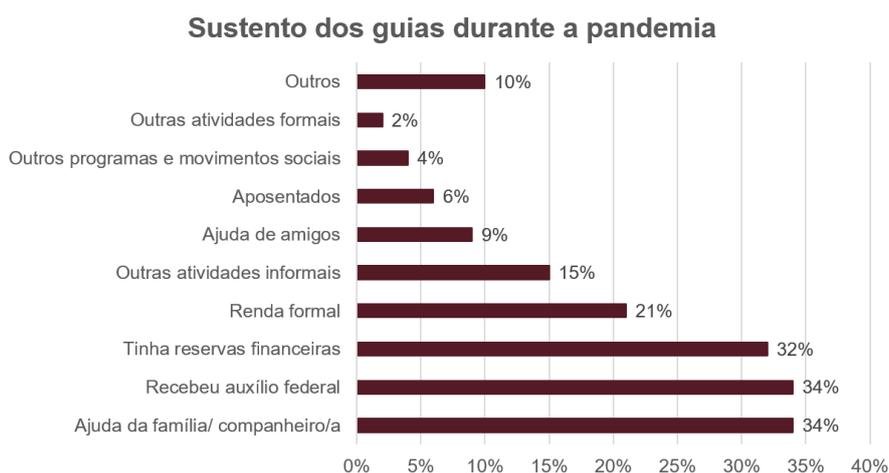
Na minoria que discordou, estão aqueles que não pararam de trabalhar ou pararam por um curto período de tempo que não os impactou significativamente.

- Não atuo quando há decretos e portarias que impeçam as atividades, quando não há, atuo normalmente (p. 325)
- Parei apenas durante o mês de março (p. 369)

Com a finalidade de compreender se a classe dos guias de turismo configurou-se como uma das primeiras a serem afetadas pela chegada da pandemia ao país, indaguei a eles quando teria sido seu último dia de trabalho. Para 75% dos guias de turismo, suas atividades foram interrompidas em fevereiro/2020 (especialmente após o carnaval) e março/2020 (maioria ainda na primeira quinzena). Desse modo, muitos desses trabalhadores paralisaram suas atividades profissionais antes mesmo dos decretos municipais e estaduais que estabeleciam as medidas de distanciamento social, demonstrando que não foram as determinações governamentais que cessaram as práticas de guiamento.

Uma preocupação recorrente nesse período se referia a como os guias estariam se sustentando durante a suspensão dos fluxos turísticos. A maioria dependeu da ajuda de familiares e dos companheiros (34%), juntamente com aqueles que receberam o auxílio emergencial do governo federal (34%). Ainda assim, é válido ressaltar que o índice de guias que recebeu o referido auxílio é baixo, visto que essa medida deveria ter assistido todos os trabalhadores que precisavam.

Gráfico 2 – Sustento dos guias de turismo durante a pandemia



Fonte: a autora (2021).

Outro dado interessante é relativo aos guias que se sustentaram com suas reservas financeiras (32%). Embora seja popularmente apontado que os brasileiros não tenham o hábito ou as condições (face as baixas remunerações e condições instáveis de emprego) para fazerem economias, no caso dos guias de turismo pode-se supor que, por se tratar de uma categoria marcada pela sazonalidade característica do turismo e pela constante insegurança decorrente da informalidade, seja uma prática usual.

Entre aqueles que apontaram terem se sustentado de outras formas (10%), mencionou-se os guias com emprego formal que estavam com contrato suspenso, outros que se tornaram motoristas de aplicativo e entregadores de *delivery*, outros que estavam “fazendo quentinhas, bolos, pães e doces para fora” (p. 307), ou ainda vivendo de doações de cestas básicas e vendendo rifas, outros se tornaram produtores rurais, costureiras, e tinha também aqueles que estavam “vendendo coisas, pois nem consegui o auxílio do governo” (p. 591).

Por fim, durante a realização das entrevistas com os líderes de associações, sindicatos e movimentos representativos da classe dos guias de turismo, ouvi testemunhos muito marcantes que dispensam maiores comentários.

Quando solicitado para que contassem os impactos da pandemia no trabalho dos guias daquela região onde atuavam, disseram que:

Foi desastroso, foi desastroso... A pandemia veio e devastou todo mundo. É aquilo, né? Estamos na mesma tempestade, mas com barcos diferentes. E agora estamos vendo colegas com a canoa afundando já. Teve canoa que não resistiu. (Cristiano⁴, PR)

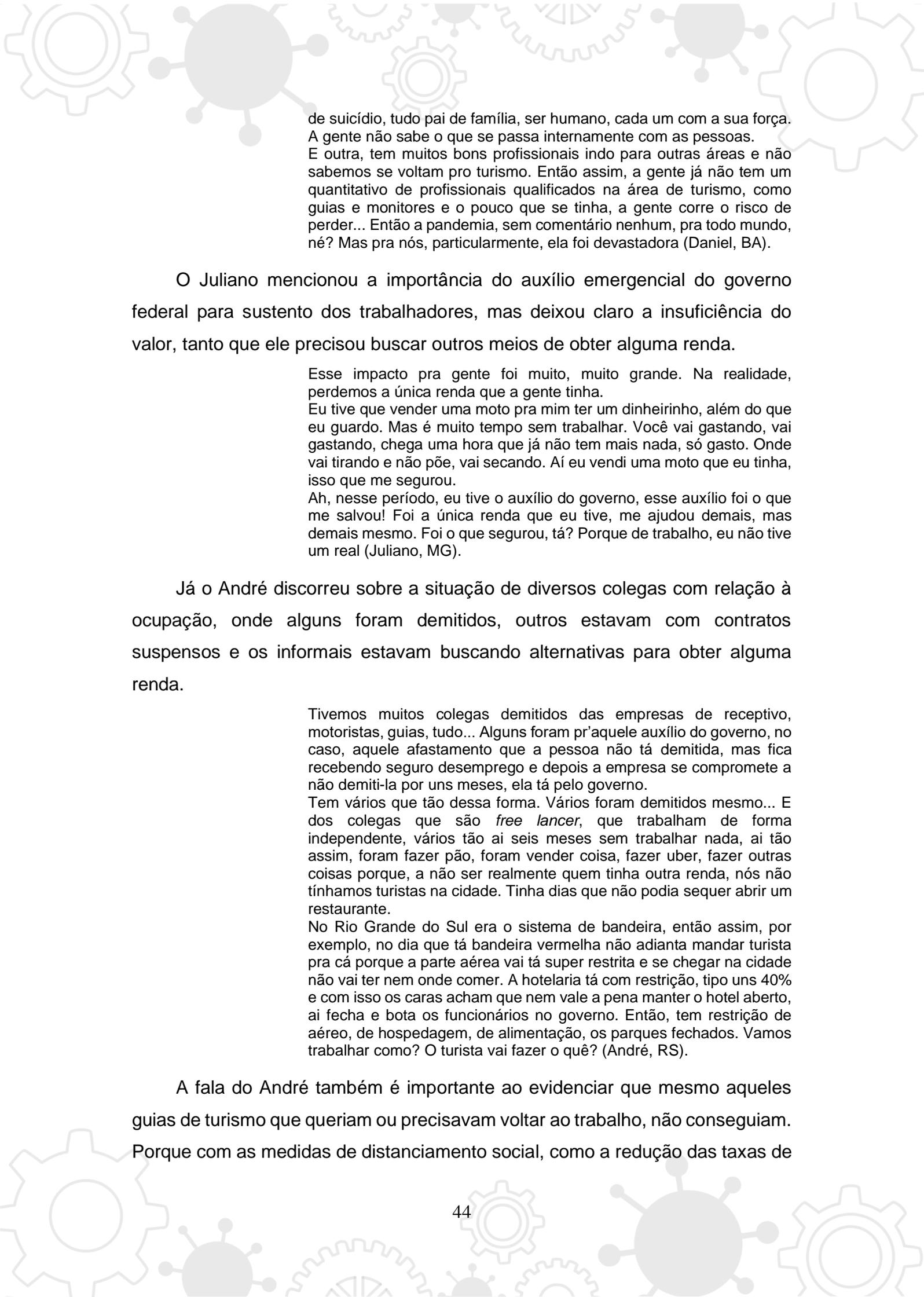
Ademais, o Cristiano contou que muitos colegas de profissão migraram para trabalhar em outras áreas, alguns chegaram até a ir embora da cidade em busca de emprego e ele não sabe dizer se esses profissionais retornarão. O Marcos comentou algo similar sobre esses guias que estavam mudando de carreira por causa da pandemia, mas, antes, ele falou sobre os guias que pegaram Covid-19 e não tiveram qualquer forma de auxílio para sua recuperação, bem como aqueles que passaram necessidade no período.

Ninguém paga nada, ninguém tem seguro de nada. Quando adocece, mana, vai viver de a família pedir, vai viver da ajuda dos colegas. Com a pandemia agora, os guias tão tudo desamparado. Nesse momento aqui, tem guia passando fome, tem guias com ordem de despejo, tem guias com seus dinheiros que acabou tudo, tem guias que perderam sua casa e teve guias aqui, que eu saiba uns 4 ou 5, que tentaram até se matar. Isso é horrível!
99% dos guias, vou falar pra você, estão ai na benção... e sem expectativas, o mais triste é isso: estamos sem expectativas de retorno, de saber quando isso tudo vai passar. Eu tava pensando com outros colegas mais antigos que se isso durar mais, os guias vão tudo migrar pro plano B e não voltar mais, e quem perde com isso? o turismo, o Amazonas. O conhecimento dessas pessoas vai embora e não volta. (Marcos, AM)

Infelizmente, o depoimento do Marcos não foi o único a tratar sobre guias de turismo que chegaram no auge do desespero e da vulnerabilidade psicológica. O Daniel relatou que a pandemia deixou muitos prejuízos, em diversos aspectos:

Então a gente teve esse prejuízo e, é assim, incalculável... Muitos amigos estão desesperados. Inclusive, nós perdemos um amigo que acabou ceifando sua vida, em [nome da cidade]. Ele entrou em desespero, acabou se suicidando. Várias outras pessoas com ameaça

⁴ Utilizamos nomes fictícios na codificação das entrevistas para garantir que participantes não seriam identificados nominalmente na pesquisa.



de suicídio, tudo pai de família, ser humano, cada um com a sua força. A gente não sabe o que se passa internamente com as pessoas. E outra, tem muitos bons profissionais indo para outras áreas e não sabemos se voltam pro turismo. Então assim, a gente já não tem um quantitativo de profissionais qualificados na área de turismo, como guias e monitores e o pouco que se tinha, a gente corre o risco de perder... Então a pandemia, sem comentário nenhum, pra todo mundo, né? Mas pra nós, particularmente, ela foi devastadora (Daniel, BA).

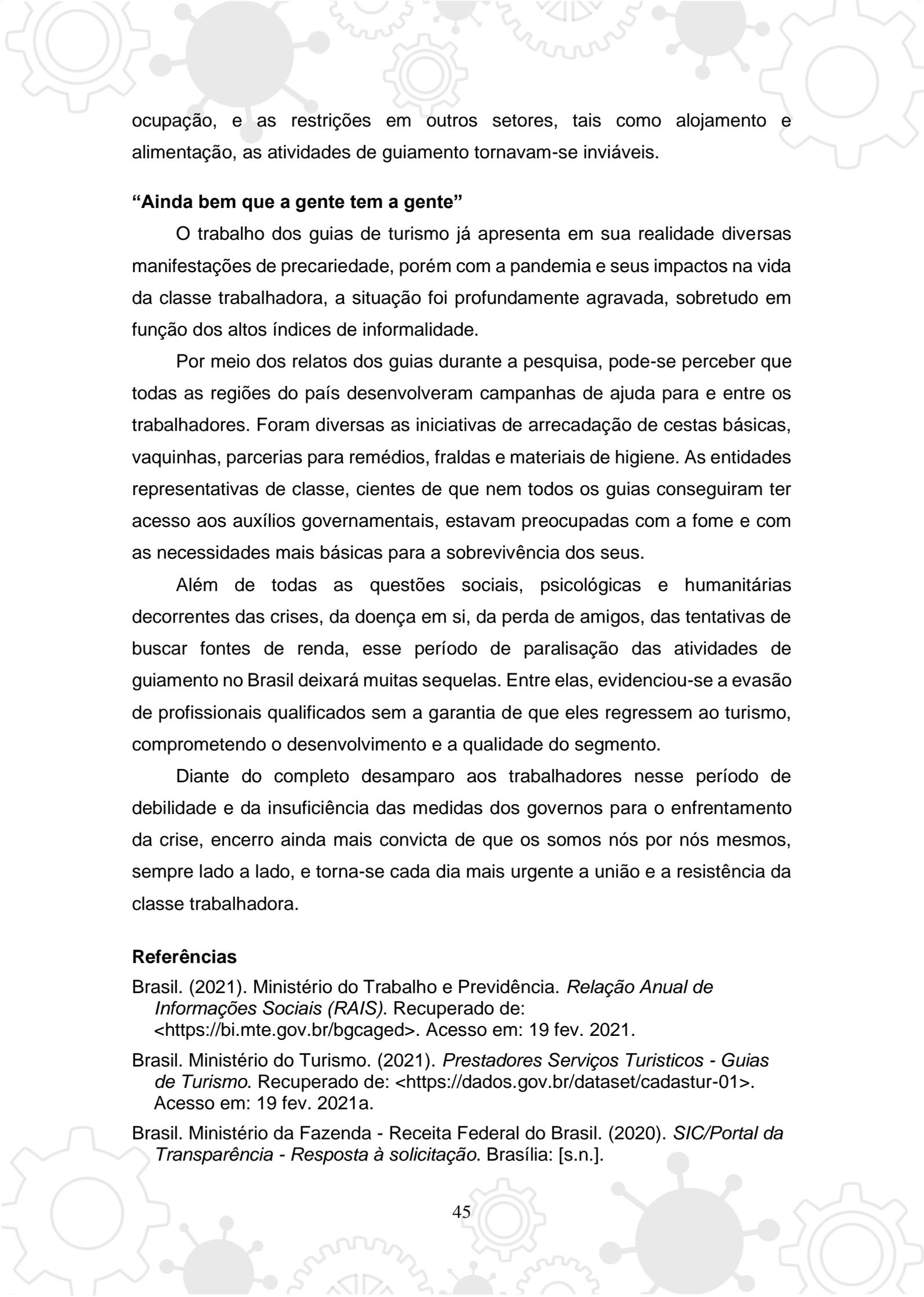
O Juliano mencionou a importância do auxílio emergencial do governo federal para sustento dos trabalhadores, mas deixou claro a insuficiência do valor, tanto que ele precisou buscar outros meios de obter alguma renda.

Esse impacto pra gente foi muito, muito grande. Na realidade, perdemos a única renda que a gente tinha. Eu tive que vender uma moto pra mim ter um dinheirinho, além do que eu guardo. Mas é muito tempo sem trabalhar. Você vai gastando, vai gastando, chega uma hora que já não tem mais nada, só gasto. Onde vai tirando e não põe, vai secando. Aí eu vendi uma moto que eu tinha, isso que me segurou. Ah, nesse período, eu tive o auxílio do governo, esse auxílio foi o que me salvou! Foi a única renda que eu tive, me ajudou demais, mas demais mesmo. Foi o que segurou, tá? Porque de trabalho, eu não tive um real (Juliano, MG).

Já o André discorreu sobre a situação de diversos colegas com relação à ocupação, onde alguns foram demitidos, outros estavam com contratos suspensos e os informais estavam buscando alternativas para obter alguma renda.

Tivemos muitos colegas demitidos das empresas de receptivo, motoristas, guias, tudo... Alguns foram pr'aquele auxílio do governo, no caso, aquele afastamento que a pessoa não tá demitida, mas fica recebendo seguro desemprego e depois a empresa se compromete a não demiti-la por uns meses, ela tá pelo governo. Tem vários que tão dessa forma. Vários foram demitidos mesmo... E dos colegas que são *free lancer*, que trabalham de forma independente, vários tão ai seis meses sem trabalhar nada, ai tão assim, foram fazer pão, foram vender coisa, fazer uber, fazer outras coisas porque, a não ser realmente quem tinha outra renda, nós não tínhamos turistas na cidade. Tinha dias que não podia sequer abrir um restaurante. No Rio Grande do Sul era o sistema de bandeira, então assim, por exemplo, no dia que tá bandeira vermelha não adianta mandar turista pra cá porque a parte aérea vai tá super restrita e se chegar na cidade não vai ter nem onde comer. A hotelaria tá com restrição, tipo uns 40% e com isso os caras acham que nem vale a pena manter o hotel aberto, ai fecha e bota os funcionários no governo. Então, tem restrição de aéreo, de hospedagem, de alimentação, os parques fechados. Vamos trabalhar como? O turista vai fazer o quê? (André, RS).

A fala do André também é importante ao evidenciar que mesmo aqueles guias de turismo que queriam ou precisavam voltar ao trabalho, não conseguiam. Porque com as medidas de distanciamento social, como a redução das taxas de



ocupação, e as restrições em outros setores, tais como alojamento e alimentação, as atividades de guiamento tornavam-se inviáveis.

“Ainda bem que a gente tem a gente”

O trabalho dos guias de turismo já apresenta em sua realidade diversas manifestações de precariedade, porém com a pandemia e seus impactos na vida da classe trabalhadora, a situação foi profundamente agravada, sobretudo em função dos altos índices de informalidade.

Por meio dos relatos dos guias durante a pesquisa, pode-se perceber que todas as regiões do país desenvolveram campanhas de ajuda para e entre os trabalhadores. Foram diversas as iniciativas de arrecadação de cestas básicas, vaquinhas, parcerias para remédios, fraldas e materiais de higiene. As entidades representativas de classe, cientes de que nem todos os guias conseguiram ter acesso aos auxílios governamentais, estavam preocupadas com a fome e com as necessidades mais básicas para a sobrevivência dos seus.

Além de todas as questões sociais, psicológicas e humanitárias decorrentes das crises, da doença em si, da perda de amigos, das tentativas de buscar fontes de renda, esse período de paralisação das atividades de guiamento no Brasil deixará muitas sequelas. Entre elas, evidenciou-se a evasão de profissionais qualificados sem a garantia de que eles regressem ao turismo, comprometendo o desenvolvimento e a qualidade do segmento.

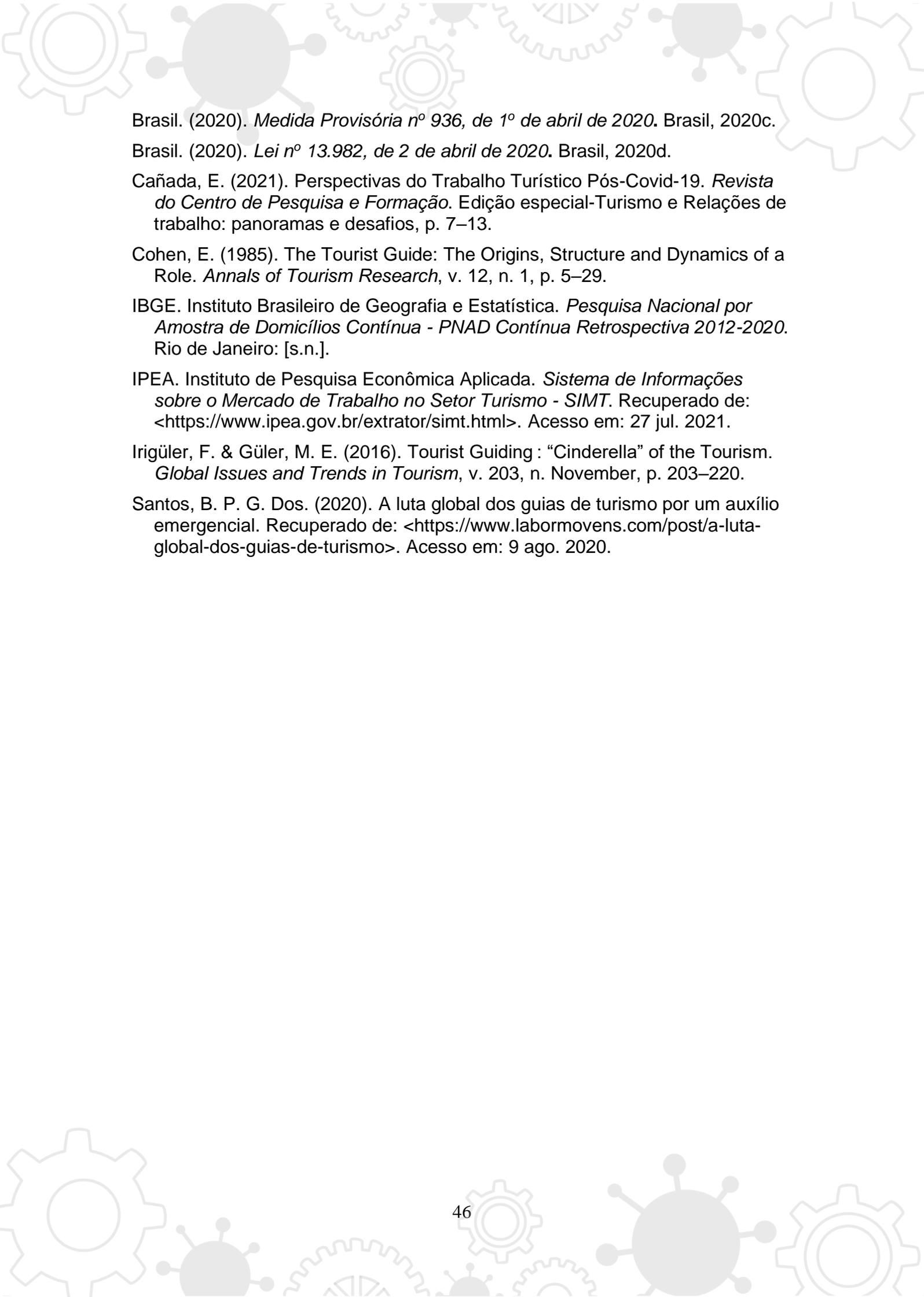
Diante do completo desamparo aos trabalhadores nesse período de debilidade e da insuficiência das medidas dos governos para o enfrentamento da crise, encerro ainda mais convicta de que os somos nós por nós mesmos, sempre lado a lado, e torna-se cada dia mais urgente a união e a resistência da classe trabalhadora.

Referências

Brasil. (2021). Ministério do Trabalho e Previdência. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Recuperado de: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

Brasil. Ministério do Turismo. (2021). *Prestadores Serviços Turísticos - Guias de Turismo*. Recuperado de: <<https://dados.gov.br/dataset/cadastur-01>>. Acesso em: 19 fev. 2021a.

Brasil. Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil. (2020). *SIC/Portal da Transparência - Resposta à solicitação*. Brasília: [s.n.].

- 
- Brasil. (2020). *Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020*. Brasil, 2020c.
- Brasil. (2020). *Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020*. Brasil, 2020d.
- Cañada, E. (2021). Perspectivas do Trabalho Turístico Pós-Covid-19. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*. Edição especial-Turismo e Relações de trabalho: panoramas e desafios, p. 7–13.
- Cohen, E. (1985). The Tourist Guide: The Origins, Structure and Dynamics of a Role. *Annals of Tourism Research*, v. 12, n. 1, p. 5–29.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua Retrospectiva 2012-2020*. Rio de Janeiro: [s.n.].
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo - SIMT*. Recuperado de: <<https://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html>>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- Irigüler, F. & Güler, M. E. (2016). Tourist Guiding : “Cinderella” of the Tourism. *Global Issues and Trends in Tourism*, v. 203, n. November, p. 203–220.
- Santos, B. P. G. Dos. (2020). A luta global dos guias de turismo por um auxílio emergencial. Recuperado de: <<https://www.labormovens.com/post/a-luta-global-dos-guias-de-turismo>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

A Indústria 4.0 e a nova razão do mundo

Cássio da Silva Calvete^{1 2}

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
Não para, não, não para
Cazuza*

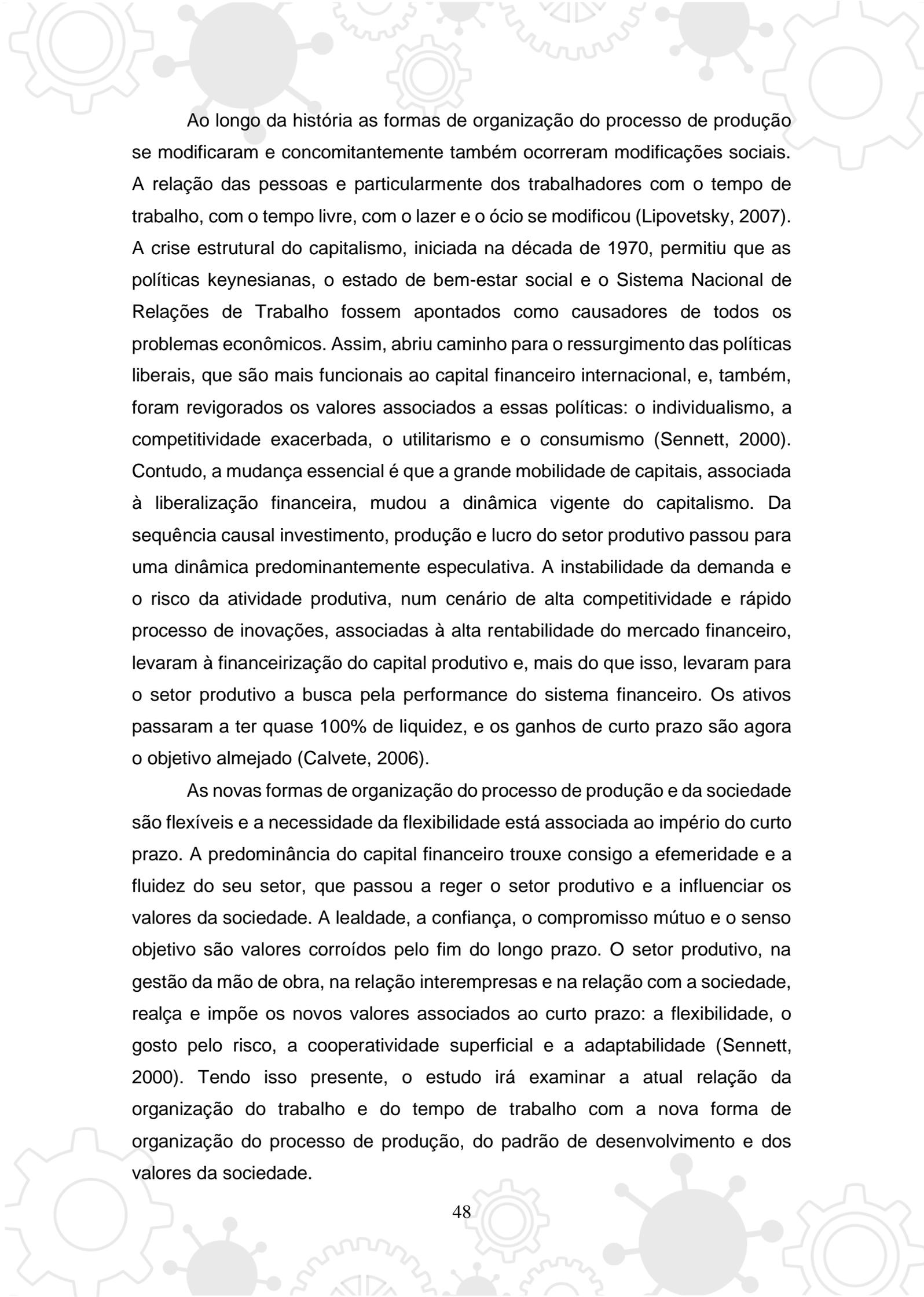
1. Introdução

A disputa do uso do tempo nas relações de trabalho é muito mais ampla que a simples equação econômica da busca da eficiência limitada às condições ditadas de valorização do capital versus as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora. Ela envolve crescentemente aspectos sociais e culturais das sociedades, bem como, a reconfiguração do mercado de trabalho, ocorrida em função da nova forma de organização do processo de produção e do novo padrão de desenvolvimento econômico associado a ela, atualmente nominada de Indústria 4.0 (Bauer, et al., 2015; Benesová & Tupa, 2017; BCG, 2015; Buhr, 2015; Hermann, Pentek & Otto, 2015; ou até mesmo de Quarta Revolução Industrial (Caruso, 2017; Schwab, 2016; World Economic Forum, 2016; Peters, 2016)³. A reflexão que se traz é que nesse período de grandes transformações que estamos vivendo, da sociedade industrial para a sociedade de serviços/digital, sob hegemonia do capital financeiro, são criadas condições para o capital recrudescer na sua luta pela apropriação do tempo do trabalho.

¹ O título do capítulo remete propositalmente ao título do livro de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) "A Nova Razão do Mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal".

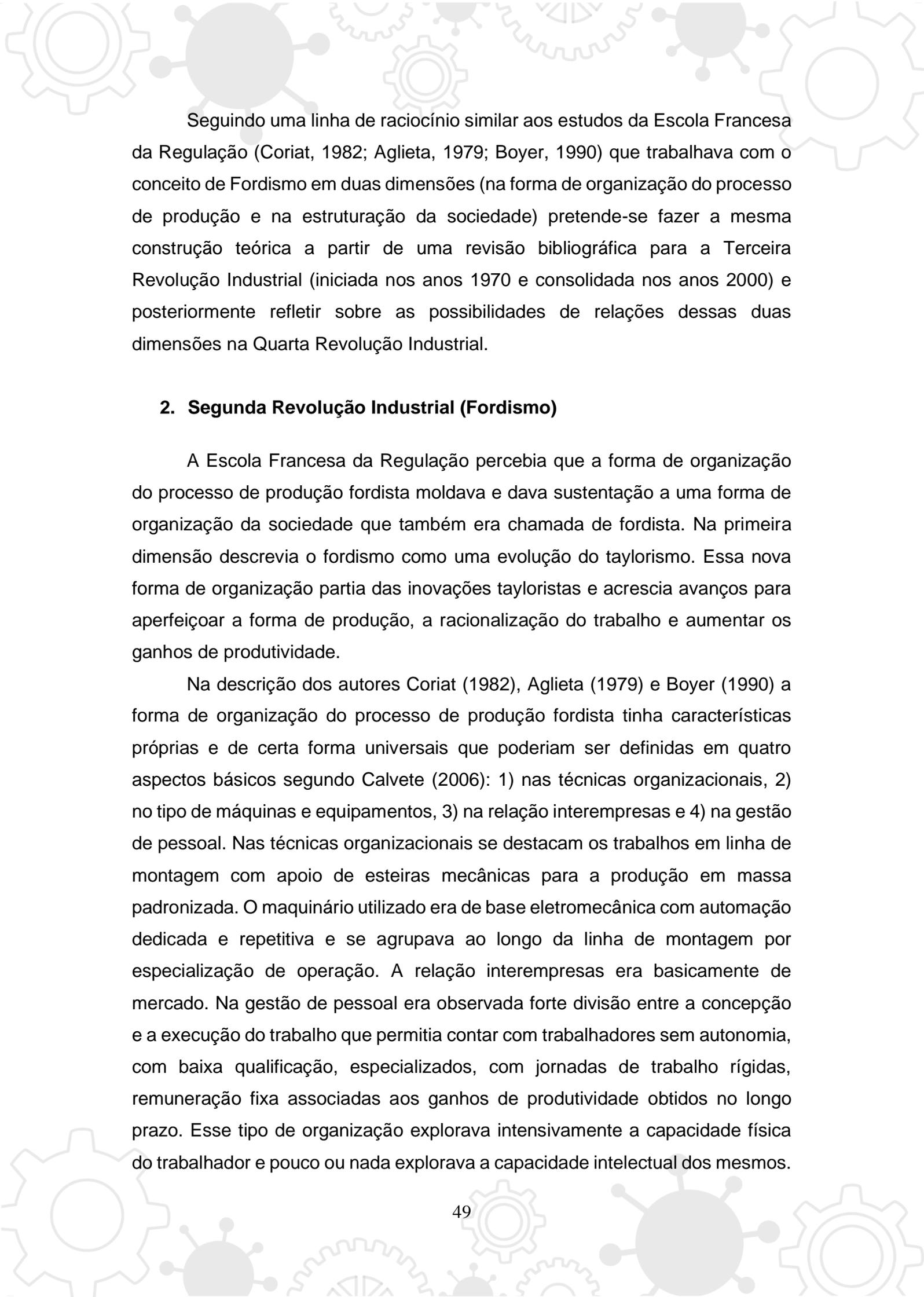
² Professor Associado da UFRGS e doutor em Economia Social e do Trabalho pela Unicamp. E-mail: cassio.calvete@ufrgs.br

³ Esses autores nomeiam o atual fenômeno de 4ª Revolução Industrial para fazer uma analogia as grandes alterações que ocorreram tanto na forma de organização do processo de produção quanto na organização da sociedade em meados do século XVIII e que foi nominada de 1ª Revolução Industrial e a as grandes transformações de fins do século XIX e princípio do século XX que foi nominada de 2ª Revolução Industrial. Nessa esteira esses mesmos autores nomeiam de 3ª Revolução Industrial as transformações que ocorreram em fins da década de 1960 a princípios dos anos 2000 e a partir da década de 2010 estaríamos entrando na 4ª Revolução Industrial. Eu mantenho nesse texto essas nomenclaturas para dialogar com os textos do *mainstream* e, também, por ser mais conveniente para fazer uma exposição mais detalhada e didática. No entanto, me junto aos autores que acreditam que as mudanças ocorridas a partir da década de 2010 têm mais características de continuidade do que de rompimento com as alterações ocorridas a partir de 1960: Contino (2017) e Caruso (2017). No entanto, destaco que como na maior parte dos acontecimentos históricos, o distanciamento temporal tornará mais clara a dimensão dos acontecimentos e suas relações.



Ao longo da história as formas de organização do processo de produção se modificaram e concomitantemente também ocorreram modificações sociais. A relação das pessoas e particularmente dos trabalhadores com o tempo de trabalho, com o tempo livre, com o lazer e o ócio se modificou (Lipovetsky, 2007). A crise estrutural do capitalismo, iniciada na década de 1970, permitiu que as políticas keynesianas, o estado de bem-estar social e o Sistema Nacional de Relações de Trabalho fossem apontados como causadores de todos os problemas econômicos. Assim, abriu caminho para o ressurgimento das políticas liberais, que são mais funcionais ao capital financeiro internacional, e, também, foram revigorados os valores associados a essas políticas: o individualismo, a competitividade exacerbada, o utilitarismo e o consumismo (Sennett, 2000). Contudo, a mudança essencial é que a grande mobilidade de capitais, associada à liberalização financeira, mudou a dinâmica vigente do capitalismo. Da sequência causal investimento, produção e lucro do setor produtivo passou para uma dinâmica predominantemente especulativa. A instabilidade da demanda e o risco da atividade produtiva, num cenário de alta competitividade e rápido processo de inovações, associadas à alta rentabilidade do mercado financeiro, levaram à financeirização do capital produtivo e, mais do que isso, levaram para o setor produtivo a busca pela performance do sistema financeiro. Os ativos passaram a ter quase 100% de liquidez, e os ganhos de curto prazo são agora o objetivo almejado (Calvete, 2006).

As novas formas de organização do processo de produção e da sociedade são flexíveis e a necessidade da flexibilidade está associada ao império do curto prazo. A predominância do capital financeiro trouxe consigo a efemeridade e a fluidez do seu setor, que passou a reger o setor produtivo e a influenciar os valores da sociedade. A lealdade, a confiança, o compromisso mútuo e o senso objetivo são valores corroídos pelo fim do longo prazo. O setor produtivo, na gestão da mão de obra, na relação interempresas e na relação com a sociedade, realça e impõe os novos valores associados ao curto prazo: a flexibilidade, o gosto pelo risco, a cooperatividade superficial e a adaptabilidade (Sennett, 2000). Tendo isso presente, o estudo irá examinar a atual relação da organização do trabalho e do tempo de trabalho com a nova forma de organização do processo de produção, do padrão de desenvolvimento e dos valores da sociedade.

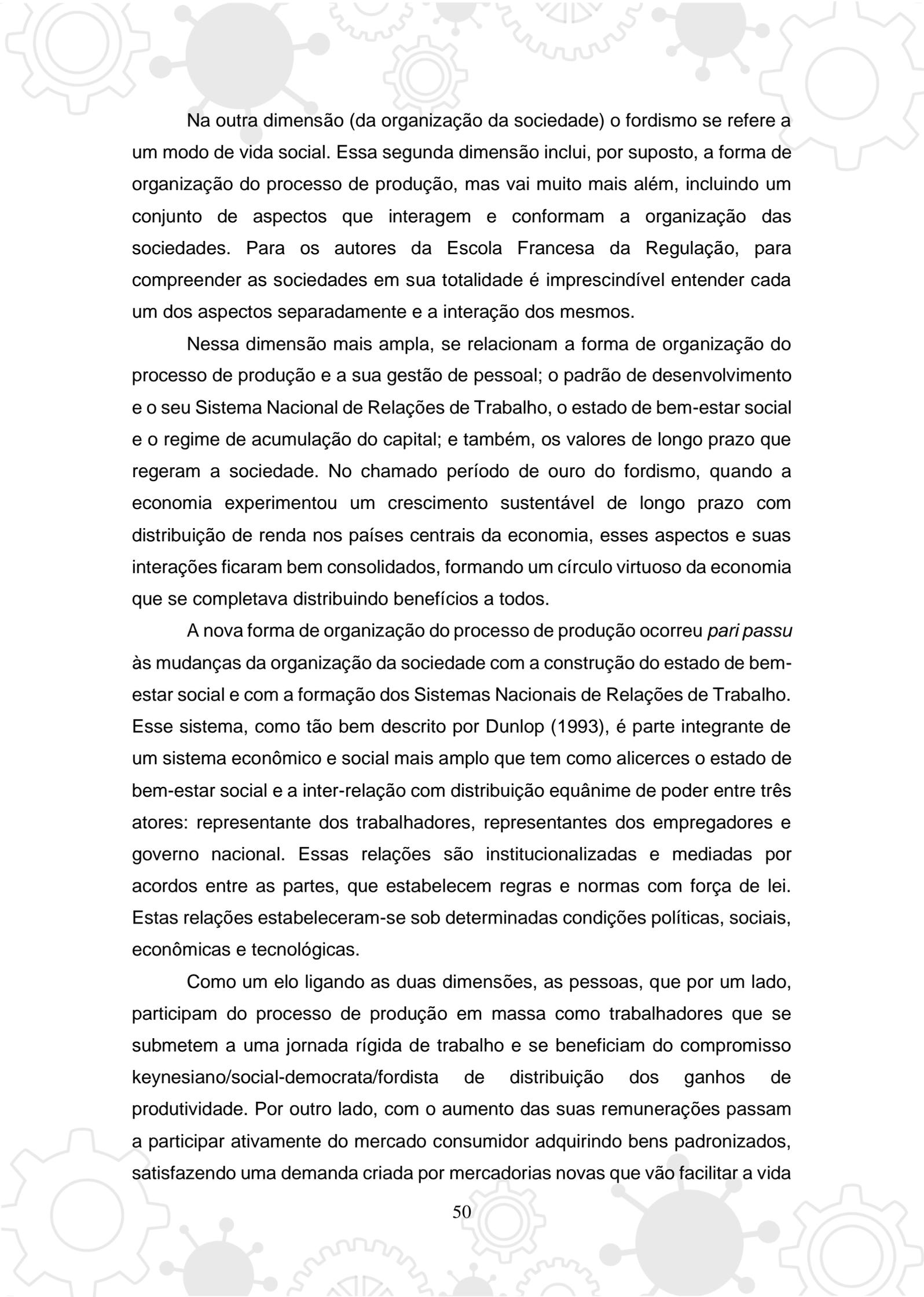


Seguindo uma linha de raciocínio similar aos estudos da Escola Francesa da Regulação (Coriat, 1982; Aglieta, 1979; Boyer, 1990) que trabalhava com o conceito de Fordismo em duas dimensões (na forma de organização do processo de produção e na estruturação da sociedade) pretende-se fazer a mesma construção teórica a partir de uma revisão bibliográfica para a Terceira Revolução Industrial (iniciada nos anos 1970 e consolidada nos anos 2000) e posteriormente refletir sobre as possibilidades de relações dessas duas dimensões na Quarta Revolução Industrial.

2. Segunda Revolução Industrial (Fordismo)

A Escola Francesa da Regulação percebia que a forma de organização do processo de produção fordista moldava e dava sustentação a uma forma de organização da sociedade que também era chamada de fordista. Na primeira dimensão descrevia o fordismo como uma evolução do taylorismo. Essa nova forma de organização partia das inovações tayloristas e acrescentava avanços para aperfeiçoar a forma de produção, a racionalização do trabalho e aumentar os ganhos de produtividade.

Na descrição dos autores Coriat (1982), Aglieta (1979) e Boyer (1990) a forma de organização do processo de produção fordista tinha características próprias e de certa forma universais que poderiam ser definidas em quatro aspectos básicos segundo Calvete (2006): 1) nas técnicas organizacionais, 2) no tipo de máquinas e equipamentos, 3) na relação interempresas e 4) na gestão de pessoal. Nas técnicas organizacionais se destacam os trabalhos em linha de montagem com apoio de esteiras mecânicas para a produção em massa padronizada. O maquinário utilizado era de base eletromecânica com automação dedicada e repetitiva e se agrupava ao longo da linha de montagem por especialização de operação. A relação interempresas era basicamente de mercado. Na gestão de pessoal era observada forte divisão entre a concepção e a execução do trabalho que permitia contar com trabalhadores sem autonomia, com baixa qualificação, especializados, com jornadas de trabalho rígidas, remuneração fixa associadas aos ganhos de produtividade obtidos no longo prazo. Esse tipo de organização explorava intensivamente a capacidade física do trabalhador e pouco ou nada explorava a capacidade intelectual dos mesmos.

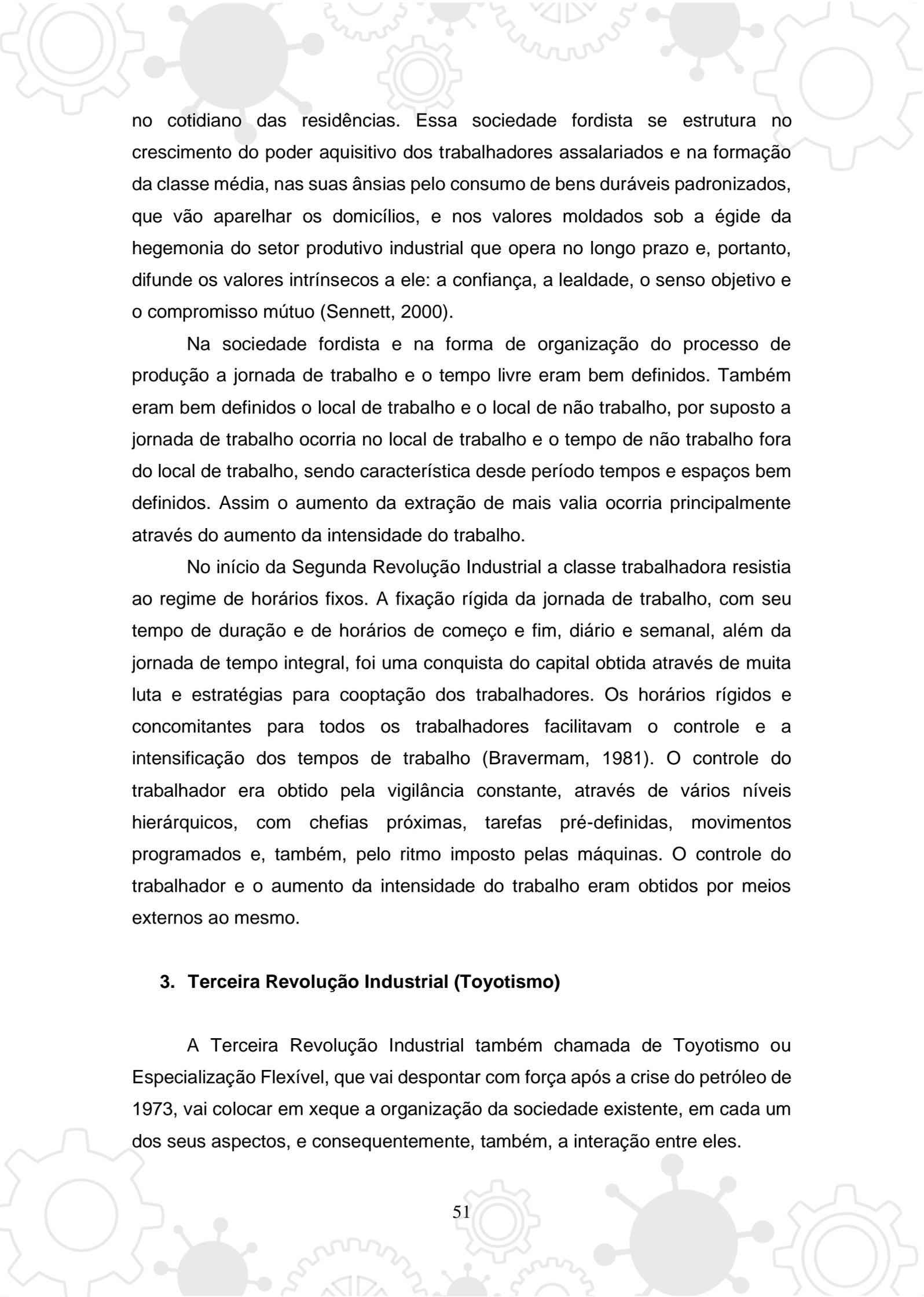


Na outra dimensão (da organização da sociedade) o fordismo se refere a um modo de vida social. Essa segunda dimensão inclui, por suposto, a forma de organização do processo de produção, mas vai muito mais além, incluindo um conjunto de aspectos que interagem e conformam a organização das sociedades. Para os autores da Escola Francesa da Regulação, para compreender as sociedades em sua totalidade é imprescindível entender cada um dos aspectos separadamente e a interação dos mesmos.

Nessa dimensão mais ampla, se relacionam a forma de organização do processo de produção e a sua gestão de pessoal; o padrão de desenvolvimento e o seu Sistema Nacional de Relações de Trabalho, o estado de bem-estar social e o regime de acumulação do capital; e também, os valores de longo prazo que regeram a sociedade. No chamado período de ouro do fordismo, quando a economia experimentou um crescimento sustentável de longo prazo com distribuição de renda nos países centrais da economia, esses aspectos e suas interações ficaram bem consolidados, formando um círculo virtuoso da economia que se completava distribuindo benefícios a todos.

A nova forma de organização do processo de produção ocorreu *pari passu* às mudanças da organização da sociedade com a construção do estado de bem-estar social e com a formação dos Sistemas Nacionais de Relações de Trabalho. Esse sistema, como tão bem descrito por Dunlop (1993), é parte integrante de um sistema econômico e social mais amplo que tem como alicerces o estado de bem-estar social e a inter-relação com distribuição equânime de poder entre três atores: representante dos trabalhadores, representantes dos empregadores e governo nacional. Essas relações são institucionalizadas e mediadas por acordos entre as partes, que estabelecem regras e normas com força de lei. Estas relações estabeleceram-se sob determinadas condições políticas, sociais, econômicas e tecnológicas.

Como um elo ligando as duas dimensões, as pessoas, que por um lado, participam do processo de produção em massa como trabalhadores que se submetem a uma jornada rígida de trabalho e se beneficiam do compromisso keynesiano/social-democrata/fordista de distribuição dos ganhos de produtividade. Por outro lado, com o aumento das suas remunerações passam a participar ativamente do mercado consumidor adquirindo bens padronizados, satisfazendo uma demanda criada por mercadorias novas que vão facilitar a vida



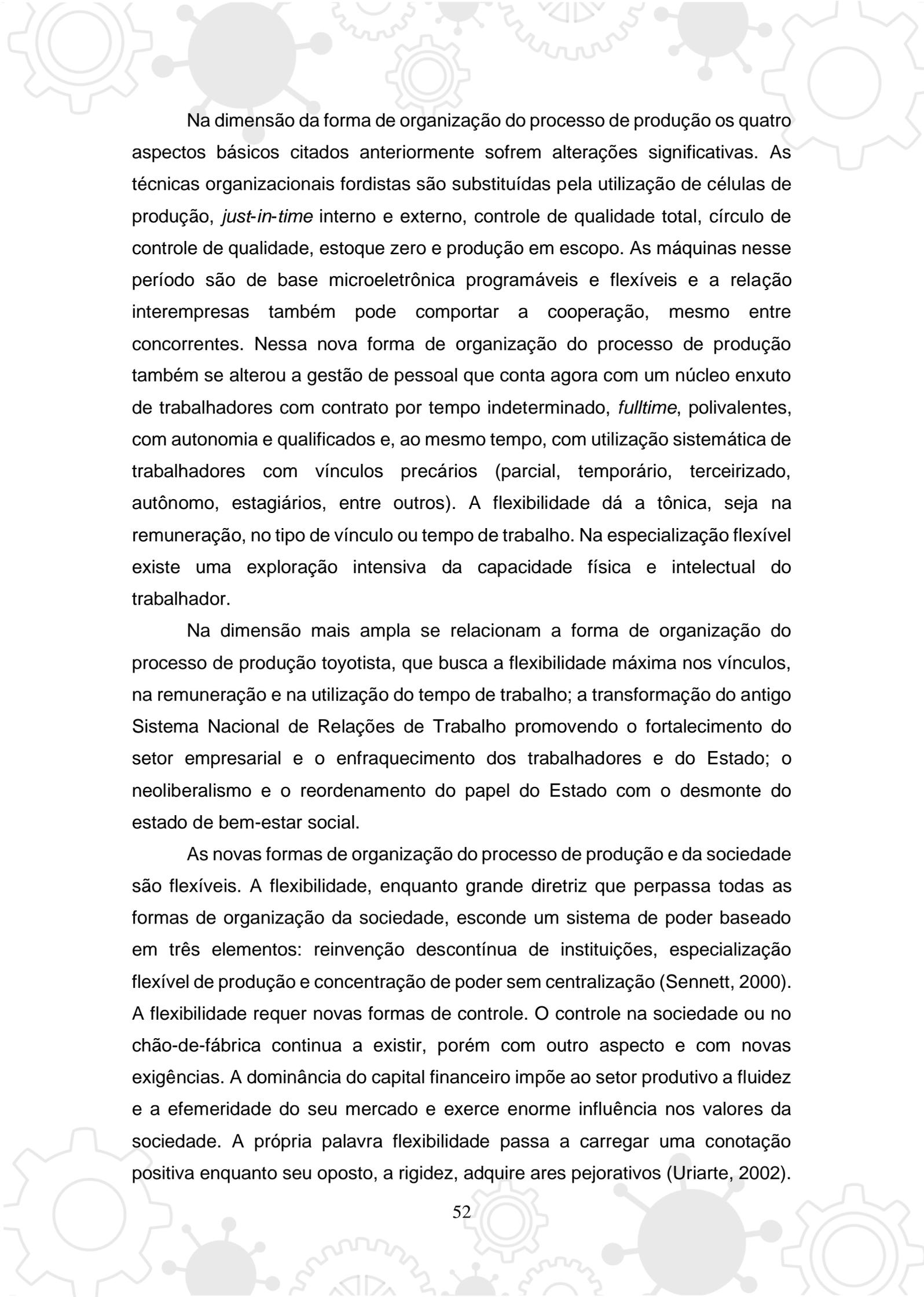
no cotidiano das residências. Essa sociedade fordista se estrutura no crescimento do poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados e na formação da classe média, nas suas ânsias pelo consumo de bens duráveis padronizados, que vão aparelhar os domicílios, e nos valores moldados sob a égide da hegemonia do setor produtivo industrial que opera no longo prazo e, portanto, difunde os valores intrínsecos a ele: a confiança, a lealdade, o senso objetivo e o compromisso mútuo (Sennett, 2000).

Na sociedade fordista e na forma de organização do processo de produção a jornada de trabalho e o tempo livre eram bem definidos. Também eram bem definidos o local de trabalho e o local de não trabalho, por suposto a jornada de trabalho ocorria no local de trabalho e o tempo de não trabalho fora do local de trabalho, sendo característica desde período tempos e espaços bem definidos. Assim o aumento da extração de mais valia ocorria principalmente através do aumento da intensidade do trabalho.

No início da Segunda Revolução Industrial a classe trabalhadora resistia ao regime de horários fixos. A fixação rígida da jornada de trabalho, com seu tempo de duração e de horários de começo e fim, diário e semanal, além da jornada de tempo integral, foi uma conquista do capital obtida através de muita luta e estratégias para cooptação dos trabalhadores. Os horários rígidos e concomitantes para todos os trabalhadores facilitavam o controle e a intensificação dos tempos de trabalho (Braverman, 1981). O controle do trabalhador era obtido pela vigilância constante, através de vários níveis hierárquicos, com chefias próximas, tarefas pré-definidas, movimentos programados e, também, pelo ritmo imposto pelas máquinas. O controle do trabalhador e o aumento da intensidade do trabalho eram obtidos por meios externos ao mesmo.

3. Terceira Revolução Industrial (Toyotismo)

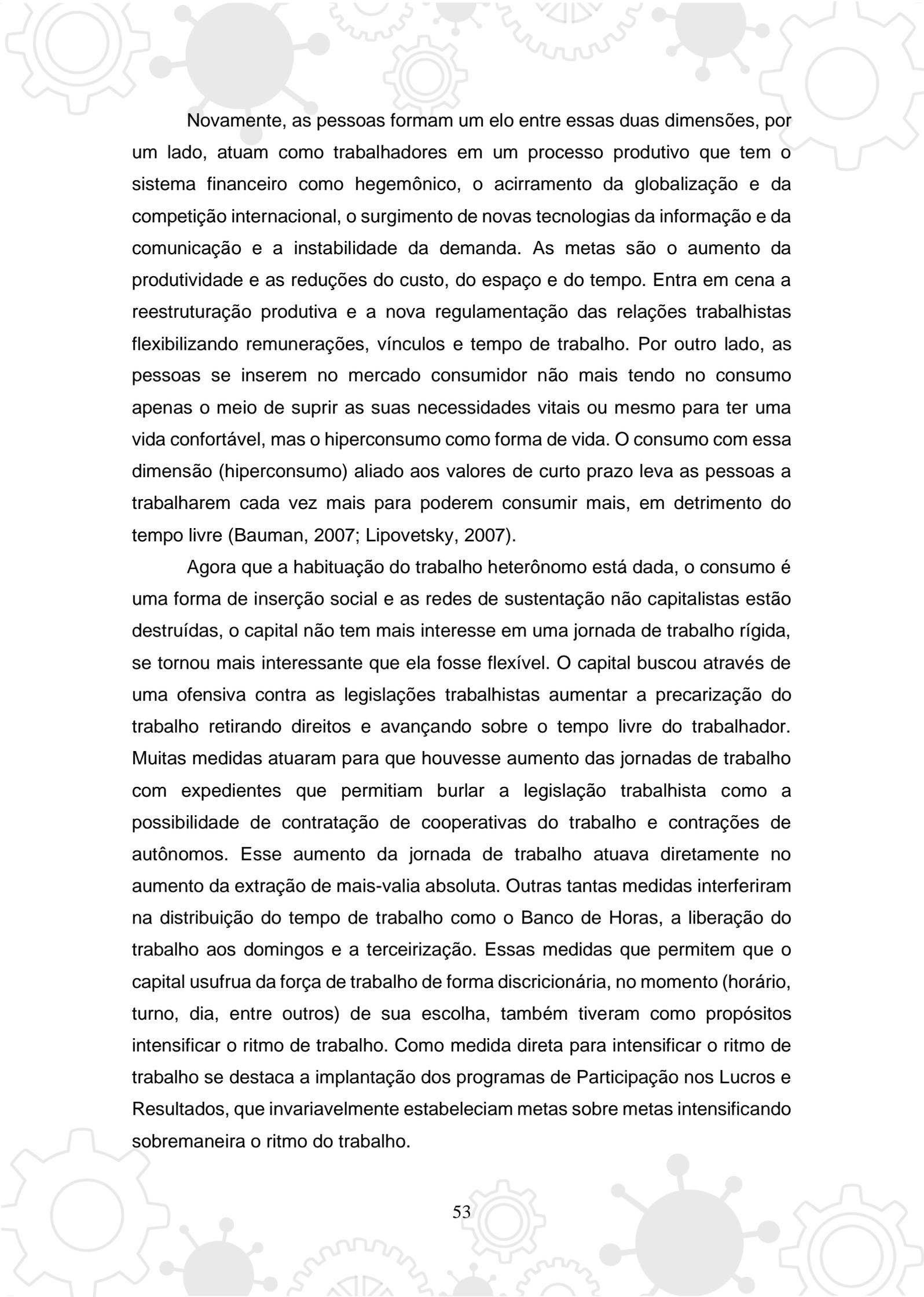
A Terceira Revolução Industrial também chamada de Toyotismo ou Especialização Flexível, que vai despontar com força após a crise do petróleo de 1973, vai colocar em xeque a organização da sociedade existente, em cada um dos seus aspectos, e conseqüentemente, também, a interação entre eles.



Na dimensão da forma de organização do processo de produção os quatro aspectos básicos citados anteriormente sofrem alterações significativas. As técnicas organizacionais fordistas são substituídas pela utilização de células de produção, *just-in-time* interno e externo, controle de qualidade total, círculo de controle de qualidade, estoque zero e produção em escopo. As máquinas nesse período são de base microeletrônica programáveis e flexíveis e a relação interempresas também pode comportar a cooperação, mesmo entre concorrentes. Nessa nova forma de organização do processo de produção também se alterou a gestão de pessoal que conta agora com um núcleo enxuto de trabalhadores com contrato por tempo indeterminado, *fulltime*, polivalentes, com autonomia e qualificados e, ao mesmo tempo, com utilização sistemática de trabalhadores com vínculos precários (parcial, temporário, terceirizado, autônomo, estagiários, entre outros). A flexibilidade dá a tônica, seja na remuneração, no tipo de vínculo ou tempo de trabalho. Na especialização flexível existe uma exploração intensiva da capacidade física e intelectual do trabalhador.

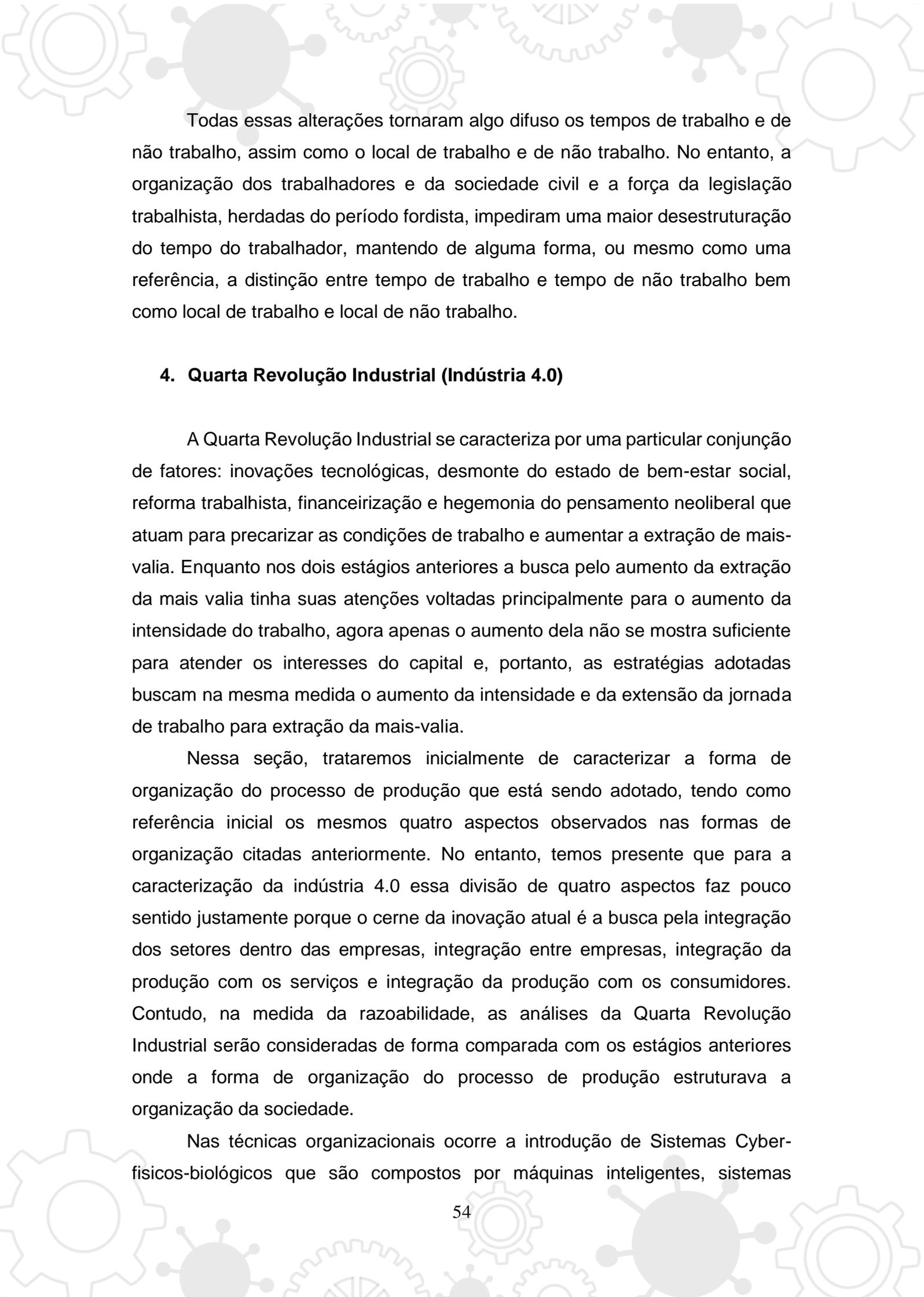
Na dimensão mais ampla se relacionam a forma de organização do processo de produção toyotista, que busca a flexibilidade máxima nos vínculos, na remuneração e na utilização do tempo de trabalho; a transformação do antigo Sistema Nacional de Relações de Trabalho promovendo o fortalecimento do setor empresarial e o enfraquecimento dos trabalhadores e do Estado; o neoliberalismo e o reordenamento do papel do Estado com o desmonte do estado de bem-estar social.

As novas formas de organização do processo de produção e da sociedade são flexíveis. A flexibilidade, enquanto grande diretriz que perpassa todas as formas de organização da sociedade, esconde um sistema de poder baseado em três elementos: reinvenção descontínua de instituições, especialização flexível de produção e concentração de poder sem centralização (Sennett, 2000). A flexibilidade requer novas formas de controle. O controle na sociedade ou no chão-de-fábrica continua a existir, porém com outro aspecto e com novas exigências. A dominância do capital financeiro impõe ao setor produtivo a fluidez e a efemeridade do seu mercado e exerce enorme influência nos valores da sociedade. A própria palavra flexibilidade passa a carregar uma conotação positiva enquanto seu oposto, a rigidez, adquire ares pejorativos (Uriarte, 2002).



Novamente, as pessoas formam um elo entre essas duas dimensões, por um lado, atuam como trabalhadores em um processo produtivo que tem o sistema financeiro como hegemônico, o acirramento da globalização e da competição internacional, o surgimento de novas tecnologias da informação e da comunicação e a instabilidade da demanda. As metas são o aumento da produtividade e as reduções do custo, do espaço e do tempo. Entra em cena a reestruturação produtiva e a nova regulamentação das relações trabalhistas flexibilizando remunerações, vínculos e tempo de trabalho. Por outro lado, as pessoas se inserem no mercado consumidor não mais tendo no consumo apenas o meio de suprir as suas necessidades vitais ou mesmo para ter uma vida confortável, mas o hiperconsumo como forma de vida. O consumo com essa dimensão (hiperconsumo) aliado aos valores de curto prazo leva as pessoas a trabalharem cada vez mais para poderem consumir mais, em detrimento do tempo livre (Bauman, 2007; Lipovetsky, 2007).

Agora que a habituação do trabalho heterônomo está dada, o consumo é uma forma de inserção social e as redes de sustentação não capitalistas estão destruídas, o capital não tem mais interesse em uma jornada de trabalho rígida, se tornou mais interessante que ela fosse flexível. O capital buscou através de uma ofensiva contra as legislações trabalhistas aumentar a precarização do trabalho retirando direitos e avançando sobre o tempo livre do trabalhador. Muitas medidas atuaram para que houvesse aumento das jornadas de trabalho com expedientes que permitiam burlar a legislação trabalhista como a possibilidade de contratação de cooperativas do trabalho e contrações de autônomos. Esse aumento da jornada de trabalho atuava diretamente no aumento da extração de mais-valia absoluta. Outras tantas medidas interferiram na distribuição do tempo de trabalho como o Banco de Horas, a liberação do trabalho aos domingos e a terceirização. Essas medidas que permitem que o capital usufrua da força de trabalho de forma discricionária, no momento (horário, turno, dia, entre outros) de sua escolha, também tiveram como propósitos intensificar o ritmo de trabalho. Como medida direta para intensificar o ritmo de trabalho se destaca a implantação dos programas de Participação nos Lucros e Resultados, que invariavelmente estabeleciam metas sobre metas intensificando sobremaneira o ritmo do trabalho.



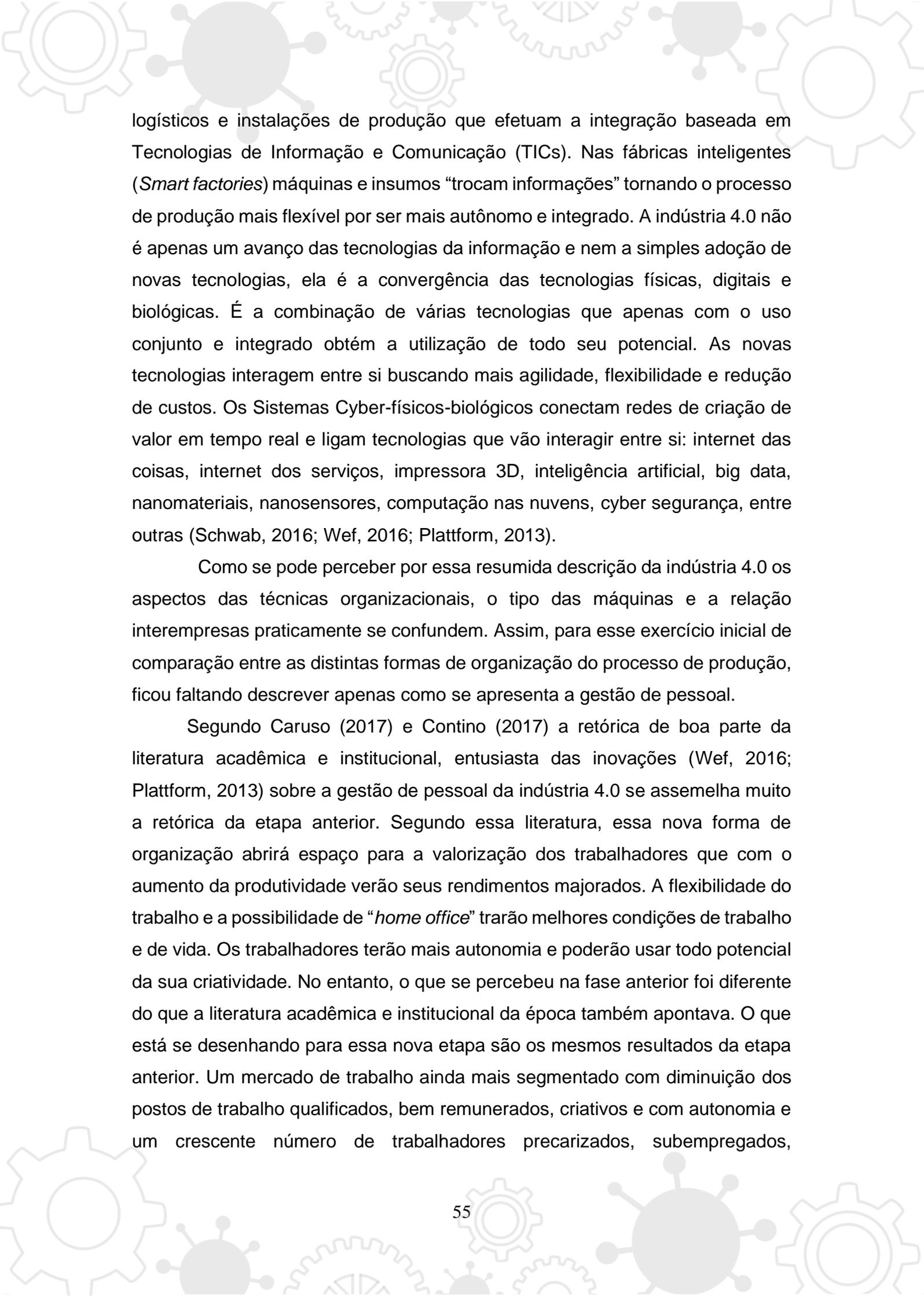
Todas essas alterações tornaram algo difuso os tempos de trabalho e de não trabalho, assim como o local de trabalho e de não trabalho. No entanto, a organização dos trabalhadores e da sociedade civil e a força da legislação trabalhista, herdadas do período fordista, impediram uma maior desestruturação do tempo do trabalhador, mantendo de alguma forma, ou mesmo como uma referência, a distinção entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho bem como local de trabalho e local de não trabalho.

4. Quarta Revolução Industrial (Indústria 4.0)

A Quarta Revolução Industrial se caracteriza por uma particular conjunção de fatores: inovações tecnológicas, desmonte do estado de bem-estar social, reforma trabalhista, financeirização e hegemonia do pensamento neoliberal que atuam para precarizar as condições de trabalho e aumentar a extração de mais-valia. Enquanto nos dois estágios anteriores a busca pelo aumento da extração da mais valia tinha suas atenções voltadas principalmente para o aumento da intensidade do trabalho, agora apenas o aumento dela não se mostra suficiente para atender os interesses do capital e, portanto, as estratégias adotadas buscam na mesma medida o aumento da intensidade e da extensão da jornada de trabalho para extração da mais-valia.

Nessa seção, trataremos inicialmente de caracterizar a forma de organização do processo de produção que está sendo adotado, tendo como referência inicial os mesmos quatro aspectos observados nas formas de organização citadas anteriormente. No entanto, temos presente que para a caracterização da indústria 4.0 essa divisão de quatro aspectos faz pouco sentido justamente porque o cerne da inovação atual é a busca pela integração dos setores dentro das empresas, integração entre empresas, integração da produção com os serviços e integração da produção com os consumidores. Contudo, na medida da razoabilidade, as análises da Quarta Revolução Industrial serão consideradas de forma comparada com os estágios anteriores onde a forma de organização do processo de produção estruturava a organização da sociedade.

Nas técnicas organizacionais ocorre a introdução de Sistemas Cyberfísicos-biológicos que são compostos por máquinas inteligentes, sistemas



logísticos e instalações de produção que efetuam a integração baseada em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Nas fábricas inteligentes (*Smart factories*) máquinas e insumos “trocam informações” tornando o processo de produção mais flexível por ser mais autônomo e integrado. A indústria 4.0 não é apenas um avanço das tecnologias da informação e nem a simples adoção de novas tecnologias, ela é a convergência das tecnologias físicas, digitais e biológicas. É a combinação de várias tecnologias que apenas com o uso conjunto e integrado obtém a utilização de todo seu potencial. As novas tecnologias interagem entre si buscando mais agilidade, flexibilidade e redução de custos. Os Sistemas Cyber-físicos-biológicos conectam redes de criação de valor em tempo real e ligam tecnologias que vão interagir entre si: internet das coisas, internet dos serviços, impressora 3D, inteligência artificial, big data, nanomateriais, nanosensores, computação nas nuvens, cyber segurança, entre outras (Schwab, 2016; Wef, 2016; Plattform, 2013).

Como se pode perceber por essa resumida descrição da indústria 4.0 os aspectos das técnicas organizacionais, o tipo das máquinas e a relação interempresas praticamente se confundem. Assim, para esse exercício inicial de comparação entre as distintas formas de organização do processo de produção, ficou faltando descrever apenas como se apresenta a gestão de pessoal.

Segundo Caruso (2017) e Contino (2017) a retórica de boa parte da literatura acadêmica e institucional, entusiasta das inovações (Wef, 2016; Plattform, 2013) sobre a gestão de pessoal da indústria 4.0 se assemelha muito a retórica da etapa anterior. Segundo essa literatura, essa nova forma de organização abrirá espaço para a valorização dos trabalhadores que com o aumento da produtividade verão seus rendimentos majorados. A flexibilidade do trabalho e a possibilidade de “*home office*” trarão melhores condições de trabalho e de vida. Os trabalhadores terão mais autonomia e poderão usar todo potencial da sua criatividade. No entanto, o que se percebeu na fase anterior foi diferente do que a literatura acadêmica e institucional da época também apontava. O que está se desenhando para essa nova etapa são os mesmos resultados da etapa anterior. Um mercado de trabalho ainda mais segmentado com diminuição dos postos de trabalho qualificados, bem remunerados, criativos e com autonomia e um crescente número de trabalhadores precarizados, subempregados,

superexplorados, sem autonomia e em postos de trabalho destituídos de conteúdo (Caruso, 2017; Contino, 2017; Edwards & Ramirez, 2016).

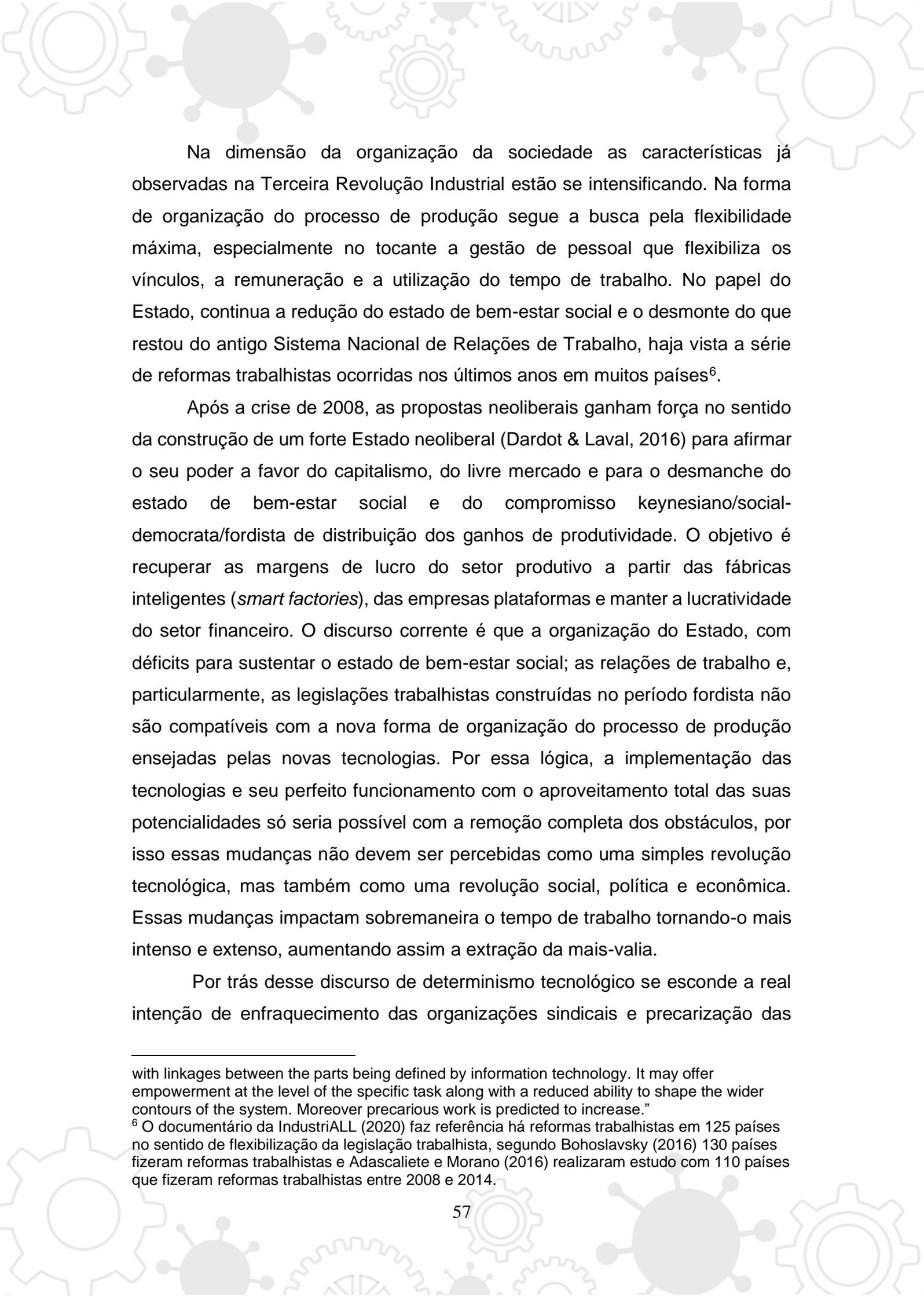
Igualmente, a literatura que trata das competências necessárias aponta as mesmas da etapa anterior das quais destacamos a relevância conferida as *soft skills*: uma sólida formação na língua materna, bom conhecimento de matemática, criatividade, pró-atividade, linguagem digital, domínio de mais de um idioma e flexibilidade (Bcg, 2015, Gehrke et al., 2015; Schuh et al., 2015; Heckkau et al., 2016; Wef, 2016; Jasiulewicz-Kaczmarek et al., 2017; e Besenova & Tupa, 2017). No entanto, novamente Caruso (2017), Contino (2017) e Edwards e Ramirez (2016) apontam que essas competências serão necessárias apenas para uma parcela pequena da classe trabalhadora, aprofundando um movimento que já se verificava desde os anos 1970. Seja na linha adotada da Terceira Revolução Industrial que ampliou os trabalhadores que atuam na franja das grandes empresas (fora do núcleo duro) como terceirizados, autônomos, estagiários, temporários, entre outros, ou numa nova versão, a de trabalhadores de plataformas na chamada, eufemisticamente, economia de compartilhamento ou economia GIG⁴. Trabalhadores de multidão (*crowdworkers*) ou trabalhadores *on-demand* precarizados, com baixíssimas remunerações, com extensas jornadas, sem proteção do Estado ou de sindicatos, com trabalhos temporários, fragmentados e repetitivos. Por um lado, seduzidos pelo discurso do empreendedorismo e, por outro, empurrados pela falta de oportunidades no mundo formal de trabalho.

Mesmo a promessa de trabalhos mais flexíveis e autônomos para os trabalhadores qualificados, que comporão o núcleo duro das empresas de ponta, não parece estar garantida. Para Edwards e Ramirez (2016, p.116) existe um paradoxo na configuração dessa nova fábrica:

“... na medida em que esta é apresentada como flexível e adaptável e, no entanto, surge como um sistema totalmente configurado, com ligações entre as partes definidas pela tecnologia da informação. Ela pode oferecer empoderamento no nível da tarefa específica, juntamente com uma capacidade reduzida de moldar os contornos mais amplos do sistema (tradução nossa)”⁵

⁴ O ideário do compartilhamento e consumo compartilhado que fez parte do princípio de muitas das principais empresas digitais como TaskRabbit, Instacart, Postmates, Airbnb e Lyft se tornou incompatível com as práticas atuais de financeirização, e-commerce e exploração do trabalho (Slee, 2016).

⁵ Do original em inglês: “In relation to people working with Industrie 4.0 itself ,there is a paradox in that it is presented as flexible and adaptive, and yet it appears as a fully configured system



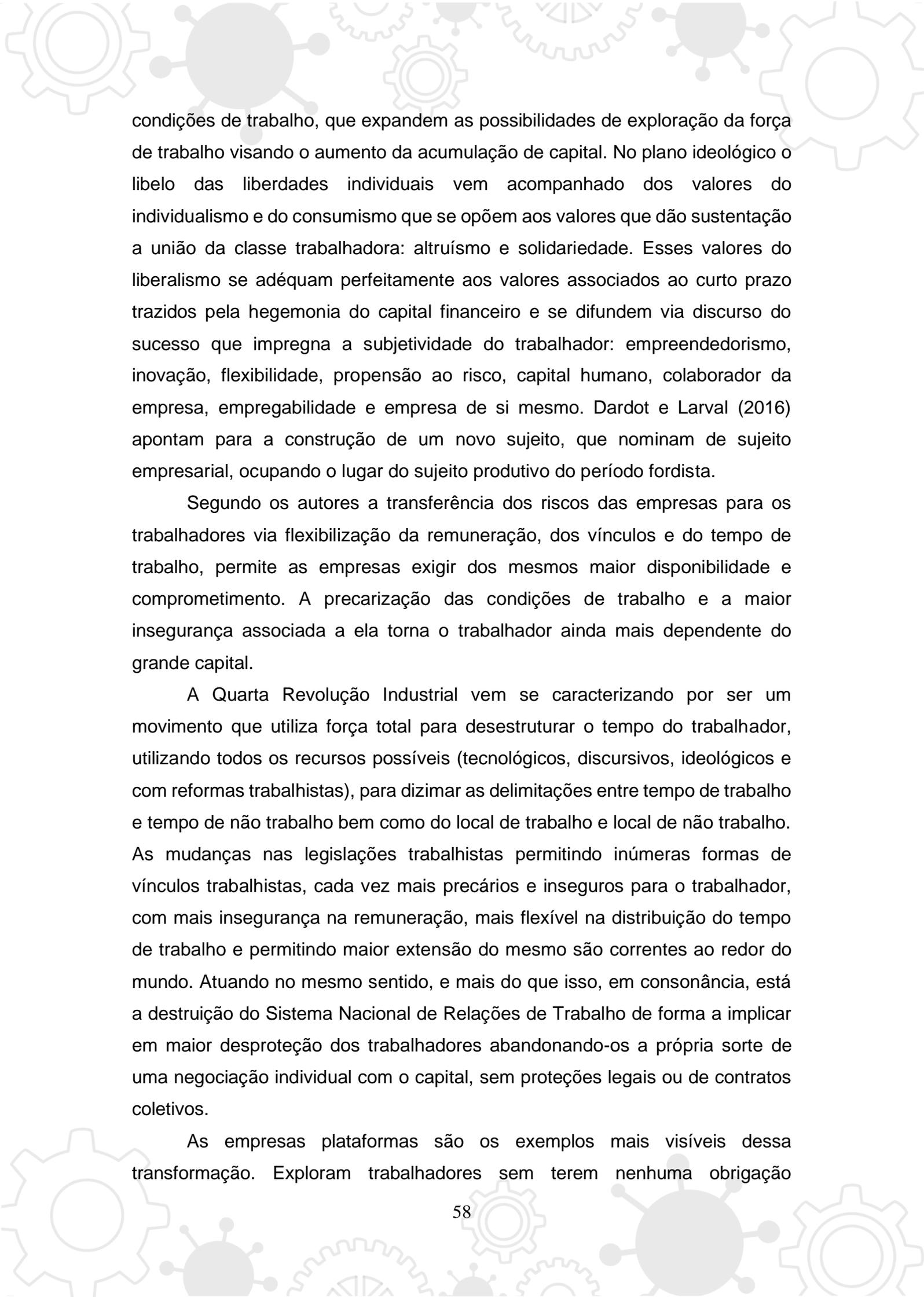
Na dimensão da organização da sociedade as características já observadas na Terceira Revolução Industrial estão se intensificando. Na forma de organização do processo de produção segue a busca pela flexibilidade máxima, especialmente no tocante a gestão de pessoal que flexibiliza os vínculos, a remuneração e a utilização do tempo de trabalho. No papel do Estado, continua a redução do estado de bem-estar social e o desmonte do que restou do antigo Sistema Nacional de Relações de Trabalho, haja vista a série de reformas trabalhistas ocorridas nos últimos anos em muitos países⁶.

Após a crise de 2008, as propostas neoliberais ganham força no sentido da construção de um forte Estado neoliberal (Dardot & Laval, 2016) para afirmar o seu poder a favor do capitalismo, do livre mercado e para o desmanche do estado de bem-estar social e do compromisso keynesiano/social-democrata/fordista de distribuição dos ganhos de produtividade. O objetivo é recuperar as margens de lucro do setor produtivo a partir das fábricas inteligentes (*smart factories*), das empresas plataformas e manter a lucratividade do setor financeiro. O discurso corrente é que a organização do Estado, com déficits para sustentar o estado de bem-estar social; as relações de trabalho e, particularmente, as legislações trabalhistas construídas no período fordista não são compatíveis com a nova forma de organização do processo de produção ensejadas pelas novas tecnologias. Por essa lógica, a implementação das tecnologias e seu perfeito funcionamento com o aproveitamento total das suas potencialidades só seria possível com a remoção completa dos obstáculos, por isso essas mudanças não devem ser percebidas como uma simples revolução tecnológica, mas também como uma revolução social, política e econômica. Essas mudanças impactam sobremaneira o tempo de trabalho tornando-o mais intenso e extenso, aumentando assim a extração da mais-valia.

Por trás desse discurso de determinismo tecnológico se esconde a real intenção de enfraquecimento das organizações sindicais e precarização das

with linkages between the parts being defined by information technology. It may offer empowerment at the level of the specific task along with a reduced ability to shape the wider contours of the system. Moreover precarious work is predicted to increase.”

⁶ O documentário da IndustriALL (2020) faz referência há reformas trabalhistas em 125 países no sentido de flexibilização da legislação trabalhista, segundo Bohoslavsky (2016) 130 países fizeram reformas trabalhistas e Adascaliete e Morano (2016) realizaram estudo com 110 países que fizeram reformas trabalhistas entre 2008 e 2014.

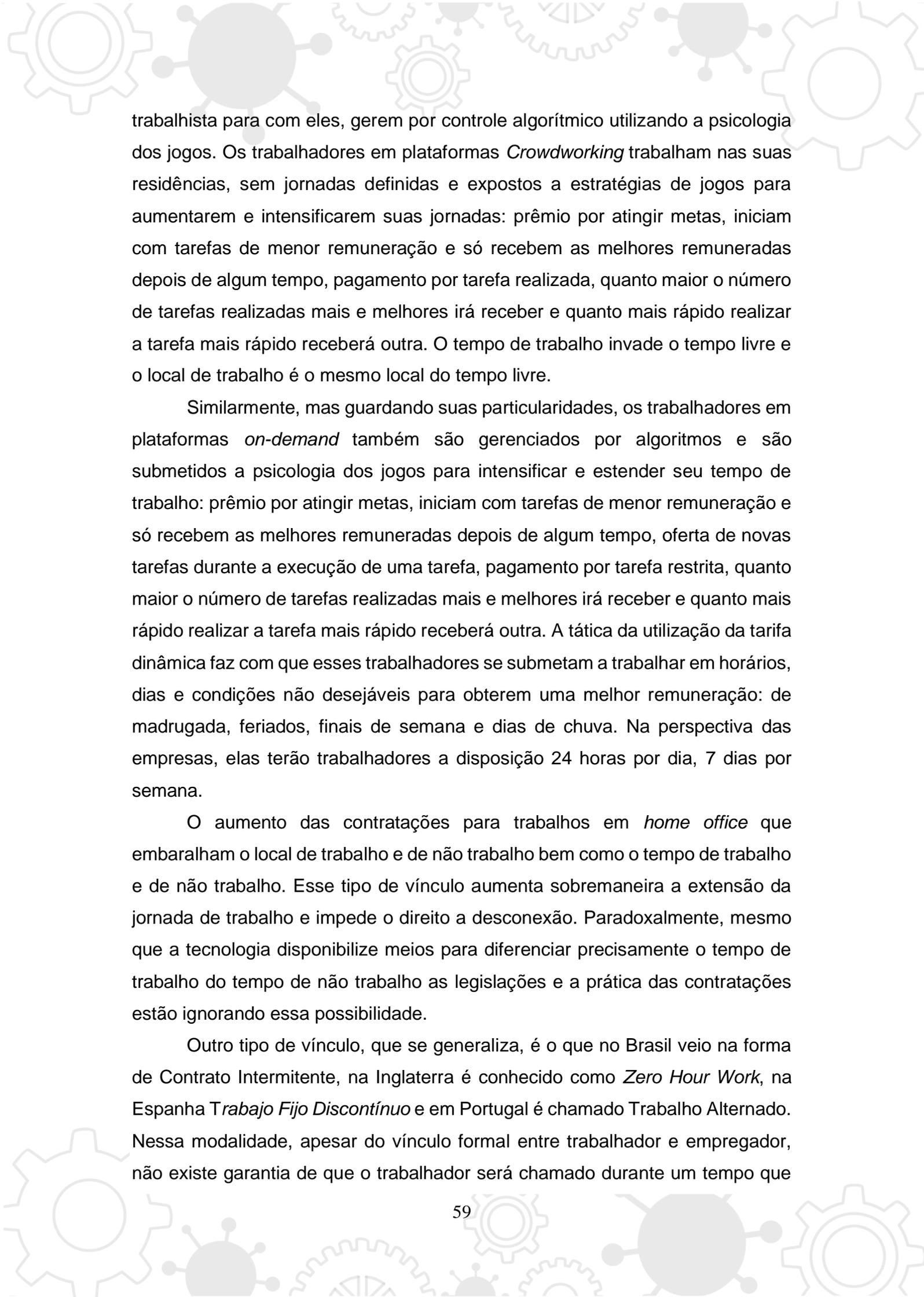


condições de trabalho, que expandem as possibilidades de exploração da força de trabalho visando o aumento da acumulação de capital. No plano ideológico o libelo das liberdades individuais vem acompanhado dos valores do individualismo e do consumismo que se opõem aos valores que dão sustentação a união da classe trabalhadora: altruísmo e solidariedade. Esses valores do liberalismo se adequam perfeitamente aos valores associados ao curto prazo trazidos pela hegemonia do capital financeiro e se difundem via discurso do sucesso que impregna a subjetividade do trabalhador: empreendedorismo, inovação, flexibilidade, propensão ao risco, capital humano, colaborador da empresa, empregabilidade e empresa de si mesmo. Dardot e Larval (2016) apontam para a construção de um novo sujeito, que nominam de sujeito empresarial, ocupando o lugar do sujeito produtivo do período fordista.

Segundo os autores a transferência dos riscos das empresas para os trabalhadores via flexibilização da remuneração, dos vínculos e do tempo de trabalho, permite as empresas exigir dos mesmos maior disponibilidade e comprometimento. A precarização das condições de trabalho e a maior insegurança associada a ela torna o trabalhador ainda mais dependente do grande capital.

A Quarta Revolução Industrial vem se caracterizando por ser um movimento que utiliza força total para desestruturar o tempo do trabalhador, utilizando todos os recursos possíveis (tecnológicos, discursivos, ideológicos e com reformas trabalhistas), para dizimar as delimitações entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho bem como do local de trabalho e local de não trabalho. As mudanças nas legislações trabalhistas permitindo inúmeras formas de vínculos trabalhistas, cada vez mais precários e inseguros para o trabalhador, com mais insegurança na remuneração, mais flexível na distribuição do tempo de trabalho e permitindo maior extensão do mesmo são correntes ao redor do mundo. Atuando no mesmo sentido, e mais do que isso, em consonância, está a destruição do Sistema Nacional de Relações de Trabalho de forma a implicar em maior desproteção dos trabalhadores abandonando-os a própria sorte de uma negociação individual com o capital, sem proteções legais ou de contratos coletivos.

As empresas plataformas são os exemplos mais visíveis dessa transformação. Exploram trabalhadores sem terem nenhuma obrigação

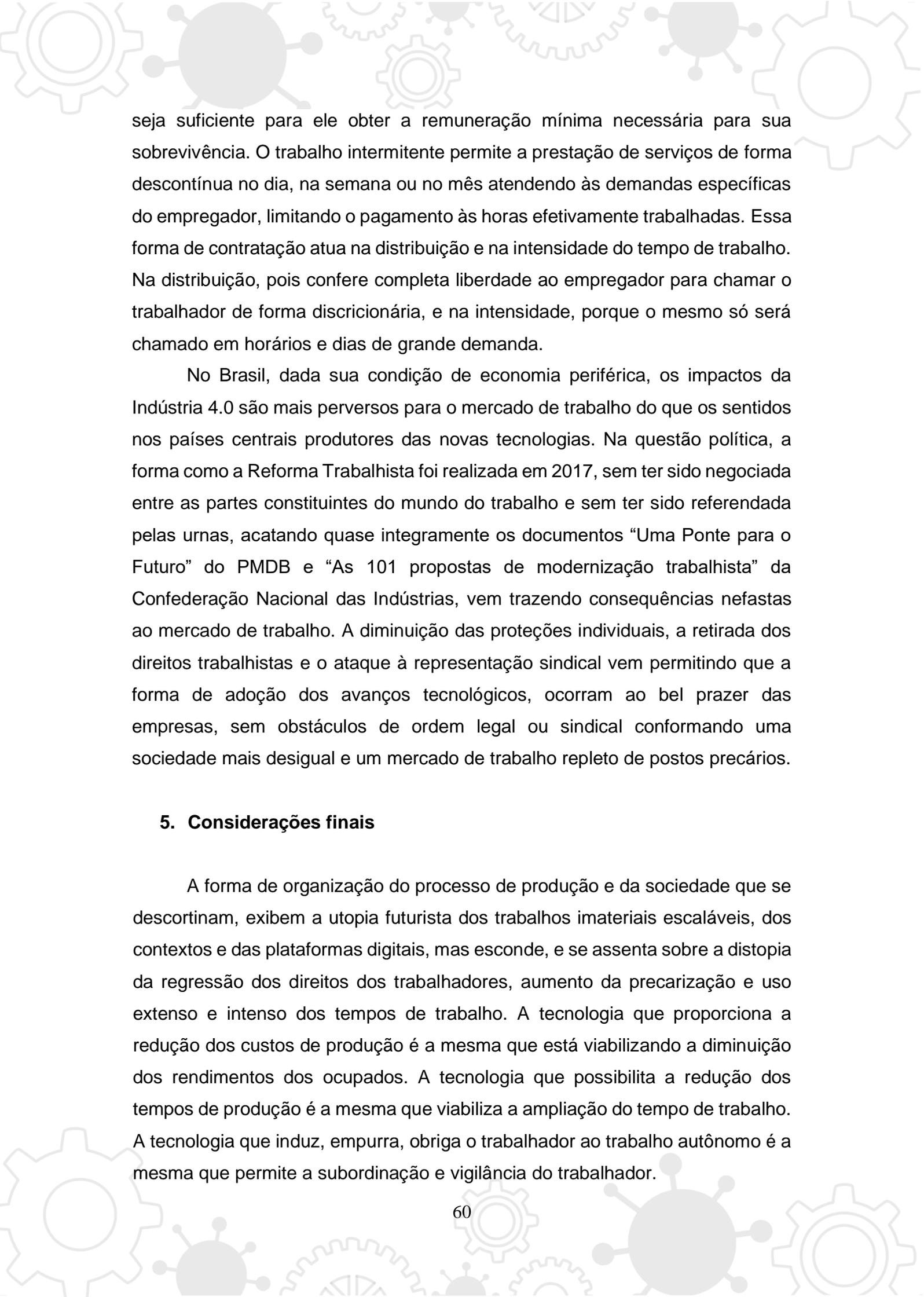


trabalhista para com eles, gerem por controle algorítmico utilizando a psicologia dos jogos. Os trabalhadores em plataformas *Crowdworking* trabalham nas suas residências, sem jornadas definidas e expostos a estratégias de jogos para aumentarem e intensificarem suas jornadas: prêmio por atingir metas, iniciam com tarefas de menor remuneração e só recebem as melhores remuneradas depois de algum tempo, pagamento por tarefa realizada, quanto maior o número de tarefas realizadas mais e melhores irá receber e quanto mais rápido realizar a tarefa mais rápido receberá outra. O tempo de trabalho invade o tempo livre e o local de trabalho é o mesmo local do tempo livre.

Similarmente, mas guardando suas particularidades, os trabalhadores em plataformas *on-demand* também são gerenciados por algoritmos e são submetidos a psicologia dos jogos para intensificar e estender seu tempo de trabalho: prêmio por atingir metas, iniciam com tarefas de menor remuneração e só recebem as melhores remuneradas depois de algum tempo, oferta de novas tarefas durante a execução de uma tarefa, pagamento por tarefa restrita, quanto maior o número de tarefas realizadas mais e melhores irá receber e quanto mais rápido realizar a tarefa mais rápido receberá outra. A tática da utilização da tarifa dinâmica faz com que esses trabalhadores se submetam a trabalhar em horários, dias e condições não desejáveis para obterem uma melhor remuneração: de madrugada, feriados, finais de semana e dias de chuva. Na perspectiva das empresas, elas terão trabalhadores a disposição 24 horas por dia, 7 dias por semana.

O aumento das contratações para trabalhos em *home office* que embaralham o local de trabalho e de não trabalho bem como o tempo de trabalho e de não trabalho. Esse tipo de vínculo aumenta sobremaneira a extensão da jornada de trabalho e impede o direito a desconexão. Paradoxalmente, mesmo que a tecnologia disponibilize meios para diferenciar precisamente o tempo de trabalho do tempo de não trabalho as legislações e a prática das contratações estão ignorando essa possibilidade.

Outro tipo de vínculo, que se generaliza, é o que no Brasil veio na forma de Contrato Intermitente, na Inglaterra é conhecido como *Zero Hour Work*, na Espanha *Trabajo Fijo Discontínuo* e em Portugal é chamado Trabalho Alternado. Nessa modalidade, apesar do vínculo formal entre trabalhador e empregador, não existe garantia de que o trabalhador será chamado durante um tempo que



seja suficiente para ele obter a remuneração mínima necessária para sua sobrevivência. O trabalho intermitente permite a prestação de serviços de forma descontínua no dia, na semana ou no mês atendendo às demandas específicas do empregador, limitando o pagamento às horas efetivamente trabalhadas. Essa forma de contratação atua na distribuição e na intensidade do tempo de trabalho. Na distribuição, pois confere completa liberdade ao empregador para chamar o trabalhador de forma discricionária, e na intensidade, porque o mesmo só será chamado em horários e dias de grande demanda.

No Brasil, dada sua condição de economia periférica, os impactos da Indústria 4.0 são mais perversos para o mercado de trabalho do que os sentidos nos países centrais produtores das novas tecnologias. Na questão política, a forma como a Reforma Trabalhista foi realizada em 2017, sem ter sido negociada entre as partes constituintes do mundo do trabalho e sem ter sido referendada pelas urnas, acatando quase integralmente os documentos “Uma Ponte para o Futuro” do PMDB e “As 101 propostas de modernização trabalhista” da Confederação Nacional das Indústrias, vem trazendo consequências nefastas ao mercado de trabalho. A diminuição das proteções individuais, a retirada dos direitos trabalhistas e o ataque à representação sindical vem permitindo que a forma de adoção dos avanços tecnológicos, ocorram ao bel prazer das empresas, sem obstáculos de ordem legal ou sindical conformando uma sociedade mais desigual e um mercado de trabalho repleto de postos precários.

5. Considerações finais

A forma de organização do processo de produção e da sociedade que se descortinam, exibem a utopia futurista dos trabalhos imateriais escaláveis, dos contextos e das plataformas digitais, mas esconde, e se assenta sobre a distopia da regressão dos direitos dos trabalhadores, aumento da precarização e uso extenso e intenso dos tempos de trabalho. A tecnologia que proporciona a redução dos custos de produção é a mesma que está viabilizando a diminuição dos rendimentos dos ocupados. A tecnologia que possibilita a redução dos tempos de produção é a mesma que viabiliza a ampliação do tempo de trabalho. A tecnologia que induz, empurra, obriga o trabalhador ao trabalho autônomo é a mesma que permite a subordinação e vigilância do trabalhador.

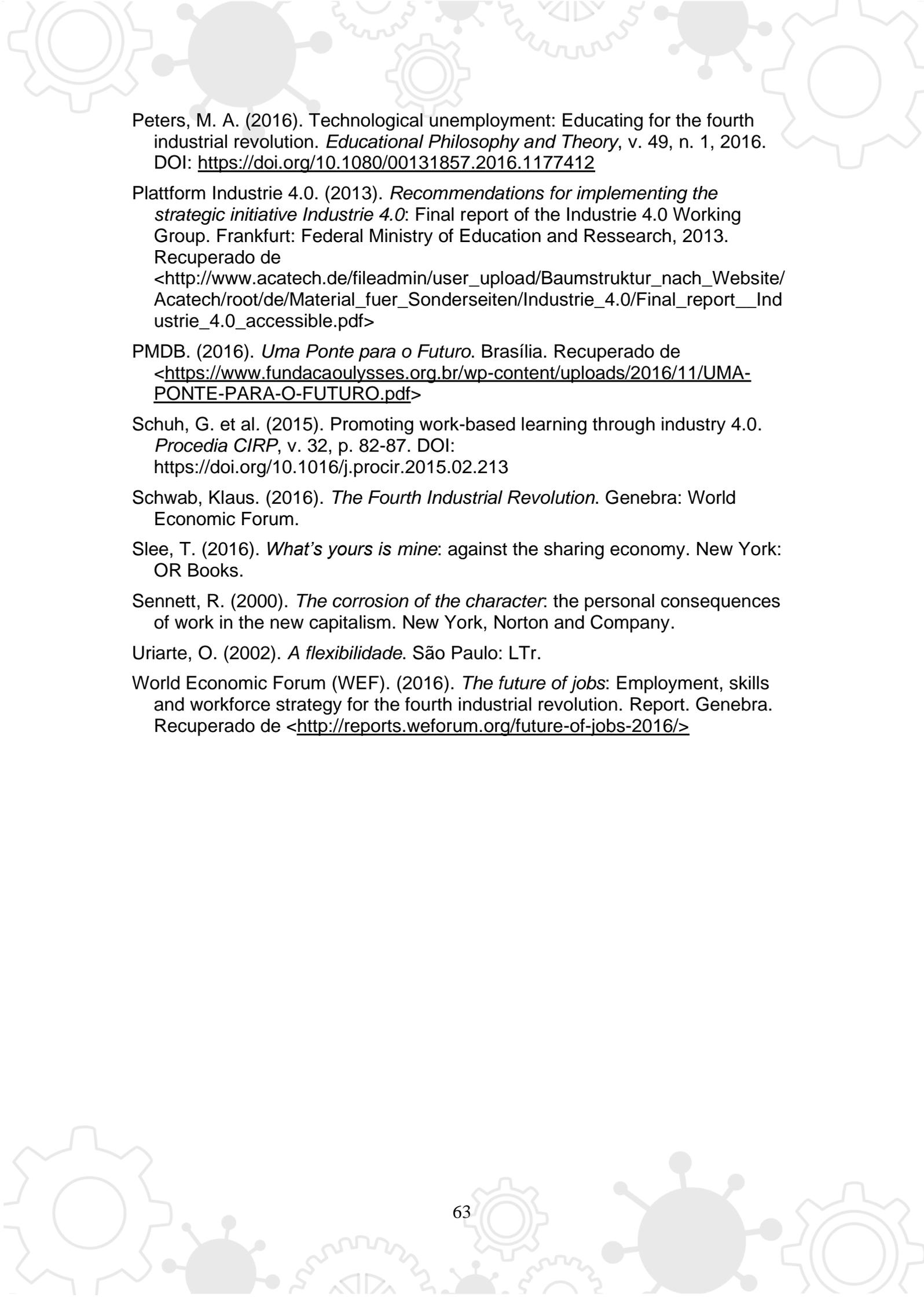
Não podemos e não devemos cair no determinismo tecnológico. A tecnologia não determina nada e não impõe nada. A Inteligência Artificial e os Algoritmos não pensam, não definem e não dão as sequências. O ser humano é o responsável pela forma de organização do processo de produção, pela forma de regulação das relações de trabalho, pela forma de organização da sociedade e, também, o mais importante de todos, pelos valores que serão cultivados e apreciados. Novamente, mais uma vez e sempre, a luta de classes está colocada. Os detentores do capital aproveitam as novas possibilidades de organização do processo de produção, dadas pelas inovações tecnológicas, e criam “novos” vínculos, “novas” regras, “novos” fetiches para aprofundar a exploração do trabalho e a extração de mais-valia. Agora sob a égide do capital financeiro mais fluído, mais efêmero, mais flexível apenas a extração da mais-valia através da intensificação do ritmo de trabalho não aplaca a fúria do capital. Volta à tona a superexploração dos primórdios do capitalismo com a elevação significativa, também, da extração da mais-valia através do aumento da extensão do tempo de trabalho. Os tempos de trabalho se tornam ainda mais extensos, mais intensos e mais flexíveis para serem utilizados nas horas, turnos e dias que os donos do capital assim requererem.

6. Bibliografia

- Adascalitei, D. & Morano, C. (2016). "*Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium*" IZA Journal of Labor Policy, Springer; Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit GmbH (IZA), vol. 5(1), pages 1-32, December.
- Bauer, W. et al. (2015). Transforming to a hyper-connected society and economy – towards an “industry 4.0”. *Procedia Manufacturing*, v. 3, p. 417-424. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.promfg.2015.07.200>
- Baumam, Z. (2007). *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benešová, A. & Tupa, J. (2017). Requirements for Education and Qualification of People in Industry 4.0. *Procedia Manufacturing*, v. 11, p. 2195-2202. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.promfg.2017.07.366>
- Bohoslavsky, J. P. (2016). Report to General Assembly the United Nations. 27 December 2016.
- Boston Consulting Group. (2015). *Industry 4.0: The future of productivity and growth in manufacturing industries*. BCG Perspectives, 2015a. Recuperado de https://www.bcgperspectives.com/content/articles/engineered_products_pro

ject_business_industry_40_future_productivity_growth_manufacturing_industries/>

- Buhr, D. (2015). *Social innovation policy for Industry 4.0*. Friedrich-Ebert-Stiftung, Division for Social and Economic Policies. Recuperado de <<http://library.fes.de/pdf-files/wiso/11479.pdf>>
- Calvete, C. (2006). *Redução da jornada de trabalho: uma análise econômica para o Brasil*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Caruso, L. (2017). Digital innovation and the fourth industrial revolution: epochal social changes? *AI & SOCIETY*, p. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00146-017-0736-1>
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- Confederação Nacional Da Indústria (CNI). (2012). As 101 propostas e modernização trabalhista. Brasília. Recuperado de <<http://www.portaldaindustria.com.br/publicações/2013/2/101-porpostas-para-modernização-trabalhistas/>>
- Dardot, L. & Laval, P. (2016). *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dunlop, J. (1993). *Industrial relations systems*. Harvard: Harvard Business School Press Classic.
- Edwards, P. & Ramirez, P. (2016). When should workers embrace or resist new technology? *New technology, work and employment*, v. 31, n. 2. DOI: <https://doi.org/10.1111/ntwe.12067>
- Gehrke, L. et al. (2015). A Discussion of Qualifications and Skills in the Factory of the Future: A German and American Perspective. *White Paper*, p. 1-28. Recuperado de <http://www.vdi.eu/fileadmin/vdi_de/redakteur/karriere_bilder/VDI-ASME__2015__White_Paper_final.pdf>
- Hecklau, Fabian et al. (2016). Holistic approach for human resource management in Industry 4.0. *Procedia CIRP*, v. 54, p. 1-6. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.procir.2016.05.102>
- Hermann, M.; Pentek, T. & Otto, B. (2015). Design Principles for Industrie 4.0 Scenarios: A Literature Review. *Working paper*, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1109/HICSS.2016.488>
- Industriall, Global Union. Episódio 4: O trabalho precário nas novas relações de trabalho. Diretor Bruno Mascarenhas, produtor Willian Assaf, Produção TVT, 2020. https://www.youtube.com/playlist?list=PLY9NIXCo-UP1-2nDWR_PeY1CjCbVoaB7y. Acessado em 23 de setembro de 2020.
- Jasiulewicz-Kaczmarek, M. et al. (2017). The Maintenance Management in the Macro-Ergonomics Context. In: *Advances in Social & Occupational Ergonomics*. Springer International Publishing, p. 35-46.
- Lipovetsky. (2007). *A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



Peters, M. A. (2016). Technological unemployment: Educating for the fourth industrial revolution. *Educational Philosophy and Theory*, v. 49, n. 1, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/00131857.2016.1177412>

Plattform Industrie 4.0. (2013). *Recommendations for implementing the strategic initiative Industrie 4.0: Final report of the Industrie 4.0 Working Group*. Frankfurt: Federal Ministry of Education and Research, 2013. Recuperado de <http://www.acatech.de/fileadmin/user_upload/Baumstruktur_nach_Website/Acatech/root/de/Material_fuer_Sonderseiten/Industrie_4.0/Final_report__Industrie_4.0_accessible.pdf>

PMDB. (2016). *Uma Ponte para o Futuro*. Brasília. Recuperado de <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>

Schuh, G. et al. (2015). Promoting work-based learning through industry 4.0. *Procedia CIRP*, v. 32, p. 82-87. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.procir.2015.02.213>

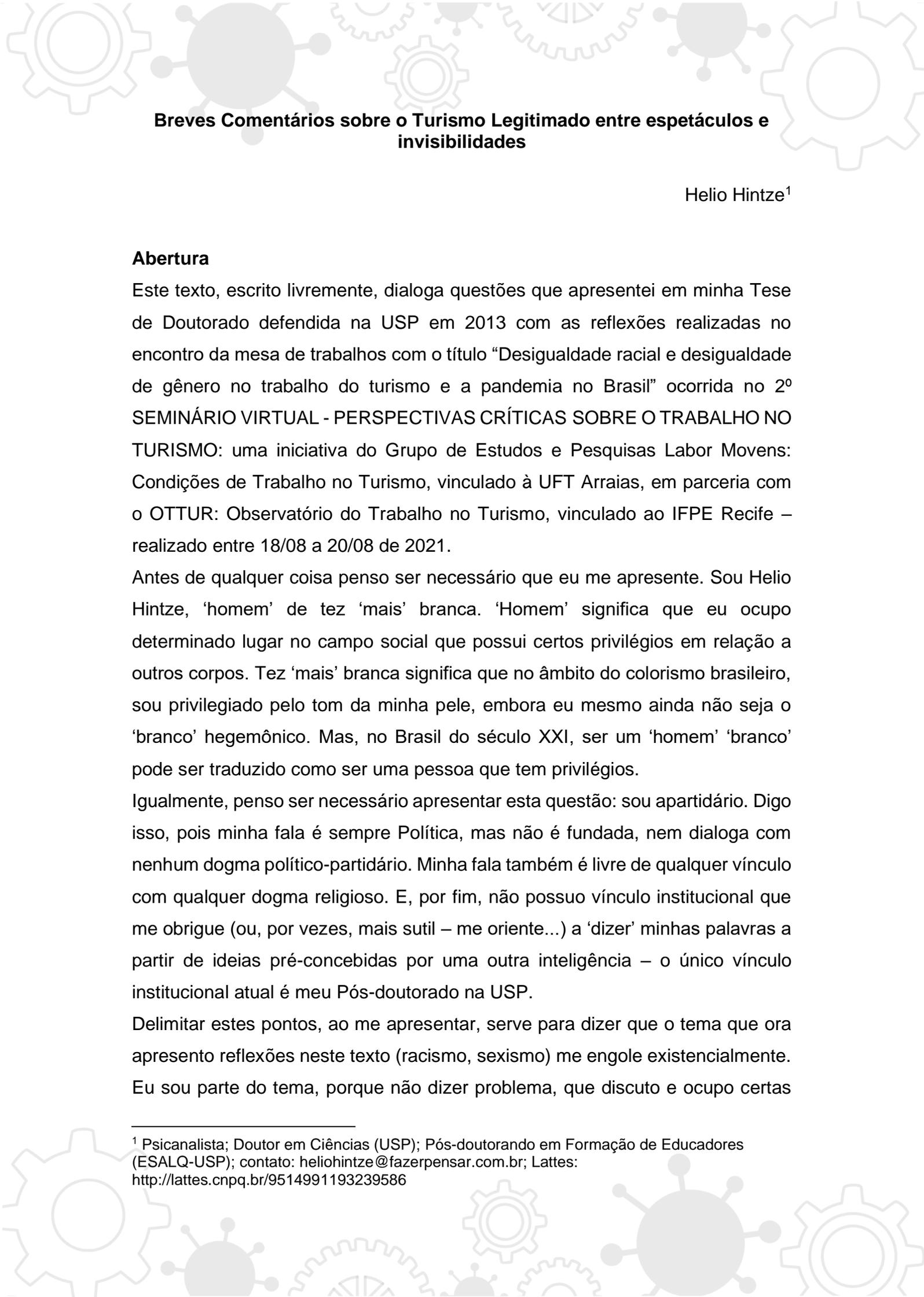
Schwab, Klaus. (2016). *The Fourth Industrial Revolution*. Geneva: World Economic Forum.

Slee, T. (2016). *What's yours is mine: against the sharing economy*. New York: OR Books.

Sennett, R. (2000). *The corrosion of the character: the personal consequences of work in the new capitalism*. New York, Norton and Company.

Uriarte, O. (2002). *A flexibilidade*. São Paulo: LTr.

World Economic Forum (WEF). (2016). *The future of jobs: Employment, skills and workforce strategy for the fourth industrial revolution*. Report. Geneva. Recuperado de <<http://reports.weforum.org/future-of-jobs-2016/>>



Breves Comentários sobre o Turismo Legitimado entre espetáculos e invisibilidades

Helio Hintze¹

Abertura

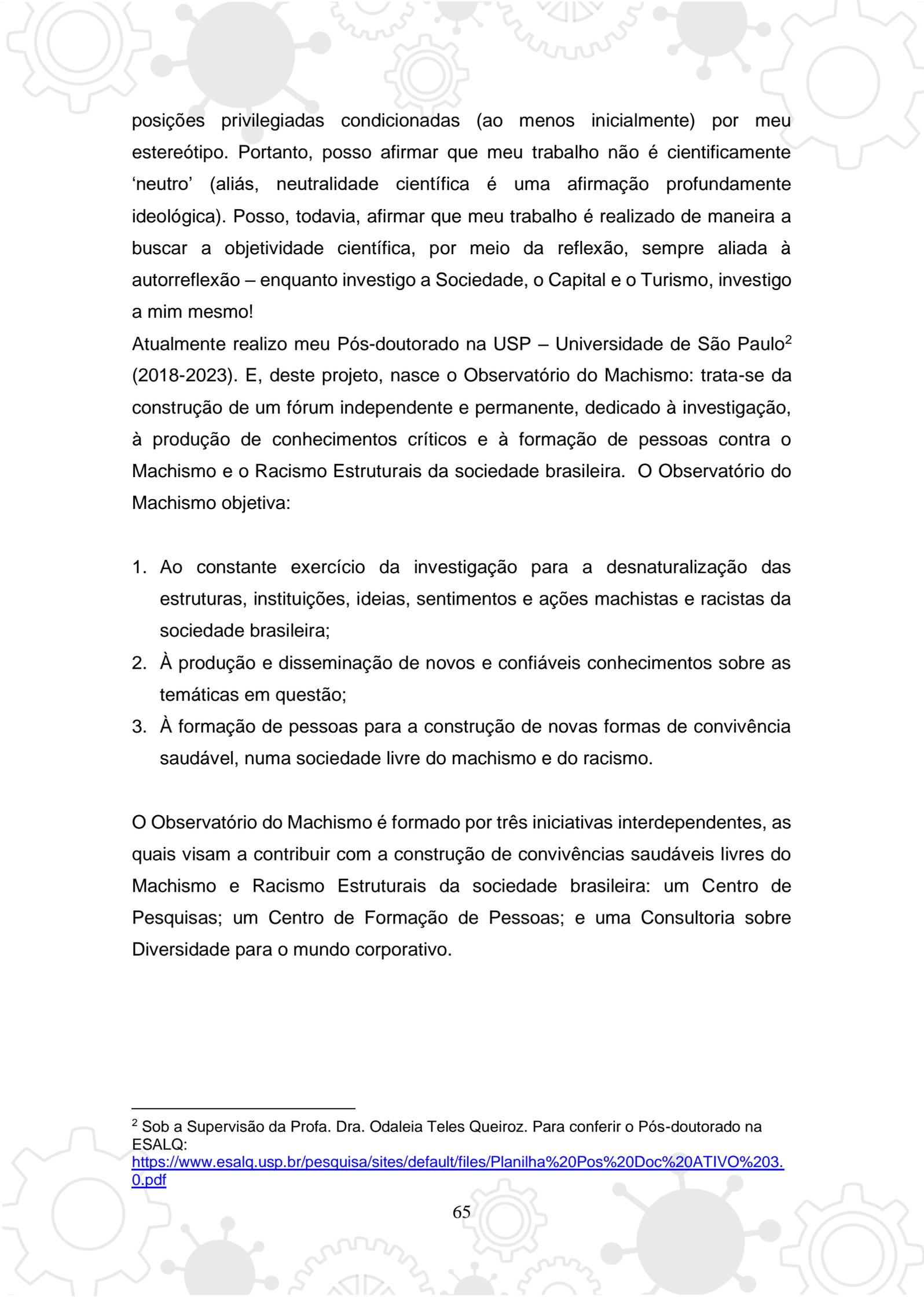
Este texto, escrito livremente, dialoga questões que apresentei em minha Tese de Doutorado defendida na USP em 2013 com as reflexões realizadas no encontro da mesa de trabalhos com o título “Desigualdade racial e desigualdade de gênero no trabalho do turismo e a pandemia no Brasil” ocorrida no 2º SEMINÁRIO VIRTUAL - PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO NO TURISMO: uma iniciativa do Grupo de Estudos e Pesquisas Labor Movens: Condições de Trabalho no Turismo, vinculado à UFT Arraias, em parceria com o OTTUR: Observatório do Trabalho no Turismo, vinculado ao IFPE Recife – realizado entre 18/08 a 20/08 de 2021.

Antes de qualquer coisa penso ser necessário que eu me apresente. Sou Helio Hintze, ‘homem’ de tez ‘mais’ branca. ‘Homem’ significa que eu ocupo determinado lugar no campo social que possui certos privilégios em relação a outros corpos. Tez ‘mais’ branca significa que no âmbito do colorismo brasileiro, sou privilegiado pelo tom da minha pele, embora eu mesmo ainda não seja o ‘branco’ hegemônico. Mas, no Brasil do século XXI, ser um ‘homem’ ‘branco’ pode ser traduzido como ser uma pessoa que tem privilégios.

Igualmente, penso ser necessário apresentar esta questão: sou apartidário. Digo isso, pois minha fala é sempre Política, mas não é fundada, nem dialoga com nenhum dogma político-partidário. Minha fala também é livre de qualquer vínculo com qualquer dogma religioso. E, por fim, não possuo vínculo institucional que me obrigue (ou, por vezes, mais sutil – me oriente...) a ‘dizer’ minhas palavras a partir de ideias pré-concebidas por uma outra inteligência – o único vínculo institucional atual é meu Pós-doutorado na USP.

Delimitar estes pontos, ao me apresentar, serve para dizer que o tema que ora apresento reflexões neste texto (racismo, sexismo) me engole existencialmente. Eu sou parte do tema, porque não dizer problema, que discuto e ocupo certas

¹ Psicanalista; Doutor em Ciências (USP); Pós-doutorando em Formação de Educadores (ESALQ-USP); contato: heliohintze@fazerpensar.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9514991193239586>



posições privilegiadas condicionadas (ao menos inicialmente) por meu estereótipo. Portanto, posso afirmar que meu trabalho não é cientificamente 'neutro' (aliás, neutralidade científica é uma afirmação profundamente ideológica). Posso, todavia, afirmar que meu trabalho é realizado de maneira a buscar a objetividade científica, por meio da reflexão, sempre aliada à autorreflexão – enquanto investigo a Sociedade, o Capital e o Turismo, investigo a mim mesmo!

Atualmente realizo meu Pós-doutorado na USP – Universidade de São Paulo² (2018-2023). E, deste projeto, nasce o Observatório do Machismo: trata-se da construção de um fórum independente e permanente, dedicado à investigação, à produção de conhecimentos críticos e à formação de pessoas contra o Machismo e o Racismo Estruturais da sociedade brasileira. O Observatório do Machismo objetiva:

1. Ao constante exercício da investigação para a desnaturalização das estruturas, instituições, ideias, sentimentos e ações machistas e racistas da sociedade brasileira;
2. À produção e disseminação de novos e confiáveis conhecimentos sobre as temáticas em questão;
3. À formação de pessoas para a construção de novas formas de convivência saudável, numa sociedade livre do machismo e do racismo.

O Observatório do Machismo é formado por três iniciativas interdependentes, as quais visam a contribuir com a construção de convivências saudáveis livres do Machismo e Racismo Estruturais da sociedade brasileira: um Centro de Pesquisas; um Centro de Formação de Pessoas; e uma Consultoria sobre Diversidade para o mundo corporativo.

² Sob a Supervisão da Profa. Dra. Odaleia Teles Queiroz. Para conferir o Pós-doutorado na ESALQ: <https://www.esalq.usp.br/pesquisa/sites/default/files/Planilha%20Pos%20Doc%20ATIVO%203.0.pdf>

Turismo Legitimado: entre espetáculos e invisibilidades

Meu objetivo neste texto é o de apresentar reflexões bastante pontuais sobre o turismo como mecanismo de subjetivação capitalista, marcado pelos genes machistas, sexistas e racistas da sociedade brasileira. A produção da tese de doutorado foi acolhida pela Edições SESC e se transformou no livro Turismo Legitimado: espetáculos e invisibilidades (2020).

Naquele trabalho, parto da hipótese de que o turismo é um dos mais bem estruturados aparelhos de subjetivação capitalista já desenvolvidos. Para tanto, é necessário que o turismo seja legitimado. 'Legitimar o turismo' deve ser entendido como o processo de torná-lo 'legítimo', ou seja, de atribuir a esta atividade valores considerados por nossa sociedade como **positivos, aceitáveis e desejáveis**. É afirmar que o turismo deve ser encarado como uma atividade **positiva**, afinal trata-se de um fenômeno que pode ser explicado pelo 'bom senso' e pela 'razão', e cuja 'autenticidade' é possível ser 'comprovada'. Enfim, é uma atividade baseada na 'lógica' e em 'fundamentos', 'coerente', 'válida', e 'verdadeira', e, em muitos aspectos chega mesmo a ser amparada por 'leis'. 'Legitimar o turismo' também é afirmá-lo como atividade **aceitável**, afinal é 'justa' e 'razoável', que traz 'benefícios' aos que com ela se envolvem, e que seus 'danos' são aqueles inevitáveis em qualquer atividade humana e plenamente contornáveis se a atividade for bem planejada. Em nossa sociedade, as ideias de 'legítimo' e de 'legitimidade' são positivas, aceitas e desejadas pelo senso comum. Portanto, legitimar o turismo é torná-lo **desejável**. Por fim, é de se esperar que haja obediência e respeito ao que é considerado 'legítimo'.

O conceito de 'legitimação' tem a acepção de uma estratégia de associação **forçada** destes adjetivos à ideia de turismo. Pode ser entendida como uma estratégia usada em jogos de poder, e em exercícios de **dominação** que subjazem a este movimento. A 'legitimação do turismo' mostra-se como uma das estratégias de poder hegemônicas em nossa sociedade. Trata-se de legitimar o turismo como uma atividade positiva, aceitável e desejável para, com isso, operar a legitimação do mercado do turismo nos mesmos moldes. Esse processo ininterrupto é forma pela qual atualmente o capital capilariza seu poder de forma subjetiva, ou seja, o torna como uma rede de capilares que permeia o corpo social, o ambiente e a subjetividade – que aqui chamamos de 'subjetivação capitalista' ou ainda 'produção de subjetividade capitalista'. Esta é a forma pela

qual o capital introjeta seu poder repressivo “no conhecimento, na cultura, na sensibilidade e na sociabilidade nos indivíduos” (Guattari, 2001, p. 31). Uma vez contaminados, estes indivíduos, por sua vez, (re)produzirão o capital a partir de suas ações mais banais. O turismo é uma das manifestações superficiais deste processo, portanto ele aqui é encarado como um dos mais estruturados dispositivos dessa produção e captura de subjetividade que o sistema capitalista já desenvolveu.

A forma pela qual o Capital procede com a legitimação do turismo se dá por duas diferentes vias: a produção de **ESPETÁCULOS** (Debord, 2004) e a produção de **INVISIBILIDADES** (Santos, 2009; 2011).

A primeira via é a produção do turismo como **Espetáculo**. É a face da legitimação que procura produzir o turismo como ‘movimento essencialmente humano’, ‘desejável’, ‘lícito’, ‘moral’, ‘ético’, como ‘conquista da classe trabalhadora’, ‘direito do cidadão’, forma de ‘exercício de liberdade do turista’, ‘possibilidade de crescimento econômico’, de ‘desenvolvimento sustentável’, ‘geração de empregos para as ‘comunidades locais’ que recebem turistas’; ‘caminho para a paz’, para o ‘fortalecimento dos encontros entre diferentes povos’; uma atividade econômica que ‘potencializa a autoestima do morador local’, ao mesmo tempo em que possibilita a ‘descoberta e a experiência do mundo por parte do turista’. Em outras palavras, a produção do turismo, como já dissemos, como algo positivo, aceitável e desejável.

A segunda face do processo de Legitimação do turismo é produção de **Invisibilidades**. Ela está colada à face produtora de Espetáculos. Na produção de invisibilidades, os profundos problemas que o ‘mercado’ e sua dinâmica apresentam são tornados invisíveis, ou seja, produzidos como inexistentes, ou plenamente evitáveis por um planejamento racional do turismo.

Alguns destes invisíveis problemas são:

- (1) a produção e a renovação de desigualdades sociais;
- (2) a construção de uma visão de mundo constituída a partir de estereótipos e clichês, de etnocentrismos, racismos, sexismos, e de separações de classes;
- (3) a desigual concorrência entre agentes com poderes diferenciados;
- (4) a tendência a transformar tudo em ‘recurso’ para o capital, colocando num plano de equivalência econômica pessoas, sentimentos, valores morais,

elementos da natureza, transformando tudo em mercadoria para a venda cada vez mais rápida;

(5) a dinâmica do descarte daquilo que já não interessa mais ao mercado e a seus agentes.

Este lado da moeda produz como não existentes as mazelas que o processo de submissão ao mercado causa. Disso, podemos perceber que a produção de **Espetáculos** produz **Invisibilidades**. Assim, quanto mais se espetaculariza o turismo, mais problemas existentes na atividade são produzidos de maneira invisível. Neste pequeno texto, focarei na exploração de uma dessas invisibilidades: o racismo no turismo brasileiro.

Turismo e exercícios de poder

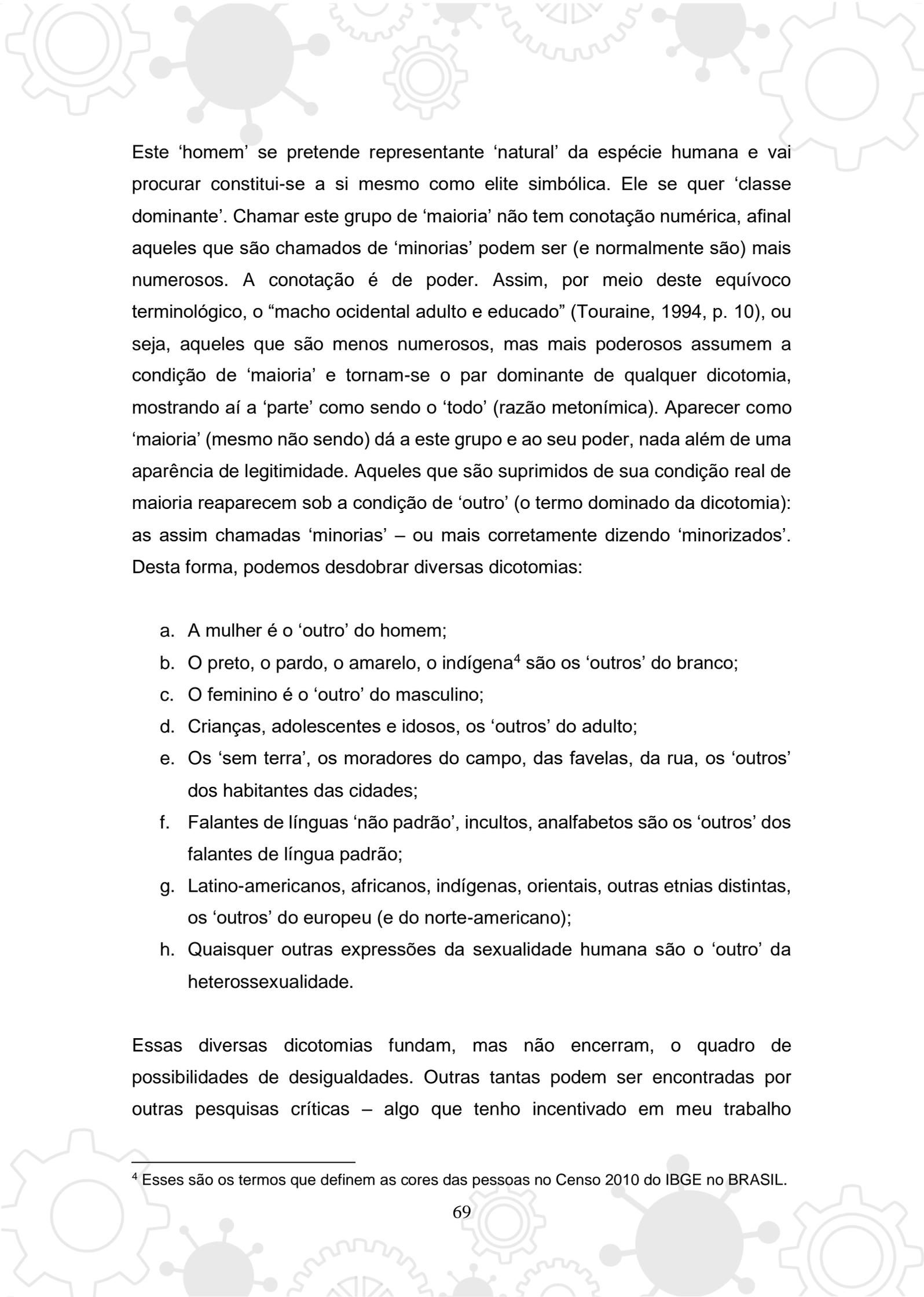
O turismo é um fenômeno Capitalista, Moderno e Ocidental. É preciso entender estas três 'entidades' e como elas realizam seus exercícios de poder para começar a investigar criticamente o turismo.

O WTTC (*World Travel and Tourism Council*) em seu *Tourism for tomorrow* nos dá a chave de interpretação para a vontade totalizadora do Capital, que quer converter tudo a seus códigos: "é essencial que o nosso planeta, nosso povo e nossos lucros estejam todos alinhados para o futuro da nossa indústria"³... Uma indústria que a tudo deseja converte aos códigos do Capital; a insaciabilidade, o contínuo movimento de expansão e domínio do colonialismo estão vivos e presentes na forma como o turismo contemporâneo é produzido por seus agentes hegemônicos.

No caso do Ocidente e da Modernidade, as dicotomias moldam-se no par COLONIZADOR <> colonizado. Não obstante, outras dicotomias agem subterraneamente na constituição de vários discursos na contemporaneidade e, que subjazem aos discursos turísticos. Para identificar algumas delas, tomemos como base a irônica definição de maioria proposta por Felix Guattari e Gilles Deleuze:

"homem-branco-masculino-adulto-habitante das cidades-falante de uma língua padrão-europeu-heterossexual qualquer" (Deleuze & Guattari, 1997, p. 43).

³ Disponível em www.wttc.org



Este 'homem' se pretende representante 'natural' da espécie humana e vai procurar constituir-se a si mesmo como elite simbólica. Ele se quer 'classe dominante'. Chamar este grupo de 'maioria' não tem conotação numérica, afinal aqueles que são chamados de 'minorias' podem ser (e normalmente são) mais numerosos. A conotação é de poder. Assim, por meio deste equívoco terminológico, o "macho ocidental adulto e educado" (Touraine, 1994, p. 10), ou seja, aqueles que são menos numerosos, mas mais poderosos assumem a condição de 'maioria' e tornam-se o par dominante de qualquer dicotomia, mostrando aí a 'parte' como sendo o 'todo' (razão metonímica). Aparecer como 'maioria' (mesmo não sendo) dá a este grupo e ao seu poder, nada além de uma aparência de legitimidade. Aqueles que são suprimidos de sua condição real de maioria reaparecem sob a condição de 'outro' (o termo dominado da dicotomia): as assim chamadas 'minorias' – ou mais corretamente dizendo 'minorizados'. Desta forma, podemos desdobrar diversas dicotomias:

- a. A mulher é o 'outro' do homem;
- b. O preto, o pardo, o amarelo, o indígena⁴ são os 'outros' do branco;
- c. O feminino é o 'outro' do masculino;
- d. Crianças, adolescentes e idosos, os 'outros' do adulto;
- e. Os 'sem terra', os moradores do campo, das favelas, da rua, os 'outros' dos habitantes das cidades;
- f. Falantes de línguas 'não padrão', incultos, analfabetos são os 'outros' dos falantes de língua padrão;
- g. Latino-americanos, africanos, indígenas, orientais, outras etnias distintas, os 'outros' do europeu (e do norte-americano);
- h. Quaisquer outras expressões da sexualidade humana são o 'outro' da heterossexualidade.

Essas diversas dicotomias fundam, mas não encerram, o quadro de possibilidades de desigualdades. Outras tantas podem ser encontradas por outras pesquisas críticas – algo que tenho incentivado em meu trabalho

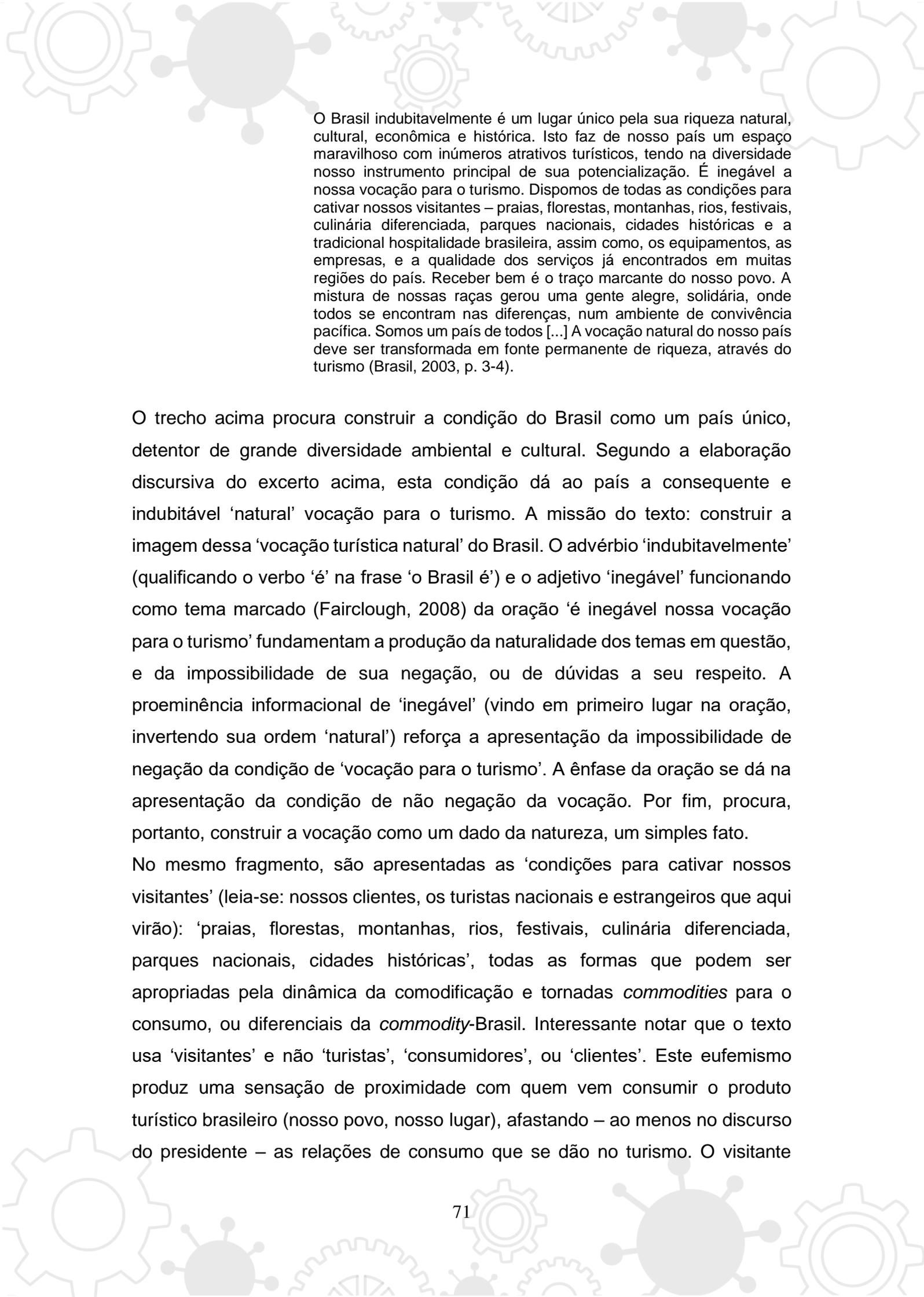
⁴ Esses são os termos que definem as cores das pessoas no Censo 2010 do IBGE no BRASIL.

acadêmico. E, mesmo nestas condições apresentadas, pode haver sobreposições. Um exemplo: as mulheres, negras, de sexualidade divergente da que se quer padrão vivem o sobrepeso de serem submetidas a diferentes tipos de desigualdades. É preciso dar voz e visibilidade ao lado 'fraco' das dicotomias, via de regra, aqueles que se tornam 'objeto' do turismo, ou seja, seus atrativos e servidores. Assim, ao analisarmos criticamente a estrutura dos discursos que promovem a espetacularização de culturas para o turismo, podemos encontrar esses elementos sendo apresentados como atrativos turísticos: turismo na favela, a exploração da mulher e da criança, o turismo que começa a explorar o imenso continente africano, o turismo rural, a exploração do turismo na América Latina, entre tantas outras formas de exploração. As relações de dominação são múltiplas e se sobrepõe nos tempos pós-modernos. Portanto, as frentes de enfrentamento também são múltiplas.

Turismo e Racismo no Brasil

Para unir estes três significantes (turismo, racismo e Brasil) trabalhamos a partir da hipótese de que a construção espetacular de certa identidade brasileira para consumo turístico funda-se na invisibilização da efervescência identitária brasileira. O racismo à brasileira é parte constitutiva de tal processo. Para explorarmos isso, vamos apresentar um recorte, bastante arbitrário de um trecho do Plano Nacional do Turismo 2003 – 2007, de 29 de Abril de 2003: um documento que prioriza a exploração do turismo como um fator propulsor de desenvolvimento sócio-econômico para o Brasil. Nesta análise, o que nos interessa é o discurso comodificador que procura produzir a 'natural' vocação turística brasileira. Este está fortemente baseado na consideração do Brasil como um 'país mestiço'. Mestiço, do latim tardio *mixticius*, significa alguém que é filho de pais de 'raças' diferentes (Houaiss & Villar, 2001). Tal mestiçagem é justamente a ideia que é considerada como o grande diferencial para a produção discursiva que dará forma e conteúdo à *commodity*-Brasil. Confirmamos inicialmente um trecho do discurso do presidente Lula na abertura do PNT 2003-2007⁵:

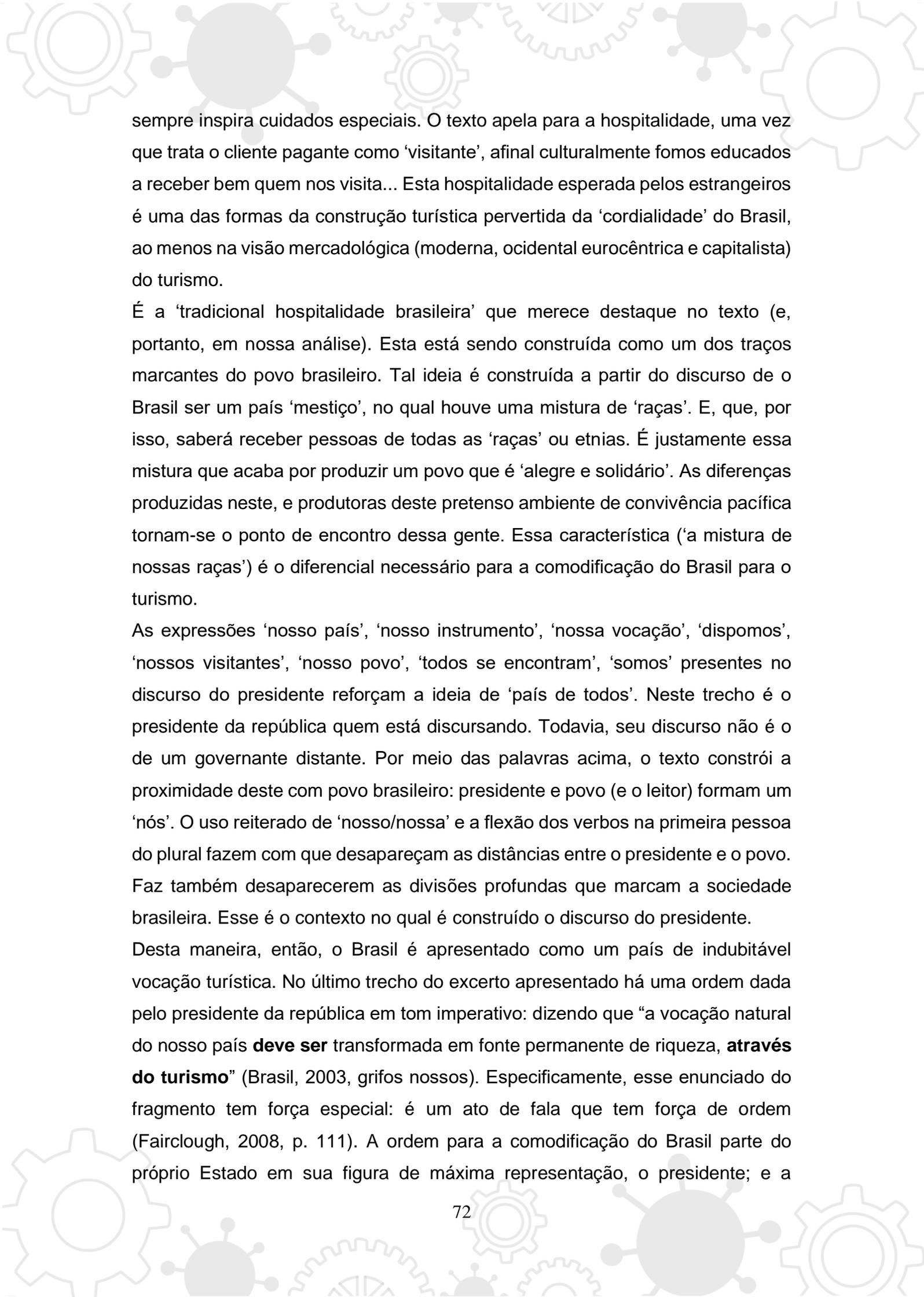
⁵ Confira a íntegra do discurso do presidente no *site* do MTUR: www.MTUR.gov.br.



O Brasil indubitavelmente é um lugar único pela sua riqueza natural, cultural, econômica e histórica. Isto faz de nosso país um espaço maravilhoso com inúmeros atrativos turísticos, tendo na diversidade nosso instrumento principal de sua potencialização. É inegável a nossa vocação para o turismo. Dispomos de todas as condições para cativar nossos visitantes – praias, florestas, montanhas, rios, festivais, culinária diferenciada, parques nacionais, cidades históricas e a tradicional hospitalidade brasileira, assim como, os equipamentos, as empresas, e a qualidade dos serviços já encontrados em muitas regiões do país. Receber bem é o traço marcante do nosso povo. A mistura de nossas raças gerou uma gente alegre, solidária, onde todos se encontram nas diferenças, num ambiente de convivência pacífica. Somos um país de todos [...] A vocação natural do nosso país deve ser transformada em fonte permanente de riqueza, através do turismo (Brasil, 2003, p. 3-4).

O trecho acima procura construir a condição do Brasil como um país único, detentor de grande diversidade ambiental e cultural. Segundo a elaboração discursiva do excerto acima, esta condição dá ao país a consequente e indubitável ‘natural’ vocação para o turismo. A missão do texto: construir a imagem dessa ‘vocação turística natural’ do Brasil. O advérbio ‘indubitavelmente’ (qualificando o verbo ‘é’ na frase ‘o Brasil é’) e o adjetivo ‘inegável’ funcionando como tema marcado (Fairclough, 2008) da oração ‘é inegável nossa vocação para o turismo’ fundamentam a produção da naturalidade dos temas em questão, e da impossibilidade de sua negação, ou de dúvidas a seu respeito. A proeminência informacional de ‘inegável’ (vindo em primeiro lugar na oração, invertendo sua ordem ‘natural’) reforça a apresentação da impossibilidade de negação da condição de ‘vocação para o turismo’. A ênfase da oração se dá na apresentação da condição de não negação da vocação. Por fim, procura, portanto, construir a vocação como um dado da natureza, um simples fato.

No mesmo fragmento, são apresentadas as ‘condições para cativar nossos visitantes’ (leia-se: nossos clientes, os turistas nacionais e estrangeiros que aqui virão): ‘praias, florestas, montanhas, rios, festivais, culinária diferenciada, parques nacionais, cidades históricas’, todas as formas que podem ser apropriadas pela dinâmica da comodificação e tornadas *commodities* para o consumo, ou diferenciais da *commodity*-Brasil. Interessante notar que o texto usa ‘visitantes’ e não ‘turistas’, ‘consumidores’, ou ‘clientes’. Este eufemismo produz uma sensação de proximidade com quem vem consumir o produto turístico brasileiro (nosso povo, nosso lugar), afastando – ao menos no discurso do presidente – as relações de consumo que se dão no turismo. O visitante

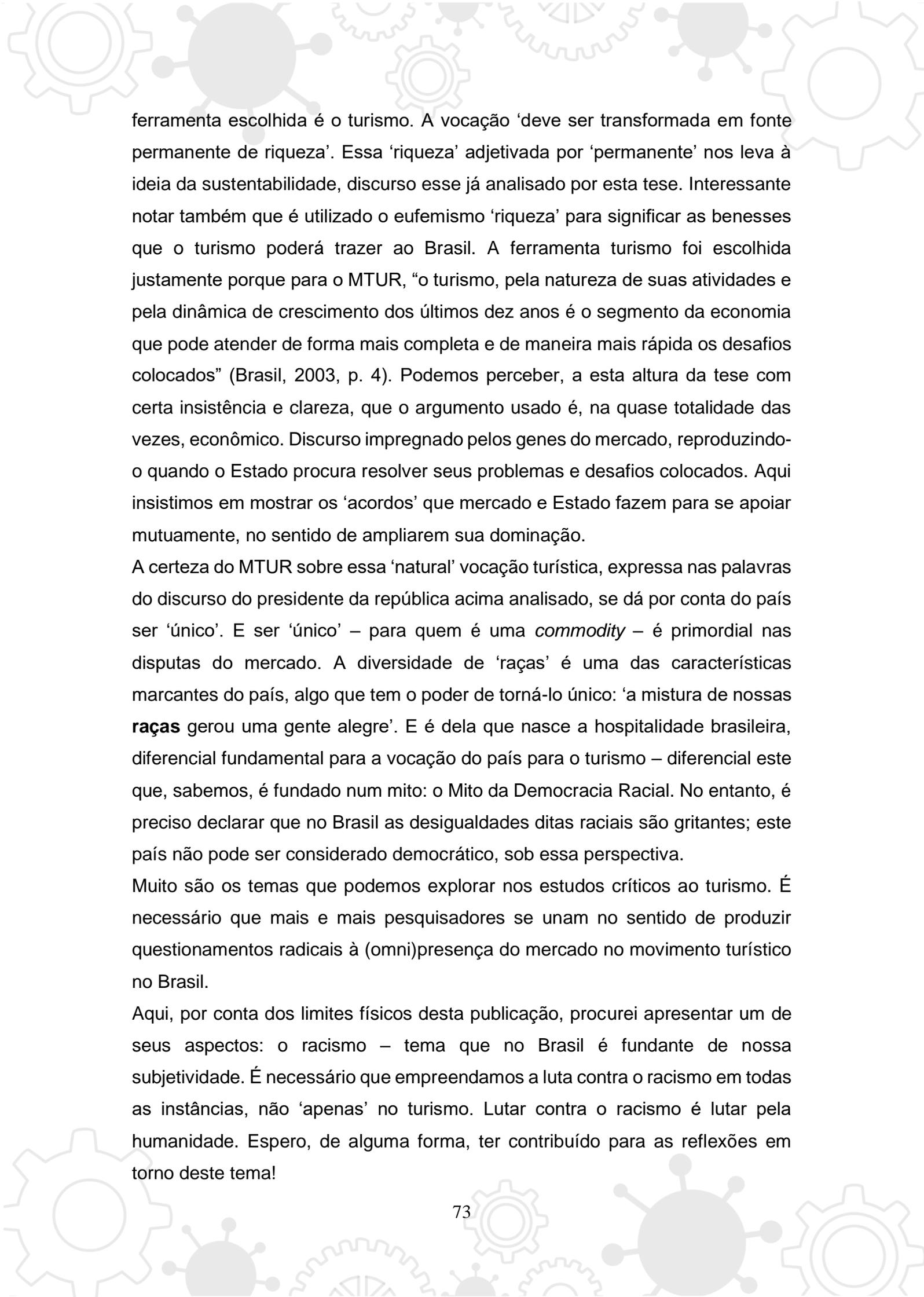


sempre inspira cuidados especiais. O texto apela para a hospitalidade, uma vez que trata o cliente pagante como ‘visitante’, afinal culturalmente fomos educados a receber bem quem nos visita... Esta hospitalidade esperada pelos estrangeiros é uma das formas da construção turística pervertida da ‘cordialidade’ do Brasil, ao menos na visão mercadológica (moderna, ocidental eurocêntrica e capitalista) do turismo.

É a ‘tradicional hospitalidade brasileira’ que merece destaque no texto (e, portanto, em nossa análise). Esta está sendo construída como um dos traços marcantes do povo brasileiro. Tal ideia é construída a partir do discurso de o Brasil ser um país ‘mestiço’, no qual houve uma mistura de ‘raças’. E, que, por isso, saberá receber pessoas de todas as ‘raças’ ou etnias. É justamente essa mistura que acaba por produzir um povo que é ‘alegre e solidário’. As diferenças produzidas neste, e produtoras deste pretense ambiente de convivência pacífica tornam-se o ponto de encontro dessa gente. Essa característica (‘a mistura de nossas raças’) é o diferencial necessário para a comodificação do Brasil para o turismo.

As expressões ‘nosso país’, ‘nosso instrumento’, ‘nossa vocação’, ‘dispomos’, ‘nossos visitantes’, ‘nosso povo’, ‘todos se encontram’, ‘somos’ presentes no discurso do presidente reforçam a ideia de ‘país de todos’. Neste trecho é o presidente da república quem está discursando. Todavia, seu discurso não é o de um governante distante. Por meio das palavras acima, o texto constrói a proximidade deste com povo brasileiro: presidente e povo (e o leitor) formam um ‘nós’. O uso reiterado de ‘nosso/nossa’ e a flexão dos verbos na primeira pessoa do plural fazem com que desapareçam as distâncias entre o presidente e o povo. Faz também desaparecerem as divisões profundas que marcam a sociedade brasileira. Esse é o contexto no qual é construído o discurso do presidente.

Desta maneira, então, o Brasil é apresentado como um país de indubitável vocação turística. No último trecho do excerto apresentado há uma ordem dada pelo presidente da república em tom imperativo: dizendo que “a vocação natural do nosso país **deve ser** transformada em fonte permanente de riqueza, **através do turismo**” (Brasil, 2003, grifos nossos). Especificamente, esse enunciado do fragmento tem força especial: é um ato de fala que tem força de ordem (Fairclough, 2008, p. 111). A ordem para a comodificação do Brasil parte do próprio Estado em sua figura de máxima representação, o presidente; e a



ferramenta escolhida é o turismo. A vocação 'deve ser transformada em fonte permanente de riqueza'. Essa 'riqueza' adjetivada por 'permanente' nos leva à ideia da sustentabilidade, discurso esse já analisado por esta tese. Interessante notar também que é utilizado o eufemismo 'riqueza' para significar as benesses que o turismo poderá trazer ao Brasil. A ferramenta turismo foi escolhida justamente porque para o MTUR, "o turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados" (Brasil, 2003, p. 4). Podemos perceber, a esta altura da tese com certa insistência e clareza, que o argumento usado é, na quase totalidade das vezes, econômico. Discurso impregnado pelos genes do mercado, reproduzindo-o quando o Estado procura resolver seus problemas e desafios colocados. Aqui insistimos em mostrar os 'acordos' que mercado e Estado fazem para se apoiar mutuamente, no sentido de ampliarem sua dominação.

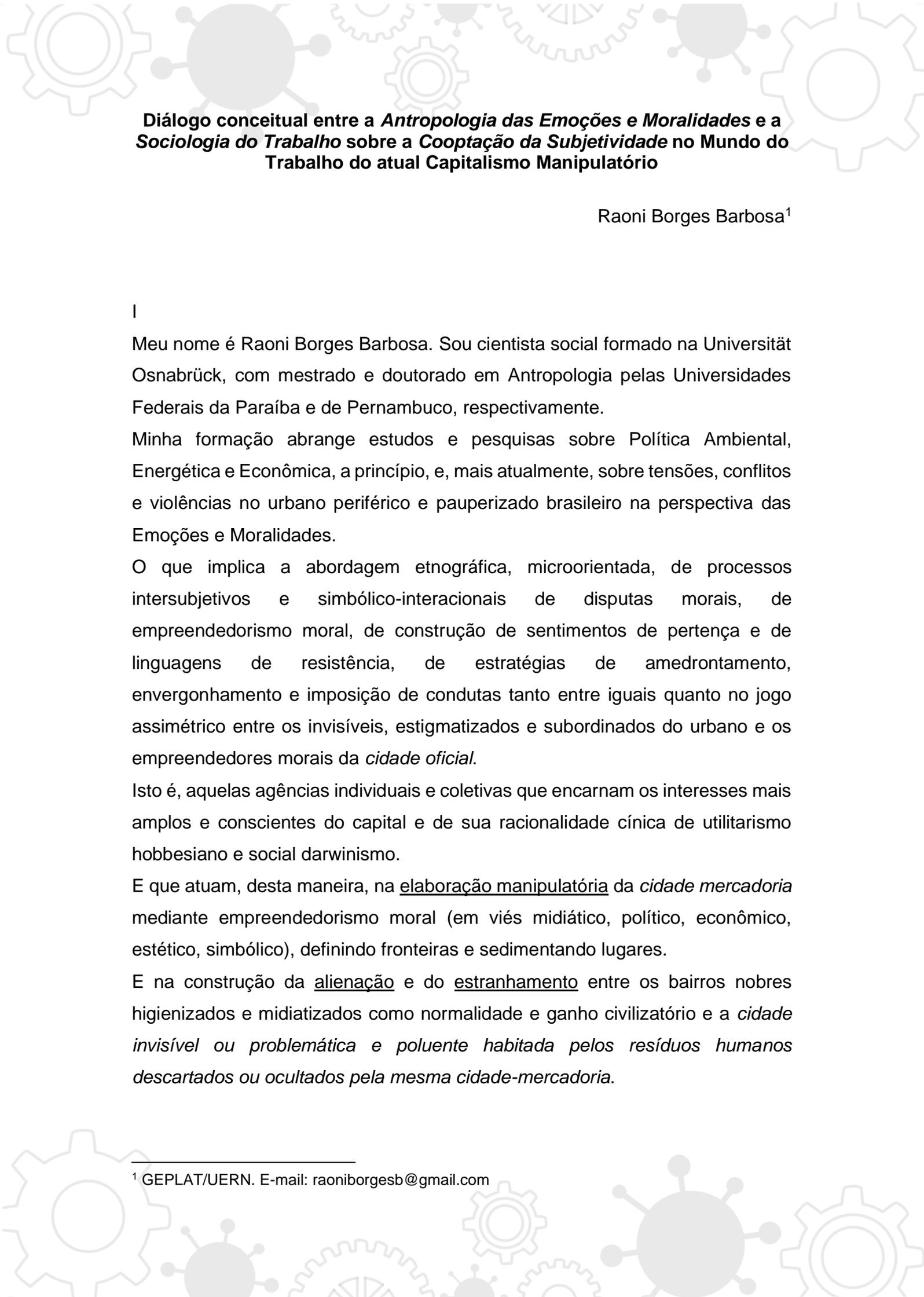
A certeza do MTUR sobre essa 'natural' vocação turística, expressa nas palavras do discurso do presidente da república acima analisado, se dá por conta do país ser 'único'. E ser 'único' – para quem é uma *commodity* – é primordial nas disputas do mercado. A diversidade de 'raças' é uma das características marcantes do país, algo que tem o poder de torná-lo único: 'a mistura de nossas **raças** gerou uma gente alegre'. E é dela que nasce a hospitalidade brasileira, diferencial fundamental para a vocação do país para o turismo – diferencial este que, sabemos, é fundado num mito: o Mito da Democracia Racial. No entanto, é preciso declarar que no Brasil as desigualdades ditas raciais são gritantes; este país não pode ser considerado democrático, sob essa perspectiva.

Muito são os temas que podemos explorar nos estudos críticos ao turismo. É necessário que mais e mais pesquisadores se unam no sentido de produzir questionamentos radicais à (omni)presença do mercado no movimento turístico no Brasil.

Aqui, por conta dos limites físicos desta publicação, procurei apresentar um de seus aspectos: o racismo – tema que no Brasil é fundante de nossa subjetividade. É necessário que empreendamos a luta contra o racismo em todas as instâncias, não 'apenas' no turismo. Lutar contra o racismo é lutar pela humanidade. Espero, de alguma forma, ter contribuído para as reflexões em torno deste tema!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. (2003). *Plano nacional do turismo 2003-2007*. Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado de:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf>.
- Debord, G. (2004). *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- Fairclough, N. (2008). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Unb.
- Guattari, F. (2001). *As três ecologias*. 12. ed. Campinas: Papirus.
- Hintze, H. (2013). *Espectáculos e invisibilidades do discurso legitimador do turismo*. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba.
doi:10.11606/T.91.2013.tde-04102013-164505. Recuperado de
<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-04102013-164505/pt-br.php>>
- Hintze, H. (2020). *Turismo legitimado: espetáculos e invisibilidades*, São Paulo: Edições SESC.
- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Santos, B. S. (2009). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Santos, B. S.; Meneses, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Editora Almedina. p. 23-71.
- Touraine, A. (1994). *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes.



Diálogo conceitual entre a *Antropologia das Emoções e Moralidades* e a *Sociologia do Trabalho* sobre a *Cooptação da Subjetividade* no Mundo do Trabalho do atual Capitalismo Manipulatório

Raoni Borges Barbosa¹

I

Meu nome é Raoni Borges Barbosa. Sou cientista social formado na Universität Osnabrück, com mestrado e doutorado em Antropologia pelas Universidades Federais da Paraíba e de Pernambuco, respectivamente.

Minha formação abrange estudos e pesquisas sobre Política Ambiental, Energética e Econômica, a princípio, e, mais atualmente, sobre tensões, conflitos e violências no urbano periférico e pauperizado brasileiro na perspectiva das Emoções e Moralidades.

O que implica a abordagem etnográfica, microorientada, de processos intersubjetivos e simbólico-interacionais de disputas morais, de empreendedorismo moral, de construção de sentimentos de pertença e de linguagens de resistência, de estratégias de amedrontamento, envergonhamento e imposição de condutas tanto entre iguais quanto no jogo assimétrico entre os invisíveis, estigmatizados e subordinados do urbano e os empreendedores morais da *cidade oficial*.

Isto é, aquelas agências individuais e coletivas que encarnam os interesses mais amplos e conscientes do capital e de sua racionalidade cínica de utilitarismo hobbesiano e social darwinismo.

E que atuam, desta maneira, na elaboração manipulatória da *cidade mercadoria* mediante empreendedorismo moral (em viés midiático, político, econômico, estético, simbólico), definindo fronteiras e sedimentando lugares.

E na construção da alienação e do estranhamento entre os bairros nobres higienizados e midiáticos como normalidade e ganho civilizatório e a *cidade invisível ou problemática e poluente habitada pelos resíduos humanos descartados ou ocultados pela mesma cidade-mercadoria*.

¹ GEPLAT/UERN. E-mail: raoniborgesb@gmail.com

Nesse sentido, minhas pesquisas de mestrado e de doutorado se debruçaram, grosso modo, sobre as *sociabilidades urbanas estigmatizadas* e seus regimes de sensibilidade e normalidade normativa, a cultura do medo e da vergonha e as equivocações entre bairros populares com suas classes e tipos humanos perigosos e a cidade mercadoria ou cidade oficial no Urbano Contemporâneo Brasileiro (de 1970 para cá!).

*

**

II

Desde 2019, quando me tornei Prof. Visitante da UERN, tenho vínculo como pesquisador do GEPLAT/UERN Grupo de Pesquisas em Lazer, Turismo e Trabalho e como coeditor da RTEP Revista Turismo Estudos & Práticas, ambos fundados e coordenados pelo Prof. Jean Henrique Costa.

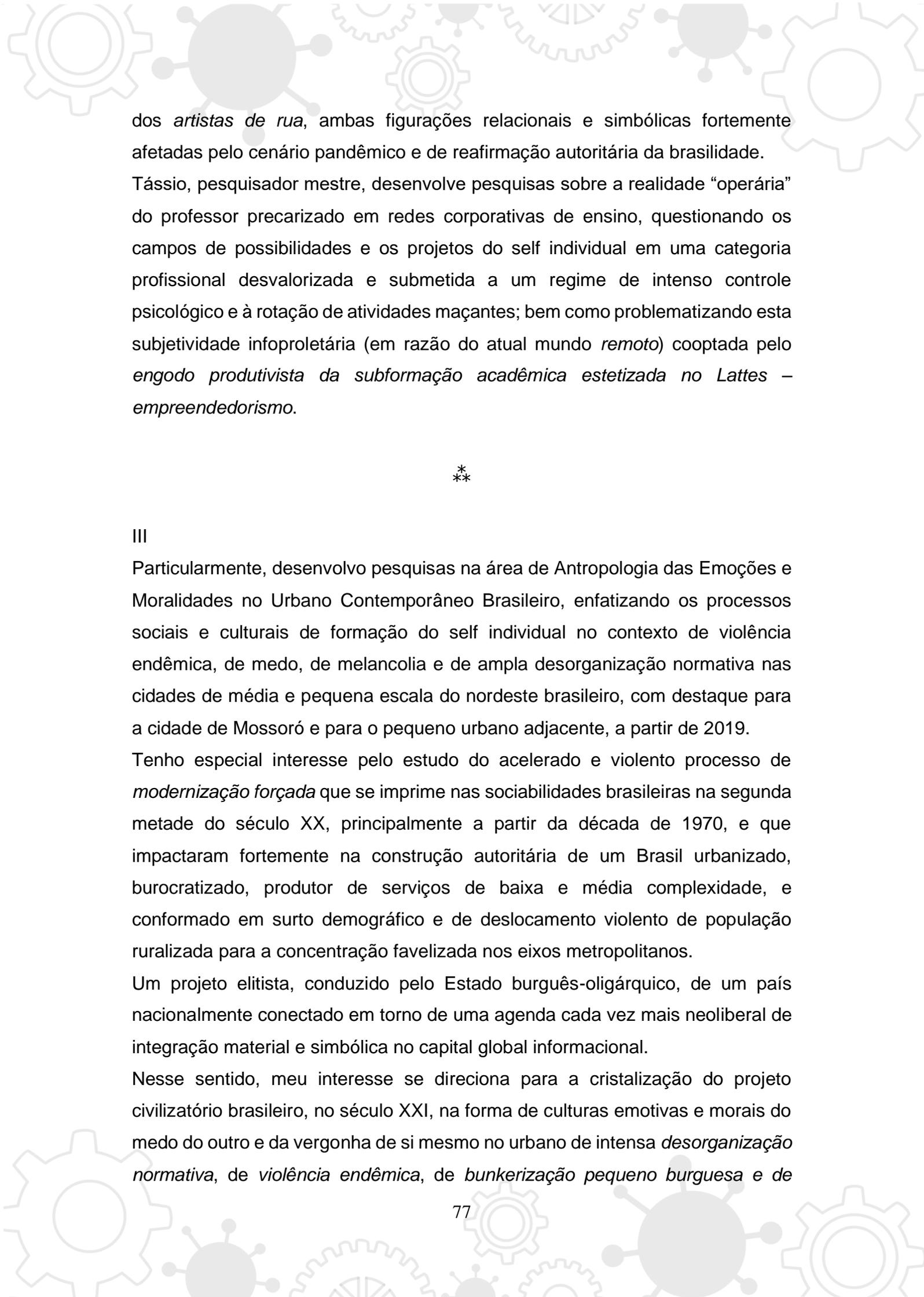
Tanto no GEPLAT quanto na RTEP desenvolvemos pesquisas sobre as dinâmicas estruturais no Mercado de Trabalho brasileiro e mundial, com recorte na indústria de serviços de Turismo, Hospitalidade e Lazer do Rio Grande do Norte, e especialmente monitorando o que ocorre no contexto da cidade de Mossoró.

Nesse universo de pesquisa problematizamos a penetração da lógica sistêmica e sociometabólica do capital global informacional em regime toyotista de desenvolvimento na indústria local de serviços, acompanhando, nesse sentido, o avanço da crise estrutural do capital sobre o já perverso contexto relacional e simbólico de 'miséria brasileira', localmente concretizada em processos de superexploração da força de trabalho na forma de lumpenização, de precarização, de uberização e de informalização generalizada.

Ao todo somos cinco pesquisadores no GEPLAT, cujos trabalhos se fertilizam no diálogo constante.

O Prof. Jean, coordenador do GEPLAT, tem especial interesse pela temática da indústria cultural, da produção fetichizada da mercadoria em formato musical e fílmico.

Os pesquisadores DiAssis e Wilton, ainda mestrandos, desenvolvem pesquisas sobre a desefetivação (*Entwirklichung*) da subjetividade pelo Trabalho precarizado, estranhado e alienado nos contextos dos *motoristas de aplicativo* e



dos *artistas de rua*, ambas figurações relacionais e simbólicas fortemente afetadas pelo cenário pandêmico e de reafirmação autoritária da brasilidade. Tássio, pesquisador mestre, desenvolve pesquisas sobre a realidade “operária” do professor precarizado em redes corporativas de ensino, questionando os campos de possibilidades e os projetos do self individual em uma categoria profissional desvalorizada e submetida a um regime de intenso controle psicológico e à rotação de atividades maçantes; bem como problematizando esta subjetividade infoproletária (em razão do atual mundo *remoto*) cooptada pelo *engodo produtivista da subformação acadêmica estetizada no Lattes – empreendedorismo*.

*

**

III

Particularmente, desenvolvo pesquisas na área de Antropologia das Emoções e Moralidades no Urbano Contemporâneo Brasileiro, enfatizando os processos sociais e culturais de formação do self individual no contexto de violência endêmica, de medo, de melancolia e de ampla desorganização normativa nas cidades de média e pequena escala do nordeste brasileiro, com destaque para a cidade de Mossoró e para o pequeno urbano adjacente, a partir de 2019.

Tenho especial interesse pelo estudo do acelerado e violento processo de *modernização forçada* que se imprime nas sociabilidades brasileiras na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 1970, e que impactaram fortemente na construção autoritária de um Brasil urbanizado, burocratizado, produtor de serviços de baixa e média complexidade, e conformado em surto demográfico e de deslocamento violento de população ruralizada para a concentração favelizada nos eixos metropolitanos.

Um projeto elitista, conduzido pelo Estado burguês-oligárquico, de um país nacionalmente conectado em torno de uma agenda cada vez mais neoliberal de integração material e simbólica no capital global informacional.

Nesse sentido, meu interesse se direciona para a cristalização do projeto civilizatório brasileiro, no século XXI, na forma de culturas emotivas e morais do medo do outro e da vergonha de si mesmo no urbano de intensa *desorganização normativa*, de *violência endêmica*, de *bunkerização pequeno burguesa* e de

guetificação pauperizada, de estreitamento em valores-fetice de horizontes projetivos nos círculos primários e secundários de socialização, de alienação da pertença no desaparecimento do Público e do Comum e, em síntese, de privatização dos riscos sociais e das emoções, a partir do que busco entender a lógica dos Discursos e Práticas Organizacionais e dos Processos de Manipulação da Subjetividade dos/as Trabalhadores/as.

*

**

IV

O fenômeno da privatização das emoções e dos riscos sociais aponta para uma perversão desesperadora na conformação cada vez mais anômica de um *self* individual que se auto-espelha em estratégias de fetichização mercadológica de suas habilidades, competências e capacidades.

Aquilo que alguns autores chamam de *Você S.A.*, isto é, o paroxismo da individualidade refletir a si mesmo como ativo abstrato de um Mercado, internalizando, assim, o Produtivismo como ideologia totalizante e o Empreendedorismo de Si como estágio avançado da colonização do Mundo da Vida pelo Sistema.

Temos, então, a construção ideopolítica de uma Sociedade de Mercado em que a economia política liberal impregna a racionalidade social como *fábrica*, como arranjo relacional e simbólico que se percebe na produção constante de valor a ser realizado na forma mercadoria como meta individual de felicidade.

Trata-se, de tal modo, de uma individualidade individualista emergente em contexto simbólico-interacional cada vez mais blasé, - em termos simmelianos, - e cujo giroscópio moral-emocional não se orienta no Comum e no Público ou na Tradição, e que tampouco aspira pela Emancipação, mas que se auto-explora como subjetividade desejante de engolfamento no mundo do consumo e da vida nervosa do Trabalho.

*

**

V

O fenômeno da privatização das emoções (do medo, da vergonha, da raiva, da ira, da frustração, da pertença, do amor, da paixão, da solidão, do luto, entre outros, como fenômeno biopsíquico desconectado do social e da cultura) e dos riscos sociais (de adoecimento, de envelhecimento, de desemprego, de acidente, entre outros reveses, como questão individual, - tal como no caso do nosso colega músico entregue a si mesmo sem direitos e garantias ao irromper a pandemia da Covid19) resultam no fenômeno que procuro desenvolver conceitualmente como Emoções sem Objeto, o que, nas zonas individuais íntimas e privadas de integridade psíquica da subjetividade acarretam em:

- **Ansiedade** como medo onipresente do outro próximo e do outro generalizado;
- **Melindre** como embaraço/constrangimento onipresente da desorganização normativa;
- **Melancolia** como impossibilidade de Luto, de vivência da Perda e da Morte, em uma sociabilidade de sacralização do artifício, do produtivismo, da juventude e beleza e de aversão ao tradicional e ao velho;
- **Anomia** ou **Engajamento Totalizante** na conformação da subjetividade cada vez mais alienada em culturas emotivas e morais de desempenho individualista e desprovidas de Pertenças estáveis, de modo que o autoalheamento e o ensimesmamento ou a entrega irracional de si aparecem como projeto de autorrealização.

*
**

VI

A **Exaustão** e a **Fadiga** enquanto fenômenos sociais massificados nas sociabilidades urbanas, são cada vez menos surpreendente em uma sociedade dinamizada intersubjetivamente pela reciprocidade superficial e desencantada da racionalidade instrumental.

A contrapartida da privatização das emoções e dos riscos sociais na esfera da vida privada se apresenta, assim, no mundo público e adulto do Trabalho, como estruturação psíquica e moral-emocional entendida a partir da categoria analítica do **Nervoso (die Hektik)**.

O **Nervoso** pode ser entendido como metacategoria para o enquadramento do trabalho emocional constantemente acionado em relações produtivas intermitentes, insalubres, inseguras, estigmatizantes, de alta demanda de engajamento, mas de pouco ou nenhum sentido subjetivo para o self individual que a realiza e que deve internalizar todo o processo de exploração e de esgotamento da sua energia vital como *investimento* na própria carreira e como *colaboração* com o grupo de trabalho.

A deterioração ideologicamente escamoteado do self, do si mesmo, da instância reflexiva e crítica individual, da subjetividade em seu núcleo de imaginação e criatividade, se apresenta como:

- **Estresse** resultado da cooptação da subjetividade nas dinâmicas produtivas e reprodutivas de um social em metabolismo ininterrupto de expansão predatória hiper friccional de recursos vitais do indivíduo, do grupo e do meio-ambiente;
- E como o desenvolvimento de quadros de **distúrbios psicossomáticos** (insônia, diabetes, hipertensão), de **depressão** e de **drogadição**.

*

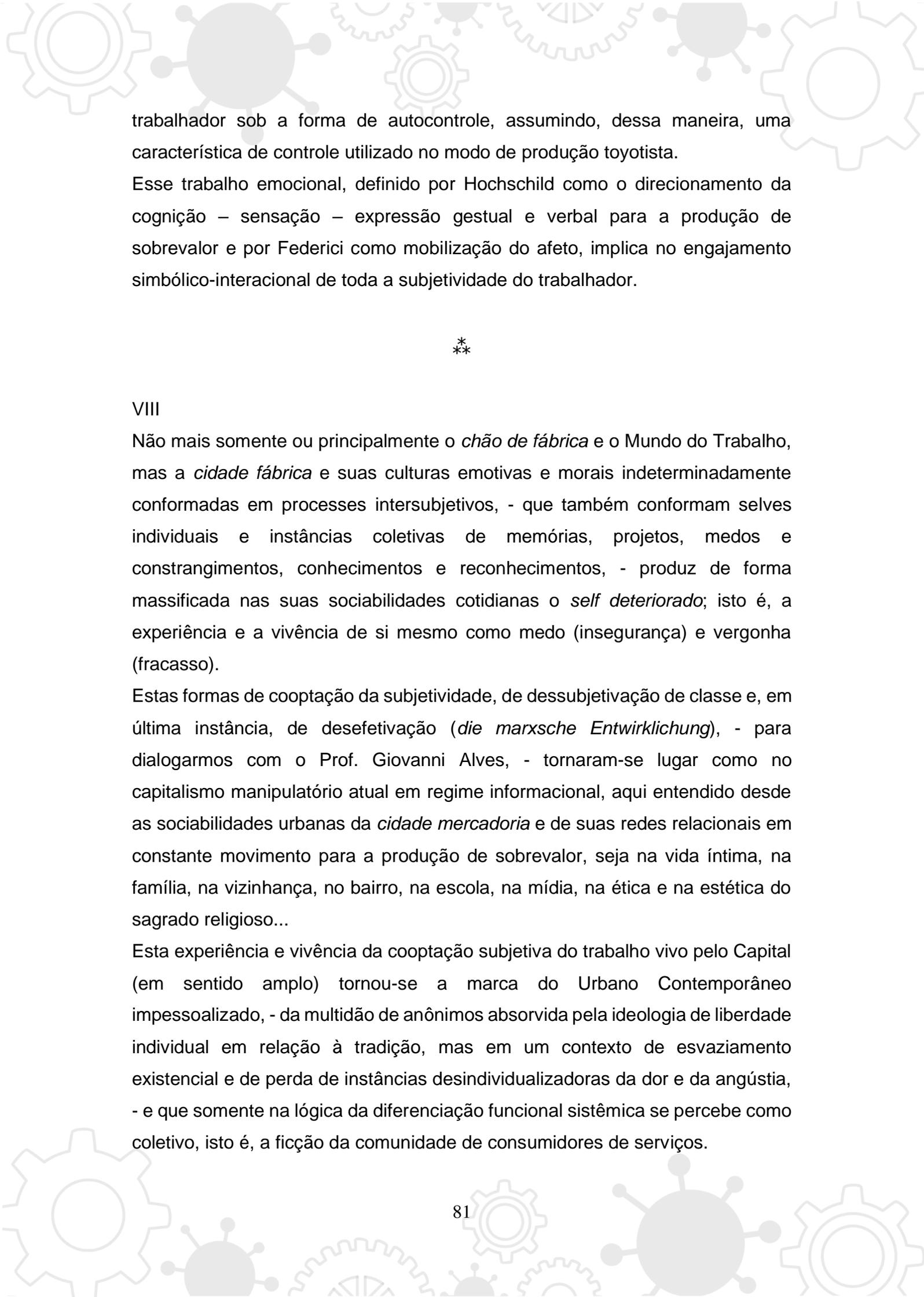
**

VII

Em relação ao mundo do Trabalho na indústria do Turismo, - tendo como campo etnográfico uma Agência de Viagens de Mossoró, - podemos afirmar que o trabalho alienado e precarizado se realiza na frustração objetiva de expectativas e pretensões de realização econômica, assim como a vivência subjetiva de cooptação da vida interior e da intimidade do trabalhador em função da lógica sistêmica de reprodução do capital.

O indivíduo é submetido à vigilância contínua através de panópticos digitais, câmeras, monitoramento imediato de suas ações, principalmente no que concerne a ligações e conversas com clientes, bem como a uma dinâmica estressante, multitarefa, polivalente e invasiva dos espaços e tempos da Casa, da Família, da Subjetividade, da Intimidade.

Para além da disciplina, é importante chamar atenção para a autovigilância, na qual se observa a cooptação da subjetividade do trabalhador das mais variadas formas, de modo que o controle disciplinar passa a ser exercido pelo próprio



trabalhador sob a forma de autocontrole, assumindo, dessa maneira, uma característica de controle utilizado no modo de produção toyotista.

Esse trabalho emocional, definido por Hochschild como o direcionamento da cognição – sensação – expressão gestual e verbal para a produção de sobrevalor e por Federici como mobilização do afeto, implica no engajamento simbólico-interacional de toda a subjetividade do trabalhador.

*

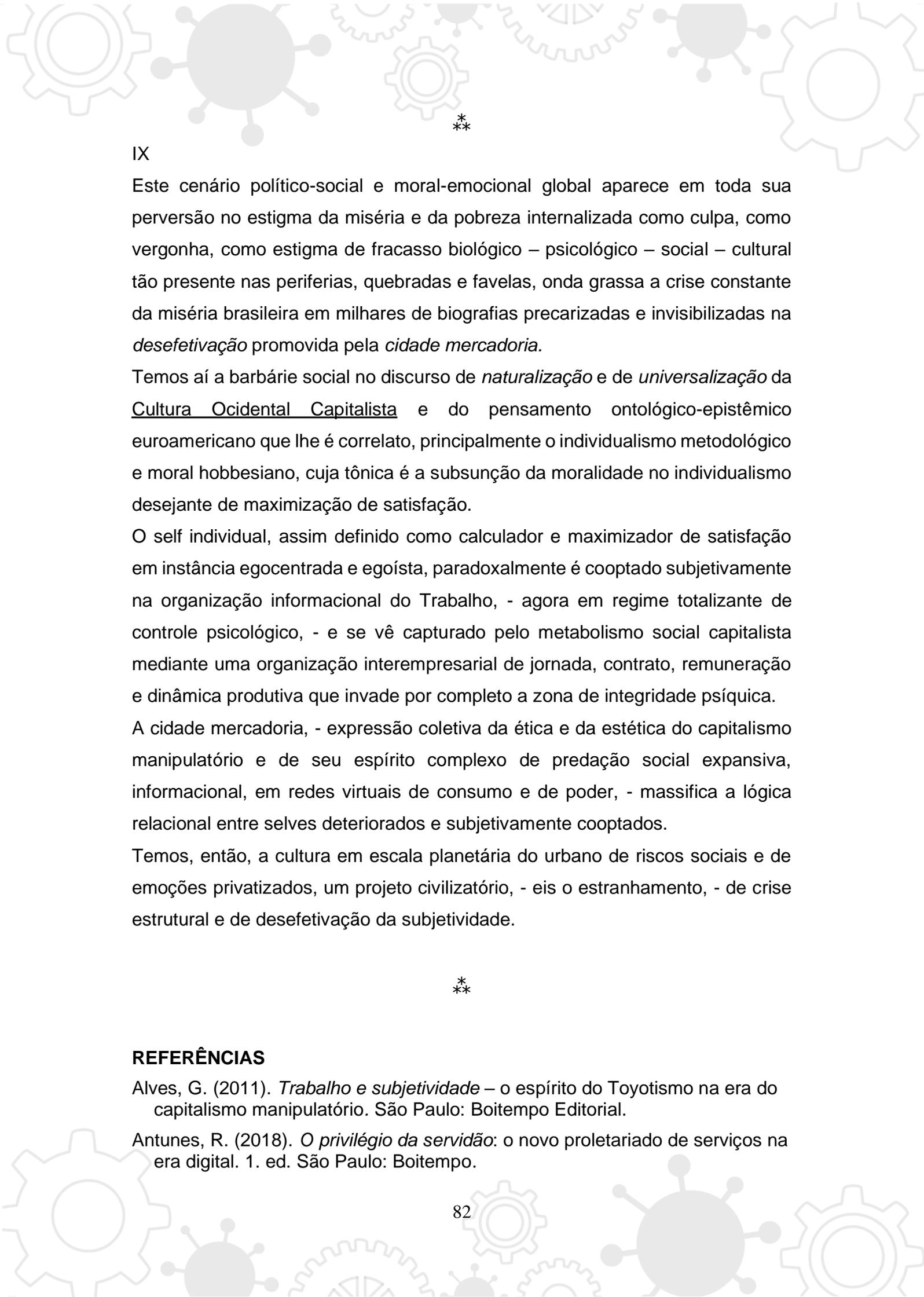
**

VIII

Não mais somente ou principalmente o *chão de fábrica* e o Mundo do Trabalho, mas a *cidade fábrica* e suas culturas emotivas e morais indeterminadamente conformadas em processos intersubjetivos, - que também conformam selves individuais e instâncias coletivas de memórias, projetos, medos e constrangimentos, conhecimentos e reconhecimentos, - produz de forma massificada nas suas sociabilidades cotidianas o *self deteriorado*; isto é, a experiência e a vivência de si mesmo como medo (insegurança) e vergonha (fracasso).

Estas formas de cooptação da subjetividade, de dessubjetivação de classe e, em última instância, de desefetivação (*die marxische Entwirklichung*), - para dialogarmos com o Prof. Giovanni Alves, - tornaram-se lugar como no capitalismo manipulatório atual em regime informacional, aqui entendido desde as sociabilidades urbanas da *cidade mercadoria* e de suas redes relacionais em constante movimento para a produção de sobrevalor, seja na vida íntima, na família, na vizinhança, no bairro, na escola, na mídia, na ética e na estética do sagrado religioso...

Esta experiência e vivência da cooptação subjetiva do trabalho vivo pelo Capital (em sentido amplo) tornou-se a marca do Urbano Contemporâneo impessoalizado, - da multidão de anônimos absorvida pela ideologia de liberdade individual em relação à tradição, mas em um contexto de esvaziamento existencial e de perda de instâncias desindividualizadoras da dor e da angústia, - e que somente na lógica da diferenciação funcional sistêmica se percebe como coletivo, isto é, a ficção da comunidade de consumidores de serviços.



IX

Este cenário político-social e moral-emocional global aparece em toda sua perversão no estigma da miséria e da pobreza internalizada como culpa, como vergonha, como estigma de fracasso biológico – psicológico – social – cultural tão presente nas periferias, quebradas e favelas, onda grassa a crise constante da miséria brasileira em milhares de biografias precarizadas e invisibilizadas na *desefetivação* promovida pela *cidade mercadoria*.

Temos aí a barbárie social no discurso de *naturalização* e de *universalização* da Cultura Ocidental Capitalista e do pensamento ontológico-epistêmico euroamericano que lhe é correlato, principalmente o individualismo metodológico e moral hobbesiano, cuja tônica é a subsunção da moralidade no individualismo desejante de maximização de satisfação.

O self individual, assim definido como calculador e maximizador de satisfação em instância egocentrada e egoísta, paradoxalmente é cooptado subjetivamente na organização informacional do Trabalho, - agora em regime totalizante de controle psicológico, - e se vê capturado pelo metabolismo social capitalista mediante uma organização interempresarial de jornada, contrato, remuneração e dinâmica produtiva que invade por completo a zona de integridade psíquica.

A cidade mercadoria, - expressão coletiva da ética e da estética do capitalismo manipulatório e de seu espírito complexo de predação social expansiva, informacional, em redes virtuais de consumo e de poder, - massifica a lógica relacional entre selves deteriorados e subjetivamente cooptados.

Temos, então, a cultura em escala planetária do urbano de riscos sociais e de emoções privatizados, um projeto civilizatório, - eis o estranhamento, - de crise estrutural e de desefetivação da subjetividade.

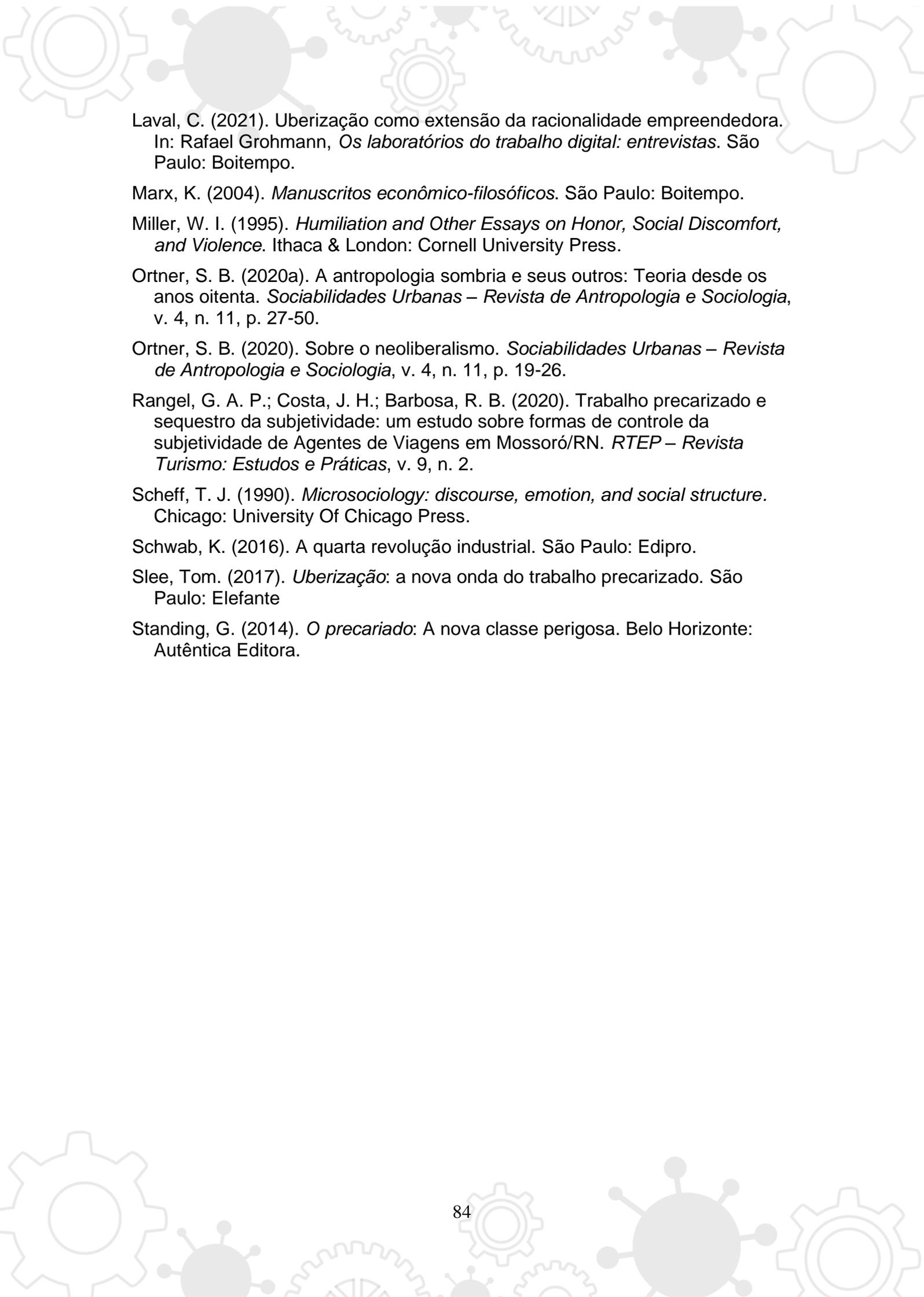
*
**

REFERÊNCIAS

Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade* – o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial.

Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

- Antunes, R. (2021). *Capitalismo de plataforma e desantropomorfização do trabalho*. In: Rafael Grohmann, Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2020). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo.
- Barbosa, R. B. (2015). *Medos Corriqueiros e Vergonha Cotidiana: Um estudo em Antropologia das Emoções*. Coleção Cadernos do GREM N° 8. Recife: Editora Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM,
- Barbosa, R. B. (2019). *Emoções, lugares e memórias: um estudo sobre apropriações morais da Chacina do Rangel*. Mossoró: Edições UERN.
- Costa, J. H. (2020). Trabalho, precarização e controle ideológico na economia do turismo. *RTEP – Revista Turismo: Estudos e Práticas*, v. 9, n. 2, p. 1-13.
- Costa, J. H. & Barbosa, R. B. (2020). A covid-19 e o “Novo Normal”: o risco de falácias explicativas. In: Jean Henrique Costa & Raoni Borges Barbosa (Orgs.). *Admirável mundo em descontrole: as Ciências Sociais e a Pandemia da Covid-19*. São Paulo: Editora Lucel, p. 112-134.
- Costa, J. H. & Brandão, T. de S. (2018). Crítica ao conceito de capital humano. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*.
- Costa, J. H; Brandão, T. de S. & Farias, T. R. O. (2015). O ápice do fetichismo: administração, educação e controle social. *Revista Querubim*, v. 11, p. 61-68.
- Federici, S. (2009). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante.
- Filgueiras, V. & Antunes, R. (2020). Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: Arnaldo Mazzei Nogueira; Ricardo Antunes (Orgs.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Goffman, E. (2010). *Comportamento em lugares públicos: Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2012a). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes.
- Hochschild, A. R. (1990). Ideology and Emotion Management: A perspective and path for future research. In: Theodore D. Kemper (Org.), *Research Agendas in the Sociology of Emotions*. Albany: State University of New York Press, p. 117-142.

- 
- Laval, C. (2021). Uberização como extensão da racionalidade empreendedora. In: Rafael Grohmann, *Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Miller, W. I. (1995). *Humiliation and Other Essays on Honor, Social Discomfort, and Violence*. Ithaca & London: Cornell University Press.
- Ortner, S. B. (2020a). A antropologia sombria e seus outros: Teoria desde os anos oitenta. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 4, n. 11, p. 27-50.
- Ortner, S. B. (2020). Sobre o neoliberalismo. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v. 4, n. 11, p. 19-26.
- Rangel, G. A. P.; Costa, J. H.; Barbosa, R. B. (2020). Trabalho precarizado e sequestro da subjetividade: um estudo sobre formas de controle da subjetividade de Agentes de Viagens em Mossoró/RN. *RTEP – Revista Turismo: Estudos e Práticas*, v. 9, n. 2.
- Scheff, T. J. (1990). *Microsociology: discourse, emotion, and social structure*. Chicago: University Of Chicago Press.
- Schwab, K. (2016). *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro.
- Slee, Tom. (2017). *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante
- Standing, G. (2014). *O precariado: A nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

O papel do Estado na redução dos impactos causados pela pandemia à classe trabalhadora: o que esperar?

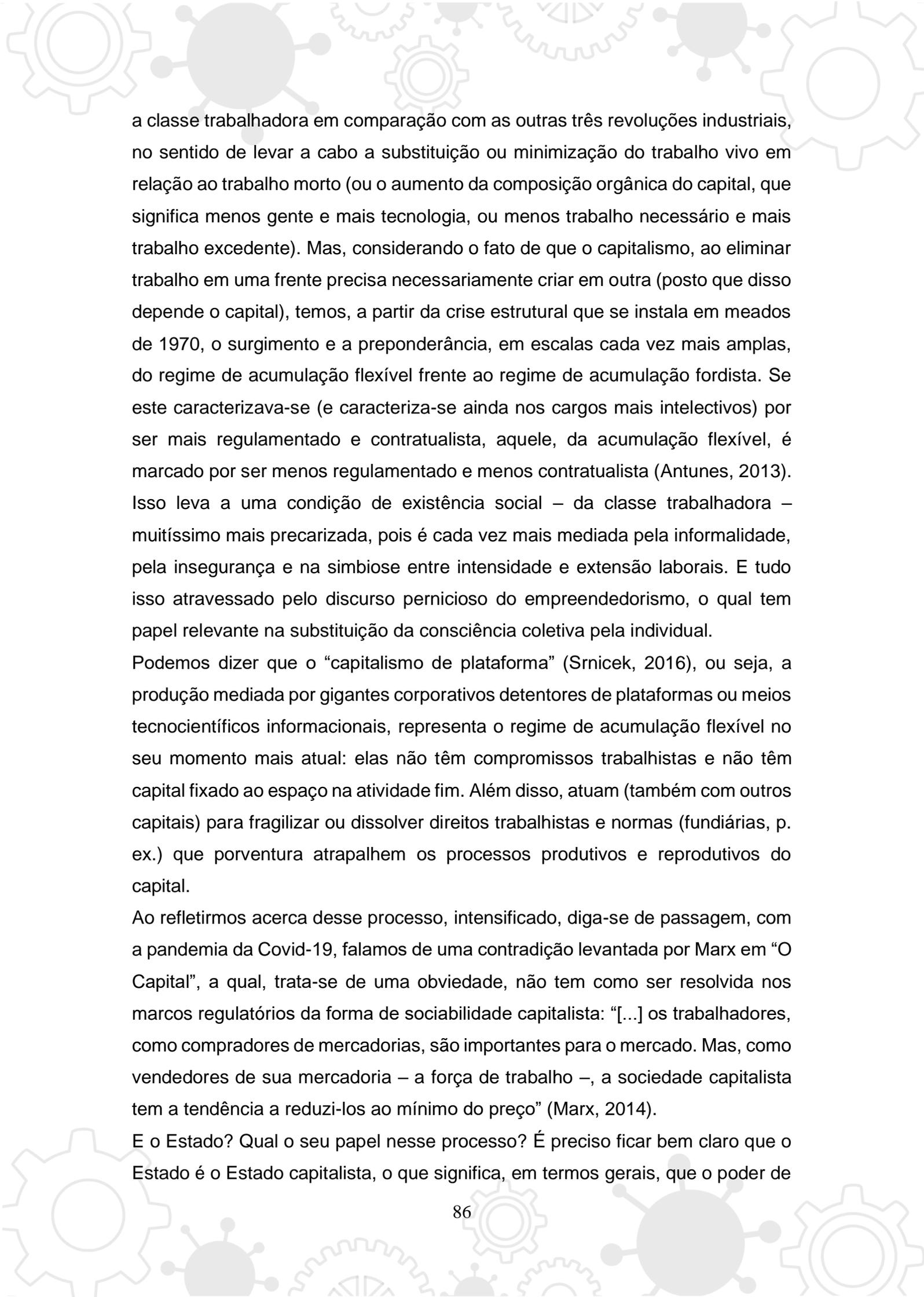
Rodrigo Meira Martoni¹

A mediação que faço a partir do tema da mesa referênciã alguns dos pontos que considero centrais acerca do “mundo do trabalho” no contexto atual do modo de produção material e imaterial da vida social dominante – capitalista –, incluindo aí o Estado em sua forma política neoliberal. A partir disso, apresento, ao final, uma questão para fomentar o debate com o Prof. Márcio Pochmann e a Prof^a. Rita Ariza.

Em meados da década de 1970 verificamos um processo de exacerbação da financeirização em conjunto com o que conhecemos por reestruturação produtiva. A financeirização efetiva-se com a ascensão de uma forma especializada de capital que nada produz de valor, mas está posta para a apropriação de mais-valor futuro. Assim, o capital fictício, em suas formas de ações e títulos da dívida pública, tem uma função para o capital produtivo: no domínio corporativo, ele incentiva ou tenta acelerar o processo de ampliação de lucros para que as expectativas de acionistas sejam atendidas; e no âmbito estatal, o compromisso principal do Estado passa a ser com o sistema da dívida pública, para atender às expectativas de retornos dos credores do Estado (os *Dealers*). A diminuição do Estado social em função da dívida pública, as privatizações e/ou as concessões e o incremento de instrumentos organizacionais e tecnológicos para maximização da exploração da classe trabalhadora são, também, desdobramentos da financeirização.

Agora, quando falamos em reestruturação produtiva no século XXI, não estamos nos referindo somente aos impulsos ou processos de desenvolvimento tecnológicos no campo da produção, mas, sobretudo, de um momento histórico da revolução das forças produtivas que é (e será) muito mais perturbadora para

¹ Professor na Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto desde 2006. Graduado em Turismo (Nobel, atual PUC-PR / 2002); Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento (Universidade Estadual de Londrina / Bolsista CAPES / 2005); e Doutor em Geografia (Universidade Federal do Paraná, com período de pesquisa no Institut de Recherche et d'Études Supérieures du Tourisme da Universidade de Paris I – Panthéon Sorbonne / Bolsista Capes / 2014). Endereço eletrônico: rodrigo.martoni@ufop.edu.br e rodrigomartoni@gmail.com.

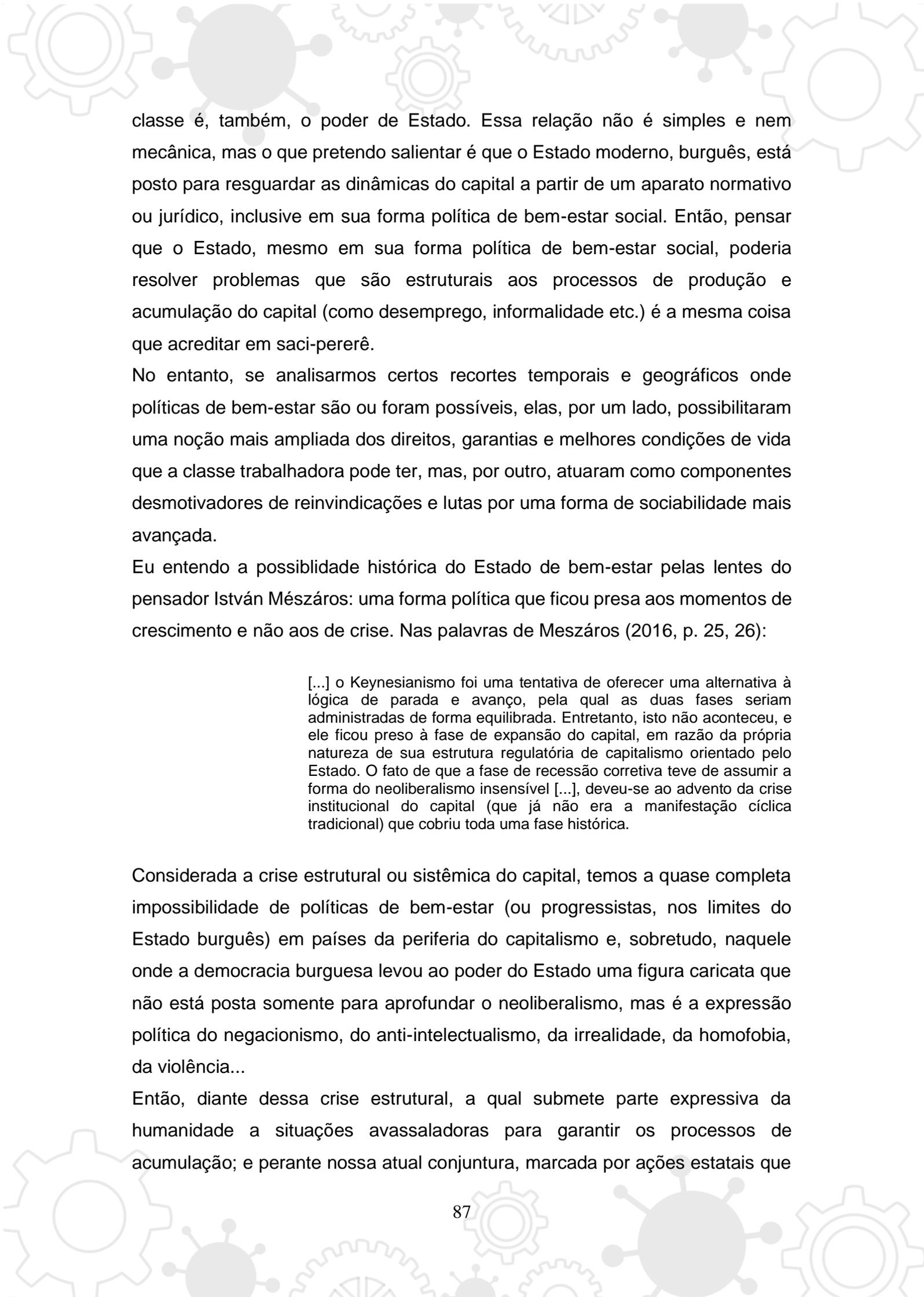


a classe trabalhadora em comparação com as outras três revoluções industriais, no sentido de levar a cabo a substituição ou minimização do trabalho vivo em relação ao trabalho morto (ou o aumento da composição orgânica do capital, que significa menos gente e mais tecnologia, ou menos trabalho necessário e mais trabalho excedente). Mas, considerando o fato de que o capitalismo, ao eliminar trabalho em uma frente precisa necessariamente criar em outra (posto que disso depende o capital), temos, a partir da crise estrutural que se instala em meados de 1970, o surgimento e a preponderância, em escalas cada vez mais amplas, do regime de acumulação flexível frente ao regime de acumulação fordista. Se este caracterizava-se (e caracteriza-se ainda nos cargos mais intelectivos) por ser mais regulamentado e contratualista, aquele, da acumulação flexível, é marcado por ser menos regulamentado e menos contratualista (Antunes, 2013). Isso leva a uma condição de existência social – da classe trabalhadora – muitíssimo mais precarizada, pois é cada vez mais mediada pela informalidade, pela insegurança e na simbiose entre intensidade e extensão laborais. E tudo isso atravessado pelo discurso pernicioso do empreendedorismo, o qual tem papel relevante na substituição da consciência coletiva pela individual.

Podemos dizer que o “capitalismo de plataforma” (Srnicsek, 2016), ou seja, a produção mediada por gigantes corporativos detentores de plataformas ou meios tecnocientíficos informacionais, representa o regime de acumulação flexível no seu momento mais atual: elas não têm compromissos trabalhistas e não têm capital fixado ao espaço na atividade fim. Além disso, atuam (também com outros capitais) para fragilizar ou dissolver direitos trabalhistas e normas (fundárias, p. ex.) que porventura atrapalhem os processos produtivos e reprodutivos do capital.

Ao refletirmos acerca desse processo, intensificado, diga-se de passagem, com a pandemia da Covid-19, falamos de uma contradição levantada por Marx em “O Capital”, a qual, trata-se de uma obviedade, não tem como ser resolvida nos marcos regulatórios da forma de sociabilidade capitalista: “[...] os trabalhadores, como compradores de mercadorias, são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho –, a sociedade capitalista tem a tendência a reduzi-los ao mínimo do preço” (Marx, 2014).

E o Estado? Qual o seu papel nesse processo? É preciso ficar bem claro que o Estado é o Estado capitalista, o que significa, em termos gerais, que o poder de



classe é, também, o poder de Estado. Essa relação não é simples e nem mecânica, mas o que pretendo salientar é que o Estado moderno, burguês, está posto para resguardar as dinâmicas do capital a partir de um aparato normativo ou jurídico, inclusive em sua forma política de bem-estar social. Então, pensar que o Estado, mesmo em sua forma política de bem-estar social, poderia resolver problemas que são estruturais aos processos de produção e acumulação do capital (como desemprego, informalidade etc.) é a mesma coisa que acreditar em saci-pererê.

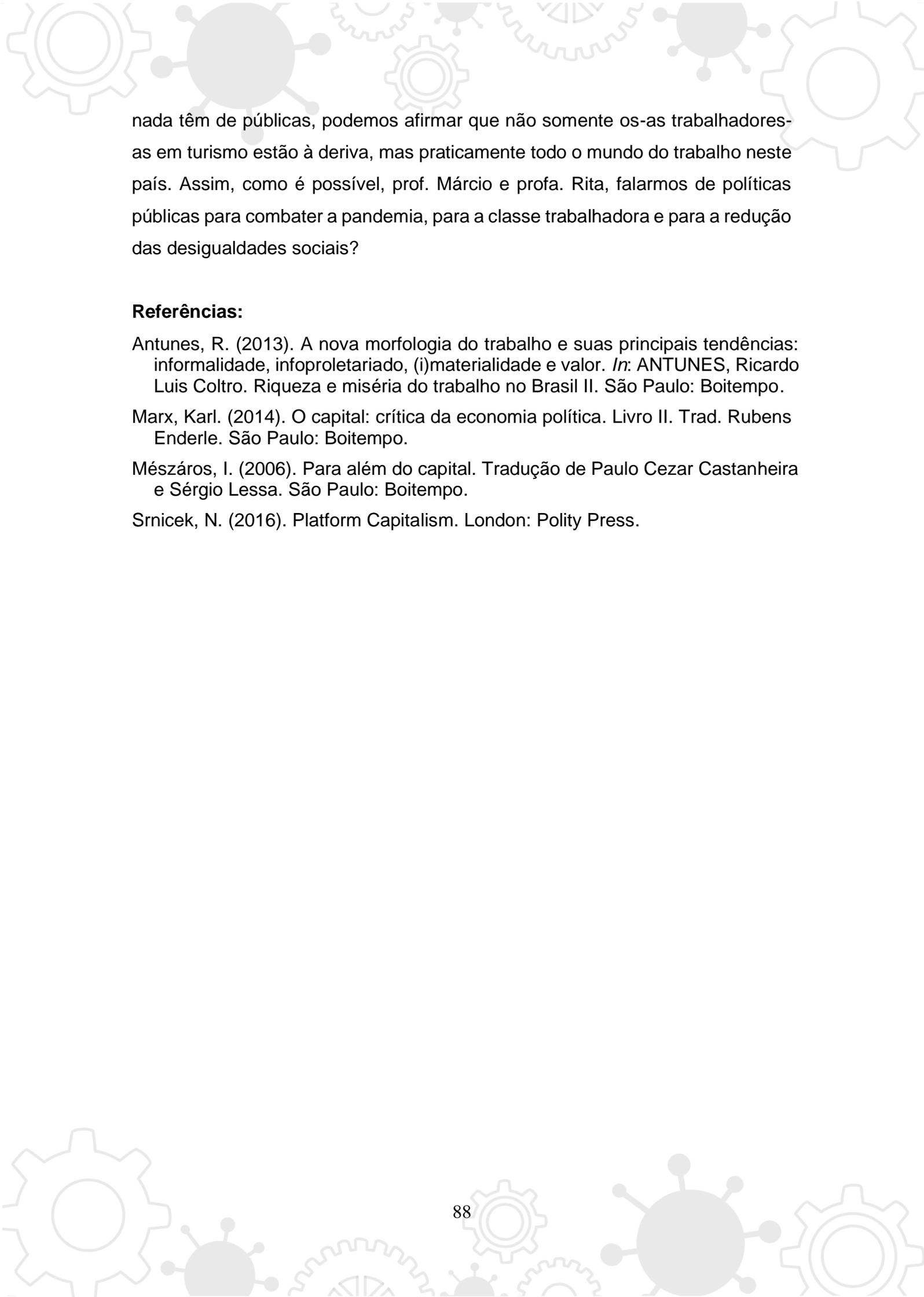
No entanto, se analisarmos certos recortes temporais e geográficos onde políticas de bem-estar são ou foram possíveis, elas, por um lado, possibilitaram uma noção mais ampliada dos direitos, garantias e melhores condições de vida que a classe trabalhadora pode ter, mas, por outro, atuaram como componentes desmotivadores de reivindicações e lutas por uma forma de sociabilidade mais avançada.

Eu entendo a possibilidade histórica do Estado de bem-estar pelas lentes do pensador István Mészáros: uma forma política que ficou presa aos momentos de crescimento e não aos de crise. Nas palavras de Meszáros (2016, p. 25, 26):

[...] o Keynesianismo foi uma tentativa de oferecer uma alternativa à lógica de parada e avanço, pela qual as duas fases seriam administradas de forma equilibrada. Entretanto, isto não aconteceu, e ele ficou preso à fase de expansão do capital, em razão da própria natureza de sua estrutura regulatória de capitalismo orientado pelo Estado. O fato de que a fase de recessão corretiva teve de assumir a forma do neoliberalismo insensível [...], deveu-se ao advento da crise institucional do capital (que já não era a manifestação cíclica tradicional) que cobriu toda uma fase histórica.

Considerada a crise estrutural ou sistêmica do capital, temos a quase completa impossibilidade de políticas de bem-estar (ou progressistas, nos limites do Estado burguês) em países da periferia do capitalismo e, sobretudo, naquele onde a democracia burguesa levou ao poder do Estado uma figura caricata que não está posta somente para aprofundar o neoliberalismo, mas é a expressão política do negacionismo, do anti-intelectualismo, da irrealidade, da homofobia, da violência...

Então, diante dessa crise estrutural, a qual submete parte expressiva da humanidade a situações avassaladoras para garantir os processos de acumulação; e perante nossa atual conjuntura, marcada por ações estatais que



nada têm de públicas, podemos afirmar que não somente os-as trabalhadores-as em turismo estão à deriva, mas praticamente todo o mundo do trabalho neste país. Assim, como é possível, prof. Márcio e profa. Rita, falarmos de políticas públicas para combater a pandemia, para a classe trabalhadora e para a redução das desigualdades sociais?

Referências:

- Antunes, R. (2013). A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. *In*: ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo.
- Marx, Karl. (2014). O capital: crítica da economia política. Livro II. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2006). Para além do capital. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo.
- Srnicek, N. (2016). Platform Capitalism. London: Polity Press.

Turistificação e Existência no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga: Notas para uma análise calcada na totalidade

Thiago Sebastião de Melo¹

Resumo: O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga é o maior quilombo demarcado e titulado do Brasil. O simbolismo da resistência destas comunidades recentemente tem sido temperado com as dinâmicas turísticas. Estas concorrem com outros vetores de (re)organização territorial postos não só para o SHPCK, mas também para a região, incluindo o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Os apontamentos apresentados derivam das pesquisas de campo para a confecção da tese de doutorado e foram realizados entre 2014 e 2018 e foram ensejados pela participação na mesa sobre “Desigualdade racial e desigualdade de gênero no trabalho do turismo e a pandemia no Brasil” durante o II Seminário Virtual - Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo. Estas breves notas objetivam ressaltar a pertinência de uma análise calcada na totalidade, como categoria do método dialético histórico-materialista, para construção de uma práxis turística emancipatória.

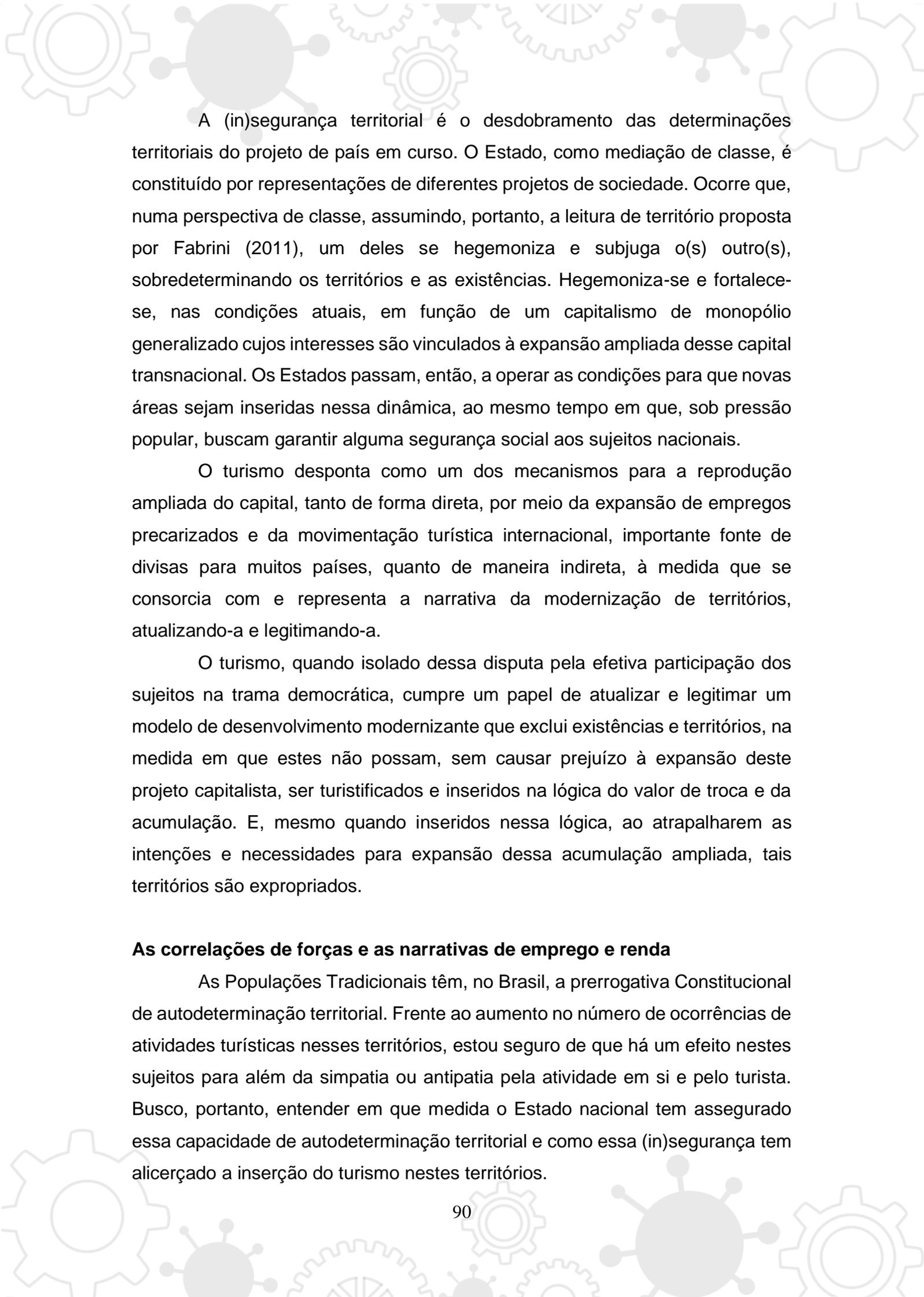
Palavras-chave: Turismo. Turistificação das existências. SHPCK.

Introdução

A turistificação das existências, bem como a modernização dos territórios, pode ser observada em diferentes dimensões e escalas (Hintze, 2020; Melo, 2018). Em verdade, a experiência turística é, cada dia mais, expressão de uma vida moderna, ou em vias de modernizar-se. A sua percepção não é parcelar; ocorre no concreto do cotidiano. Muitas vezes, sem as mediações necessárias para compreensão de como se articulam. Por isso, tampouco as relações de exclusão compõem a percepção da experiência turística. Impera uma narrativa reificadora.

Romper com a alienação da narrativa turística, que (in)forma o sujeito de modo parcial e contribui para sua serialização, para sua fragmentação, é condição para que a experiência turística componha uma metanarrativa emancipatória. Sem que as diferentes narrativas que compõem uma metanarrativa social respeitem e valorizem as diferentes formas de ser e estar no mundo, de existir, as territorialidades, e, portanto, os territórios, ficam em xeque.

¹ Docente no Centro de Excelência em Turismo (CET/ UNB). Doutor e mestre em Geografia. Graduado em Turismo. Membro da Rede Internacional de Estudos Críticos sobre Turismo, Território e Autodeterminação – REESCRITA, do Grupo de Pesquisa Dona Alzira – Sujeito, Espaço e Existência (UFG), do Grupo de Estudos e Pesquisas de Turismo no Espaço Rural – GEPTER (UNESP/ Rosana).



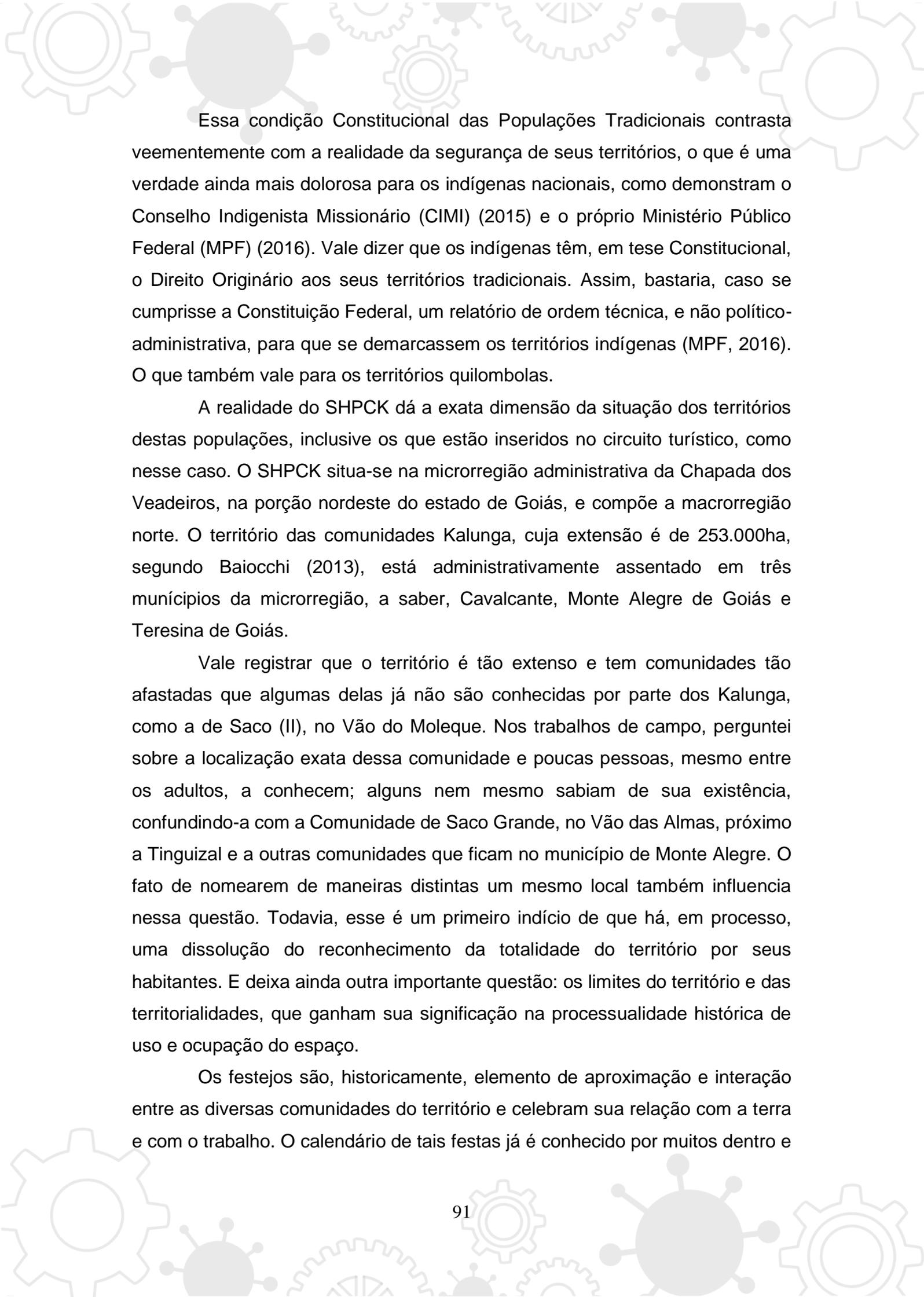
A (in)segurança territorial é o desdobramento das determinações territoriais do projeto de país em curso. O Estado, como mediação de classe, é constituído por representações de diferentes projetos de sociedade. Ocorre que, numa perspectiva de classe, assumindo, portanto, a leitura de território proposta por Fabrini (2011), um deles se hegemoniza e subjuga o(s) outro(s), sobredeterminando os territórios e as existências. Hegemoniza-se e fortalece-se, nas condições atuais, em função de um capitalismo de monopólio generalizado cujos interesses são vinculados à expansão ampliada desse capital transnacional. Os Estados passam, então, a operar as condições para que novas áreas sejam inseridas nessa dinâmica, ao mesmo tempo em que, sob pressão popular, buscam garantir alguma segurança social aos sujeitos nacionais.

O turismo desponta como um dos mecanismos para a reprodução ampliada do capital, tanto de forma direta, por meio da expansão de empregos precarizados e da movimentação turística internacional, importante fonte de divisas para muitos países, quanto de maneira indireta, à medida que se consorcia com e representa a narrativa da modernização de territórios, atualizando-a e legitimando-a.

O turismo, quando isolado dessa disputa pela efetiva participação dos sujeitos na trama democrática, cumpre um papel de atualizar e legitimar um modelo de desenvolvimento modernizante que exclui existências e territórios, na medida em que estes não possam, sem causar prejuízo à expansão deste projeto capitalista, ser turistificados e inseridos na lógica do valor de troca e da acumulação. E, mesmo quando inseridos nessa lógica, ao atrapalharem as intenções e necessidades para expansão dessa acumulação ampliada, tais territórios são expropriados.

As correlações de forças e as narrativas de emprego e renda

As Populações Tradicionais têm, no Brasil, a prerrogativa Constitucional de autodeterminação territorial. Frente ao aumento no número de ocorrências de atividades turísticas nesses territórios, estou seguro de que há um efeito nestes sujeitos para além da simpatia ou antipatia pela atividade em si e pelo turista. Busco, portanto, entender em que medida o Estado nacional tem assegurado essa capacidade de autodeterminação territorial e como essa (in)segurança tem alicerçado a inserção do turismo nestes territórios.

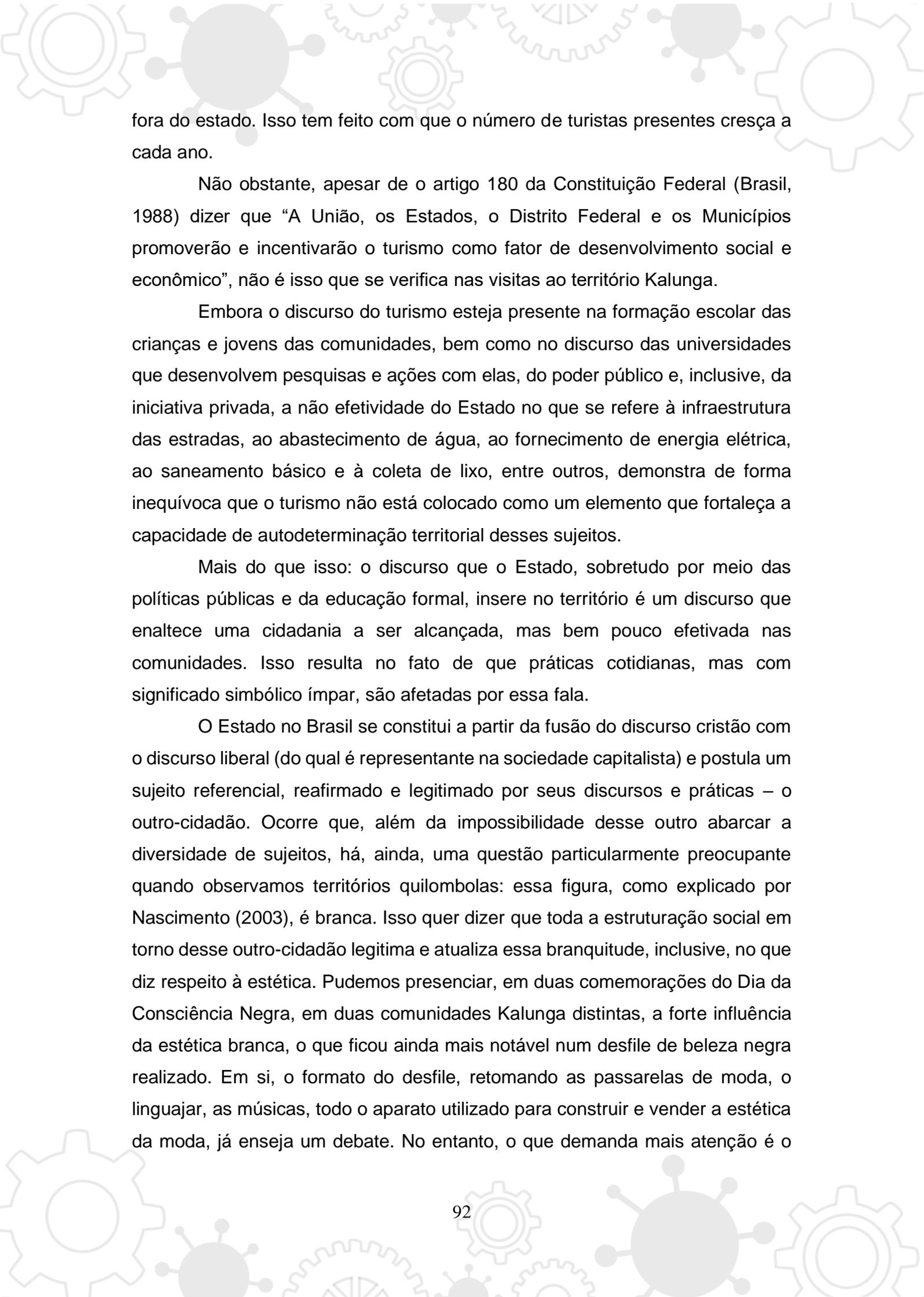


Essa condição Constitucional das Populações Tradicionais contrasta veementemente com a realidade da segurança de seus territórios, o que é uma verdade ainda mais dolorosa para os indígenas nacionais, como demonstram o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (2015) e o próprio Ministério Público Federal (MPF) (2016). Vale dizer que os indígenas têm, em tese Constitucional, o Direito Originário aos seus territórios tradicionais. Assim, bastaria, caso se cumprisse a Constituição Federal, um relatório de ordem técnica, e não político-administrativa, para que se demarcassem os territórios indígenas (MPF, 2016). O que também vale para os territórios quilombolas.

A realidade do SHPCK dá a exata dimensão da situação dos territórios destas populações, inclusive os que estão inseridos no circuito turístico, como nesse caso. O SHPCK situa-se na microrregião administrativa da Chapada dos Veadeiros, na porção nordeste do estado de Goiás, e compõe a macrorregião norte. O território das comunidades Kalunga, cuja extensão é de 253.000ha, segundo Baiocchi (2013), está administrativamente assentado em três municípios da microrregião, a saber, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

Vale registrar que o território é tão extenso e tem comunidades tão afastadas que algumas delas já não são conhecidas por parte dos Kalunga, como a de Saco (II), no Vão do Moleque. Nos trabalhos de campo, perguntei sobre a localização exata dessa comunidade e poucas pessoas, mesmo entre os adultos, a conhecem; alguns nem mesmo sabiam de sua existência, confundindo-a com a Comunidade de Saco Grande, no Vão das Almas, próximo a Tinguizal e a outras comunidades que ficam no município de Monte Alegre. O fato de nomearem de maneiras distintas um mesmo local também influencia nessa questão. Todavia, esse é um primeiro indício de que há, em processo, uma dissolução do reconhecimento da totalidade do território por seus habitantes. E deixa ainda outra importante questão: os limites do território e das territorialidades, que ganham sua significação na processualidade histórica de uso e ocupação do espaço.

Os festejos são, historicamente, elemento de aproximação e interação entre as diversas comunidades do território e celebram sua relação com a terra e com o trabalho. O calendário de tais festas já é conhecido por muitos dentro e



fora do estado. Isso tem feito com que o número de turistas presentes cresça a cada ano.

Não obstante, apesar de o artigo 180 da Constituição Federal (Brasil, 1988) dizer que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”, não é isso que se verifica nas visitas ao território Kalunga.

Embora o discurso do turismo esteja presente na formação escolar das crianças e jovens das comunidades, bem como no discurso das universidades que desenvolvem pesquisas e ações com elas, do poder público e, inclusive, da iniciativa privada, a não efetividade do Estado no que se refere à infraestrutura das estradas, ao abastecimento de água, ao fornecimento de energia elétrica, ao saneamento básico e à coleta de lixo, entre outros, demonstra de forma inequívoca que o turismo não está colocado como um elemento que fortaleça a capacidade de autodeterminação territorial desses sujeitos.

Mais do que isso: o discurso que o Estado, sobretudo por meio das políticas públicas e da educação formal, insere no território é um discurso que enaltece uma cidadania a ser alcançada, mas bem pouco efetivada nas comunidades. Isso resulta no fato de que práticas cotidianas, mas com significado simbólico ímpar, são afetadas por essa fala.

O Estado no Brasil se constitui a partir da fusão do discurso cristão com o discurso liberal (do qual é representante na sociedade capitalista) e postula um sujeito referencial, reafirmado e legitimado por seus discursos e práticas – o outro-cidadão. Ocorre que, além da impossibilidade desse outro abarcar a diversidade de sujeitos, há, ainda, uma questão particularmente preocupante quando observamos territórios quilombolas: essa figura, como explicado por Nascimento (2003), é branca. Isso quer dizer que toda a estruturação social em torno desse outro-cidadão legitima e atualiza essa branquitude, inclusive, no que diz respeito à estética. Pudemos presenciar, em duas comemorações do Dia da Consciência Negra, em duas comunidades Kalunga distintas, a forte influência da estética branca, o que ficou ainda mais notável num desfile de beleza negra realizado. Em si, o formato do desfile, retomando as passarelas de moda, o linguajar, as músicas, todo o aparato utilizado para construir e vender a estética da moda, já enseja um debate. No entanto, o que demanda mais atenção é o

fato de jovens acreditarem que precisam alisar os cabelos, usar roupas como as da televisão etc.

Essa preocupação não é moralista. Como Bento (2016) prova, essa cultura branca termina por minar a autoimagem que a população negra tem de si. Isso é ainda mais complicado num cenário em que um número crescente de jovens tem deixado as Comunidades para estudar e/ou trabalhar fora do território Kalunga. E é com esse estigma da cor, como diria Hélio Santos (2002), que tais jovens vão lidar nesses ambientes, assim como lidam quando turistas entram, para fazer o que quer que seja.

Falar em políticas de diversidade é abordar algo que vai além da variedade de aparências, histórias e culturas. Tratam-se de valores atribuídos aos diferentes grupos que constituem a “variedade”, gerando estigma, estereótipo, preconceito e discriminação, ou seja, estamos falando de julgamento de valor.

O diverso, o diferente, é definido a partir da comparação com o que é considerado referência ou universal. Tudo que se afasta desta referência, ou “modelo”, pode ser considerado inapropriado.

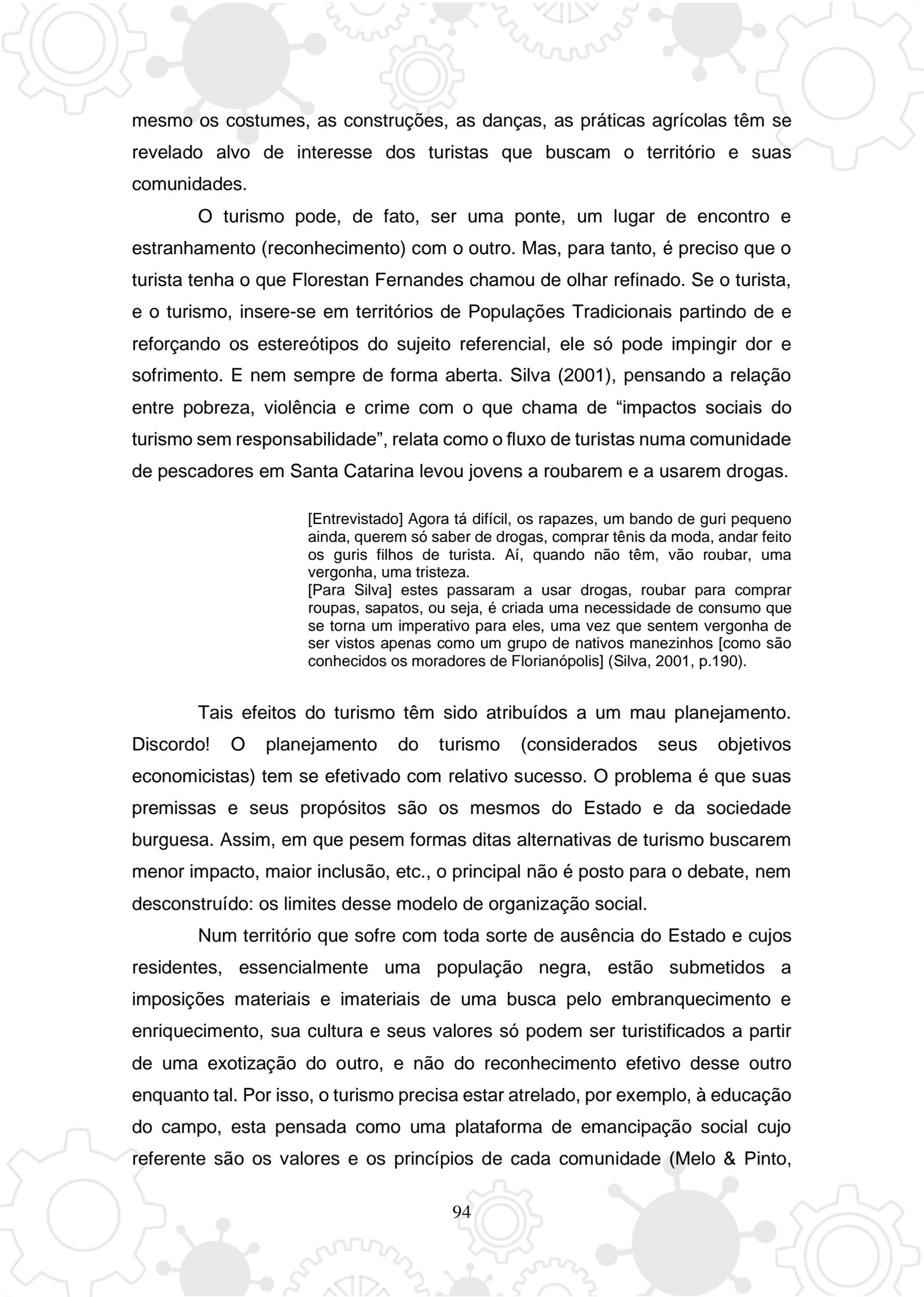
Recentemente, uma jovem negra, relatou as dificuldades encontradas para conseguir um posto de trabalho qualificado, a despeito do seu currículo e experiência. *Fluente em três idiomas, pós-graduada na área de negócios e com experiência em cargo de chefia, ouviu da consultora de RH que o seu perfil nas redes profissionais era “muito descolado” (cabelo crespo e roupa colorida) e que roupas mais sóbrias combinadas com o cabelo alisado poderiam ser mais apropriadas.*

Realmente é cômico. E trágico pelo estrago que provoca na vida de tantas pessoas (Bento, 2016, s/p., grifo nosso).

Posto isso, vale mencionar como o turismo pode, concomitantemente, reforçar uma tendência de padronização de modos de sofrimento e ser veículo da busca de experiências extraordinárias que tirem os sujeitos de uma massificação de modos de existir.

Parece ocorrer com as narrativas de queixa e com os discursos de sofrimento algo parecido com o que testemunham os viajantes de grandes cidades mundo afora, atentos apenas às novidades de consumo, ou seja, que elas estão ficando cada vez mais parecidas entre si, com os mesmos produtos, as mesmas marcas, as mesmas atrações turísticas, o mesmo tipo de paisagem urbana (Dunker, 2015, p. 33).

Nesse particular, o turismo em áreas naturais, o turismo rural, e todas as especificidades de práticas turísticas que prometem um diferencial em comparação com as experiências padronizadas, sobretudo urbanas, ganha notoriedade. O território Kalunga tem paisagens deveras encantadoras. E



mesmo os costumes, as construções, as danças, as práticas agrícolas têm se revelado alvo de interesse dos turistas que buscam o território e suas comunidades.

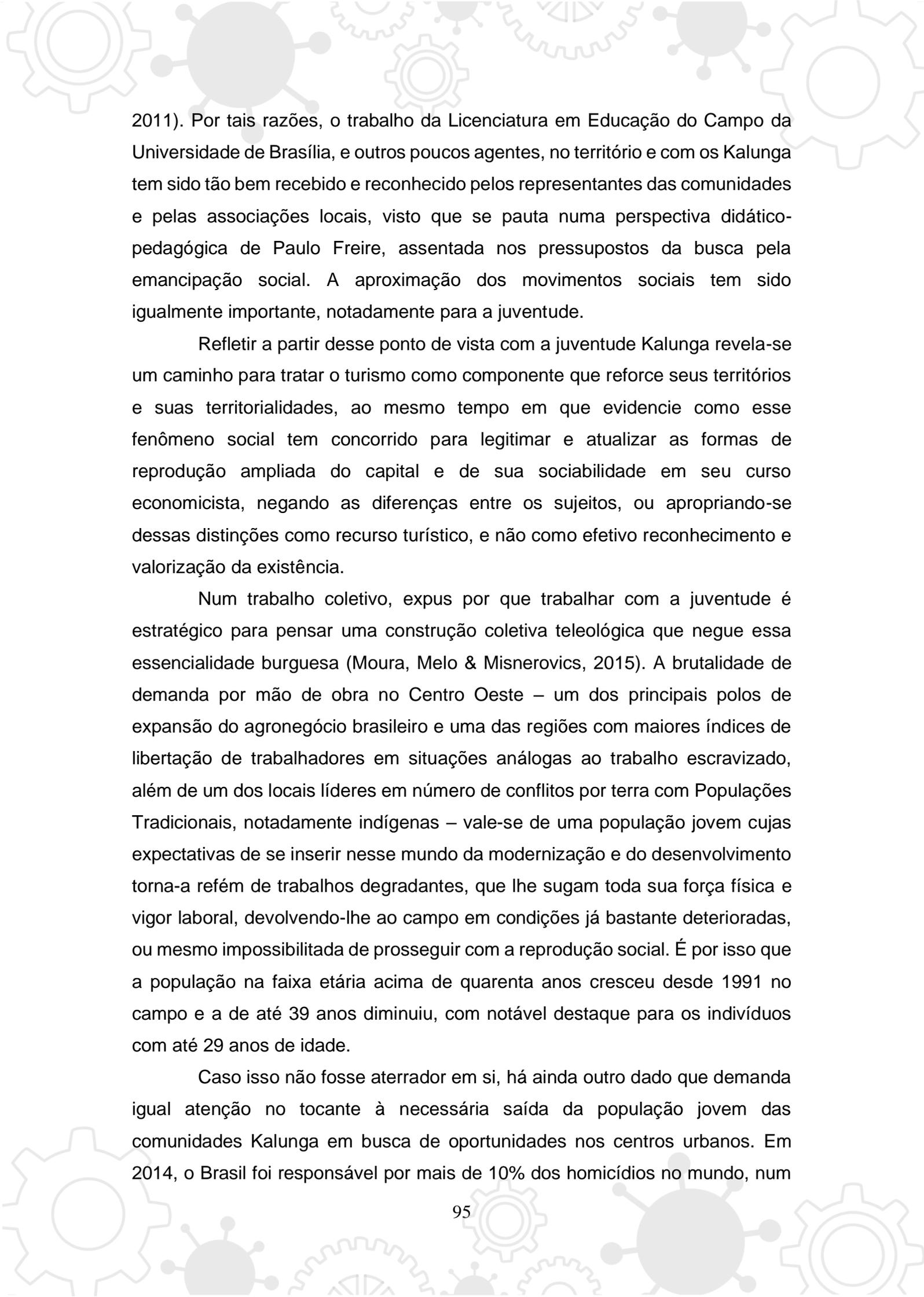
O turismo pode, de fato, ser uma ponte, um lugar de encontro e estranhamento (reconhecimento) com o outro. Mas, para tanto, é preciso que o turista tenha o que Florestan Fernandes chamou de olhar refinado. Se o turista, e o turismo, insere-se em territórios de Populações Tradicionais partindo de e reforçando os estereótipos do sujeito referencial, ele só pode impingir dor e sofrimento. E nem sempre de forma aberta. Silva (2001), pensando a relação entre pobreza, violência e crime com o que chama de “impactos sociais do turismo sem responsabilidade”, relata como o fluxo de turistas numa comunidade de pescadores em Santa Catarina levou jovens a roubarem e a usarem drogas.

[Entrevistado] Agora tá difícil, os rapazes, um bando de guri pequeno ainda, querem só saber de drogas, comprar tênis da moda, andar feito os guris filhos de turista. Aí, quando não têm, vão roubar, uma vergonha, uma tristeza.

[Para Silva] estes passaram a usar drogas, roubar para comprar roupas, sapatos, ou seja, é criada uma necessidade de consumo que se torna um imperativo para eles, uma vez que sentem vergonha de ser vistos apenas como um grupo de nativos maneirinhos [como são conhecidos os moradores de Florianópolis] (Silva, 2001, p.190).

Tais efeitos do turismo têm sido atribuídos a um mau planejamento. Discordo! O planejamento do turismo (considerados seus objetivos economicistas) tem se efetivado com relativo sucesso. O problema é que suas premissas e seus propósitos são os mesmos do Estado e da sociedade burguesa. Assim, em que pesem formas ditas alternativas de turismo buscarem menor impacto, maior inclusão, etc., o principal não é posto para o debate, nem desconstruído: os limites desse modelo de organização social.

Num território que sofre com toda sorte de ausência do Estado e cujos residentes, essencialmente uma população negra, estão submetidos a imposições materiais e imateriais de uma busca pelo embranquecimento e enriquecimento, sua cultura e seus valores só podem ser turistificados a partir de uma exotização do outro, e não do reconhecimento efetivo desse outro enquanto tal. Por isso, o turismo precisa estar atrelado, por exemplo, à educação do campo, esta pensada como uma plataforma de emancipação social cujo referente são os valores e os princípios de cada comunidade (Melo & Pinto,

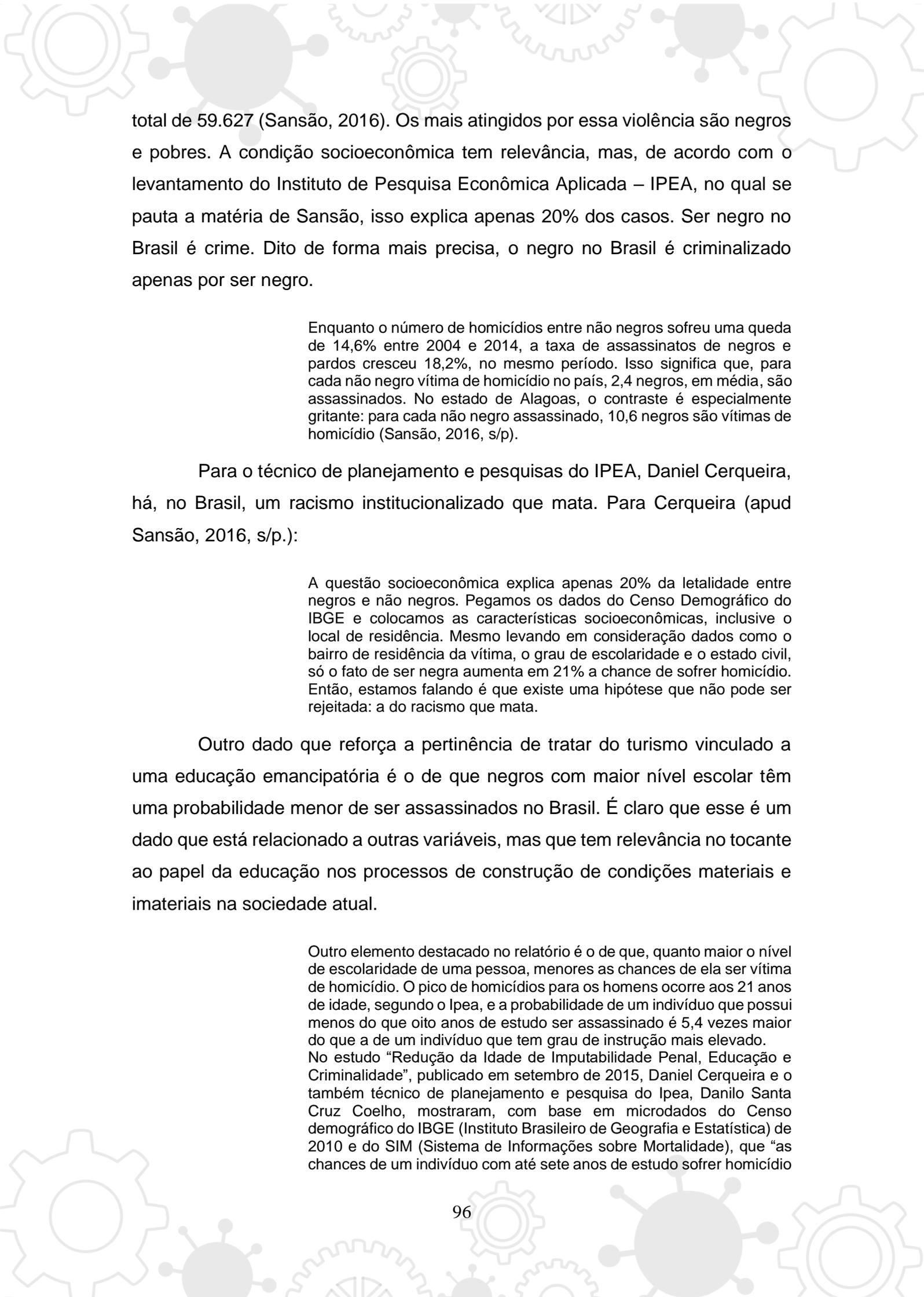


2011). Por tais razões, o trabalho da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, e outros poucos agentes, no território e com os Kalunga tem sido tão bem recebido e reconhecido pelos representantes das comunidades e pelas associações locais, visto que se pauta numa perspectiva didático-pedagógica de Paulo Freire, assentada nos pressupostos da busca pela emancipação social. A aproximação dos movimentos sociais tem sido igualmente importante, notadamente para a juventude.

Refletir a partir desse ponto de vista com a juventude Kalunga revela-se um caminho para tratar o turismo como componente que reforce seus territórios e suas territorialidades, ao mesmo tempo em que evidencie como esse fenômeno social tem concorrido para legitimar e atualizar as formas de reprodução ampliada do capital e de sua sociabilidade em seu curso economicista, negando as diferenças entre os sujeitos, ou apropriando-se dessas distinções como recurso turístico, e não como efetivo reconhecimento e valorização da existência.

Num trabalho coletivo, expus por que trabalhar com a juventude é estratégico para pensar uma construção coletiva teleológica que negue essa essencialidade burguesa (Moura, Melo & Misnerovics, 2015). A brutalidade de demanda por mão de obra no Centro Oeste – um dos principais polos de expansão do agronegócio brasileiro e uma das regiões com maiores índices de libertação de trabalhadores em situações análogas ao trabalho escravizado, além de um dos locais líderes em número de conflitos por terra com Populações Tradicionais, notadamente indígenas – vale-se de uma população jovem cujas expectativas de se inserir nesse mundo da modernização e do desenvolvimento torna-a refém de trabalhos degradantes, que lhe sugam toda sua força física e vigor laboral, devolvendo-lhe ao campo em condições já bastante deterioradas, ou mesmo impossibilitada de prosseguir com a reprodução social. É por isso que a população na faixa etária acima de quarenta anos cresceu desde 1991 no campo e a de até 39 anos diminuiu, com notável destaque para os indivíduos com até 29 anos de idade.

Caso isso não fosse aterrador em si, há ainda outro dado que demanda igual atenção no tocante à necessária saída da população jovem das comunidades Kalunga em busca de oportunidades nos centros urbanos. Em 2014, o Brasil foi responsável por mais de 10% dos homicídios no mundo, num



total de 59.627 (Sansão, 2016). Os mais atingidos por essa violência são negros e pobres. A condição socioeconômica tem relevância, mas, de acordo com o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no qual se pauta a matéria de Sansão, isso explica apenas 20% dos casos. Ser negro no Brasil é crime. Dito de forma mais precisa, o negro no Brasil é criminalizado apenas por ser negro.

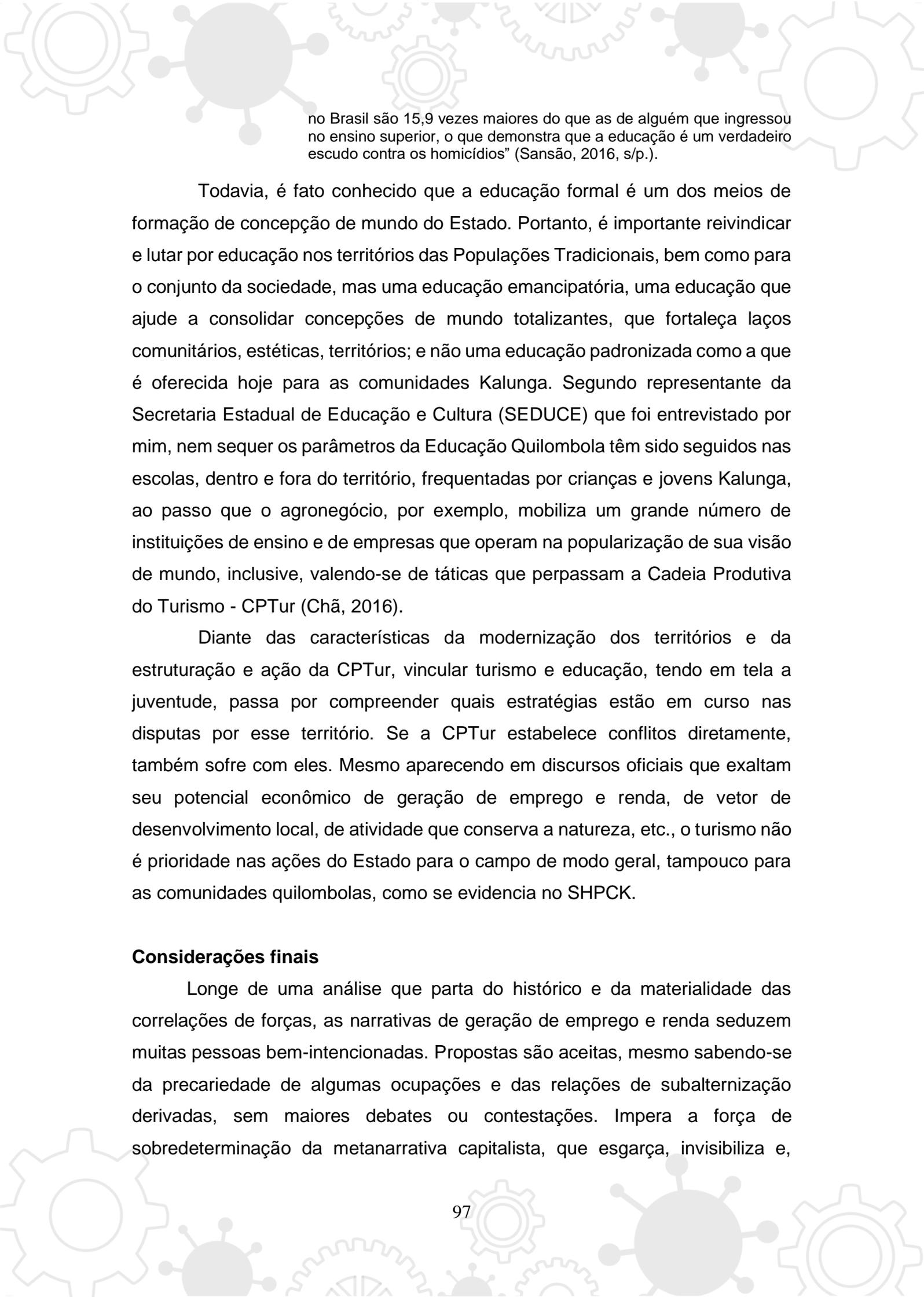
Enquanto o número de homicídios entre não negros sofreu uma queda de 14,6% entre 2004 e 2014, a taxa de assassinatos de negros e pardos cresceu 18,2%, no mesmo período. Isso significa que, para cada não negro vítima de homicídio no país, 2,4 negros, em média, são assassinados. No estado de Alagoas, o contraste é especialmente gritante: para cada não negro assassinado, 10,6 negros são vítimas de homicídio (Sansão, 2016, s/p).

Para o técnico de planejamento e pesquisas do IPEA, Daniel Cerqueira, há, no Brasil, um racismo institucionalizado que mata. Para Cerqueira (apud Sansão, 2016, s/p.):

A questão socioeconômica explica apenas 20% da letalidade entre negros e não negros. Pegamos os dados do Censo Demográfico do IBGE e colocamos as características socioeconômicas, inclusive o local de residência. Mesmo levando em consideração dados como o bairro de residência da vítima, o grau de escolaridade e o estado civil, só o fato de ser negra aumenta em 21% a chance de sofrer homicídio. Então, estamos falando é que existe uma hipótese que não pode ser rejeitada: a do racismo que mata.

Outro dado que reforça a pertinência de tratar do turismo vinculado a uma educação emancipatória é o de que negros com maior nível escolar têm uma probabilidade menor de ser assassinados no Brasil. É claro que esse é um dado que está relacionado a outras variáveis, mas que tem relevância no tocante ao papel da educação nos processos de construção de condições materiais e imateriais na sociedade atual.

Outro elemento destacado no relatório é o de que, quanto maior o nível de escolaridade de uma pessoa, menores as chances de ela ser vítima de homicídio. O pico de homicídios para os homens ocorre aos 21 anos de idade, segundo o Ipea, e a probabilidade de um indivíduo que possui menos do que oito anos de estudo ser assassinado é 5,4 vezes maior do que a de um indivíduo que tem grau de instrução mais elevado. No estudo “Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade”, publicado em setembro de 2015, Daniel Cerqueira e o também técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, Danilo Santa Cruz Coelho, mostraram, com base em microdados do Censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010 e do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade), que “as chances de um indivíduo com até sete anos de estudo sofrer homicídio



no Brasil são 15,9 vezes maiores do que as de alguém que ingressou no ensino superior, o que demonstra que a educação é um verdadeiro escudo contra os homicídios” (Sansão, 2016, s/p.).

Todavia, é fato conhecido que a educação formal é um dos meios de formação de concepção de mundo do Estado. Portanto, é importante reivindicar e lutar por educação nos territórios das Populações Tradicionais, bem como para o conjunto da sociedade, mas uma educação emancipatória, uma educação que ajude a consolidar concepções de mundo totalizantes, que fortaleça laços comunitários, estéticas, territórios; e não uma educação padronizada como a que é oferecida hoje para as comunidades Kalunga. Segundo representante da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUCE) que foi entrevistado por mim, nem sequer os parâmetros da Educação Quilombola têm sido seguidos nas escolas, dentro e fora do território, frequentadas por crianças e jovens Kalunga, ao passo que o agronegócio, por exemplo, mobiliza um grande número de instituições de ensino e de empresas que operam na popularização de sua visão de mundo, inclusive, valendo-se de táticas que perpassam a Cadeia Produtiva do Turismo - CPTur (Chã, 2016).

Diante das características da modernização dos territórios e da estruturação e ação da CPTur, vincular turismo e educação, tendo em tela a juventude, passa por compreender quais estratégias estão em curso nas disputas por esse território. Se a CPTur estabelece conflitos diretamente, também sofre com eles. Mesmo aparecendo em discursos oficiais que exaltam seu potencial econômico de geração de emprego e renda, de vetor de desenvolvimento local, de atividade que conserva a natureza, etc., o turismo não é prioridade nas ações do Estado para o campo de modo geral, tampouco para as comunidades quilombolas, como se evidencia no SHPCK.

Considerações finais

Longe de uma análise que parta do histórico e da materialidade das correlações de forças, as narrativas de geração de emprego e renda seduzem muitas pessoas bem-intencionadas. Propostas são aceitas, mesmo sabendo-se da precariedade de algumas ocupações e das relações de subalternização derivadas, sem maiores debates ou contestações. Impera a força de sobredeterminação da metanarrativa capitalista, que esgarça, invisibiliza e,

quando necessário, deslegitima a construção de uma metanarrativa emancipatória. Ocorre que junto com a metanarrativa emancipatória se invisibilizam e se deslegitimam as diversidades existenciais. Sob os imperativos das lógicas capitalistas, atomizam-se as questões, serializam-se os sujeitos e se propagam valores incongruentes com a emancipação social.

A turistificação de territórios e existências tem fortalecido perspectivas exotizantes que se afastam da alteridade, do reconhecimento da diversidade existencial, reduzindo-a, nos melhores casos, à insumos de experiências turísticas alienantes descomprometidas com a dignidade, com os direitos humanos. Uma tarefa para a elaboração teórica, como componente da práxis turística, é (re)compor as diferentes dimensões e escalas sobredeterminadas pelo fenômeno turístico numa totalidade que fortaleça os territórios e a diversidade existencial, cujos principais marcadores têm sido étnico-racial, sexualidade, gênero, capacitismo, geográfico e classe. Fulgura no oceano de possibilidades turísticas, em meio à reorganização produtiva do capitalismo contemporâneo, a aproximação com ocupações que garantam renda e dignidade concomitantemente, e não aquela em detrimento desta.

Referências

- Baiocchi, M. N. (2013). *Kalunga: o povo da terra* – 3ª ed. – Goiânia: Editora UFG.
- Bento, C. (2016). *Presença negra nas empresas ainda é desafio*. (22/Mar/2016). Recuperado de <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/presenca-negra-nas-empresas-ainda-e-desafio>> Acesso em 23/Mar/2016.
- Brasil. (1988). *Constituição (1988)*: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado.
- Chã, A. M. J. (2016). *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para construção da hegemonia*. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. UNESP: São Paulo.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. (2015). *Relatório: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*. Brasília. Recuperado de <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>> Acesso em 10/Mar/2015.
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Fabrini, J. E. (2011). Território, classe e movimentos sociais no campo. *ANPEGE*, Curitiba. vol.7 n.7. p. 97-112.
- Hintze, H. (2020). *Turismo legitimado: espetáculos e invisibilidades*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.

- Melo, T. S. & Pinto, M. P. A. (2013). As novas dinâmicas no campo brasileiro: uma reflexão paradigmática sobre turismo no espaço rural e educação do campo. In: *Anais. X Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*. Campinas: Unicamp.
- Melo, T. S. (2018). *Solvitur ambulando – uma viagem ruma à autodeterminação popular*. análises da turistificação da existência e modernização dos territórios como componentes da metanarrativa capitalista. Tese: Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia.
- Ministério Público Federal. (2016). *6ª Câmara de coordenação e revisão – populações indígenas e comunidades tradicionais*. Brasília. Recuperado de <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Atuao_MPF_demarcacao_conflitos.pdf> (07/Março/2016) Acesso em 10/Mar/2016
- Moura, L. H. G.; Melo, T. S. & Misnerovics, J. V. (2015). Unidade camponesa: resistência e processos de luta em Goiás. In: A. Baichman [et al.]. *Lutas, experiências e debates na América Latina: Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos*. edición bilingüe. - Longchamps: Imago Mundi; Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
- Nascimento, E. L. (2003). *O sortilégio da cor*. identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus.
- Sansão, (2016). *Homicídios de negros no Brasil cresceram 18,2% em dez anos, diz IPEA e FBPS*. Recuperado de <<https://racismoambiental.net.br/2016/03/24/homicidios-de-negros-no-brasil-cresceram-182-em-dez-anos-segundo-ipea-e-fbsp/>> Acesso em 20/Out/2021.
- Santos, H. (2002). *Hélio Santos*. (11/Nov/2002) Recuperado de <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/497/entrevistados/helio_santos_2002.htm> Acesso em 16/Mar/2016.
- Silva, Y. F. (2001). Pobreza, violência e crime – conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. In: A. Banducci Jr.; M. Barretto. *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus. (Coleção Turismo).

The background features a light gray pattern of interlocking gears and network nodes (circles with lines) scattered across the page.

RESUMOS EXPANDIDOS

TEMA: Desigualdade de gênero e trabalho no turismo

Qualificação profissional em turismo de pessoas transgênero em Natal – RN, Brasil

Professional qualification in tourism of transgender people in Natal – RN, Brazil

Cualificación profesional en turismo de personas transgênero en Natal – RN, Brasil

Francisco Xavier da Silva Júnior¹
Mayanne Fabíola Silva Araújo²

Resumo: O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a qualificação profissional em turismo de pessoas transgênero em Natal – Rio Grande do Norte e sua possível inserção no mercado de trabalho turístico local. Para tanto, buscamos, em um primeiro momento, reforços teóricos que nos aportassem sobre a realidade da qualificação profissional de pessoas trans no Brasil e no RN. A metodologia desta pesquisa está sustentada em uma abordagem quali-quantitativa com concentração de dados secundários de empregabilidade turística do Cadastur e dados primários obtidos com entrevista semiestruturada com a ONG Attransparência. Os dados revelam que a baixa qualificação profissional é uma realidade para a população trans. Pouco ou nada é ofertado no mercado turístico local com o intuito de dar empregabilidade formal a esta população. A violência, evasão escolar, perda dos laços familiares e o estigma social são lutas que pessoas trans precisam enfrentar constantemente. Assim, intenciona-se com este estudo contribuir com todas e todos que por meio da educação ou qualquer outro meio social, buscam formar opiniões sólidas e desenvolver ações para superar preconceitos.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Qualificação Profissional. Turismo. Pessoas Transgênero. Natal.

Abstract: The purpose of this research is to reflect on the professional qualification in tourism for transgender people in Natal – Rio Grande do Norte and its possible insertion in the local tourist labor. For that, we sought, at first, theoretical reinforcements that would provide us the reality of professional qualification of trans people in Brazil and in the RN. The methodology of this research is based on a quali-quantitative approach with a concentration of secondary tourist employability data from Cadastur and primary data obtained from a semi-structured interview with the NGO Attransparência. The data reveal that low professional qualification is a reality for the trans population. Little or nothing is offered in the local tourist market in order to give formal employability to this population. Violence, dropping out of school, loss of family ties and social stigma are struggles that trans people need to constantly face. So, it is intended with this study to contribute to all who, through education or any other social means, seek to form solid opinions and develop actions to overcome prejudices.

Keywords: Labor. Professional qualification. Tourism. Transgender People. Natal.

Resumen: El propósito de esta investigación es reflexionar sobre la calificación profesional en turismo de personas trans en Natal - Rio Grande do Norte y su posible inserción en la labor turística local. Para eso, buscamos, en un primer momento,

¹ Doutorando em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, xaviersilva2@gmail.com, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5962022090895829>.

² Mestranda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mayannefabiola@gmail.com, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6529528007337056>.

refuerzos teóricos que nos brinden la realidad de la calificación profesional de las personas trans en Brasil y en el RN. La metodología de esta investigación se basa en un enfoque cuali-cuantitativo con una concentración de datos secundarios de empleabilidad turística de Cadastur y datos primarios obtenidos de una entrevista semiestructurada con la ONG Attransparência. Los datos revelan que la baja cualificación profesional es una realidad para la población trans. Poco o nada se ofrece en el mercado turístico local para dar empleabilidad formal a esta población. La violencia, la deserción escolar, la pérdida de los lazos familiares y el estigma social son luchas que las personas trans deben enfrentar constantemente. Así, con este estudio se pretende contribuir a todos aquellos que, a través de la educación o cualquier otro medio social, buscan formarse opiniones sólidas y desarrollar acciones para superar los prejuicios.

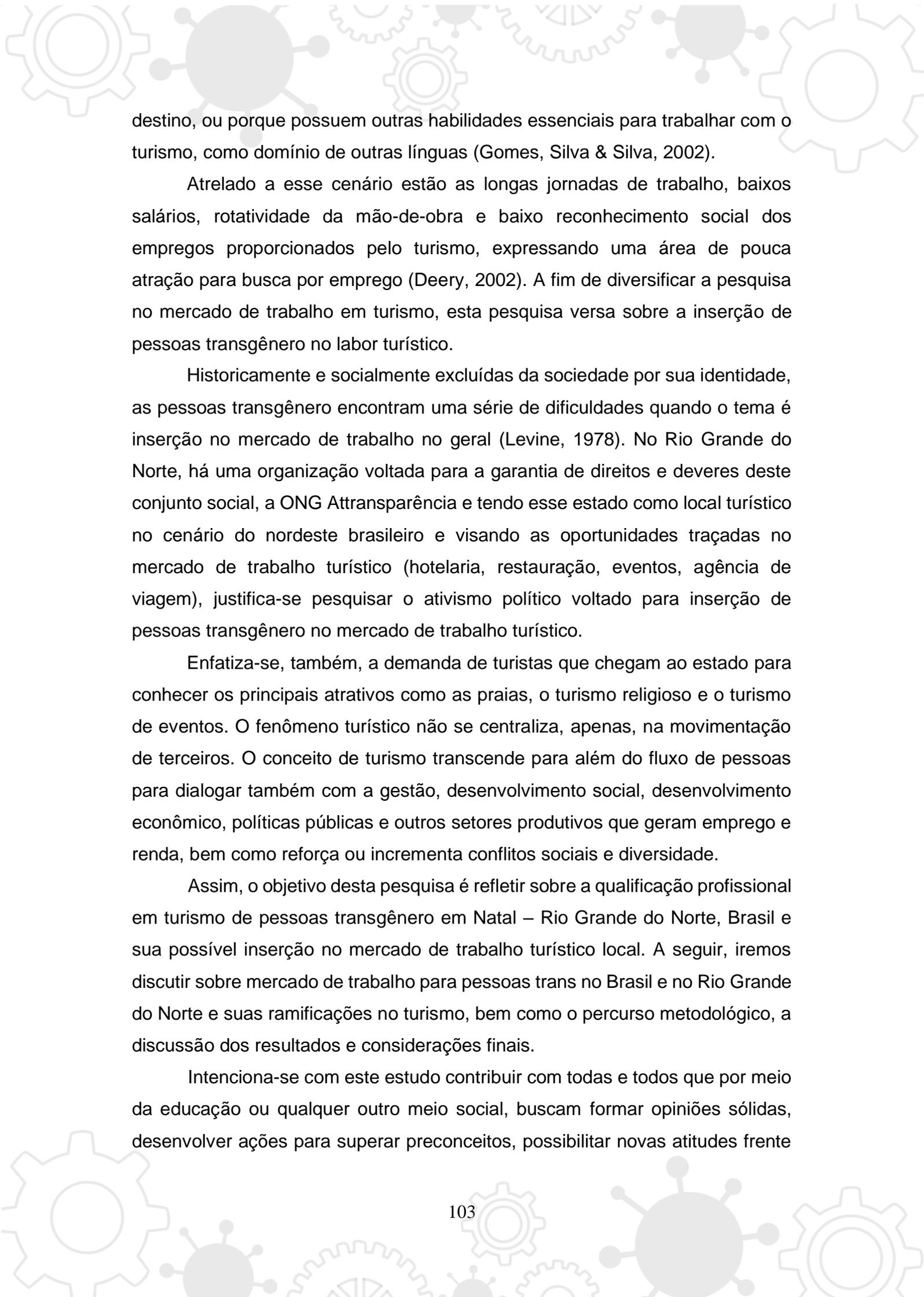
Palabras clave: Mercado de trabajo. Calificación profesional. Turismo. Personas transgéneros. Natal.

1. Introdução

O turismo, diferentemente de outros setores produtivos, não possui um produto tangível que pode ser armazenado para consumo. Tendo a característica da oferta de serviços, o turismo movimentava diversos setores econômicos como eventos, restauração, transportes, agência de viagem e hotelaria, por exemplo, que proporcionam ao consumidor uma experiência híbrida de uso privado e coletivo. Além dessa proporção, o turismo também pode voltar-se como um promotor de desenvolvimento socioeconômico com a geração de emprego, construção e ampliação de infraestrutura como estradas, aeroportos, saneamento e urbanização (Dreher & Rueckert, 2010).

Em uma perspectiva multifacetada e dinâmica, o turismo engloba em modo de atuação no espaço urbano e na sociedade uma série de ações que promovem, em um primeiro momento, um estado apologético e logo após precatório nas comunidades receptoras. Sendo esse fenômeno uma prática de capital de efeito acentuado para o consumo nos espaços em que se apropria e desdobra-se, em alguns casos, para usos mais conscientes (Jafari, 2005).

O turismo, na conjuntura diversificada da plataforma apologética do autor, tem a capacidade de proporcionar uma rápida e grande oferta de empregos formais e informais na localidade em que se instaura. Essa mão-de-obra é caracterizada, por vezes, como as que não foram qualificadas para trabalhar com o turismo por meio de cursos técnicos ou de graduação, e estão ocupando estes postos de trabalho por um tempo provisório (alta estação) - a depender do



destino, ou porque possuem outras habilidades essenciais para trabalhar com o turismo, como domínio de outras línguas (Gomes, Silva & Silva, 2002).

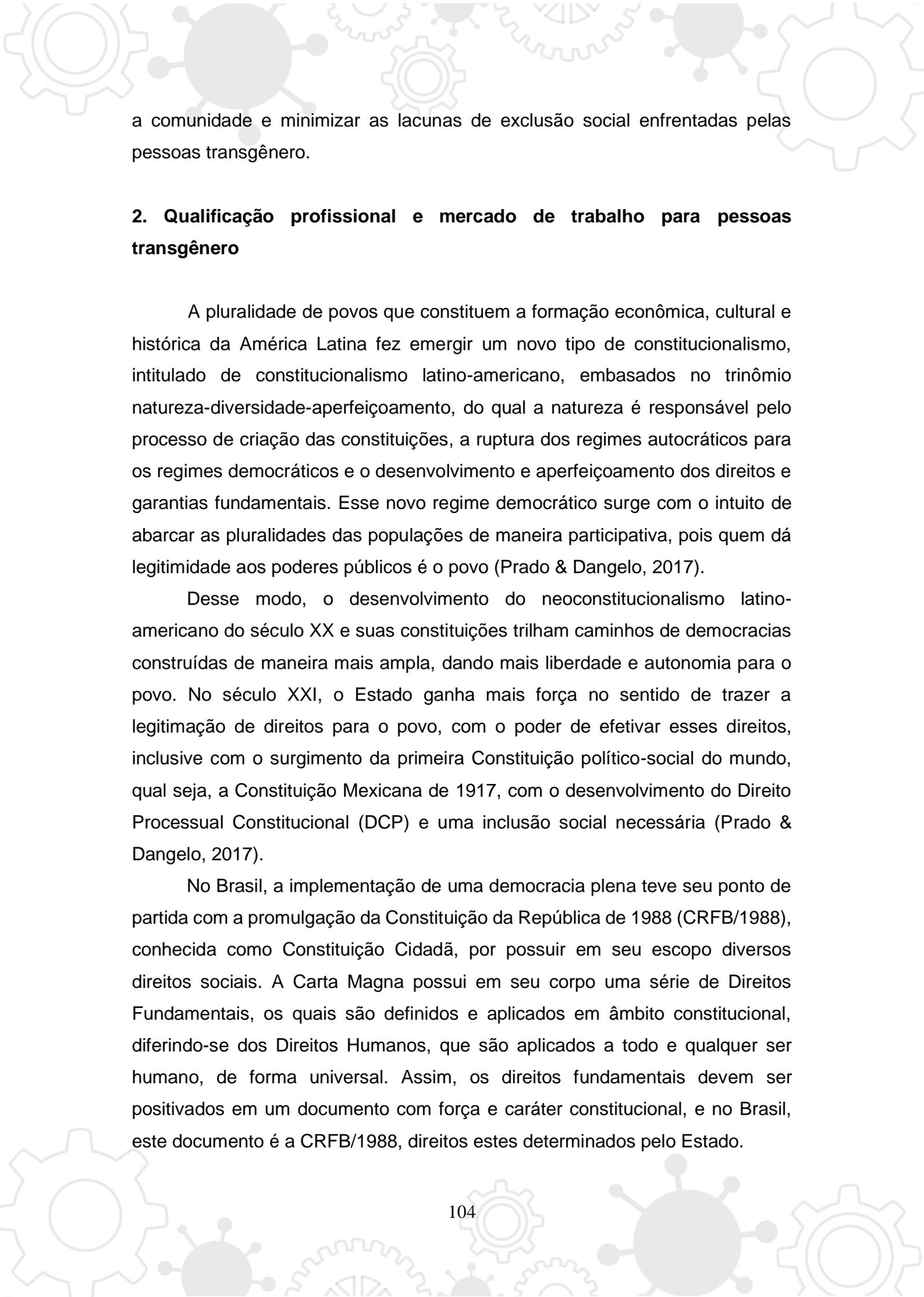
Atrelado a esse cenário estão as longas jornadas de trabalho, baixos salários, rotatividade da mão-de-obra e baixo reconhecimento social dos empregos proporcionados pelo turismo, expressando uma área de pouca atração para busca por emprego (Deery, 2002). A fim de diversificar a pesquisa no mercado de trabalho em turismo, esta pesquisa versa sobre a inserção de pessoas transgênero no labor turístico.

Historicamente e socialmente excluídas da sociedade por sua identidade, as pessoas transgênero encontram uma série de dificuldades quando o tema é inserção no mercado de trabalho no geral (Levine, 1978). No Rio Grande do Norte, há uma organização voltada para a garantia de direitos e deveres deste conjunto social, a ONG Attransparência e tendo esse estado como local turístico no cenário do nordeste brasileiro e visando as oportunidades traçadas no mercado de trabalho turístico (hotelaria, restauração, eventos, agência de viagem), justifica-se pesquisar o ativismo político voltado para inserção de pessoas transgênero no mercado de trabalho turístico.

Enfatiza-se, também, a demanda de turistas que chegam ao estado para conhecer os principais atrativos como as praias, o turismo religioso e o turismo de eventos. O fenômeno turístico não se centraliza, apenas, na movimentação de terceiros. O conceito de turismo transcende para além do fluxo de pessoas para dialogar também com a gestão, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, políticas públicas e outros setores produtivos que geram emprego e renda, bem como reforça ou incrementa conflitos sociais e diversidade.

Assim, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre a qualificação profissional em turismo de pessoas transgênero em Natal – Rio Grande do Norte, Brasil e sua possível inserção no mercado de trabalho turístico local. A seguir, iremos discutir sobre mercado de trabalho para pessoas trans no Brasil e no Rio Grande do Norte e suas ramificações no turismo, bem como o percurso metodológico, a discussão dos resultados e considerações finais.

Intenciona-se com este estudo contribuir com todas e todos que por meio da educação ou qualquer outro meio social, buscam formar opiniões sólidas, desenvolver ações para superar preconceitos, possibilitar novas atitudes frente



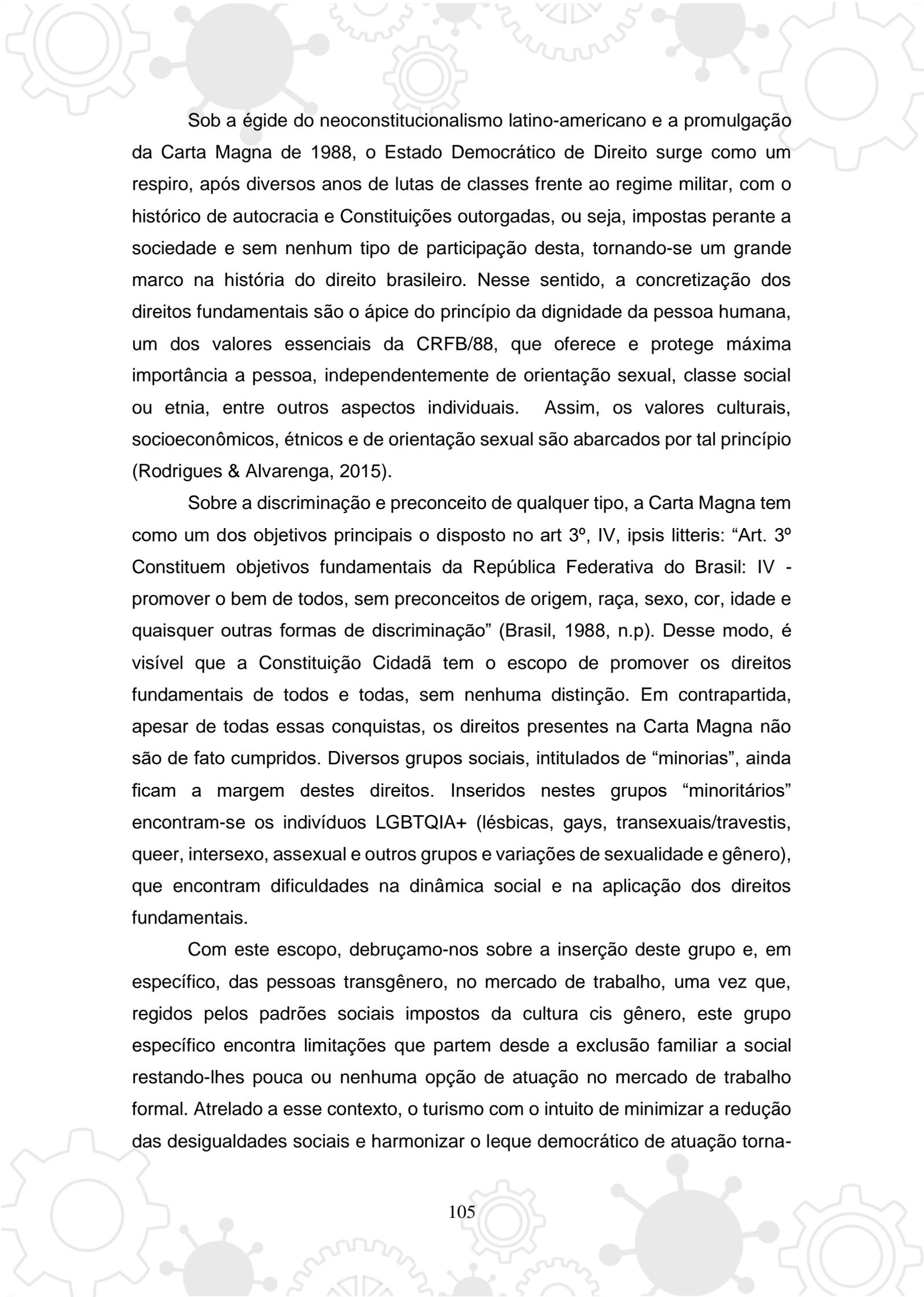
a comunidade e minimizar as lacunas de exclusão social enfrentadas pelas pessoas transgênero.

2. Qualificação profissional e mercado de trabalho para pessoas transgênero

A pluralidade de povos que constituem a formação econômica, cultural e histórica da América Latina fez emergir um novo tipo de constitucionalismo, intitulado de constitucionalismo latino-americano, embasados no trinômio natureza-diversidade-aperfeiçoamento, do qual a natureza é responsável pelo processo de criação das constituições, a ruptura dos regimes autocráticos para os regimes democráticos e o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos direitos e garantias fundamentais. Esse novo regime democrático surge com o intuito de abarcar as pluralidades das populações de maneira participativa, pois quem dá legitimidade aos poderes públicos é o povo (Prado & Dangelo, 2017).

Desse modo, o desenvolvimento do neoconstitucionalismo latino-americano do século XX e suas constituições trilham caminhos de democracias construídas de maneira mais ampla, dando mais liberdade e autonomia para o povo. No século XXI, o Estado ganha mais força no sentido de trazer a legitimação de direitos para o povo, com o poder de efetivar esses direitos, inclusive com o surgimento da primeira Constituição político-social do mundo, qual seja, a Constituição Mexicana de 1917, com o desenvolvimento do Direito Processual Constitucional (DCP) e uma inclusão social necessária (Prado & Dangelo, 2017).

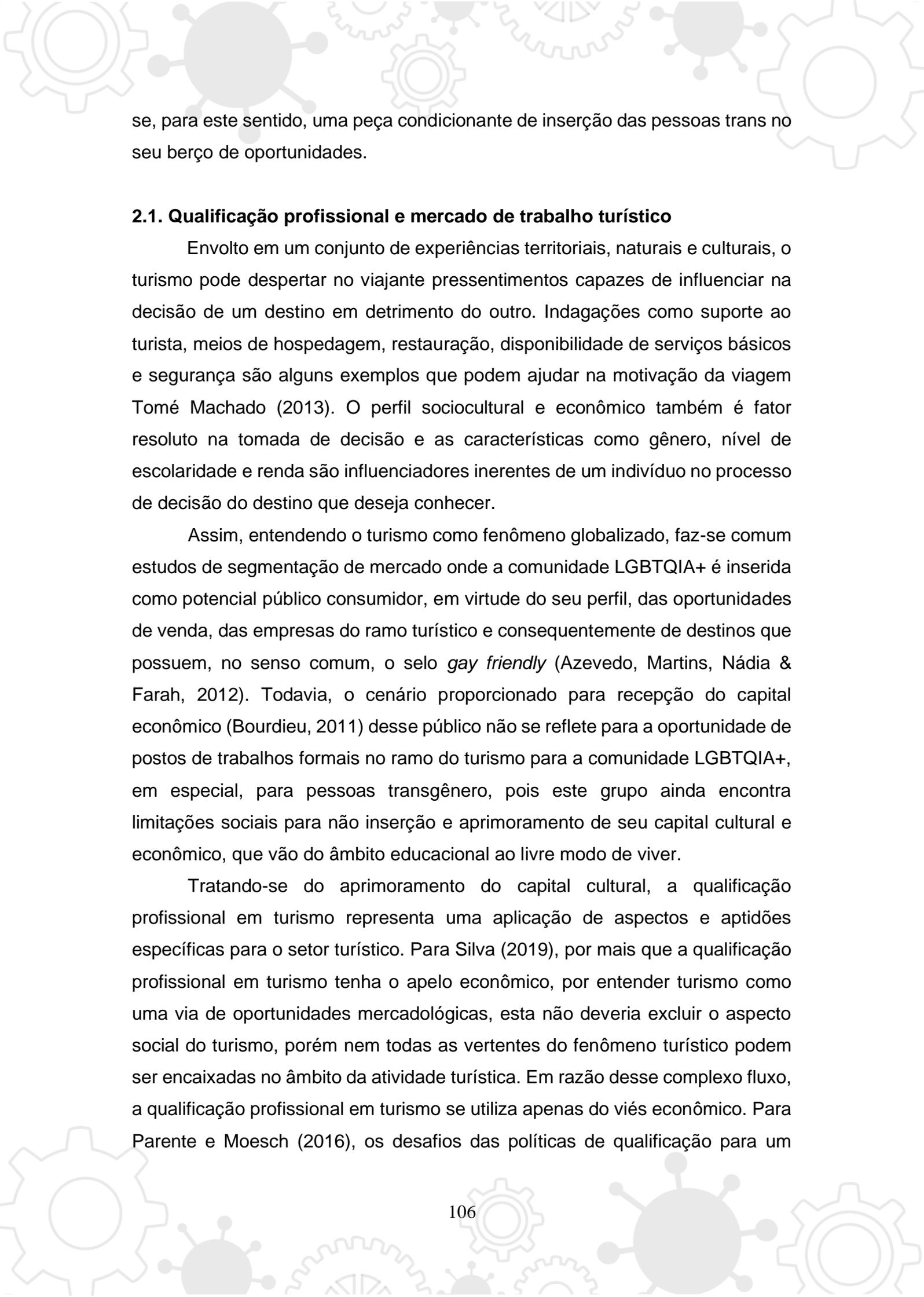
No Brasil, a implementação de uma democracia plena teve seu ponto de partida com a promulgação da Constituição da República de 1988 (CRFB/1988), conhecida como Constituição Cidadã, por possuir em seu escopo diversos direitos sociais. A Carta Magna possui em seu corpo uma série de Direitos Fundamentais, os quais são definidos e aplicados em âmbito constitucional, diferindo-se dos Direitos Humanos, que são aplicados a todo e qualquer ser humano, de forma universal. Assim, os direitos fundamentais devem ser positivados em um documento com força e caráter constitucional, e no Brasil, este documento é a CRFB/1988, direitos estes determinados pelo Estado.



Sob a égide do neoconstitucionalismo latino-americano e a promulgação da Carta Magna de 1988, o Estado Democrático de Direito surge como um respiro, após diversos anos de lutas de classes frente ao regime militar, com o histórico de autocracia e Constituições outorgadas, ou seja, impostas perante a sociedade e sem nenhum tipo de participação desta, tornando-se um grande marco na história do direito brasileiro. Nesse sentido, a concretização dos direitos fundamentais são o ápice do princípio da dignidade da pessoa humana, um dos valores essenciais da CRFB/88, que oferece e protege máxima importância a pessoa, independentemente de orientação sexual, classe social ou etnia, entre outros aspectos individuais. Assim, os valores culturais, socioeconômicos, étnicos e de orientação sexual são abarcados por tal princípio (Rodrigues & Alvarenga, 2015).

Sobre a discriminação e preconceito de qualquer tipo, a Carta Magna tem como um dos objetivos principais o disposto no art 3º, IV, *ipsis litteris*: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, n.p). Desse modo, é visível que a Constituição Cidadã tem o escopo de promover os direitos fundamentais de todos e todas, sem nenhuma distinção. Em contrapartida, apesar de todas essas conquistas, os direitos presentes na Carta Magna não são de fato cumpridos. Diversos grupos sociais, intitulados de “minorias”, ainda ficam a margem destes direitos. Inseridos nestes grupos “minoritários” encontram-se os indivíduos LGBTQIA+ (lésbicas, gays, transexuais/travestis, queer, intersexo, assexual e outros grupos e variações de sexualidade e gênero), que encontram dificuldades na dinâmica social e na aplicação dos direitos fundamentais.

Com este escopo, debruçamo-nos sobre a inserção deste grupo e, em específico, das pessoas transgênero, no mercado de trabalho, uma vez que, regidos pelos padrões sociais impostos da cultura cis gênero, este grupo específico encontra limitações que partem desde a exclusão familiar a social restando-lhes pouca ou nenhuma opção de atuação no mercado de trabalho formal. Atrelado a esse contexto, o turismo com o intuito de minimizar a redução das desigualdades sociais e harmonizar o leque democrático de atuação torna-



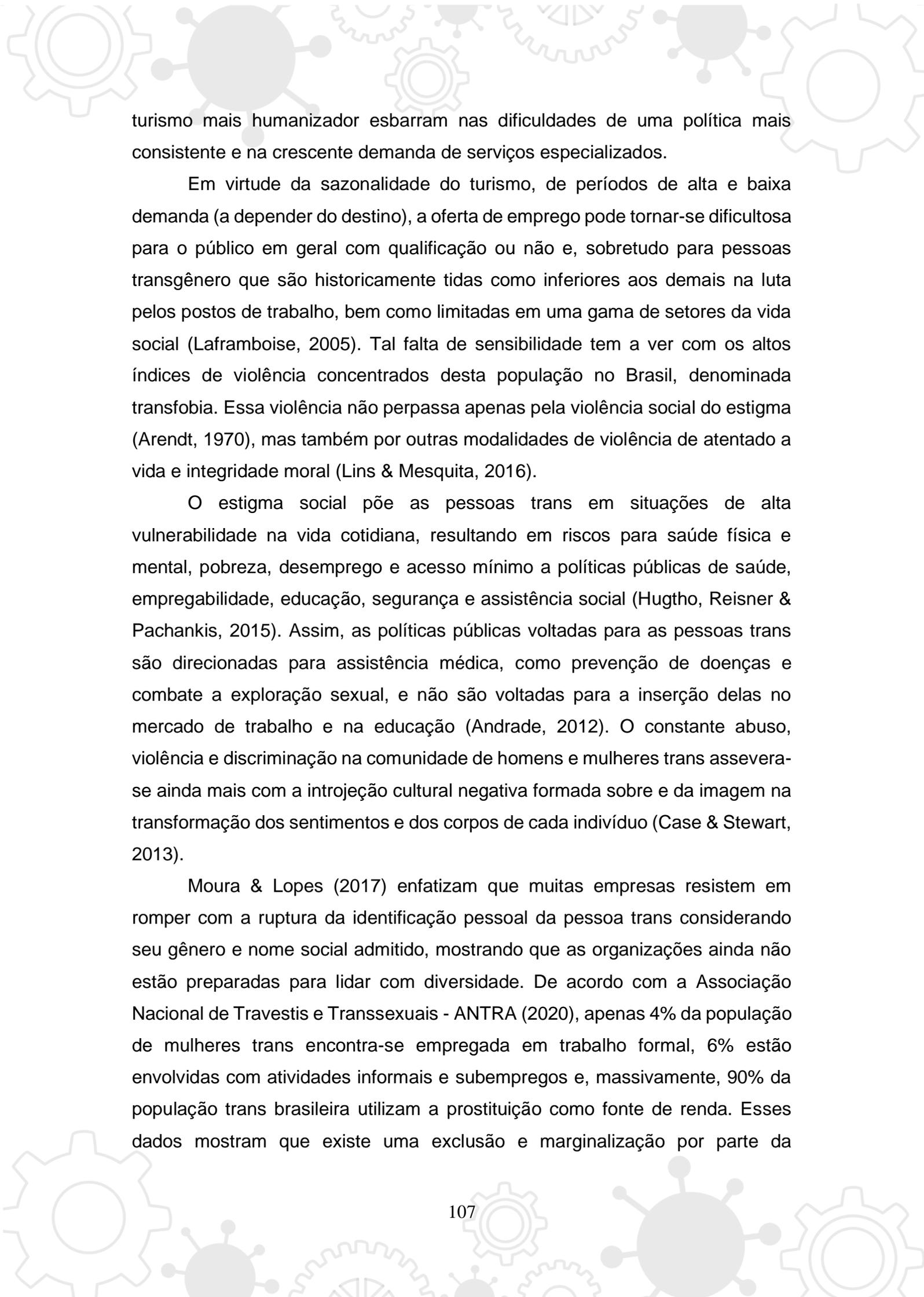
se, para este sentido, uma peça condicionante de inserção das pessoas trans no seu berço de oportunidades.

2.1. Qualificação profissional e mercado de trabalho turístico

Envolto em um conjunto de experiências territoriais, naturais e culturais, o turismo pode despertar no viajante pressentimentos capazes de influenciar na decisão de um destino em detrimento do outro. Indagações como suporte ao turista, meios de hospedagem, restauração, disponibilidade de serviços básicos e segurança são alguns exemplos que podem ajudar na motivação da viagem Tomé Machado (2013). O perfil sociocultural e econômico também é fator resoluto na tomada de decisão e as características como gênero, nível de escolaridade e renda são influenciadores inerentes de um indivíduo no processo de decisão do destino que deseja conhecer.

Assim, entendendo o turismo como fenômeno globalizado, faz-se comum estudos de segmentação de mercado onde a comunidade LGBTQIA+ é inserida como potencial público consumidor, em virtude do seu perfil, das oportunidades de venda, das empresas do ramo turístico e conseqüentemente de destinos que possuem, no senso comum, o selo *gay friendly* (Azevedo, Martins, Nádia & Farah, 2012). Todavia, o cenário proporcionado para recepção do capital econômico (Bourdieu, 2011) desse público não se reflete para a oportunidade de postos de trabalhos formais no ramo do turismo para a comunidade LGBTQIA+, em especial, para pessoas transgênero, pois este grupo ainda encontra limitações sociais para não inserção e aprimoramento de seu capital cultural e econômico, que vão do âmbito educacional ao livre modo de viver.

Tratando-se do aprimoramento do capital cultural, a qualificação profissional em turismo representa uma aplicação de aspectos e aptidões específicas para o setor turístico. Para Silva (2019), por mais que a qualificação profissional em turismo tenha o apelo econômico, por entender turismo como uma via de oportunidades mercadológicas, esta não deveria excluir o aspecto social do turismo, porém nem todas as vertentes do fenômeno turístico podem ser encaixadas no âmbito da atividade turística. Em razão desse complexo fluxo, a qualificação profissional em turismo se utiliza apenas do viés econômico. Para Parente e Moesch (2016), os desafios das políticas de qualificação para um



turismo mais humanizador esbarram nas dificuldades de uma política mais consistente e na crescente demanda de serviços especializados.

Em virtude da sazonalidade do turismo, de períodos de alta e baixa demanda (a depender do destino), a oferta de emprego pode tornar-se dificultosa para o público em geral com qualificação ou não e, sobretudo para pessoas transgênero que são historicamente tidas como inferiores aos demais na luta pelos postos de trabalho, bem como limitadas em uma gama de setores da vida social (Laframboise, 2005). Tal falta de sensibilidade tem a ver com os altos índices de violência concentrados desta população no Brasil, denominada transfobia. Essa violência não perpassa apenas pela violência social do estigma (Arendt, 1970), mas também por outras modalidades de violência de atentado a vida e integridade moral (Lins & Mesquita, 2016).

O estigma social põe as pessoas trans em situações de alta vulnerabilidade na vida cotidiana, resultando em riscos para saúde física e mental, pobreza, desemprego e acesso mínimo a políticas públicas de saúde, empregabilidade, educação, segurança e assistência social (Hugho, Reisner & Pachankis, 2015). Assim, as políticas públicas voltadas para as pessoas trans são direcionadas para assistência médica, como prevenção de doenças e combate a exploração sexual, e não são voltadas para a inserção delas no mercado de trabalho e na educação (Andrade, 2012). O constante abuso, violência e discriminação na comunidade de homens e mulheres trans assevera-se ainda mais com a introjeção cultural negativa formada sobre e da imagem na transformação dos sentimentos e dos corpos de cada indivíduo (Case & Stewart, 2013).

Moura & Lopes (2017) enfatizam que muitas empresas resistem em romper com a ruptura da identificação pessoal da pessoa trans considerando seu gênero e nome social admitido, mostrando que as organizações ainda não estão preparadas para lidar com diversidade. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais - ANTRA (2020), apenas 4% da população de mulheres trans encontra-se empregada em trabalho formal, 6% estão envolvidas com atividades informais e subempregos e, massivamente, 90% da população trans brasileira utilizam a prostituição como fonte de renda. Esses dados mostram que existe uma exclusão e marginalização por parte da

sociedade onde são raras as oportunidades de emprego para essa parcela da população no Brasil.

O surgimento de diversas organizações não governamentais para assistência da comunidade trans no mercado de trabalho brasileiro colabora para a disseminação de informação - por meio das redes sociais e/ou sede, de oportunidades de emprego formal. Além disso, essas organizações promovem capacitação profissional, projetos publicitários e atos comunitários para divulgação das vagas de emprego, bem como conscientização social (Almeida & Vasconcellos, 2018).

3. Metodologia

Para atender ao objetivo traçado, a pesquisa delinea-se sob a perspectiva da pesquisa bibliográfica, em um primeiro momento e de campo, em uma segunda oportunidade, com abordagem quali-quantitativa. Essa abordagem de pesquisa considera os dados quantitativos obtidos de forma primária e/ou secundária, e em mesma linha de importância, a qualitativa que se norteia por cinco características, sendo elas: analisar o significado da vida das pessoas, ponderar opiniões e visões diversificadas dos envolvidos, abranger conexões com o meio ambiente de vivência dos participantes, realizar válidas contribuições com o escopo teórico-metodológico e observar as variadas fontes de evidência (Yin, 2016).

Os dados secundários coletados para o aporte deste estudo foram obtidos no CADASTUR do Ministério do Turismo – MTur³, para compreender o cenário de empregabilidade de indivíduos no setor turístico no Rio Grande do Norte. O portal de dados abertos do Governo Federal⁴ oferece dezessete categorias para o CADASTUR, delas foram extraídos dados dos: prestadores de serviços de meios de hospedagem, parques temáticos, transportadoras turísticas, casas de espetáculos e equipamentos de animação turística, centros de convenções, empreendimentos de entretenimento e lazer e parques aquáticos, agências de

³ Os 17 conjuntos de dados encontrados para “Cadastur” podem ser acessados pelo: <https://dados.gov.br/dataset?q=cadastur>.

⁴ O Portal Brasileiro de Dados Abertos pode ser acessado pelo: www.dados.gov.br.

viagem, organizadoras de eventos e restaurantes, cafeterias e bares, considerando os equipamentos em operação.

Os dados primários foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas realizada com representante da Attransparência, em junho de 2021. O roteiro de entrevista continha questões como: relatos da trajetória educacional, se atua em alguma frente de trabalho formal ou informal e em qual setor, se antes do emprego atual já havia trabalhado antes e em qual setor, se já participou de processos seletivos abertos e/ou direcionados especificamente para pessoas trans, entre outros aportes discursivos.

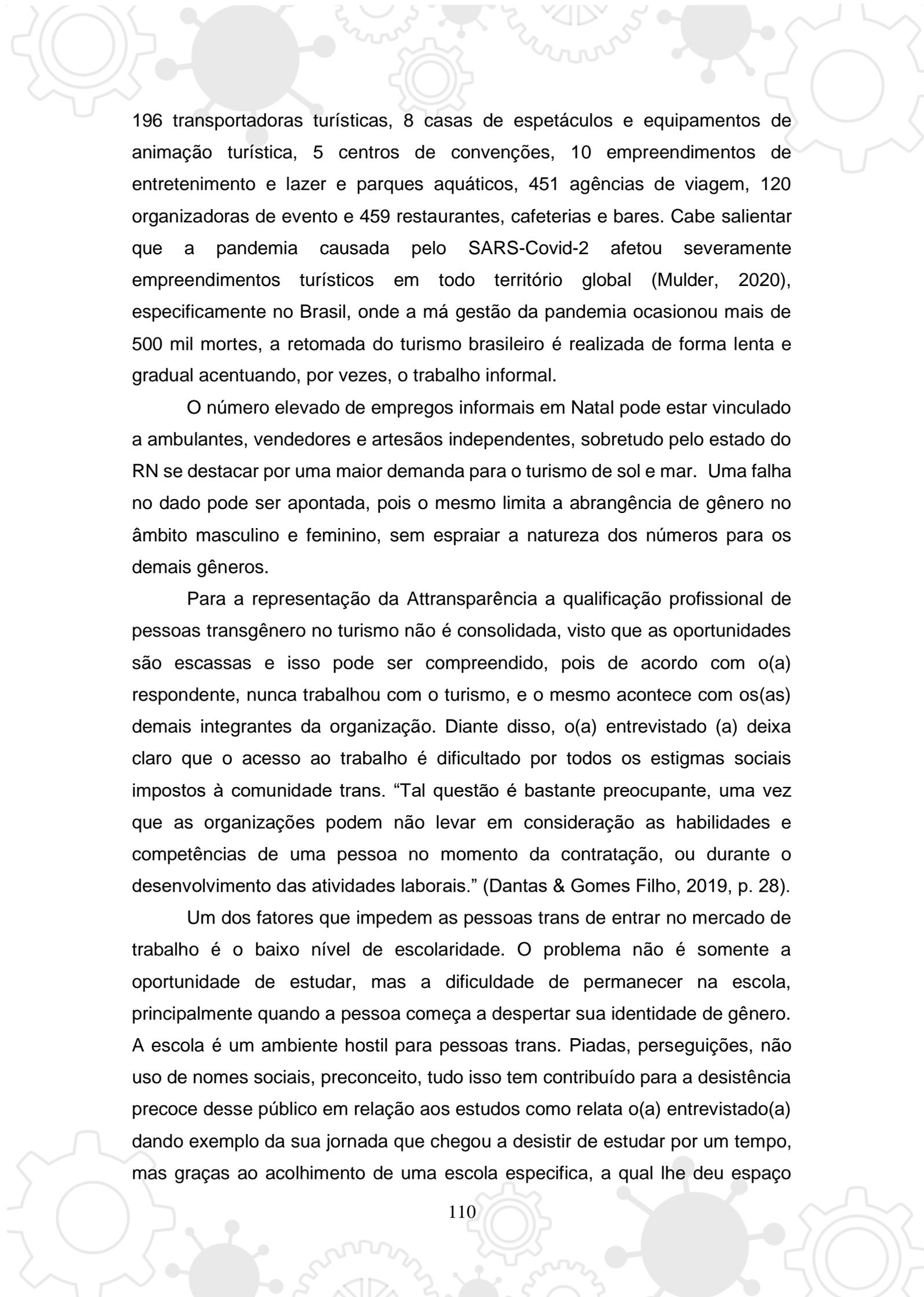
Com a construção deste cenário pretende-se trazer a tona o contexto real de oportunidades e efetividades de ofertas no mercado de trabalho e como o ativismo político tem colaborado para a alocação de pessoas trans no bojo empregatício no estado do RN.

4. Qualificação profissional e mercado de trabalho para pessoas transgênero no cenário potiguar

A dinamização do turismo no estado do Rio Grande do Norte está vinculada a promoção turística da região nordeste brasileiro no período dos anos 1960/70, sob o respaldo de políticas públicas de incentivo ao turismo justificada pela inserção de uma economia alternativa a região e, conseqüentemente, ao estado. A consolidação do turismo em território potiguar também se justifica pela criação de uma ampla infraestrutura na cidade do Natal com criação de espaços específicos para construção de grandes hotéis, incentivos financeiros e fiscais beneficiando uma elite local (Lopes & Alves, 2015).

Sustentado pelos discursos políticos, o desenvolvimento do turismo como benefício para geração de emprego e renda é a vertente mais utilizada por governantes quando estes pretendem impulsionar o turismo em seu território. Apesar de terem sido direcionadas ao estado uma série de políticas públicas com o intuito de consolidar o turismo, não se nota um direcionamento específico para atendimento das demandas das minorias estabelecidas localmente (Maranhão & Azevedo, 2011).

Até o primeiro trimestre de 2021, o estado do RN contava com 413 empreendimentos em operação de meios de hospedagem, 3 parques temáticos,



196 transportadoras turísticas, 8 casas de espetáculos e equipamentos de animação turística, 5 centros de convenções, 10 empreendimentos de entretenimento e lazer e parques aquáticos, 451 agências de viagem, 120 organizadoras de evento e 459 restaurantes, cafeterias e bares. Cabe salientar que a pandemia causada pelo SARS-Covid-2 afetou severamente empreendimentos turísticos em todo território global (Mulder, 2020), especificamente no Brasil, onde a má gestão da pandemia ocasionou mais de 500 mil mortes, a retomada do turismo brasileiro é realizada de forma lenta e gradual acentuando, por vezes, o trabalho informal.

O número elevado de empregos informais em Natal pode estar vinculado a ambulantes, vendedores e artesãos independentes, sobretudo pelo estado do RN se destacar por uma maior demanda para o turismo de sol e mar. Uma falha no dado pode ser apontada, pois o mesmo limita a abrangência de gênero no âmbito masculino e feminino, sem espriar a natureza dos números para os demais gêneros.

Para a representação da Attransparência a qualificação profissional de pessoas transgênero no turismo não é consolidada, visto que as oportunidades são escassas e isso pode ser compreendido, pois de acordo com o(a) respondente, nunca trabalhou com o turismo, e o mesmo acontece com os(as) demais integrantes da organização. Diante disso, o(a) entrevistado (a) deixa claro que o acesso ao trabalho é dificultado por todos os estigmas sociais impostos à comunidade trans. “Tal questão é bastante preocupante, uma vez que as organizações podem não levar em consideração as habilidades e competências de uma pessoa no momento da contratação, ou durante o desenvolvimento das atividades laborais.” (Dantas & Gomes Filho, 2019, p. 28).

Um dos fatores que impedem as pessoas trans de entrar no mercado de trabalho é o baixo nível de escolaridade. O problema não é somente a oportunidade de estudar, mas a dificuldade de permanecer na escola, principalmente quando a pessoa começa a despertar sua identidade de gênero. A escola é um ambiente hostil para pessoas trans. Piadas, perseguições, não uso de nomes sociais, preconceito, tudo isso tem contribuído para a desistência precoce desse público em relação aos estudos como relata o(a) entrevistado(a) dando exemplo da sua jornada que chegou a desistir de estudar por um tempo, mas graças ao acolhimento de uma escola específica, a qual lhe deu espaço

para palestrar sobre o assunto com os funcionários e os alunos, conseguiu concluir seus estudos.

Com a pandemia do Covid-19, o mercado de trabalho ficou ainda mais difícil para as pessoas transgêneros. As vagas cada vez mais escassas, o desemprego aumentando a cada dia, foi então que a ONG concentrou esforços em recolher materiais de higiene pessoal, álcool em gel e alimentos para assistir as(aos) integrantes.

O(a) entrevistado(a) relatou que a ONG luta sempre para que as pessoas trans consigam ocupar espaços que de fato lhe competem como pessoas, pois preconceitos e estereótipos que cercam as pessoas trans as colocam em empregos extremamente instáveis. Essas pessoas estão em trabalhos domésticos, telemarketing, trabalhos sexuais, trabalhos ocasionais (sob demanda), as vezes arte e moda, atividades ilegais e atividades informais (vendedores ambulantes, faxineiras, lavadores de automóveis, vendedores ambulantes, cabeleireiros, barman, autônomos)

Atualmente, Attransparência atua também nas cidades de Mossoró e Pau dos Ferros no RN onde buscam, pelo mesmo objetivo e ativismo político, integrar e formalizar a luta por direitos, saúde, educação e trabalho das pessoas trans no interior do estado. Com o intuito de alargar a voz da comunidade, a ONG tem desempenhado uma ampla frente de atuação com o objetivo de minimizar os impactos da Covid-19 no cenário trans em Natal. As experiências de pessoas trans no trabalho têm a capacidade de nos revelar diversas desigualdades que giram em torno de hierarquias subjetivas de organizações comandadas por heteros cis gêneros que ainda precisam ser superadas (Yavorsky, 2016).

5. Considerações Finais

Este estudo possibilitou a elaboração de uma reflexão acerca do mercado de trabalho no turismo na cidade do Natal – RN. Com esse apanhado, o objetivo do estudo foi alcançado a modo de que o ativismo político de pessoas transgênero reflete na inserção desse público no mercado de trabalho turístico na capital do estado, onde essa inserção é baixa ou quase inexistente, de modo que as vagas oferecidas são marcadas por raça, classe, sexo, gênero, entre outros.

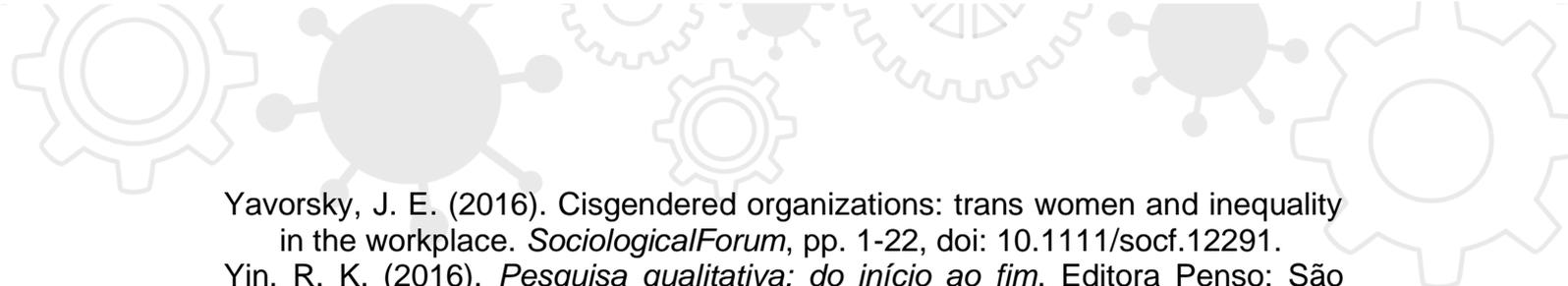
A vida da população trans é fortemente traçada por processos de opressão e violência. Casos de violência brutal contra pessoas trans são noticiados diariamente. Como visto no relato do respondente dessa pesquisa, muitos são excluídos do espaço escolar, e vivem em condições de miséria marcadas pela violência e opressão social, além de que grande parte quando se inserem no mercado de trabalho entram de forma precarizada e em empregos que exploram sua força de trabalho. As pessoas trans lutam constantemente com questões sociais específicas como a violência, evasão escolar, desemprego, perda de laços familiares e a pobreza que afeta grande parte. E, infelizmente, os dados empíricos não refletem a realidade devido à falta de notificações do Estado, como também pesquisas acadêmicas que mostrem essa realidade.

Com o intuito de trazer algumas proposições de atuação deste público no mercado turístico, recomenda-se que esta pesquisa seja ampliada para novos olhares e novos campos de investigação. Sugere-se o espraiamento da pesquisa para outros aportes teóricos entrelaçando qualificação profissional com o ativismo político, bem como estendendo o campo para o estado do Rio Grande do Norte.

Referências

- Almeida, C.B. & Vasconcellos, V. A. (2018). Transsexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?, *Revista Direito FGV*. 14(2). pp. 302-333.
- Andrade, L. N. (2012). Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. *Tese de Doutorado*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- Arendt, H. (1970). *On violence*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich.
- Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. (2020). *Boletim nº 03/2020*. ANTRA: Rio de Janeiro.
- Azevedo, M. S.; Martins, C. B.; Nádia, P. K & Farah, O. E. (2012). Segmentação no setor turístico: o turista LGBT de São Paulo. *Revista de Administração da UFSM*. 5(3). pp. 493-506.
- Bourdieu, P. (2011). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11º ed. Papirus Editora: Campinas, SP.
- Brasil. (1988); *Constituição Federal de 1988*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Case, K. A. & Stewart, B. (2013). Intervention effectiveness in reducing prejudice against transsexuals. *Journal of LGBT Youth*. 10(1). pp. 140-158.
- Dantas, J. V. D., & Gomes Filho, A S. (2019). Diversidade de Gênero no Mercado de Trabalho/Gender Diversity in the Labor Market. *Id On Line Revista De Psicologia*, 13(48), 26-39.

- Deery, M. (2002). Labour Turnover in International Hospitality and Tourism. In: S. Watson, N. D'Annunzio-Green & Maxwell, G. (Eds.) *Human Resource Management: International Perspectives in hospitality and Tourism*. London, UK: Continuum, pp. 51 – 63.
- Dreher, M. T. & Rueckert, R. A. O. (2010). Responsabilidade Social e Cooperação Intersetorial: uma Leitura sobre a Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho Turístico. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul, RS.
- Gomes, R. C. C.; Silva, V. P. & Silva, A. B. (2002). Estado, turismo e mercado de trabalho. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. 6(119).
- Hughto, J. M. W., Reisner, S. & Pachankis, J. E. (2015). Transgender stigma and health: A critical review of stigma determinants, mechanisms, and interventions. *Social Science & Medicine*. 147. pp. 222-231.
- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y sociedad*. 42(1). 39-56.
- Laframboise, S. (2005). *Transfobia, o que é?* Recuperado de: <https://midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/325671.shtml>.
- Levine, C. O. (1978). Social work with transsexuais. *Social Casework*. 59(3). pp. 167-174.
- Lins, C. C. & Mesquita, M. R. (2016). Exercício da cidadania e luta pela vida: precariedade das vidas de travestis e transsexuais no estado de Alagoas. *Emancipação*. 16(1). pp. 45-60.
- Lopes, R. M. R. & Alves, L. S. F. (2015). O desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte a partir da ação pública. *Cultur, Revista de Cultura e Turismo*, 9(3), pp.143-171.
- Maranhão, C. H. & Azevedo, F. F. (2011). O uso de princípios de turismo pró-pobre como alternativa para políticas que visam ao desenvolvimento local no Rio Grande do Norte. *Carpe Diem: Revista Cultural e Científica da FACEX*, 9(9).
- Moura, R. G. & Lopes, P. L. (2017). Comportamento organizacional frente à diversidade: a inclusão de travestis e transsexuais no mercado de trabalho. *XIV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. Rio de Janeiro.
- Mulder, N. (2020). *The impact of the COVID-19 pandemic on the tourism sector in Latin America and the Caribbean, and options for a sustainable and resilient recovery*. International Trade Series: Santiago.
- Parente, F. M. & Moesch, M. M. (2016). Desafios das políticas de qualificação para um turismo mais humanizador. *XIII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, São Paulo – SP.
- Prado, A. P. L. & Dangelo, I. B. M. A. (2017). Inclusão no mercado de trabalho da pessoa transgênero e a “dolorosa” arte de ser normal. *Rev. de Gênero, Sexualidade e Direito*. 3(1). pp. 58-78.
- Rodrigues, E. & Alvarenga, M. (2015). Transexualidade e Dignidade da Pessoa Humana. *Rev. Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 10(1), pp. 72-93.
- Silva, I. C. M. (2019). *A dimensão política da qualificação profissional na política pública nacional de qualificação profissional em turismo*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.
- Tomé Machado, M. B. (2013). Turismo, medo e violência. *Turismo e Sociedade*. 6(1). 225-228.



Yavorsky, J. E. (2016). Cisgendered organizations: trans women and inequality in the workplace. *SociologicalForum*, pp. 1-22, doi: 10.1111/socf.12291.

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa: do início ao fim*. Editora Penso: São Paulo.

Au Pair: Trabalho ou intercâmbio cultural?

Au Pair: Work or exchange program?

Au Pair: Trabajo o intercambio cultural?

Ana Carolina Padua Machado⁵
Isabela Ayra Paiva de Oliveira⁶

Resumo: Com a disseminação da internet e das redes sociais, o programa de intercâmbio cultural *au pair* tem ganhado popularidade entre os jovens na faixa de 18 a 26 anos como uma alternativa de intercâmbio de baixo custo, sobretudo através de canais no YouTube e de páginas no Facebook. O presente trabalho tem a finalidade de apresentar o programa de intercâmbio cultural *au pair*, nos Estados Unidos, discutindo como o governo norte-americano o descreve como “troca cultural” e atrai candidatos para a vivência em casas de famílias. Para tanto, em fevereiro de 2019, foi aplicado um questionário para *au pairs* brasileiras, via Google Forms, que contou com 70 respostas, descrevendo suas experiências e pontos positivos e negativos vivenciados pelas respondentes durante o programa de intercâmbio. Os resultados obtidos permitiram questionamentos sobre o programa de intercâmbio *au pair*, demonstrando que não se encaixa, completamente, nas ideias de um programa de intercâmbio cultural, apresentando falhas e permitindo que se compare a uma forma de trabalho explorado.

Palavras-chave: *Au Pair*. Intercâmbio cultural. Trabalho. Estados Unidos.

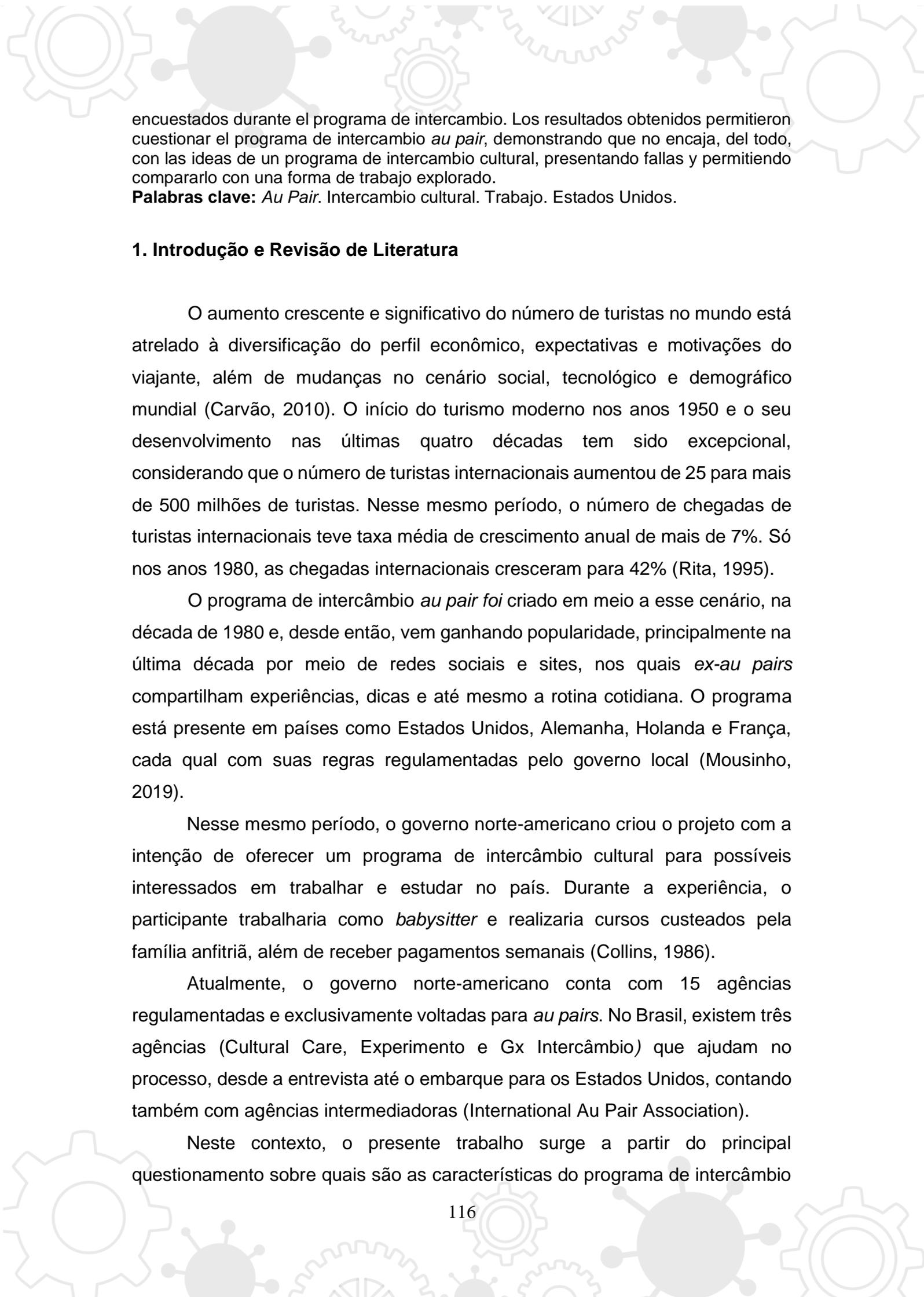
Abstract: With the spread of the internet and social networks, the cultural exchange program *au pair* has been gaining popularity among young people aged 18 to 26, as an alternative for a low-cost exchange program, especially through Youtube channels and Facebook pages. The present article has the objective to present the exchange program, in the USA, discussing how the American government describes it as a "cultural exchange" and attracts candidates to live in other families' homes. For this reason, in February 2019, a questionnaire was applied to Brazilian *au pairs*, through Google Forms, that counted a total of 70 answers, describing their experience and the positive and negative sides they lived during the exchange program. The results obtained allowed questioning the program, showing it doesn't fit completely in the definition of a cultural exchange program, having flaws, allowing it to be compared as an exploratory work.

Keywords: *Au Pair*. Exchange program. Work. United States of America.

Resumen: Con la expansión de internet y las redes sociales, el programa de intercambio cultural *au pair* ha ganado popularidad entre los jóvenes de 18 a 26 años como una alternativa de intercambio de bajo costo, especialmente a través de los canales de Youtube y las páginas de Facebook. Este artículo tiene como objetivo presentar el programa de intercambio cultural *au pair* en los Estados Unidos, discutiendo cómo el gobierno de los Estados Unidos lo describe como “intercambio cultural” y atrae a candidatos a vivir en hogares familiares. Para ello, en febrero de 2019, se aplicó un cuestionario a las *au pairs* brasileñas, a través de Google Forms, que tuvo 70 respuestas, describiendo sus experiencias y puntos positivos y negativos vividos por los

⁵ Mestra em Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. E-mail: anacarolinapadua@usp.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9835945829261038>.

⁶ Graduanda em Turismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: isabela.ayra.oliveira@usp.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0017970460544751>.



encuestados durante el programa de intercambio. Los resultados obtenidos permitieron cuestionar el programa de intercambio *au pair*, demostrando que no encaja, del todo, con las ideas de un programa de intercambio cultural, presentando fallas y permitiendo compararlo con una forma de trabajo explorado.

Palabras clave: *Au Pair*. Intercambio cultural. Trabajo. Estados Unidos.

1. Introdução e Revisão de Literatura

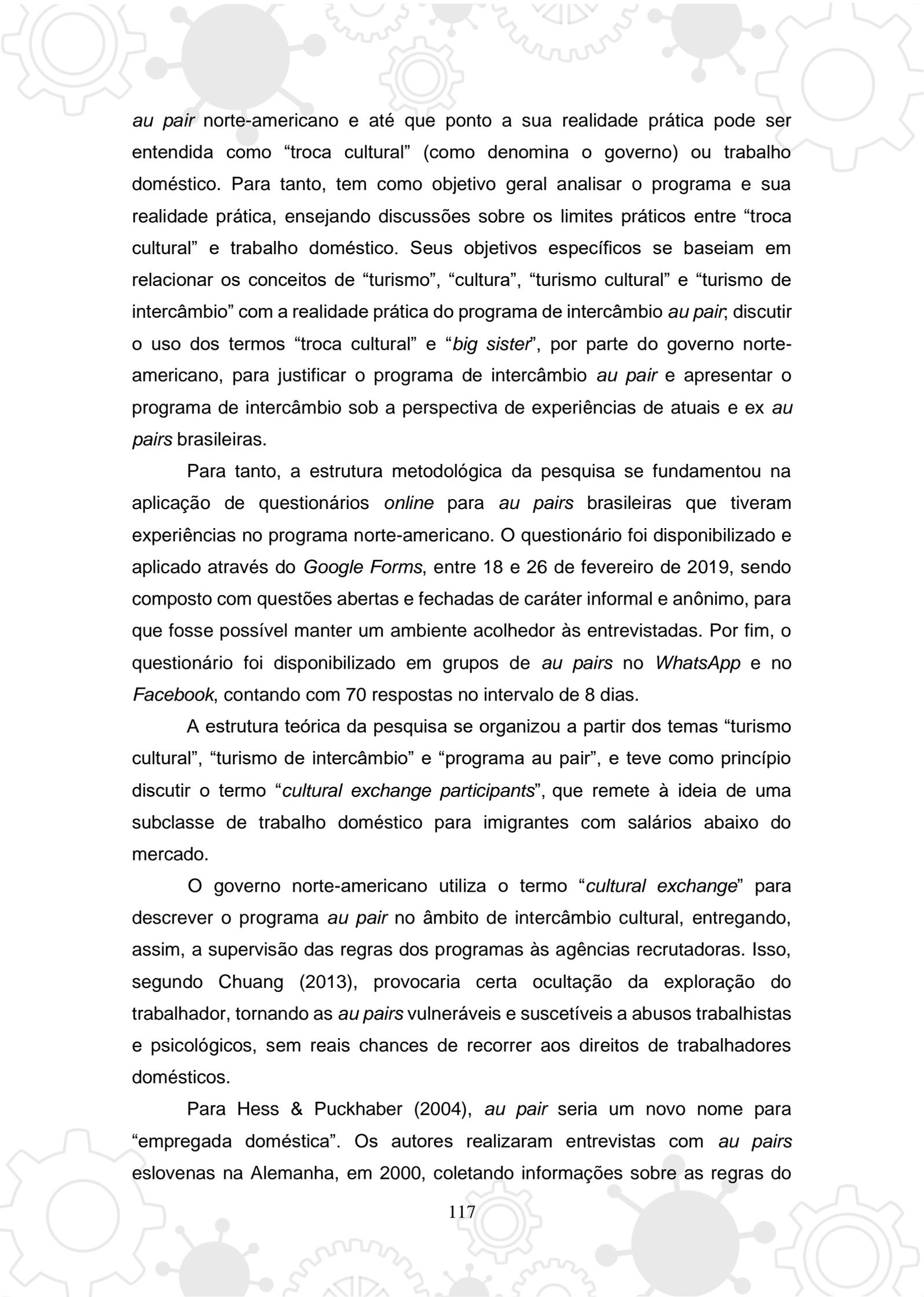
O aumento crescente e significativo do número de turistas no mundo está atrelado à diversificação do perfil econômico, expectativas e motivações do viajante, além de mudanças no cenário social, tecnológico e demográfico mundial (Carvão, 2010). O início do turismo moderno nos anos 1950 e o seu desenvolvimento nas últimas quatro décadas tem sido excepcional, considerando que o número de turistas internacionais aumentou de 25 para mais de 500 milhões de turistas. Nesse mesmo período, o número de chegadas de turistas internacionais teve taxa média de crescimento anual de mais de 7%. Só nos anos 1980, as chegadas internacionais cresceram para 42% (Rita, 1995).

O programa de intercâmbio *au pair* foi criado em meio a esse cenário, na década de 1980 e, desde então, vem ganhando popularidade, principalmente na última década por meio de redes sociais e sites, nos quais *ex-au pairs* compartilham experiências, dicas e até mesmo a rotina cotidiana. O programa está presente em países como Estados Unidos, Alemanha, Holanda e França, cada qual com suas regras regulamentadas pelo governo local (Mousinho, 2019).

Nesse mesmo período, o governo norte-americano criou o projeto com a intenção de oferecer um programa de intercâmbio cultural para possíveis interessados em trabalhar e estudar no país. Durante a experiência, o participante trabalharia como *babysitter* e realizaria cursos custeados pela família anfitriã, além de receber pagamentos semanais (Collins, 1986).

Atualmente, o governo norte-americano conta com 15 agências regulamentadas e exclusivamente voltadas para *au pairs*. No Brasil, existem três agências (Cultural Care, Experimento e Gx Intercâmbio) que ajudam no processo, desde a entrevista até o embarque para os Estados Unidos, contando também com agências intermediadoras (International Au Pair Association).

Neste contexto, o presente trabalho surge a partir do principal questionamento sobre quais são as características do programa de intercâmbio



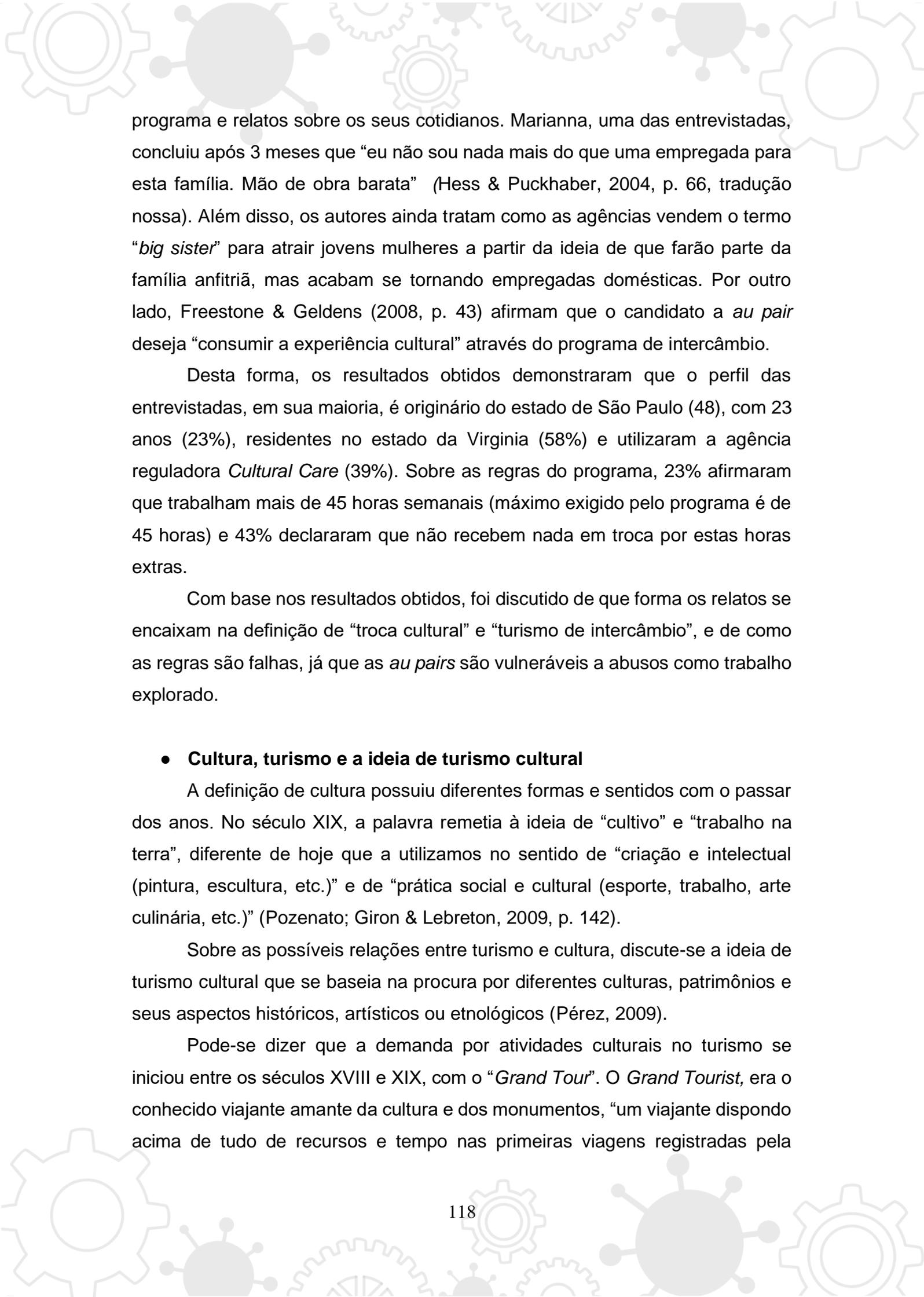
au pair norte-americano e até que ponto a sua realidade prática pode ser entendida como “troca cultural” (como denomina o governo) ou trabalho doméstico. Para tanto, tem como objetivo geral analisar o programa e sua realidade prática, ensejando discussões sobre os limites práticos entre “troca cultural” e trabalho doméstico. Seus objetivos específicos se baseiam em relacionar os conceitos de “turismo”, “cultura”, “turismo cultural” e “turismo de intercâmbio” com a realidade prática do programa de intercâmbio *au pair*, discutir o uso dos termos “troca cultural” e “*big sister*”, por parte do governo norte-americano, para justificar o programa de intercâmbio *au pair* e apresentar o programa de intercâmbio sob a perspectiva de experiências de atuais e ex *au pairs* brasileiras.

Para tanto, a estrutura metodológica da pesquisa se fundamentou na aplicação de questionários *online* para *au pairs* brasileiras que tiveram experiências no programa norte-americano. O questionário foi disponibilizado e aplicado através do *Google Forms*, entre 18 e 26 de fevereiro de 2019, sendo composto com questões abertas e fechadas de caráter informal e anônimo, para que fosse possível manter um ambiente acolhedor às entrevistadas. Por fim, o questionário foi disponibilizado em grupos de *au pairs* no *WhatsApp* e no *Facebook*, contando com 70 respostas no intervalo de 8 dias.

A estrutura teórica da pesquisa se organizou a partir dos temas “turismo cultural”, “turismo de intercâmbio” e “programa *au pair*”, e teve como princípio discutir o termo “*cultural exchange participants*”, que remete à ideia de uma subclasse de trabalho doméstico para imigrantes com salários abaixo do mercado.

O governo norte-americano utiliza o termo “*cultural exchange*” para descrever o programa *au pair* no âmbito de intercâmbio cultural, entregando, assim, a supervisão das regras dos programas às agências recrutadoras. Isso, segundo Chuang (2013), provocaria certa ocultação da exploração do trabalhador, tornando as *au pairs* vulneráveis e suscetíveis a abusos trabalhistas e psicológicos, sem reais chances de recorrer aos direitos de trabalhadores domésticos.

Para Hess & Puckhaber (2004), *au pair* seria um novo nome para “empregada doméstica”. Os autores realizaram entrevistas com *au pairs* eslovenas na Alemanha, em 2000, coletando informações sobre as regras do



programa e relatos sobre os seus cotidianos. Marianna, uma das entrevistadas, concluiu após 3 meses que “eu não sou nada mais do que uma empregada para esta família. Mão de obra barata” (Hess & Puckhaber, 2004, p. 66, tradução nossa). Além disso, os autores ainda tratam como as agências vendem o termo “*big sister*” para atrair jovens mulheres a partir da ideia de que farão parte da família anfitriã, mas acabam se tornando empregadas domésticas. Por outro lado, Freestone & Geldens (2008, p. 43) afirmam que o candidato a *au pair* deseja “consumir a experiência cultural” através do programa de intercâmbio.

Desta forma, os resultados obtidos demonstraram que o perfil das entrevistadas, em sua maioria, é originário do estado de São Paulo (48), com 23 anos (23%), residentes no estado da Virgínia (58%) e utilizaram a agência reguladora *Cultural Care* (39%). Sobre as regras do programa, 23% afirmaram que trabalham mais de 45 horas semanais (máximo exigido pelo programa é de 45 horas) e 43% declararam que não recebem nada em troca por estas horas extras.

Com base nos resultados obtidos, foi discutido de que forma os relatos se encaixam na definição de “troca cultural” e “turismo de intercâmbio”, e de como as regras são falhas, já que as *au pairs* são vulneráveis a abusos como trabalho explorado.

- **Cultura, turismo e a ideia de turismo cultural**

A definição de cultura possuiu diferentes formas e sentidos com o passar dos anos. No século XIX, a palavra remetia à ideia de “cultivo” e “trabalho na terra”, diferente de hoje que a utilizamos no sentido de “criação e intelectual (pintura, escultura, etc.)” e de “prática social e cultural (esporte, trabalho, arte culinária, etc.)” (Pozenato; Giron & Lebreton, 2009, p. 142).

Sobre as possíveis relações entre turismo e cultura, discute-se a ideia de turismo cultural que se baseia na procura por diferentes culturas, patrimônios e seus aspectos históricos, artísticos ou etnológicos (Pérez, 2009).

Pode-se dizer que a demanda por atividades culturais no turismo se iniciou entre os séculos XVIII e XIX, com o “*Grand Tour*”. O *Grand Tourist*, era o conhecido viajante amante da cultura e dos monumentos, “um viajante dispondo acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registradas pela

historiografia da prática social de viajar por puro prazer e por amor à cultura” (Salgueiro, 2002, p. 291).

As viagens foram crescendo, alavancadas pelo avanço da Revolução Industrial, dos transportes à vapor e das conquistas trabalhistas (sobretudo relacionadas ao surgimento da ideia de tempo livre, em contraposição ao tempo de trabalho). Por volta do século XIX, nasce a indústria turística com agências de viagens, guias, hotéis e itinerários (Pérez, 2009).

Entende-se por turismo cultural a busca pela “atividade, experiência, formato do produto turístico, motivação ou fator chave para a viagem e/ou forma de realizar a atividade cultural” (Zeppel & Hall, 1991 *apud* Pérez, 2009, p. 110). Neste sentido, na medida em que a experiência turística proporciona vivências sociais e culturais, entende-se que na oferta do turismo cultural prevê-se produtos que pressupõem experiências e sensações diversas, alavancados pelo marketing experiencial. O turista, na prática do turismo cultural, consome experiências e sensações, ao invés de meros produtos e serviços (Pérez, 2009).

- **Turismo de intercâmbio e o programa *Au Pair***

O termo “turista de intercâmbio” ganhou relevância durante a década de 1990, sendo aquele que busca “consumir” a experiência cultural como estudante de intercâmbio. Os modos “experiencial”, “experimental” e “existencial” correspondem às intensidades variadas com as quais o turista deseja uma experiência autêntica do outro (Freestone & Geldens, 2008).

Para Uriely (2001) existem quatro tipos de turistas voltadas ao trabalho com base em suas experiências: os migrantes trabalhadores do turismo; os que “viajam a fim de ganhar a vida” e divertirem-se; os turistas trabalhadores não institucionalizados e os turistas de trabalho-férias, que são os programas regulamentados pelo próprio intercâmbio. Nesta última categoria, insere-se o programa de intercâmbio *au pair*, regulamentado pelo governo dos Estados Unidos.

O termo *au pair* vem do francês “ao par” ou “igual”, remetendo à ideia de que haja a troca de igual para igual entre o intercambista e a família. Atualmente, há 15 agências regulamentadas pelo governo norte-americano para *au pairs* (J1 Visa State).

Na agência regularizada para dar andamento ao processo de intercâmbio no Brasil, o candidato deve realizar uma entrevista em inglês e poderá ser aprovado se atingir, pelo menos, o nível intermediário da língua. Neste processo, também são questionados aspectos relacionados à família do candidato, seus *hobbies*, expectativas em relação ao intercâmbio e experiências anteriores com cuidado de crianças. Essas informações coletadas estarão disponíveis para a família no portal da agência *Au Pair Care*.

O resultado da possível aprovação geralmente é divulgado após 3 dias da entrevista, juntamente com acesso ao portal da agência *Au Pair Care*. Neste portal, o participante terá que preencher informações pessoais e profissionais, para iniciar o processo de encontro com a futura família que o receberá em seu intercâmbio nos Estados Unidos.

A *International Au Pair Association* (IAPA) é uma agência regulamentadora com 170 membros, em 45 países no mundo, que tem como finalidade oferecer suporte para a *au pair* através das regras e direitos do programa. A IAPA foi criada com a função de criar códigos de conduta e diretrizes internacionalmente reconhecidas para proteger os interesses e deveres de *au pairs* e *host-families* (família), a fim de proporcionar uma experiência positiva (International Au Pair Association).

A agência responsável pelo *au pair* envia, uma vez ao mês, um formulário de acompanhamento para a *au pair*, verificando se esta permanece seguindo as regras estipuladas pelo programa. Caso algumas destas regras sejam violadas, a *au pair* deverá informar a sua *Area Director*⁷ para que sejam tomadas possíveis providências. O *Area Director* trabalha para a agência americana e tem como responsabilidade intermediar e analisar ambos os lados, da *host-family* e da *au pair* (*Au Pair Care*).

Além disso, o *Area Director* é responsável por promover encontros mensais entre as *au pairs*, proporcionando momentos de lazer e confraternização, seja para participar de um piquenique, jogo de beisebol, cozinhar uma sobremesa para Ação de Graças, dentre outras possibilidades. Esses encontros ajudam as *au pairs* conhecerem mais sobre a cultura americana e dos outros participantes de diferentes países e nacionalidades.

⁷ *Au Pair Care. Overview*. Recuperado de: <<https://www.aupaircare.com/host-families/program-overview>>. Acesso em 10 de set. 2020.

A Lei *Public diplomacy and exchanges*⁸ descreve os deveres e direitos da *au pair* e da *host-family* envolvida no processo do intercâmbio. No entanto, de um modo geral, percebe-se um entendimento, no texto da lei, do programa como um emprego e não um intercâmbio, na medida em que são poucas as menções sobre atividades de estudos.

De acordo com as informações da Lei de Diplomacia Pública e Intercâmbios do Departamento de Estado dos Estados Unidos, descreve-se o programa *au pair* como: “(...) oportunidade de viver com uma família-anfitriã americana e participar diretamente da vida doméstica da família-anfitriã” (*Department of State*, § 62.31, p. 286, tradução nossa). Logo, percebe-se a forma como o governo americano introduz a ideia de troca cultural, com o estrangeiro podendo vivenciar o dia-a-dia de uma família americana e, assim, apresentar um pouco sobre sua cultura também.

Na mesma seção da lei, é mencionado que a carga horária de trabalho do *au pair* não deve ultrapassar 10 horas diárias. No entanto, não é descrito o valor de pagamento por hora de trabalho, somente os direitos e deveres dentro do programa.

2. Procedimentos metodológicos

Com objetivo de cumprir com os objetivos propostos pela pesquisa, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionários *online*. Para efeito de levantamento de dados, a pesquisa bibliográfica foi realizada em periódicos acadêmicos em línguas inglesa e portuguesa, com foco nos seguintes temas: cultura, turismo cultural, turismo de intercâmbio e o programa *au pair*.

A pesquisa documental foi realizada através de consultas em sites oficiais do governo norte-americano, como o Departamento de Estado e a *International Au Pair Association*, a agência reguladora do programa.

Os relatos de *ex-au pairs* e *au pairs* foram coletados por meio de questionário *online* disponibilizado no *Google Forms*, a fim de analisar suas

⁸ Department of State > Public diplomacy and exchanges > § 62.31. Au Pair. Recuperado de: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CFR-2012-title22-vol1/pdf/CFR-2012-title22-vol1-sec62-31.pdf>. Acesso em 28 ago. 2020.

experiências no programa de intercâmbio em questão. Segundo Peterson (1994), com a pesquisa qualitativa é possível “identificar toda a gama de questões, visões e atitudes que poderiam ser investigadas em uma pesquisa de grande escala” (Peterson, 1994 *apud* Veal, 2011, p. 203).

O questionário *online* teve como principal objetivo apresentar o programa sob a perspectiva da *au pair*, oportunizando que relatassem suas experiências pessoais, inseguranças e opiniões sobre possíveis melhorias que poderiam ser aplicadas no programa de intercâmbio. O questionário - elaborado pela plataforma *Google Forms* - contou com 15 perguntas, sendo 7 dissertativas e 8 múltiplas escolhas de modo que se pudesse compreender a origem das *au pairs*, onde moravam no momento da pesquisa, qual agência contratada para os seus intercâmbios, quantas crianças assistiam, dentre outras. A pesquisa também contou com duas perguntas abertas, que solicitaram que as respondentes compartilhassem uma situação positiva e/ou negativa de seus intercâmbios e o que poderia ser mudado no programa *au pair*.

O questionário foi disponibilizado em grupos de *au pairs* do Facebook (como Au Pair - Grupão do Amor ❤️, que conta com mais de 29 mil membros) e do *WhatsApp* (como Au Pairs DMV, Au Pair Virginia e Au Pairs in USA). Ainda, ficou disponível por 8 dias, entre 18 a 26 de fevereiro de 2019, totalizando a coleta de 70 questionários válidos.

Para a auxílio na análise das respostas coletadas, foi utilizado o software *Iramuteq* com objetivo de categorizar as palavras-chaves e os discursos que mais se repetiram nas respostas. Ainda, para análise de dados consultou-se o “2015 Au Pair Program Annual Reports Analysis” - um anuário publicado pelo governo norte-americano que realizou uma pesquisa com *host-families* e *au pairs*, de modo que se compreende se o programa está sendo seguido, quais são as maiores dificuldades culturais enfrentadas, entre outras questões.

3. Resultados e Discussão

As informações coletadas referentes aos perfis das respondentes foram relacionadas a: estado de origem, idade, agência brasileira contratada para dar andamento ao programa de intercâmbio *au pair*, número e idade das crianças

assistidas durante o intercâmbio, respeito às regras do programa, inseguranças e relatos diversos (através de questão aberta).

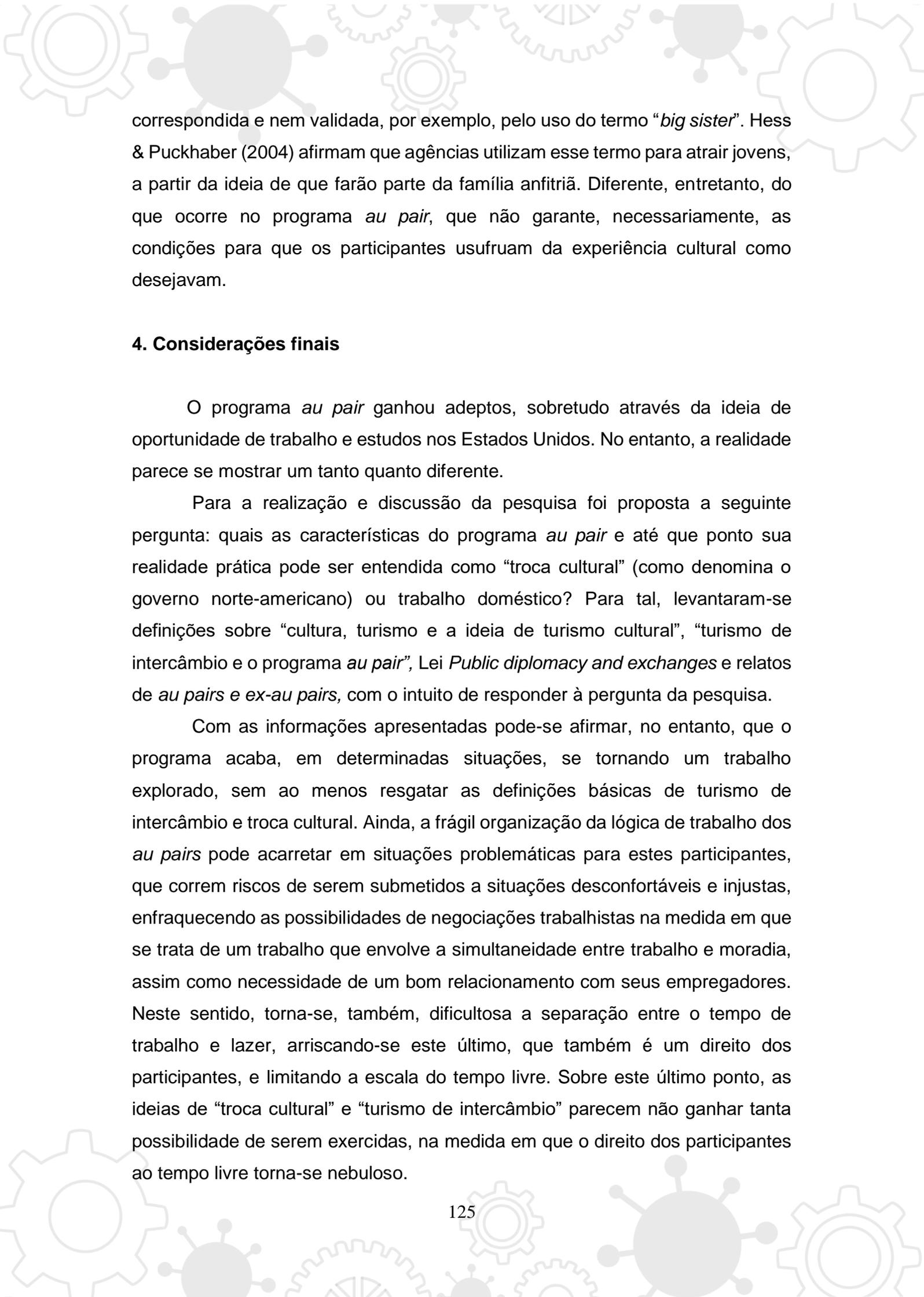
O programa nos Estados Unidos é regulamentado por 15 agências oficiais do governo norte-americano. Nos dados coletados pelo questionário, entretanto, são citadas cinco destas agências, com 39% das respondentes utilizando a agência Cultural Care, 31% a *Au Pair In America*, 27% a *Au Pair Care* e 1% a *Child Care* e a *Expert Au Pair*, cada.

Quando questionadas sobre a quantidade de horas trabalhadas, 76% das respondentes afirmam que não ultrapassam as horas estipuladas pelo programa (de até 45 horas semanais), enquanto que 23% afirmam que ultrapassam. Segundo as respondentes, 46% disseram que trabalham entre 40 a 45 horas, 23% entre 35 a 40 horas, 18% entre 30 a 35 horas, 8% mais de 45 horas e 4% menos de 30 horas semanais. Se ultrapassadas as horas, 57% afirmam que recebem a diferença em seus salários ou combinam com a família outros arranjos, enquanto que 43% não recebem nada em troca.

Questionadas sobre as inseguranças enfrentadas durante o programa de intercâmbio, 82% das respondentes afirmam sentirem-se seguras, 11% inseguras e 3% não responderam. Entre as situações de insegurança declaradas, destacam-se casos como receio de violência sexual, falta de privacidade por conta de câmeras espalhadas pela casa e sensação de vigilância constante.

A partir dessas inseguranças e situações problemáticas, questionou-se se as respondentes recorreram às autoridades responsáveis, com 75% declarando que não, 24% não responderam e somente 1% procurando ajuda. Esta respondente declarou que recorreu às autoridades e, entretanto, a denúncia não foi levada adiante pela *area director*, que ignorou a situação.

De forma geral, percebe-se que a maioria das respondentes acabam sujeitos a situações diversas, que esbarram em fatos como choque cultural, barreiras de idioma e por não estarem no seu país de origem. A Figura 1 apresenta uma análise das principais palavras identificadas nos relatos das respondentes sobre os pontos positivos e negativos de suas experiências. Observa-se que “família” foi a palavra que se destaca, juntamente com “criança”. Contudo, há grande variância entre as palavras apresentadas como “oportunidade”, “viagem”, “experiência”, “*rematch*” e “trabalhar”.



correspondida e nem validada, por exemplo, pelo uso do termo “*big sister*”. Hess & Puckhaber (2004) afirmam que agências utilizam esse termo para atrair jovens, a partir da ideia de que farão parte da família anfitriã. Diferente, entretanto, do que ocorre no programa *au pair*, que não garante, necessariamente, as condições para que os participantes usufruam da experiência cultural como desejavam.

4. Considerações finais

O programa *au pair* ganhou adeptos, sobretudo através da ideia de oportunidade de trabalho e estudos nos Estados Unidos. No entanto, a realidade parece se mostrar um tanto quanto diferente.

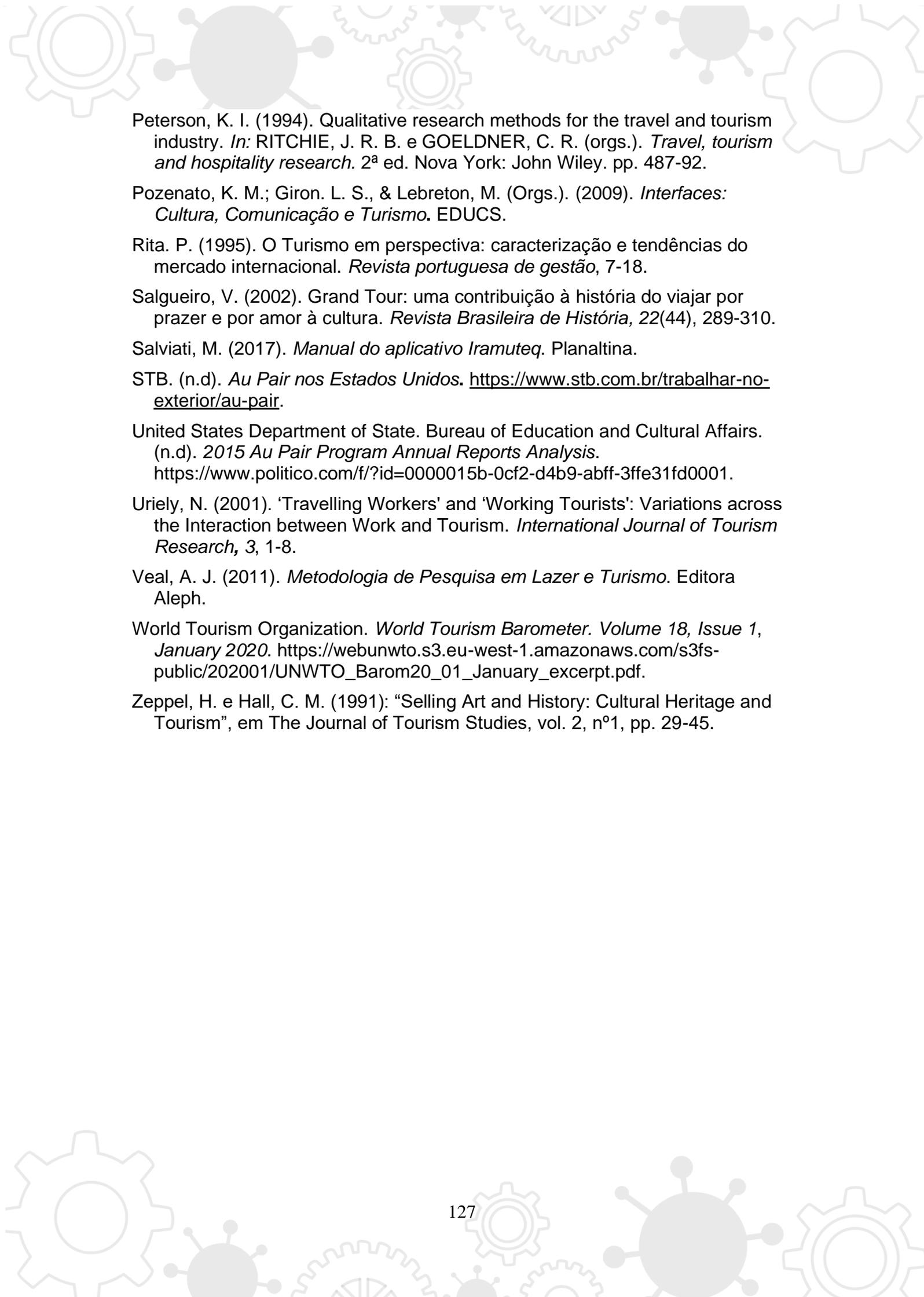
Para a realização e discussão da pesquisa foi proposta a seguinte pergunta: quais as características do programa *au pair* e até que ponto sua realidade prática pode ser entendida como “troca cultural” (como denomina o governo norte-americano) ou trabalho doméstico? Para tal, levantaram-se definições sobre “cultura, turismo e a ideia de turismo cultural”, “turismo de intercâmbio e o programa *au pair*”, Lei *Public diplomacy and exchanges* e relatos de *au pairs* e *ex-au pairs*, com o intuito de responder à pergunta da pesquisa.

Com as informações apresentadas pode-se afirmar, no entanto, que o programa acaba, em determinadas situações, se tornando um trabalho explorado, sem ao menos resgatar as definições básicas de turismo de intercâmbio e troca cultural. Ainda, a frágil organização da lógica de trabalho dos *au pairs* pode acarretar em situações problemáticas para estes participantes, que correm riscos de serem submetidos a situações desconfortáveis e injustas, enfraquecendo as possibilidades de negociações trabalhistas na medida em que se trata de um trabalho que envolve a simultaneidade entre trabalho e moradia, assim como necessidade de um bom relacionamento com seus empregadores. Neste sentido, torna-se, também, dificultosa a separação entre o tempo de trabalho e lazer, arriscando-se este último, que também é um direito dos participantes, e limitando a escala do tempo livre. Sobre este último ponto, as ideias de “troca cultural” e “turismo de intercâmbio” parecem não ganhar tanta possibilidade de serem exercidas, na medida em que o direito dos participantes ao tempo livre torna-se nebuloso.

A partir destas reflexões e questionamentos, chega-se à conclusão de que a lógica de trabalho do programa de intercâmbio *au pair* necessita de revisões sistematizadas, juntamente com sua organização e controle. Por fim, não se trata de finalizar o programa *au pair*, e sim, de se atentar em como suas regras são frágeis e, eventualmente, favorecidas somente a um grupo.

Referências bibliográficas

- Au Pair Care. (n.d.). *Overview*. <https://www.aupaircare.com/host-families/program-overview>.
- Au Pair Care. (n.d.). *Program Costs*. <https://www.aupaircare.com/host-families/program-costs>.
- Carvão, S. (2010). Tendências do turismo internacional. *Exedra Revista Científica*, 4, 17-32.
- Chuang, J. A. (2013). The U.S. Au Pair Program: Labor Exploitation and the Myth of Cultural Exchange. *Harvard Journal of Law & Gender*, 36, (2), 269-344.
- Collins, G. (1986, Junho 11). *Au Pair in America: First Group Arrives*. New York Times. <https://www.nytimes.com/1986/06/11/garden/au-pair-in-america-first-group-arrives.html>.
- Department of State > Public diplomacy and exchanges > § 62.31. *Au Pair*. <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CFR-2012-title22-vol1/pdf/CFR-2012-title22-vol1-sec62-31.pdf>.
- Facebook. Grupo Au pair - Grupão do Amor ❤️. (n.d). Grupo do Facebook. Retirado em setembro 20, 2020, de <https://www.facebook.com/groups/aupairdoamor>.
- Freestone, P., & Geldens, P. (2008). For More than Just the Postcard: Student exchange as a tourist experience?. *Annals of Leisure Research*, 11(1-2), 41-56.
- Hess, S., & Puckhaber, A. (2004). "Big sisters" are better domestic servants?! Comments on the booming au pair business. *Feminist Review*, 77(1), 65-78.
- International Au Pair Association. (n.d). *Our member*. <https://www.iapa.org/our-members/>.
- J1 Visa State. (n.d). *Designated Sponsor Organizations*. <https://j1visa.state.gov/participants/how-to-apply/sponsor-search/?program=Au%20Pair&state=any>.
- Mousinho, A. A. (2019). *Au pairs* brasileiras e suas rotas desviantes: história oral e vidas móveis. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo.
- Pérez, X. (2009). *Turismo Cultural: uma visão antropológica*. Turismo Cultural. Colección PASOS.

- 
- Peterson, K. I. (1994). Qualitative research methods for the travel and tourism industry. In: RITCHIE, J. R. B. e GOELDNER, C. R. (orgs.). *Travel, tourism and hospitality research*. 2ª ed. Nova York: John Wiley. pp. 487-92.
- Pozenato, K. M.; Giron, L. S., & Lebreton, M. (Orgs.). (2009). *Interfaces: Cultura, Comunicação e Turismo*. EDUCS.
- Rita, P. (1995). O Turismo em perspectiva: caracterização e tendências do mercado internacional. *Revista portuguesa de gestão*, 7-18.
- Salgueiro, V. (2002). Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*, 22(44), 289-310.
- Salviati, M. (2017). *Manual do aplicativo Iramuteq*. Planaltina.
- STB. (n.d). *Au Pair nos Estados Unidos*. <https://www.stb.com.br/trabalhar-no-exterior/au-pair>.
- United States Department of State. Bureau of Education and Cultural Affairs. (n.d). *2015 Au Pair Program Annual Reports Analysis*. <https://www.politico.com/f/?id=0000015b-0cf2-d4b9-abff-3ffe31fd0001>.
- Uriely, N. (2001). 'Travelling Workers' and 'Working Tourists': Variations across the Interaction between Work and Tourism. *International Journal of Tourism Research*, 3, 1-8.
- Veal, A. J. (2011). *Metodologia de Pesquisa em Lazer e Turismo*. Editora Aleph.
- World Tourism Organization. *World Tourism Barometer. Volume 18, Issue 1, January 2020*. https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/202001/UNWTO_Barom20_01_January_excerpt.pdf.
- Zeppel, H. e Hall, C. M. (1991): "Selling Art and History: Cultural Heritage and Tourism", em *The Journal of Tourism Studies*, vol. 2, nº1, pp. 29-45.

Consequências da pandemia da COVID-19 na vida das mulheres no setor de eventos: uma perspectiva de classe, raça e gênero

Consequences of the covid-19 pandemic on the life of women in the events sector: a class, race and gender perspective

Consecuencias de la pandemia covid-19 en la vida de las mujeres del sector de eventos: una perspectiva de clase, raza y género

Christila Oliveira de Santana¹
Giovanna Oliveira Neres de Albuquerque²
Paula Fernandes Furbino Bretas³

Resumo: Com o advento da pandemia da covid-19, se fez necessário o cancelamento dos eventos para conter os avanços da pandemia, impactando a vida dos trabalhadores do segmento de eventos que ficaram sem renda e impossibilitados de trabalhar em um primeiro momento. A presente pesquisa aborda como as mulheres trabalhadoras de eventos estão enfrentando a pandemia, considerando o contexto de gênero, raça e classe que permeiam suas vidas e refletem no contexto laboral, pois as desigualdades que atingem essas mulheres fazem com que haja diferentes impactos para cada grupo social.

Palavras-chave: Mulheres. Eventos. Trabalho. Desigualdade.

Abstract: With the advent of the covid-19 pandemic, it was necessary to cancel the events to contain the advances of the pandemic, impacting the lives of workers in the event segment who were left without income and unable to work at first. how women workers in events are facing the pandemic, considering the context of gender, race and class that permeate their lives and reflect in the work context, as the inequalities that affect these women cause different impacts for each social group.

Keywords: Women. Events. Work. Inequality.

Resumen: Con el advenimiento de la pandemia covid-19, fue necesario cancelar los eventos para contener los avances de la pandemia, impactando la vida de los trabajadores del segmento de eventos que se quedaron sin ingresos y sin poder trabajar en un principio. Los hechos que están enfrentando la pandemia, considerando el contexto de género, raza y clase que permean sus vidas y se reflejan en el contexto laboral, ya que las desigualdades que afectan a estas mujeres provocan diferentes impactos para cada grupo social.

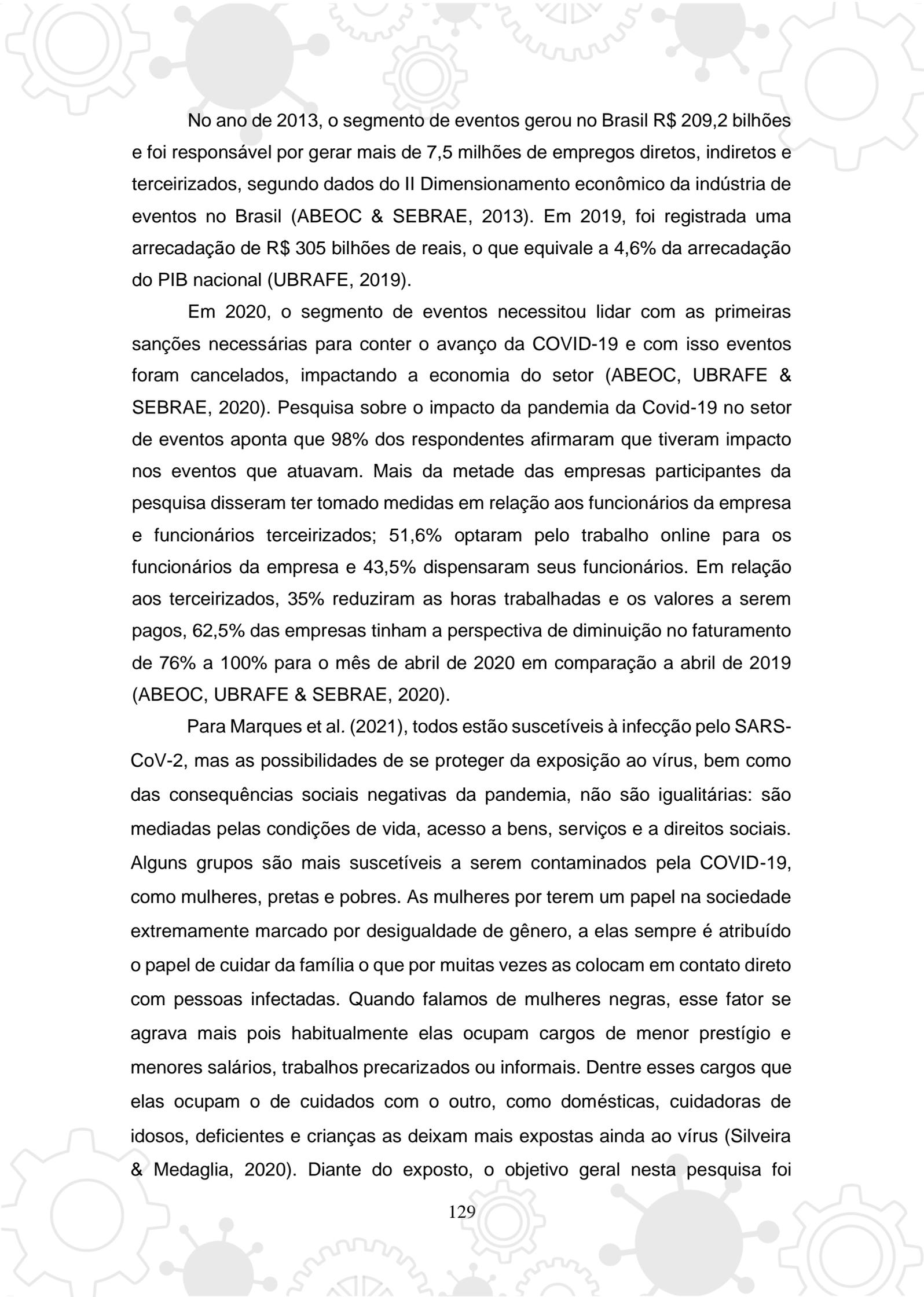
Palabras clave: Mujeres. Eventos. Trabajo. Desigualdad.

1. Introdução e Revisão da Literatura

¹ Graduanda de Tecnologia em Eventos; Instituto Federal de Brasília; Brasília – Distrito Federal; <http://lattes.cnpq.br/4410225736217893>; christila.santana@hotmail.com.br

² Graduanda de Tecnologia em Eventos; Instituto Federal de Brasília; Brasília – Distrito Federal; giovannaneres@hotmail.com

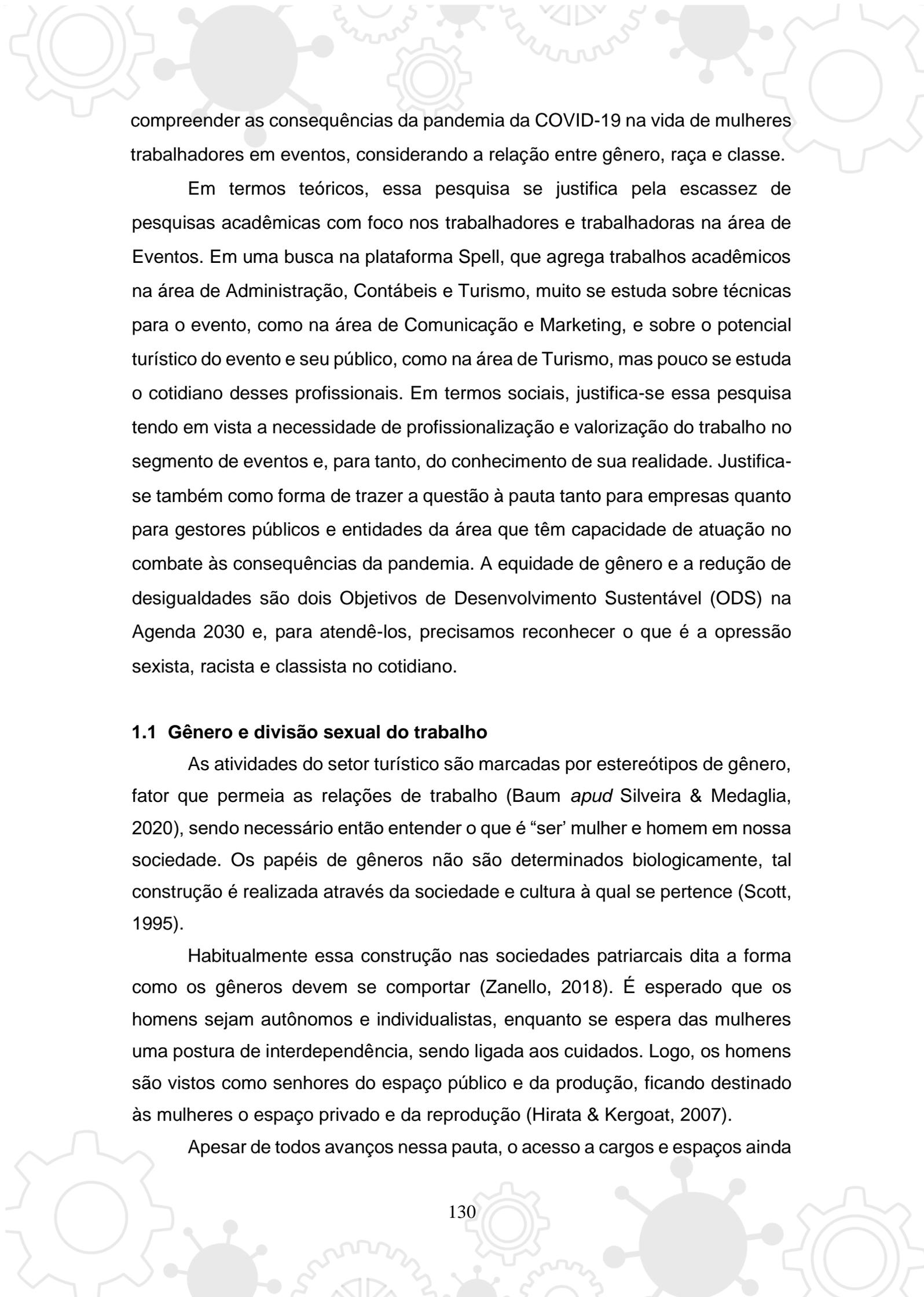
³ Mestra em Administração (UFMG), graduada em Administração (PUC Minas) e graduada em Comunicação Social (PUC Minas); Instituto Federal de Brasília; Brasília – Distrito Federal; <http://lattes.cnpq.br/4637687387433353>; paula.bretas@ifb.edu.br.



No ano de 2013, o segmento de eventos gerou no Brasil R\$ 209,2 bilhões e foi responsável por gerar mais de 7,5 milhões de empregos diretos, indiretos e terceirizados, segundo dados do II Dimensionamento econômico da indústria de eventos no Brasil (ABEOC & SEBRAE, 2013). Em 2019, foi registrada uma arrecadação de R\$ 305 bilhões de reais, o que equivale a 4,6% da arrecadação do PIB nacional (UBRAFE, 2019).

Em 2020, o segmento de eventos necessitou lidar com as primeiras sanções necessárias para conter o avanço da COVID-19 e com isso eventos foram cancelados, impactando a economia do setor (ABEOC, UBRAFE & SEBRAE, 2020). Pesquisa sobre o impacto da pandemia da Covid-19 no setor de eventos aponta que 98% dos respondentes afirmaram que tiveram impacto nos eventos que atuavam. Mais da metade das empresas participantes da pesquisa disseram ter tomado medidas em relação aos funcionários da empresa e funcionários terceirizados; 51,6% optaram pelo trabalho online para os funcionários da empresa e 43,5% dispensaram seus funcionários. Em relação aos terceirizados, 35% reduziram as horas trabalhadas e os valores a serem pagos, 62,5% das empresas tinham a perspectiva de diminuição no faturamento de 76% a 100% para o mês de abril de 2020 em comparação a abril de 2019 (ABEOC, UBRAFE & SEBRAE, 2020).

Para Marques et al. (2021), todos estão suscetíveis à infecção pelo SARS-CoV-2, mas as possibilidades de se proteger da exposição ao vírus, bem como das consequências sociais negativas da pandemia, não são igualitárias: são mediadas pelas condições de vida, acesso a bens, serviços e a direitos sociais. Alguns grupos são mais suscetíveis a serem contaminados pela COVID-19, como mulheres, pretas e pobres. As mulheres por terem um papel na sociedade extremamente marcado por desigualdade de gênero, a elas sempre é atribuído o papel de cuidar da família o que por muitas vezes as colocam em contato direto com pessoas infectadas. Quando falamos de mulheres negras, esse fator se agrava mais pois habitualmente elas ocupam cargos de menor prestígio e menores salários, trabalhos precarizados ou informais. Dentre esses cargos que elas ocupam o de cuidados com o outro, como domésticas, cuidadoras de idosos, deficientes e crianças as deixam mais expostas ainda ao vírus (Silveira & Medaglia, 2020). Diante do exposto, o objetivo geral nesta pesquisa foi



compreender as consequências da pandemia da COVID-19 na vida de mulheres trabalhadores em eventos, considerando a relação entre gênero, raça e classe.

Em termos teóricos, essa pesquisa se justifica pela escassez de pesquisas acadêmicas com foco nos trabalhadores e trabalhadoras na área de Eventos. Em uma busca na plataforma Spell, que agrega trabalhos acadêmicos na área de Administração, Contábeis e Turismo, muito se estuda sobre técnicas para o evento, como na área de Comunicação e Marketing, e sobre o potencial turístico do evento e seu público, como na área de Turismo, mas pouco se estuda o cotidiano desses profissionais. Em termos sociais, justifica-se essa pesquisa tendo em vista a necessidade de profissionalização e valorização do trabalho no segmento de eventos e, para tanto, do conhecimento de sua realidade. Justifica-se também como forma de trazer a questão à pauta tanto para empresas quanto para gestores públicos e entidades da área que têm capacidade de atuação no combate às consequências da pandemia. A equidade de gênero e a redução de desigualdades são dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030 e, para atendê-los, precisamos reconhecer o que é a opressão sexista, racista e classista no cotidiano.

1.1 Gênero e divisão sexual do trabalho

As atividades do setor turístico são marcadas por estereótipos de gênero, fator que permeia as relações de trabalho (Baum *apud* Silveira & Medaglia, 2020), sendo necessário então entender o que é “ser” mulher e homem em nossa sociedade. Os papéis de gêneros não são determinados biologicamente, tal construção é realizada através da sociedade e cultura à qual se pertence (Scott, 1995).

Habitualmente essa construção nas sociedades patriarcais dita a forma como os gêneros devem se comportar (Zanello, 2018). É esperado que os homens sejam autônomos e individualistas, enquanto se espera das mulheres uma postura de interdependência, sendo ligada aos cuidados. Logo, os homens são vistos como senhores do espaço público e da produção, ficando destinado às mulheres o espaço privado e da reprodução (Hirata & Kergoat, 2007).

Apesar de todos avanços nessa pauta, o acesso a cargos e espaços ainda

são marcados por gênero. Mulheres possuem mais tempo de educação formal e são maioria no ensino superior, entretanto ainda não é possível superar a desigualdade de gênero, pois mulheres ainda possuem rendimentos médios inferiores aos dos homens, visto que elas ainda dedicam mais tempo às tarefas domésticas (Biroli, 2016).

1.2 Interseccionalidade

Segundo Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade é

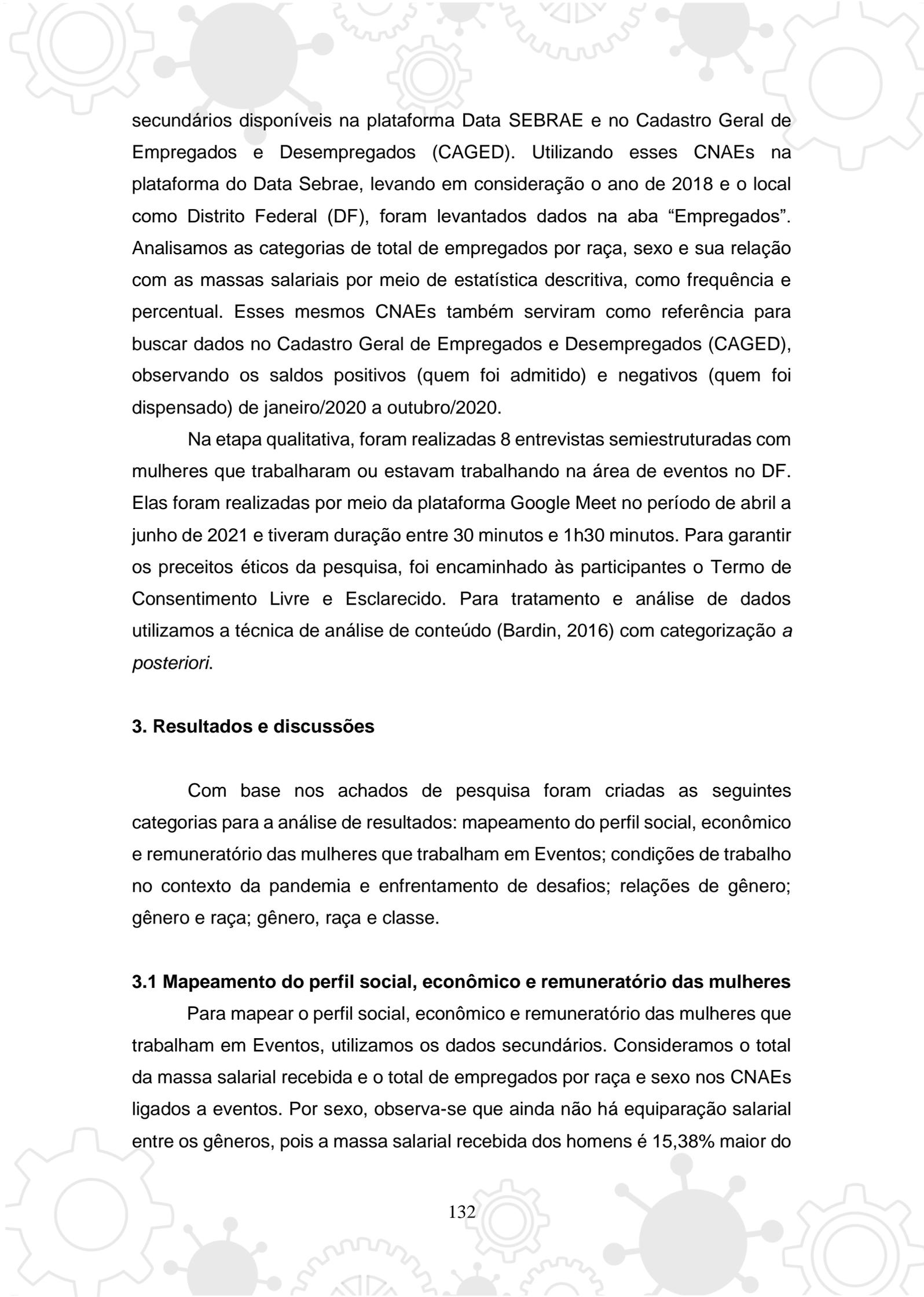
uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

A interseccionalidade não se restringe a múltiplas identidades, primordialmente é definida como “uma lente analítica sobre a interação estrutural e seus efeitos políticos legais” (Akotirene, 2019, p. 37). Mulheres negras enfrentam barreiras sexistas e raciais sobrepostas. Ao pensarmos em uma pesquisa ou análises que se direcione a esse grupo, se faz necessário pensar em marcadores de gênero e raça, pois ao invisibilizar algum desses marcadores, a pesquisa ou análise estará agindo como coparticipante da discriminação e reforçando a opressão que o feminismo combate ou a que o antirracismo combate (Akotirene, 2019).

2. Procedimentos metodológicos

Enquanto metodologia, esta pesquisa se classifica como exploratória (Gil, 2002), por buscar dados de uma área pouco consolidada de forma independente. O Turismo possui como suas atividades características as ACTs. Eventos é considerada uma atividade dentro da ACT cultura e lazer do Turismo. Portanto, era necessário criar um referencial metodológico para trabalhar com dados específicos da área de eventos. Para tanto, foram analisados e categorizados 20 códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE como representantes das empresas da área de Eventos.

Fizemos uma pesquisa de campo quantitativa e qualitativa para atender ao objetivo de pesquisa. Na etapa quantitativa, foram coletados dados



secundários disponíveis na plataforma Data SEBRAE e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Utilizando esses CNAEs na plataforma do Data Sebrae, levando em consideração o ano de 2018 e o local como Distrito Federal (DF), foram levantados dados na aba “Empregados”. Analisamos as categorias de total de empregados por raça, sexo e sua relação com as massas salariais por meio de estatística descritiva, como frequência e percentual. Esses mesmos CNAEs também serviram como referência para buscar dados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), observando os saldos positivos (quem foi admitido) e negativos (quem foi dispensado) de janeiro/2020 a outubro/2020.

Na etapa qualitativa, foram realizadas 8 entrevistas semiestruturadas com mulheres que trabalharam ou estavam trabalhando na área de eventos no DF. Elas foram realizadas por meio da plataforma Google Meet no período de abril a junho de 2021 e tiveram duração entre 30 minutos e 1h30 minutos. Para garantir os preceitos éticos da pesquisa, foi encaminhado às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para tratamento e análise de dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016) com categorização *a posteriori*.

3. Resultados e discussões

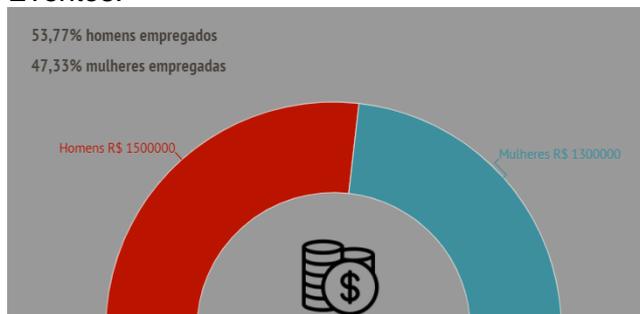
Com base nos achados de pesquisa foram criadas as seguintes categorias para a análise de resultados: mapeamento do perfil social, econômico e remuneratório das mulheres que trabalham em Eventos; condições de trabalho no contexto da pandemia e enfrentamento de desafios; relações de gênero; gênero e raça; gênero, raça e classe.

3.1 Mapeamento do perfil social, econômico e remuneratório das mulheres

Para mapear o perfil social, econômico e remuneratório das mulheres que trabalham em Eventos, utilizamos os dados secundários. Consideramos o total da massa salarial recebida e o total de empregados por raça e sexo nos CNAEs ligados a eventos. Por sexo, observa-se que ainda não há equiparação salarial entre os gêneros, pois a massa salarial recebida dos homens é 15,38% maior do

que a das mulheres. Além disso, a quantidade de homens empregados também é maior no setor de eventos, conforme exemplifica a figura 1:

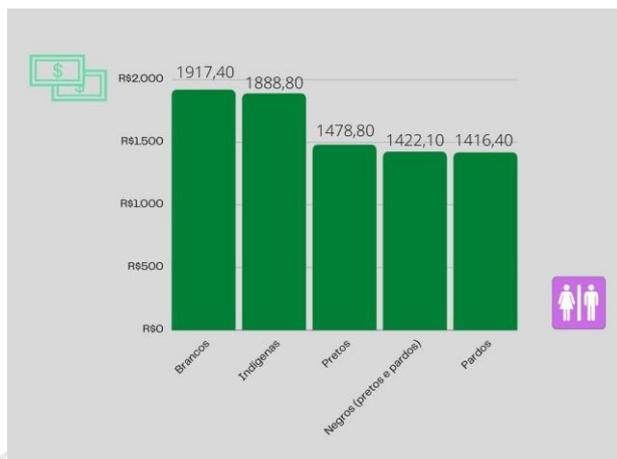
Figura 1. Análise por sexo sobre a massa salarial dos trabalhadores da área de Eventos.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Data Sebrae (2020).

Em termos de raça, percebemos que 40,90% dos empregados são pessoas pardas, 38,28% brancas, 4,11% pretas, 0,52% indígenas, 0,35% amarelas e 14,83% não identificaram a raça. Observamos que há uma questão de colonialismo no setor de serviços, salientada pelo motivo das pessoas brancas não serem a maioria ocupando esses espaços (Barbosa, 2016), pois geralmente são espaços com menor renda. Apesar das pessoas brancas não serem a maioria no setor de eventos, quando ocupam esses espaços, têm uma remuneração aproximadamente 35% maior do que a soma das pessoas negras (pretas e pardas), como mostra a figura 2, ao ilustrar a diferença entre as médias salariais recebidas tanto por homens quanto por mulheres ao se considerar a raça:

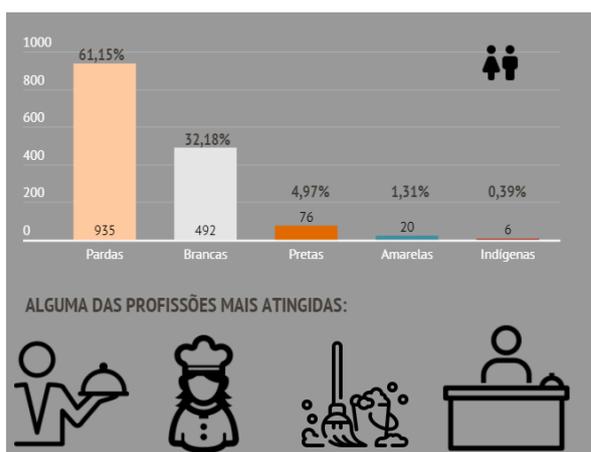
Figura 2. Análise por raça da média salarial dos trabalhadores da área de Eventos.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Data Sebrae (2020).

Para analisar as consequências da pandemia nas ocupações relacionadas a eventos, utilizou-se os saldos de demissões e contratações do CAGED, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) por raça e por sexo. Os principais resultados encontrados mostram que no total houve 2.163 pessoas demitidas na área. Porém, as pessoas pardas foram as que tiveram o maior impacto de demissões, representando 61,15% de pessoas demitidas, conforme evidencia a figura 3:

Figura 3. Análise por raça, sexo e CBO dos trabalhadores da área de Eventos.

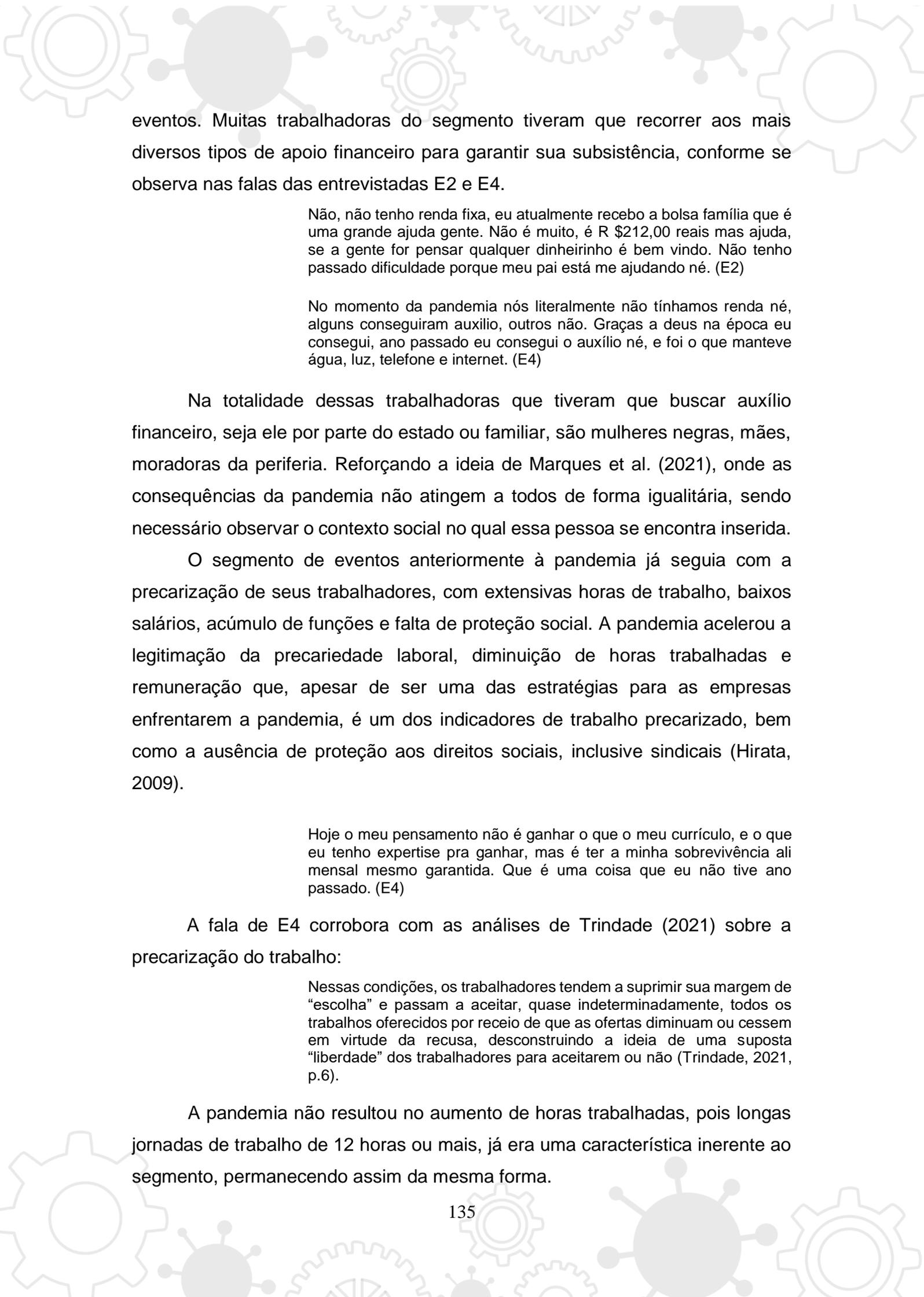


Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do CAGED (2020).

Por fim, ao analisar o sexo feminino em relação à CBO, é percebido que as ocupações mais atingidas envolvem cozinheiras, faxineiras, atendentes de lanchonete, recepcionistas, recreadoras e operadoras de caixa. Já sobre o sexo masculino, vê-se que faxineiros, garçons, cozinheiros, promotores de venda e barmans foram as ocupações mais impactadas. Percebemos assim que, mesmo a área de eventos tendo sido impactada como um todo, as ocupações de nível operacional e menor renda foram as mais atingidas pela pandemia.

3.2 Condições de trabalho no contexto da pandemia e enfrentamento de desafios

As medidas de segurança tomadas por parte do poder público para conter o avanço da COVID-19, apesar de necessárias, acarretaram em demissões, fechamento de empresas e perda total da renda para os trabalhadores de



eventos. Muitas trabalhadoras do segmento tiveram que recorrer aos mais diversos tipos de apoio financeiro para garantir sua subsistência, conforme se observa nas falas das entrevistadas E2 e E4.

Não, não tenho renda fixa, eu atualmente recebo a bolsa família que é uma grande ajuda gente. Não é muito, é R \$212,00 reais mas ajuda, se a gente for pensar qualquer dinheirinho é bem vindo. Não tenho passado dificuldade porque meu pai está me ajudando né. (E2)

No momento da pandemia nós literalmente não tínhamos renda né, alguns conseguiram auxílio, outros não. Graças a deus na época eu consegui, ano passado eu consegui o auxílio né, e foi o que manteve água, luz, telefone e internet. (E4)

Na totalidade dessas trabalhadoras que tiveram que buscar auxílio financeiro, seja ele por parte do estado ou familiar, são mulheres negras, mães, moradoras da periferia. Reforçando a ideia de Marques et al. (2021), onde as consequências da pandemia não atingem a todos de forma igualitária, sendo necessário observar o contexto social no qual essa pessoa se encontra inserida.

O segmento de eventos anteriormente à pandemia já seguia com a precarização de seus trabalhadores, com extensivas horas de trabalho, baixos salários, acúmulo de funções e falta de proteção social. A pandemia acelerou a legitimação da precariedade laboral, diminuição de horas trabalhadas e remuneração que, apesar de ser uma das estratégias para as empresas enfrentarem a pandemia, é um dos indicadores de trabalho precarizado, bem como a ausência de proteção aos direitos sociais, inclusive sindicais (Hirata, 2009).

Hoje o meu pensamento não é ganhar o que o meu currículo, e o que eu tenho expertise pra ganhar, mas é ter a minha sobrevivência ali mensal mesmo garantida. Que é uma coisa que eu não tive ano passado. (E4)

A fala de E4 corrobora com as análises de Trindade (2021) sobre a precarização do trabalho:

Nessas condições, os trabalhadores tendem a suprimir sua margem de “escolha” e passam a aceitar, quase indeterminadamente, todos os trabalhos oferecidos por receio de que as ofertas diminuam ou cessem em virtude da recusa, desconstruindo a ideia de uma suposta “liberdade” dos trabalhadores para aceitarem ou não (Trindade, 2021, p.6).

A pandemia não resultou no aumento de horas trabalhadas, pois longas jornadas de trabalho de 12 horas ou mais, já era uma característica inerente ao segmento, permanecendo assim da mesma forma.

Então lógico, tem dia que a gente trabalha 12,14,16 horas. Tem dia que a gente consegue trabalhar 4,5 horas, mas assim hoje na pandemia por eu ter voltado da agência eu consigo não trabalhar no final de semana em alguns casos. Mas eu praticamente trabalho das 8 da manhã até o horário que for preciso. Por exemplo, ontem eu iniciei a minha jornada cinco da manhã porque eu tinha evento no Rio em Brasília, iniciei minha jornada de trabalho às cinco da manhã e terminei uma e meia da madrugada, então depende mesmo da demanda. (E4)

O impacto da falta de eventos, do fechamento, do lockdown, pra mim mim foi muito grande porque eu trabalhava com muita coisa entendeu, na sexta-feira eu fazia roadie, sábado hora do almoço eu estava tocando em uma feijoada, eu saía de lá e fazia bartender em uma balada, domingo à tarde tinha um sunset onde eu fazia roadie de novo, aí tirava folga só na segunda-feira, na terça-feira trabalhava no meu trabalho regular, aí quando dava 5 horas da tarde entregava o trabalho e ia para o estúdio, pra ensaiar ou escrever projeto, ter reunião de projeto, esse tipo de coisa sabe. (E3)

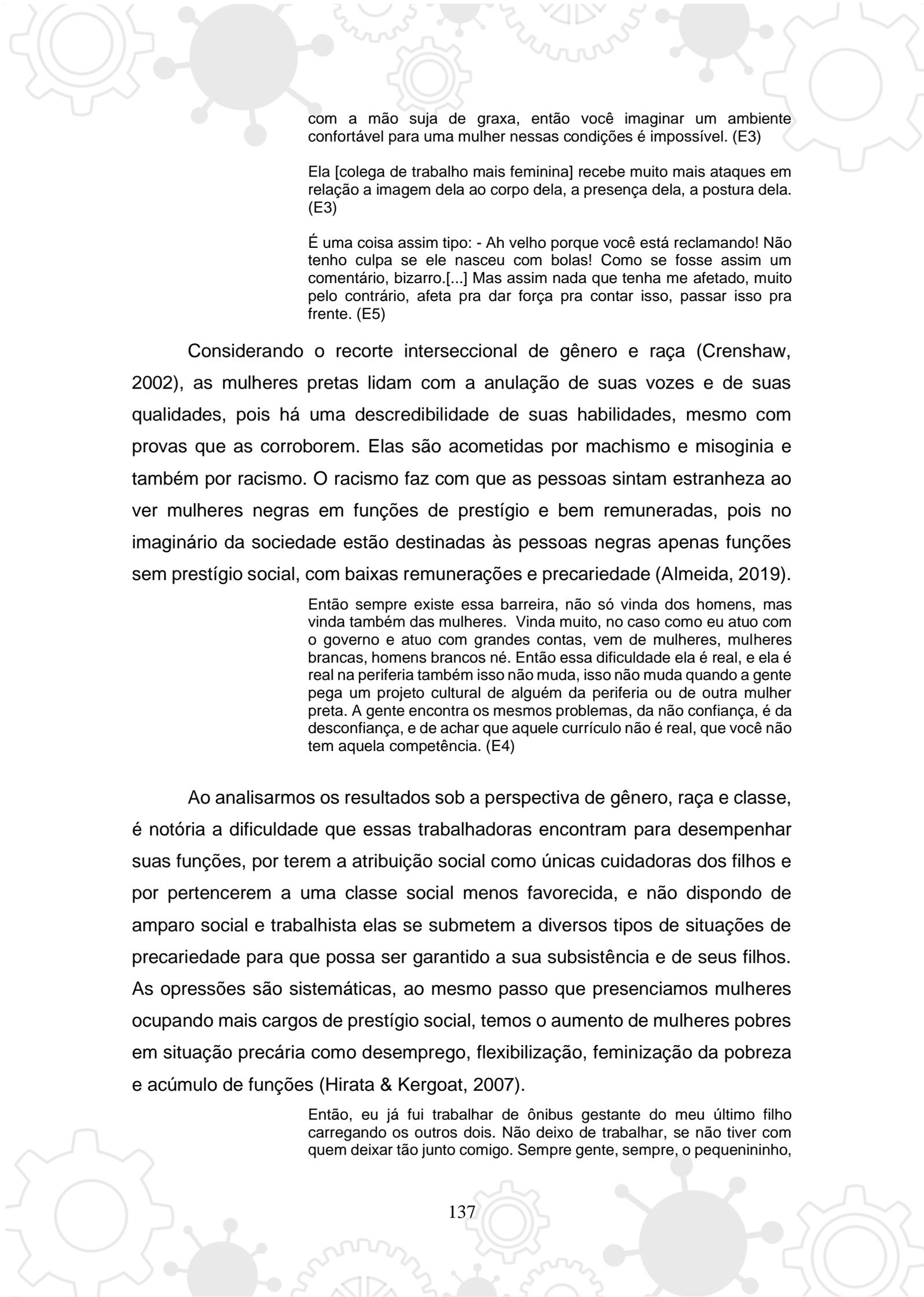
3.3 Relações de gênero; gênero e raça; gênero, raça e classe

As relações de gênero também permeiam as relações de trabalho em eventos, ficando clara a divisão sexual de trabalho, que ao homem é reservada a esfera pública, os trabalhos de maior prestígio social e às mulheres é reservado o espaço privado (Hirata & Kergoat, 2007). Trazendo para a realidade de eventos, os trabalhos de menor prestígio são ligados às "atribuições femininas". E mesmo os trabalhos de maior prestígio precisam ser validados por um homem, conforme relato da entrevistada:

E aí nós entramos em um embate que é isso, assim ele está num lugar tão confortável que pra ele não fazia diferença sabe. Mas quando eu não colocava o nome dele na ficha técnica ele dava um jeito de colocar sem passar por mim. Isso eu fiz num teste, eu não fiz sem querer, ou por maldade ou porque não era a minha prática, eu fiz de propósito. Teve um dia que eu estava escrevendo um projeto e eu coloquei só meu nome na ficha técnica, e ele ia revisar esse projeto, aí ele foi e adicionou. (E6)

Na área técnica do backstage, a masculinização se mostra mais enraizada e mais latente que em outras funções no segmento de eventos, pois se trata na maioria das vezes de trabalhos que requerem força física e habilidades técnicas específicas, atribuições socialmente designadas aos homens. Foi observada uma maior hostilidade por parte dos homens colegas de trabalho, tornando o ambiente nocivo a essas trabalhadoras.

Principalmente na área da graxa, na área do backstage, é que como eu expliquei o cenário, o sistema da graxa ele funciona de um jeito diferente, é esse sistema está sendo sustentado e alimentado eternamente por homens extremamente machistas, é broncos, é brutos



com a mão suja de graxa, então você imaginar um ambiente confortável para uma mulher nessas condições é impossível. (E3)

Ela [colega de trabalho mais feminina] recebe muito mais ataques em relação a imagem dela ao corpo dela, a presença dela, a postura dela. (E3)

É uma coisa assim tipo: - Ah velho porque você está reclamando! Não tenho culpa se ele nasceu com bolas! Como se fosse assim um comentário, bizarro.[...] Mas assim nada que tenha me afetado, muito pelo contrário, afeta pra dar força pra contar isso, passar isso pra frente. (E5)

Considerando o recorte interseccional de gênero e raça (Crenshaw, 2002), as mulheres pretas lidam com a anulação de suas vozes e de suas qualidades, pois há uma incredibilidade de suas habilidades, mesmo com provas que as corroborem. Elas são acometidas por machismo e misoginia e também por racismo. O racismo faz com que as pessoas sintam estranheza ao ver mulheres negras em funções de prestígio e bem remuneradas, pois no imaginário da sociedade estão destinadas às pessoas negras apenas funções sem prestígio social, com baixas remunerações e precariedade (Almeida, 2019).

Então sempre existe essa barreira, não só vinda dos homens, mas vinda também das mulheres. Vinda muito, no caso como eu atuo com o governo e atuo com grandes contas, vem de mulheres, mulheres brancas, homens brancos né. Então essa dificuldade ela é real, e ela é real na periferia também isso não muda, isso não muda quando a gente pega um projeto cultural de alguém da periferia ou de outra mulher preta. A gente encontra os mesmos problemas, da não confiança, é da desconfiança, e de achar que aquele currículo não é real, que você não tem aquela competência. (E4)

Ao analisarmos os resultados sob a perspectiva de gênero, raça e classe, é notória a dificuldade que essas trabalhadoras encontram para desempenhar suas funções, por terem a atribuição social como únicas cuidadoras dos filhos e por pertencerem a uma classe social menos favorecida, e não dispor de amparo social e trabalhista elas se submetem a diversos tipos de situações de precariedade para que possa ser garantido a sua subsistência e de seus filhos. As opressões são sistemáticas, ao mesmo passo que presenciamos mulheres ocupando mais cargos de prestígio social, temos o aumento de mulheres pobres em situação precária como desemprego, flexibilização, feminização da pobreza e acúmulo de funções (Hirata & Kergoat, 2007).

Então, eu já fui trabalhar de ônibus gestante do meu último filho carregando os outros dois. Não deixo de trabalhar, se não tiver com quem deixar tão junto comigo. Sempre gente, sempre, o pequenininho,

o primeiro trabalho dele, ele tinha 3 meses que foi o[...] foram dois dias, foi sábado e domingo e ele estava comigo no camarim, lá junto. (E2)

4. Considerações finais

O objetivo nesta pesquisa foi compreender as consequências da pandemia da covid - 19 na vida de mulheres trabalhadoras em eventos, considerando a relação entre gênero, raça e classe. Para tanto, abordou-se as temáticas de perfil social, econômico e remuneratório dessas mulheres, identificando as condições de trabalho no contexto da pandemia e enfrentamento de desafios, observando as relações de gênero raça e classe e como elas perpassam a vida dessas mulheres no contexto laboral. Foram utilizados na presente pesquisa os métodos de pesquisa exploratória e qualitativa.

Como principais resultados, observou-se que o ambiente de trabalho do setor ainda é marcado por misoginia e racismo. Trabalhadoras que possuíam formação superior ou técnica conseguiram retornar ao trabalho em eventos seja de forma direta ou indireta e as funções mais precarizadas são ocupadas majoritariamente por mulheres, mães e negras. Portanto, essa pesquisa contribuiu com a produção de conhecimento sobre a situação das mulheres no setor de eventos, com recorte da pandemia da covid - 19 e evidenciamento da pauta trazendo o tema à reflexão. Entretanto, algumas limitações foram encontradas, tais como escassez de dados sobre os trabalhadores do setor. Inexistência de sindicato, organização ou órgão para obtenção de dados de dimensionamento dos trabalhadores de eventos no Distrito Federal, limitação de mobilidade por conta da COVID-19.

Referências bibliográficas

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Associação Brasileira de Empresas de Eventos [ABEOC], & Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE] (2013). // *Dimensionamento econômico da indústria de eventos no Brasil*. <http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2014/10/II-dimensionamento-setor-eventos-abeoc-sebrae-171014.pdf>
- Associação Brasileira de Empresas de Eventos [ABEOC], & União Brasileira dos produtores de feira [UBRAFE], & Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE] (2020). *Impactos recentes do coronavírus*

no segmento de turismo de negócios e

http://eventos.https://abeoc.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Pesquisa-impacto-do-coronav%C3%ADrus-UGE-e-Competitividade_v28_4f.pdf

- Barbosa, A. (2016). O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 2016
- Bardin, L. (2006). Análise de conteúdo. São Paulo, 70.
- Biroli, F. (2016). Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 59 (3), 719-681.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 4.
- Hirata, H. (2009). A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, 11(21), 24-41.
- Hirata, H, & Kergoat, D. (2007). Novas Configurações Da Divisão Sexual Do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Marques, A., Sorentino, I., Rodrigues, J., Machin, R., Oliveira, E. & Couto, M. (2021). O impacto da Covid-19 em grupos marginalizados: contribuições da interseccionalidade como perspectiva teórico-política. *Interface (Botucatu)*, 25(1). <https://doi.org/10.1590/Interface.200712>
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação & Realidade*, 15(2), 71-99.
- Silveira, C. & Medaglia, J. (2020). Distância entre cargos e salários de homens e mulheres: influência do gênero no mercado de trabalho do turismo. *Turismo: Estudos & Práticas (UERJ)*, Mossoró/RN, 9(2), 1-14.
- Trindade, H. (2021). A contrarreforma trabalhista e as tendências da precarização do trabalho no Brasil. *Emancipação*, 21, 1-18. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.21.2015178.008>
- União Brasileira dos produtores de feira [UBRAFE]. (2019). *Impacto e resultados dos eventos com foco em geração de negócios no estado de São Paulo*. <https://ubrafe.org.br/download/ubrafeimpactoeeventosfinal.pdf>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processo de subjetivação*. Appris.



Desigualdade de gênero e trabalho no turismo rural: uma Revisão Integrativa da Literatura em dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação da área do Turismo no Brasil

Gender inequality and work in rural tourism: an Integrative Literature Review of dissertations and thesis defended in Tourism Postgraduate Programs in Brazil

Desigualdad de género y trabajo en el turismo rural: una revisión bibliográfica integradora de disertaciones y tesis defendidas en programas de postgrado en el área de turismo en Brasil

Natália Araújo de Oliveira¹
Priscilla Teixeira da Silva²

Resumo: O turismo é conhecido por ser um setor que reforça estereótipos de gênero e que tem em sua base uma profunda desigualdade entre homens e mulheres. No Turismo Rural, as relações trabalho/família/lazer são alteradas com a introdução da atividade e, embora haja a inserção das mulheres, é importante refletir sobre o aumento da carga de trabalho e a reprodução da forma tradicional da divisão sexual do trabalho (Lunardi et al., 2015). Nesse sentido, o artigo tem por objetivo verificar as desigualdades de gênero apontadas nas pesquisas sobre turismo rural em dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação (PPGs) com área básica em turismo no Brasil, analisando-as à luz do documento *Desigualdades de género en el mercado laboral turístico* da *Alba Sud*, a partir de uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL). Os resultados mostram que, entre os anos de 2000 a 2020, foram defendidas cinco (0,30%) dissertações sobre gênero e trabalho no contexto do turismo rural. Acerca das desigualdades de gênero abordadas, as pesquisas mostraram como os negócios familiares aumentam a carga de trabalho feminina, como as mulheres continuam realizando também o trabalho doméstico e que as atividades vinculadas aos papéis de gênero feminino são realizadas pelas mulheres na atividade.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero. Trabalho. Turismo Rural. Programas de Pós-Graduação na área do Turismo no Brasil.

Abstract: Tourism is a sector that reinforces gender stereotypes and has at its base a deep inequality between men and women. In Rural Tourism, work/family/leisure relations are altered with the introduction of the activity and, although there is the insertion of women, it is important to reflect about the increase of the workload and the reproduction of the traditional form of sexual division of labor (Lunardi et al., 2015). In this sense, the article aims to verify the gender inequalities pointed out in research on rural tourism in dissertations and theses defended in Postgraduate Programs (PPGs) with basic area in tourism in Brazil, analyzing them in the light of the document *Desigualdades de género en el mercado laboral turístico* of *Alba Sud*, from an *Integrative Literature Review*. The results show that between the years 2000 to 2020, five (0.30%) dissertations were defended on gender and work in the context of rural tourism. About the gender inequalities addressed, the research showed how family businesses increase the female

¹ Doutora em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, oliveira.natalia@outlook.com <http://lattes.cnpq.br/8304405222993892>.

² Mestre em Turismo, Universidade Federal de Pelotas, priscilla.cet@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/1780959516307874>.

workload, how women continue to perform domestic work as well, and that activities linked to female gender roles are performed by women in the activity.

Keywords: Gender Inequality. Labor. Rural Tourism. Postgraduate Programs in Tourism in Brazil.

Resumen: Se sabe que el turismo es un sector que refuerza los estereotipos de género y tiene en su base una profunda desigualdad entre hombres y mujeres. En el turismo rural, las relaciones trabajo/familia/ocio se modifican con la introducción de la actividad y, aunque existe la inserción de la mujer, es importante reflexionar sobre el aumento de la carga de trabajo y la reproducción de la forma tradicional de división sexual del trabajo (Lunardi et al., 2015). En este sentido, el artículo tiene como objetivo verificar las desigualdades de género señaladas en investigaciones sobre turismo rural en disertaciones y tesis defendidas en Programas de Postgrado (PPGs) con área básica en turismo en Brasil, analizándolas a la luz del documento Desigualdades de género en el mercado laboral turístico da Alba Sud, a partir de una Revisión Integradora de la Literatura (RIL). Los resultados muestran que entre los años 2000 y 2020 se defendieron cinco (0,30%) disertaciones sobre género y trabajo en el contexto del turismo rural. En cuanto a las desigualdades de género abordadas, la investigación mostró cómo las empresas familiares aumentan la carga de trabajo femenina, cómo las mujeres también siguen realizando el trabajo doméstico y que las actividades vinculadas a los roles de género femeninos son realizadas por mujeres en la actividad.

Palabras clave: Desigualdad de género. Trabajo. Turismo rural. Programas de Postgrado en el área de Turismo en Brasil.

1. Introdução

Segundo P. T da Silva et al. (2020), até julho de 2020, 1.618 dissertações e 39 teses haviam sido defendidas nos treze Programas de Pós-Graduação com área básica em Turismo no Brasil. Destas, 37 dissertações discutiam gênero (2,28%)³. Entre os tópicos apresentados, a maioria abordava *mercado de trabalho* (12), tendo como foco turismo rural (5), hospitalidade (2), hotelaria (2), empreendedorismo (1), eventos (1) e assédio (1).

A partir desse cenário, o presente trabalho está interessado nas pesquisas ali categorizadas como turismo rural, isto é, as investigações com maior retorno quando se triangula os temas gênero, trabalho e turismo. Nesse sentido, o objetivo do artigo é verificar as desigualdades de gênero apontadas nas pesquisas sobre turismo rural em dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação (PPGs) com área básica em turismo no Brasil. Ademais, pretende-se investigar as instituições em que os trabalhos foram defendidos, o ano das defesas, a trajetória acadêmica dos autores e orientadores e a metodologia utilizada nas pesquisas. Todas estas informações foram

³ Segundo os autores, não foi encontrada nenhuma tese sobre gênero.

levantadas a fim de compreender se há algum campo de estudo embrionário ou se são apenas pesquisas dispersas. A pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, sendo fundamentada em dados consolidados resultantes de uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL).

As desigualdades de gênero serão aqui analisadas à luz do documento *Desigualdades de género en el mercado laboral turístico*, lançado em 2021 pelo projeto *Plataforma de investigación en turismo, derechos humanos y equidad de género sobre América Latina* da Alba Sud⁴ (Calvet et al., 2021). No documento, 15 discriminações por gênero no mercado de trabalho do turismo são discutidas, sendo apresentadas posteriormente.

Inicialmente, o referencial teórico é apresentado, trazendo conceitos chave para a análise proposta, com explicações a respeito das 15 discriminações por gênero que ocorrem no mercado de trabalho turístico a partir do já citado documento. Em seguida, os procedimentos metodológicos usados para a RIL são abordados. O próximo tópico revela os resultados encontrados, agregado à discussão a literatura consolidada da área. Por fim, as considerações finais são apresentadas.

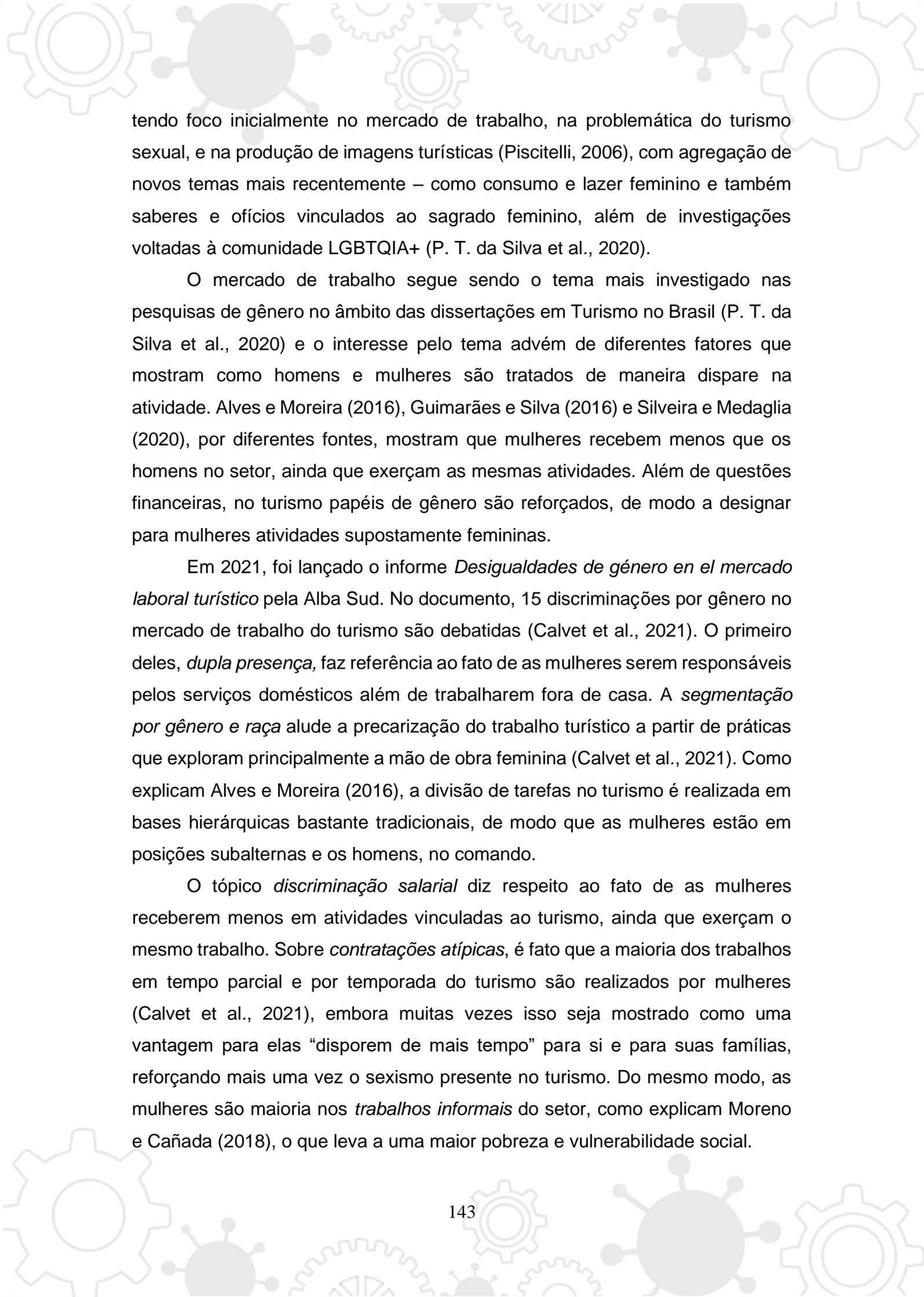
2. Revisão de literatura

Ainda que sempre traga números vultosos, o turismo é conhecido por ser um setor de trabalho precarizado (Cañada, 2020), que reforça estereótipos de gênero⁵ e que tem em sua base uma profunda desigualdade entre homens e mulheres, seguindo os padrões de desigualdade sistemática existente na sociedade atual. No turismo, os papéis de gênero são reforçados, de modo que às identidades femininas são outorgadas tarefas vinculadas ao cuidado e à limpeza.

Apesar do conhecimento dessa fragilidade do turismo, o tema ainda é pouco abordado na academia nacional. É na década de 1980 que as investigações que abordam gênero no turismo começaram a ser realizadas,

⁴ Alba Sud é um centro independente de investigação especializado em turismo fundado em Barcelona em 2002. Conta com colaboradores e colaboradoras em vários países da América Latina (Albasud, 2021).

⁵ Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais a partir das diferenças percebidas entre os sexos, tendo como base discussões de poder (Scott, 1995). Como conceito, surge em meados dos anos 1970 e amplia-se nas ciências a partir dos anos 1980.

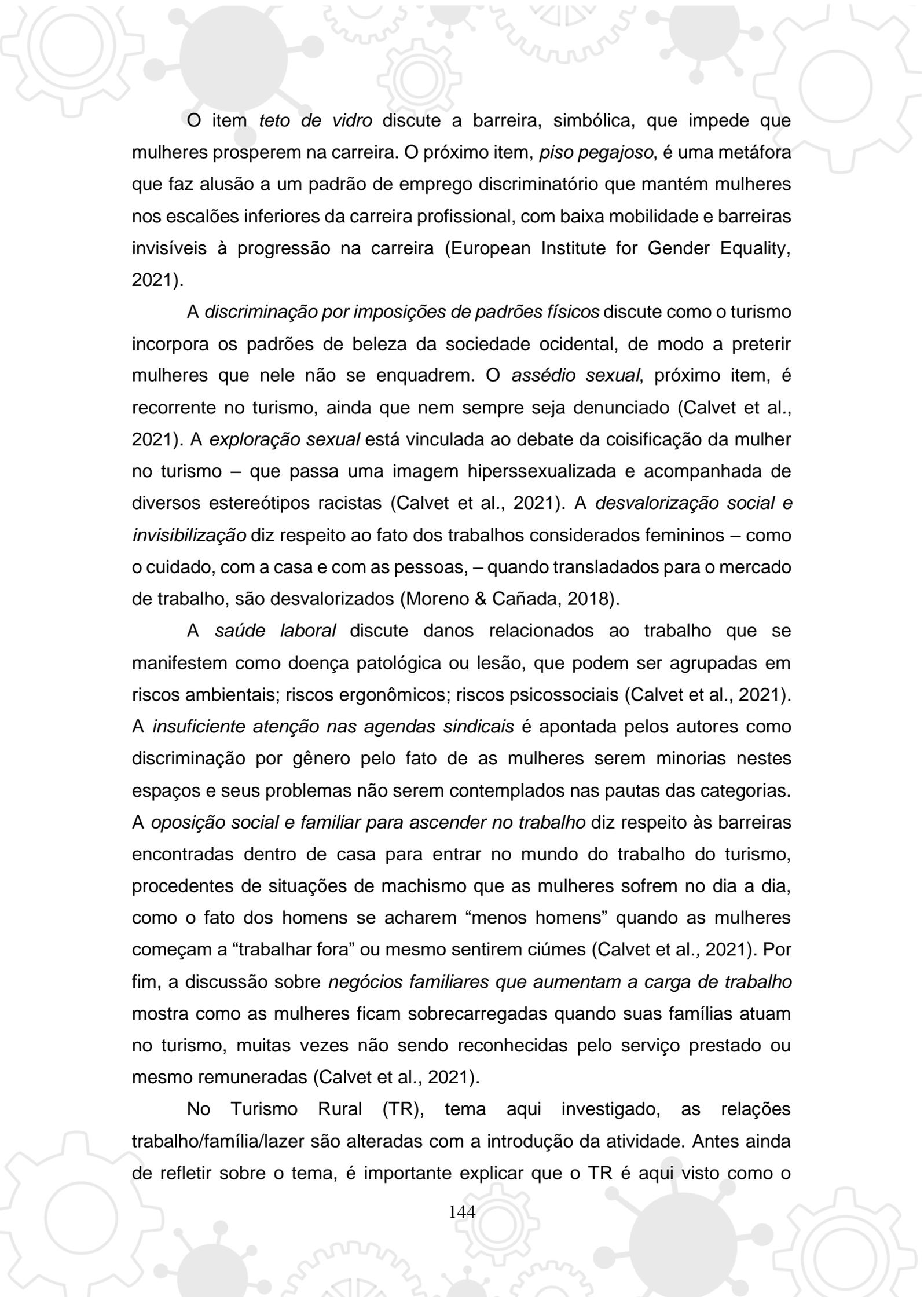


tendo foco inicialmente no mercado de trabalho, na problemática do turismo sexual, e na produção de imagens turísticas (Piscitelli, 2006), com agregação de novos temas mais recentemente – como consumo e lazer feminino e também saberes e ofícios vinculados ao sagrado feminino, além de investigações voltadas à comunidade LGBTQIA+ (P. T. da Silva et al., 2020).

O mercado de trabalho segue sendo o tema mais investigado nas pesquisas de gênero no âmbito das dissertações em Turismo no Brasil (P. T. da Silva et al., 2020) e o interesse pelo tema advém de diferentes fatores que mostram como homens e mulheres são tratados de maneira dispare na atividade. Alves e Moreira (2016), Guimarães e Silva (2016) e Silveira e Medaglia (2020), por diferentes fontes, mostram que mulheres recebem menos que os homens no setor, ainda que exerçam as mesmas atividades. Além de questões financeiras, no turismo papéis de gênero são reforçados, de modo a designar para mulheres atividades supostamente femininas.

Em 2021, foi lançado o informe *Desigualdades de gênero en el mercado laboral turístico* pela Alba Sud. No documento, 15 discriminações por gênero no mercado de trabalho do turismo são debatidas (Calvet et al., 2021). O primeiro deles, *dupla presença*, faz referência ao fato de as mulheres serem responsáveis pelos serviços domésticos além de trabalharem fora de casa. A *segmentação por gênero e raça* alude a precarização do trabalho turístico a partir de práticas que exploram principalmente a mão de obra feminina (Calvet et al., 2021). Como explicam Alves e Moreira (2016), a divisão de tarefas no turismo é realizada em bases hierárquicas bastante tradicionais, de modo que as mulheres estão em posições subalternas e os homens, no comando.

O tópico *discriminação salarial* diz respeito ao fato de as mulheres receberem menos em atividades vinculadas ao turismo, ainda que exerçam o mesmo trabalho. Sobre *contratações atípicas*, é fato que a maioria dos trabalhos em tempo parcial e por temporada do turismo são realizados por mulheres (Calvet et al., 2021), embora muitas vezes isso seja mostrado como uma vantagem para elas “disporem de mais tempo” para si e para suas famílias, reforçando mais uma vez o sexismo presente no turismo. Do mesmo modo, as mulheres são maioria nos *trabalhos informais* do setor, como explicam Moreno e Cañada (2018), o que leva a uma maior pobreza e vulnerabilidade social.

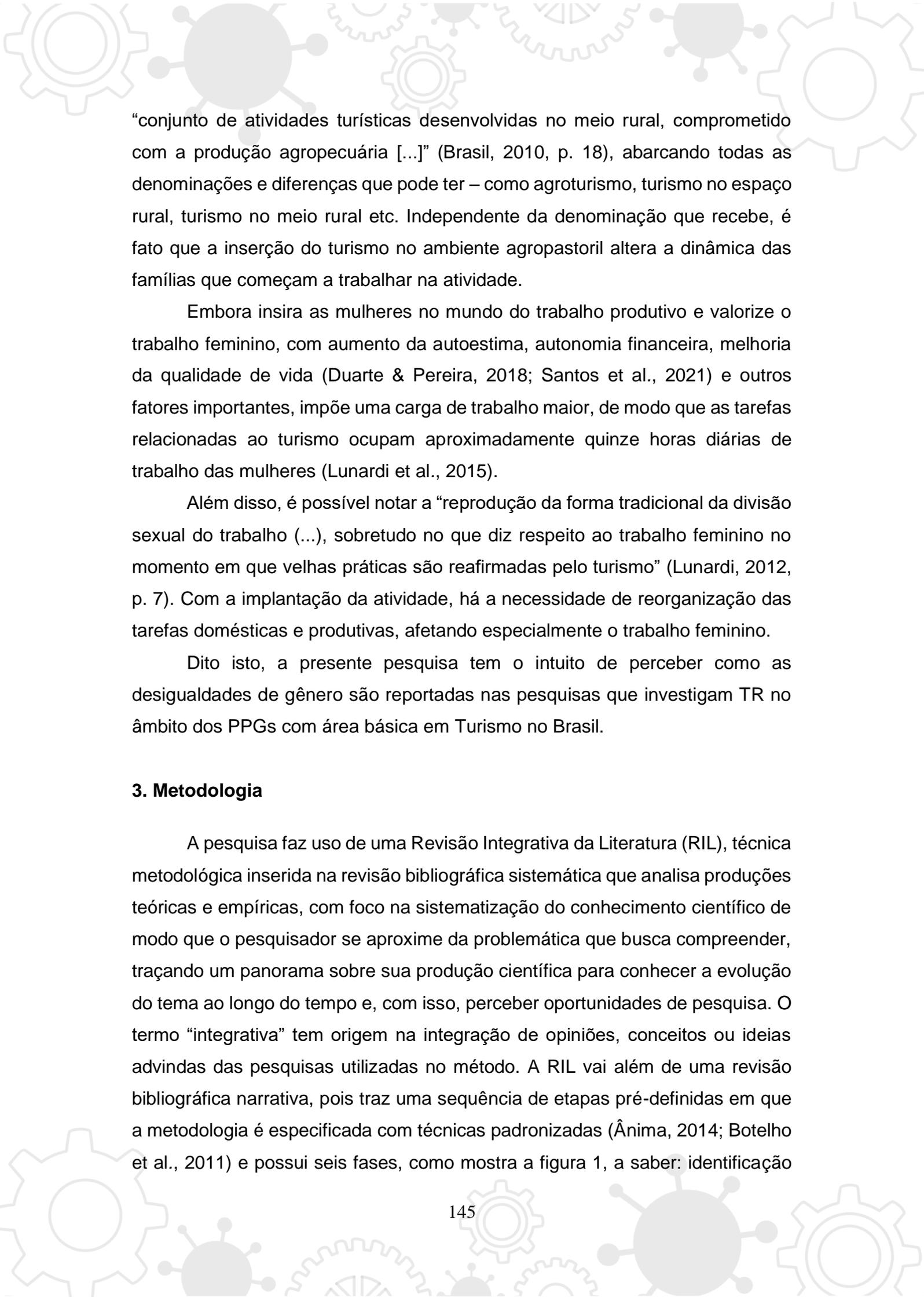


O item *teto de vidro* discute a barreira, simbólica, que impede que mulheres prosperem na carreira. O próximo item, *piso pegajoso*, é uma metáfora que faz alusão a um padrão de emprego discriminatório que mantém mulheres nos escalões inferiores da carreira profissional, com baixa mobilidade e barreiras invisíveis à progressão na carreira (European Institute for Gender Equality, 2021).

A *discriminação por imposições de padrões físicos* discute como o turismo incorpora os padrões de beleza da sociedade ocidental, de modo a preterir mulheres que nele não se enquadrem. O *assédio sexual*, próximo item, é recorrente no turismo, ainda que nem sempre seja denunciado (Calvet et al., 2021). A *exploração sexual* está vinculada ao debate da coisificação da mulher no turismo – que passa uma imagem hiperssexualizada e acompanhada de diversos estereótipos racistas (Calvet et al., 2021). A *desvalorização social e invisibilização* diz respeito ao fato dos trabalhos considerados femininos – como o cuidado, com a casa e com as pessoas, – quando trasladados para o mercado de trabalho, são desvalorizados (Moreno & Cañada, 2018).

A *saúde laboral* discute danos relacionados ao trabalho que se manifestem como doença patológica ou lesão, que podem ser agrupadas em riscos ambientais; riscos ergonômicos; riscos psicossociais (Calvet et al., 2021). A *insuficiente atenção nas agendas sindicais* é apontada pelos autores como discriminação por gênero pelo fato de as mulheres serem minorias nestes espaços e seus problemas não serem contemplados nas pautas das categorias. A *oposição social e familiar para ascender no trabalho* diz respeito às barreiras encontradas dentro de casa para entrar no mundo do trabalho do turismo, procedentes de situações de machismo que as mulheres sofrem no dia a dia, como o fato dos homens se acharem “menos homens” quando as mulheres começam a “trabalhar fora” ou mesmo sentirem ciúmes (Calvet et al., 2021). Por fim, a discussão sobre *negócios familiares que aumentam a carga de trabalho* mostra como as mulheres ficam sobrecarregadas quando suas famílias atuam no turismo, muitas vezes não sendo reconhecidas pelo serviço prestado ou mesmo remuneradas (Calvet et al., 2021).

No Turismo Rural (TR), tema aqui investigado, as relações trabalho/família/lazer são alteradas com a introdução da atividade. Antes ainda de refletir sobre o tema, é importante explicar que o TR é aqui visto como o



“conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária [...]” (Brasil, 2010, p. 18), abrangendo todas as denominações e diferenças que pode ter – como agroturismo, turismo no espaço rural, turismo no meio rural etc. Independente da denominação que recebe, é fato que a inserção do turismo no ambiente agropastoril altera a dinâmica das famílias que começam a trabalhar na atividade.

Embora insira as mulheres no mundo do trabalho produtivo e valorize o trabalho feminino, com aumento da autoestima, autonomia financeira, melhoria da qualidade de vida (Duarte & Pereira, 2018; Santos et al., 2021) e outros fatores importantes, impõe uma carga de trabalho maior, de modo que as tarefas relacionadas ao turismo ocupam aproximadamente quinze horas diárias de trabalho das mulheres (Lunardi et al., 2015).

Além disso, é possível notar a “reprodução da forma tradicional da divisão sexual do trabalho (...), sobretudo no que diz respeito ao trabalho feminino no momento em que velhas práticas são reafirmadas pelo turismo” (Lunardi, 2012, p. 7). Com a implantação da atividade, há a necessidade de reorganização das tarefas domésticas e produtivas, afetando especialmente o trabalho feminino.

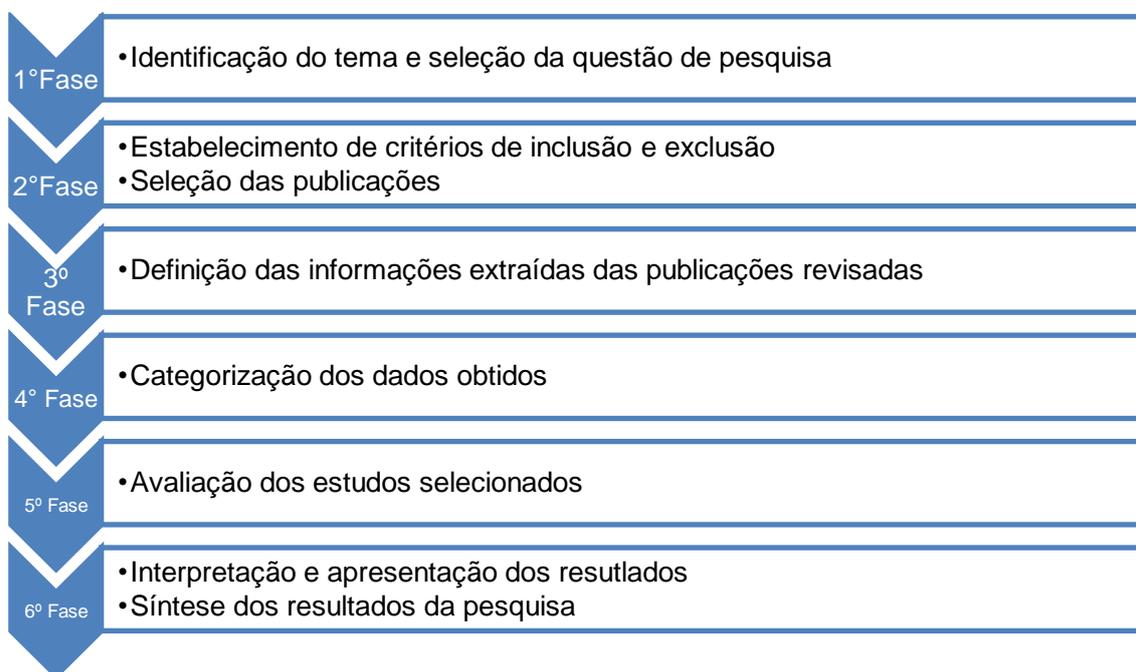
Dito isto, a presente pesquisa tem o intuito de perceber como as desigualdades de gênero são reportadas nas pesquisas que investigam TR no âmbito dos PPGs com área básica em Turismo no Brasil.

3. Metodologia

A pesquisa faz uso de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), técnica metodológica inserida na revisão bibliográfica sistemática que analisa produções teóricas e empíricas, com foco na sistematização do conhecimento científico de modo que o pesquisador se aproxime da problemática que busca compreender, traçando um panorama sobre sua produção científica para conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, com isso, perceber oportunidades de pesquisa. O termo “integrativa” tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias advindas das pesquisas utilizadas no método. A RIL vai além de uma revisão bibliográfica narrativa, pois traz uma sequência de etapas pré-definidas em que a metodologia é especificada com técnicas padronizadas (Ânima, 2014; Botelho et al., 2011) e possui seis fases, como mostra a figura 1, a saber: identificação

do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão e seleção das publicações; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização; análise e interpretação dos resultados; apresentação da revisão/ síntese do conhecimento.

Figura 1. Fases de construção de uma RIL



Fonte: Elaborado pelas autoras

Identificado o tema da pesquisa (fase 1) - gênero, trabalho e turismo no âmbito do TR -, a busca pelos programas com área básica em turismo foi realizada na *Plataforma Sucupira*, vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) (fase 2). O quadro 1 mostra os PPGs, seu início de funcionamento e o total de dissertações e teses defendidas até julho de 2020 (data da coleta).

Quadro 1. PPGs com área básica em Turismo no Brasil.

	PPG	Universidade	Início	Dissertações/Teses defendidas
Acadêmico	Turismo e Hotelaria	Universidade do Vale do Itajaí (Univali)	M: 1997	357
			D: 2013	17
	Turismo e Hospitalidade	Universidade de Caxias do Sul (UCS)	M: 2000	203
			D: 2015	03
	Hospitalidade	Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	M: 2002	307
			D: 2015	04

	Turismo e Meio Ambiente ⁶	Centro Universitário Uma	M: 2003	93
	Turismo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	M: 2008 D: 2014	127 15
	Hotelaria e Turismo	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	M: 2017	07
	Turismo	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	M: 2013	58
	Turismo	Universidade de São Paulo (USP)	M: 2014 D: 2019	34 -
	Turismo	Universidade Federal Fluminense (UFF)	M: 2015	42
	Turismo ⁷	Universidade de Brasília (UNB)	M: 2006	143
Profissional	Gestão de Negócios Turísticos	Universidade Estadual do Ceará (UECE)	M: 2012	212
	Gestão de Alimentos e Bebidas	Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	M: 2016	26
	Turismo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)	M: 2016	9
Total: Dissertações				1.618
Total: Teses				39

M: Mestrado

D: Doutorado

Fonte: Elaborado pelas autoras

O levantamento dos trabalhos com a temática foi realizado nos sites dos PPGs e no Banco de Dissertações e Teses da Capes. Inicialmente, a procura se deu a partir de palavras-chave, entretanto, percebeu-se que alguns trabalhos guardavam sutilezas em seus títulos que não eram possíveis encontrar nesse tipo de investigação, o que suscitou uma busca direta, olhando, título por título, seguido da leitura do resumo, palavras-chave e sumário daqueles que pudessem ter aderência à temática. Após essa análise, caso fossem pertinentes à pesquisa, eram selecionados para compor o corpus do trabalho, na fase 3 da RIL. Na fase 4, o material encontrado foi lido, organizado em planilhas e tabelas criadas com o software *Excel*. Para a descrição e análise dos resultados, isto é, na fase 5, foram consideradas: a) caracterização geral das pesquisas (ano, instituição produtora) e dos autores e orientadores (formação); b) metodologia utilizada nos trabalhos; c) desigualdades de gênero abordadas. A fase 6, com os resultados encontrados, será apresentada a seguir.

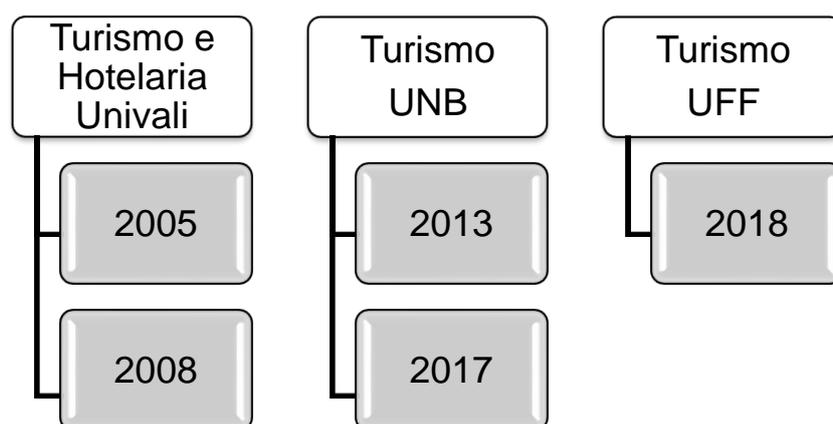
4. Resultados e discussões

⁶ PPG desativado em 2010.

⁷ PPG em processo de desativação.

Das 1.618 dissertações já defendidas nos PPGs com área básica em turismo no Brasil, cinco analisam gênero, trabalho e turismo rural, trazendo elementos da desigualdade de gênero encontradas na atividade. Nenhuma tese no mesmo sentido foi produzida. Os trabalhos são dos anos de: 2005 (1); 2008 (1); 2013 (1); 2017 (1); 2018 (1) e estão concentrados em três diferentes PPGs: Univali (2); UNB (2) e UFF (1), como mostra a figura 2.

Figura 2. Dissertações sobre gênero, trabalho e turismo rural, por PPG e por ano



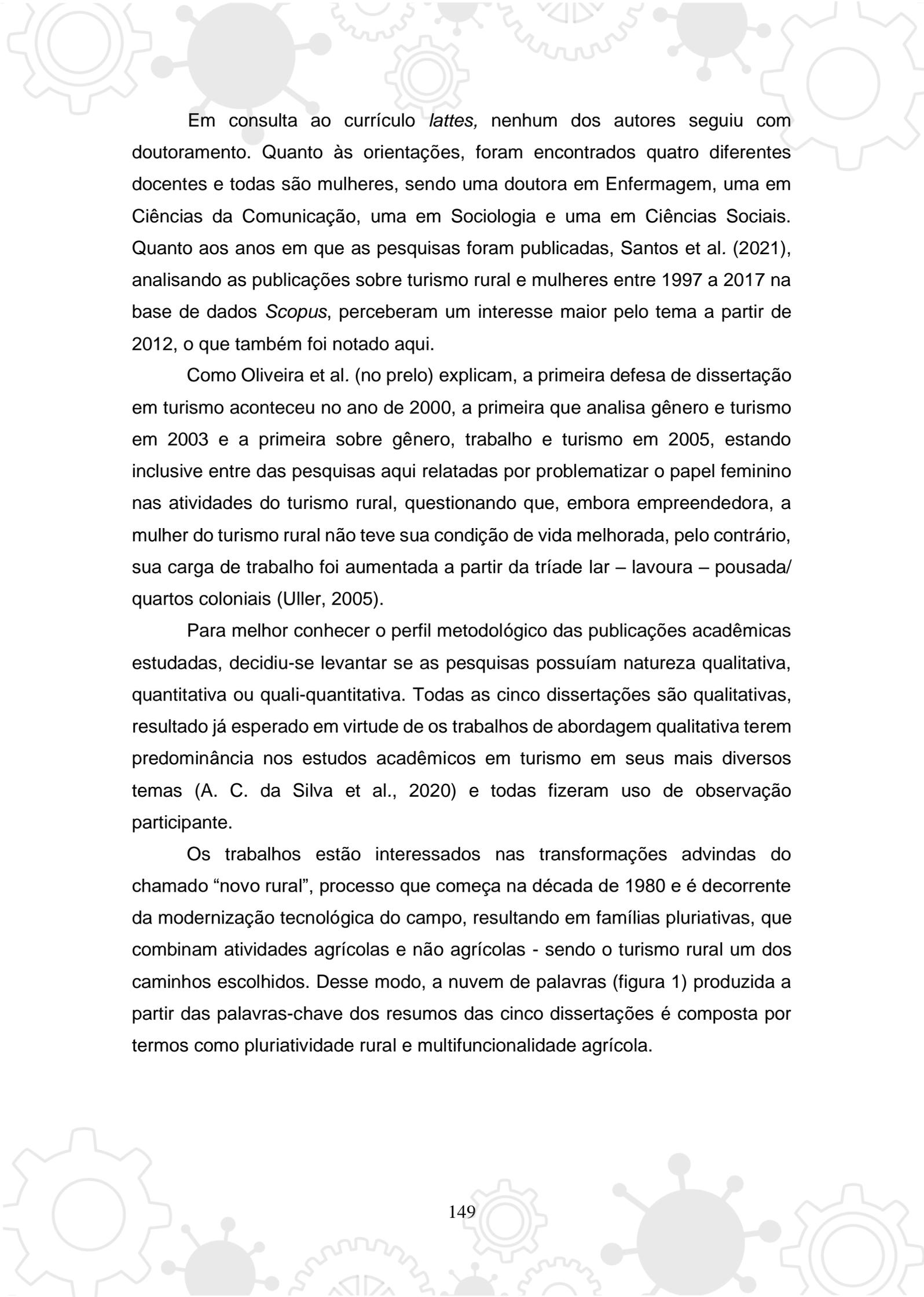
Fonte: Elaborado pelas autoras

O quadro 2 mostra os trabalhos encontrados:

Quadro 2. Dissertações que discutem gênero, trabalho e turismo rural em PPGs com área básica em turismo no Brasil.

Título	PPG/Instituição	Ano
O agroturismo de Santa Rosa de Lima – SC: características e singularidades da hospedagem familiar	Turismo e Hotelaria (Univali)	2005
O agroturismo em Santa Rosa de Lima: transformações socioculturais na dinâmica de organização do trabalho nas famílias agricultoras	Turismo e Hotelaria (Univali)	2008
O impacto social do turismo rural no papel das mulheres camponesas	Turismo (UNB)	2013
Turismo rural comunitário e a questão de gênero: o caso das assentadas rurais de Chapadinha-DF	Turismo (UNB)	2017
Práticas e representações de jovens rurais frente ao turismo de Três Picos - Nova Friburgo (RJ)	Turismo (UFF)	2018

Fonte: Elaborado pelas autoras



Em consulta ao currículo *lattes*, nenhum dos autores seguiu com doutoramento. Quanto às orientações, foram encontrados quatro diferentes docentes e todas são mulheres, sendo uma doutora em Enfermagem, uma em Ciências da Comunicação, uma em Sociologia e uma em Ciências Sociais. Quanto aos anos em que as pesquisas foram publicadas, Santos et al. (2021), analisando as publicações sobre turismo rural e mulheres entre 1997 a 2017 na base de dados *Scopus*, perceberam um interesse maior pelo tema a partir de 2012, o que também foi notado aqui.

Como Oliveira et al. (no prelo) explicam, a primeira defesa de dissertação em turismo aconteceu no ano de 2000, a primeira que analisa gênero e turismo em 2003 e a primeira sobre gênero, trabalho e turismo em 2005, estando inclusive entre das pesquisas aqui relatadas por problematizar o papel feminino nas atividades do turismo rural, questionando que, embora empreendedora, a mulher do turismo rural não teve sua condição de vida melhorada, pelo contrário, sua carga de trabalho foi aumentada a partir da tríade lar – lavoura – pousada/quartos coloniais (Uller, 2005).

Para melhor conhecer o perfil metodológico das publicações acadêmicas estudadas, decidiu-se levantar se as pesquisas possuíam natureza qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa. Todas as cinco dissertações são qualitativas, resultado já esperado em virtude de os trabalhos de abordagem qualitativa terem predominância nos estudos acadêmicos em turismo em seus mais diversos temas (A. C. da Silva et al., 2020) e todas fizeram uso de observação participante.

Os trabalhos estão interessados nas transformações advindas do chamado “novo rural”, processo que começa na década de 1980 e é decorrente da modernização tecnológica do campo, resultando em famílias pluriativas, que combinam atividades agrícolas e não agrícolas - sendo o turismo rural um dos caminhos escolhidos. Desse modo, a nuvem de palavras (figura 1) produzida a partir das palavras-chave dos resumos das cinco dissertações é composta por termos como pluriatividade rural e multifuncionalidade agrícola.

Figura 2. Nuvem de palavras a partir dos resumos das dissertações.



Fonte: Elaborado pelas autoras

As cinco dissertações apontaram as mudanças socioculturais na dinâmica da organização do trabalho nas famílias advindas da introdução da atividade e perceberam os impactos decorrentes, destacando aumento da renda (Cabral, 2017; Carvalho, 2013), autonomia (Mororó, 2018), visibilidade (Carvalho, 2013; Mororó, 2018), empoderamento feminino (Cabral, 2017) e ainda compartilhamento das decisões entre os membros da família (Carvalho, 2013). Por outro lado, destacaram que houve sobrecarga no trabalho, pois a divisão do trabalho continuou a ter um viés sexista (Slapnicka, 2008), ainda que já seja notado um maior compartilhamento nas decisões entre os membros da família (Carvalho, 2013).

Uma análise das discriminações de gênero no trabalho, a partir da discussão de *Desigualdades de gênero en el mercado laboral turístico* (Calvet et al., 2021) mostra que as pesquisas voltadas ao turismo rural deram ênfase a como os *negócios familiares aumentam a carga de trabalho*. Mesmo que as tarefas advindas da implantação do turismo sejam compartilhadas, permanece uma sobrecarga na mulher e no seu poder de resolver problemas. Elas passam a ter uma jornada de trabalho de 15 ou mais horas diárias, faltando tempo para cuidar de si própria, de sua família e para seu lazer. O fato das mulheres que

trabalham no turismo rural morarem onde trabalham dificultam a separação da hora do trabalho e do não trabalho.

As dissertações mostram que as mulheres que atuam no turismo rural continuam a realizar os afazeres domésticos sozinhas, aludindo à desigualdade debatida como *dupla presença* na literatura. Também foi notada a *segmentação por gênero* pelo fato dessas trabalhadoras terem o papel de recepcionar, acolher, cozinhar e cuidar na nova atividade, algo que é historicamente vinculado ao feminino.

Por fim, a *saúde laboral* também foi reportada, ora de maneira mais direta ora indireta, muitas vezes relacionada mais ao trabalho no campo e sua relação com o uso de defensivos agrícolas. Mas também foi possível notar, como em Carvalho (2013), uma preocupação com a saúde das mulheres a partir da excessiva jornada de trabalho - que foi apontada em todas as pesquisas. Como Calvet et al. (2021) explicam, a saúde laboral discute danos relacionados ao trabalho que se manifestem como doença, patológica ou ainda lesão, que podem ser agrupadas em riscos ambientais (físicos, químicos, biológicos); riscos ergonômicos (movimentos repetitivos, posições forçadas, aplicação de forças, distúrbios musculoesqueléticos e características do ambiente de trabalho que incluem elementos como iluminação, ruído, calor, etc.); riscos psicossociais (estresse, síndrome de *burnout*, assédio e violência). Quando se fala no trabalho feminino no turismo rural, todas as opções são possíveis, contudo, o tema não é muito abordado na área. Aliás, como Martoni e Alves (2019) verificaram em pesquisas com trabalhadores do turismo, muitas vezes os profissionais desconhecem o processo de adoecimento pelo qual passam.

5. Considerações finais

Os estudos sobre produção científica são essências para que o conhecimento avance visto que possibilitam a compreensão do panorama mais amplo de determinada área (Holanda et al., 2014). No caso aqui estudado, as dissertações e teses defendidas em PPGs com área básica em turismo mostram que a investigação do papel da mulher no TR ainda é incipiente e iniciante, com apenas cinco trabalhos de um universo de 1.618 dissertações e nenhuma tese.

Obviamente, é importante destacar que o trabalho analisa somente os PPGs com área básica em turismo, havendo pesquisas de outros campos do conhecimento - como Desenvolvimento Rural, Extensão Rural, Sociologia, por exemplo -, que também produzem sobre a temática. Por conseguinte, uma RIL nestas áreas permitiria uma dimensão maior da questão, o que se instiga para pesquisas posteriores. Ainda assim, ressalta-se a importância do trabalho em virtude da sistematização do conhecimento da área, que permite perceber fragilidades ou mesmo ausência de estudos.

A pesquisa mostrou que, de 13 PPGs analisados, apenas em três foi encontrada produção na temática, sendo um mestrado profissionalizante e dois acadêmicos, reforçando como o conhecimento no setor ainda é pouco e concentrado. Entretanto, é importante ressaltar a pioneirismo dos estudos em turismo rural por ter sido o primeiro a chamar a atenção para a mulher que trabalha no turismo - no âmbito das pesquisas vinculadas aos PPGs da área.

Acerca das desigualdades de gênero desveladas na pesquisa, foi possível perceber como o TR aumenta a carga de trabalho feminina, como as mulheres seguem realizando também o trabalho doméstico e como as novas atividades advindas do TR, quando envolvem o *cuidar*, *acolher* e *cozinhar* são normalmente executadas por mulheres, que tem sua saúde afetada a partir de jornadas triplas que envolvem o lar, o trabalho no turismo e a atividade agrícola/agropecuária.

Referências bibliográficas

- Albasud. (2021, March 8). *ALBASUD - Investigación y comunicación para el desarrollo*. <http://www.albasud.org/>
- Alves, K. dos S., & Moreira, M. I. C. M. (2016). Trabalho em turismo e relações de gênero. In K. dos S. Alves (Ed.), *Turismo, trabalho e gênero: uma abordagem interdisciplinar* (pp. 16–29). UFOP.
- Ânima. (2014). *Manual de Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências*. Ânima Educação. http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual_revisao_bibliografica-sistemática-integrativa.pdf
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. de, & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121–136. <https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220/906>
- Brasil. (2010). *Turismo rural: orientações básicas* (2 ed.). Ministério do Turismo.

- Cabral, D. S. (2017). *Turismo rural comunitário e a questão de gênero : o caso das assentadas rurais de Chapadinha-DF* [Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23251>
- Calvet, N. A., Cond, C. I., Ballart, A. L., & Almela, M. S. (2021). *Desigualdades de gênero en el mercado laboral turístico* (Vol. 14). <http://www.albasud.org/noticia/es/1299/desigualdades-de-genero-en-el-mercado-laboral-turistico>
- Cañada, E. (2020). Trabalho turístico e precariedade. *Turismo: Estudos & Práticas*, 9(especial), 1–21. <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/article/view/2533/2305>
- Carvalho, M. S. de. (2013). *O impacto social do turismo rural no papel das mulheres campesinas* [Universidade de Brasília]. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14315/1/2013_MaysaSenadeCarvalho.pdf
- Duarte, D. C., & Pereira, A. D. J. (2018). O papel da mulher no turismo rural: um estudo no circuito Rajadinha de Planaltina - Distrito Federal. *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 12(3), 81–103. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i3.1446>
- European Institute for Gender Equality. (2021). *Piso pegajoso*. Glossary & Theasaurus. <https://eige.europa.eu/thesaurus/terms/1395?lang=pt>
- Guimarães, C. R. F., & Silva, J. R. (2016). Pay gap by gender in the tourism industry of Brazil. *Tourism Management*, 52, 440–450. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517715001569>
- Holanda, L. A. de, Widmer, G. M., & Leal, S. (2014). A produção científica em turismo no Brasil: reflexões e proposições a partir de um estudo revisional. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 4(1), 72–79. <http://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=24948>
- Lunardi, R. (2012). *Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural* [Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61936>
- Lunardi, R., Souza, M. de, & Perurena, F. (2015). O trabalho de homens e mulheres no turismo rural em São José dos Ausentes: o “leve” e o “pesado”. *Turismo - Visão e Ação*, 17(1), 179–209. <https://doi.org/10.14210/rtva.v17n1.p179-209>
- Martoni, R. M., & Alves, K. dos S. (2019). As condições da classe trabalhadora em Atividades Características do Turismo: especificidades e tendências socioprodutivas. *Rosa Dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 11(1), 211–223. <https://doi.org/10.18226/21789061.v11i1p211>
- Moreno, D. A., & Cañada, E. (2018). Editorial. In *Dimensiones de género del trabajo turístico*. Alba Sud editorial. <http://www.albasud.org/publ/docs/81.pdf>
- Mororó, V. M. de A. (2018). *Práticas e representações de jovens rurais frente ao turismo em Três Picos - Nova Friburgo (RJ)* [Universidade Federal Fluminense]. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/111024>
- Oliveira, N. A. de, Silva, P. T. da, Gabriel, K. C., & Almeida, H. de J. (n.d.). Gênero, trabalho e turismo: uma Revisão Integrativa da Literatura em

dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação da área do Turismo no Brasil. *XVIII Seminário Anptur*.

- Piscitelli, A. (2006). Gênero, turismo, desigualdades. In M. do Turismo (Ed.), *Turismo social: diálogos do turismo - uma viagem de inclusão* (pp. 205–245). IBAM.
- Santos, I. S. dos, Borges, A. A., Parisoto, G. J., & Oliveira, L. (2021). Turismo rural e as mulheres: uma análise da produção científica. *Revista Territorial*, 9(2), 70–88. <https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/11474>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71–99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Silva, A. C. da, Dutra, J. E. M., Lima, L. S. de, & Alexandre, M. L. de O. (2020). Uso e relevância em abordagem quantitativa de pesquisas em turismo no Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR-UFRN). *Revista de Turismo Contemporâneo*, 8(1), 65–87. <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2020v8n1id16970>
- Silva, P. T. da, Oliveira, N. A. de, & Spolle, M. V. (2020). Gênero e Turismo: um estudo exploratório-descritivo nos Programas de Pós-Graduação da área do Turismo no Brasil. *Anais Da XVII Seminário Da Anptur*. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/17/1869.pdf>
- Silveira, C. E., & Medaglia, J. (2020). Distância entre cargos e salários de homens e mulheres: influência do gênero no mercado de trabalho do turismo. *Revista Turismo: Estudos e Práticas*, 9(2), 1–14. <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/article/view/2551>
- Slapnicka, M. Z. (2008). *O agroturismo em Santa Rosa de Lima: transformações sócio culturais na dinâmica de organização do trabalho nas famílias agricultoras* [Universidade do Vale do Itajaí]. <http://siaiap39.univali.br:8080/xmlui/handle/repositorio/1332>
- Uller, C. D. (2005). *O agroturismo de Santa Rosa de Lima – SC: características e singularidades da hospedagem familiar* [Univali]. <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1.-Livro-levantamento-bibliografico-genero-no-meio-rural-DPMR.pdf>

O papel da mulher no mercado de trabalho em turismo: notas de pesquisa

Women in the labor market in tourism: research notes

El papel de la mujer en el mercado laboral en turismo: notas de investigación

Juliana de Fátima Xavier do Nascimento¹

Carine Simas Vieira²

Edilaine Albertino de Moraes³

Resumo: No século XXI, as mulheres representam grande parte da força produtiva de trabalho em turismo. Nesse sentido, o presente estudo buscou compreender e analisar a lógica laboral em turismo pela perspectiva das mulheres inseridas no mercado de trabalho, considerando, inclusive, o contexto da pandemia. Buscou-se compreender ainda quais são as expectativas das trabalhadoras acerca das oportunidades e desafios no mercado turístico. Para isso, além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas entrevistas com 11 turismólogas residentes e trabalhadoras da cidade de Juiz de Fora - MG, formadas pela Universidade Federal de Juiz de Fora entre os anos de 2015 e 2020 e com 13 mulheres cadastradas como anfitriãs na plataforma digital brasileira de hospedagem exclusiva feminina *Sisterwave*. Os dados coletados foram sistematizados e analisados com base na pesquisa qualitativa. Os principais resultados apontam diferentes perspectivas críticas das mulheres trabalhadoras no turismo em relação às condições vulneráveis no seu presente e futuro profissional.

Palavras-chave: Mulher. Mercado de trabalho. Turismo.

Abstract: In the 21st century, women represent a large part of the productive workforce in tourism. In that regard, this study searched to understand and analyze the labor logic in tourism from the perspective of women in the labor market, even considering the context of the pandemic. We also searched to understand what the workers' expectations are about the opportunities and challenges in the tourist market. To achieve this goal, in addition to the bibliographical research, interviews were conducted with 11 resident and working tourismologists women in the city of Juiz de Fora - MG, graduated from the Federal University of Juiz de Fora between 2015 and 2020 and with 13 women registered as hostesses on the Brazilian digital female exclusive hosting platform *Sisterwave*. The collected data were analyzed and systematized based on qualitative research. The main results point to different critical perspectives of women workers in tourism in relation to vulnerable conditions in their present and future professional lives.

Keywords: Woman. Labor market. Tourism.

Resumen: En el siglo XXI, las mujeres representan gran parte de la fuerza productiva de trabajo en turismo. En ese sentido, el presente estudio se propone comprender y analizar la lógica laboral en turismo por la perspectiva de las mujeres insertadas en el mercado de trabajo, teniendo en cuenta también el contexto de la pandemia. Se buscó comprender aún ¿cuáles son las expectativas de las trabajadoras acerca de las oportunidades y desafíos en el mercado turístico? Para eso, además de la investigación bibliográfica, se realizaron entrevistas con 11 turismólogas, residentes y trabajadoras de

¹ Bacharela em Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, julianaxavier.ufjf@gmail.com e <http://lattes.cnpq.br/4453832820035353>.

² Bacharela em Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, carine_simas@hotmail.com.

³ Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, edilaineturmoraes@hotmail.com e <http://lattes.cnpq.br/5450933897214464>.

la ciudad de Juiz de Fora – MG, graduadas por la Universidad Federal de Juiz de Fora, entre los años de 2015 y 2020, y con 13 mujeres registradas como anfitrionas en la plataforma digital brasileña de hospedaje exclusiva femenina *Sisterwave*. Los datos recogidos fueron analizados y sistematizados basándose en la investigación cualitativa. Los principales resultados señalan distintas perspectivas críticas de las mujeres trabajadoras en turismo en relación a las condiciones vulnerables en su presente y futuro profesional.

Palabras clave: Mujer. Mercado laboral. Turismo. Pandemia.

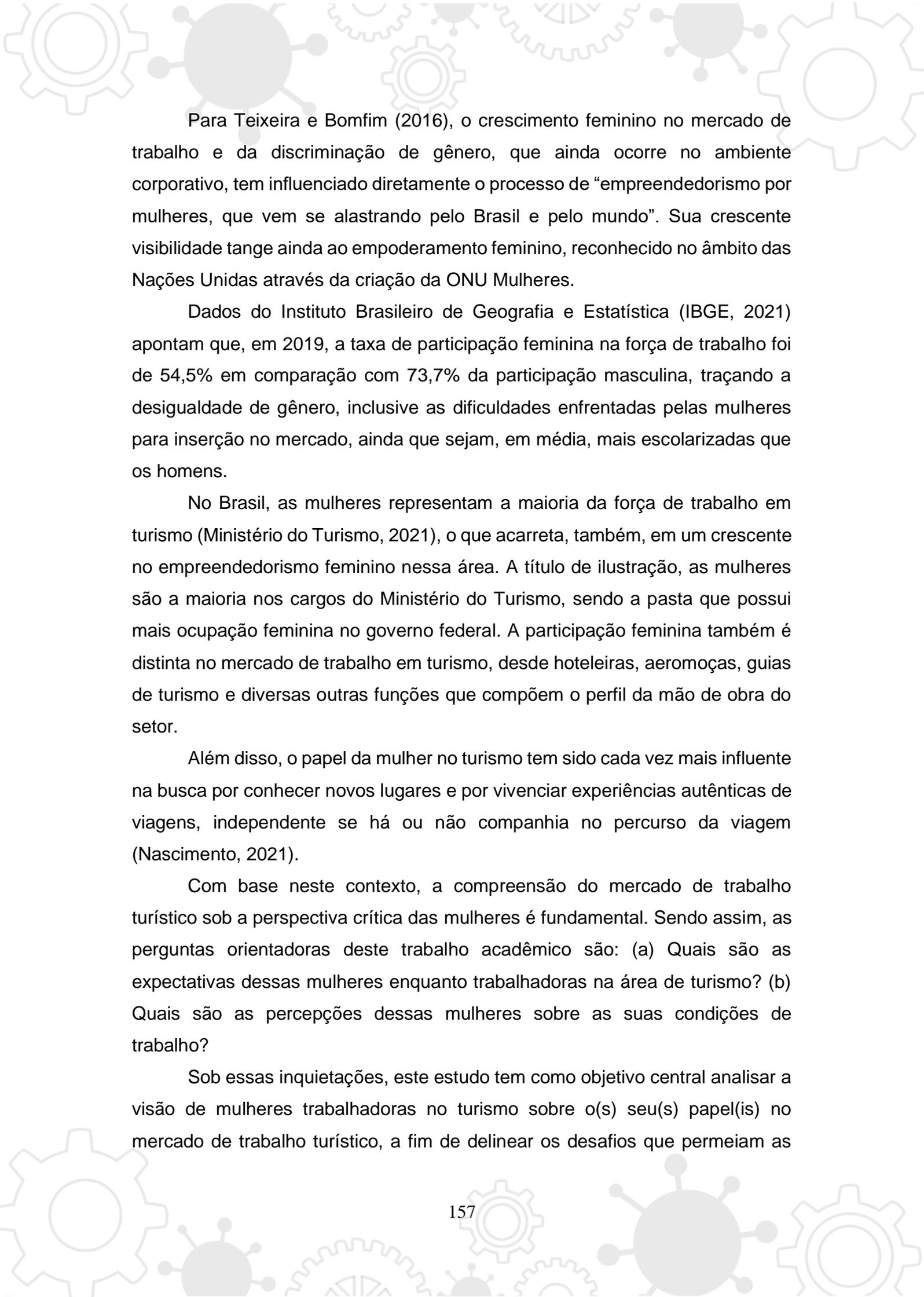
Introdução

Na contemporaneidade, é notável o crescimento da presença feminina no mercado de trabalho. Porém, o direito das mulheres de trabalhar fora de casa foi adquirido de forma gradual. Araújo (2015) afirma que, no Brasil, somente no ano de 1943, as mulheres puderam se inserir no mercado de trabalho sem precisar de autorização do marido. Mas, foi apenas em 1945 que o direito dos maridos de proibirem suas esposas de trabalharem fora de casa foi revogado. Apesar da conquista desse direito, inicialmente, as mulheres passaram a ser introduzidas apenas em cargos e funções inferiores aos dos homens, geralmente, ligados a atividades reprodutivas (como tecer, servir e cuidar), além de receberem baixa remuneração salarial (Araújo, 2015).

Ao longo das décadas, essa questão foi desdobrada no âmbito das lutas sociais, que conquistaram, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a declaração da igualdade entre homens e mulheres, abordando a proibição de trabalho insalubre e o direito à licença maternidade e ao regime salarial equivalente.

Nessa breve retrospectiva, é importante considerar então, que, historicamente, as mulheres passaram a fazer parte da força produtiva de trabalho, enfrentando inúmeras dificuldades, preconceitos, desigualdades e conservadorismos, principalmente nas ocupações que asseguram os maiores ganhos.

Na passagem para o século XXI, considerando o surgimento e as influências das tecnologias de informação, comunicação e a internet, a participação feminina vem trazendo diversificação e novas possibilidades de negócios, como também têm produzido atividades laborais sob a lógica empreendedora.



Para Teixeira e Bomfim (2016), o crescimento feminino no mercado de trabalho e da discriminação de gênero, que ainda ocorre no ambiente corporativo, tem influenciado diretamente o processo de “empreendedorismo por mulheres, que vem se alastrando pelo Brasil e pelo mundo”. Sua crescente visibilidade tange ainda ao empoderamento feminino, reconhecido no âmbito das Nações Unidas através da criação da ONU Mulheres.

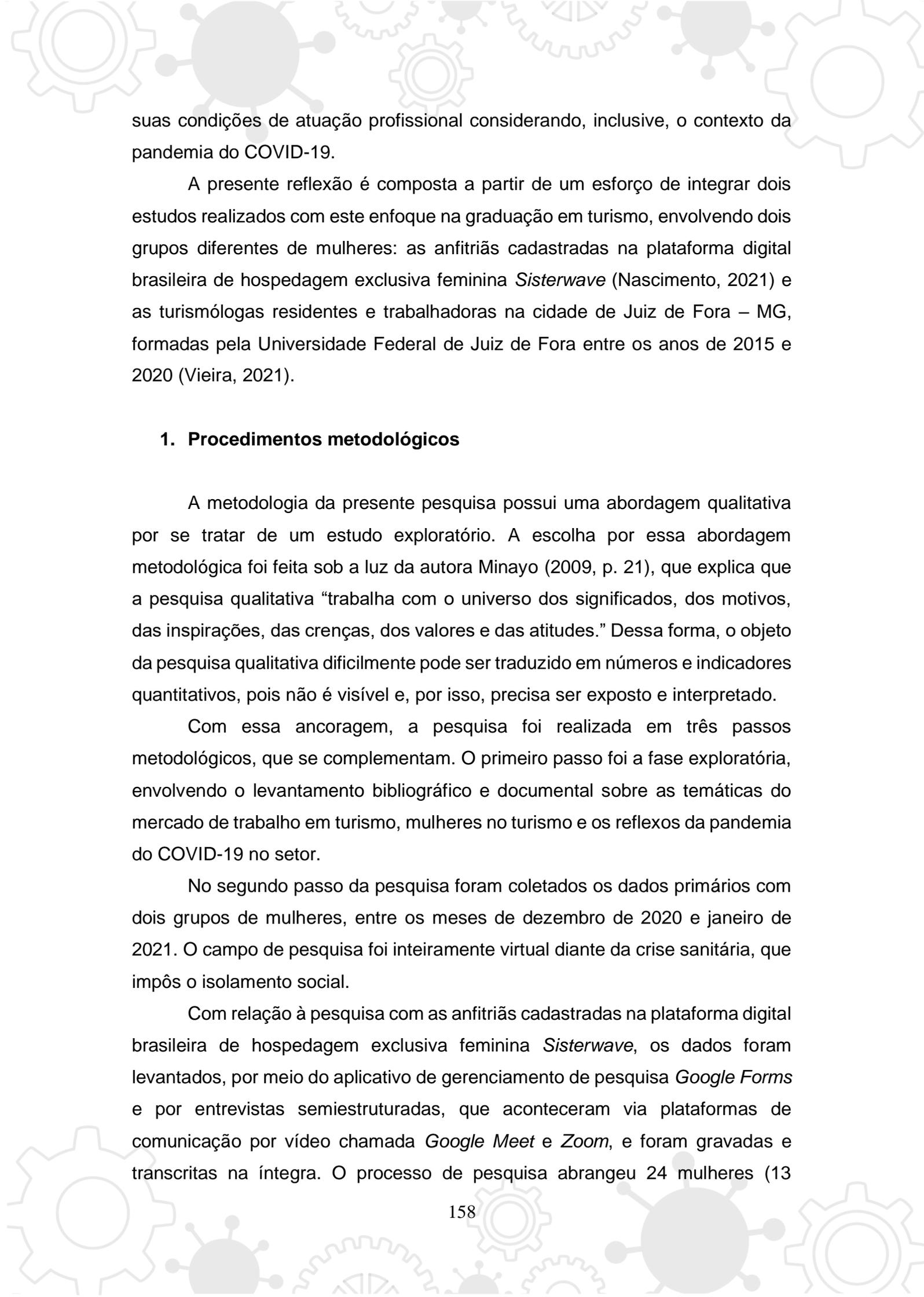
Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) apontam que, em 2019, a taxa de participação feminina na força de trabalho foi de 54,5% em comparação com 73,7% da participação masculina, traçando a desigualdade de gênero, inclusive as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para inserção no mercado, ainda que sejam, em média, mais escolarizadas que os homens.

No Brasil, as mulheres representam a maioria da força de trabalho em turismo (Ministério do Turismo, 2021), o que acarreta, também, em um crescente no empreendedorismo feminino nessa área. A título de ilustração, as mulheres são a maioria nos cargos do Ministério do Turismo, sendo a pasta que possui mais ocupação feminina no governo federal. A participação feminina também é distinta no mercado de trabalho em turismo, desde hoteleiras, aeromoças, guias de turismo e diversas outras funções que compõem o perfil da mão de obra do setor.

Além disso, o papel da mulher no turismo tem sido cada vez mais influente na busca por conhecer novos lugares e por vivenciar experiências autênticas de viagens, independente se há ou não companhia no percurso da viagem (Nascimento, 2021).

Com base neste contexto, a compreensão do mercado de trabalho turístico sob a perspectiva crítica das mulheres é fundamental. Sendo assim, as perguntas orientadoras deste trabalho acadêmico são: (a) Quais são as expectativas dessas mulheres enquanto trabalhadoras na área de turismo? (b) Quais são as percepções dessas mulheres sobre as suas condições de trabalho?

Sob essas inquietações, este estudo tem como objetivo central analisar a visão de mulheres trabalhadoras no turismo sobre o(s) seu(s) papel(is) no mercado de trabalho turístico, a fim de delinear os desafios que permeiam as



suas condições de atuação profissional considerando, inclusive, o contexto da pandemia do COVID-19.

A presente reflexão é composta a partir de um esforço de integrar dois estudos realizados com este enfoque na graduação em turismo, envolvendo dois grupos diferentes de mulheres: as anfitriãs cadastradas na plataforma digital brasileira de hospedagem exclusiva feminina *Sisterwave* (Nascimento, 2021) e as turismólogas residentes e trabalhadoras na cidade de Juiz de Fora – MG, formadas pela Universidade Federal de Juiz de Fora entre os anos de 2015 e 2020 (Vieira, 2021).

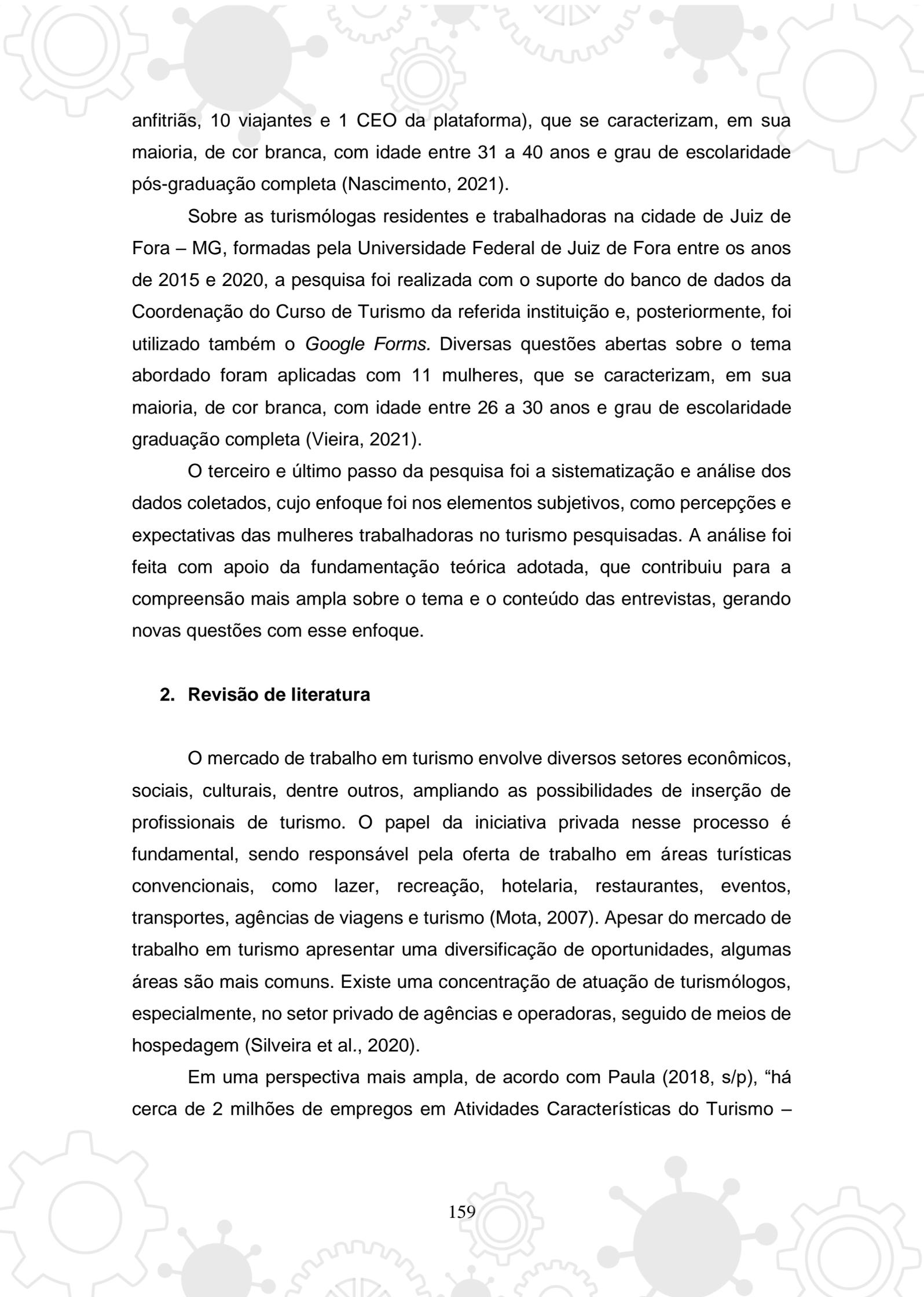
1. Procedimentos metodológicos

A metodologia da presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa por se tratar de um estudo exploratório. A escolha por essa abordagem metodológica foi feita sob a luz da autora Minayo (2009, p. 21), que explica que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das inspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” Dessa forma, o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos, pois não é visível e, por isso, precisa ser exposto e interpretado.

Com essa ancoragem, a pesquisa foi realizada em três passos metodológicos, que se complementam. O primeiro passo foi a fase exploratória, envolvendo o levantamento bibliográfico e documental sobre as temáticas do mercado de trabalho em turismo, mulheres no turismo e os reflexos da pandemia do COVID-19 no setor.

No segundo passo da pesquisa foram coletados os dados primários com dois grupos de mulheres, entre os meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021. O campo de pesquisa foi inteiramente virtual diante da crise sanitária, que impôs o isolamento social.

Com relação à pesquisa com as anfitriãs cadastradas na plataforma digital brasileira de hospedagem exclusiva feminina *Sisterwave*, os dados foram levantados, por meio do aplicativo de gerenciamento de pesquisa *Google Forms* e por entrevistas semiestruturadas, que aconteceram via plataformas de comunicação por vídeo chamada *Google Meet* e *Zoom*, e foram gravadas e transcritas na íntegra. O processo de pesquisa abrangeu 24 mulheres (13



anfitriãs, 10 viajantes e 1 CEO da plataforma), que se caracterizam, em sua maioria, de cor branca, com idade entre 31 a 40 anos e grau de escolaridade pós-graduação completa (Nascimento, 2021).

Sobre as turismólogas residentes e trabalhadoras na cidade de Juiz de Fora – MG, formadas pela Universidade Federal de Juiz de Fora entre os anos de 2015 e 2020, a pesquisa foi realizada com o suporte do banco de dados da Coordenação do Curso de Turismo da referida instituição e, posteriormente, foi utilizado também o *Google Forms*. Diversas questões abertas sobre o tema abordado foram aplicadas com 11 mulheres, que se caracterizam, em sua maioria, de cor branca, com idade entre 26 a 30 anos e grau de escolaridade graduação completa (Vieira, 2021).

O terceiro e último passo da pesquisa foi a sistematização e análise dos dados coletados, cujo enfoque foi nos elementos subjetivos, como percepções e expectativas das mulheres trabalhadoras no turismo pesquisadas. A análise foi feita com apoio da fundamentação teórica adotada, que contribuiu para a compreensão mais ampla sobre o tema e o conteúdo das entrevistas, gerando novas questões com esse enfoque.

2. Revisão de literatura

O mercado de trabalho em turismo envolve diversos setores econômicos, sociais, culturais, dentre outros, ampliando as possibilidades de inserção de profissionais de turismo. O papel da iniciativa privada nesse processo é fundamental, sendo responsável pela oferta de trabalho em áreas turísticas convencionais, como lazer, recreação, hotelaria, restaurantes, eventos, transportes, agências de viagens e turismo (Mota, 2007). Apesar do mercado de trabalho em turismo apresentar uma diversificação de oportunidades, algumas áreas são mais comuns. Existe uma concentração de atuação de turismólogos, especialmente, no setor privado de agências e operadoras, seguido de meios de hospedagem (Silveira et al., 2020).

Em uma perspectiva mais ampla, de acordo com Paula (2018, s/p), “há cerca de 2 milhões de empregos em Atividades Características do Turismo –

ACT - no Brasil, no ambiente de trabalho formal”⁴. A autora chama atenção para as condições do trabalho em turismo, onde há cargas horárias intensas, salários baixos e, também, desigualdade de gênero, o que torna o ofício precário, ineficiente e inseguro para os trabalhadores. Vale salientar, inclusive, que “a remuneração média dos homens é mais alta do que a das mulheres em todas as ACT” (Paula, 2018, s/p).

A carga horária intensa é um fator que precariza o trabalho no turismo e para as mulheres a situação é ainda menos satisfatória. De acordo com Araújo (2015), a situação é agravante devido à dupla jornada que muitas mulheres enfrentam, em consequência da cultura patriarcal que ainda impera na sociedade contemporânea e atribui à mulher a obrigação de realizar tarefas domésticas, além do trabalho fora de casa.

O entendimento de que as mulheres são mais aptas do que os homens para realizar atividades domésticas reflete, também, na designação de cargos para o público feminino na área do turismo, que ingressam, majoritariamente no setor da hotelaria, exercendo trabalhos operacionais, sendo minoria em cargos de comando (Araújo, 2015).

Todos esses fatores complicadores relacionados ao preconceito, sobrecarga e desigualdade salarial resultam no interesse por parte das mulheres em empreender o seu próprio negócio. Ou seja, “as mulheres decidem empreender para se tornarem donas do seu próprio negócio e ter autonomia e flexibilidade para dirigi-los e adaptá-los à sua rotina, quando possuem uma dupla jornada” (Araújo, 2015, p. 118).

Além disso, a busca pelo alcance de autonomia, flexibilidade e, principalmente, renda extra tem impulsionado, no Brasil, um movimento de mulheres a se cadastrarem em plataformas digitais de hospedagem como anfitriãs, transformando o próprio lar em um meio de hospedagem. De acordo com Nascimento (2021, p. 23), esse modelo de empreendimento “é uma forma de conseguir renda extra sem a necessidade de grandes investimentos”.

No entanto, deve-se considerar que, desde março de 2020, o turismo se tornou um dos setores mais prejudicados diante das consequências da pandemia do COVID-19 em todo o mundo. Fronteiras nacionais e internacionais

⁴ As ACT são as seguintes: alojamento; alimentação; transporte terrestre; transporte aquaviário; transporte aéreo; aluguel de transportes; agências de viagem e cultura e lazer.

foram fechadas, diminuindo o fluxo global de turistas, em decorrência do isolamento social, enquanto principal medida de segurança sanitária adotada para conter a proliferação do vírus. Essa nova realidade trouxe maiores desafios para a classe trabalhadora do turismo, sobretudo para mulheres que, além do risco eminente do desemprego, enfrentam condições de insalubridade e sobrecarga, como enfatiza a citação, a seguir:

Essa perda de emprego afetaria mais as mulheres, assim como o risco de contágio é maior entre elas, devido aos cargos que ocupam, de atendimento ao cliente ou limpeza; Da mesma forma, a carga de trabalho doméstico, que já era três vezes maior que a dos homens, aumentou (Izcara, 2021, s/p)⁵.

Em razão da desigualdade de gênero, algo naturalizado culturalmente, reconhece-se uma realidade crítica do mercado de trabalho para mulheres, que exercem funções na área de turismo. Essa situação vem se agravando ainda mais em decorrência da pandemia do COVID-19, que trouxe sobrecargas, desempregos e riscos para a saúde feminina em escala.

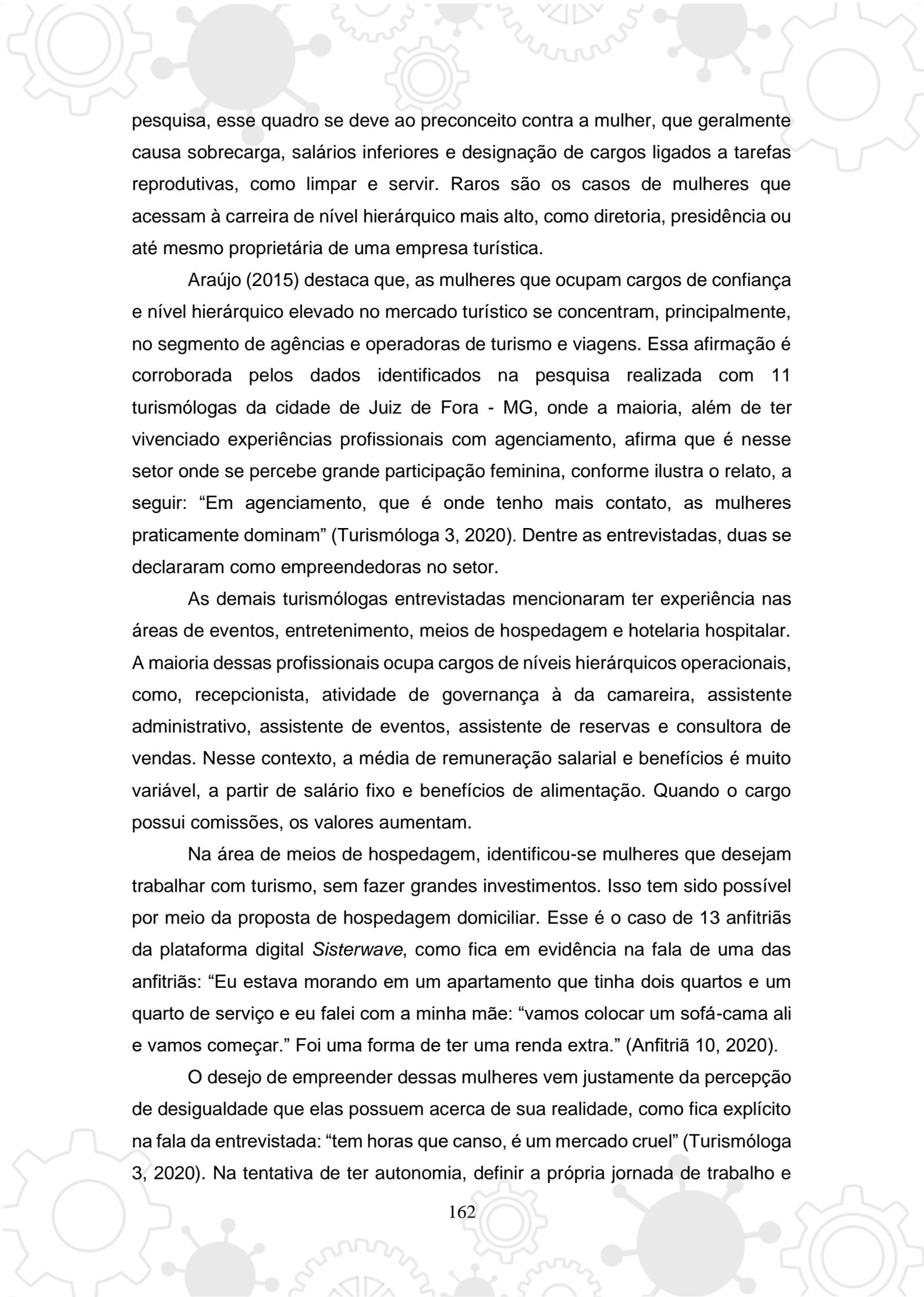
Por outro lado, o contexto pós-pandêmico pode se constituir em uma oportunidade de transformação da gestão desordenada do turismo em um desenvolvimento justo, solidário e sustentável, impulsionado pelas mulheres e baseado em evidências científicas (Izcara, 2021). Esse ponto de vista pode indicar, portanto, que mais mulheres criem as suas próprias condições de trabalho, rumo à igualdade de gênero no mercado de trabalho em turismo.

3. Resultados e Discussões

A análise dos resultados alcançados foi baseada, principalmente, na visão das anfitriãs cadastradas na plataforma digital brasileira de hospedagem exclusiva feminina *Sisterwave* e das turismólogas residentes e trabalhadoras na cidade de Juiz de Fora – MG, formadas pela Universidade Federal de Juiz de Fora entre os anos de 2015 e 2020.

Considerando esses dois grupos de mulheres, de modo geral, foi possível reafirmar uma alarmante precarização do trabalho feminino no turismo. Pela

⁵ Tradução de: “Esta pérdida de empleo afectaría más a las mujeres, igual que el riesgo de contagio es mayor entre ellas por los puestos que ocupan, de atención al público o limpieza; asimismo, su carga de trabajo doméstico, que ya era tres veces mayor que la de los hombres, ha aumentado”.



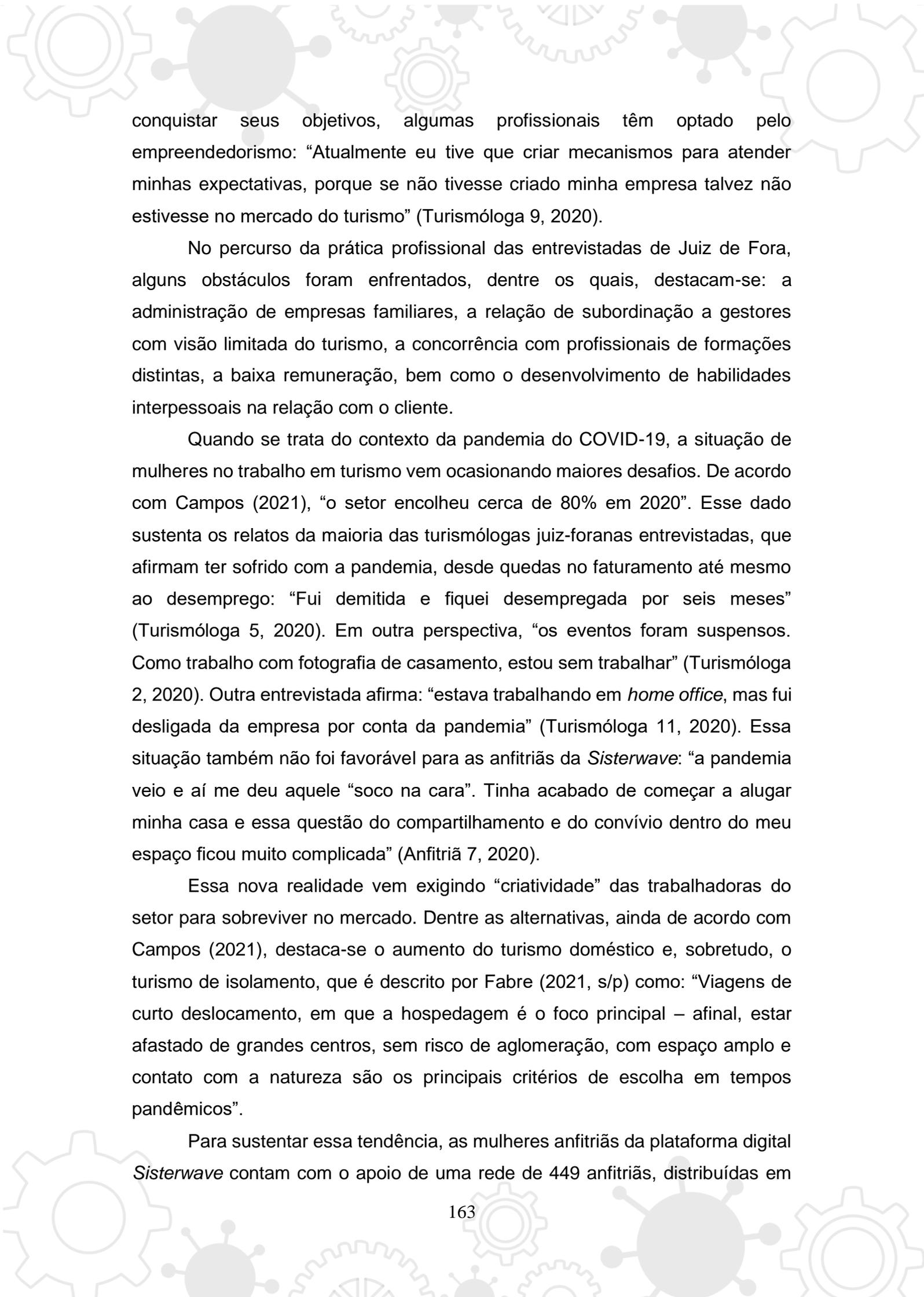
pesquisa, esse quadro se deve ao preconceito contra a mulher, que geralmente causa sobrecarga, salários inferiores e designação de cargos ligados a tarefas reprodutivas, como limpar e servir. Raros são os casos de mulheres que acessam à carreira de nível hierárquico mais alto, como diretoria, presidência ou até mesmo proprietária de uma empresa turística.

Araújo (2015) destaca que, as mulheres que ocupam cargos de confiança e nível hierárquico elevado no mercado turístico se concentram, principalmente, no segmento de agências e operadoras de turismo e viagens. Essa afirmação é corroborada pelos dados identificados na pesquisa realizada com 11 turismólogas da cidade de Juiz de Fora - MG, onde a maioria, além de ter vivenciado experiências profissionais com agenciamento, afirma que é nesse setor onde se percebe grande participação feminina, conforme ilustra o relato, a seguir: “Em agenciamento, que é onde tenho mais contato, as mulheres praticamente dominam” (Turismóloga 3, 2020). Dentre as entrevistadas, duas se declararam como empreendedoras no setor.

As demais turismólogas entrevistadas mencionaram ter experiência nas áreas de eventos, entretenimento, meios de hospedagem e hotelaria hospitalar. A maioria dessas profissionais ocupa cargos de níveis hierárquicos operacionais, como, recepcionista, atividade de governança à da camareira, assistente administrativo, assistente de eventos, assistente de reservas e consultora de vendas. Nesse contexto, a média de remuneração salarial e benefícios é muito variável, a partir de salário fixo e benefícios de alimentação. Quando o cargo possui comissões, os valores aumentam.

Na área de meios de hospedagem, identificou-se mulheres que desejam trabalhar com turismo, sem fazer grandes investimentos. Isso tem sido possível por meio da proposta de hospedagem domiciliar. Esse é o caso de 13 anfitriãs da plataforma digital *Sisterwave*, como fica em evidência na fala de uma das anfitriãs: “Eu estava morando em um apartamento que tinha dois quartos e um quarto de serviço e eu falei com a minha mãe: “vamos colocar um sofá-cama ali e vamos começar.” Foi uma forma de ter uma renda extra.” (Anfitriã 10, 2020).

O desejo de empreender dessas mulheres vem justamente da percepção de desigualdade que elas possuem acerca de sua realidade, como fica explícito na fala da entrevistada: “tem horas que canso, é um mercado cruel” (Turismóloga 3, 2020). Na tentativa de ter autonomia, definir a própria jornada de trabalho e



conquistar seus objetivos, algumas profissionais têm optado pelo empreendedorismo: “Atualmente eu tive que criar mecanismos para atender minhas expectativas, porque se não tivesse criado minha empresa talvez não estivesse no mercado do turismo” (Turismóloga 9, 2020).

No percurso da prática profissional das entrevistadas de Juiz de Fora, alguns obstáculos foram enfrentados, dentre os quais, destacam-se: a administração de empresas familiares, a relação de subordinação a gestores com visão limitada do turismo, a concorrência com profissionais de formações distintas, a baixa remuneração, bem como o desenvolvimento de habilidades interpessoais na relação com o cliente.

Quando se trata do contexto da pandemia do COVID-19, a situação de mulheres no trabalho em turismo vem ocasionando maiores desafios. De acordo com Campos (2021), “o setor encolheu cerca de 80% em 2020”. Esse dado sustenta os relatos da maioria das turismólogas juiz-foranas entrevistadas, que afirmam ter sofrido com a pandemia, desde quedas no faturamento até mesmo ao desemprego: “Fui demitida e fiquei desempregada por seis meses” (Turismóloga 5, 2020). Em outra perspectiva, “os eventos foram suspensos. Como trabalho com fotografia de casamento, estou sem trabalhar” (Turismóloga 2, 2020). Outra entrevistada afirma: “estava trabalhando em *home office*, mas fui desligada da empresa por conta da pandemia” (Turismóloga 11, 2020). Essa situação também não foi favorável para as anfitriãs da *Sisterwave*: “a pandemia veio e aí me deu aquele “soco na cara”. Tinha acabado de começar a alugar minha casa e essa questão do compartilhamento e do convívio dentro do meu espaço ficou muito complicada” (Anfitriã 7, 2020).

Essa nova realidade vem exigindo “criatividade” das trabalhadoras do setor para sobreviver no mercado. Dentre as alternativas, ainda de acordo com Campos (2021), destaca-se o aumento do turismo doméstico e, sobretudo, o turismo de isolamento, que é descrito por Fabre (2021, s/p) como: “Viagens de curto deslocamento, em que a hospedagem é o foco principal – afinal, estar afastado de grandes centros, sem risco de aglomeração, com espaço amplo e contato com a natureza são os principais critérios de escolha em tempos pandêmicos”.

Para sustentar essa tendência, as mulheres anfitriãs da plataforma digital *Sisterwave* contam com o apoio de uma rede de 449 anfitriãs, distribuídas em

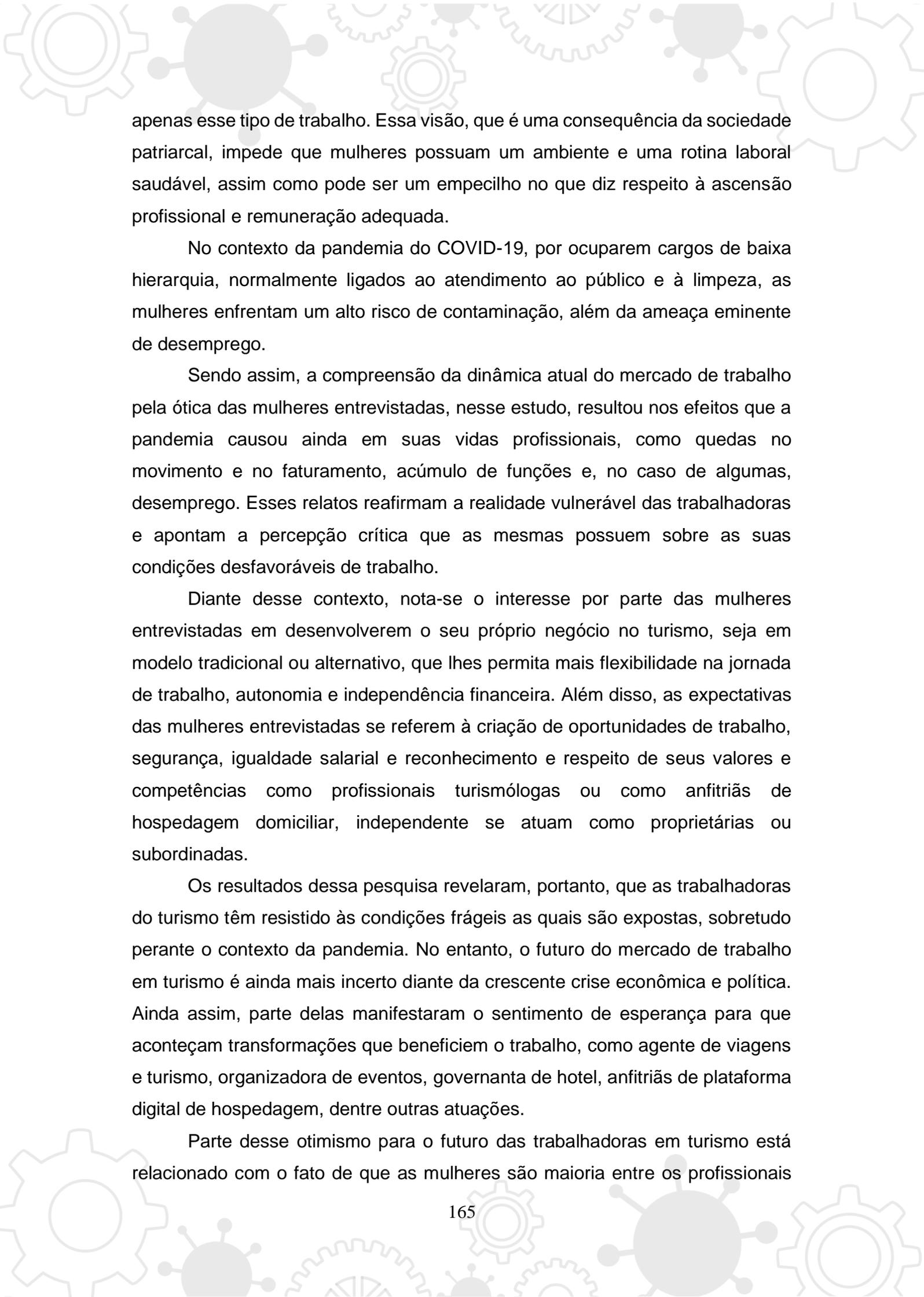
155 cidades brasileiras. Uma das estratégias adotadas é o uso das redes sociais para publicação de informações e imagens de possíveis destinos para praticar o turismo de isolamento, contando com os serviços da plataforma. Outra alternativa experimentada pela *Sisterwave* é a promoção de *tours* virtuais. Com essa ferramenta, as mulheres cadastradas na rede podem continuar trabalhando, sem sair de casa e, tampouco, sem receber hóspedes. O sistema funciona como uma oportunidade de “visitar espaços turísticos através da tecnologia *Google Street View* com o guiamento de moradoras locais, sob o intermédio da plataforma *Sisterwave*” (Nascimento, 2021, p. 19).

No entanto, as mulheres pesquisadas demonstram receio sobre a realidade na pandemia, como fica em evidência na fala, a seguir: “Trabalhadoras da área de turismo precisam de muita proteção. A gente viu agora nesse cenário da pandemia o quanto que as relações, o pacto social é muito frágil” (Anfitriã 9, 2020). Na hotelaria convencional, ocorreram mudanças significativas que passaram a ser enfrentadas pelas profissionais entrevistadas, como o uso da máscara obrigatório para todos os funcionários e clientes, a utilização de álcool em gel e termômetro para aferir a temperatura antes da entrada destes no estabelecimento (Vieira, 2021).

Portanto, registros de desemprego, instabilidade, adaptação de *home office*, diminuição de remuneração, da jornada de trabalho, criação de novos serviços e de protocolos de segurança foram alguns efeitos gerados diretamente pela pandemia ao trabalho em turismo. Ainda assim, algumas entrevistadas demonstraram esperança que o setor consiga se reinventar, conforme o relato a seguir: “com a pandemia, espero que o turismo se reinvente e tenha mais credibilidade no mercado de trabalho na cidade” de Juiz de Fora (Turismóloga 5, 2020).

4. Considerações finais

Nos últimos 50 anos, as mulheres conquistaram espaço no mercado de trabalho em turismo, tornando-se a maior parte da mão de obra do setor. No entanto, a precariedade do trabalho feminino no turismo é alarmante, considerando que as mulheres ainda são associadas às tarefas domésticas e reprodutivas, muitas vezes reduzindo as qualidades e capacidades femininas a



apenas esse tipo de trabalho. Essa visão, que é uma consequência da sociedade patriarcal, impede que mulheres possuam um ambiente e uma rotina laboral saudável, assim como pode ser um empecilho no que diz respeito à ascensão profissional e remuneração adequada.

No contexto da pandemia do COVID-19, por ocuparem cargos de baixa hierarquia, normalmente ligados ao atendimento ao público e à limpeza, as mulheres enfrentam um alto risco de contaminação, além da ameaça eminente de desemprego.

Sendo assim, a compreensão da dinâmica atual do mercado de trabalho pela ótica das mulheres entrevistadas, nesse estudo, resultou nos efeitos que a pandemia causou ainda em suas vidas profissionais, como quedas no movimento e no faturamento, acúmulo de funções e, no caso de algumas, desemprego. Esses relatos reafirmam a realidade vulnerável das trabalhadoras e apontam a percepção crítica que as mesmas possuem sobre as suas condições desfavoráveis de trabalho.

Diante desse contexto, nota-se o interesse por parte das mulheres entrevistadas em desenvolverem o seu próprio negócio no turismo, seja em modelo tradicional ou alternativo, que lhes permita mais flexibilidade na jornada de trabalho, autonomia e independência financeira. Além disso, as expectativas das mulheres entrevistadas se referem à criação de oportunidades de trabalho, segurança, igualdade salarial e reconhecimento e respeito de seus valores e competências como profissionais turismólogas ou como anfitriãs de hospedagem domiciliar, independente se atuam como proprietárias ou subordinadas.

Os resultados dessa pesquisa revelaram, portanto, que as trabalhadoras do turismo têm resistido às condições frágeis as quais são expostas, sobretudo perante o contexto da pandemia. No entanto, o futuro do mercado de trabalho em turismo é ainda mais incerto diante da crescente crise econômica e política. Ainda assim, parte delas manifestaram o sentimento de esperança para que aconteçam transformações que beneficiem o trabalho, como agente de viagens e turismo, organizadora de eventos, governanta de hotel, anfitriãs de plataforma digital de hospedagem, dentre outras atuações.

Parte desse otimismo para o futuro das trabalhadoras em turismo está relacionado com o fato de que as mulheres são maioria entre os profissionais

graduados na área de Turismo, bem como são maioria na força de trabalho em turismo, independente do grau de escolaridade. A pandemia do COVID-19 fez com que o setor repensasse diversos processos e se reinventasse para sobreviver à crise sanitária, o que também é um indicador de que pode haver uma mudança na forma como as mulheres são vistas e valorizadas no que diz respeito ao trabalho em turismo, sobretudo aquelas que decidiram gerir o próprio negócio.

Assim, a compreensão sobre a percepção e as expectativas das mulheres pesquisadas abriu possibilidades para novos estudos, como o monitoramento das transformações do trabalho da mulher no turismo após a vacinação contra o COVID-19, o debate sobre leis e direitos trabalhistas particulares para esse público, bem como, a análise sobre as condições de aumento de empreendimentos liderados por mulheres e as armadilhas da visão romântica do empreendedorismo considerado como a solução para o enfrentamento da crise em curso.

Referências bibliográficas

- Araújo, C.F.S. (2015). A dupla jornada de mulheres no mercado de trabalho turístico em Aracajú – SE. *Cadernos de Gênero e Diversidade*. (vol.1, n 1). <http://doi.org/10.9771/cgd.v1i1.13649>
- Campos, M. (2021). Turismo após um ano de pandemia. *Estadão*. <https://www.viagem.estadao.com.br/blogs/sala-vip/turismo-apos-um-ano-de-pandemia/>
- Fabre, M. (2021). Pandemia impulsiona busca por turismo de isolamento. *Sisterwave*. <https://www.blog.sisterwave.com/viajante/pandemia-impulsiona-busca-por-turismo-de-isolamento/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas – Informações demográficas e socioeconômicas. (2ªed, n.38) https://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf
- Izcarra, C. (2021). *Futuros precários para la equidade de género em el mundo turístico posCOVID-19*. Alba Sud – investigación y comunicación o para el desarrollo. <http://www.albasud.org/noticia/1347/futuros-precarios-para-la-equidad-de-genero-en-el-mundo-turistico-poscovid19>
- Minayo, M. C. (2009). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Ministério do Turismo. (2021). Mulheres são maioria da força de trabalho do Ministério do Turismo. <https://www.gov.br/turismo/pt->

br/assuntos/noticias/mulheres-sao-maioria-na-forca-de-trabalho-do-ministerio-do-turismo.

- Mota, K. M. (2007). *Formação Superior em Turismo na Unifor/CE: Proposta, realidade e reflexo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul].
- Nascimento, J. F. X. do. (2021). *Mulheres viajantes e o uso de plataformas digitais de hospedagem no Brasil: uma análise sobre a plataforma digital Sisterwave*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Juiz de Fora].
- Paula, A. T. de. (2018). Trabalhadores em situação de intensa precariedade. *REL-UITA*. <http://www.rel-uita.org/br/trabalhadores-em-situacao-de-intensa-precariedade/>.
- Silveira, C. E.; Medaglia, J. N. & Nakatani, M. S. M. (2020) O mercado de trabalho dos egressos de cursos superiores em turismo: comparações dos dados de 2012 - 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. 14 (2), 83-94. <http://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1779>.
- Teixeira, R. M. & Bomfim, L.C.S. (2016) Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. 10(1), 44-64. <http://doi.org/10.7784/rbtur.v10i1.855>
- Vieira, C.S. (2021). *A visão dos egressos do curso de Turismo da UFJF sobre o mercado de trabalho em Juiz de Fora – MG (2015-2020)*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Juiz de Fora].

Plano Nacional de Turismo 2018/2022: análise crítica das condições das pessoas trabalhadoras

National Tourism Plan 2018/2022: critical analysis of working people's conditions

Plan Nacional de Turismo 2018/2022: análisis crítico de las condiciones de los trabajadores

Geovana Bacim¹

Luciene Jung de Campos²

Resumo: Sob uma perspectiva feminista, permeada por questões de raça e classe, e através da Análise do Discurso pecheutiana, este artigo busca explicitar o quanto as pessoas trabalhadoras em turismo convivem com o sobretrabalho e estão invisibilizadas no Plano Nacional de Turismo 2018/2022 (PNT 2018/2022) – principal legislação que coordena as prioridades do turismo nacional por quatro anos. A própria legislação brasileira, especialmente após o golpe contra a presidenta da república em 2016 e a reforma trabalhista de 2017, produziu condições para assegurar que não há necessidade de investimento nos postos de trabalho, já que vinculados as questões de cuidado, sendo livremente associados à condição da mulher. A pessoa trabalhadora no PNT 2018/2022 é dita incapaz, interpelada para ser aquela que vai além do trabalho: que deve encantar. Conclui-se que essa trabalhadora é uma mulher negra, haja vista as condições dadas bem como as necessidades vinculadas ao trabalho a ser desempenhado.

Palavras-chave: Plano Nacional de Turismo. Análise do Discurso. Trabalho. Condições de Produção. Mulheres.

Abstract: From a feminist perspective, permeated by of race and class issues, and through the Pecheutian Discourse Analysis, this article seeks to explain how much people working in tourism are made invisible and coexists with overworking by the National Tourism Plan 2018/2022 (PNT2018/2022) - main legislation which coordinates national tourism priorities for four years. The Brazilian legislation itself, especially after the Coup against the President of the Republic in 2016 and the Labor Reform of 2017, produced conditions to ensure that there is no need to invest in tourism jobs posts, as they are attached to care issues, being freely associated with the condition of the working woman. The working person in the PNT 2018/2022 is said to be incapable, asked to be the one who goes beyond work: who must delight. It is concluded that this worker is a black woman, given the conditions as well as the needs linked to the work to be performed.

Keywords: National Tourism Plan. Discourse Analysis. Work. Production Conditions. Women.

¹ Mestranda em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul. Graduada em Direito (UCS). Advogada. E-mail geovanabacim@gmail.com / <http://lattes.cnpq.br/1976630325428312>

² Doutora em Estudos da Linguagem, do texto e do Discurso (UFRGS). Graduada em Psicologia (PUCRS), Professora do Centro de Humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul- PPGTURH/UCS, docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul PPGLET/UFRGS. E-mail ljungdecampos@gmail.com / <http://lattes.cnpq.br/1151177602559882>

Resumen: Desde una perspectiva feminista, permeada por cuestiones de raza y clase, y a través del Análisis del Discurso Pecheutiano, este artículo busca explicar cuánto viven los trabajadores del turismo con el exceso de trabajo, invisibilizados por el Plan Nacional de Turismo 2018/2022 (PNT2018 / 2022) - legislación principal que coordina las prioridades turísticas nacionales durante cuatro años. La propia legislación brasileña, especialmente después del Golpe de Estado contra el Presidente de la República en 2016 y la Reforma Laboral de 2017, generó condiciones para asegurar que no hay necesidad de invertir en empleos en el turismo, ya que están vinculados a temas de cuidado, siendo asociados libremente a la condición de trabajo de las mujeres. Se dice que el trabajador en el PNT 2018/2022 es incapaz, se le pide que sea el que va más allá del trabajo: que lo debe deleitar. Se concluye que esta trabajadora es una mujer negra, dadas las condiciones así como las necesidades vinculadas al trabajo a realizar. **Palabras clave:** Plan Nacional de Turismo. Análisis del habla. Trabajo. Condiciones de producción. Mujeres.

1. Contextualização

As condições de trabalho em turismo em muito deixam a desejar, especialmente quando fazemos o recorte de gênero. A realidade brasileira é de uma situação de imensa discrepância salarial, irregularidades de contratação, jornadas exaustivas e má remuneração. Nesse sentido, com o propósito de discutir a invisibilização das trabalhadoras, será feito recorte de pontos do Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (PNT 2018-2022), contextualizado sob a ótica feminista e através da Análise do Discurso Pecheutiana será montada a crítica sobre como a reforma trabalhista de 2017 tornou a mão de obra ainda menos valorável.

O primeiro impasse da pesquisa é definir o que é trabalho no turismo. Por um lado, as organizações trazidas pela CLT e refutadas pela reforma trabalhista, desfazem as obrigações de cumprimento do disposto na norma positivada, gerando conflito de entendimento e de possível compreensão. Por outro lado, qualquer tipo de troca de horas de vida por salário/remuneração/gorjeta pode ser compreendido como trabalho. Não há qualquer definição simples que seja passível de compreender todas as formas de labor. Para Cañada (2020, p. 4): “É a própria demanda do turista que parece delinear o que será comumente considerado como emprego turístico”. De acordo com Antunes (2009, p. 103), a “noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário”.

Apesar de possuímos no Brasil uma vasta legislação trabalhista e também uma ampla gama de direitos positivados, não há reciprocidade de

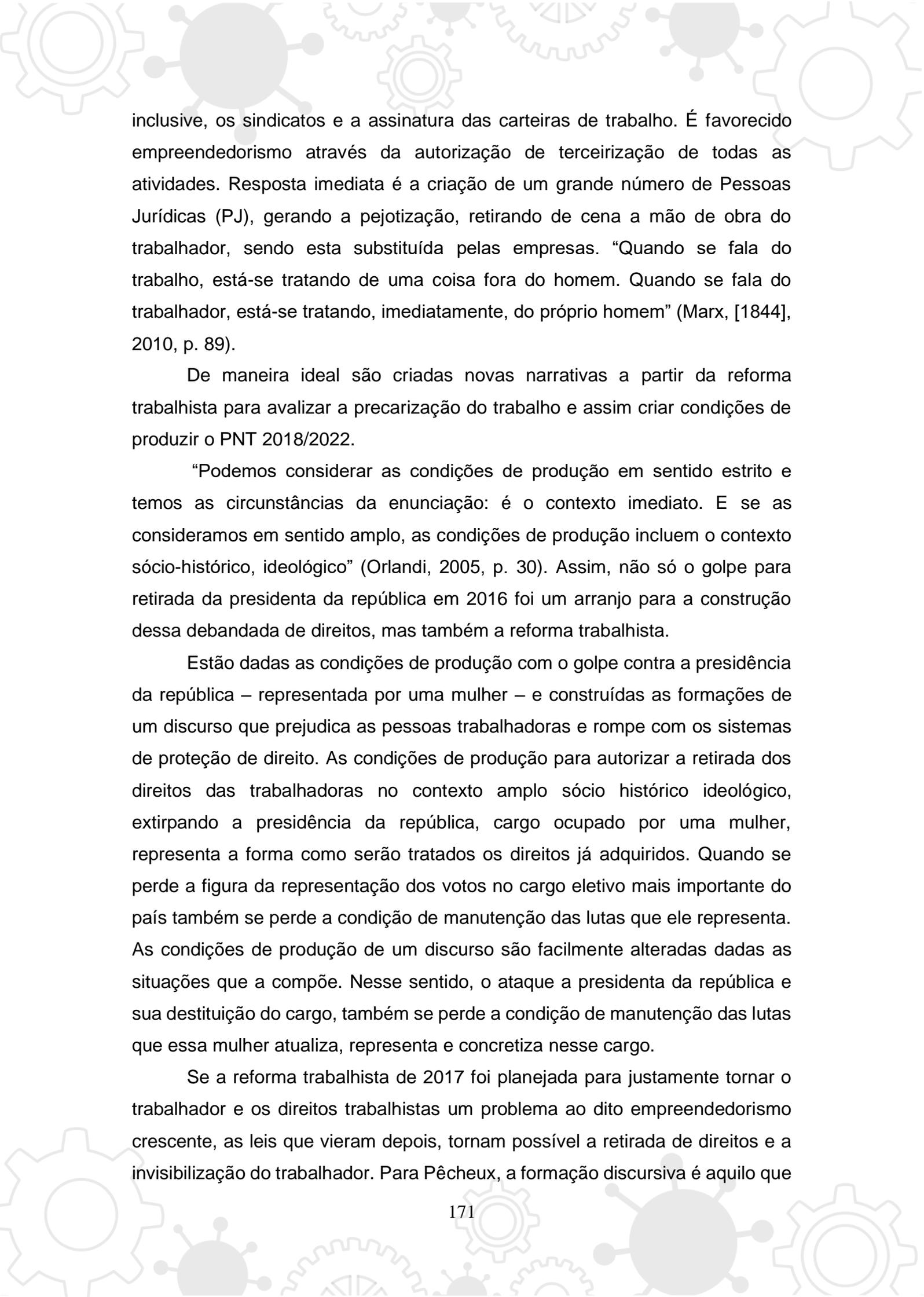
eficácia e eficiência pelo Estado para a proteção das pessoas trabalhadoras. “A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica”. (Beauvoir, 1986, p.83), no sentido de que no decorrer da história as menções aos sujeitos que possuem direitos são diversas e que o sujeito é o que está vivenciando o momento. A construção da lei é a formada também pelas reivindicações e representações das pessoas de uma época.

Nesse sentido, “considerando o lugar dedicado ao trabalho na existência, a questão é saber que tipo de homens a sociedade fabrica através da organização do trabalho” (Dejours, 1987, p. 139), uma vez que tanto a humanidade quanto a condição de trabalho/trabalhador são criadas na história, seja através de leis, seja através das formas de encarar o que já está posto. Ou seja, ao trabalhador é delegado um lugar, assim como à mulher. Esses lugares são limitados e delineados para atender a uma demanda. Embora muitos direitos tenham sido conquistados, “(...) os processos de precarização do trabalho encontram menos resistência e, portanto, se acentuam sua extensão e a velocidade com que ocorrem” (Cañada, 2020, p. 8).

Entretanto, as pessoas trabalhadoras no turismo brasileiro vêm sofrendo com perda de direitos e com a economia em baixa, muito motivado pelo golpe instituído em agosto de 2016 e com a reforma trabalhista de 2017, mas também pelas questões da economia mundial e pela pandemia instaurada desde 2020. Este cenário é propício para a justificativa de que são as trabalhadoras as responsáveis por reverter o caos político, com levantamento de bandeiras duvidosas como “o Brasil não pode parar”. Todavia, a crise anterior à pandemia foi compreendida como uma facilitadora da invisibilização que ocorreria com alterações de leis e mudanças drásticas nas vidas das pessoas, autorizando contratos piores e menos benéficos aos trabalhadores.

2. As condições de produção do Plano Nacional de Turismo (2018/2022)

O PNT 2018/2022 é criado em um período bastante conturbado na política brasileira. A precarização do trabalho autorizada pela reforma da legislação trabalhista, Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, é encarada como uma ferramenta que possibilitou o trabalho intermitente. Com clara afronta aos direitos conquistados pelos trabalhadores, inscritos na CLT, tal lei desestimula,



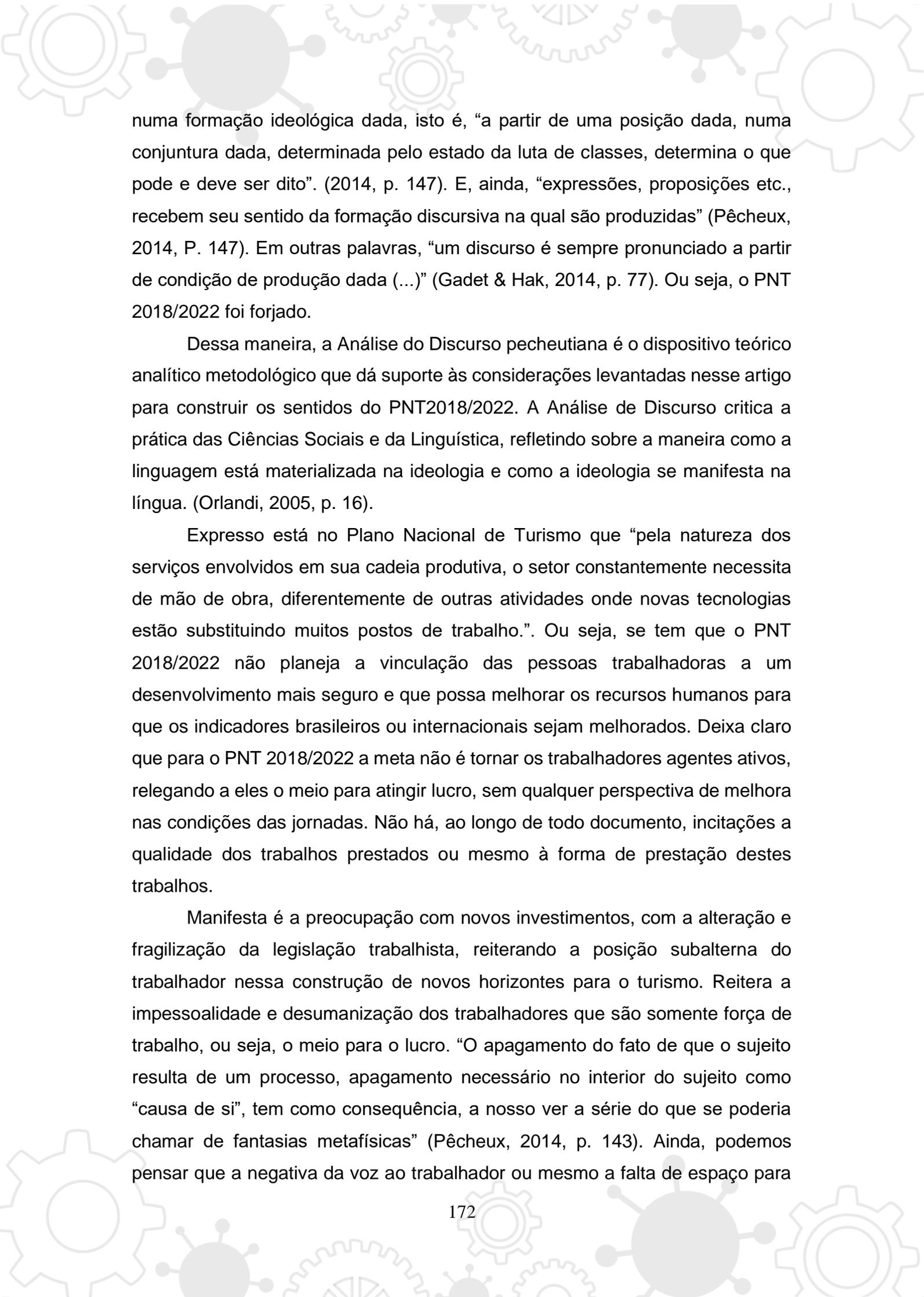
inclusive, os sindicatos e a assinatura das carteiras de trabalho. É favorecido empreendedorismo através da autorização de terceirização de todas as atividades. Resposta imediata é a criação de um grande número de Pessoas Jurídicas (PJ), gerando a pejetização, retirando de cena a mão de obra do trabalhador, sendo esta substituída pelas empresas. “Quando se fala do trabalho, está-se tratando de uma coisa fora do homem. Quando se fala do trabalhador, está-se tratando, imediatamente, do próprio homem” (Marx, [1844], 2010, p. 89).

De maneira ideal são criadas novas narrativas a partir da reforma trabalhista para avaliar a precarização do trabalho e assim criar condições de produzir o PNT 2018/2022.

“Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (Orlandi, 2005, p. 30). Assim, não só o golpe para retirada da presidenta da república em 2016 foi um arranjo para a construção dessa debandada de direitos, mas também a reforma trabalhista.

Estão dadas as condições de produção com o golpe contra a presidência da república – representada por uma mulher – e construídas as formações de um discurso que prejudica as pessoas trabalhadoras e rompe com os sistemas de proteção de direito. As condições de produção para autorizar a retirada dos direitos das trabalhadoras no contexto amplo sócio histórico ideológico, extirpando a presidência da república, cargo ocupado por uma mulher, representa a forma como serão tratados os direitos já adquiridos. Quando se perde a figura da representação dos votos no cargo eletivo mais importante do país também se perde a condição de manutenção das lutas que ele representa. As condições de produção de um discurso são facilmente alteradas dadas as situações que a compõe. Nesse sentido, o ataque a presidenta da república e sua destituição do cargo, também se perde a condição de manutenção das lutas que essa mulher atualiza, representa e concretiza nesse cargo.

Se a reforma trabalhista de 2017 foi planejada para justamente tornar o trabalhador e os direitos trabalhistas um problema ao dito empreendedorismo crescente, as leis que vieram depois, tornam possível a retirada de direitos e a invisibilização do trabalhador. Para Pêcheux, a formação discursiva é aquilo que

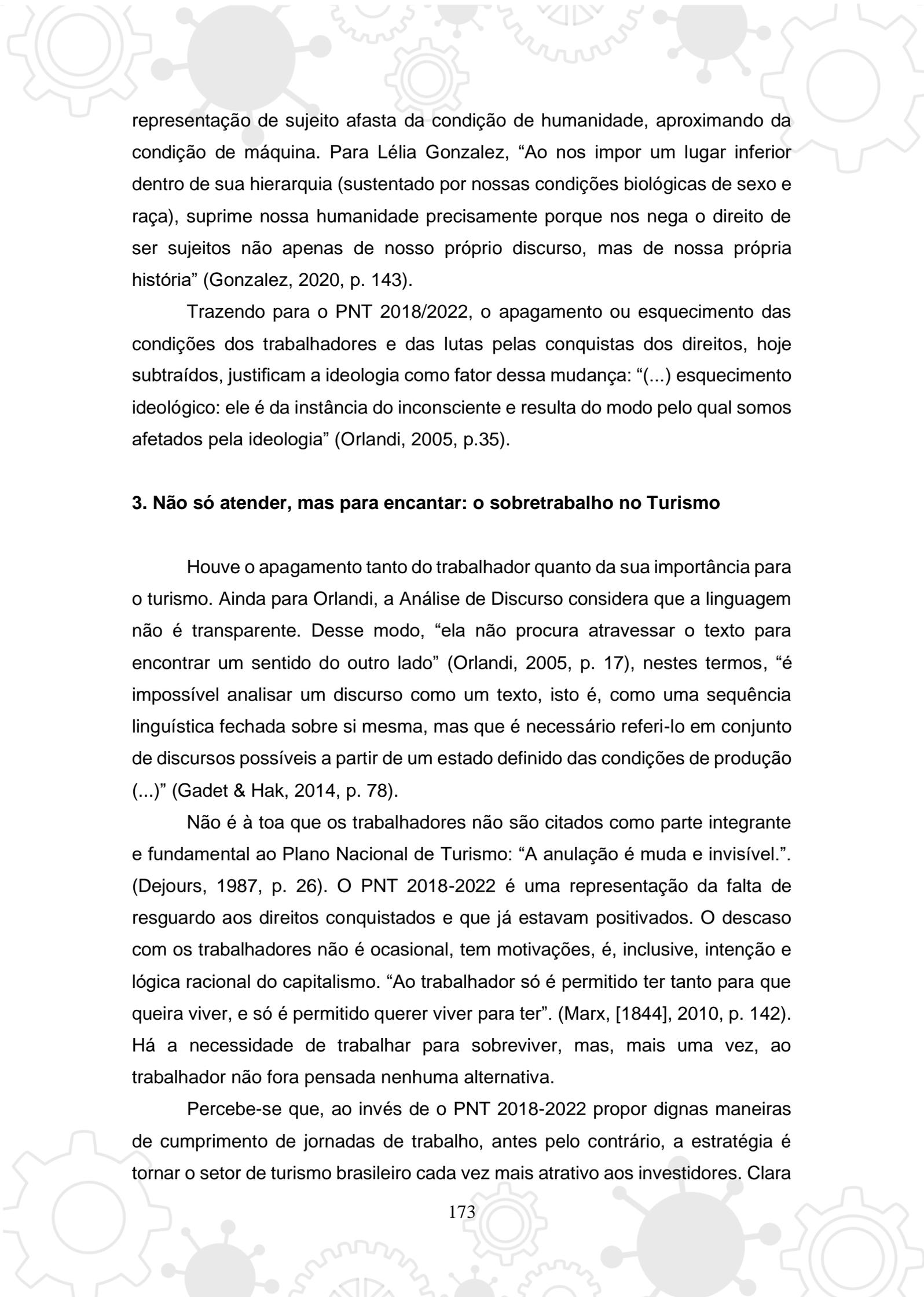


numa formação ideológica dada, isto é, “a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. (2014, p. 147). E, ainda, “expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (Pêcheux, 2014, P. 147). Em outras palavras, “um discurso é sempre pronunciado a partir de condição de produção dada (...)” (Gadet & Hak, 2014, p. 77). Ou seja, o PNT 2018/2022 foi forjado.

Dessa maneira, a Análise do Discurso pecheutiana é o dispositivo teórico analítico metodológico que dá suporte às considerações levantadas nesse artigo para construir os sentidos do PNT2018/2022. A Análise de Discurso critica a prática das Ciências Sociais e da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua. (Orlandi, 2005, p. 16).

Expresso está no Plano Nacional de Turismo que “pela natureza dos serviços envolvidos em sua cadeia produtiva, o setor constantemente necessita de mão de obra, diferentemente de outras atividades onde novas tecnologias estão substituindo muitos postos de trabalho.”. Ou seja, se tem que o PNT 2018/2022 não planeja a vinculação das pessoas trabalhadoras a um desenvolvimento mais seguro e que possa melhorar os recursos humanos para que os indicadores brasileiros ou internacionais sejam melhorados. Deixa claro que para o PNT 2018/2022 a meta não é tornar os trabalhadores agentes ativos, relegando a eles o meio para atingir lucro, sem qualquer perspectiva de melhora nas condições das jornadas. Não há, ao longo de todo documento, incitações a qualidade dos trabalhos prestados ou mesmo à forma de prestação destes trabalhos.

Manifesta é a preocupação com novos investimentos, com a alteração e fragilização da legislação trabalhista, reiterando a posição subalterna do trabalhador nessa construção de novos horizontes para o turismo. Reitera a impessoalidade e desumanização dos trabalhadores que são somente força de trabalho, ou seja, o meio para o lucro. “O apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo, apagamento necessário no interior do sujeito como “causa de si”, tem como consequência, a nosso ver a série do que se poderia chamar de fantasias metafísicas” (Pêcheux, 2014, p. 143). Ainda, podemos pensar que a negativa da voz ao trabalhador ou mesmo a falta de espaço para



representação de sujeito afasta da condição de humanidade, aproximando da condição de máquina. Para Lélia Gonzalez, “Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história” (Gonzalez, 2020, p. 143).

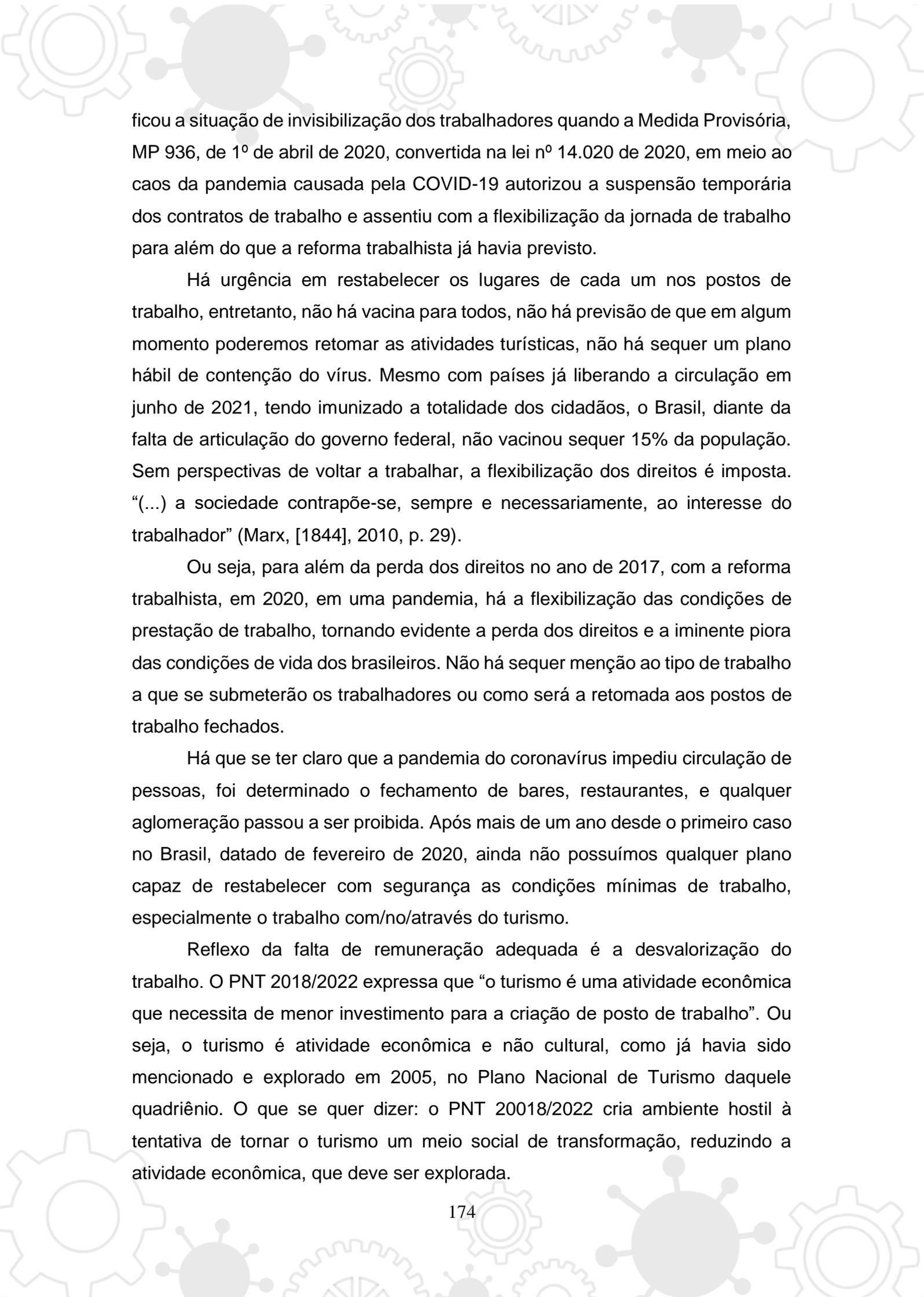
Trazendo para o PNT 2018/2022, o apagamento ou esquecimento das condições dos trabalhadores e das lutas pelas conquistas dos direitos, hoje subtraídos, justificam a ideologia como fator dessa mudança: “(...) esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (Orlandi, 2005, p.35).

3. Não só atender, mas para encantar: o sobretrabalho no Turismo

Houve o apagamento tanto do trabalhador quanto da sua importância para o turismo. Ainda para Orlandi, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, “ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado” (Orlandi, 2005, p. 17), nestes termos, “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo em conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (...)” (Gadet & Hak, 2014, p. 78).

Não é à toa que os trabalhadores não são citados como parte integrante e fundamental ao Plano Nacional de Turismo: “A anulação é muda e invisível.”. (Dejours, 1987, p. 26). O PNT 2018-2022 é uma representação da falta de resguardo aos direitos conquistados e que já estavam positivados. O descaso com os trabalhadores não é ocasional, tem motivações, é, inclusive, intenção e lógica racional do capitalismo. “Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter”. (Marx, [1844], 2010, p. 142). Há a necessidade de trabalhar para sobreviver, mas, mais uma vez, ao trabalhador não fora pensada nenhuma alternativa.

Percebe-se que, ao invés de o PNT 2018-2022 propor dignas maneiras de cumprimento de jornadas de trabalho, antes pelo contrário, a estratégia é tornar o setor de turismo brasileiro cada vez mais atrativo aos investidores. Clara



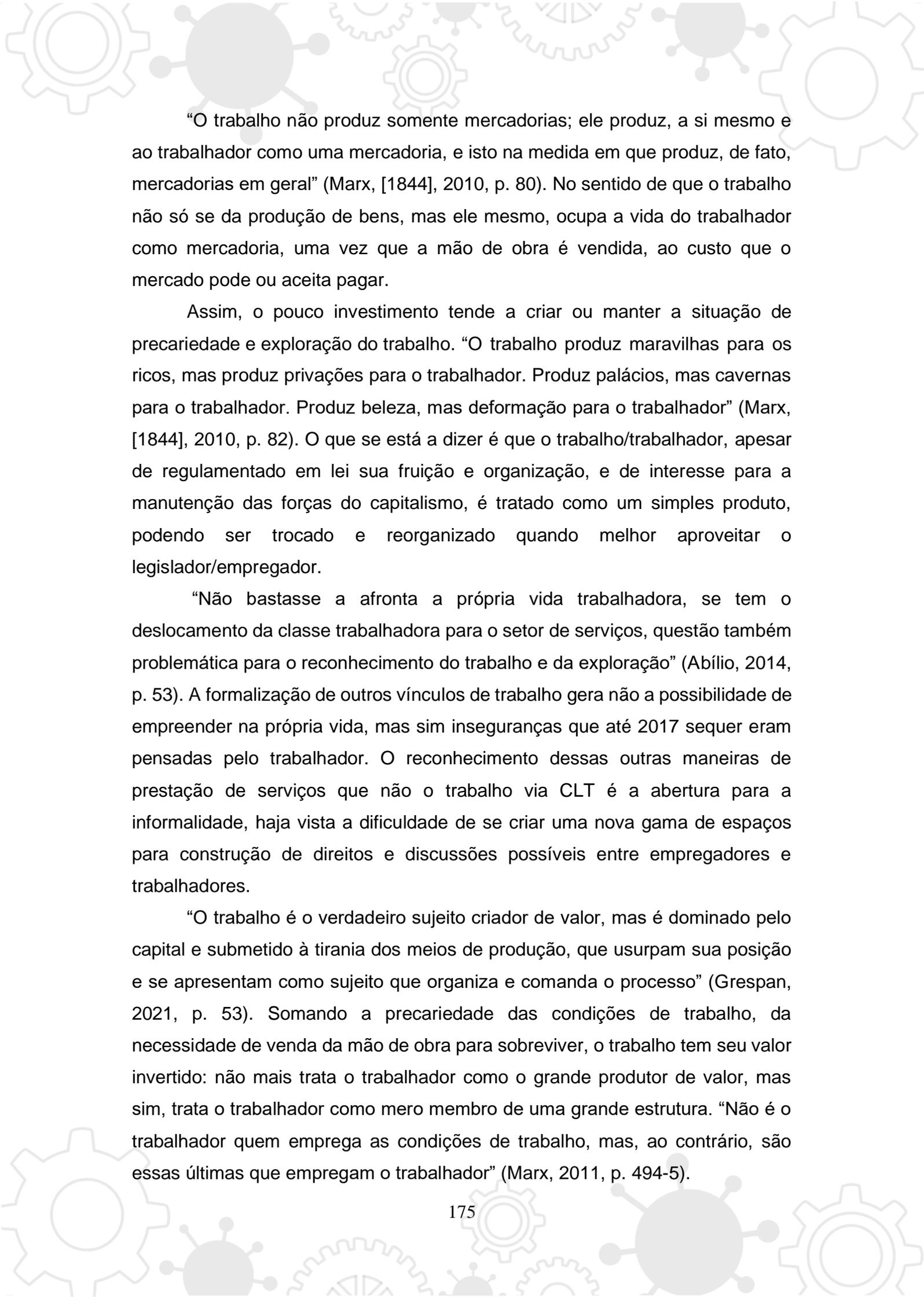
ficou a situação de invisibilização dos trabalhadores quando a Medida Provisória, MP 936, de 1º de abril de 2020, convertida na lei nº 14.020 de 2020, em meio ao caos da pandemia causada pela COVID-19 autorizou a suspensão temporária dos contratos de trabalho e assentiu com a flexibilização da jornada de trabalho para além do que a reforma trabalhista já havia previsto.

Há urgência em restabelecer os lugares de cada um nos postos de trabalho, entretanto, não há vacina para todos, não há previsão de que em algum momento poderemos retomar as atividades turísticas, não há sequer um plano hábil de contenção do vírus. Mesmo com países já liberando a circulação em junho de 2021, tendo imunizado a totalidade dos cidadãos, o Brasil, diante da falta de articulação do governo federal, não vacinou sequer 15% da população. Sem perspectivas de voltar a trabalhar, a flexibilização dos direitos é imposta. “(...) a sociedade contrapõe-se, sempre e necessariamente, ao interesse do trabalhador” (Marx, [1844], 2010, p. 29).

Ou seja, para além da perda dos direitos no ano de 2017, com a reforma trabalhista, em 2020, em uma pandemia, há a flexibilização das condições de prestação de trabalho, tornando evidente a perda dos direitos e a iminente piora das condições de vida dos brasileiros. Não há sequer menção ao tipo de trabalho a que se submeterão os trabalhadores ou como será a retomada aos postos de trabalho fechados.

Há que se ter claro que a pandemia do coronavírus impediu circulação de pessoas, foi determinado o fechamento de bares, restaurantes, e qualquer aglomeração passou a ser proibida. Após mais de um ano desde o primeiro caso no Brasil, datado de fevereiro de 2020, ainda não possuímos qualquer plano capaz de restabelecer com segurança as condições mínimas de trabalho, especialmente o trabalho com/no/através do turismo.

Reflexo da falta de remuneração adequada é a desvalorização do trabalho. O PNT 2018/2022 expressa que “o turismo é uma atividade econômica que necessita de menor investimento para a criação de posto de trabalho”. Ou seja, o turismo é atividade econômica e não cultural, como já havia sido mencionado e explorado em 2005, no Plano Nacional de Turismo daquele quadriênio. O que se quer dizer: o PNT 20018/2022 cria ambiente hostil à tentativa de tornar o turismo um meio social de transformação, reduzindo a atividade econômica, que deve ser explorada.

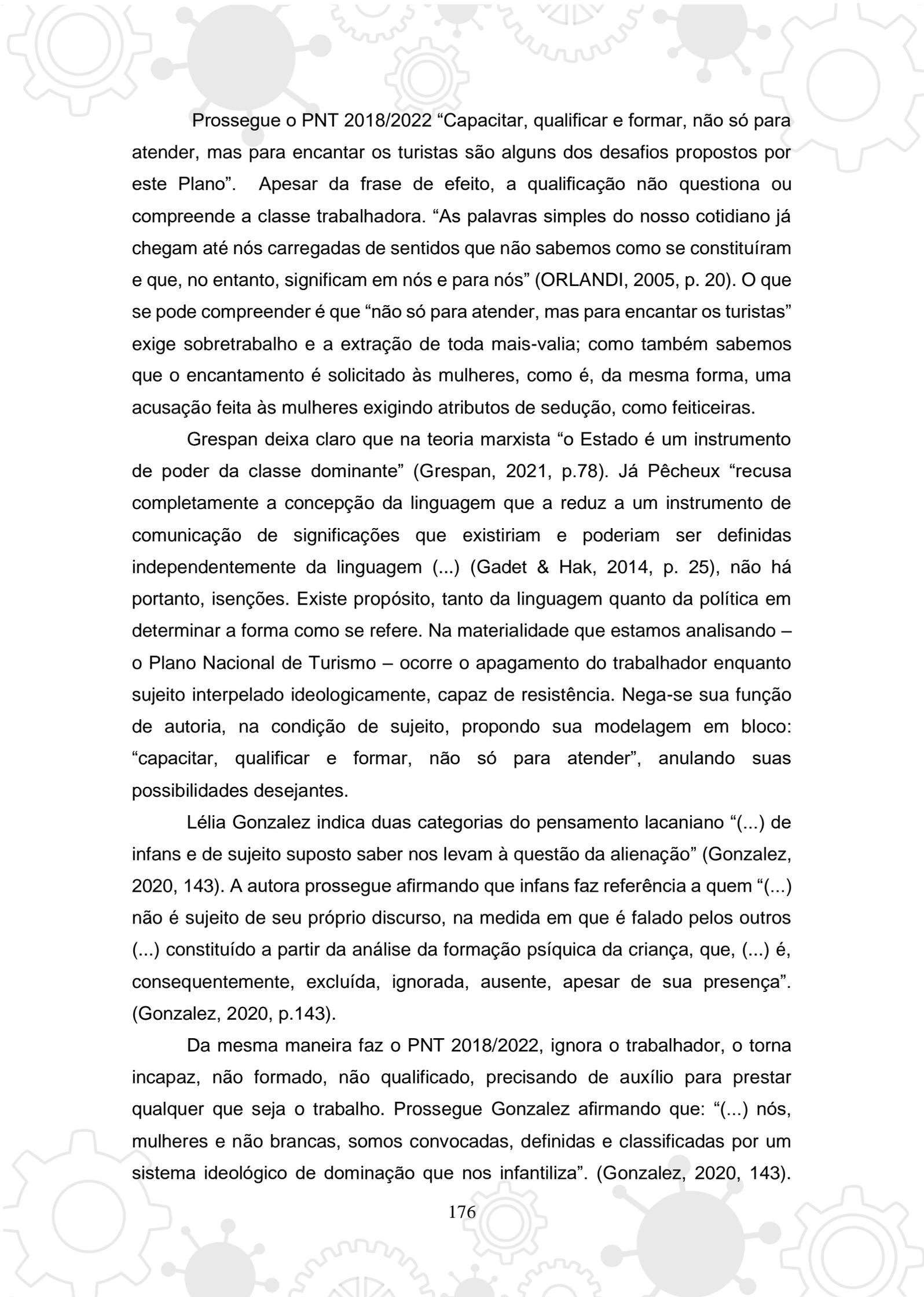


“O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz, a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (Marx, [1844], 2010, p. 80). No sentido de que o trabalho não só se da produção de bens, mas ele mesmo, ocupa a vida do trabalhador como mercadoria, uma vez que a mão de obra é vendida, ao custo que o mercado pode ou aceita pagar.

Assim, o pouco investimento tende a criar ou manter a situação de precariedade e exploração do trabalho. “O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privações para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador” (Marx, [1844], 2010, p. 82). O que se está a dizer é que o trabalho/trabalhador, apesar de regulamentado em lei sua fruição e organização, e de interesse para a manutenção das forças do capitalismo, é tratado como um simples produto, podendo ser trocado e reorganizado quando melhor aproveitar o legislador/empregador.

“Não bastasse a afronta a própria vida trabalhadora, se tem o deslocamento da classe trabalhadora para o setor de serviços, questão também problemática para o reconhecimento do trabalho e da exploração” (Abílio, 2014, p. 53). A formalização de outros vínculos de trabalho gera não a possibilidade de empreender na própria vida, mas sim inseguranças que até 2017 sequer eram pensadas pelo trabalhador. O reconhecimento dessas outras maneiras de prestação de serviços que não o trabalho via CLT é a abertura para a informalidade, haja vista a dificuldade de se criar uma nova gama de espaços para construção de direitos e discussões possíveis entre empregadores e trabalhadores.

“O trabalho é o verdadeiro sujeito criador de valor, mas é dominado pelo capital e submetido à tirania dos meios de produção, que usurpam sua posição e se apresentam como sujeito que organiza e comanda o processo” (Grespan, 2021, p. 53). Somando a precariedade das condições de trabalho, da necessidade de venda da mão de obra para sobreviver, o trabalho tem seu valor invertido: não mais trata o trabalhador como o grande produtor de valor, mas sim, trata o trabalhador como mero membro de uma grande estrutura. “Não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são essas últimas que empregam o trabalhador” (Marx, 2011, p. 494-5).

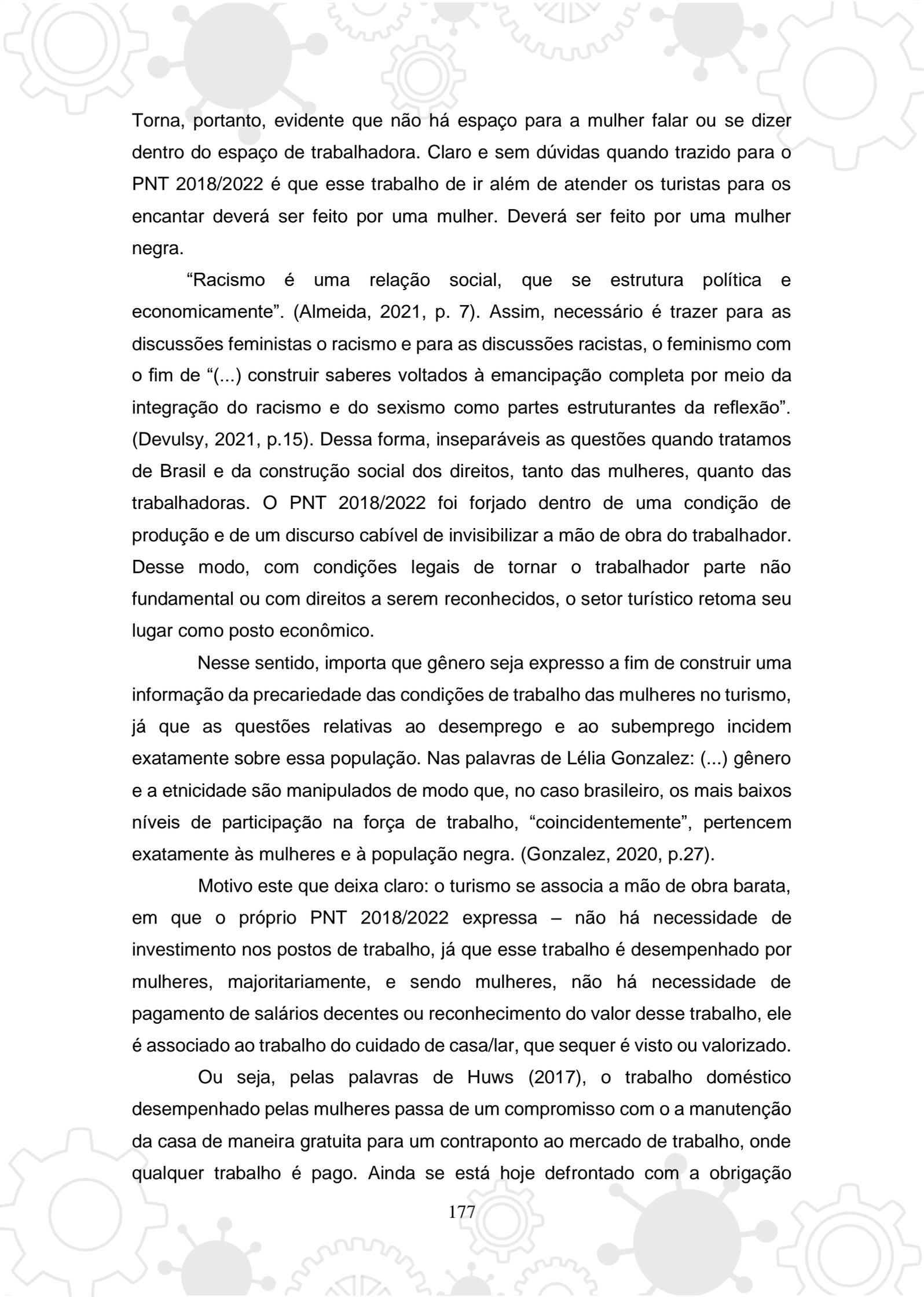


Prossegue o PNT 2018/2022 “Capacitar, qualificar e formar, não só para atender, mas para encantar os turistas são alguns dos desafios propostos por este Plano”. Apesar da frase de efeito, a qualificação não questiona ou compreende a classe trabalhadora. “As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2005, p. 20). O que se pode compreender é que “não só para atender, mas para encantar os turistas” exige sobretrabalho e a extração de toda mais-valia; como também sabemos que o encantamento é solicitado às mulheres, como é, da mesma forma, uma acusação feita às mulheres exigindo atributos de sedução, como feiticeiras.

Grespan deixa claro que na teoria marxista “o Estado é um instrumento de poder da classe dominante” (Grespan, 2021, p.78). Já Pêcheux “recusa completamente a concepção da linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem (...) (Gadet & Hak, 2014, p. 25), não há portanto, isenções. Existe propósito, tanto da linguagem quanto da política em determinar a forma como se refere. Na materialidade que estamos analisando – o Plano Nacional de Turismo – ocorre o apagamento do trabalhador enquanto sujeito interpelado ideologicamente, capaz de resistência. Nega-se sua função de autoria, na condição de sujeito, propondo sua modelagem em bloco: “capacitar, qualificar e formar, não só para atender”, anulando suas possibilidades desejantes.

Lélia Gonzalez indica duas categorias do pensamento lacaniano “(...) de infans e de sujeito suposto saber nos levam à questão da alienação” (Gonzalez, 2020, 143). A autora prossegue afirmando que infans faz referência a quem “(...) não é sujeito de seu próprio discurso, na medida em que é falado pelos outros (...) constituído a partir da análise da formação psíquica da criança, que, (...) é, conseqüentemente, excluída, ignorada, ausente, apesar de sua presença”. (Gonzalez, 2020, p.143).

Da mesma maneira faz o PNT 2018/2022, ignora o trabalhador, o torna incapaz, não formado, não qualificado, precisando de auxílio para prestar qualquer que seja o trabalho. Prossegue Gonzalez afirmando que: “(...) nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza”. (Gonzalez, 2020, 143).



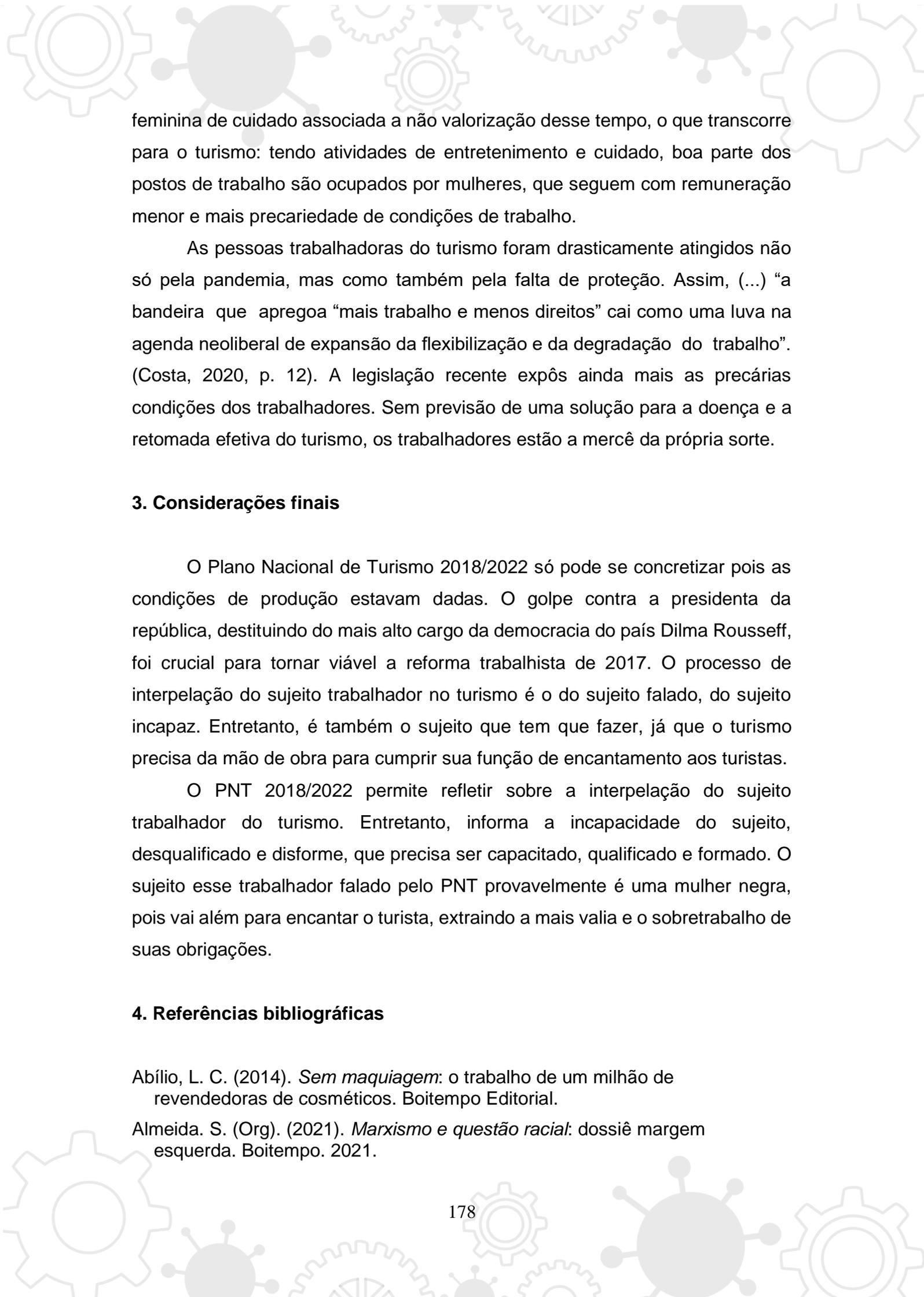
Torna, portanto, evidente que não há espaço para a mulher falar ou se dizer dentro do espaço de trabalhadora. Claro e sem dúvidas quando trazido para o PNT 2018/2022 é que esse trabalho de ir além de atender os turistas para os encantar deverá ser feito por uma mulher. Deverá ser feito por uma mulher negra.

“Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente”. (Almeida, 2021, p. 7). Assim, necessário é trazer para as discussões feministas o racismo e para as discussões racistas, o feminismo com o fim de “(...) construir saberes voltados à emancipação completa por meio da integração do racismo e do sexismo como partes estruturantes da reflexão”. (Devulsy, 2021, p.15). Dessa forma, inseparáveis as questões quando tratamos de Brasil e da construção social dos direitos, tanto das mulheres, quanto das trabalhadoras. O PNT 2018/2022 foi forjado dentro de uma condição de produção e de um discurso cabível de invisibilizar a mão de obra do trabalhador. Desse modo, com condições legais de tornar o trabalhador parte não fundamental ou com direitos a serem reconhecidos, o setor turístico retoma seu lugar como posto econômico.

Nesse sentido, importa que gênero seja expresso a fim de construir uma informação da precariedade das condições de trabalho das mulheres no turismo, já que as questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem exatamente sobre essa população. Nas palavras de Lélia Gonzalez: (...) gênero e a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentemente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra. (Gonzalez, 2020, p.27).

Motivo este que deixa claro: o turismo se associa a mão de obra barata, em que o próprio PNT 2018/2022 expressa – não há necessidade de investimento nos postos de trabalho, já que esse trabalho é desempenhado por mulheres, majoritariamente, e sendo mulheres, não há necessidade de pagamento de salários decentes ou reconhecimento do valor desse trabalho, ele é associado ao trabalho do cuidado de casa/lar, que sequer é visto ou valorizado.

Ou seja, pelas palavras de Huws (2017), o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres passa de um compromisso com o a manutenção da casa de maneira gratuita para um contraponto ao mercado de trabalho, onde qualquer trabalho é pago. Ainda se está hoje defrontado com a obrigação



feminina de cuidado associada a não valorização desse tempo, o que transcorre para o turismo: tendo atividades de entretenimento e cuidado, boa parte dos postos de trabalho são ocupados por mulheres, que seguem com remuneração menor e mais precariedade de condições de trabalho.

As pessoas trabalhadoras do turismo foram drasticamente atingidos não só pela pandemia, mas como também pela falta de proteção. Assim, (...) “a bandeira que apregoa “mais trabalho e menos direitos” cai como uma luva na agenda neoliberal de expansão da flexibilização e da degradação do trabalho”. (Costa, 2020, p. 12). A legislação recente expôs ainda mais as precárias condições dos trabalhadores. Sem previsão de uma solução para a doença e a retomada efetiva do turismo, os trabalhadores estão a mercê da própria sorte.

3. Considerações finais

O Plano Nacional de Turismo 2018/2022 só pode se concretizar pois as condições de produção estavam dadas. O golpe contra a presidenta da república, destituindo do mais alto cargo da democracia do país Dilma Rousseff, foi crucial para tornar viável a reforma trabalhista de 2017. O processo de interpelação do sujeito trabalhador no turismo é o do sujeito falado, do sujeito incapaz. Entretanto, é também o sujeito que tem que fazer, já que o turismo precisa da mão de obra para cumprir sua função de encantamento aos turistas.

O PNT 2018/2022 permite refletir sobre a interpelação do sujeito trabalhador do turismo. Entretanto, informa a incapacidade do sujeito, desqualificado e disforme, que precisa ser capacitado, qualificado e formado. O sujeito esse trabalhador falado pelo PNT provavelmente é uma mulher negra, pois vai além para encantar o turista, extraíndo a mais valia e o sobretrabalho de suas obrigações.

4. Referências bibliográficas

Abílio, L. C. (2014). *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. Boitempo Editorial.

Almeida. S. (Org). (2021). *Marxismo e questão racial: dossiê margem esquerda*. Boitempo. 2021.

- Antunes, R. (2009). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Beauvoir, S. (1986). *O Segundo Sexo*. Círculo do Livro.
- Brasil. (2020). *Medida provisória nº 936, de 1 de abril de 2020*: Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.
- Brasil. (2019). *Decreto nº 9.791, de 14 de maio de 2019*: Aprova o Plano Nacional de Turismo 2018-2022.
- Brasil. (2018). *Plano Nacional De Turismo: metas, diretrizes, linhas de atuação e respectivas iniciativas que compõem o Plano Nacional de Turismo 2018-2022* lançado em 27 de março de 2018.
http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf
- Cañada, E. (2020). Trabalho turístico e precariedade. Seminário Virtual Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo: Estudos & Práticas, 9, 1-21. <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/article/view/2533>
- COSTA, J. H. (2020). Trabalho, precarização e controle ideológico na economia do turismo. Seminário Virtual Perspectivas Críticas sobre o Trabalho no Turismo: Estudos & Práticas, 9, 1-13.
<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/article/view/2535/2307>
- Dejours, C. (1987). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez Editora.
- Devulsky, A. (2021) Estado, racismo e materialismo. In ALMEIDA, S. (Org). (2021). *Marxismo e questão racial: dossiê margem esquerda* (p. 11-22). Boitempo. 2021.
- Gadet, F., & Hak, T. (Orgs). (2014). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Editora Unicamp.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e Zahar*.
- Grespan, J. (2021). *Marx: uma introdução*. Boitempo.
- Huws, U. (2017). *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Editora da Unicamp.
- Marx, K. (2011). *O capital: crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do capital*. Boitempo.
- Orlandi, E. P. (2005). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Editora Pontes.
- Pêcheux, M. (2014). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora Unicamp.

Divisão sexual do trabalho no setor de turismo: uma compreensão do agenciamento de viagem

Sexual division of work in the tourism sector: an understanding of travel agency

División sexual del trabajo en el sector turístico: una comprensión de la agencia de viajes

Thiago Eduardo Freitas Bicalho¹
Raquel Quirino²

Resumo: Embora a participação feminina no setor de turismo vem crescendo em ritmo acelerado, as mulheres recebem menos que os homens (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2015). Nesse contexto, se faz o questionamento de como se dá Divisão Sexual do Trabalho no setor de turismo e como é vivenciada nas carreiras dos/as trabalhadores/as atuantes no agenciamento de viagem. A busca pela resposta a este questionamento incitou outras questões relacionadas à precarização do trabalho; à Educação Profissional e Tecnológica; às concepções de carreiras e seus processos formativos; às desigualdades evidenciadas na formação, nas relações de trabalho e na vida cotidiana de homens e mulheres atuantes nessa área e suas estratégias de resistência e enfrentamento. Desta forma, o presente relato de pesquisa visa compor a discussão acadêmica acerca da Divisão Sexual do Trabalho no setor de turismo a partir da compreensão de sua dinâmica nas carreiras de sujeitos homens e mulheres atuantes no agenciamento de viagem, problematizando as vivências, as desigualdades e as estratégias de resistência e enfrentamento. Apresenta-se uma revisão da literatura associando o descritor "turismo" aos "profissão", "carreira" e "trajetória profissional". Discute-se neste relato de pesquisa a abordagem metodológica escolhida e os caminhos desenhados para a pesquisa teórico-conceitual e empírica.

Palavras-chave: Educação tecnológica. Trabalho. Divisão sexual do trabalho. Carreira. Profissionais de turismo e hospitalidade.

Abstract: Although female participation in the tourism sector has been growing at a rapid pace, women are paid less than men (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2015). In this context, the question is raised about how the Sexual Division of Labor takes place in the tourism sector and how it is experienced in the careers of workers working in travel agency. The search for an answer to this question prompted other issues related to the precariousness of work; to Professional and Technological Education; the conceptions of careers and their formative processes; to the inequalities evidenced in the training, in the work relationships and in the daily life of men and women working in this area and their resistance and coping strategies. Thus, this research report aims to compose the academic discussion about the Sexual Division of Labor in the tourism sector from the understanding of its dynamics in the careers of male and female subjects working in travel agency, problematizing the experiences, inequalities and resistance and coping strategies. A literature review is presented associating the descriptor "tourism" with "profession", "career" and "professional trajectory". This research report discusses the chosen methodological approach and the paths designed for theoretical-conceptual and empirical research.

¹ Pós-graduado em Juventude no Mundo Contemporâneo, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE, thiagoe.bicalho@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3400737056863248>.

² Pós-doutorado e Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, quirinoraquel@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3286747885641896>.

Keywords: Technological education. Work. Sexual division of work. Career. Tourism and hospitality professionals.

Resumen: Aunque la participación femenina en el sector turístico ha ido creciendo a un ritmo acelerado, las mujeres reciben un salario inferior al de los hombres (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2015). En este contexto, se plantea la cuestión de cómo se desarrolla la División Sexual del Trabajo en el sector turístico y cómo se vive en las carreras de los trabajadores que laboran en agencias de viajes. La búsqueda de una respuesta a esta pregunta generó otros temas relacionados con la precariedad del trabajo; a la Educación Profesional y Tecnológica; las concepciones de carreras y sus procesos formativos; a las desigualdades que se evidencian en la formación, en las relaciones laborales y en la vida diaria de hombres y mujeres que trabajan en esta área y sus estrategias de resistencia y afrontamiento. Así, este informe de investigación tiene como objetivo componer la discusión académica sobre la División Sexual del Trabajo en el sector turístico a partir de la comprensión de su dinámica en las carreras de sujetos masculinos y femeninos que laboran en agencia de viajes, problematizando las experiencias, desigualdades y estrategias de resistencia y afrontamiento. Se presenta una revisión de la literatura asociando el descriptor "turismo" con "profesión", "carrera" y "trayectoria profesional". Este informe de investigación discute el enfoque metodológico elegido y los caminos diseñados para la investigación teórico-conceptual y empírica.

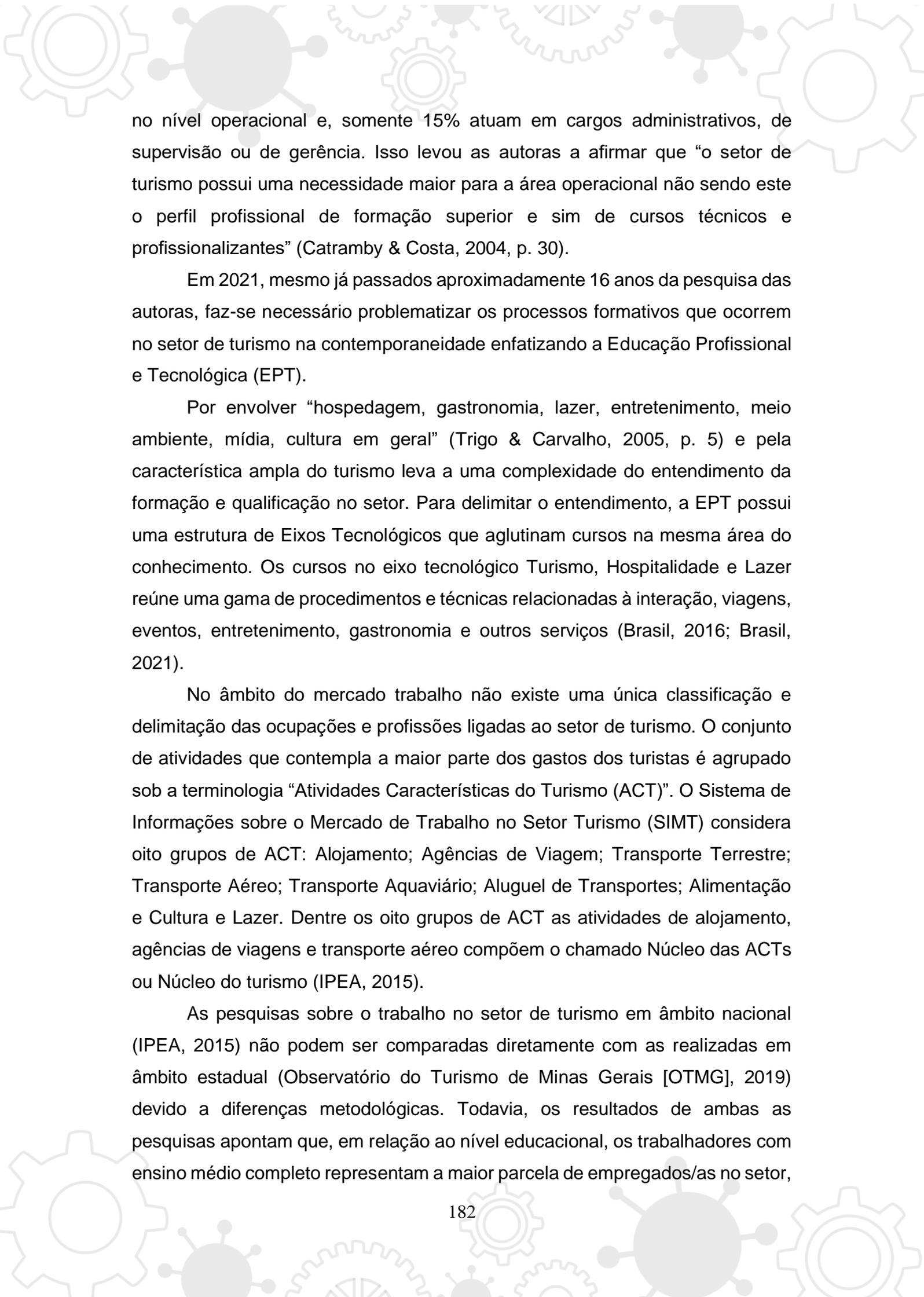
Palabras clave: Educación tecnológica. Trabaja. División sexual del trabajo. Carrera profesional. Profesionales del turismo y la hostelería.

Introdução e revisão da literatura

Existe no setor do turismo um forte discurso da geração de emprego e renda evidenciando o papel das empresas como central no processo de desenvolvimento do turismo, todavia temos que compreender o papel que a venda da força de trabalho de homens e mulheres atuantes neste setor possibilita e impulsiona o crescimento. Ao analisar o trabalho pela perspectiva do/da trabalhador/a³ verifica-se que a possibilidade de lucro dos empresários é oriundo do trabalho produtivo – aquele que proporciona ganhos financeiros -, associado ao trabalho reprodutivo - que garante a manutenção da vida e gera “valor de uso e não [...] valor de troca” (Antunes, 2009, p. 102).

O setor de turismo valoriza a qualificação profissional devido a sua importância na melhoria da prestação de serviços. Catramby e Costa (2004) apresentam uma pesquisa do então Instituto de Hospitalidade (IH) na qual aponta que as empresas são compostas majoritariamente por trabalhadores/as

³ Ao longo da pesquisa será discutida a ideia de trabalhador/a para além do operário/trabalhador/a assalariado/a, buscando assim, apresentar contextos e formas de organização do trabalho na contemporaneidade como: novo proletariado de serviços, trabalhador/a autônomo, terceirizado, trabalho intermitente, trabalho digital e outros (Antunes, 2020a; Antunes, 2020b).



no nível operacional e, somente 15% atuam em cargos administrativos, de supervisão ou de gerência. Isso levou as autoras a afirmar que “o setor de turismo possui uma necessidade maior para a área operacional não sendo este o perfil profissional de formação superior e sim de cursos técnicos e profissionalizantes” (Catramby & Costa, 2004, p. 30).

Em 2021, mesmo já passados aproximadamente 16 anos da pesquisa das autoras, faz-se necessário problematizar os processos formativos que ocorrem no setor de turismo na contemporaneidade enfatizando a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Por envolver “hospedagem, gastronomia, lazer, entretenimento, meio ambiente, mídia, cultura em geral” (Trigo & Carvalho, 2005, p. 5) e pela característica ampla do turismo leva a uma complexidade do entendimento da formação e qualificação no setor. Para delimitar o entendimento, a EPT possui uma estrutura de Eixos Tecnológicos que aglutinam cursos na mesma área do conhecimento. Os cursos no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer reúne uma gama de procedimentos e técnicas relacionadas à interação, viagens, eventos, entretenimento, gastronomia e outros serviços (Brasil, 2016; Brasil, 2021).

No âmbito do mercado trabalho não existe uma única classificação e delimitação das ocupações e profissões ligadas ao setor de turismo. O conjunto de atividades que contempla a maior parte dos gastos dos turistas é agrupado sob a terminologia “Atividades Características do Turismo (ACT)”. O Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) considera oito grupos de ACT: Alojamento; Agências de Viagem; Transporte Terrestre; Transporte Aéreo; Transporte Aquaviário; Aluguel de Transportes; Alimentação e Cultura e Lazer. Dentre os oito grupos de ACT as atividades de alojamento, agências de viagens e transporte aéreo compõem o chamado Núcleo das ACTs ou Núcleo do turismo (IPEA, 2015).

As pesquisas sobre o trabalho no setor de turismo em âmbito nacional (IPEA, 2015) não podem ser comparadas diretamente com as realizadas em âmbito estadual (Observatório do Turismo de Minas Gerais [OTMG], 2019) devido a diferenças metodológicas. Todavia, os resultados de ambas as pesquisas apontam que, em relação ao nível educacional, os trabalhadores com ensino médio completo representam a maior parcela de empregados/as no setor,

e no geral evidenciam que “quanto maior o nível de instrução do/a trabalhador/a, maior será o salário recebido” (OTMG, 2019, p. 5).

A relação dialética existente entre a prática social (trabalho, educação formal, dentre outros fatores objetivos) e o projeto de vida de pessoal (sonhos, objetivos, articulação subjetiva entre o individual e o social) será abordada nesta pesquisa como “carreira”, baseada na proposta de carreira psicossocial proposta por Ribeiro (2009, p. 214), que é concretizada pelas “trajetórias de vida (deslocamentos espaço-temporais) tanto das pessoas, quanto das organizações do trabalho, vistos como fenômenos psicossociais legitimados e compartilhados.” É, portanto, por meio das carreiras que se torna possível conhecer as trajetórias de vida no trabalho e suas relações psicossociais. Porém, ao se analisar carreiras, não se pode negligenciar o olhar sexuado⁴, uma vez que há diferenças substanciais na classe trabalhadora composta por homens e mulheres (Bonelli, 2010) e, conseqüentemente, este é um fator que pode influenciar e promover desigualdades.

1.1 Questão de pesquisa

Tendo em vista todo o contexto apresentado, a problematização dessa realidade leva ao questionamento central do projeto de pesquisa apresentado neste relato: como se dá a Divisão Sexual do Trabalho na prática social dos/as trabalhadores/as no setor de turismo? Como é vivenciada em suas carreiras e em suas atividades laborais? Quais as estratégias de resistência e enfrentamento desenvolvidas frente aos preconceitos, sexismo e precarização do trabalho no setor? Por se tratar de uma pesquisa com abordagem qualitativa, exploratória e em uma perspectiva de análise crítico-dialética, outras questões poderão surgir ao longo dos levantamentos teóricos e empíricos e, serão abordadas e analisadas dentro das possibilidades e limitações impostas. Pela área de turismo ser muito ampla, com inúmeros setores de atuação e diversas ocupações, escolheu-se o setor de agenciamento de viagem, a fim de se delimitar o lócus da pesquisa empírica e viabilizar o levantamento dos dados no tempo preestabelecido para a conclusão de uma pesquisa de mestrado acadêmico.

⁴ Considera-se como olhar sexuado a dimensão sexuada do trabalho, ou seja, a distinção dos trabalhadores em homens e mulheres como preconizado nas análises da Divisão Sexual do Trabalho.

1.2 Breve cenário de pesquisa

Com o intuito de delinear uma breve revisão da literatura sobre a temática envolta no problema de pesquisa e contribuir de forma inicial para responder os objetivos propostos apresenta-se aqui algumas produções científicas – teses e dissertações - que relacionaram o descritor geral turismo associado pelo operador booleano *AND* com os descritores específicos profissão, carreira e trajetória profissional. Inicialmente não foi delineado a expressão “Divisão Sexual do Trabalho” uma vez que a leitura exploratória das teses e dissertações busca compreender as análises sob a ótica do gênero binário (masculino e feminino). Utilizando como base de busca a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD⁵ foram encontrados 3.787 produções com o descritor “turismo”, sendo que a mais antiga delas foi defendida em 1974. Ao combinar o descritor “turismo” com os descritores específicos obtivemos as combinações conforme o Tabela 1.

Tabela 1. Produções científicas encontradas, conforme descritores.

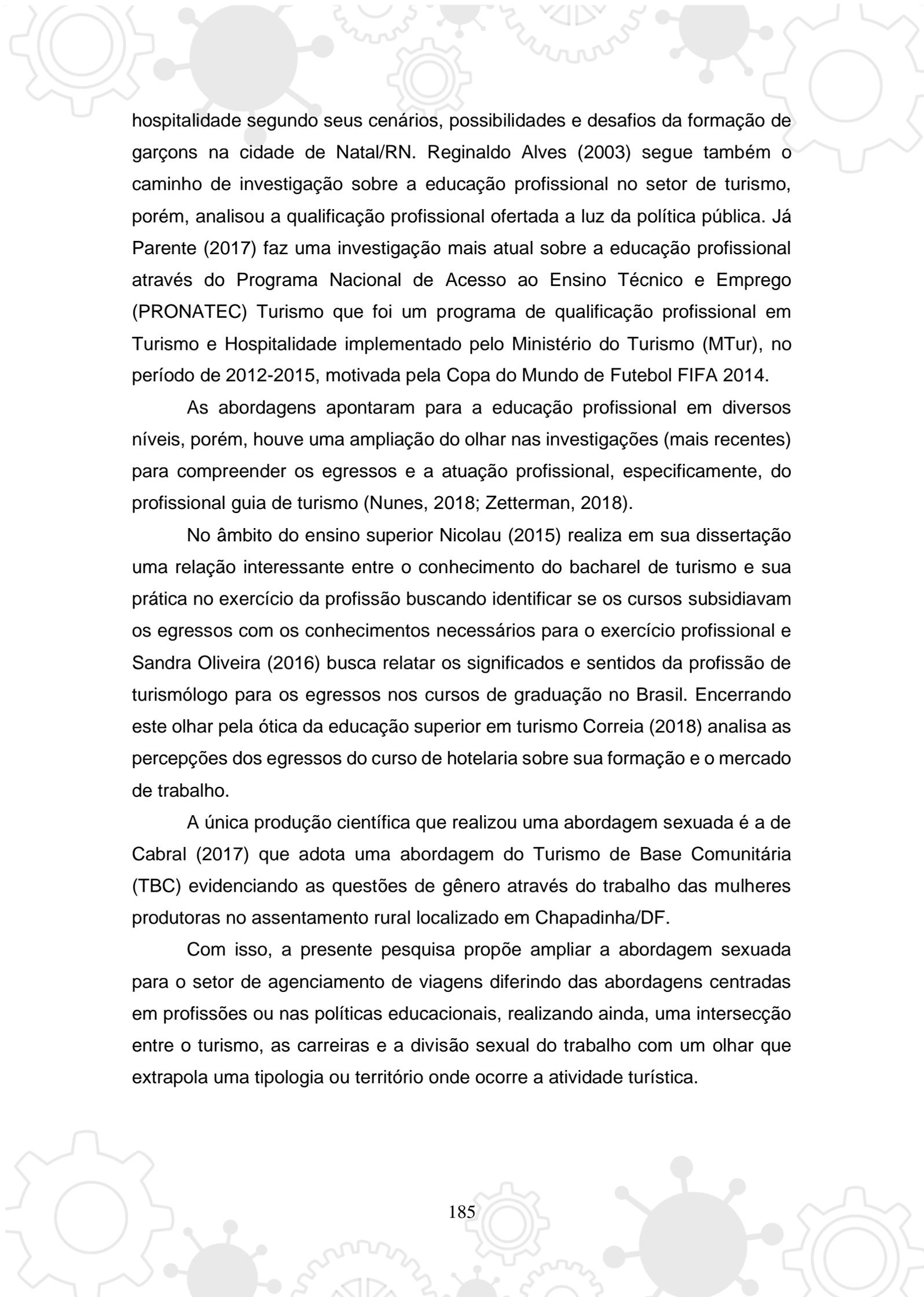
Descritores	BDTD
turismo <i>AND</i> profissão	12
turismo <i>AND</i> carreira	19
turismo <i>AND</i> trajetória profissional	16

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Em uma leitura exploratória (Gil, 2002) foram delimitadas 09 produções científicas que tinha relação direta com os descritores utilizados, sendo estas produções realizadas no recorte temporal de 2001 à 2018. Cabe ressaltar que as produções apresentam um crescimento anual, quanto ao número de produções das intersecções investigadas, demonstrando que 06 das 09 produções encontradas foram defendidas entre os anos de 2016 e 2018.

No tocante às abordagens realizadas pelas produções científicas, Almeida (2001) aborda na sua investigação a educação profissional para a

⁵ Criada em 2002 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT para disseminar e visibilizar teses e dissertações (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia [IBICT], 2019).



hospitalidade segundo seus cenários, possibilidades e desafios da formação de garçons na cidade de Natal/RN. Reginaldo Alves (2003) segue também o caminho de investigação sobre a educação profissional no setor de turismo, porém, analisou a qualificação profissional ofertada a luz da política pública. Já Parente (2017) faz uma investigação mais atual sobre a educação profissional através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Turismo que foi um programa de qualificação profissional em Turismo e Hospitalidade implementado pelo Ministério do Turismo (MTur), no período de 2012-2015, motivada pela Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

As abordagens apontaram para a educação profissional em diversos níveis, porém, houve uma ampliação do olhar nas investigações (mais recentes) para compreender os egressos e a atuação profissional, especificamente, do profissional guia de turismo (Nunes, 2018; Zetterman, 2018).

No âmbito do ensino superior Nicolau (2015) realiza em sua dissertação uma relação interessante entre o conhecimento do bacharel de turismo e sua prática no exercício da profissão buscando identificar se os cursos subsidiavam os egressos com os conhecimentos necessários para o exercício profissional e Sandra Oliveira (2016) busca relatar os significados e sentidos da profissão de turismólogo para os egressos nos cursos de graduação no Brasil. Encerrando este olhar pela ótica da educação superior em turismo Correia (2018) analisa as percepções dos egressos do curso de hotelaria sobre sua formação e o mercado de trabalho.

A única produção científica que realizou uma abordagem sexuada é a de Cabral (2017) que adota uma abordagem do Turismo de Base Comunitária (TBC) evidenciando as questões de gênero através do trabalho das mulheres produtoras no assentamento rural localizado em Chapadinha/DF.

Com isso, a presente pesquisa propõe ampliar a abordagem sexuada para o setor de agenciamento de viagens diferindo das abordagens centradas em profissões ou nas políticas educacionais, realizando ainda, uma intersecção entre o turismo, as carreiras e a divisão sexual do trabalho com um olhar que extrapola uma tipologia ou território onde ocorre a atividade turística.

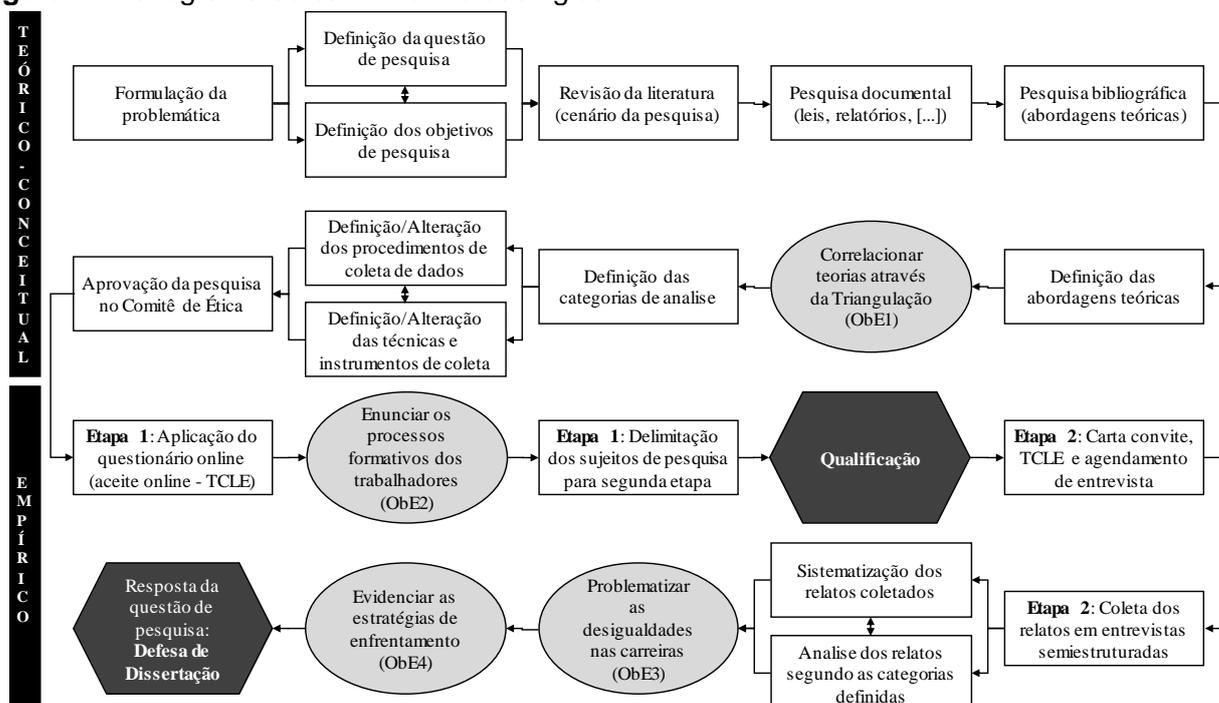
2. Procedimentos metodológicos

Esta investigação será desenvolvida segundo uma abordagem qualitativa, haja vista que sua expectativa está no "aprofundamento da compreensão de um grupo social" (QUIRINO, 2017, p. 3), a fim de compreender e problematizar as relações sociais e a inserção dos sujeitos de um determinado grupo no mundo do trabalho.

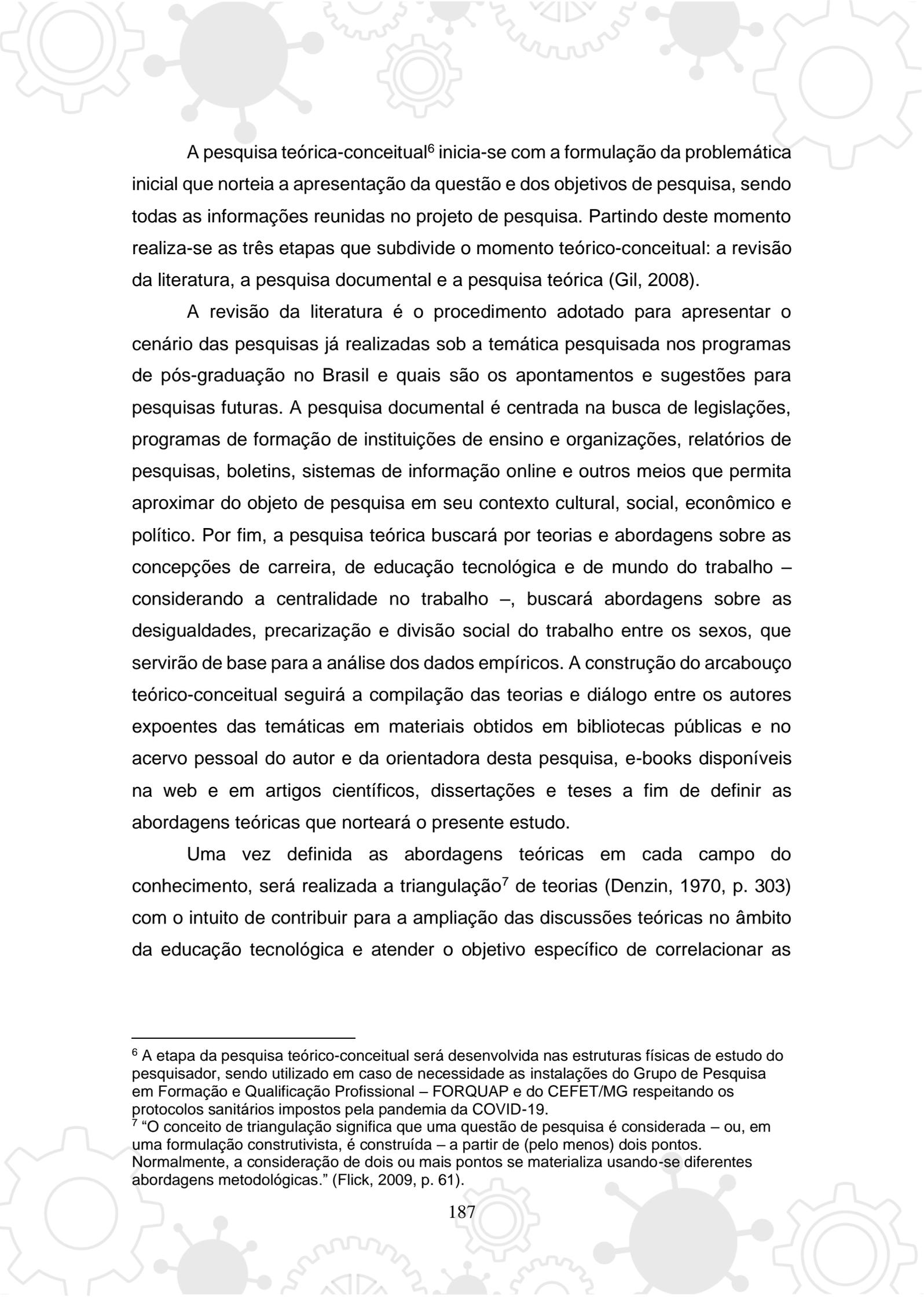
Quanto aos objetivos, esta pesquisa tem caráter exploratório e crítico para proporcionar "maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito" (GIL, 2002, p. 41) e contribuir para a compreensão das carreiras e a problematização das desigualdades entre homens e mulheres no setor de turismo por meio de um olhar crítico do trabalho. Devido à natureza exploratória e crítica, serão necessários tipos distintos de delineamento de pesquisa.

A pesquisa será dividida em dois momentos: pesquisa teórica-conceitual e pesquisa empírica. A pesquisa teórica-conceitual se subdivide em três etapas e a pesquisa empírica será executada em duas. O fluxograma completo do procedimento metodológico contendo os momentos da pesquisa e a ordem de cada uma das etapas pode ser conferida na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma do caminho metodológico.



Fonte: Elaboração própria, 2021.



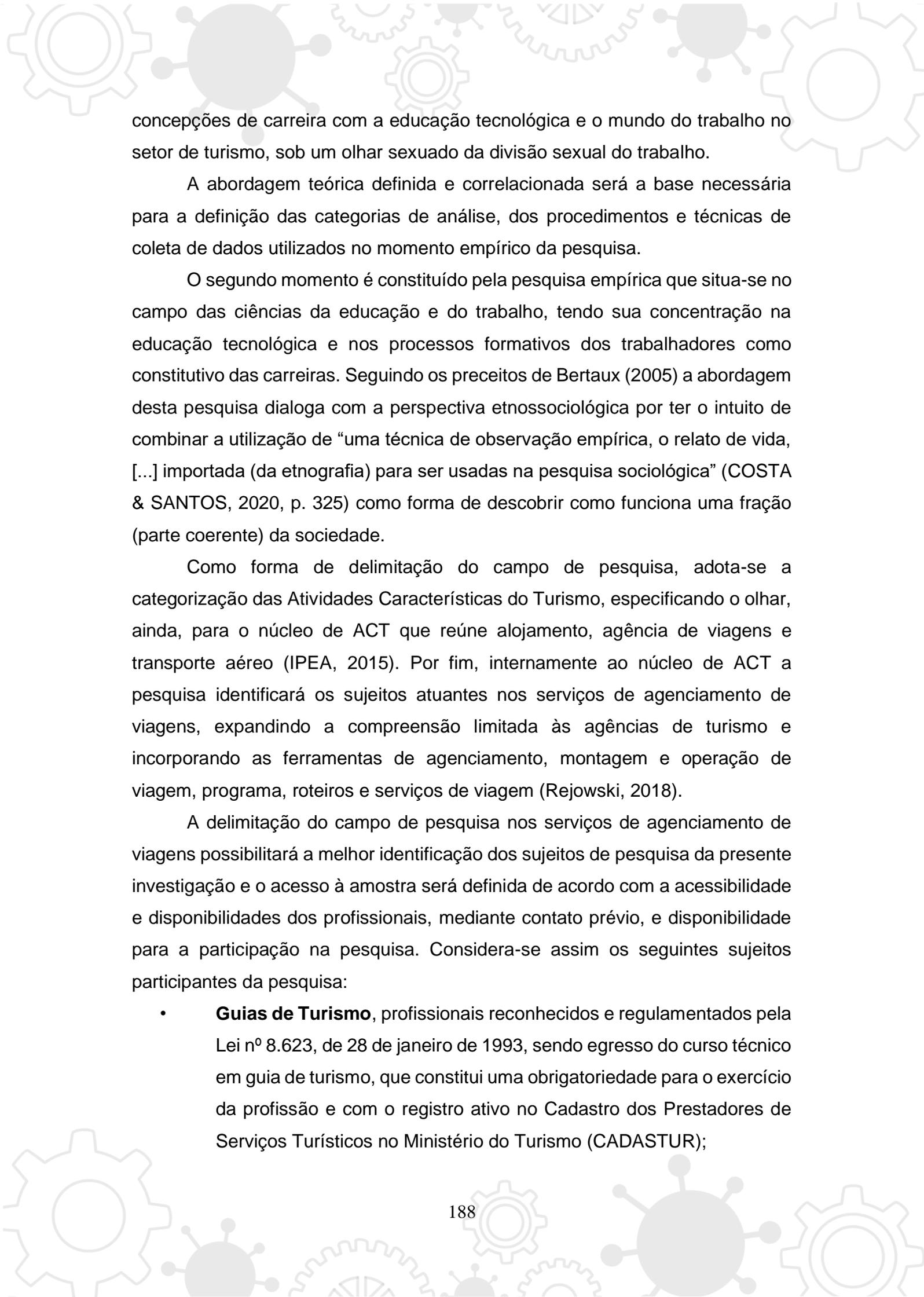
A pesquisa teórica-conceitual⁶ inicia-se com a formulação da problemática inicial que norteia a apresentação da questão e dos objetivos de pesquisa, sendo todas as informações reunidas no projeto de pesquisa. Partindo deste momento realiza-se as três etapas que subdivide o momento teórico-conceitual: a revisão da literatura, a pesquisa documental e a pesquisa teórica (Gil, 2008).

A revisão da literatura é o procedimento adotado para apresentar o cenário das pesquisas já realizadas sob a temática pesquisada nos programas de pós-graduação no Brasil e quais são os apontamentos e sugestões para pesquisas futuras. A pesquisa documental é centrada na busca de legislações, programas de formação de instituições de ensino e organizações, relatórios de pesquisas, boletins, sistemas de informação online e outros meios que permita aproximar do objeto de pesquisa em seu contexto cultural, social, econômico e político. Por fim, a pesquisa teórica buscará por teorias e abordagens sobre as concepções de carreira, de educação tecnológica e de mundo do trabalho – considerando a centralidade no trabalho –, buscará abordagens sobre as desigualdades, precarização e divisão social do trabalho entre os sexos, que servirão de base para a análise dos dados empíricos. A construção do arcabouço teórico-conceitual seguirá a compilação das teorias e diálogo entre os autores expoentes das temáticas em materiais obtidos em bibliotecas públicas e no acervo pessoal do autor e da orientadora desta pesquisa, e-books disponíveis na web e em artigos científicos, dissertações e teses a fim de definir as abordagens teóricas que norteará o presente estudo.

Uma vez definida as abordagens teóricas em cada campo do conhecimento, será realizada a triangulação⁷ de teorias (Denzin, 1970, p. 303) com o intuito de contribuir para a ampliação das discussões teóricas no âmbito da educação tecnológica e atender o objetivo específico de correlacionar as

⁶ A etapa da pesquisa teórico-conceitual será desenvolvida nas estruturas físicas de estudo do pesquisador, sendo utilizado em caso de necessidade as instalações do Grupo de Pesquisa em Formação e Qualificação Profissional – FORQUAP e do CEFET/MG respeitando os protocolos sanitários impostos pela pandemia da COVID-19.

⁷ “O conceito de triangulação significa que uma questão de pesquisa é considerada – ou, em uma formulação construtivista, é construída – a partir de (pelo menos) dois pontos. Normalmente, a consideração de dois ou mais pontos se materializa usando-se diferentes abordagens metodológicas.” (Flick, 2009, p. 61).



concepções de carreira com a educação tecnológica e o mundo do trabalho no setor de turismo, sob um olhar sexuado da divisão sexual do trabalho.

A abordagem teórica definida e correlacionada será a base necessária para a definição das categorias de análise, dos procedimentos e técnicas de coleta de dados utilizados no momento empírico da pesquisa.

O segundo momento é constituído pela pesquisa empírica que situa-se no campo das ciências da educação e do trabalho, tendo sua concentração na educação tecnológica e nos processos formativos dos trabalhadores como constitutivo das carreiras. Seguindo os preceitos de Bertaux (2005) a abordagem desta pesquisa dialoga com a perspectiva etnossociológica por ter o intuito de combinar a utilização de “uma técnica de observação empírica, o relato de vida, [...] importada (da etnografia) para ser usadas na pesquisa sociológica” (COSTA & SANTOS, 2020, p. 325) como forma de descobrir como funciona uma fração (parte coerente) da sociedade.

Como forma de delimitação do campo de pesquisa, adota-se a categorização das Atividades Características do Turismo, especificando o olhar, ainda, para o núcleo de ACT que reúne alojamento, agência de viagens e transporte aéreo (IPEA, 2015). Por fim, internamente ao núcleo de ACT a pesquisa identificará os sujeitos atuantes nos serviços de agenciamento de viagens, expandindo a compreensão limitada às agências de turismo e incorporando as ferramentas de agenciamento, montagem e operação de viagem, programa, roteiros e serviços de viagem (Rejowski, 2018).

A delimitação do campo de pesquisa nos serviços de agenciamento de viagens possibilitará a melhor identificação dos sujeitos de pesquisa da presente investigação e o acesso à amostra será definida de acordo com a acessibilidade e disponibilidades dos profissionais, mediante contato prévio, e disponibilidade para a participação na pesquisa. Considera-se assim os seguintes sujeitos participantes da pesquisa:

- **Guias de Turismo**, profissionais reconhecidos e regulamentados pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, sendo egresso do curso técnico em guia de turismo, que constitui uma obrigatoriedade para o exercício da profissão e com o registro ativo no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos no Ministério do Turismo (CADASTUR);

- **Agentes de Viagem**, profissionais atuantes em agenciamento de viagens e associados às ocupações de operador de turismo, tecnólogo em gestão de turismo e agente de viagem (Brasil, 2016; Brasil, 2021). O seu itinerário formativo pode possuir a formação no Curso Técnico em Agenciamento de Viagens, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo ou Bacharelado em Turismo;
- **Gestores em empresas de agenciamento de viagens**, profissionais não delimitados por uma profissão, ocupação ou formação e que estejam em atuação, ou já tenha atuado em cargos de supervisão, gerência ou direção de empresas relacionadas ao agenciamento de viagens;

Considerando a existências de mundos sociais organizados por certos princípios de coerência e de regras específicas em torno de uma atividade específica (Bertaux, 2005), constituindo diversas lógicas internas (Costa & Santos, 2020), o setor de agenciamento de viagens será considerado um microcosmo que compõe o mundo social do turismo. As carreiras dos/as trabalhadores/as, expressa pelos relatos de vida dos entrevistados, serão o caminho para a compreensão deste mundo social específico, sua lógica de funcionamento e as experiências vividas deste mundo para alcançar a resposta da questão proposta nesta pesquisa.

A coleta de dados será distribuída em duas etapas e utilizará dois instrumentos distintos: um questionário online e uma entrevista semiestruturada presencial ou online, considerando as limitações impostas pela pandemia da COVID-19.

A primeira etapa será realizada no ambiente virtual e de forma não presencial, sendo que o questionário online será divulgado de forma eletrônica em grupos de profissionais atuantes no agenciamento de viagem, em páginas relacionadas ao turismo e em contatos dos prestadores de serviço disponíveis de forma pública no CADASTUR. A resposta ao questionário será livre e aberta a todo território brasileiro, para criar assim um corpus documental mais amplo sobre os processos formativos dos trabalhadores a fim de atender ao objetivo específico de evidenciar a formação e qualificação presente nas carreiras de trabalhadores do setor de turismo atuantes no agenciamento de viagem.

A segunda etapa será composta por relatos de vida⁸ dos sujeitos que assinalaram a possibilidade de participação na etapa. Como delimitação, será realizada uma entrevista semiestruturada (Lima, 2016), inicialmente, com quatro guias de turismo, quatro agentes de viagens e quatro gestores de empresas de agenciamento de viagem distribuídos de forma igualitária em razão dos sexos (duas mulheres e dois homens) e sem considerar especificações de faixa etária, cor/raça, classe social, orientação sexual ou qualquer outro dado pessoal.

Os dados coletados serão sistematizados e analisados segundo as categorias de análises definidas posteriormente, à medida que o objeto de pesquisa se torne mais familiar e conhecido, sempre em busca de responder a questão central da pesquisa e atender aos objetivos propostos.

3. Resultados preliminares

Inicialmente, o olhar sexuado sobre o trabalho demonstra que existem mais mulheres trabalhando no setor de turismo do que a média de outros setores econômicos do Brasil e que no “núcleo do turismo, por sua vez, a maioria dos/as trabalhadores/as formais são mulheres (55%)” (IPEA, 2015, p. 16). Constata-se ainda que a participação feminina na força de trabalho do turismo cresce em ritmo acelerado em todas as regiões (IPEA, 2015) e isso não acompanha a valorização social e econômica do trabalho, uma vez que, no turismo a remuneração média dos homens é 43% superior à das mulheres (IPEA, 2015).

Entre os meses de junho de 2018 e junho de 2019, por exemplo, houve um aumento nominal de 4,9% na média salarial dos homens - R\$1.405,93 - contra o aumento de 3,8% na média salarial das mulheres - R\$1.192,77 (OTMG, 2019, p. 6). À luz desses dados, entretanto, “não se pode afirmar que a remuneração da mulher é menor que a dos homens ao exercerem a mesma função. Para isso, deve-se comparar a remuneração na função específica” (IPEA, 2015, p. 21).

Portanto, a organização do trabalho no setor de turismo é complexa, haja vista que as relações sociais capitalistas são pautadas pelo acúmulo de capital

⁸ De acordo com Daniel Bertaux (2005, p. 21) “os relatos de vida pode constituir um instrumento precioso de aquisição de conhecimento prático, com a condição de orientar desde a descrição de experiências vividas na primeira pessoa e de em que essas experiências tenham sido desenvolvidas”. Tradução livre do autor.

por meio da exploração dos/as trabalhador/as. O/a trabalhador/a que é explorado/a tem uma trajetória que é materializada na sua carreira e tem sexo e gênero. Nesse sentido, ao realizar um olhar sexuado sobre estes/as trabalhadores/as, evidencia-se pelos dados do IBGE (2021) que no aspecto educacional as mulheres são em média mais instruídas do que os homens e, no setor de turismo, mesmo com uma maior presença feminina, existe uma desigualdade salarial das mulheres em relação aos homens.

4. Considerações Finais

Neste breve relato apresenta-se um caminho a ser percorrido, no aspecto teórico e empírico, para que seja possível uma melhor compreensão da dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor de turismo.

Para os autores deste relato, faz-se necessária a contribuição da comunidade acadêmica quanto a proposta para uma melhor adequação e condução da pesquisa. Espera-se que este relato seja uma inspiração para a construção de projetos de pesquisa que abordem a relação entre a divisão sexual do trabalho e o turismo tendo a carreira como a materialidade da trajetória de vida no trabalho, na visão do/a trabalhador/a.

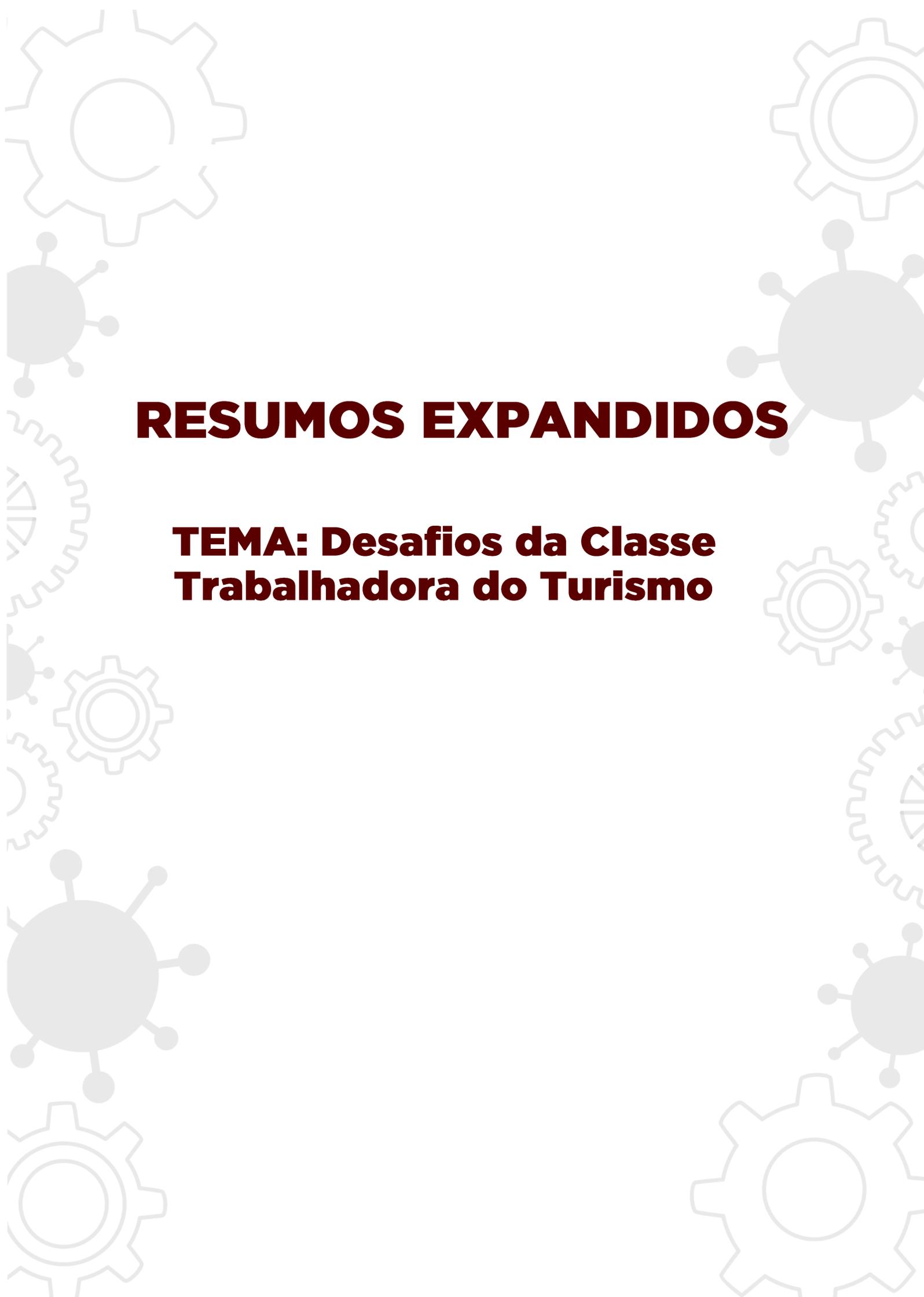
Referências bibliográficas

- Almeida, J. V. (2001). *Educação profissional para a hospitalidade*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Alves, R. D. (2018). *Passos e descompassos da educação profissional: a experiência do turismo em Mato Grosso do Sul*. [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].
- Antunes, R. L. C. (2009) *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Antunes, R. L. C. (2020a) *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. (2ª ed.). Boitempo.
- Antunes, R. L. C. (org.) (2020b). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo.
- Bertaux, D. (2005). La perspectiva etnosociológica. In D. Bertaux. *Los relatos de vida: Perspectiva etnosociológica*. (pp. 15-34) Edicions Bellaterra.
- Bonelli, M. G. (2010). Os desafios que a juventude e o gênero colocam para as profissões e o conhecimento científico. In C. A. Ferreira (org.). *Juventude e*

iniciação científica: Políticas públicas para o ensino médio. (pp. 107-119) EPSJV; UFRJ.

- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2016). *Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia.* (3ª ed). Ministério da Educação.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2021). *Catálogo nacional de cursos técnicos.* (4ª ed). Ministério da Educação.
- Cabral, D. S. (2017). *Turismo rural comunitário e a questão de gênero: o caso das assentadas rurais de Chapadinha-DF.* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].
- Catramby, T. C. V., & Costa, S. R. R. (2004) Qualificação profissional em turismo como fator de competitividade do setor. *Caderno Virtual de Turismo*, 4(3), 26-34.
- Correia, J. C. (2018). *Educação, turismo e hotelaria: Percepções dos egressos do curso de hotelaria da universidade federal do maranhão sobre sua formação e o mercado de trabalho.* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Costa, L. R., & Santos, Y. R. (2020) O “relato de vida” como método das ciências sociais - Entrevista com Daniel Bertaux. *Tempo Social*, 32(1), 319-346.
- Flick, Uwe (2009). Conceito de Triangulação. In U. Flick. *Qualidade na pesquisa qualitativa.* (pp. 57-75). Artmed.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa.* (4ª ed.). Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social.* (6ª ed.). Atlas.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia [IBICT]. (2019). *Histórico - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.* <http://bdtd.ibict.br/vufind/Content/history>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). Estatística de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. *Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica.* (n. 38) <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-degenero-indicadores-sociais-dasmulheres-no-brasil.html>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2015). *Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões.* Ministério do Turismo; IPEA.
- Lima, M. (2016). O uso de entrevista na pesquisa empírica. In A. Abdal, M. C. V., Oliveira, D., R. Ghezzi, & J. Santos Júnior (Org.). *Métodos de pesquisa em ciências sociais: Bloco qualitativo.* Sesc São Paulo; CEBRAP.
- Nicolau, T. S. (2015). *Construção do conhecimento do turismo: Competências necessárias para o exercício da profissão do turismólogo.* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].

- Nunes, M. B. (2018). *Trajetórias educacionais e profissionais de egressos do curso técnico em guia de turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Restinga (Porto Alegre, RS, Brasil)*. [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].
- Observatório do Turismo de Minas Gerais [OTMG]. (2019). *Boletim do emprego no turismo*. (ano 4, ed. 41).
<https://seturmg.wixsite.com/observatorioturismo/boletim-do-emprego-no-turismo>
- Oliveira, S. M. T. (2016). *Os significados e sentidos de ser Bacharel em Turismo*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].
- Parente, F. M. (2017). *Impactos sociais da política pública de qualificação em turismo, PRONATEC turismo, na inclusão de jovens e adultos no mundo de trabalho do setor*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].
- Quirino, R. (2017) *O processo de elaboração da pesquisa acadêmico-científica*. CEFET-MG; FORQUAP.
- Rejowski, M. (2018). *Tesouro brasileiro de turismo*. ECA-USP.
- Ribeiro, M. A. (2009). A trajetória da carreira como construção teórico-prática e a proposta dialética da carreira psicossocial. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 203-216.
- Ribeiro, M. A. (2013). Sistematização das principais narrativas produzidas sobre carreira na literatura especializada. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 14(2), 177-189.
- Trigo, L. G. G., & Carvalho, M. A. (2005, 05 e 06 de agosto). *Reflexões sobre a regulamentação profissional em turismo* [Anais Eletrônicos]. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, Caxias do Sul.
<https://www.uces.br/site/midia/arquivos/gt13-reflexoes.pdf>.
- Zettermann, G. D. (2018). *A atividade do guia de turismo: Contexto de trabalho e aspectos ergonômicos*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].

The background features a repeating pattern of light gray gears and network nodes (a central circle with four smaller circles connected by lines) arranged in a circular fashion around the central text.

RESUMOS EXPANDIDOS

**TEMA: Desafios da Classe
Trabalhadora do Turismo**

A objetificação dos trabalhadores do turismo

The objectification of tourism workers

La objetivación de los trabajadores del turismo

Ivan Conceição Martins da Silva¹

Resumo: O presente ensaio teórico visa discutir as formas de objetificação dos trabalhadores do campo do turismo. Utilizando obras importantes de Marx, pudemos identificar três formas. A primeira, relação basilar de redução dos trabalhadores à condição de mercadoria pelo Capital, permite observar como trabalhadores do turismo são objetificados por processos como competição, terceirização e flexibilização. A segunda, de reificação das relações entre seres e fetichização de relações entre objetos, permite observar como trabalhadores podem ser objetivados quando assumem o papel de atrativos turísticos, bem como suas características biossociais são fetichizadas. E a terceira, de estranhamento dos seres humanos entre si, levanta o quanto certas relações de objetificação no turismo não são reflexo de uma posição em que os sujeitos não conseguem mais ver uns aos outros como seres iguais do gênero humano. Todas essas expressões de objetificação têm em comum uma inversão de papéis na qual os sujeitos/trabalhadores são vistos como coisas e as coisas como sujeitos, seja por empresas, instituições públicas ou turistas. E ainda que possamos falar da objetificação em relações do campo sociocultural, a base econômica material se faz claramente presente como fundamento desses processos de objetificação.

Palavras-chave: Objetificação. Trabalhador. Turismo. Fetiche. Estranhamento.

Abstract: The present theoretical essay aims discussing the forms of objectification of workers in tourism sector. Using Marx's important works, we were able to identify three forms. The first, the basic relation of reduction of workers to the condition of commodity by Capital, allows us to observe how tourism workers are objectified by processes such as competition, outsourcing and flexibility. The second, reification of relations between beings and fetishization of relations between objects, allows us to observe how workers can be objectified when assuming the role of tourist attractions and when their biosocial characteristics are fetishized. And the third, estrangement of human beings among themselves, it questions if certain relations of objectification in tourism are not a reflection of a position in which the subjects are no longer able to see each other as equal beings of the human race. All these expressions of objectification have in common an inversion of roles in which subjects/workers are seen as things and things as subjects, whether by companies, public institutions or tourists. And although we can speak of objectification in relations in the socio-cultural field, the material economic basis is clearly the foundation of these objectification processes.

Keywords: Objectification. Worker. Tourism. Fetish. Estrangement.

Resumen: El presente ensayo teórico tiene como objetivo discutir las formas de objetivación de los trabajadores del turismo. Utilizando importantes obras de Marx, pudimos identificar tres formas. La primera, relación básica de reducción de trabajadores a la condición de mercancía por parte de Capital, permite observar cómo los trabajadores del turismo son objetivados por procesos como la competición, la tercerización y la flexibilidad. La segunda, cosificación de relaciones entre seres y fetichización de relaciones entre objetos, nos permite observar cómo se puede objetivar

¹ Mestre em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: ivanmartins@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5557041809054830>.

a los trabajadores cuando asumen el rol de atractivos turísticos, así como se fetichizan sus características biosociales. La tercera, extrañeza de los seres humanos entre sí, cuestiona si ciertas relaciones de objetivación en el turismo no son reflejo de una posición en la que los sujetos ya no pueden verse como seres iguales del género humano. Todas estas expresiones de objetivación tienen en común una inversión de roles en la que los sujetos / trabajadores son vistos como cosas y las cosas como sujetos, ya sea por empresas, instituciones públicas o turistas. Y aunque podemos hablar de objetivación en relaciones en el ámbito sociocultural, la base económica material está claramente presente como fundamento de estos procesos de objetivación. **Palabras clave:** Objetivación. Trabajador. Turismo. Fetiche. Extrañeza.

Introdução

Vários movimentos sociais de combate a opressões contemporâneas marcam em suas pautas uma questão complexa: a objetificação. Movimentos feministas apontam a objetificação das mulheres, desde o uso da imagem em propagandas até os casos de violência de gênero (Davis, 2016). O movimento negro aponta a objetificação de corpos negros, de homens e mulheres colocados em papéis restritos e limitadores (Ribeiro, 2018). No movimento LGBTQ+ pessoas trans e travestis denunciam a objetificação de seus corpos pela via da fetichização sexual e até mesmo como objetos de estudo (e nunca sujeitos da pesquisa) pela academia (Palha, 2020).

Marx vai falar, desde suas obras de juventude, sobre processos intrínsecos ao sistema capitalista que geram uma desumanização – objetificando seres humanos e fetichizando as coisas. Por meios intrincados e complexos, é por essa dinâmica da sociedade burguesa que se expressam as diversas formas de objetificação dos seres humanos. Mas e no campo do turismo?

Algumas pesquisas da área tangenciam esse tema, especialmente aquelas que tratam da população local e de comunidades tradicionais. De certa forma, a discussão sobre autenticidade de tradições que passam a ser performadas para turistas tensiona a objetificação da cultura local, desde roupas a comportamentos. Mas para além disso, parece escapar das pesquisas do Turismo uma problematização direta sobre o tema. Marx trata da objetificação especificamente da classe trabalhadora e, nesse sentido, podemos observar que as pesquisas sobre trabalhadores do turismo também tangenciam o tema. Porém, duas complicações se apresentam: a primeira, de que o próprio tema de trabalho/trabalhadores do turismo é relativamente pouco pesquisado na área; a segunda, de que aquelas pesquisas existentes tangenciam a objetificação

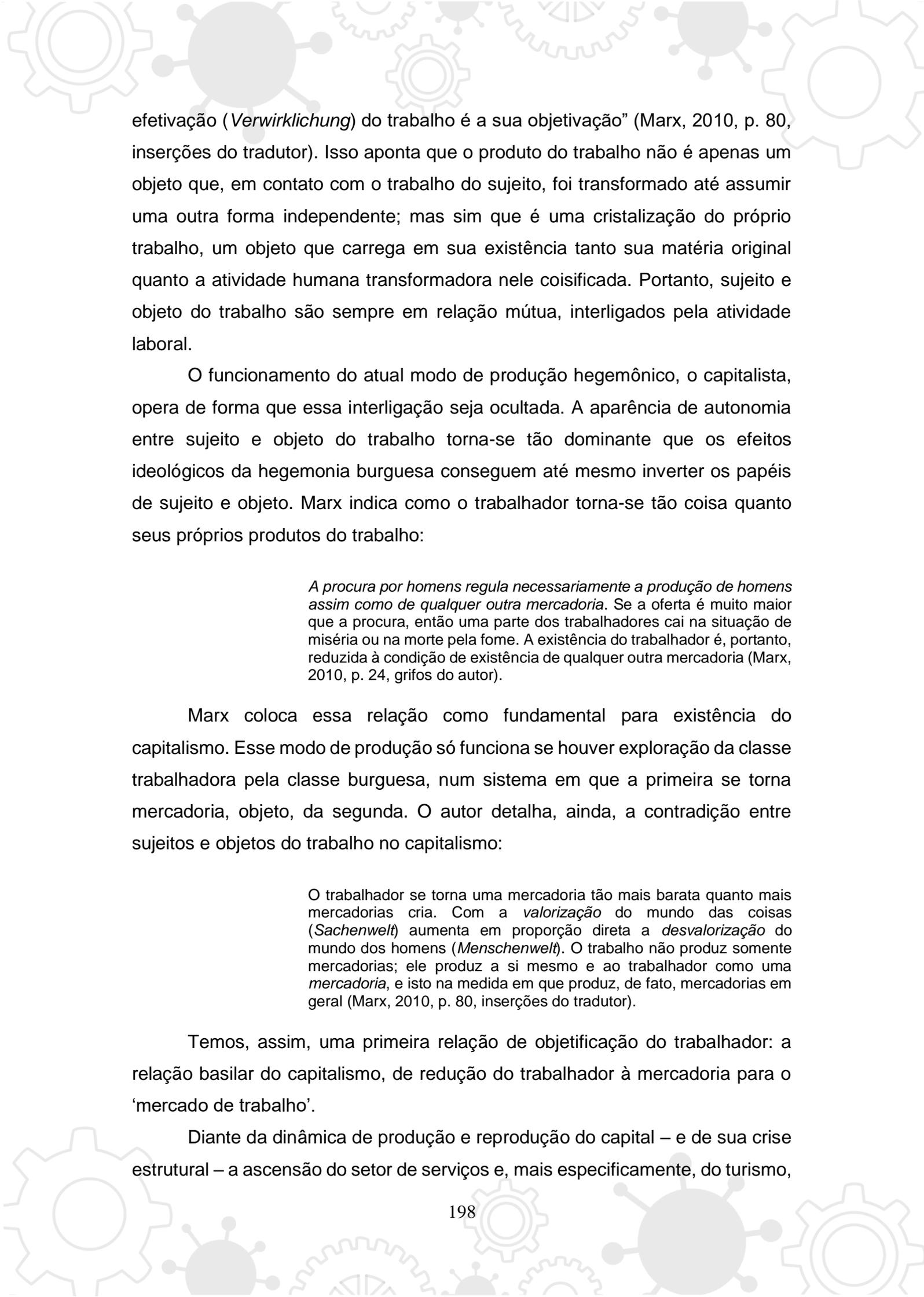
expressa pela dinâmica de exploração Trabalho-Capital. Isso nos faz indagar: existem outras formas de objetificação de trabalhadores específicas do campo do turismo?

O presente trabalho é um ensaio teórico com objetivo de discutir as formas de objetificação dos trabalhadores do campo do turismo. O caminho metodológico adotado consistiu de um movimento dialético de construção-desconstrução-reconstrução do objeto de estudo, expresso em três momentos: 1) utilização das obras marxianas clássicas *Manuscritos econômico-filosóficos* e *O Capital* como referencial teórico sobre objetificação dos seres humanos; 2) confrontação desse referencial com a realidade dos trabalhadores do turismo; 3) síntese das particularidades da objetificação de trabalhadores no campo do turismo.

Cabe destacar que esse é um trabalho ensaístico com intuito de apontar notas preliminares sobre o assunto elencado. Tanto a discussão de objetificação/reificação no campo do marxismo quanto a realidade dos trabalhadores do campo do turismo são temas extremamente amplos e complexos, impossíveis de serem plenamente contemplados nesse ensaio. Entretanto, esse movimento inicial de pesquisa ainda se configura como relevante porque aproxima teoricamente objetificação e trabalhadores do turismo – processo que já ocorre na realidade (como ocorre a todos os trabalhadores, conforme nos demonstra Marx), mas parece ser negligenciado pelas pesquisas do campo do turismo.

1. As relações de objetificação e os trabalhadores do turismo

Um passo importante para entender a ideia de objetificação dos trabalhadores é notar a relação dialética entre sujeitos e objetos do trabalho. Ao nível da aparência, sujeito e objeto são absolutamente distintos – o primeiro sendo o ser com agência, cuja atividade de transformação da natureza conforma o trabalho, e o segundo como coisa, forma da natureza transformada. Marx vai apresentar, porém, que o produto não possui uma existência totalmente independente do sujeito, pois é um reflexo da sua própria atividade. De acordo com o autor: “O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A



efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação” (Marx, 2010, p. 80, inserções do tradutor). Isso aponta que o produto do trabalho não é apenas um objeto que, em contato com o trabalho do sujeito, foi transformado até assumir uma outra forma independente; mas sim que é uma cristalização do próprio trabalho, um objeto que carrega em sua existência tanto sua matéria original quanto a atividade humana transformadora nele coisificada. Portanto, sujeito e objeto do trabalho são sempre em relação mútua, interligados pela atividade laboral.

O funcionamento do atual modo de produção hegemônico, o capitalista, opera de forma que essa interligação seja ocultada. A aparência de autonomia entre sujeito e objeto do trabalho torna-se tão dominante que os efeitos ideológicos da hegemonia burguesa conseguem até mesmo inverter os papéis de sujeito e objeto. Marx indica como o trabalhador torna-se tão coisa quanto seus próprios produtos do trabalho:

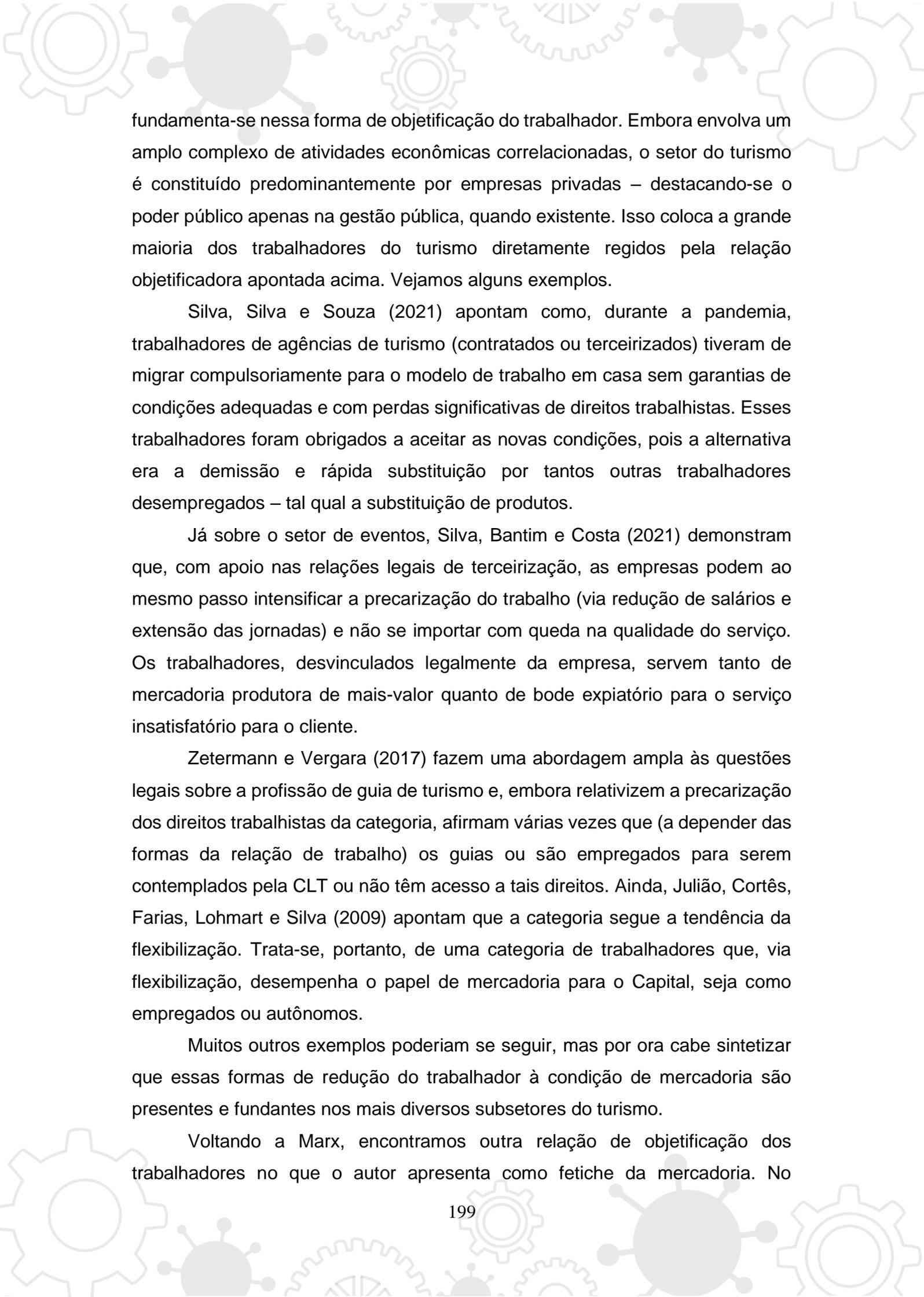
A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria (Marx, 2010, p. 24, grifos do autor).

Marx coloca essa relação como fundamental para existência do capitalismo. Esse modo de produção só funciona se houver exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa, num sistema em que a primeira se torna mercadoria, objeto, da segunda. O autor detalha, ainda, a contradição entre sujeitos e objetos do trabalho no capitalismo:

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (Marx, 2010, p. 80, inserções do tradutor).

Temos, assim, uma primeira relação de objetificação do trabalhador: a relação basilar do capitalismo, de redução do trabalhador à mercadoria para o ‘mercado de trabalho’.

Diante da dinâmica de produção e reprodução do capital – e de sua crise estrutural – a ascensão do setor de serviços e, mais especificamente, do turismo,



fundamenta-se nessa forma de objetificação do trabalhador. Embora envolva um amplo complexo de atividades econômicas correlacionadas, o setor do turismo é constituído predominantemente por empresas privadas – destacando-se o poder público apenas na gestão pública, quando existente. Isso coloca a grande maioria dos trabalhadores do turismo diretamente regidos pela relação objetificadora apontada acima. Vejamos alguns exemplos.

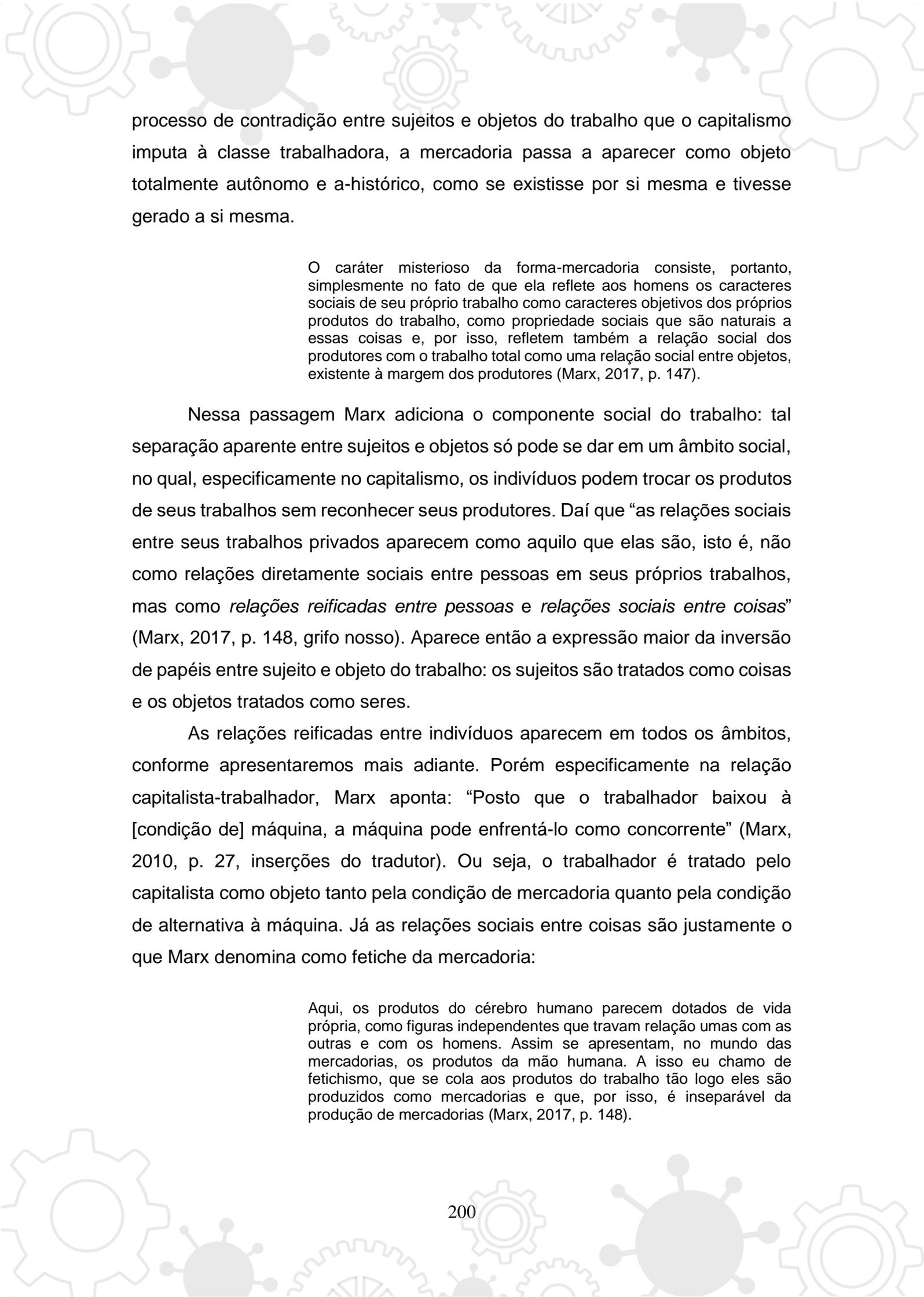
Silva, Silva e Souza (2021) apontam como, durante a pandemia, trabalhadores de agências de turismo (contratados ou terceirizados) tiveram de migrar compulsoriamente para o modelo de trabalho em casa sem garantias de condições adequadas e com perdas significativas de direitos trabalhistas. Esses trabalhadores foram obrigados a aceitar as novas condições, pois a alternativa era a demissão e rápida substituição por tantos outros trabalhadores desempregados – tal qual a substituição de produtos.

Já sobre o setor de eventos, Silva, Bantim e Costa (2021) demonstram que, com apoio nas relações legais de terceirização, as empresas podem ao mesmo passo intensificar a precarização do trabalho (via redução de salários e extensão das jornadas) e não se importar com queda na qualidade do serviço. Os trabalhadores, desvinculados legalmente da empresa, servem tanto de mercadoria produtora de mais-valor quanto de bode expiatório para o serviço insatisfatório para o cliente.

Zetermann e Vergara (2017) fazem uma abordagem ampla às questões legais sobre a profissão de guia de turismo e, embora relativizem a precarização dos direitos trabalhistas da categoria, afirmam várias vezes que (a depender das formas da relação de trabalho) os guias ou são empregados para serem contemplados pela CLT ou não têm acesso a tais direitos. Ainda, Julião, Cortês, Farias, Lohmart e Silva (2009) apontam que a categoria segue a tendência da flexibilização. Trata-se, portanto, de uma categoria de trabalhadores que, via flexibilização, desempenha o papel de mercadoria para o Capital, seja como empregados ou autônomos.

Muitos outros exemplos poderiam se seguir, mas por ora cabe sintetizar que essas formas de redução do trabalhador à condição de mercadoria são presentes e fundantes nos mais diversos subsectores do turismo.

Voltando a Marx, encontramos outra relação de objetificação dos trabalhadores no que o autor apresenta como fetiche da mercadoria. No



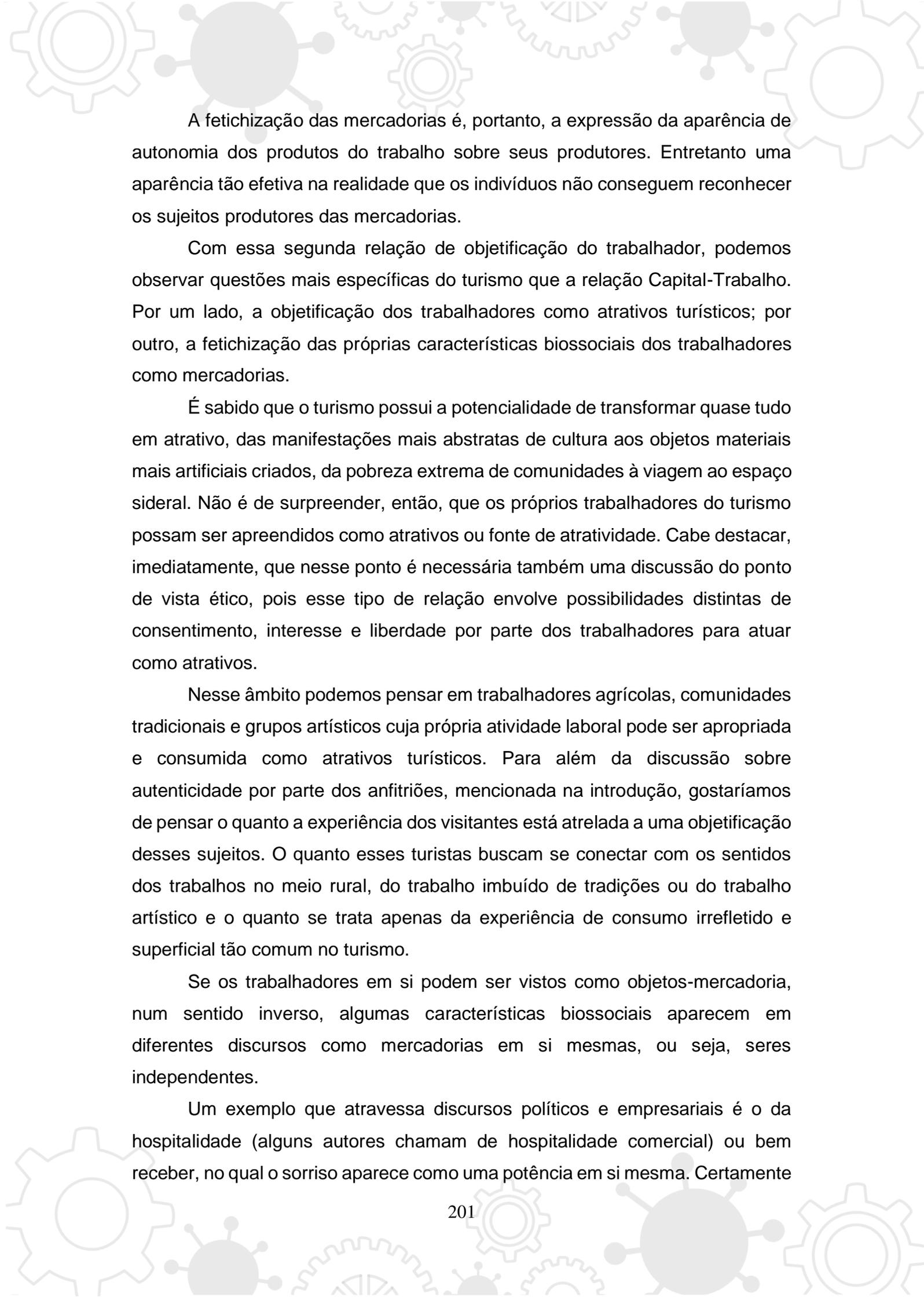
processo de contradição entre sujeitos e objetos do trabalho que o capitalismo imputa à classe trabalhadora, a mercadoria passa a aparecer como objeto totalmente autônomo e a-histórico, como se existisse por si mesma e tivesse gerado a si mesma.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, refletem também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos, existente à margem dos produtores (Marx, 2017, p. 147).

Nessa passagem Marx adiciona o componente social do trabalho: tal separação aparente entre sujeitos e objetos só pode se dar em um âmbito social, no qual, especificamente no capitalismo, os indivíduos podem trocar os produtos de seus trabalhos sem reconhecer seus produtores. Daí que “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como *relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas*” (Marx, 2017, p. 148, grifo nosso). Aparece então a expressão maior da inversão de papéis entre sujeito e objeto do trabalho: os sujeitos são tratados como coisas e os objetos tratados como seres.

As relações reificadas entre indivíduos aparecem em todos os âmbitos, conforme apresentaremos mais adiante. Porém especificamente na relação capitalista-trabalhador, Marx aponta: “Posto que o trabalhador baixou à [condição de] máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente” (Marx, 2010, p. 27, inserções do tradutor). Ou seja, o trabalhador é tratado pelo capitalista como objeto tanto pela condição de mercadoria quanto pela condição de alternativa à máquina. Já as relações sociais entre coisas são justamente o que Marx denomina como fetiche da mercadoria:

Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 2017, p. 148).



A fetichização das mercadorias é, portanto, a expressão da aparência de autonomia dos produtos do trabalho sobre seus produtores. Entretanto uma aparência tão efetiva na realidade que os indivíduos não conseguem reconhecer os sujeitos produtores das mercadorias.

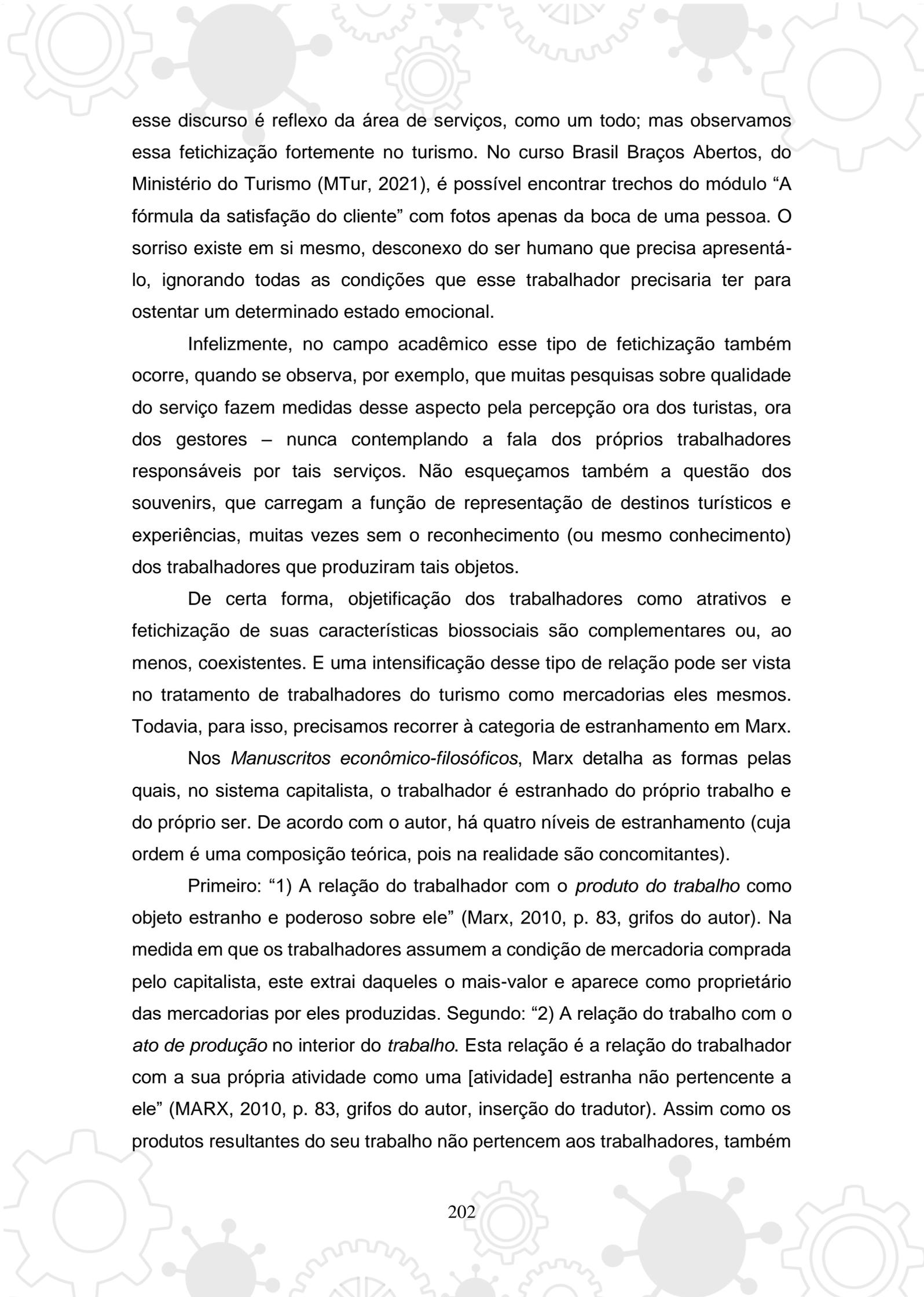
Com essa segunda relação de objetificação do trabalhador, podemos observar questões mais específicas do turismo que a relação Capital-Trabalho. Por um lado, a objetificação dos trabalhadores como atrativos turísticos; por outro, a fetichização das próprias características biossociais dos trabalhadores como mercadorias.

É sabido que o turismo possui a potencialidade de transformar quase tudo em atrativo, das manifestações mais abstratas de cultura aos objetos materiais mais artificiais criados, da pobreza extrema de comunidades à viagem ao espaço sideral. Não é de surpreender, então, que os próprios trabalhadores do turismo possam ser apreendidos como atrativos ou fonte de atratividade. Cabe destacar, imediatamente, que nesse ponto é necessária também uma discussão do ponto de vista ético, pois esse tipo de relação envolve possibilidades distintas de consentimento, interesse e liberdade por parte dos trabalhadores para atuar como atrativos.

Nesse âmbito podemos pensar em trabalhadores agrícolas, comunidades tradicionais e grupos artísticos cuja própria atividade laboral pode ser apropriada e consumida como atrativos turísticos. Para além da discussão sobre autenticidade por parte dos anfitriões, mencionada na introdução, gostaríamos de pensar o quanto a experiência dos visitantes está atrelada a uma objetificação desses sujeitos. O quanto esses turistas buscam se conectar com os sentidos dos trabalhos no meio rural, do trabalho imbuído de tradições ou do trabalho artístico e o quanto se trata apenas da experiência de consumo irrefletido e superficial tão comum no turismo.

Se os trabalhadores em si podem ser vistos como objetos-mercadoria, num sentido inverso, algumas características biossociais aparecem em diferentes discursos como mercadorias em si mesmas, ou seja, seres independentes.

Um exemplo que atravessa discursos políticos e empresariais é o da hospitalidade (alguns autores chamam de hospitalidade comercial) ou bem receber, no qual o sorriso aparece como uma potência em si mesma. Certamente



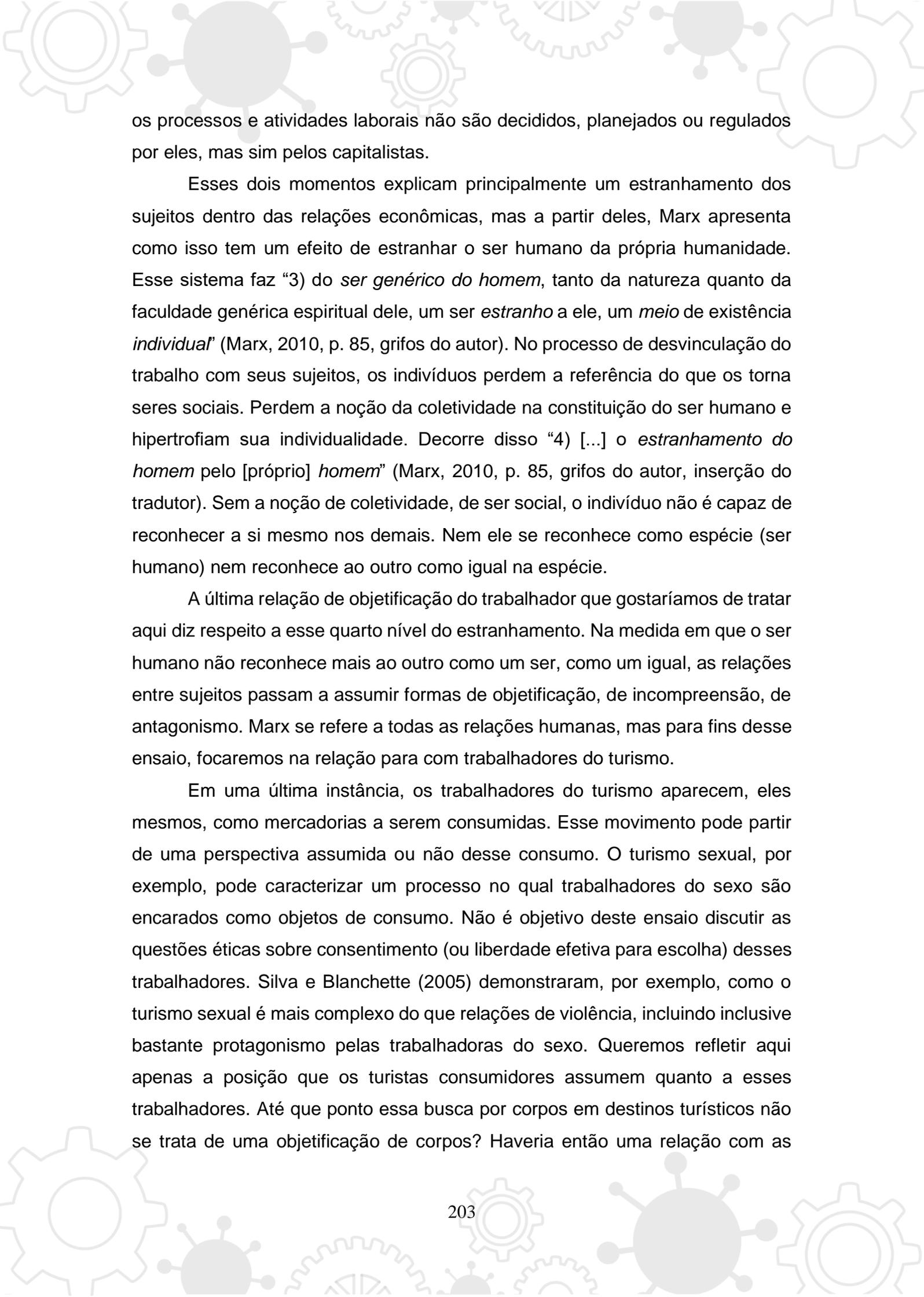
esse discurso é reflexo da área de serviços, como um todo; mas observamos essa fetichização fortemente no turismo. No curso Brasil Braços Abertos, do Ministério do Turismo (MTur, 2021), é possível encontrar trechos do módulo “A fórmula da satisfação do cliente” com fotos apenas da boca de uma pessoa. O sorriso existe em si mesmo, desconexo do ser humano que precisa apresentá-lo, ignorando todas as condições que esse trabalhador precisaria ter para ostentar um determinado estado emocional.

Infelizmente, no campo acadêmico esse tipo de fetichização também ocorre, quando se observa, por exemplo, que muitas pesquisas sobre qualidade do serviço fazem medidas desse aspecto pela percepção ora dos turistas, ora dos gestores – nunca contemplando a fala dos próprios trabalhadores responsáveis por tais serviços. Não esqueçamos também a questão dos souvenirs, que carregam a função de representação de destinos turísticos e experiências, muitas vezes sem o reconhecimento (ou mesmo conhecimento) dos trabalhadores que produziram tais objetos.

De certa forma, objetificação dos trabalhadores como atrativos e fetichização de suas características biossociais são complementares ou, ao menos, coexistentes. E uma intensificação desse tipo de relação pode ser vista no tratamento de trabalhadores do turismo como mercadorias eles mesmos. Todavia, para isso, precisamos recorrer à categoria de estranhamento em Marx.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx detalha as formas pelas quais, no sistema capitalista, o trabalhador é estranhado do próprio trabalho e do próprio ser. De acordo com o autor, há quatro níveis de estranhamento (cuja ordem é uma composição teórica, pois na realidade são concomitantes).

Primeiro: “1) A relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como objeto estranho e poderoso sobre ele” (Marx, 2010, p. 83, grifos do autor). Na medida em que os trabalhadores assumem a condição de mercadoria comprada pelo capitalista, este extrai daqueles o mais-valor e aparece como proprietário das mercadorias por eles produzidas. Segundo: “2) A relação do trabalho com o *ato de produção* no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele” (MARX, 2010, p. 83, grifos do autor, inserção do tradutor). Assim como os produtos resultantes do seu trabalho não pertencem aos trabalhadores, também

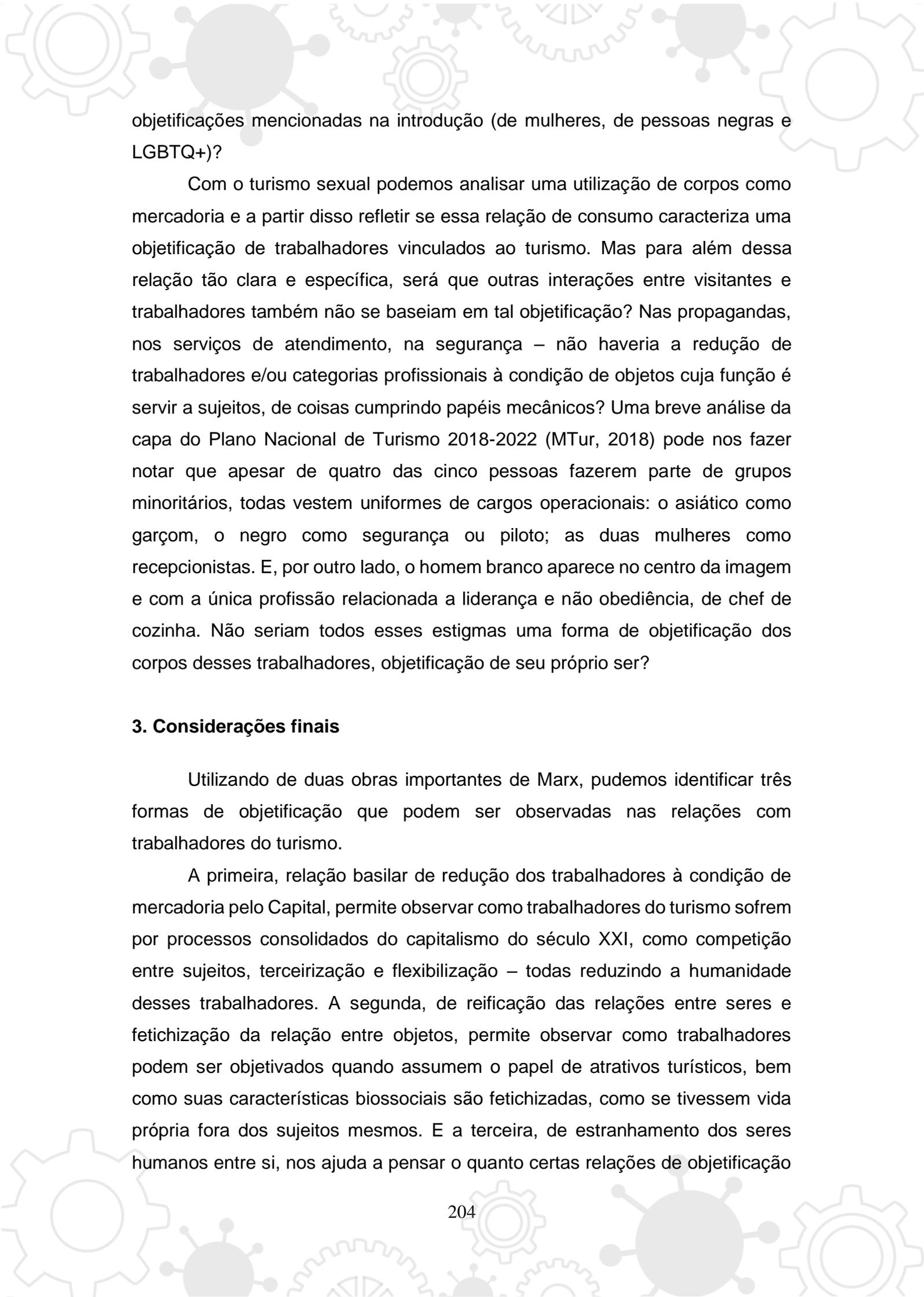


os processos e atividades laborais não são decididos, planejados ou regulados por eles, mas sim pelos capitalistas.

Esses dois momentos explicam principalmente um estranhamento dos sujeitos dentro das relações econômicas, mas a partir deles, Marx apresenta como isso tem um efeito de estranhar o ser humano da própria humanidade. Esse sistema faz “3) do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um *meio* de existência *individual*” (Marx, 2010, p. 85, grifos do autor). No processo de desvinculação do trabalho com seus sujeitos, os indivíduos perdem a referência do que os torna seres sociais. Perdem a noção da coletividade na constituição do ser humano e hipertrofiam sua individualidade. Decorre disso “4) [...] o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*” (Marx, 2010, p. 85, grifos do autor, inserção do tradutor). Sem a noção de coletividade, de ser social, o indivíduo não é capaz de reconhecer a si mesmo nos demais. Nem ele se reconhece como espécie (ser humano) nem reconhece ao outro como igual na espécie.

A última relação de objetificação do trabalhador que gostaríamos de tratar aqui diz respeito a esse quarto nível do estranhamento. Na medida em que o ser humano não reconhece mais ao outro como um ser, como um igual, as relações entre sujeitos passam a assumir formas de objetificação, de incompreensão, de antagonismo. Marx se refere a todas as relações humanas, mas para fins desse ensaio, focaremos na relação para com trabalhadores do turismo.

Em uma última instância, os trabalhadores do turismo aparecem, eles mesmos, como mercadorias a serem consumidas. Esse movimento pode partir de uma perspectiva assumida ou não desse consumo. O turismo sexual, por exemplo, pode caracterizar um processo no qual trabalhadores do sexo são encarados como objetos de consumo. Não é objetivo deste ensaio discutir as questões éticas sobre consentimento (ou liberdade efetiva para escolha) desses trabalhadores. Silva e Blanchette (2005) demonstraram, por exemplo, como o turismo sexual é mais complexo do que relações de violência, incluindo inclusive bastante protagonismo pelas trabalhadoras do sexo. Queremos refletir aqui apenas a posição que os turistas consumidores assumem quanto a esses trabalhadores. Até que ponto essa busca por corpos em destinos turísticos não se trata de uma objetificação de corpos? Haveria então uma relação com as



objetificações mencionadas na introdução (de mulheres, de pessoas negras e LGBTQ+)?

Com o turismo sexual podemos analisar uma utilização de corpos como mercadoria e a partir disso refletir se essa relação de consumo caracteriza uma objetificação de trabalhadores vinculados ao turismo. Mas para além dessa relação tão clara e específica, será que outras interações entre visitantes e trabalhadores também não se baseiam em tal objetificação? Nas propagandas, nos serviços de atendimento, na segurança – não haveria a redução de trabalhadores e/ou categorias profissionais à condição de objetos cuja função é servir a sujeitos, de coisas cumprindo papéis mecânicos? Uma breve análise da capa do Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (MTur, 2018) pode nos fazer notar que apesar de quatro das cinco pessoas fazerem parte de grupos minoritários, todas vestem uniformes de cargos operacionais: o asiático como garçom, o negro como segurança ou piloto; as duas mulheres como recepcionistas. E, por outro lado, o homem branco aparece no centro da imagem e com a única profissão relacionada a liderança e não obediência, de chef de cozinha. Não seriam todos esses estigmas uma forma de objetificação dos corpos desses trabalhadores, objetificação de seu próprio ser?

3. Considerações finais

Utilizando de duas obras importantes de Marx, pudemos identificar três formas de objetificação que podem ser observadas nas relações com trabalhadores do turismo.

A primeira, relação basilar de redução dos trabalhadores à condição de mercadoria pelo Capital, permite observar como trabalhadores do turismo sofrem por processos consolidados do capitalismo do século XXI, como competição entre sujeitos, terceirização e flexibilização – todas reduzindo a humanidade desses trabalhadores. A segunda, de reificação das relações entre seres e fetichização da relação entre objetos, permite observar como trabalhadores podem ser objetivados quando assumem o papel de atrativos turísticos, bem como suas características biossociais são fetichizadas, como se tivessem vida própria fora dos sujeitos mesmos. E a terceira, de estranhamento dos seres humanos entre si, nos ajuda a pensar o quanto certas relações de objetificação

do turismo não são reflexo de uma posição em que os sujeitos não conseguem mais ver uns aos outros como seres iguais do gênero humano.

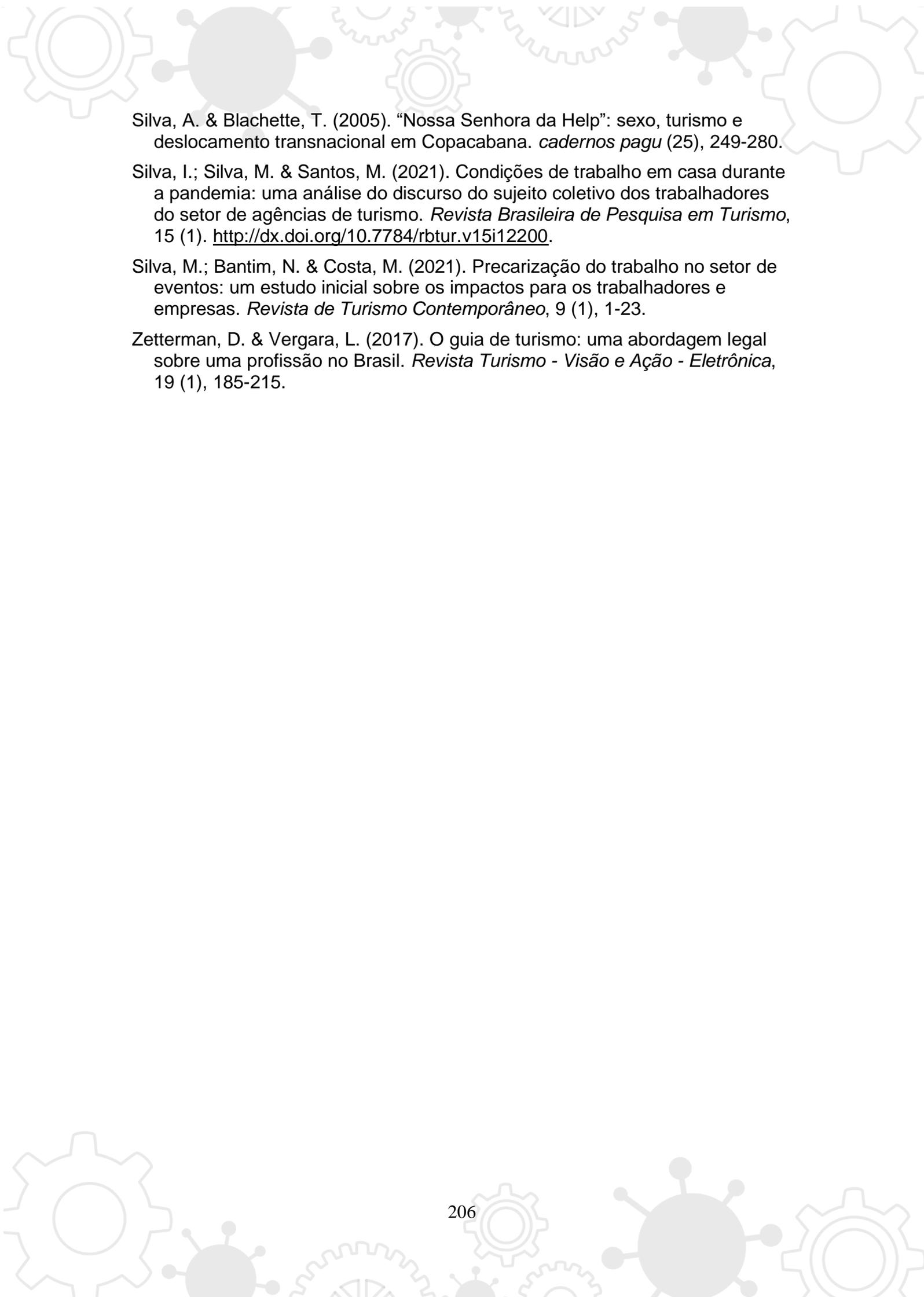
Decerto, o que todas essas expressões de objetificação têm em comum é uma inversão de papéis na qual os sujeitos/trabalhadores são vistos como coisas e as coisas como sujeitos, seja por empresas, instituições públicas ou turistas. E ainda que possamos falar da objetificação em relações do campo sociocultural, como a hospitalidade, a base econômica material se faz claramente presente como fundamento desses processos de objetificação.

Mais uma vez, cabe destacar que esse ensaio consiste apenas em um esforço inicial para discussão sobre a objetificação de trabalhadores do turismo. Mas se, por um lado, fica evidente a limitação do alcance da discussão nesse ensaio, por outro, também fica evidente como essa questão da objetificação dos trabalhadores tem uma presença ampla e ramificada no campo do turismo. Uma presença, diga-se de passagem, que parece atingir turistas, empresas, governos e até mesmo a academia.

Esperamos que esse escrito possa contribuir com futuras pesquisas sobre o tema e instigar novos olhares sobre as condições da classe trabalhadora no turismo.

Referências bibliográficas

- Davis, A. (2016). *Mulher, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo.
- Julião, D.; Cortês, F.; Farias, J.; Lohman, J. & Silva, T. (2009). A influência das leis trabalhistas brasileiras na relação capital/trabalho dos guias de turismo. *Observatório de Inovação do Turismo: revista acadêmica*, IV(3), 1-19.
- Marx, K. (2017). *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2010). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Ministério do Turismo. (2018). *Plano Nacional de Turismo 2018-2022: Mais emprego e renda para o Brasil*.
- Ministério do Turismo. (2021). *Brasil Braços Abertos*. Recuperado em <http://brasilbracosabertos.turismo.gov.br/>.
- Palha, A. (2020). *Ação política transfeminista e marxista*. Recuperado de <https://youtu.be/y1hOn5IMGrQ>.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.

- 
- Silva, A. & Blachette, T. (2005). "Nossa Senhora da Help": sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. *cadernos pagu* (25), 249-280.
- Silva, I.; Silva, M. & Santos, M. (2021). Condições de trabalho em casa durante a pandemia: uma análise do discurso do sujeito coletivo dos trabalhadores do setor de agências de turismo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 15 (1). <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i12200>.
- Silva, M.; Bantim, N. & Costa, M. (2021). Precarização do trabalho no setor de eventos: um estudo inicial sobre os impactos para os trabalhadores e empresas. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 9 (1), 1-23.
- Zetterman, D. & Vergara, L. (2017). O guia de turismo: uma abordagem legal sobre uma profissão no Brasil. *Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica*, 19 (1), 185-215.

Análise dos encontros entre guias de turismo e museus: a compreensão das especificidades de cada trabalho

Analysis of meetings between tour guides and museums: understanding the specifics of each work

Análisis de los encuentros entre guías de turismo y museos: comprensión de las particularidades de cada trabajo

Liliane Augusta Moreira²
Zélia Lopes de Sousa³
Larissa Maria Santos Altemar⁴

Resumo: O presente artigo buscou analisar as questões que surgem no encontro entre guias de turismo e museu. Trataremos das especificidades do trabalho do guia ao levar grupos de turistas ao Memorial Minas Gerais Vale (MMGV) e do acolhimento feito pelo setor Educativo nesse espaço. Ao apontarmos o contexto de atuação e os anseios dos guias e do museu, será possível visualizar choques de expectativas que resultam em pontos de tensão. Este texto apresenta situações que nos auxiliam a perceber os itens de conflito e vislumbrar possibilidades de encontros e ajustes para que os dois trabalhos possam ser realizados de maneira mais proveitosa. Percebemos durante os estudos a necessidade de mais pesquisas qualitativas e quantitativas que possam contribuir para esse debate. Concluímos ainda que é preciso promover diálogos sobre o atendimento ao público, pois percebemos que a relação estabelecida com os visitantes é fundamentalmente diversa, o que se reflete nas escolhas, comunicações e desencontros.

Palavras-chave: Guias de Turismo 1. Museu 2. Receptivo 3. Educação Museal 4. Trabalho 5.

Abstract: This paper sought to analyze the issues that arise in the encounter between tour guides and the museum. We will deal with the specifics of the guide's work when taking groups of tourists to the Memorial Minas Gerais Vale (MMGV), and the reception made by the educational sector in this space. By pointing out the work context and the expectations of the guides and the museum, it will be possible to visualize clashes of expectations that result in tension points. The text presents some situations that help us to perceive the conflicting items and to visualize possibilities of meetings and adjustments so that both works can be carried out in a more fruitful way. During these investigations we felt the need for more qualitative and quantitative researches that could contribute to this debate. We also found out that it's necessary to encourage dialogues regarding the reception of the public, since we perceived that the relationship established with the visitors is quite different, a fact that reflects on the choices, communications and divergences.

Keywords: Tour Guides. Museum. Reception. Museum Education. Work.

Resumen: El presente artículo buscó analizar las cuestiones que surgen en el encuentro entre los guías de turismo y el museo. Vamos a tratar de las especificidades

² Mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, MMGV, lilianexp@yahoo.com.br e <http://lattes.cnpq.br/9652642208386601>.

³ Especialista em Gestão Cultural: Cultura, Desenvolvimento e Mercado, MMGV, zelialopes2007@gmail.com e <http://lattes.cnpq.br/0413550536260558>.

⁴ Mestra em Educação e Inclusão Social, MMGV, laltemar@hotmail.com e <http://lattes.cnpq.br/7962801108456184>.

del trabajo del guía al llevar grupos de turistas al Memorial Minas Gerais Vale (MMGV) y la recepción que hace el sector educativo en este espacio. Al señalar el contexto de la actuación y los deseos de los guías y del museo, será posible visualizar choques de expectativas que resultan en puntos de tensión. Este texto presenta situaciones que nos ayudan a comprender los elementos de conflicto y vislumbrar posibilidades de encuentros y de ajustes para que los dos trabajos puedan realizarse de forma más fructífera. A lo largo de los estudios hemos observado la necesidad de realizar más investigaciones cualitativas y cuantitativas que puedan contribuir a este debate. También concluimos que es necesario promover diálogos sobre la atención al público, pues nos damos cuenta que la relación que se establece con los visitantes es fundamentalmente diversa, lo que se refleja en las elecciones, comunicaciones y desencuentros.

Palabras clave: Guías de Turismo 1. Museo 2. Recepción 3. Educación en museos 4. Trabajo 5.

Introdução

As reflexões presentes neste texto surgem de olhares, vivências e questionamentos da equipe do Educativo do Memorial Minas Gerais Vale (MMGV). Por isso, abordamos a relação entre o museu e o turismo, em específico, a relação do espaço museal com os guias de turismo que frequentam nosso *locus* junto a grupos de visitantes turistas. Assim, identificamos os conflitos que nascem na relação entre esses guias de turismo e o Educativo do MMGV. E é esse o aspecto tratado neste relato de experiência de trabalho.

O MMGV é nosso campo de análise e local de atuação, por isso, a partir da nossa vivência apresentaremos situações que compreendemos como encontros e desencontros entre o trabalho realizado pelos guias de turismo e o realizado pelo Educativo do museu. Este setor tem como principal propósito promover pontes entre o visitante e o acervo do local, entendendo que a construção de conhecimento passa necessariamente pelo diálogo.

O Educativo é responsável pelo atendimento ao público visitante, sendo que o acolhimento deste inicia-se na recepção, que conta com quatro recepcionistas. Há também 13 educadores que realizam as visitas agendadas, as oficinas, as ações educativas e o atendimento nas exposições para o público espontâneo. Para elaborar este relato de experiência, utilizamos a observação, as reflexões das nossas vivências e o embasamento teórico nos estudos sobre os guias de turismo. O objetivo deste estudo foi comunicar nossas experiências e analisar os conflitos entre os guias de turismo e a equipe do Educativo do Memorial.

1. Turismo no museu e guias de turismo: encontros e desencontros

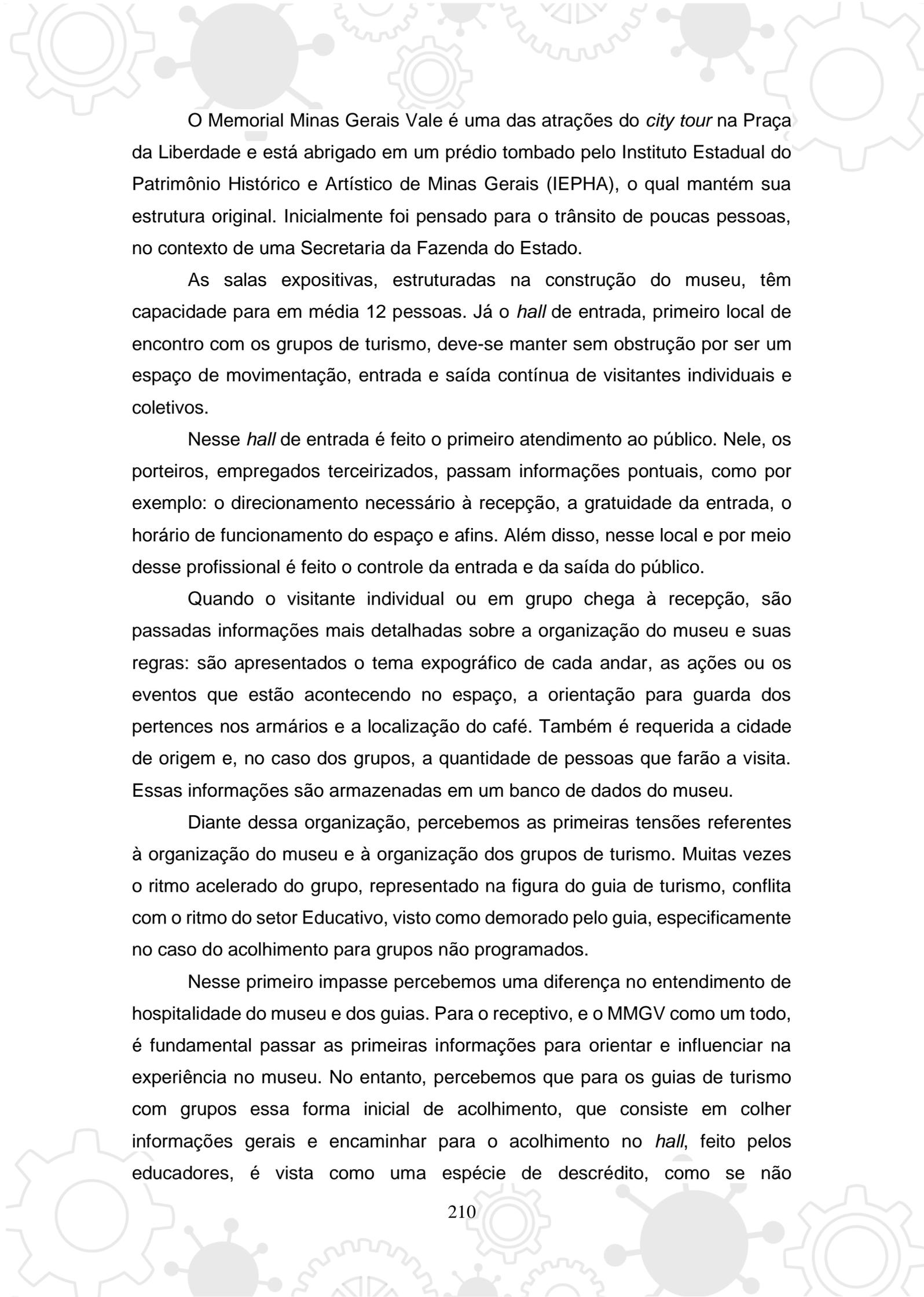
Entendemos o turismo como um fenômeno social de deslocamento voluntário de pessoas para uma determinada localidade, com retorno para o seu lugar de residência permanente, por motivações diversas, utilizando as estruturas da oferta turística. Esses deslocamentos, que denominamos “viagens turísticas”, resultam para o turista no conhecimento e na experiência adquiridos nos locais visitados através das atividades realizadas e do contato estabelecido com a população local e com o guia de turismo (Ignarra, 2013, *apud* De La Torre, 1997; Trigo, 2010).

Diante da amplitude do conceito de turismo, nosso foco se dará no Turismo Cultural em museus, que se reflete em nossa experiência de trabalho, sobre a qual vamos relatar. Nesse contexto, contemplamos: o turista, o destino e a comunidade receptora. Ainda que outros aspectos como o econômico atravessem esses fatores, nosso olhar se direciona às múltiplas relações humanas.

Segundo Meliani (2015), o trabalhador que atua na prestação de serviços ligados ao turismo pratica medidas para que os turistas tenham experiências marcantes, relacionando-se de modo cordial e eficiente. Os guias, em certas circunstâncias, são os representantes das empresas e da cultura local, dando orientações e sugestões de atrativos que possam ser visitados.

Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que os turistas podem ser classificados em duas categorias: **não institucionalizados**, que organizam a viagem sem intermédio de terceiros; e **institucionalizados**, que viajam por intermédio de empresas (agências e operadoras de turismo), que utilizam também os serviços dos guias de turismo (Ignarra, 2013).

Conforme os dados da planilha de visitação do Memorial, no período de 2015 até o início de 2020 houve um aumento da frequência dos turistas institucionalizados ao MMGV. Normalmente, esses grupos são compostos em média por 40 turistas, que chegam ao museu acompanhados por um guia de turismo para visita espontânea, com tempo exíguo para permanência, sem agendamento com o setor Educativo. A programação do roteiro tem como modalidade o *city tour*, em que a visita é panorâmica e transita por diferentes locais e atrativos da cidade.



O Memorial Minas Gerais Vale é uma das atrações do *city tour* na Praça da Liberdade e está abrigado em um prédio tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), o qual mantém sua estrutura original. Inicialmente foi pensado para o trânsito de poucas pessoas, no contexto de uma Secretaria da Fazenda do Estado.

As salas expositivas, estruturadas na construção do museu, têm capacidade para em média 12 pessoas. Já o *hall* de entrada, primeiro local de encontro com os grupos de turismo, deve-se manter sem obstrução por ser um espaço de movimentação, entrada e saída contínua de visitantes individuais e coletivos.

Nesse *hall* de entrada é feito o primeiro atendimento ao público. Nele, os porteiros, empregados terceirizados, passam informações pontuais, como por exemplo: o direcionamento necessário à recepção, a gratuidade da entrada, o horário de funcionamento do espaço e afins. Além disso, nesse local e por meio desse profissional é feito o controle da entrada e da saída do público.

Quando o visitante individual ou em grupo chega à recepção, são passadas informações mais detalhadas sobre a organização do museu e suas regras: são apresentados o tema expográfico de cada andar, as ações ou os eventos que estão acontecendo no espaço, a orientação para guarda dos pertences nos armários e a localização do café. Também é requerida a cidade de origem e, no caso dos grupos, a quantidade de pessoas que farão a visita. Essas informações são armazenadas em um banco de dados do museu.

Diante dessa organização, percebemos as primeiras tensões referentes à organização do museu e à organização dos grupos de turismo. Muitas vezes o ritmo acelerado do grupo, representado na figura do guia de turismo, conflita com o ritmo do setor Educativo, visto como demorado pelo guia, especificamente no caso do acolhimento para grupos não programados.

Nesse primeiro impasse percebemos uma diferença no entendimento de hospitalidade do museu e dos guias. Para o receptivo, e o MMGV como um todo, é fundamental passar as primeiras informações para orientar e influenciar na experiência no museu. No entanto, percebemos que para os guias de turismo com grupos essa forma inicial de acolhimento, que consiste em colher informações gerais e encaminhar para o acolhimento no *hall*, feito pelos educadores, é vista como uma espécie de descrédito, como se não

estivéssemos aptos ou fôssemos desqualificados para as demandas repentinas desses grupos. De modo que a expectativa do guia de turismo em relação à receptividade imediata do seu público não é atendida.

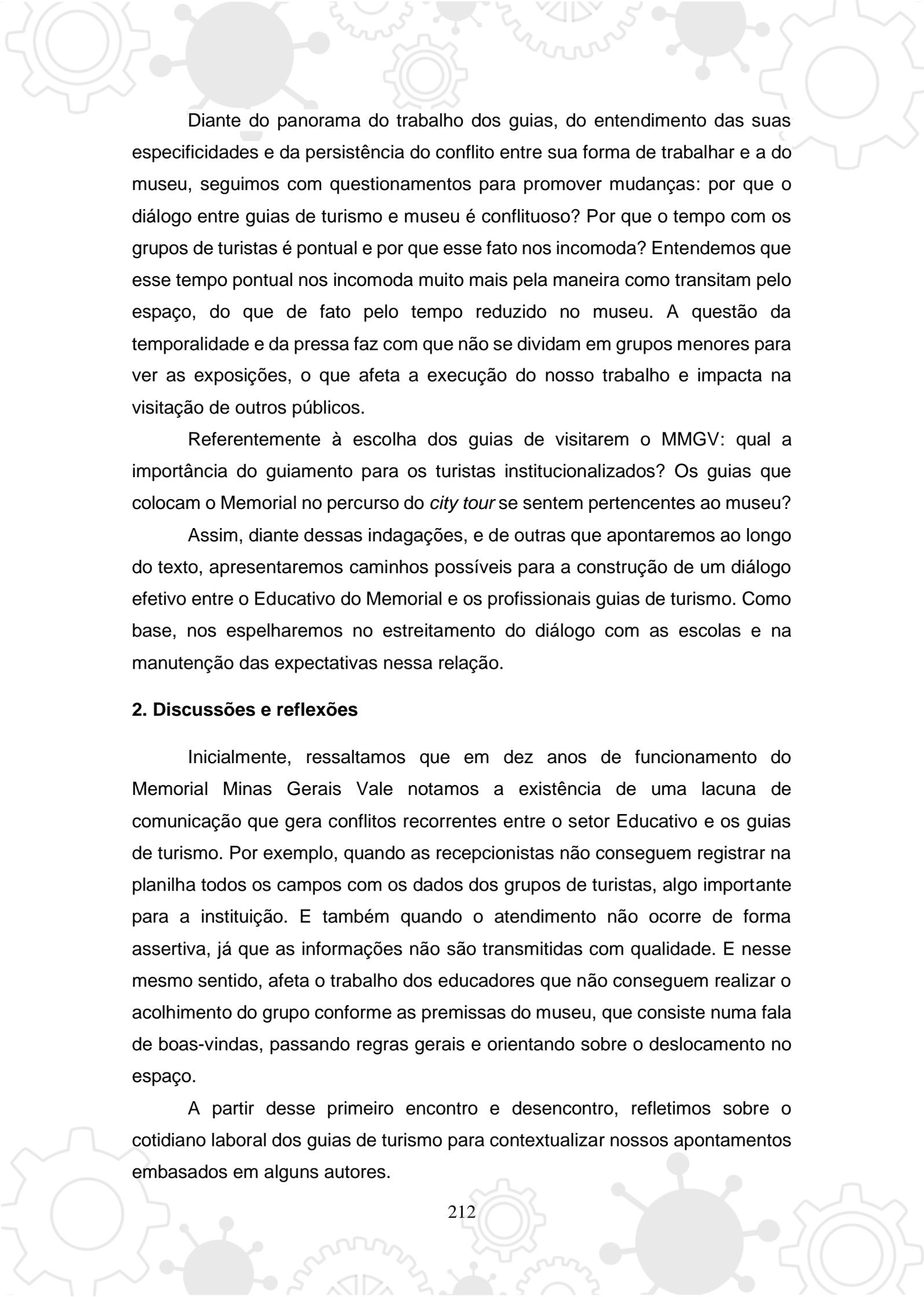
Em algumas experiências esse descompasso entre os guias de turismo e o Educativo tem como consequência a hostilidade dirigida aos profissionais do museu, em desacordo ao Código de Ética dos guias de turismo, que em seu artigo 12, inciso V considera como uma das infrações “praticar, no exercício da atividade, comentários políticos partidários, **emitir qualquer comentário desfavorável sobre pessoas ou locais**, fazer qualquer tipo de discriminação de raça, credo, religião, sexo ou costumes” (FENAGTUR, 2013, n.p.).

Além da questão atitudinal apontada, um aspecto referente à estrutura física do museu causa outro ponto de tensão: alguns guias, com os quais tivemos contato, compreendem que o banheiro do MMGV deve ser de uso público e atender às necessidades dos grupos de turistas que visitam a Praça da Liberdade. Ao invés disso, entendemos que o banheiro é para uso do público em visita ao museu. E mesmo que o objetivo seja apenas ir ao banheiro, é necessário passar pelo procedimento da visitação, informar a procedência, ouvir as orientações e guardar os pertences.

Compreendemos que as especificidades do trabalho do guia, que atende as agências e operadoras de turismo, que contratam o seu serviço para realização do *city tour* em Belo Horizonte, em certos casos contempla a visita à Praça da Liberdade e não necessariamente ao museu, o que justifica uma visita em tempo exíguo. A pesquisa de Alves (2019), que abordou as condições de trabalho no turismo nos setores de hotelaria, agenciamento e guiamento, afirmou que o guia de turismo realiza seu trabalho sob pressão e com longas jornadas em pé. A pesquisa ainda apontou que:

No que toca às condições de trabalho, neste setor do turismo e da hospitalidade, elas apresentam problemas diversos, como alta rotatividade, condições insalubres de trabalho, carga horária extensa e irregular, além de pouco ou nenhum investimento na qualidade de vida dos trabalhadores (Alves, 2019, p. 102).

Destacamos que a carga horária extensa e irregular e a falta de qualidade de vida dos guias de turismo podem impactar tanto na falta de qualidade do serviço prestado, quanto no relacionamento interpessoal com os turistas e com os trabalhadores dos museus da cidade.



Diante do panorama do trabalho dos guias, do entendimento das suas especificidades e da persistência do conflito entre sua forma de trabalhar e a do museu, seguimos com questionamentos para promover mudanças: por que o diálogo entre guias de turismo e museu é conflituoso? Por que o tempo com os grupos de turistas é pontual e por que esse fato nos incomoda? Entendemos que esse tempo pontual nos incomoda muito mais pela maneira como transitam pelo espaço, do que de fato pelo tempo reduzido no museu. A questão da temporalidade e da pressa faz com que não se dividam em grupos menores para ver as exposições, o que afeta a execução do nosso trabalho e impacta na visita de outros públicos.

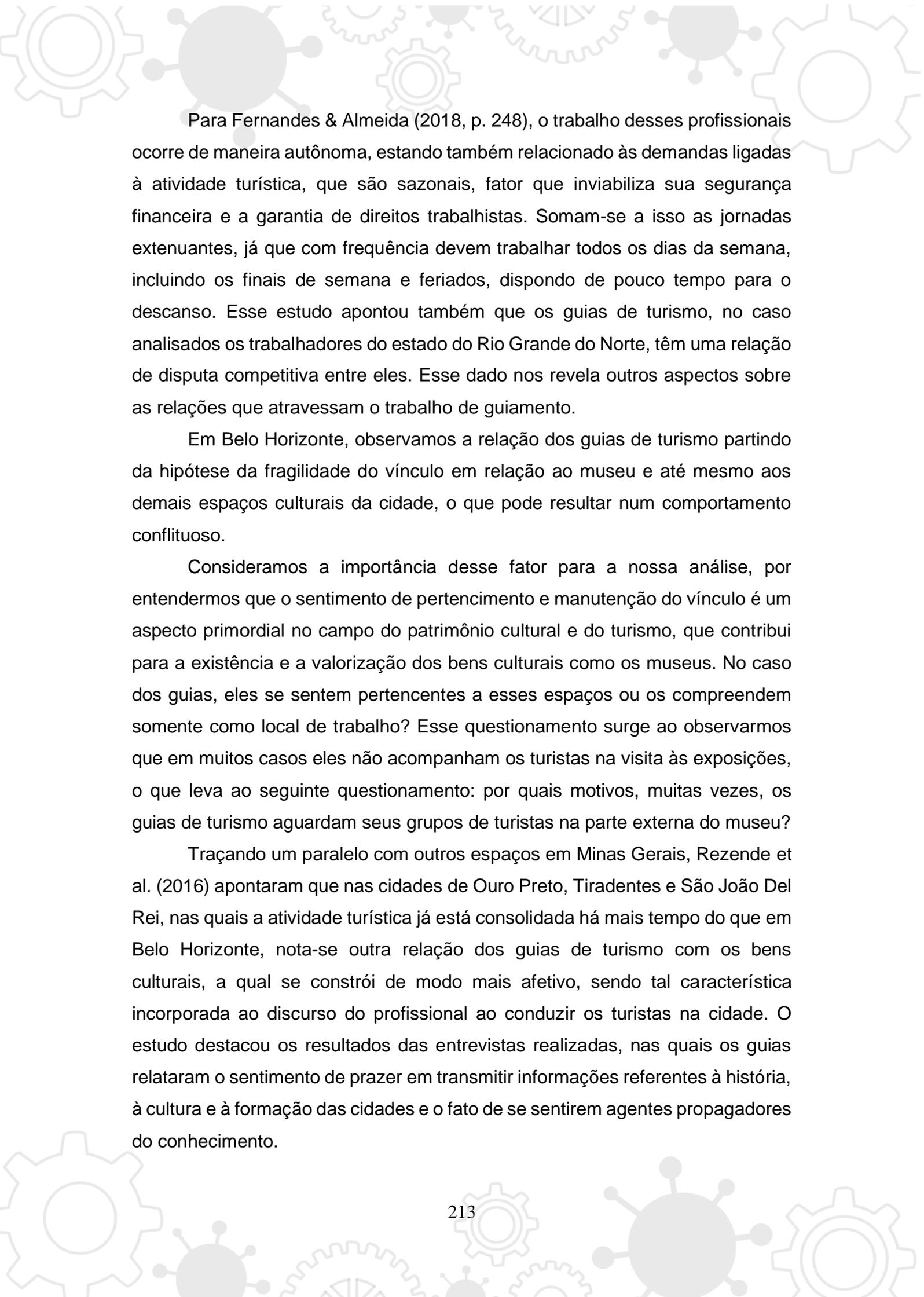
Referentemente à escolha dos guias de visitarem o MMGV: qual a importância do guiamento para os turistas institucionalizados? Os guias que colocam o Memorial no percurso do *city tour* se sentem pertencentes ao museu?

Assim, diante dessas indagações, e de outras que apontaremos ao longo do texto, apresentaremos caminhos possíveis para a construção de um diálogo efetivo entre o Educativo do Memorial e os profissionais guias de turismo. Como base, nos espelharemos no estreitamento do diálogo com as escolas e na manutenção das expectativas nessa relação.

2. Discussões e reflexões

Inicialmente, ressaltamos que em dez anos de funcionamento do Memorial Minas Gerais Vale notamos a existência de uma lacuna de comunicação que gera conflitos recorrentes entre o setor Educativo e os guias de turismo. Por exemplo, quando as recepcionistas não conseguem registrar na planilha todos os campos com os dados dos grupos de turistas, algo importante para a instituição. E também quando o atendimento não ocorre de forma assertiva, já que as informações não são transmitidas com qualidade. E nesse mesmo sentido, afeta o trabalho dos educadores que não conseguem realizar o acolhimento do grupo conforme as premissas do museu, que consiste numa fala de boas-vindas, passando regras gerais e orientando sobre o deslocamento no espaço.

A partir desse primeiro encontro e desencontro, refletimos sobre o cotidiano laboral dos guias de turismo para contextualizar nossos apontamentos embasados em alguns autores.

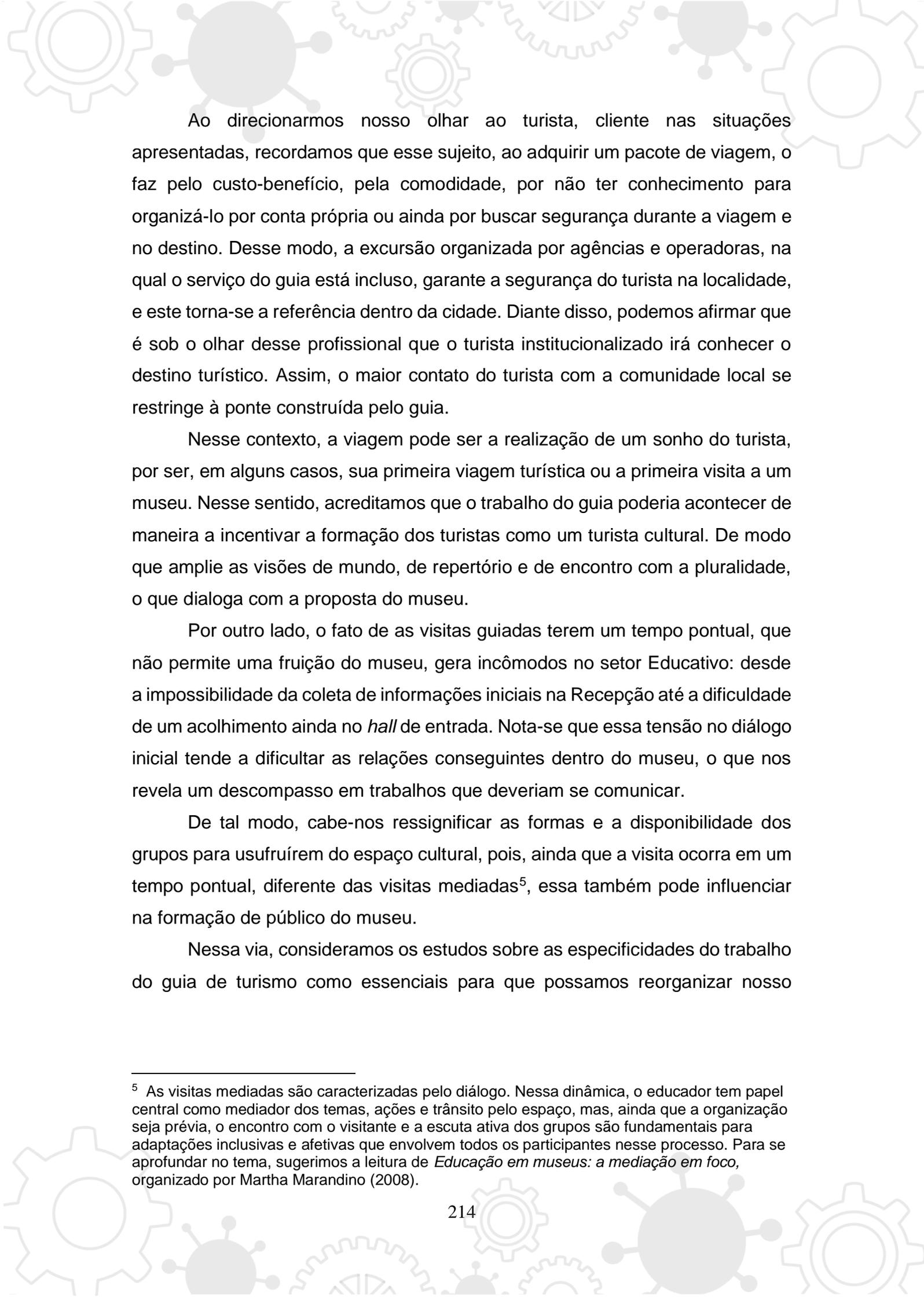


Para Fernandes & Almeida (2018, p. 248), o trabalho desses profissionais ocorre de maneira autônoma, estando também relacionado às demandas ligadas à atividade turística, que são sazonais, fator que inviabiliza sua segurança financeira e a garantia de direitos trabalhistas. Somam-se a isso as jornadas extenuantes, já que com frequência devem trabalhar todos os dias da semana, incluindo os finais de semana e feriados, dispondo de pouco tempo para o descanso. Esse estudo apontou também que os guias de turismo, no caso analisados os trabalhadores do estado do Rio Grande do Norte, têm uma relação de disputa competitiva entre eles. Esse dado nos revela outros aspectos sobre as relações que atravessam o trabalho de guiamento.

Em Belo Horizonte, observamos a relação dos guias de turismo partindo da hipótese da fragilidade do vínculo em relação ao museu e até mesmo aos demais espaços culturais da cidade, o que pode resultar num comportamento conflituoso.

Consideramos a importância desse fator para a nossa análise, por entendermos que o sentimento de pertencimento e manutenção do vínculo é um aspecto primordial no campo do patrimônio cultural e do turismo, que contribui para a existência e a valorização dos bens culturais como os museus. No caso dos guias, eles se sentem pertencentes a esses espaços ou os compreendem somente como local de trabalho? Esse questionamento surge ao observarmos que em muitos casos eles não acompanham os turistas na visita às exposições, o que leva ao seguinte questionamento: por quais motivos, muitas vezes, os guias de turismo aguardam seus grupos de turistas na parte externa do museu?

Traçando um paralelo com outros espaços em Minas Gerais, Rezende et al. (2016) apontaram que nas cidades de Ouro Preto, Tiradentes e São João Del Rei, nas quais a atividade turística já está consolidada há mais tempo do que em Belo Horizonte, nota-se outra relação dos guias de turismo com os bens culturais, a qual se constrói de modo mais afetivo, sendo tal característica incorporada ao discurso do profissional ao conduzir os turistas na cidade. O estudo destacou os resultados das entrevistas realizadas, nas quais os guias relataram o sentimento de prazer em transmitir informações referentes à história, à cultura e à formação das cidades e o fato de se sentirem agentes propagadores do conhecimento.



Ao direcionarmos nosso olhar ao turista, cliente nas situações apresentadas, recordamos que esse sujeito, ao adquirir um pacote de viagem, o faz pelo custo-benefício, pela comodidade, por não ter conhecimento para organizá-lo por conta própria ou ainda por buscar segurança durante a viagem e no destino. Desse modo, a excursão organizada por agências e operadoras, na qual o serviço do guia está incluso, garante a segurança do turista na localidade, e este torna-se a referência dentro da cidade. Diante disso, podemos afirmar que é sob o olhar desse profissional que o turista institucionalizado irá conhecer o destino turístico. Assim, o maior contato do turista com a comunidade local se restringe à ponte construída pelo guia.

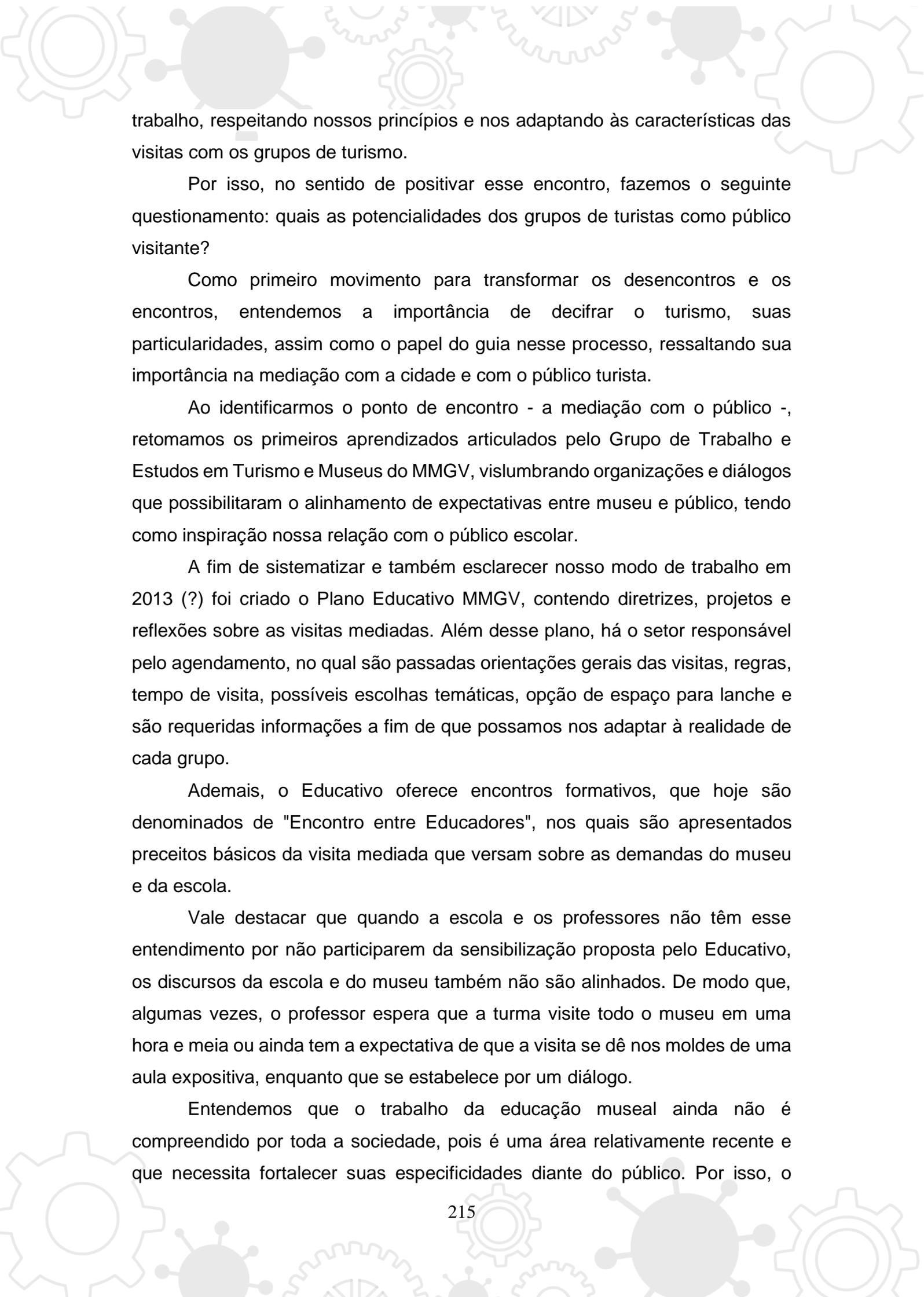
Nesse contexto, a viagem pode ser a realização de um sonho do turista, por ser, em alguns casos, sua primeira viagem turística ou a primeira visita a um museu. Nesse sentido, acreditamos que o trabalho do guia poderia acontecer de maneira a incentivar a formação dos turistas como um turista cultural. De modo que amplie as visões de mundo, de repertório e de encontro com a pluralidade, o que dialoga com a proposta do museu.

Por outro lado, o fato de as visitas guiadas terem um tempo pontual, que não permite uma fruição do museu, gera incômodos no setor Educativo: desde a impossibilidade da coleta de informações iniciais na Recepção até a dificuldade de um acolhimento ainda no *hall* de entrada. Nota-se que essa tensão no diálogo inicial tende a dificultar as relações conseguintes dentro do museu, o que nos revela um descompasso em trabalhos que deveriam se comunicar.

De tal modo, cabe-nos ressignificar as formas e a disponibilidade dos grupos para usufruírem do espaço cultural, pois, ainda que a visita ocorra em um tempo pontual, diferente das visitas mediadas⁵, essa também pode influenciar na formação de público do museu.

Nessa via, consideramos os estudos sobre as especificidades do trabalho do guia de turismo como essenciais para que possamos reorganizar nosso

⁵ As visitas mediadas são caracterizadas pelo diálogo. Nessa dinâmica, o educador tem papel central como mediador dos temas, ações e trânsito pelo espaço, mas, ainda que a organização seja prévia, o encontro com o visitante e a escuta ativa dos grupos são fundamentais para adaptações inclusivas e afetivas que envolvem todos os participantes nesse processo. Para se aprofundar no tema, sugerimos a leitura de *Educação em museus: a mediação em foco*, organizado por Martha Marandino (2008).



trabalho, respeitando nossos princípios e nos adaptando às características das visitas com os grupos de turismo.

Por isso, no sentido de positivar esse encontro, fazemos o seguinte questionamento: quais as potencialidades dos grupos de turistas como público visitante?

Como primeiro movimento para transformar os desencontros e os encontros, entendemos a importância de decifrar o turismo, suas particularidades, assim como o papel do guia nesse processo, ressaltando sua importância na mediação com a cidade e com o público turista.

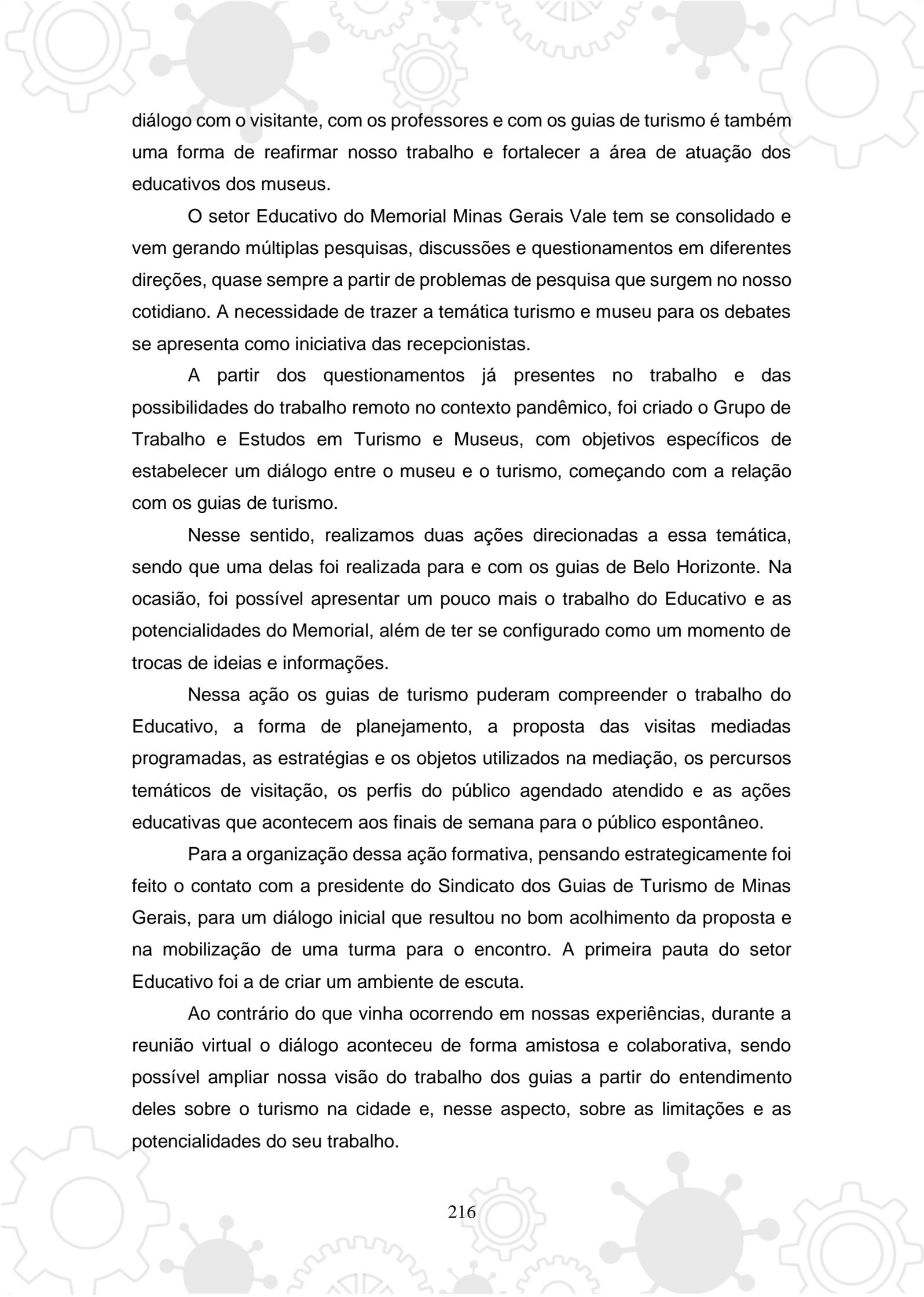
Ao identificarmos o ponto de encontro - a mediação com o público -, retomamos os primeiros aprendizados articulados pelo Grupo de Trabalho e Estudos em Turismo e Museus do MMGV, vislumbrando organizações e diálogos que possibilitaram o alinhamento de expectativas entre museu e público, tendo como inspiração nossa relação com o público escolar.

A fim de sistematizar e também esclarecer nosso modo de trabalho em 2013 (?) foi criado o Plano Educativo MMGV, contendo diretrizes, projetos e reflexões sobre as visitas mediadas. Além desse plano, há o setor responsável pelo agendamento, no qual são passadas orientações gerais das visitas, regras, tempo de visita, possíveis escolhas temáticas, opção de espaço para lanche e são requeridas informações a fim de que possamos nos adaptar à realidade de cada grupo.

Ademais, o Educativo oferece encontros formativos, que hoje são denominados de "Encontro entre Educadores", nos quais são apresentados preceitos básicos da visita mediada que versam sobre as demandas do museu e da escola.

Vale destacar que quando a escola e os professores não têm esse entendimento por não participarem da sensibilização proposta pelo Educativo, os discursos da escola e do museu também não são alinhados. De modo que, algumas vezes, o professor espera que a turma visite todo o museu em uma hora e meia ou ainda tem a expectativa de que a visita se dê nos moldes de uma aula expositiva, enquanto que se estabelece por um diálogo.

Entendemos que o trabalho da educação museal ainda não é compreendido por toda a sociedade, pois é uma área relativamente recente e que necessita fortalecer suas especificidades diante do público. Por isso, o



diálogo com o visitante, com os professores e com os guias de turismo é também uma forma de reafirmar nosso trabalho e fortalecer a área de atuação dos educativos dos museus.

O setor Educativo do Memorial Minas Gerais Vale tem se consolidado e vem gerando múltiplas pesquisas, discussões e questionamentos em diferentes direções, quase sempre a partir de problemas de pesquisa que surgem no nosso cotidiano. A necessidade de trazer a temática turismo e museu para os debates se apresenta como iniciativa das recepcionistas.

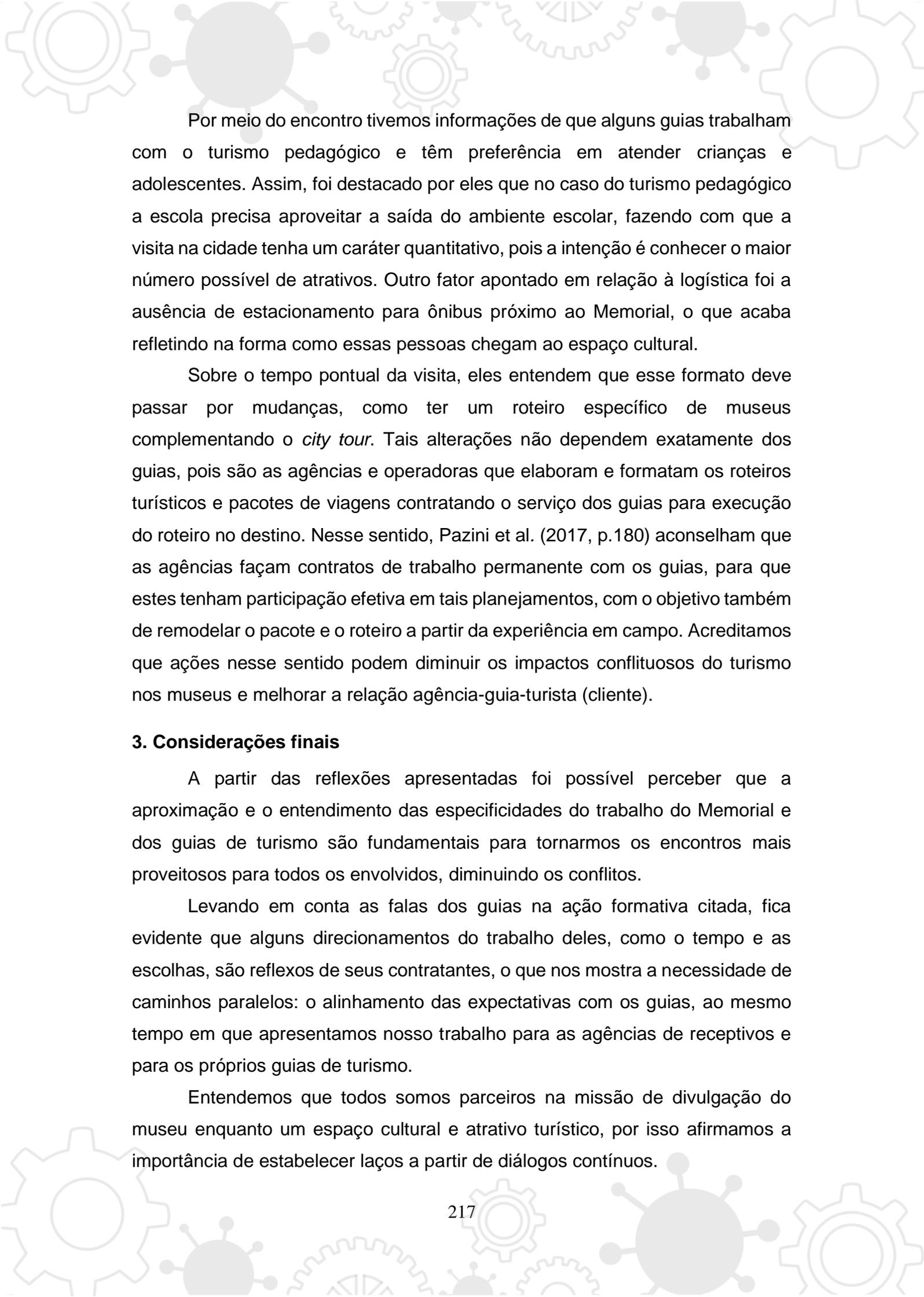
A partir dos questionamentos já presentes no trabalho e das possibilidades do trabalho remoto no contexto pandêmico, foi criado o Grupo de Trabalho e Estudos em Turismo e Museus, com objetivos específicos de estabelecer um diálogo entre o museu e o turismo, começando com a relação com os guias de turismo.

Nesse sentido, realizamos duas ações direcionadas a essa temática, sendo que uma delas foi realizada para e com os guias de Belo Horizonte. Na ocasião, foi possível apresentar um pouco mais o trabalho do Educativo e as potencialidades do Memorial, além de ter se configurado como um momento de trocas de ideias e informações.

Nessa ação os guias de turismo puderam compreender o trabalho do Educativo, a forma de planejamento, a proposta das visitas mediadas programadas, as estratégias e os objetos utilizados na mediação, os percursos temáticos de visitação, os perfis do público agendado atendido e as ações educativas que acontecem aos finais de semana para o público espontâneo.

Para a organização dessa ação formativa, pensando estrategicamente foi feito o contato com a presidente do Sindicato dos Guias de Turismo de Minas Gerais, para um diálogo inicial que resultou no bom acolhimento da proposta e na mobilização de uma turma para o encontro. A primeira pauta do setor Educativo foi a de criar um ambiente de escuta.

Ao contrário do que vinha ocorrendo em nossas experiências, durante a reunião virtual o diálogo aconteceu de forma amistosa e colaborativa, sendo possível ampliar nossa visão do trabalho dos guias a partir do entendimento deles sobre o turismo na cidade e, nesse aspecto, sobre as limitações e as potencialidades do seu trabalho.



Por meio do encontro tivemos informações de que alguns guias trabalham com o turismo pedagógico e têm preferência em atender crianças e adolescentes. Assim, foi destacado por eles que no caso do turismo pedagógico a escola precisa aproveitar a saída do ambiente escolar, fazendo com que a visita na cidade tenha um caráter quantitativo, pois a intenção é conhecer o maior número possível de atrativos. Outro fator apontado em relação à logística foi a ausência de estacionamento para ônibus próximo ao Memorial, o que acaba refletindo na forma como essas pessoas chegam ao espaço cultural.

Sobre o tempo pontual da visita, eles entendem que esse formato deve passar por mudanças, como ter um roteiro específico de museus complementando o *city tour*. Tais alterações não dependem exatamente dos guias, pois são as agências e operadoras que elaboram e formatam os roteiros turísticos e pacotes de viagens contratando o serviço dos guias para execução do roteiro no destino. Nesse sentido, Pazini et al. (2017, p.180) aconselham que as agências façam contratos de trabalho permanente com os guias, para que estes tenham participação efetiva em tais planejamentos, com o objetivo também de remodelar o pacote e o roteiro a partir da experiência em campo. Acreditamos que ações nesse sentido podem diminuir os impactos conflituosos do turismo nos museus e melhorar a relação agência-guia-turista (cliente).

3. Considerações finais

A partir das reflexões apresentadas foi possível perceber que a aproximação e o entendimento das especificidades do trabalho do Memorial e dos guias de turismo são fundamentais para tornarmos os encontros mais proveitosos para todos os envolvidos, diminuindo os conflitos.

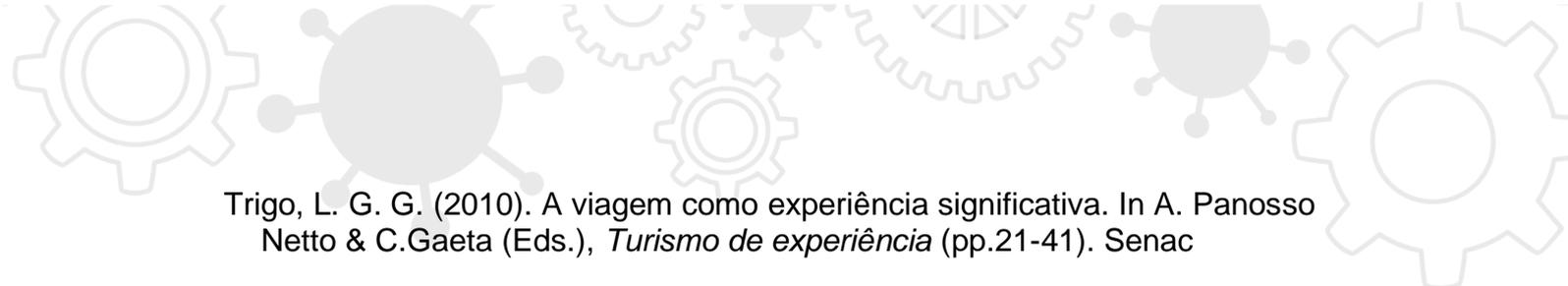
Levando em conta as falas dos guias na ação formativa citada, fica evidente que alguns direcionamentos do trabalho deles, como o tempo e as escolhas, são reflexos de seus contratantes, o que nos mostra a necessidade de caminhos paralelos: o alinhamento das expectativas com os guias, ao mesmo tempo em que apresentamos nosso trabalho para as agências de receptivos e para os próprios guias de turismo.

Entendemos que todos somos parceiros na missão de divulgação do museu enquanto um espaço cultural e atrativo turístico, por isso afirmamos a importância de estabelecer laços a partir de diálogos contínuos.

Assim, destacamos a necessidade do desenvolvimento de mais pesquisas sobre o turismo nos museus em Belo Horizonte com dados quantitativos e qualitativos que auxiliem na tomada de decisões e no desenvolvimento de ações no campo do turismo cultural e dos próprios museus. Além disso, após estudos, percebemos que coletas de dados, como entrevistas com os guias de turismo que vêm ao museu, podem auxiliar na questão da escuta e das expectativas entre os trabalhos.

Referências bibliográficas

- Alves, K.S. (2019). Trabalhadores e trabalhadoras do turismo: ao sofrimento e ao adoecimento psíquico. Anais Fórum ABRATUR. Univille. (pp. 102-104). Recuperado de:
https://www.academia.edu/39520136/turismofobia_notas_sobre_o_processo_de_imagina%C3%87%C3%83o_social_no_turismo_p_145_149_resumo_expandido?auto=download&email_work_card=download-paper.
- Fernandes, P. S. & Almeida, J. V. (2018). Estudo sobre a relação entre o lazer e o trabalho do guia de turismo regional do estado do Rio Grande do Norte. Revista Licere, 21 (3) (pp.233-252). Recuperado de:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1868/1251>.
- FENAGTUR. (2013). Código de ética - Federação Nacional dos Guias de Turismo. Recuperado de: https://12cce390-18f0-10e8-7e4e-d11fe79c1591.filesusr.com/ugd/300d02_575d9537a71d4d439ba31333d2712791.pdf .
- Ignarra, L. R. (2013). Fundamentos do Turismo. 3ª edição, revista e ampliada. Senac.
- Meliani, P.F. (2015). Pensando o trabalho no turismo: sobre servilismo e precarização das relações trabalhistas na prestação de serviços turísticos. Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas. 14 (26) (pp. 95-117). Recuperado de:
<https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1053> .
- Pazini, R., Braga, D. & Gândara, J.M.G. (2017). A importância do guia de turismo na experiência turística: da teoria à prática das agências de receptivo de Curitiba- PR. Caderno Virtual de Turismo. 17 (2) (pp.162-182). Recuperado de:
<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/1269/532> .
- Plano Educativo MMGV (2013?). Recuperado de:
<http://memorialvale.com.br/wp-content/uploads/2017/07/plano-educativo.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2021.
- Rezende, Y. A. E, Coletto, K. A. & Alves, K. S. (2016). Relatos de trabalho e de vida dos Guias de Turismo das cidades de Ouro Preto, Tiradentes e São João Del Rei (MG). Perspectivas Sociais. 4 (1). Recuperado de:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/percsoc/article/view/9091/5944>



Trigo, L. G. G. (2010). A viagem como experiência significativa. In A. Panosso Netto & C.Gaeta (Eds.), *Turismo de experiência* (pp.21-41). Senac

A difusão da Covid - 19 e os empregos no segmento turístico no Rio Grande do Norte

The diffusion of Covid - 19 and jobs in the tourism segment in Rio Grande do Norte

La difusión de Covid - 19 y el empleo en el segmento turístico en Rio Grande do Norte

Joyce Lins Pontes¹

Resumo: A difusão da Covid-19 afetou os empregos nas principais destinações turísticas do Rio Grande do Norte. Neste artigo, será abordado inicialmente a disseminação da pandemia no Brasil, seguida de sua propagação nas principais destinações turísticas do estado potiguar, nos municípios de Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso. A pesquisa possui natureza exploratória e qualitativa, analisando respectivamente, os dados secundários de plataformas oficiais do governo, como Ministério da Saúde, FIERN e o Novo Caged; e a realização de entrevistas aos representantes de sindicatos e associações do turismo da unidade federativa do RN. A coleta dos dados está voltada para o intervalo de março de 2020 a março de 2021, relacionando os impactos dos números de casos da Covid-19, aos números de demissões de empregos associados ao turismo.

Palavras-chave: Turismo. Disseminação da Covid-19. Rio Grande do Norte. Empregos.

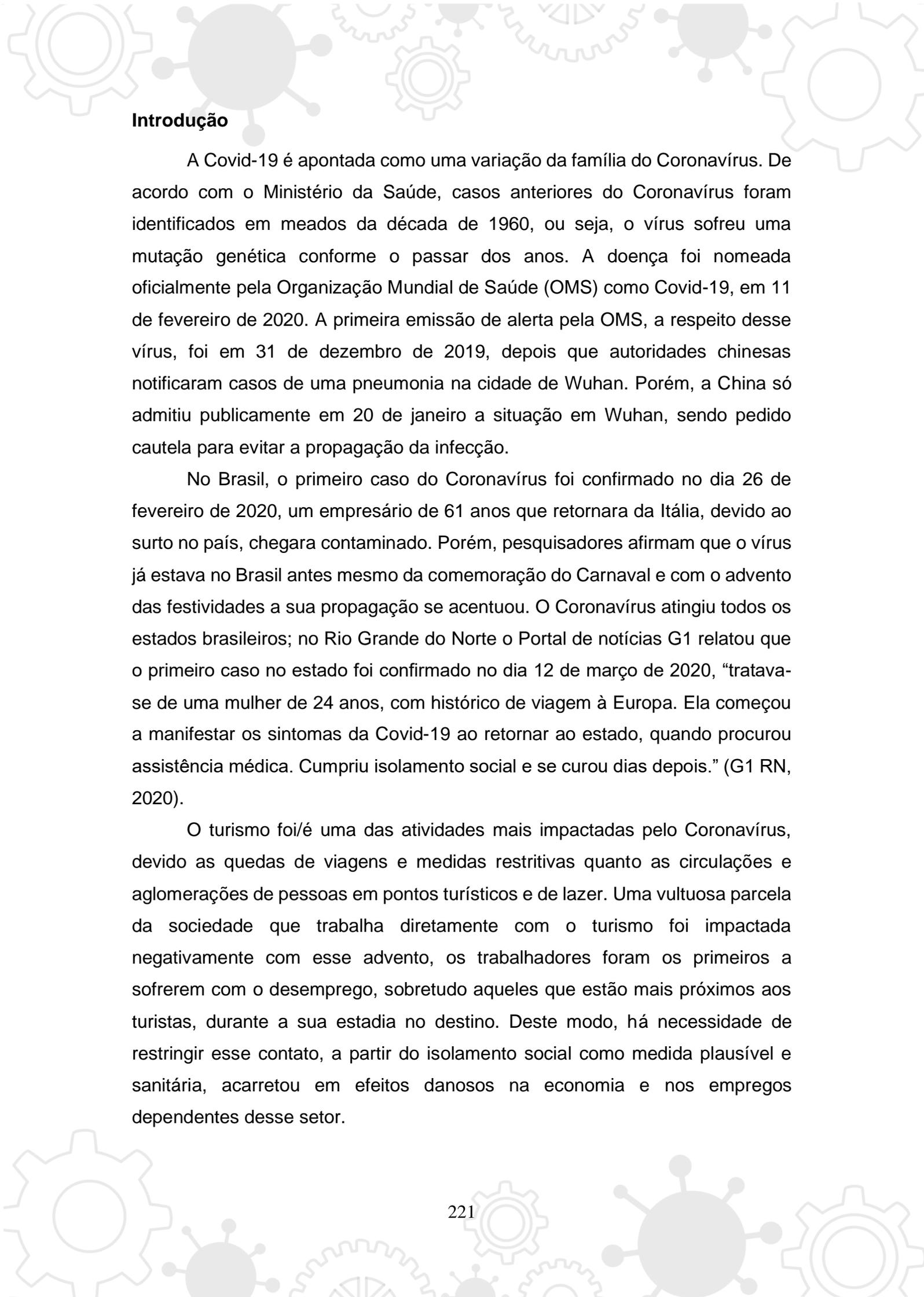
Abstract: The diffusion of Covid-19 affected jobs in the main tourist destinations in Rio Grande do Norte. This article will initially address the spread of the pandemic in Brazil, followed by its spread in the main tourist destinations in the state, in the municipalities of Natal, Tibau do Sul and São Miguel do Gostoso. The research has an exploratory and qualitative nature, analyzing, respectively, secondary data from official government platforms, such as the Ministry of Health, FIERN and Novo Caged; and conducting interviews with representatives of unions and tourism associations in the federative unit of RN. Data collection is focused on the interval from March 2020 to March 2021, relating the impacts of the Covid-19 case numbers to the numbers of job layoffs associated with tourism.

Keywords: Tourism. Dissemination of Covid-19. Rio Grande do Norte. Jobs.

Resumen: La difusión de Covid-19 afectó el empleo en los principales destinos turísticos de Rio Grande do Norte. Este artículo abordará inicialmente la propagación de la pandemia en Brasil, seguido de su propagación en los principales destinos turísticos del estado, en los municipios de Natal, Tibau do Sul y São Miguel do Gostoso. La investigación tiene un carácter exploratorio y cualitativo, analizando, respectivamente, datos secundarios de plataformas gubernamentales oficiales, como el Ministerio de Salud, FIERN y Novo Caged; y realización de entrevistas con representantes de sindicatos y asociaciones de turismo en la unidad federativa de RN. La recopilación de datos se centra en el intervalo de marzo de 2020 a marzo de 2021, relacionando los impactos de los números de casos de Covid-19 con los números de despidos asociados con el turismo.

Palabras clave: Turismo. Difusión de Covid-19. Rio Grande do Norte. Trabajos.

¹ Bacharelada em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e-mail: joycelins222@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/9264301655982512>.



Introdução

A Covid-19 é apontada como uma variação da família do Coronavírus. De acordo com o Ministério da Saúde, casos anteriores do Coronavírus foram identificados em meados da década de 1960, ou seja, o vírus sofreu uma mutação genética conforme o passar dos anos. A doença foi nomeada oficialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como Covid-19, em 11 de fevereiro de 2020. A primeira emissão de alerta pela OMS, a respeito desse vírus, foi em 31 de dezembro de 2019, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma pneumonia na cidade de Wuhan. Porém, a China só admitiu publicamente em 20 de janeiro a situação em Wuhan, sendo pedido cautela para evitar a propagação da infecção.

No Brasil, o primeiro caso do Coronavírus foi confirmado no dia 26 de fevereiro de 2020, um empresário de 61 anos que retornara da Itália, devido ao surto no país, chegara contaminado. Porém, pesquisadores afirmam que o vírus já estava no Brasil antes mesmo da comemoração do Carnaval e com o advento das festividades a sua propagação se acentuou. O Coronavírus atingiu todos os estados brasileiros; no Rio Grande do Norte o Portal de notícias G1 relatou que o primeiro caso no estado foi confirmado no dia 12 de março de 2020, “tratava-se de uma mulher de 24 anos, com histórico de viagem à Europa. Ela começou a manifestar os sintomas da Covid-19 ao retornar ao estado, quando procurou assistência médica. Cumpriu isolamento social e se curou dias depois.” (G1 RN, 2020).

O turismo foi/é uma das atividades mais impactadas pelo Coronavírus, devido as quedas de viagens e medidas restritivas quanto as circulações e aglomerações de pessoas em pontos turísticos e de lazer. Uma vultuosa parcela da sociedade que trabalha diretamente com o turismo foi impactada negativamente com esse advento, os trabalhadores foram os primeiros a sofrerem com o desemprego, sobretudo aqueles que estão mais próximos aos turistas, durante a sua estadia no destino. Deste modo, há necessidade de restringir esse contato, a partir do isolamento social como medida plausível e sanitária, acarretou em efeitos danosos na economia e nos empregos dependentes desse setor.

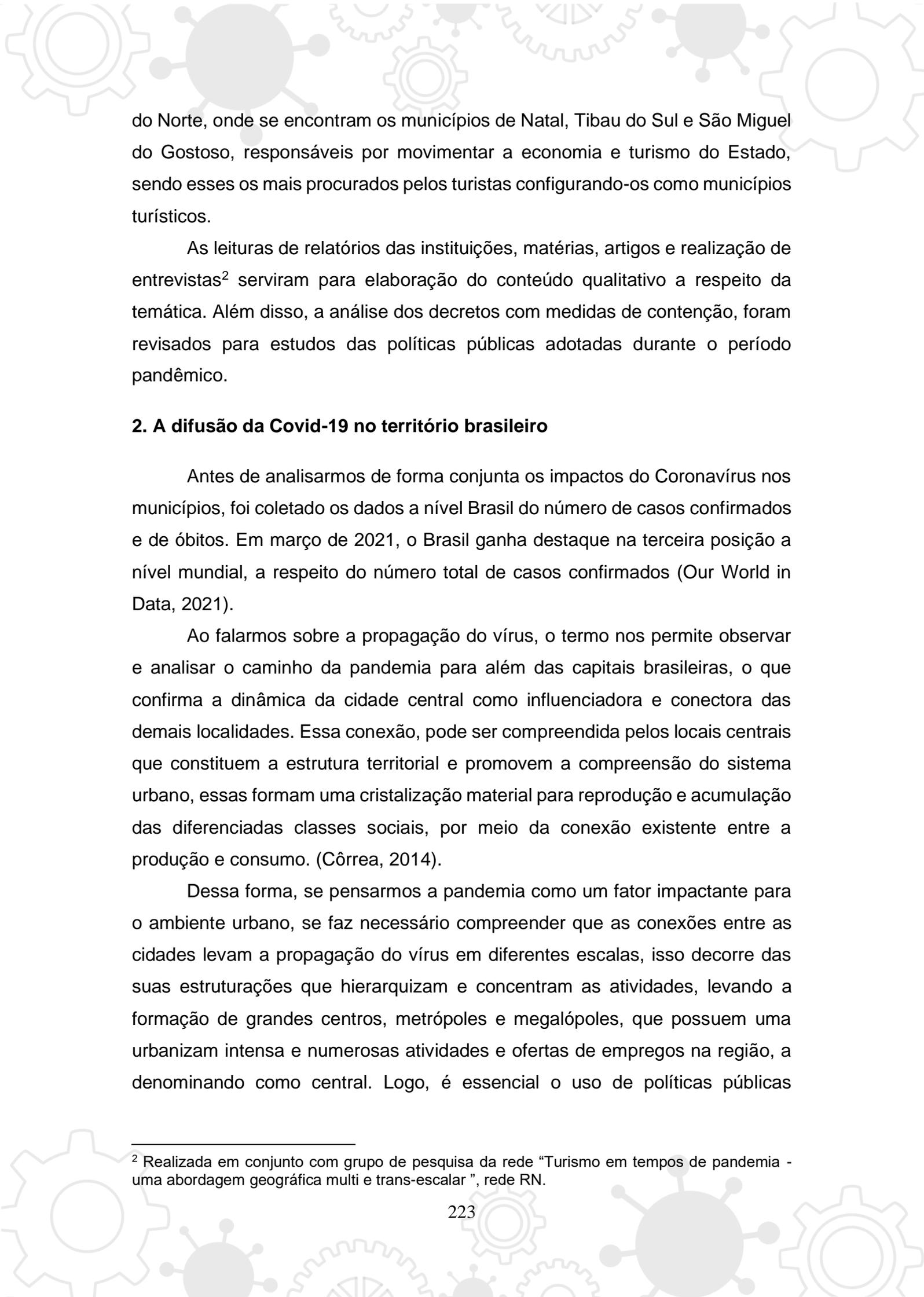
Sobre esta perspectiva a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020), aponta que pontos turísticos estiveram dentre as primeiras medidas de suspensão de atividades, com intuito de conter o avanço da Covid-19, isso acabou levando a paralisação presencial de serviços como o de hospedagem, alimentação, pontos turísticos, entre outros. É válido ressaltar que as medidas restritivas começaram na segunda quinzena de março de 2020, durante esse período mantiveram-se com ordem de funcionamento apenas as atividades consideradas essenciais, não sendo o turismo considerado.

Logo, o objetivo do estudo está em analisar como o setor do turismo foi impactado com o advento da pandemia global. Como supracitado, esse setor foi um dos mais acometidos pelo vírus, sendo imprescindível compreender as reações do turismo local, as políticas públicas elaboradas e os efeitos repercutidos na sociedade. Para isso foram realizadas coletas em plataformas oficiais do governo como o Novo CAGED 2020, Ministério da Saúde e FIERN, com intuito de elaborar tabelas, gráficos e mapas. Além disso, será abordado uma breve análise de como a pandemia se propagou a nível Brasil, e posteriormente a nível Rio Grande do Norte, sendo válido ressaltar que, o enfoque estará voltado para os municípios de Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso e os saldos dos empregos que envolvem o turismo.

1. Metodologia

Este trabalho utiliza métodos mistos dispondo de uma abordagem quantitativa e qualitativa dos dados obtidos. Inicialmente foram coletados dados em plataformas oficiais do Governo, como: O Ministério da Saúde; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do RN (Fecomércio RN); Federação das Indústrias do Estado do RN (FIERN), pela plataforma de acesso MaisRN Digital; Departamento de Informática do SUS (DATASUS); e, pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A coleta desses dados tem por finalidade estruturar quadros e tabelas, para utilização em gráficos e mapas, que propiciem uma compreensão mais clara da propagação do Coronavírus.

O recorte temporal estabelecido foi do mês de março de 2020 a março de 2021. Já o recorte espacial, primeiramente é discutido a nível Brasil para expor uma visão macro do território e como esse foi atingido, depois a nível Rio Grande



do Norte, onde se encontram os municípios de Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso, responsáveis por movimentar a economia e turismo do Estado, sendo esses os mais procurados pelos turistas configurando-os como municípios turísticos.

As leituras de relatórios das instituições, matérias, artigos e realização de entrevistas² serviram para elaboração do conteúdo qualitativo a respeito da temática. Além disso, a análise dos decretos com medidas de contenção, foram revisados para estudos das políticas públicas adotadas durante o período pandêmico.

2. A difusão da Covid-19 no território brasileiro

Antes de analisarmos de forma conjunta os impactos do Coronavírus nos municípios, foi coletado os dados a nível Brasil do número de casos confirmados e de óbitos. Em março de 2021, o Brasil ganha destaque na terceira posição a nível mundial, a respeito do número total de casos confirmados (Our World in Data, 2021).

Ao falarmos sobre a propagação do vírus, o termo nos permite observar e analisar o caminho da pandemia para além das capitais brasileiras, o que confirma a dinâmica da cidade central como influenciadora e conectora das demais localidades. Essa conexão, pode ser compreendida pelos locais centrais que constituem a estrutura territorial e promovem a compreensão do sistema urbano, essas formam uma cristalização material para reprodução e acumulação das diferenciadas classes sociais, por meio da conexão existente entre a produção e consumo. (Côrrea, 2014).

Dessa forma, se pensarmos a pandemia como um fator impactante para o ambiente urbano, se faz necessário compreender que as conexões entre as cidades levam a propagação do vírus em diferentes escalas, isso decorre das suas estruturas que hierarquizam e concentram as atividades, levando a formação de grandes centros, metrópoles e megalópoles, que possuem uma urbanização intensa e numerosas atividades e ofertas de empregos na região, a denominando como central. Logo, é essencial o uso de políticas públicas

² Realizada em conjunto com grupo de pesquisa da rede “Turismo em tempos de pandemia - uma abordagem geográfica multi e trans-escalar”, rede RN.

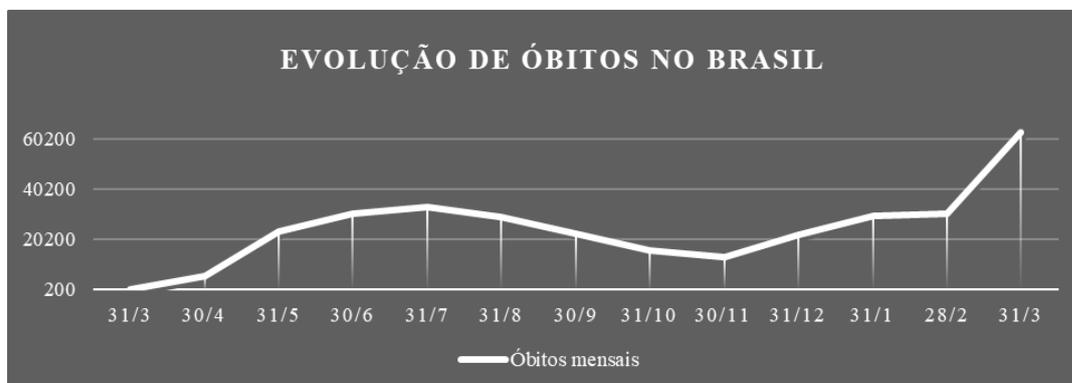
diferenciadas que permitam conter e diminuir os impactos do vírus na sociedade, sobretudo as que estão dependentes totalmente, ou, em parte do turismo e as que se encontram em áreas mais periféricas por deterem menor acesso a ofertas de empregos. Para uma melhor visualização dos dados foram elaborados gráficos dos valores acrescidos a cada mês, dos números de casos confirmados e de óbitos. Desta forma, pode-se perceber a evolução crescente da doença e analisar que, com o passar dos meses são diminutas às vezes que os números caem. Geralmente nota-se uma tendência de aumento contínuo dos casos, tanto aos que se referem aos novos casos confirmados, quanto aos números de óbitos, como pode-se notar nos gráficos a seguir.

Gráfico 1. Números de casos confirmados entre março de 2020 a março de 2021



Fonte: Ministério da Saúde, Coronavírus. Elaboração própria, 2021.

Gráfico 2. Número de óbitos entre março de 2020 a março de 2021



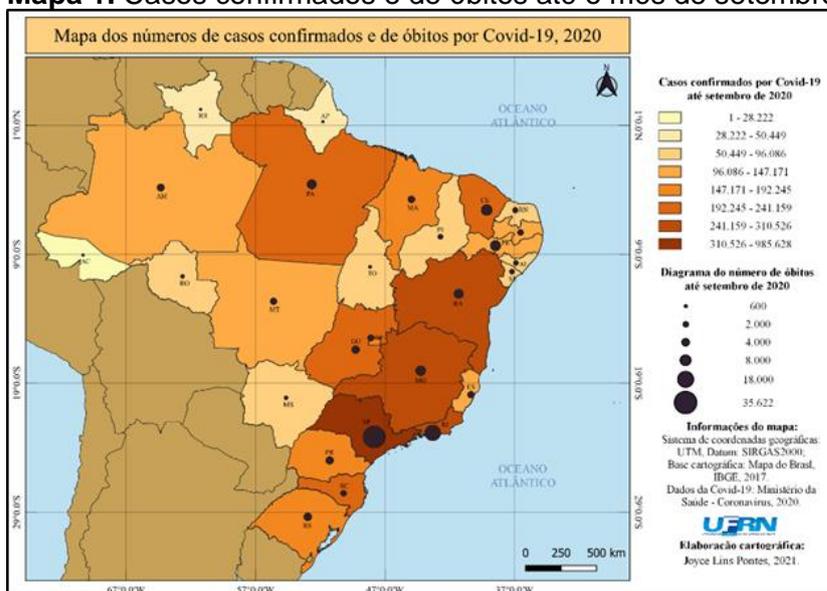
Fonte: Ministério da Saúde, Coronavírus. Elaboração própria, 2021.

Ao analisar esses gráficos podemos perceber a semelhança presente entre ambos, durante os meses de abril a julho de 2020, nota-se um movimento

crescente representando a elevação dos casos. No gráfico 1, as estabilidades dos dados ocorrem apenas entre os meses de julho a agosto de 2020. Já no gráfico 2, as estabilidades ocorrem apenas entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021. No entanto, o fator “estável”, não significa dizer que os valores sejam bons, pois a estabilidade vai ser percebida em números relativamente altos de casos. Outra observação que se faz pertinente é o movimento de queda, em ambos os gráficos essa diminuição vai dos meses de agosto ao de outubro e início de novembro (apenas no caso de óbitos), de 2020.

Esse período foi justamente o momento de novas expectativas de recuperação da economia, os números de casos confirmados e de óbitos apresentaram uma baixa e os setores como o turismo, que antes estavam proibidos de exercer suas atividades, voltam ao mercado seguindo as novas medidas impostas, como é o exemplo dos protocolos de biossegurança.

Mapa 1. Casos confirmados e de óbitos até o mês de setembro do ano de 2020.



Mapa 2. Casos confirmados e de óbitos por Covid-19 até março de 2021



Através da análise dos mapas temáticos 1 e 2, os valores apontados são acumulativos mensais dos dados da Covid-19. Esse intervalo foi proposto, devido a reabertura das atividades turística, sendo o mapa 1 apresentando dados coletados até setembro de 2020, e o mapa 2 até março de 2021, data essa da qual realizei a última coleta de dados. Esses representam o panorama até então presente no Brasil, que para Guimarães (2020) a organização econômica brasileira levou uma direção, temporalidade e intensidade do vírus. A estrutura de redes se faz conectada com às dinâmicas econômicas, traduzidas como hierarquias territoriais em que a Covid-19, ao se propagar sob território, assume “feições geográficas zonais, reticulares e pontuais”.

Entre as dificuldades ocasionadas pelo aumento do desemprego no setor do turismo, encontramos a informalidade que ainda é bastante presente entre seus trabalhadores, elevando a vulnerabilidade dessa parcela social e as chances de ficarem sem uma fonte de renda durante o período desempregado(a). Nessa parcela, também encontramos os empregados domésticos, empregadores sem CNPJ, pessoas sem carteira assinada e aqueles que trabalham por conta própria. Sabe-se que muitas adaptações no ambiente de trabalho permitiram a ampliação de empregos em *Home office*, auxiliando na diminuição das aglomerações e disseminação do vírus. No entanto, esse modelo de trabalho não chega a se aplicar aos trabalhadores do turismo, que geralmente estão em contato direto com o turista.

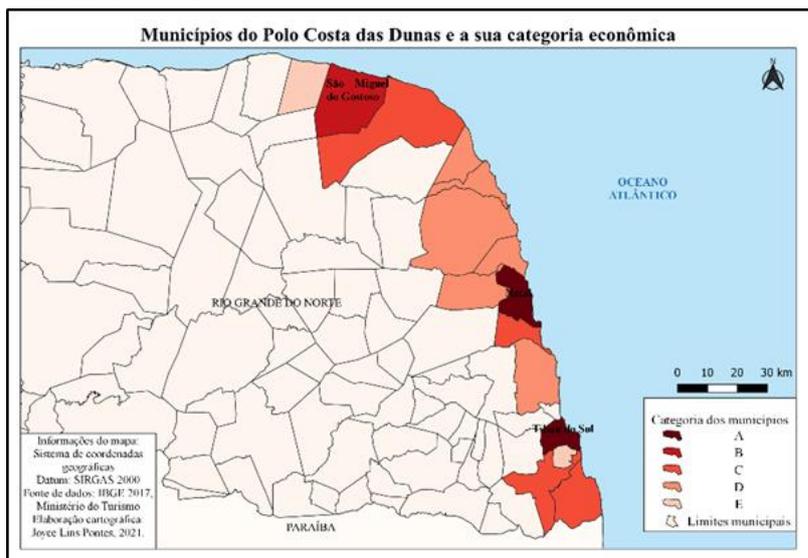
3. O emprego na atividade turística do Rio Grande do Norte

Os municípios selecionados para análise são considerados os principais destinos turísticos do estado do Rio Grande do Norte, o relatório do Perfil do Turista do RN (2021) aponta que os destinos mais visitados pelos turistas estão localizados no litoral sul e norte do Estado, são esses: Natal com 61,6%, seguido de Tibau do Sul com 51,4% e São Miguel do Gostoso com 24%. Mesmo em contexto pandêmico em 05 de janeiro de 2021, a Fecomércio RN publica uma notícia em que, o município de Natal/RN é considerado o destino mais procurado no verão de 2021 (Ministério do Turismo, 2021).

Esse tipo de matéria ressalta a importância dos municípios litorâneos em vincular os empregos, meios de hospedagens, empreendimentos à beira mar, à economia do Estado e dos municípios, com a presença de turistas nacionais e internacionais. De acordo com o Mapa do Turismo, elaborado pelo Ministério do Turismo (2019), foram 15 os municípios organizados no Polo Costa das Dunas, dentre esses apenas Natal e Tibau do Sul apresentam valor máximo na categoria A, essa envolve o cruzamento de dados do cluster com cinco variáveis³ objetivas, diretamente relacionadas à economia do turismo. Já São Miguel do Gostoso é o único representante da categoria B. Deste modo, a medição do desempenho corresponde as médias dos fluxos dos meios de hospedagem e a arrecadação de impostos obtidos por esses municípios. Na categoria A pode-se observar o melhor e na E o menor desempenho da economia, gerada pelo turismo.

³ Variáveis: Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem; Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem; Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos; Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais, e a Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem.

Mapa 3. Localização dos municípios e sua categorização segundo o Ministério do Turismo.



Esses municípios também tiveram análise de seus decretos⁴, matérias jornalísticas e dados referentes ao Coronavírus, como podemos observar no quadro seguinte.

Quadro 1. Decretos de suspensão e reabertura das atividades turísticas nos municípios

Município/ Estado	Data do decreto de suspensão das atividades	N. do decreto suspensão das atividades	Data do decreto de reabertura das atividades	N. do decreto de reabertura das atividades
Governo do RN	20/03/2020	Decreto n. 29.541	30/06/2020 07/07/2020	Decreto n. 29.794 Decreto n. 29.815
Natal	17/03/2020	Decreto n. 11.920	29/06/2020	Decreto n. 11.988
Tibau do Sul	23/03/2020	Decreto n. 15	06/07/2020	Decreto n. 38
São Miguel do Gostoso	24/03/2020	Decreto n. 75	15/04/2020 31/07/2020	Decreto n. 84 Decreto n. 100

Fonte: Todesco, Aparecida, Fonseca & Dantas (2021).

Os primeiros decretos envolvem adoção de medidas, como: a suspensão da realização de eventos públicos municipais culturais, artísticos e de entretenimento, e recomendações aos bares e restaurantes de Natal, para adotarem medidas de prevenção como o espaçamento entre mesas (decreto

⁴ Como participante do grupo de pesquisa, das professoras citadas, realizei a coleta dos decretos de todo o ano de 2020, para construção do quadro com decretos que envolvem atividades turísticas nos municípios.

nº11.920). Em Tibau do Sul foi suspendida as atividades de todos os restaurantes, lanchonetes, bares, barracas e similares; circulação de pessoas em praias, rios, lagoas e piscinas públicas, além da retirada das barracas de praia e realização de eventos com presença do público (Decreto nº.15). Em São Miguel do Gostoso, foram suspendidas as licenças e autorizações antes concedidas para as atividades em andamento de hotéis, resorts, pousadas, passeios coletivos de veículos 4x4 ou quadriciclos, além disso foram adotadas medidas mais rigorosas, como a proibição da entrada de novos visitantes a cidade (Decreto de nº.75).

Ademais dos decretos como medidas públicas, o município de Natal elaborou, ainda em julho de 2020, um plano para retomada do turismo com protocolos de segurança para cada um dos segmentos que vai desde os meios de hospedagem, aos vendedores ambulantes. Instituições como SENAC/RN e SEBRAE/RN ofereceram cursos gratuitos para profissionais do turismo, sendo esses cursos pré-requisitos para estabelecimentos ou profissionais autônomos do turismo que quisessem aderir ao Selo Turismo Mais Protegido do Governo do Estado. Essas foram medidas de incentivo e de políticas públicas voltadas para a retomada das atividades turísticas.

Para compreender mais claramente sobre a evolução da pandemia nesses municípios, foram elaboradas as tabelas abaixo que utilizam o somatório de dados mensais do mês de março de 2020 a março de 2021. Dessa forma, é possível observar valores mais precisos a respeito do Coronavírus e a sua propagação.

Tabela 1. Número de casos confirmados entre março 2020 a março de 2021

Variáveis trabalhadas	Municípios			Estado
	Natal	Tibau do Sul	São M.do Gostoso	Rio Grande do Norte
Total de casos confirmados	55.869	2.813	1.895	197.809
População total estimada 2020 (IBGE)	890.480	14.440	10.362	3.534.165
Casos confirmados por 10.000 habitantes	627	1948	1829	560
Valores em porcentagem (%)	6%	19%	18%	6%

Fonte: FIERN; IBGE – cidades, 2021. Elaboração própria, 2021.

Tabela 2. Número de óbitos entre março 2020 a março de 2021

Variáveis trabalhadas	Municípios			Estado
	Natal	Tibau do Sul	São M. do Gostoso	Rio Grande do Norte
Total de óbitos	1.825	43	46	4.541
População total estimada 2020 (IBGE)	890.480	14.440	10.362	3.534.165
Óbitos por 10.000 habitantes	20	30	44	13
Valores em porcentagem (%)	0.20%	0.30%	0.44%	0.13%

Fonte: FIERN; IBGE – cidades, 2021. Elaboração própria, 2021.

Notemos que, nos dados trabalhados verifica-se que não é na capital do Estado (Natal), onde se concentra a maior quantidade de casos confirmados e de óbitos em termos relativos, mas sim nos outros dois municípios turísticos como, Tibau do Sul, que em um ano de pandemia, apresenta para cada 10.000 hab., 1948 pessoas testadas positivamente, seguido de São Miguel do Gostoso, que a cada 10.000 hab.⁵ 1829 foram contaminadas. Além disso, ao se analisar entre intervalos de setembro de 2020 (quando há um retorno das atividades), a março de 2021 (realização da última coleta de dados), observa-se uma elevação significativa dos casos confirmados, durante esse período Tibau do Sul apresentou um aumento de 15,3%, seguido de São M.G. com 14,6% e Natal com 3,5%.

Após reabertura das atividades, algumas foram parcialmente recuperadas e se adaptaram a normas de biossegurança, já no turismo, as mídias jornalísticas abordaram manchetes a respeito da onda de aglomerações, como foi o caso do município turístico de Tibau do Sul, durante o feriado de 7 de setembro e na realização da festa de réveillon, o que pode ser uns dos fatores que levaram ao aumento de casos no município, como analisado na tabela 1. A respeito dos empregos impactados foi elaborado um quadro com dados do Novo CAGED, correspondente ao ano completo de 2020, como podemos observar a seguir.

⁵ É válido ressaltar que a “população total” presente nas tabelas, é um dado do IBGE, que estima a população de 2020 em cada município, mas por estarmos em 2021, esses valores podem sofrer alterações devido ao crescimento populacional que ocorreu durante o ano e que ainda não foi estimado.

Quadro 2. Análise do saldo de empregos perdidos entre janeiro 2020 a dezembro 2020, no município de Natal, Tibau do Sul e São M. do Gostoso.

Saldo total de empregos perdidos em 2020				
Municípios	Indicadores analisados	Dados	Resultado	Saldo total
Natal	Hotéis, Albergues, Pensões, Motéis, Apart, similares e outros não especificados	Admissões	1.666	-934
		desligamentos	-2.600	
	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	Admissões	2.723	-597
		desligamentos	-3.320	
	Agências de viagens, operadores turísticos, serviços de reservas e outros não especificado anteriormente	Admissões	161	-147
		desligamentos	-308	
Tibau do Sul	Hotéis, Albergues, Pensões, similares e outros não especificados	Admissões	470	-30
		desligamentos	-500	
	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	Admissões	337	-12
		desligamentos	-349	
	Agências de viagens, operadores turísticos, serviços de reservas e outros não especificado anteriormente	Admissões	12	3
		desligamentos	-9	
São Miguel do Gostoso	Hotéis, Albergues, Pensões, Motéis, Apart, similares e outros não especificados	Admissões	112	17
		desligamentos	-95	
	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	Admissões	47	-2
		desligamentos	-49	
	Agências de viagens, operadores turísticos, serviços de reservas e outros não especificado anteriormente	Admissões	4	1
		desligamentos	-3	

Fonte: Novo CAGED, 2020. Elaboração própria, 2021.

Os indicadores da segunda coluna no quadro 2, têm como base o turismo que movimenta em grande parte a sua economia, observasse que são poucos os saldos⁶ positivos, encontrando-se esses apenas nos municípios de Tibau do Sul no indicador - Agências de viagens, operadores turísticos, serviços de reservas -, e no município de São Miguel do Gostoso, nos indicadores - Hotéis, Albergues, Pensões, Motéis, Apart, similares e outros não especificados, e nas

⁶ Resultado da diferença entre o número de admissões e desligamentos por indicador analisado, correspondendo ao ano completo de 2020.

Agências de viagens, operadores turísticos, etc. No entanto, mesmo esses indicadores sendo positivos o número de desligamentos se faz alto, não sendo considerado suficiente para prenunciar uma recuperação da economia.

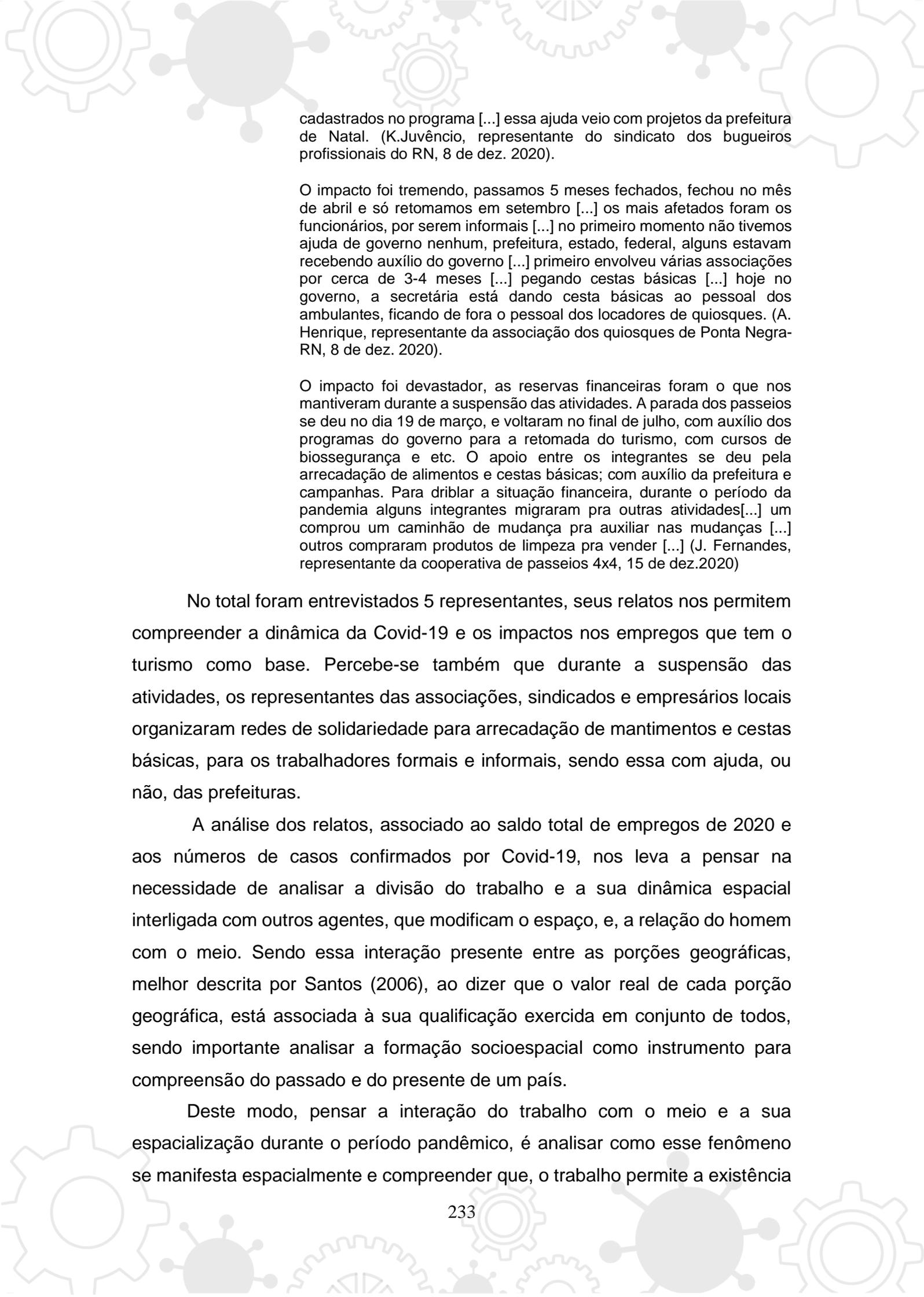
Além disso, percebe-se que Natal apresenta saldos elevados negativamente, se comparado aos demais municípios, isso se dá em parte, pelo fato de ser a capital e apresentar maiores oportunidades de empregos. Porém, se associarmos esse quadro 2 a tabela 1, das porcentagens de casos confirmados por Covid-19, perceberemos que mesmo Tibau do Sul e São M.G apresentando as maiores taxas de casos confirmados, ao se tratar dos empregos esses mesmos municípios apresentaram menores valores de desemprego, sendo esse dado mais impactante no município de Natal que apresentou a menor porcentagem de infectados, durante período de análise.

Sobre os impactos sentidos por estes trabalhadores do turismo, a realização das entrevistas, por via Google Meet, aos representantes de associações e sindicatos do turismo, pôde-se nota as repercussões sofridas durante a pandemia, nas quais podemos examinar nos seguintes trechos de suas falas:

Sabe-se que os impactos da pandemia foi para todos, mas os impactos maiores foram sentidos nos menores empreendimentos, como alguns hostels que ainda não reabriram, porém alguns pequenos vendedores ambulantes, como as barracas de praia, já reabriram. Antes da retomada do turismo no município, a população foi contemplada com o auxílio emergencial, elaboração de cestas básicas para distribuição para população carente, acessibilidade para cadastros no bolsa família, o que é caracterizado como uma solidariedade. Essa se deu de modo não organizado a partir de associações ou sindicatos, mas sim por ações individuais que abrangeram diversos setores. (B. Bauchwitz, secretária do turismo de Tibau do Sul, 17 de nov. 2020)

A associação dos ambulantes era composta por 380 associados, no entanto o cadastro necessita de atualização devido ao período de pandemia [...] a maioria dos ambulantes vivem da atividade turística, o advento da pandemia levou cinco meses de proibição para se trabalhar nas praias, impactando diretamente a vida dos ambulantes. Para contornar a situação, eu lancei um ofício pra prefeitura para conseguir cestas básicas para os integrantes da associação, esse foi mandado no dia 6 de maio e respondido no mês de junho, com cerca de 200 cestas básicas. (F.A. Vasconcelos, representante da associação dos ambulantes de Ponta Negra-RN, 16 de nov. 2020).

No total foram 5 meses com as atividades suspensas, isso afetou diretamente boa parte dos profissionais do sindicato, para ajudar a contornar a situação foi elaborado campanhas para arrecadação de alimentos (cestas básicas), para os bugueiros e a associação dos guias turísticos de Natal. Esses alimentos, também chegaram nas mãos de outros trabalhadores informais como jangadeiros e pescadores locais,



cadastrados no programa [...] essa ajuda veio com projetos da prefeitura de Natal. (K.Juvêncio, representante do sindicato dos bugueiros profissionais do RN, 8 de dez. 2020).

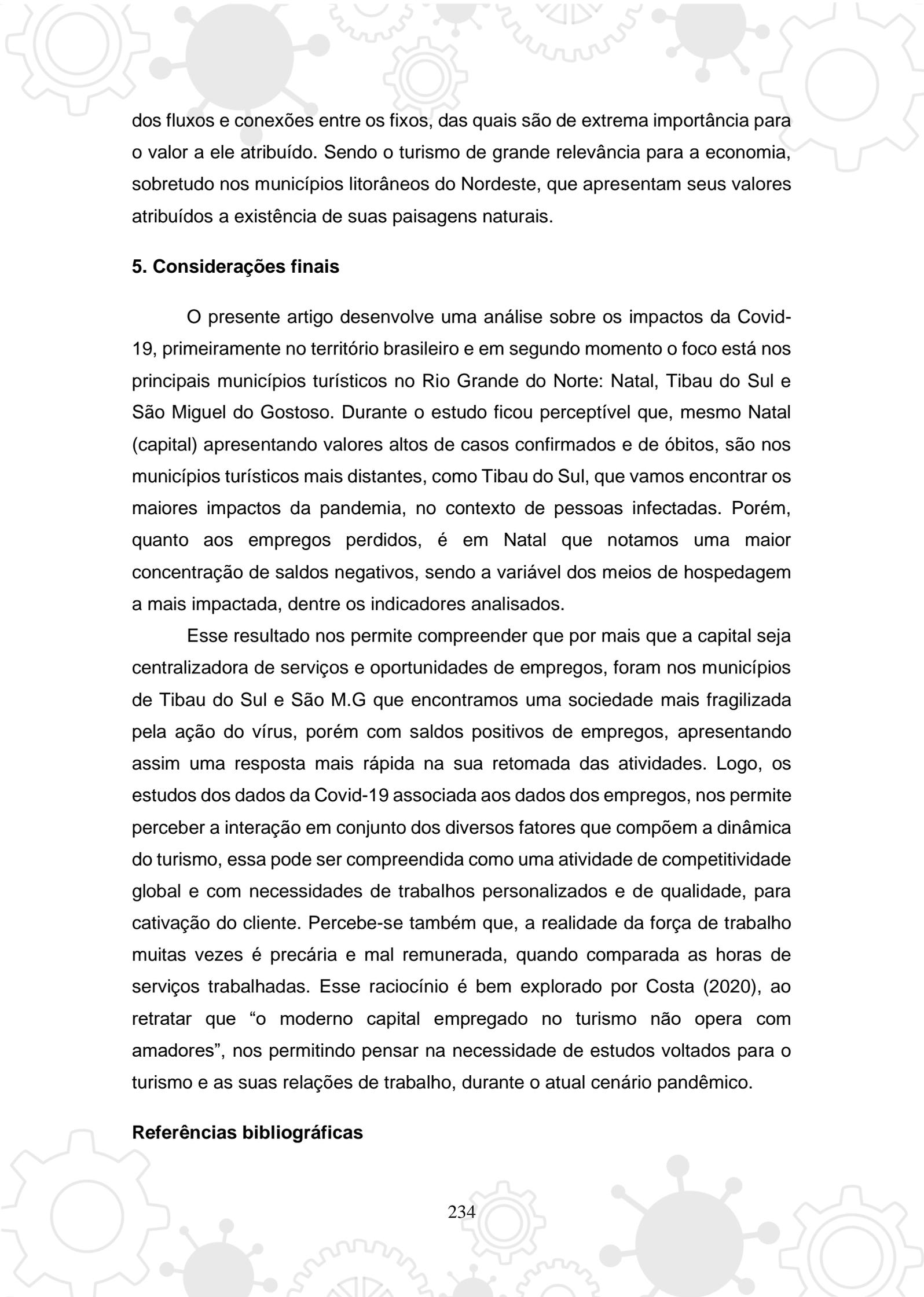
O impacto foi tremendo, passamos 5 meses fechados, fechou no mês de abril e só retomamos em setembro [...] os mais afetados foram os funcionários, por serem informais [...] no primeiro momento não tivemos ajuda de governo nenhum, prefeitura, estado, federal, alguns estavam recebendo auxílio do governo [...] primeiro envolveu várias associações por cerca de 3-4 meses [...] pegando cestas básicas [...] hoje no governo, a secretária está dando cesta básicas ao pessoal dos ambulantes, ficando de fora o pessoal dos locadores de quiosques. (A. Henrique, representante da associação dos quiosques de Ponta Negra-RN, 8 de dez. 2020).

O impacto foi devastador, as reservas financeiras foram o que nos mantiveram durante a suspensão das atividades. A parada dos passeios se deu no dia 19 de março, e voltaram no final de julho, com auxílio dos programas do governo para a retomada do turismo, com cursos de biossegurança e etc. O apoio entre os integrantes se deu pela arrecadação de alimentos e cestas básicas; com auxílio da prefeitura e campanhas. Para driblar a situação financeira, durante o período da pandemia alguns integrantes migraram pra outras atividades[...] um comprou um caminhão de mudança pra auxiliar nas mudanças [...] outros compraram produtos de limpeza pra vender [...] (J. Fernandes, representante da cooperativa de passeios 4x4, 15 de dez.2020)

No total foram entrevistados 5 representantes, seus relatos nos permitem compreender a dinâmica da Covid-19 e os impactos nos empregos que tem o turismo como base. Percebe-se também que durante a suspensão das atividades, os representantes das associações, sindicatos e empresários locais organizaram redes de solidariedade para arrecadação de mantimentos e cestas básicas, para os trabalhadores formais e informais, sendo essa com ajuda, ou não, das prefeituras.

A análise dos relatos, associado ao saldo total de empregos de 2020 e aos números de casos confirmados por Covid-19, nos leva a pensar na necessidade de analisar a divisão do trabalho e a sua dinâmica espacial interligada com outros agentes, que modificam o espaço, e, a relação do homem com o meio. Sendo essa interação presente entre as porções geográficas, melhor descrita por Santos (2006), ao dizer que o valor real de cada porção geográfica, está associada à sua qualificação exercida em conjunto de todos, sendo importante analisar a formação socioespacial como instrumento para compreensão do passado e do presente de um país.

Deste modo, pensar a interação do trabalho com o meio e a sua espacialização durante o período pandêmico, é analisar como esse fenômeno se manifesta espacialmente e compreender que, o trabalho permite a existência



dos fluxos e conexões entre os fixos, das quais são de extrema importância para o valor a ele atribuído. Sendo o turismo de grande relevância para a economia, sobretudo nos municípios litorâneos do Nordeste, que apresentam seus valores atribuídos a existência de suas paisagens naturais.

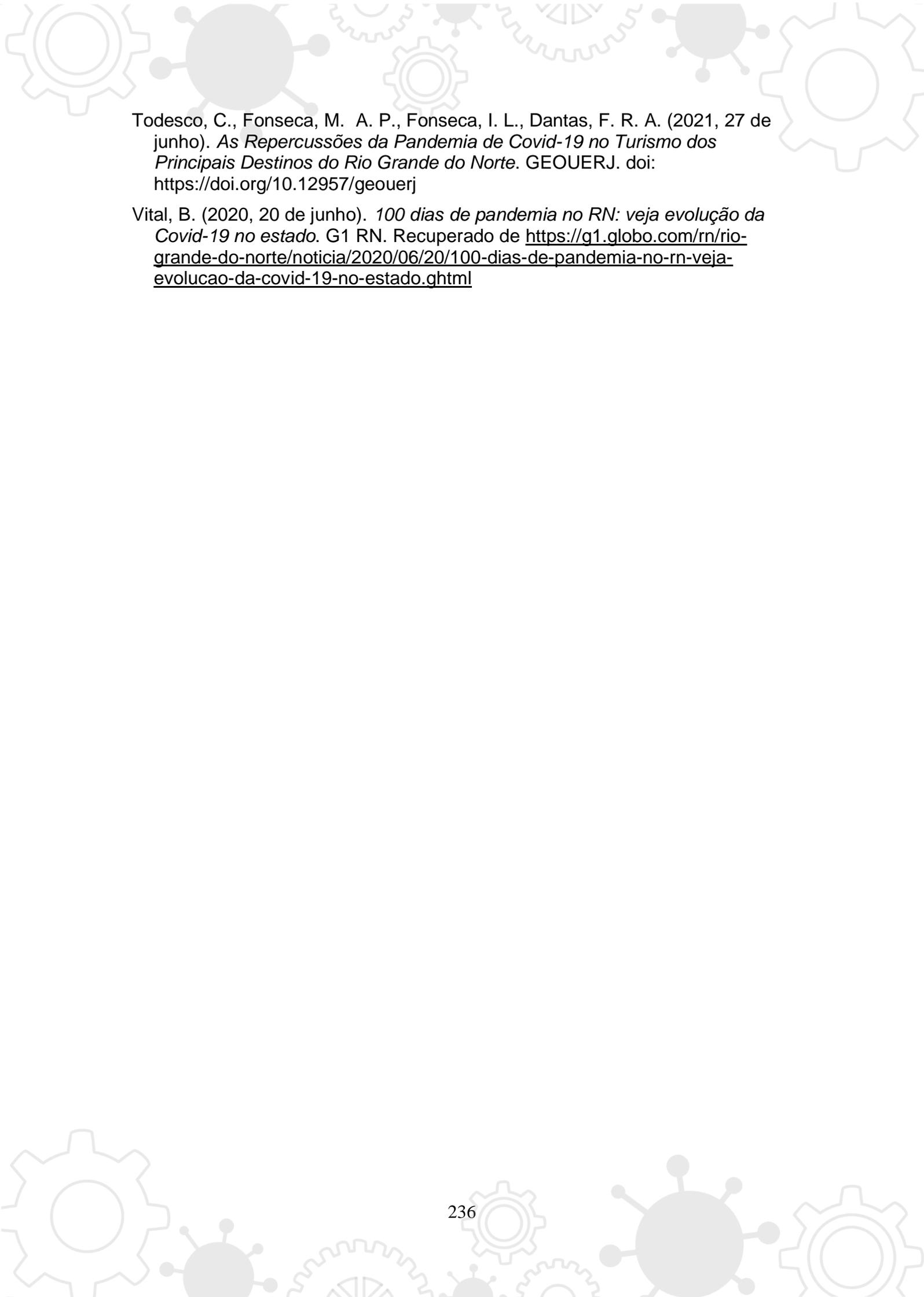
5. Considerações finais

O presente artigo desenvolve uma análise sobre os impactos da Covid-19, primeiramente no território brasileiro e em segundo momento o foco está nos principais municípios turísticos no Rio Grande do Norte: Natal, Tibau do Sul e São Miguel do Gostoso. Durante o estudo ficou perceptível que, mesmo Natal (capital) apresentando valores altos de casos confirmados e de óbitos, são nos municípios turísticos mais distantes, como Tibau do Sul, que vamos encontrar os maiores impactos da pandemia, no contexto de pessoas infectadas. Porém, quanto aos empregos perdidos, é em Natal que notamos uma maior concentração de saldos negativos, sendo a variável dos meios de hospedagem a mais impactada, dentre os indicadores analisados.

Esse resultado nos permite compreender que por mais que a capital seja centralizadora de serviços e oportunidades de empregos, foram nos municípios de Tibau do Sul e São M.G que encontramos uma sociedade mais fragilizada pela ação do vírus, porém com saldos positivos de empregos, apresentando assim uma resposta mais rápida na sua retomada das atividades. Logo, os estudos dos dados da Covid-19 associada aos dados dos empregos, nos permite perceber a interação em conjunto dos diversos fatores que compõem a dinâmica do turismo, essa pode ser compreendida como uma atividade de competitividade global e com necessidades de trabalhos personalizados e de qualidade, para cativação do cliente. Percebe-se também que, a realidade da força de trabalho muitas vezes é precária e mal remunerada, quando comparada as horas de serviços trabalhadas. Esse raciocínio é bem explorado por Costa (2020), ao retratar que “o moderno capital empregado no turismo não opera com amadores”, nos permitindo pensar na necessidade de estudos voltados para o turismo e as suas relações de trabalho, durante o atual cenário pandêmico.

Referências bibliográficas

- Correa, R. L. (2014). *Trajatórias Geográficas* (7ª. ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Costa, J. H. (2020). *Trabalho, precarização e controle ideológico na economia do turismo*. Turismo: Estudos & Práticas (UERN), Mossoró/RN, v. 9 (Dossiê Temático 2), pp. 1-13, 2020. Recuperado de <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/index>
- Estêvão, B. (2021, 24 de março). *300 mil: por que a velocidade das mortes dobrou no Brasil*. NEXO Jornal. Recuperado de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/24/300-mil-por-que-a-velocidade-das-mortes-dobrou-no-Brasil>
- FIERN. O mais RN e o acompanhamento do Covid-19 no Estado. *Somatório de todos os casos do RN*. (2020, 01 de junho). Recuperado de <https://www.fiern.org.br/painel-covid19-rn/>
- FVG Projetos. (2020). *Impactos econômicos do Covid-19 propostas para o turismo brasileiro*. Recuperado de <https://tradeturisticorn.fecomerciorn.com.br/wp-content/uploads/2020/05/FGV-Impactos-na-Economia-com-a-Covid-19.pdf>
- Griffiths, J. (2020, 16 de abril) *China sabia do risco de pandemia em Wuhan antes de alertar público*. CNN Brasil. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/16/china-sabia-do-risco-de-pandemia-em-wuhan-antes-de-alertar-publico-diz-agencia>
- Guimarães, R. B., Catão, R. D. C., Martinuci, O. D. S., Pugliesi, E. A., & Matsumoto, P. S. S. (2020, 10 de julho). *O raciocínio geográfico e as chaves de leitura da Covid-19 no território brasileiro*. doi: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.008>
- Lemos, V. (2020, 21 de maio). *Coronavírus: os indícios que apontam que o Sars-Cov-2 circulava no Brasil antes do primeiro diagnóstico oficial*. BBC News Brasil. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52742802>
- Ministério da Saúde. *Covid-19 no Brasil*. (2021). Recuperado de https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html
- Ministério da Saúde. *Coronavírus Brasil*. (2021). Painel Coronavírus. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br>
- Ministério do Turismo. *Estratégias Territoriais para o Desenvolvimento Turístico*. Metodologia. (2021, 25 de fevereiro). Recuperado de http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=271
- Prefeitura do Natal. *Plano de retomada do turismo em Natal*. (2020, 29 de julho). SETUR. Recuperado de https://coronavirus.natal.rn.gov.br/docs/retomada_pmn_turismo_202007.pdf
- Qual é a origem do novo Coronavírus*. (2020, 27 de fevereiro). G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/02/27/qual-e-a-origem-do-novo-coronavirus.ghtml>
- Santos, M. A. (2006). *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (4ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de SP.



Todesco, C., Fonseca, M. A. P., Fonseca, I. L., Dantas, F. R. A. (2021, 27 de junho). *As Repercussões da Pandemia de Covid-19 no Turismo dos Principais Destinos do Rio Grande do Norte*. GEOUERJ. doi: <https://doi.org/10.12957/geouerj>

Vital, B. (2020, 20 de junho). *100 dias de pandemia no RN: veja evolução da Covid-19 no estado*. G1 RN. Recuperado de <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2020/06/20/100-dias-de-pandemia-no-rn-veja-evolucao-da-covid-19-no-estado.ghtml>

Mercado de Eventos: Reflexões sobre as empresas, relações trabalhistas e a pandemia do COVID-19

Events Market: Reflections about the companies, work relations and the Covid-19 pandemic

Mercado de Eventos: Reflexiones a cerca de las empresas, relaciones laborales y la pandemia del COVID-19

Rodrigo Cardoso da Silva¹
Edilene Vilas Bôas Benevides Corrêa²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo o estudo da área de eventos do Distrito Federal – DF aprofundando o conhecimento sobre: porte, relações trabalhistas bem como sua precarização e analisar os impactos da pandemia do COVID-19, no setor. O estudo parte de dois pontos importantes: 1 – Conhecer mais sobre o setor de eventos do DF. 2 – Identificar os relatos dos impactos da pandemia na economia mundial principalmente no turismo e mercado de eventos e seus trabalhadores. A constatação da carência de informações sobre o tema, dados Brasil e DF, enfatizou a relevância do estudo, pois de acordo com estudo Sebrae de 2018 o setor representava 4,3% do PIB, gerando 7,5 milhões de empregos diretos e indiretos. Nesse cenário de informações escassas, e dentro de um contexto pandêmico questiona-se: Quantas empresas de serviços na área de eventos atuam no DF? Quais as suas atividades? Qual a situação dos trabalhadores do setor e suas rendas? O setor de eventos foi um dos primeiros a ser impactado pelos protocolos de segurança, isolamento social além da redução dos deslocamentos domésticos e internacionais. Diante desse cenário torna-se urgente a inovação e criatividade do setor, como a realização dos eventos virtuais além da mudança de atividade econômica, principalmente para os trabalhadores do setor.

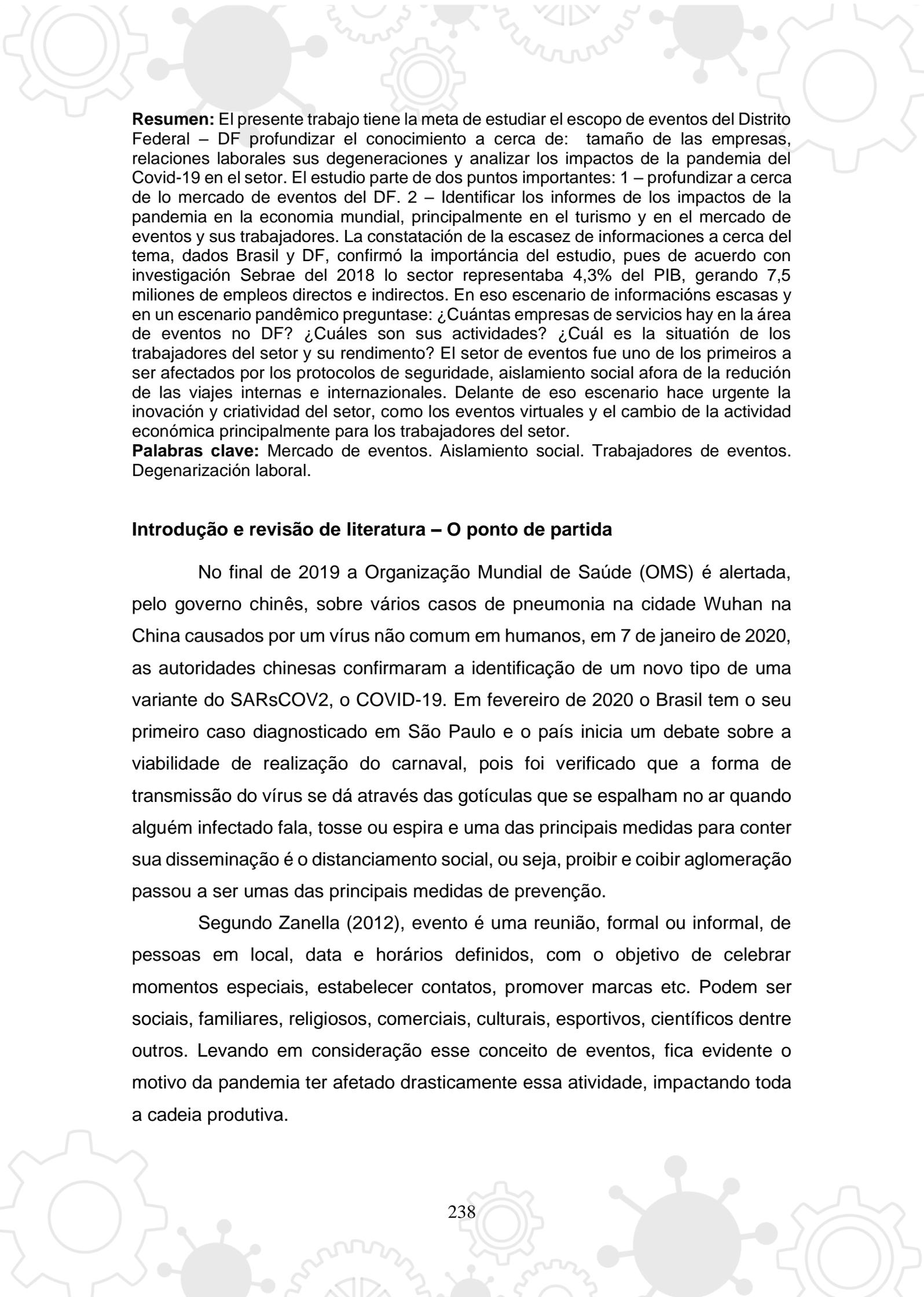
Palavras-chave: Mercado de eventos. Isolamento social. Trabalhadores de eventos. Precarização.

Abstract: The present work has the objective to study of the events area to the Federal District – DF, broadening the knowledge about potentiality, work relations, their weakening and analyze the impacts of the Covid-19 pandemic on the segment. The study starting from two important points: 1) to know more about the events market in the DF 2) The reports of the impacts of the Covid-19 pandemic on the world economy, mainly on the tourism, the events market and their employees. The observation of the lack of information about the theme, Brazil's data and DF bears out the significance of the study pursuant to Sebrae's research 2018, the segment account for 4,3% of the PIB, created 7,5 million direct and indirect employments. For that question: How many events busines are there on the DF? What are their activities? How is the employee's situation and how much are their salaries? The events busines were one of the first to be impacted by the securities protocols, self-isolation besides the reduction of domestical and international departs. In this situation is urgent the sector's innovation and creativity, like the virtual events and the activities change, mainly for the employees.

Keywords: Event market. Social isolation. Events employers. Degeneration work.

¹ Professor Doutor Rodrigo Cardoso da Silva, Instituto Federal de Brasília – DF, rodrigo.cardoso@ifb.edu.br, Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0044287224274712>.

² Edilene Vilas Bôas Benevides Corrêa, Instituto Federal de Brasília – DF, edilenevilasboas98@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/5091329850784036>



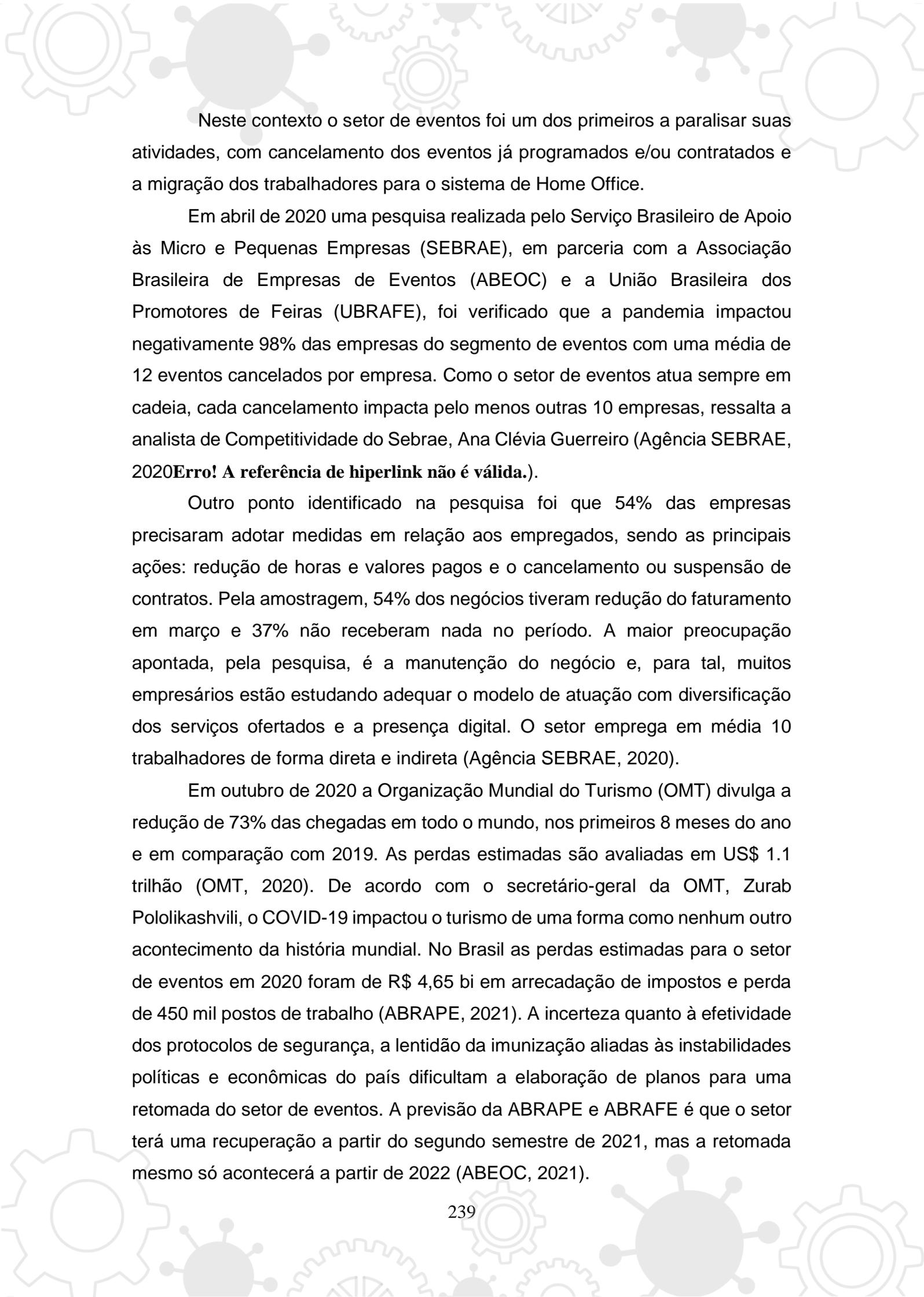
Resumen: El presente trabajo tiene la meta de estudiar el escopo de eventos del Distrito Federal – DF profundizar el conocimiento a cerca de: tamaño de las empresas, relaciones laborales sus degeneraciones y analizar los impactos de la pandemia del Covid-19 en el sector. El estudio parte de dos puntos importantes: 1 – profundizar a cerca de lo mercado de eventos del DF. 2 – Identificar los informes de los impactos de la pandemia en la economía mundial, principalmente en el turismo y en el mercado de eventos y sus trabajadores. La constatación de la escasez de informaciones a cerca del tema, dados Brasil y DF, confirmó la importancia del estudio, pues de acuerdo con investigación Sebrae del 2018 lo sector representaba 4,3% del PIB, gerando 7,5 millones de empleos directos e indirectos. En eso escenario de informaciones escasas y en un escenario pandêmico preguntase: ¿Cuántas empresas de servicios hay en la área de eventos no DF? ¿Cuáles son sus actividades? ¿Cuál es la situación de los trabajadores del setor y su rendimiento? El setor de eventos fue uno de los primeiros a ser afectados por los protocolos de seguridad, aislamiento social afora de la reducción de las viajes internas e internacionales. Delante de eso escenario hace urgente la inovación y criatividade del setor, como los eventos virtuales y el cambio de la actividad económica principalmente para los trabajadores del setor.

Palabras clave: Mercado de eventos. Aislamiento social. Trabajadores de eventos. Degeneración laboral.

Introdução e revisão de literatura – O ponto de partida

No final de 2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) é alertada, pelo governo chinês, sobre vários casos de pneumonia na cidade Wuhan na China causados por um vírus não comum em humanos, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram a identificação de um novo tipo de uma variante do SARsCOV2, o COVID-19. Em fevereiro de 2020 o Brasil tem o seu primeiro caso diagnosticado em São Paulo e o país inicia um debate sobre a viabilidade de realização do carnaval, pois foi verificado que a forma de transmissão do vírus se dá através das gotículas que se espalham no ar quando alguém infectado fala, tosse ou espira e uma das principais medidas para conter sua disseminação é o distanciamento social, ou seja, proibir e coibir aglomeração passou a ser umas das principais medidas de prevenção.

Segundo Zanella (2012), evento é uma reunião, formal ou informal, de pessoas em local, data e horários definidos, com o objetivo de celebrar momentos especiais, estabelecer contatos, promover marcas etc. Podem ser sociais, familiares, religiosos, comerciais, culturais, esportivos, científicos dentre outros. Levando em consideração esse conceito de eventos, fica evidente o motivo da pandemia ter afetado drasticamente essa atividade, impactando toda a cadeia produtiva.

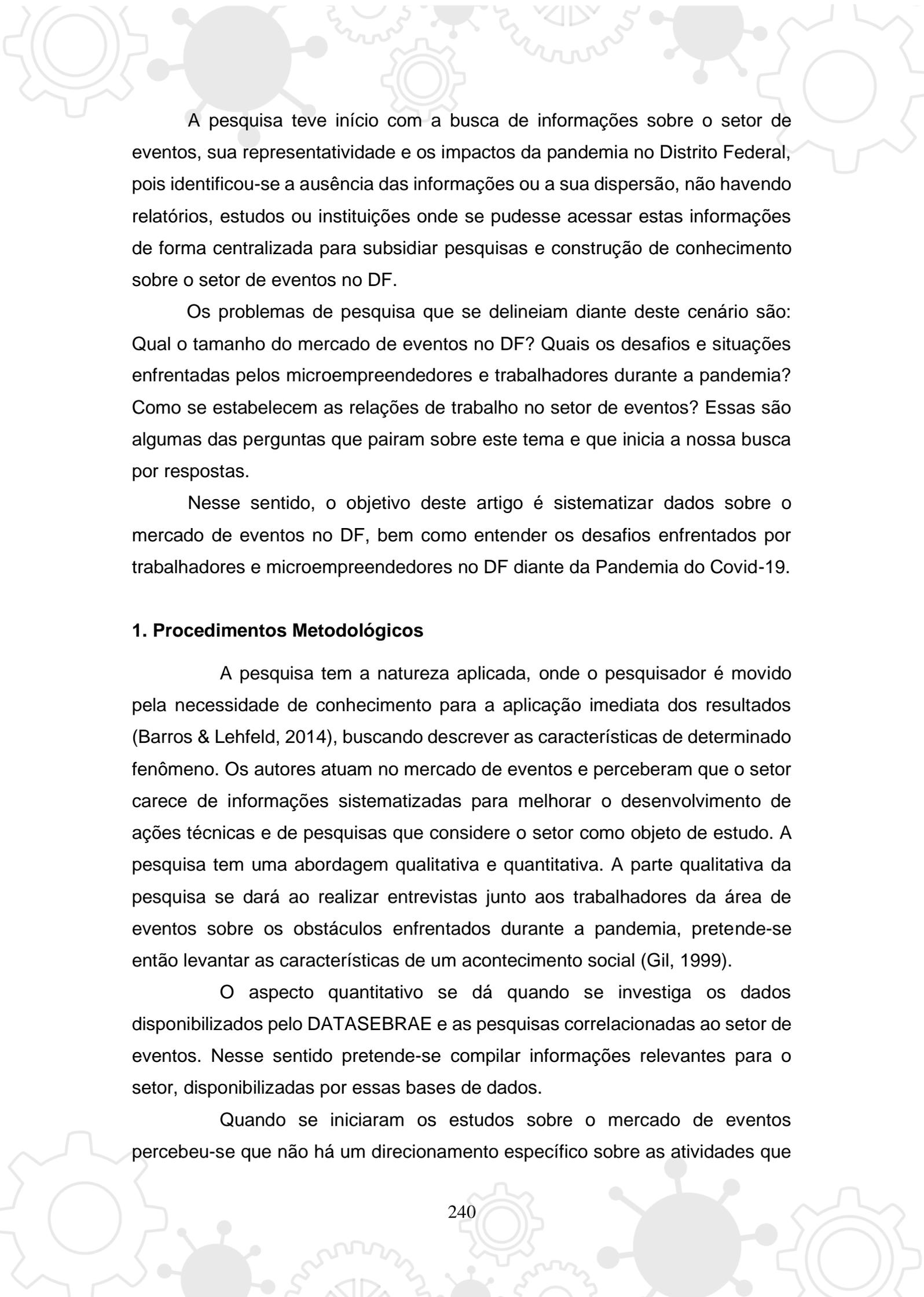


Neste contexto o setor de eventos foi um dos primeiros a paralisar suas atividades, com cancelamento dos eventos já programados e/ou contratados e a migração dos trabalhadores para o sistema de Home Office.

Em abril de 2020 uma pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com a Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC) e a União Brasileira dos Promotores de Feiras (UBRAFE), foi verificado que a pandemia impactou negativamente 98% das empresas do segmento de eventos com uma média de 12 eventos cancelados por empresa. Como o setor de eventos atua sempre em cadeia, cada cancelamento impacta pelo menos outras 10 empresas, ressalta a analista de Competitividade do Sebrae, Ana Clévia Guerreiro (Agência SEBRAE, 2020**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**)

Outro ponto identificado na pesquisa foi que 54% das empresas precisaram adotar medidas em relação aos empregados, sendo as principais ações: redução de horas e valores pagos e o cancelamento ou suspensão de contratos. Pela amostragem, 54% dos negócios tiveram redução do faturamento em março e 37% não receberam nada no período. A maior preocupação apontada, pela pesquisa, é a manutenção do negócio e, para tal, muitos empresários estão estudando adequar o modelo de atuação com diversificação dos serviços ofertados e a presença digital. O setor emprega em média 10 trabalhadores de forma direta e indireta (Agência SEBRAE, 2020).

Em outubro de 2020 a Organização Mundial do Turismo (OMT) divulga a redução de 73% das chegadas em todo o mundo, nos primeiros 8 meses do ano e em comparação com 2019. As perdas estimadas são avaliadas em US\$ 1.1 trilhão (OMT, 2020). De acordo com o secretário-geral da OMT, Zurab Pololikashvili, o COVID-19 impactou o turismo de uma forma como nenhum outro acontecimento da história mundial. No Brasil as perdas estimadas para o setor de eventos em 2020 foram de R\$ 4,65 bi em arrecadação de impostos e perda de 450 mil postos de trabalho (ABRAPE, 2021). A incerteza quanto à efetividade dos protocolos de segurança, a lentidão da imunização aliadas às instabilidades políticas e econômicas do país dificultam a elaboração de planos para uma retomada do setor de eventos. A previsão da ABRAPE e ABRAFE é que o setor terá uma recuperação a partir do segundo semestre de 2021, mas a retomada mesmo só acontecerá a partir de 2022 (ABEOC, 2021).



A pesquisa teve início com a busca de informações sobre o setor de eventos, sua representatividade e os impactos da pandemia no Distrito Federal, pois identificou-se a ausência das informações ou a sua dispersão, não havendo relatórios, estudos ou instituições onde se pudesse acessar estas informações de forma centralizada para subsidiar pesquisas e construção de conhecimento sobre o setor de eventos no DF.

Os problemas de pesquisa que se delineiam diante deste cenário são: Qual o tamanho do mercado de eventos no DF? Quais os desafios e situações enfrentadas pelos microempreendedores e trabalhadores durante a pandemia? Como se estabelecem as relações de trabalho no setor de eventos? Essas são algumas das perguntas que pairam sobre este tema e que inicia a nossa busca por respostas.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é sistematizar dados sobre o mercado de eventos no DF, bem como entender os desafios enfrentados por trabalhadores e microempreendedores no DF diante da Pandemia do Covid-19.

1. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa tem a natureza aplicada, onde o pesquisador é movido pela necessidade de conhecimento para a aplicação imediata dos resultados (Barros & Lehfeld, 2014), buscando descrever as características de determinado fenômeno. Os autores atuam no mercado de eventos e perceberam que o setor carece de informações sistematizadas para melhorar o desenvolvimento de ações técnicas e de pesquisas que considere o setor como objeto de estudo. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e quantitativa. A parte qualitativa da pesquisa se dará ao realizar entrevistas junto aos trabalhadores da área de eventos sobre os obstáculos enfrentados durante a pandemia, pretende-se então levantar as características de um acontecimento social (Gil, 1999).

O aspecto quantitativo se dá quando se investiga os dados disponibilizados pelo DATASEBRAE e as pesquisas correlacionadas ao setor de eventos. Nesse sentido pretende-se compilar informações relevantes para o setor, disponibilizadas por essas bases de dados.

Quando se iniciaram os estudos sobre o mercado de eventos percebeu-se que não há um direcionamento específico sobre as atividades que

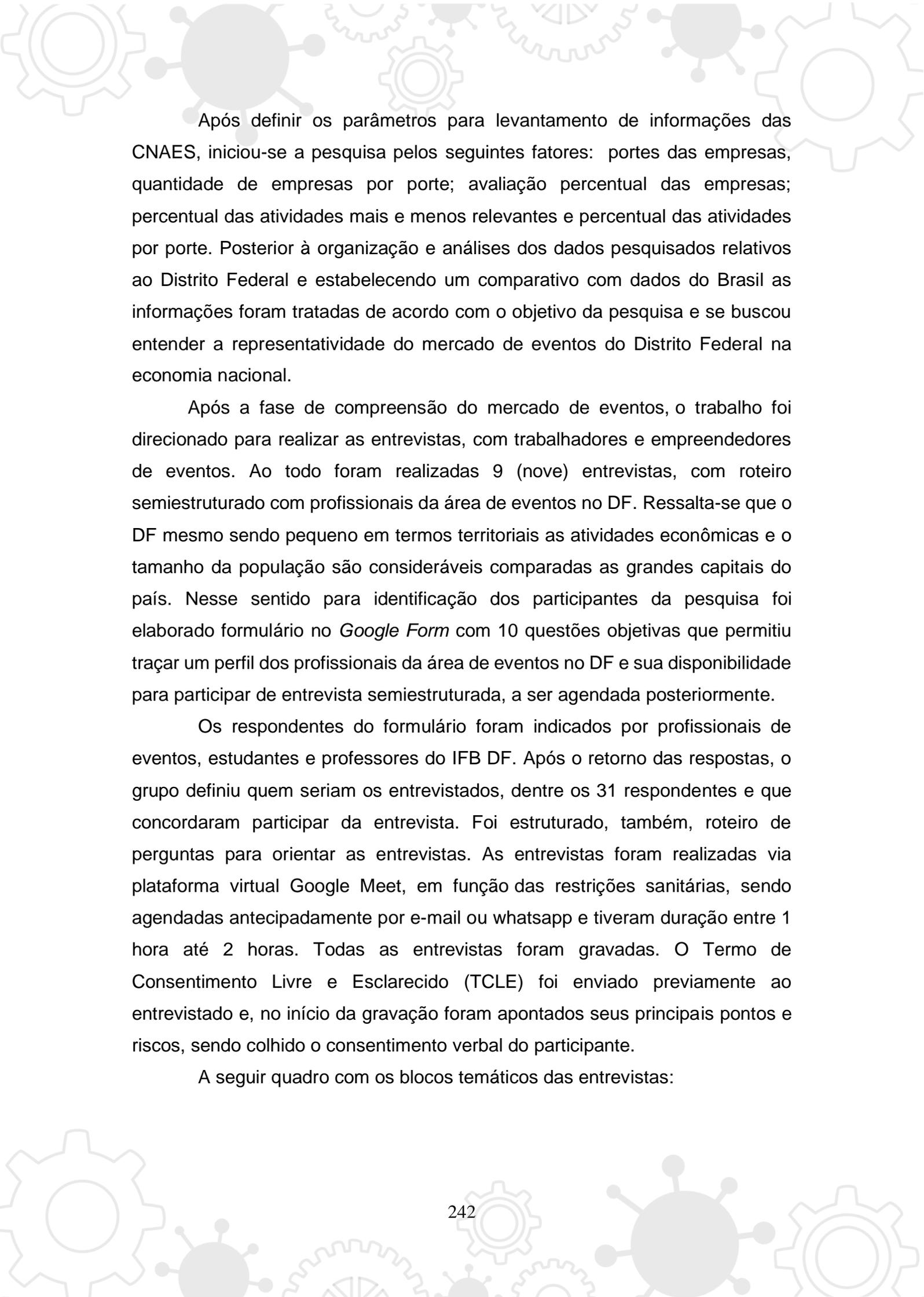
abranchem o setor como atividade econômica e empresarial. Por esse motivo a análise inicial foi realizada sobre uma base de 180 CNAEs primárias e secundárias encontradas nas bases de dados da Receita Federal, DATASEBRAE e IBGE. Após ampla análise e verificação de todas as CNAES, selecionou-se 19 que têm relação direta com o setor para o aprofundar o estudo além de servir como parâmetro para o mercado de eventos. A seguir o Quadro 1, com todas as CNAES que foram utilizadas para aprofundar a pesquisa do setor.

Quadro 1. CNAES selecionados para compor o estudo do mercado de eventos

CNAES DO SETOR DE EVENTOS			
1 – Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	6 - Filmagem de festas e eventos;	11 - Produção teatral;	16 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares
2 – Atividade de sonorização e de iluminação	7 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	12 - Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê;	17 - Outras atividades de animação e recreação não especificadas anteriormente
3 - Casa de festas e eventos	8 - Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	13 - Serviços de organização de feiras, congresso, exposições e festas;	18 – Agências matrimoniais;
4 – Criação de estandes para feiras e exposições	9 -Produção de Espetáculos de dança;	14 - Produção Musical	19 – Artes Cênicas, espetáculos e outras atividades não especificadas anteriormente
5 – Discotecas, danceterias e salões de dança	10 - Produção e promoção de eventos esportivos;	15 - Atividade de produção fotográfica exceto fotografias submarinas;	

Fonte: Adaptado da Receita Federal, IBGE e DATASEBRAE. Organização dos autores.

A seleção destas CNAES na pesquisa buscou um melhor contorno para trabalhar com as bases de dados secundários, pois diminuiu consideravelmente o universo de pesquisa das empresas e empreendimentos do setor. Além disso, criou um parâmetro mais conformado ao setor de eventos, pois antes disso informações como do marketing direto e indireto entrava nos dados o que causava uma certa distorção nos dados.



Após definir os parâmetros para levantamento de informações das CNAES, iniciou-se a pesquisa pelos seguintes fatores: portes das empresas, quantidade de empresas por porte; avaliação percentual das empresas; percentual das atividades mais e menos relevantes e percentual das atividades por porte. Posterior à organização e análises dos dados pesquisados relativos ao Distrito Federal e estabelecendo um comparativo com dados do Brasil as informações foram tratadas de acordo com o objetivo da pesquisa e se buscou entender a representatividade do mercado de eventos do Distrito Federal na economia nacional.

Após a fase de compreensão do mercado de eventos, o trabalho foi direcionado para realizar as entrevistas, com trabalhadores e empreendedores de eventos. Ao todo foram realizadas 9 (nove) entrevistas, com roteiro semiestruturado com profissionais da área de eventos no DF. Ressalta-se que o DF mesmo sendo pequeno em termos territoriais as atividades econômicas e o tamanho da população são consideráveis comparadas as grandes capitais do país. Nesse sentido para identificação dos participantes da pesquisa foi elaborado formulário no *Google Form* com 10 questões objetivas que permitiu traçar um perfil dos profissionais da área de eventos no DF e sua disponibilidade para participar de entrevista semiestruturada, a ser agendada posteriormente.

Os respondentes do formulário foram indicados por profissionais de eventos, estudantes e professores do IFB DF. Após o retorno das respostas, o grupo definiu quem seriam os entrevistados, dentre os 31 respondentes e que concordaram participar da entrevista. Foi estruturado, também, roteiro de perguntas para orientar as entrevistas. As entrevistas foram realizadas via plataforma virtual Google Meet, em função das restrições sanitárias, sendo agendadas antecipadamente por e-mail ou whatsapp e tiveram duração entre 1 hora até 2 horas. Todas as entrevistas foram gravadas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi enviado previamente ao entrevistado e, no início da gravação foram apontados seus principais pontos e riscos, sendo colhido o consentimento verbal do participante.

A seguir quadro com os blocos temáticos das entrevistas:

Quadro 2. Blocos Entrevista Semiestruturada

Blocos Pesquisa	
Bloco I	Dados básicos – Informações gerais sobre o entrevistado, renda, formação, estado civil, local de residência, idade que iniciou o trabalho em eventos
Bloco II –	Trabalho em eventos _ antes e depois da Pandemia – características do trabalho em eventos, se está trabalhando no momento, protocolos de segurança, se teve Covid, fonte de renda, deslocamentos, discriminações, dificuldades para realizar as atividades
Bloco III	Precarização do trabalho – contratação, renda, jornada, acúmulo de funções, perspectivas, participa de sindicato ou coletivos de apoio aos trabalhadores do setor.

Fonte: Elaboração dos autores

As entrevistas serão analisadas pela técnica da análise do conteúdo, que busca extrair de discursos diversificados o fator comum entre eles. A metodologia oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. O processo de análise do conteúdo obriga à observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa. Será utilizada a ferramenta de análise temática que busca evidenciar um processo dinâmico de atenção ora concreta ora subjetiva da fala do entrevistado. A relevância da seleção temática dentro da análise do conteúdo é a possibilidade de auxiliar na construção de respostas para a questão problema da pesquisa (Bardin, 2011).

Foram identificadas algumas limitações para a realização da presente pesquisa: escassez de material para embasamento teórico sobre o assunto; isolamento social por conta da pandemia do Covid-19 com consequente dificuldade para consultar bibliotecas e empresas da área de eventos no Distrito Federal; realização da pesquisa concomitante à pandemia, as informações mudam em um ritmo dinâmico; dificuldades de realizar as entrevistas presencialmente, havendo uma perda da interação entrevistador/entrevistado prejudicando algumas avaliações mais aprofundadas;

2. As relações trabalhistas - Um mergulho em números e um pouco de história

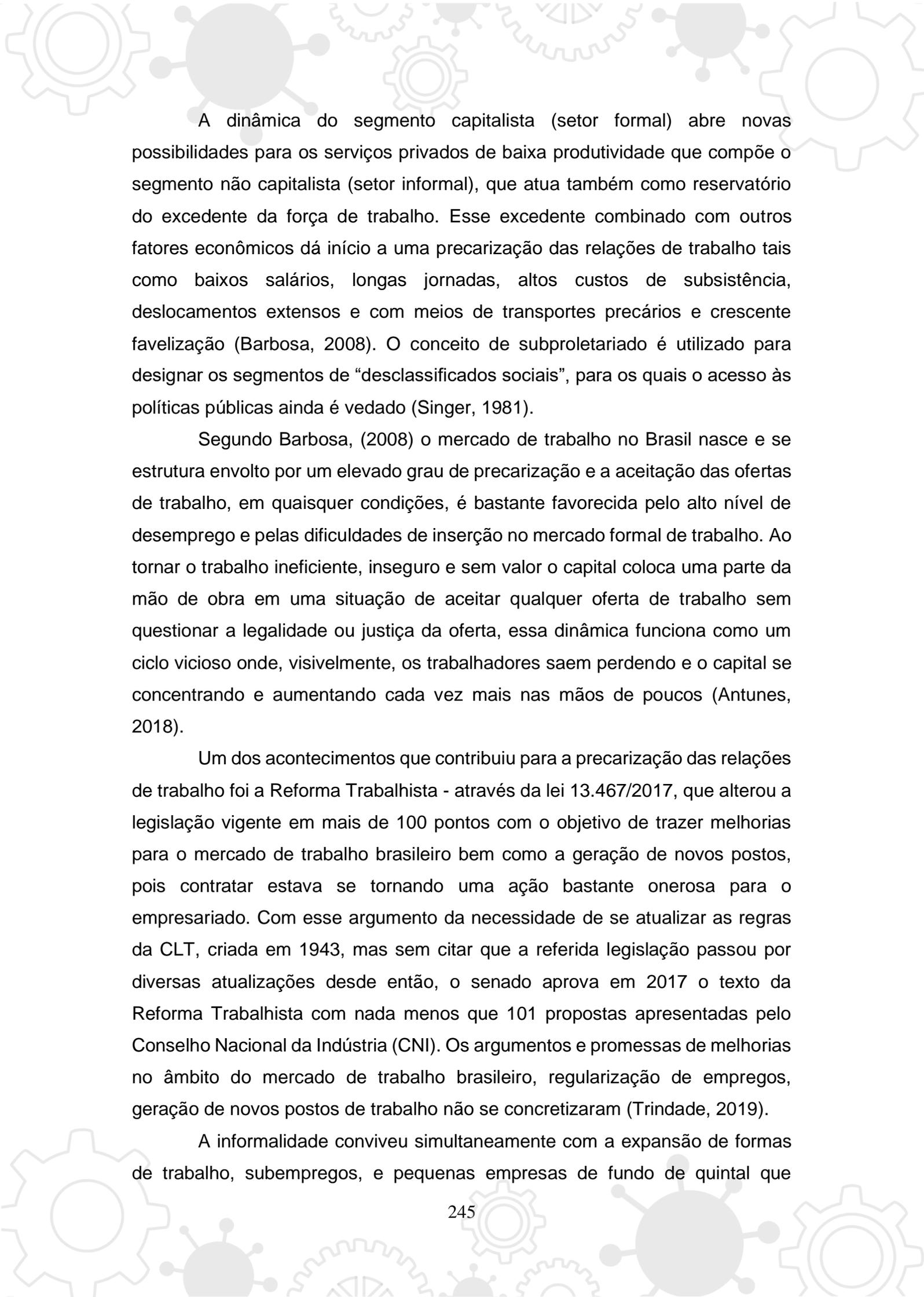
Concomitante ao levantamento da base de dados referente ao setor de eventos do DF e comparativos com os dados Brasil bem como o delineamento da pesquisa o grupo busca embasamento teórico para maior entendimento do desencadeamento histórico das questões- problema e fazer uma análise mais aprofundada do setor. Para tal foram realizadas leituras e discussões dos artigos relacionados ao tema indicados pelo orientador da pesquisa, descritos a seguir no quadro 2:

Quadro 3. Artigos que serviram de referencial teórico da pesquisa

Artigos Referencial Teórico			
1 – A Cruel Pedagogia do Vírus – Boaventura de Souza Santos;	2 - Estrutura e distribuição do trabalho formal e informal no turismo do Brasil: contributos geográficos ao planejamento turístico regional brasileiro – Paulo Fernando Meliani;	3 – A contrarreforma trabalhista e as tendências da precarização do trabalho no Brasil – Hiago Trindade (tese de doutorado);	4 - Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira – Márcia da Silva Costa;
5 - O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração – Alexandre de Freitas Barbosa;	6 - Impactos da Covid-19 no trabalho do turismo no Brasil: perspectivas dos/as trabalhadores/as – Suellen Alice Lamas et al.;	7 - Não são gigantes, são moinhos de vento: As desventuras dos/as empreendedores/as em Terra Brasilis – Janayna de Moura Ferraz;	8 - Pensando o trabalho no turismo: sobre servilismo e precarização das relações trabalhistas na prestação de serviços turísticos – Paulo Fernando Meliani.

Fonte: Elaboração dos autores

As questões apontadas durante a pesquisa e que possibilitam um encadeamento histórico para melhor compreensão do tema passam pelo processo de industrialização, a criação da carteira de trabalho, a CLT bem como as migrações regionais que criam as condições para a nacionalização do mercado de trabalho brasileiro. Tanto a oferta quanto a demanda de mão de obra se desgarram das características das relações trabalhistas do campo. A partir de 1940 até 1980 observa-se a expansão de uma classe trabalhadora assalariada e concentrada nos centros urbanos, tal fenômeno possibilita o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores, o salário-mínimo, além de outros direitos trabalhistas como saúde, previdência e definição de jornada de trabalho.



A dinâmica do segmento capitalista (setor formal) abre novas possibilidades para os serviços privados de baixa produtividade que compõe o segmento não capitalista (setor informal), que atua também como reservatório do excedente da força de trabalho. Esse excedente combinado com outros fatores econômicos dá início a uma precarização das relações de trabalho tais como baixos salários, longas jornadas, altos custos de subsistência, deslocamentos extensos e com meios de transportes precários e crescente favelização (Barbosa, 2008). O conceito de subproletariado é utilizado para designar os segmentos de “desclassificados sociais”, para os quais o acesso às políticas públicas ainda é vedado (Singer, 1981).

Segundo Barbosa, (2008) o mercado de trabalho no Brasil nasce e se estrutura envolto por um elevado grau de precarização e a aceitação das ofertas de trabalho, em quaisquer condições, é bastante favorecida pelo alto nível de desemprego e pelas dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. Ao tornar o trabalho ineficiente, inseguro e sem valor o capital coloca uma parte da mão de obra em uma situação de aceitar qualquer oferta de trabalho sem questionar a legalidade ou justiça da oferta, essa dinâmica funciona como um ciclo vicioso onde, visivelmente, os trabalhadores saem perdendo e o capital se concentrando e aumentando cada vez mais nas mãos de poucos (Antunes, 2018).

Um dos acontecimentos que contribuiu para a precarização das relações de trabalho foi a Reforma Trabalhista - através da lei 13.467/2017, que alterou a legislação vigente em mais de 100 pontos com o objetivo de trazer melhorias para o mercado de trabalho brasileiro bem como a geração de novos postos, pois contratar estava se tornando uma ação bastante onerosa para o empresariado. Com esse argumento da necessidade de se atualizar as regras da CLT, criada em 1943, mas sem citar que a referida legislação passou por diversas atualizações desde então, o senado aprova em 2017 o texto da Reforma Trabalhista com nada menos que 101 propostas apresentadas pelo Conselho Nacional da Indústria (CNI). Os argumentos e promessas de melhorias no âmbito do mercado de trabalho brasileiro, regularização de empregos, geração de novos postos de trabalho não se concretizaram (Trindade, 2019).

A informalidade conviveu simultaneamente com a expansão de formas de trabalho, subempregos, e pequenas empresas de fundo de quintal que

passam longe de qualquer acesso dos direitos trabalhistas e uma representação coletiva (Costa, 2010, pp. 171-190).

3. Resultados Preliminares – Análise do mercado de eventos

O II Dimensionamento Econômico da Indústria de Eventos no Brasil – 2013, realizado pelo Sebrae, revelou que o setor de Eventos representava 4,32% do PIB. O segmento é responsável por 7,5 milhões de empregos diretos, indiretos e terceirizados na economia nacional e contribui com R\$ 48,69 bilhões de impostos. A participação dos pequenos negócios no setor de eventos soma 297.565 empresas, entre MEIs, MEs e EPPs e representa 95,4% do total de empresas do segmento (ABEOC, 2014).

A seleção e avaliação das 19 CNAEs do setor possibilitou delimitar a composição do segmento no DF, conhecer o porte das empresas e estabelecer uma comparação com dados Brasil. O presente estudo foi direcionado para as empresas do tipo MEIs, MEs e EPPs, sendo identificado que a representatividade das atividades avaliadas guarda coerência ao se comparar os dados da área de serviços – eventos Brasil x Distrito Federal.

Tabela 1. Comparativo das empresas de eventos - Totais Brasil x Distrito Federal

Classificação	Brasil	Distrito Federal
Empresas de modo Geral	19.248.960	333.917
Empresas de Serviços	8.642.650	181.161
Empresas de Eventos	467.469	11.492

Fonte: Data Sebrae – organização dos autores

Observando a tabela 1, percebe-se que o DF tem no setor de serviços grande representatividade atingindo 54% do total das empresas cadastradas. Em relação as empresas cadastradas como produtoras de eventos o número chega 11.492 cerca de 6,3% do mercado de serviços.

A comparação dos portes das empresas na área de eventos dados Brasil x DF possibilitou identificar como é formado o setor e sua representatividade no país.

Tabela 2. Comparativo portes das empresas na área de eventos Brasil x Distrito Federal

Classificação de Porte	Brasil	Distrito Federal	Percentual
Empresas Serviços – MEI ³	71.701	2.015	72%
Empresas Serviços – ME ⁴	232.057	6.157	24%
Empresas Serviços – EPP ⁵	7.663	307	4%

Fonte: Data Sebrae – organização dos autores

Na tabela verifica-se que a representatividade de MEIs é o triplo das MEs. Importante ressaltar que a renda de um MEI não pode ultrapassar R\$ 81 mil por ano, mas pelo verificado no DataSebrae a média salarial de um MEI do setor de eventos não chega a R\$ 20 mil por ano, reforçando o indicativo de precarização com a transformação de desempregados em empresários.

Apresenta-se a seguir um compilado de dados secundários sobre o mercado de eventos, e sua comparação com o mercado nacional, na medida do possível se fará observação sobre os dados e algumas reflexões.

Tabela 3. Quantidade de empresas no setor de eventos – 19 CNAEs - Comparativo Totais Brasil x Distrito Federal e quantidade de empregados DF

CNAE	Brasil	Distrito Federal	Quantidade empregados DF
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	177.433	5.035	3.371
Atividades de produção fotográfica exceto fotografias submarinas	74.149	1.805	114
Produção musical	51.509	1.230	68
Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê	42.448	1.157	3.254
Atividades de sonorização e de iluminação	24.006	553	46
Casa de festas e eventos	24.780	447	189
Filmagem de festas e eventos	13.691	378	22
Outras atividades de animação e recreação não especificadas anteriormente	18.098	377	288
Produção teatral	11.322	325	33

³ Microempreendedor individual – o empreendedor não pode ter participação ou ser titular de outra empresa, pode contratar apenas um empregado e ter faturamento de até R\$ 81.000 por ano.

⁴ Microempresa - faturamento como Microempresa, com receita bruta anual inferior ou igual a R\$ 360 mil

⁵ Empresa de pequeno porte - faturamento como Empresa de Pequeno Porte, com receita bruta anual superior a R\$ 360 mil ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	7.610	195	243
Produção e promoção de eventos esportivos	4.486	125	101
Agências matrimoniais	2.389	66	4
Artes cênicas e espetáculos não citados anteriormente	8.580	109	37
Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	3.673	35	23
Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	696	15	16
Produção de espetáculos de dança	986	8	10
Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	649	6	0
Criação de estandes para feiras e exposições	514	3	0
Produção de espetáculos de rodeio, vaquejadas e similares	450	0	0
Total	467.469	11.492	7.819

Fonte: Data Sebrae – organização dos autores

De acordo com os dados da tabela 3 o DF representa em torno de 2,5% dos dados Brasil do setor de eventos. As CNAES mais relevantes são serviços de organização de feiras, congressos, exposição e festas; produção fotográfica, exceto produção submarina; produção musical e serviços de alimentação, bufês. As menos relevantes são espetáculos circenses; criação de estandes para feiras e exposições e espetáculos de rodeio, sendo que este último não há nenhuma empresa que atue nessa atividade no DF.

Na tabela 3, alguns dados nos chamam atenção, o primeiro deles é sobre as empresas de “Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas” que estão cadastradas cerca de 5 mil empresas, e estas só empregam cerca de 3 mil pessoas. O segundo ponto é as empresas de serviços de alimentação que tem cadastradas mil empresas e empregam mais de três mil empregados.

Na análise da quantidade de empregados identifica-se 3.673 unidades menor do que a quantidade de empresas, esta diferença pode ser explicada pelas MEIS (9.736) com uma média salarial de R\$ 1,2 mil, que em sua maioria não empregam mão de obra, com um indicativo do processo de precarização do trabalho neste mercado e o empreendedorismo por necessidade e não por oportunidade, além disso, nos parece que a natureza do mercado de eventos é produzir empregos terceirizados com contratos esporádicos/temporários de

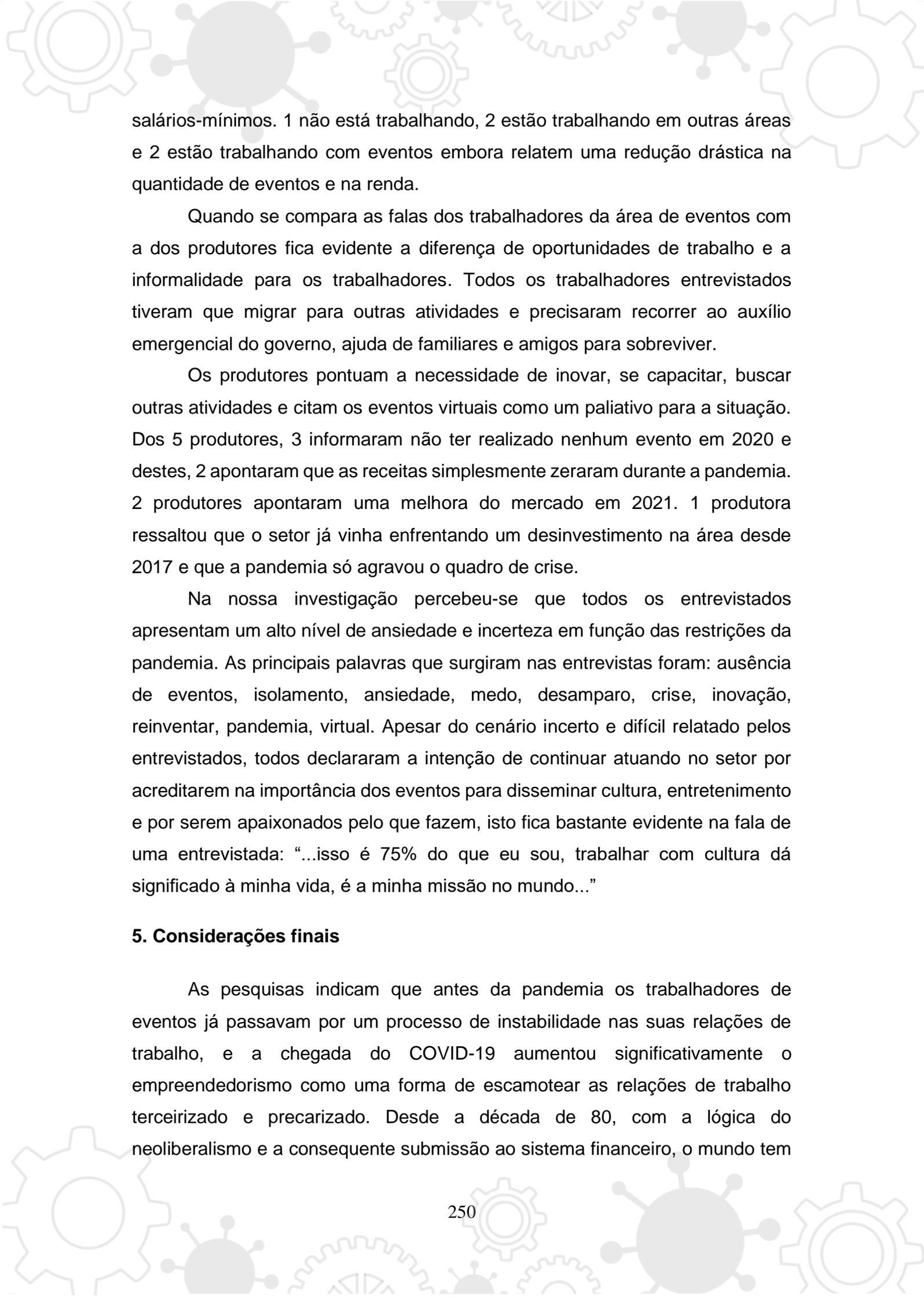
serviços. Os trabalhadores da área de eventos representam 2% do mercado de serviços do Distrito Federal com uma média salarial de R\$ 1,7 mil.

De acordo com o Portal do Empreendedor, o número de MEIS em 2020 é de 11.316 milhões, um crescimento de mais de 20% em relação ao mesmo período em 2019. Ao atuar como MEI o profissional exerce as atividades sem nenhum seguro, regulação formal, longas jornadas de trabalho, exposição maior a riscos sem nenhuma proteção, instabilidade, baixa remuneração dentre outros riscos. Este crescimento pode ser reflexo direto da crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19, pois foi preciso se reinventar para se ajustar à crise do isolamento e o chamado processo de pejetização, que pode ser entendido como a imposição do empregador para que o empregado abra uma empresa para prestar serviços reduzindo, assim a carga tributária, esse processo sugere um empreendedorismo por necessidade e não por oportunidade como alardeado amplamente nas mídias nacionais como um grande marco do crescimento econômico do país. Nesse sentido observa-se que a maior parte do mercado de eventos do DF, é composto por empresas pequenas em seu porte, e que representa uma iniciativa individual de empreendedores.

Uma dificuldade encontrada na pesquisa foi a precariedade de informações sobre as relações trabalhistas destas empresas com possível indicador de alto índice de informalidade. Segundo dados da última pesquisa da editoria de estatísticas sociais do IBGE, realizada em 29/12/2020, o Brasil apresentava 32,7 milhões de trabalhadores na informalidade, o que representa 38,8% da população ocupada. O trabalho informal conceitua-se como aquele não regulamentado pelas leis trabalhistas e sociais do país (Costa, 2010). Nessa primeira fase da investigação acredita-se que as empresas de eventos possam contribuir de forma considerável para esse mercado informal, pois oferecem ocupações esporádicas em virtudes da natureza da atividade dos eventos que são pontuais e não perenes.

4. Resultados Preliminares- Escutando os profissionais do setor

Das 9 entrevistas realizadas, 5 foram com produtores de eventos e 4 com trabalhadores do setor. Os produtores entrevistados trabalham com produção, comunicação e a parte artística dos eventos, com média de receita de 5 a 15



salários-mínimos. 1 não está trabalhando, 2 estão trabalhando em outras áreas e 2 estão trabalhando com eventos embora relatem uma redução drástica na quantidade de eventos e na renda.

Quando se compara as falas dos trabalhadores da área de eventos com a dos produtores fica evidente a diferença de oportunidades de trabalho e a informalidade para os trabalhadores. Todos os trabalhadores entrevistados tiveram que migrar para outras atividades e precisaram recorrer ao auxílio emergencial do governo, ajuda de familiares e amigos para sobreviver.

Os produtores pontuam a necessidade de inovar, se capacitar, buscar outras atividades e citam os eventos virtuais como um paliativo para a situação. Dos 5 produtores, 3 informaram não ter realizado nenhum evento em 2020 e destes, 2 apontaram que as receitas simplesmente zeraram durante a pandemia. 2 produtores apontaram uma melhora do mercado em 2021. 1 produtora ressaltou que o setor já vinha enfrentando um desinvestimento na área desde 2017 e que a pandemia só agravou o quadro de crise.

Na nossa investigação percebeu-se que todos os entrevistados apresentam um alto nível de ansiedade e incerteza em função das restrições da pandemia. As principais palavras que surgiram nas entrevistas foram: ausência de eventos, isolamento, ansiedade, medo, desamparo, crise, inovação, reinventar, pandemia, virtual. Apesar do cenário incerto e difícil relatado pelos entrevistados, todos declararam a intenção de continuar atuando no setor por acreditarem na importância dos eventos para disseminar cultura, entretenimento e por serem apaixonados pelo que fazem, isto fica bastante evidente na fala de uma entrevistada: “...isso é 75% do que eu sou, trabalhar com cultura dá significado à minha vida, é a minha missão no mundo...”

5. Considerações finais

As pesquisas indicam que antes da pandemia os trabalhadores de eventos já passavam por um processo de instabilidade nas suas relações de trabalho, e a chegada do COVID-19 aumentou significativamente o empreendedorismo como uma forma de escamotear as relações de trabalho terceirizado e precarizado. Desde a década de 80, com a lógica do neoliberalismo e a consequente submissão ao sistema financeiro, o mundo tem

vivido em permanente estado de crise, mas quando a crise se torna permanente esta passa a ser a causa que explica tudo, principalmente os cortes nas políticas públicas e/ou a degradação dos salários. Neste contexto a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise que a população mundial tem enfrentado nos últimos 40 anos (Santos, 2020).

Durante as entrevistas os empresários do setor ressaltam que apesar de um aquecimento do setor em 2021 houve uma redução brusca das receitas aferidas e que estão trabalhando muito mais e recebendo em torno de 30% a 40% menos do que antes da pandemia. Todos os empresários entrevistados disseram que tiveram que acumular funções, pois com o faturamento reduzido não tem sido possível contratar mão-de-obra, causando eles próprios um canibalismo da atividade como um processo de auto precarização que afeta tanto o trabalhador como o empresário do setor.

O tema tem muito a ser explorado, principalmente que a pesquisa ocorre durante a pandemia e os fatos têm uma dinâmica própria onde são influenciados por diversos fatores que vão desde políticas econômicas, pesquisas científicas, índice de mortalidade, resultado das políticas de imunização, protocolos de segurança dentre outros. Fica a sugestão de novas pesquisas dentro de um ano, que possam trazer mais informações e avaliar os impactos no setor.

Referências Bibliográficas

- Agência Sebrae de Notícias, (2020, abril 30). *Pesquisa mostra que pandemia do coronavírus afetou 98% do setor de eventos. Caderno: Diversão e Turismo*. Recuperado em: <https://revistapegn.globo.com> , acesso 23, nov. 2020.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Associação Brasileira de Empresas de Eventos [ABEOC]. (2020, janeiro 29). *Raio X das empresas de eventos no Brasil*. Recuperado em www.abeoc.gov.br , acesso 10, set. 2020.
- Associação Brasileira de Empresas de Eventos [ABEOC] (2014, outubro 14). // *Dimensionamento da Indústria de Eventos*. Recuperado em; www.abeoc.gov.br , acesso 25, jun. 2021.
- Barbosa, A. (2016) *O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração*. Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- Bardin, L. (2011) *Análise de Conteúdo*. São Paulo edições.

- Barros, Leheld. (2014) *Fundamentos da Metodologia Científica*. Ed. Pearson Universidades.
- Costa, M. (2009) *TRABALHO INFORMAL: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira*. CADERNO CRH, v.23, n.58, pp.171-190, Jan./Abr., 2009.
- Gil, A.C. (1999) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2020, outubro 16). *Relatório de pesquisa Covid19*. Recuperado em: www.covid19.ibge.gov.br , acesso 30, out. 2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] 2021. *Estatísticas Sociais – PNAD Contínua*. Recuperado em www.agenciadenoticias.ibge.gov.br , acesso 30, mar. 2021.
- Organização Mundial do Turismo [OMT] (2020, dezembro 21). *Pandemia transforma 2020 no pior ano para o setor de turismo mundial*. Recuperado em www.news.un.org , acesso 22, jun. 2021.
- Santos, V. (1979) *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Ed. Campus.
- SEBRAE (2020) DataSebrae. Recuperado em: www.datasebrae.com.br. Acesso em 03, nov. 2020.
- Singer, P. (1981) *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Ed. Paz e Terra.
- Trindade, H. (2019) *A contrarreforma trabalhista e as tendências da precarização do trabalho no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Zanella, L. (2012) *Manual de Organização de eventos: planejamento e operacionalização*. Ed. Atlas.

Legislação brasileira relacionada ao turismo: ações estatais promotoras da precarização do trabalho

Brazilian legislation related to tourism: state actions promoting precarious work

Legislación brasileña relacionada con el turismo: acciones estatales que promueven el trabajo precario

Fernanda Costa da Silva¹

Resumo: Este relato está centrado no problema contemporâneo alusivo à inexistência de políticas públicas sólidas e continuadas em território nacional, notadamente no que se refere ao exercício do trabalho no setor turístico, executado por grupos sociais de trabalhadores já precarizados socialmente, a saber: povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Objetiva-se contribuir para a discussão acerca do Estado enquanto ator ratificador da precarização do turismo em alusão a grupos sociais de trabalhadores historicamente já fragilizados. Como principais reflexões, pondera-se que o exercício do trabalho não está amparado legalmente, de modo a sanar todos os aspectos necessários; quanto à condição precária do campo legal afeto ao Turismo no Brasil, conduzida com a ciência de governos e mediante aval do Estado, depreende-se que as esferas de poder de âmbito federal atuam com a ciência sobre os entraves e seus possíveis reflexos sem, contudo, buscarem solução viável, mesmo quando esta é apresentada de modo técnico e documentado.

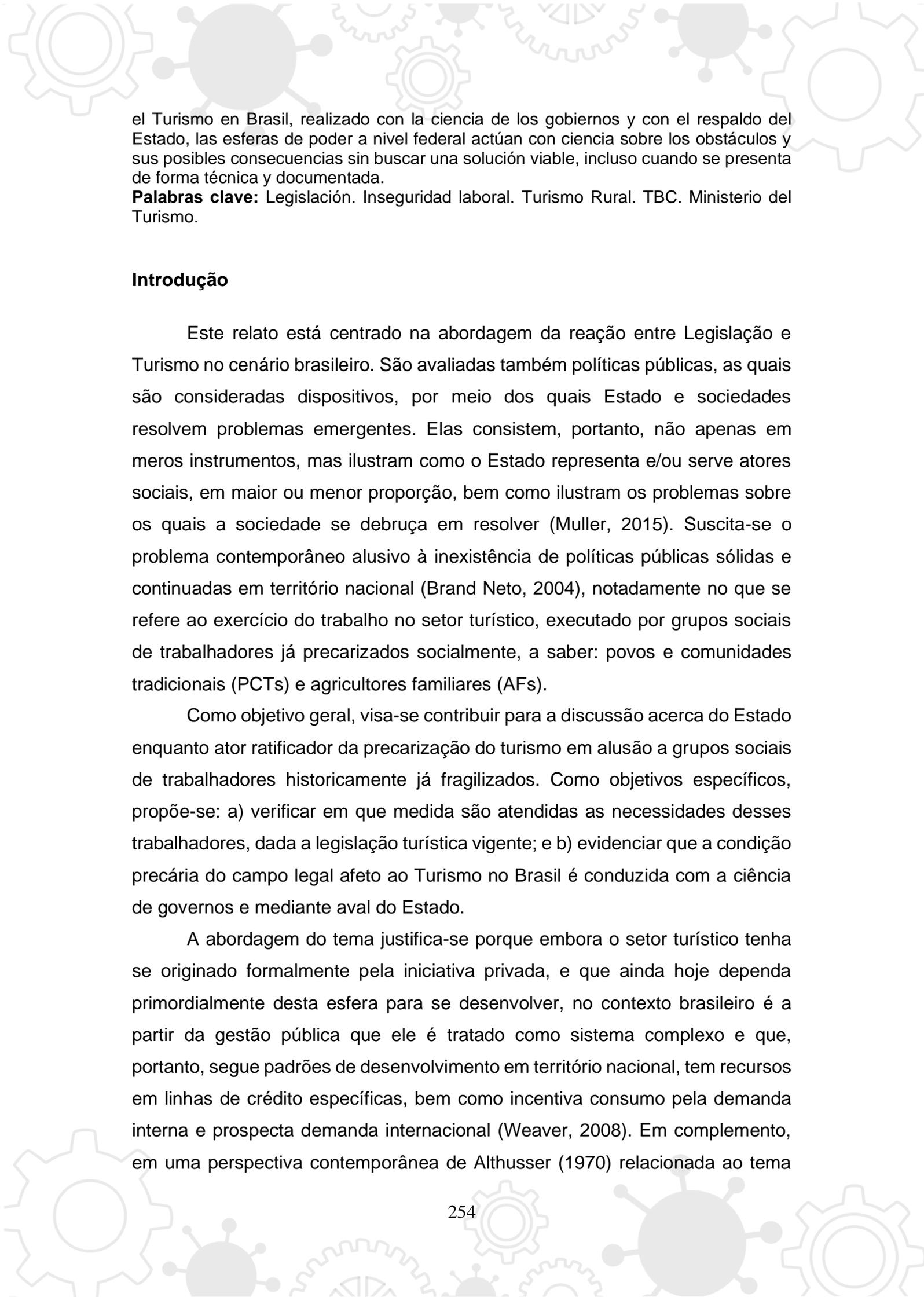
Palavras-chave: Legislação. Precarização trabalhista. Turismo Rural. TBC. Ministério do Turismo.

Abstract: This report is centered on the contemporary problem alluding to the inexistence of solid and continuous public policies in the national territory, notably with regard to the exercise of work of tourism, performed by social groups of workers who are already socially precarious: traditional communities and small farmers. The objective is to contribute to the discussion about the State as an actor ratifying the precariousness of tourism in allusion to social groups of workers historically weakened. As main reflections, it is considered that the exercise of the work is not legally supported, in order to remedy all the necessary aspects; as for the precarious condition of the legal field related to Tourism in Brazil, conducted with the science of governments and with the endorsement of the State, it appears that the spheres of power at the federal level act with science on the obstacles and their possible consequences without seek for a viable solution, even when it is presented in a technical and documented way.

Keywords: Legislation. Labor insecurity. Rural Tourism. TBC. Ministry of Tourism.

Resumen: Este informe se centra en la problemática contemporánea de la inexistencia de políticas públicas sólidas y continuas en el territorio nacional, en particular sobre el ejercicio del trabajo en el sector turístico, realizado por grupos sociales de trabajadores que ya se encuentran en situación de precariedad social: pueblos y comunidades tradicionales y agricultores familiares. El objetivo es contribuir a la discusión sobre el Estado como actor de la precariedad del turismo en alusión a grupos sociales de trabajadores históricamente debilitados. Como principales reflexiones, se considera que el ejercicio del trabajo no está sustentado legalmente, con el fin de subsanar todos los aspectos necesarios; en cuanto a la precaria condición del campo legal relacionado con

¹ Mestre em Planejamento Urbano e Regional, EMATER/RS-ASCAR, fernandacds@hotmail.com, Lattes <http://lattes.cnpq.br/0779716151843962>.



el Turismo en Brasil, realizado con la ciencia de los gobiernos y con el respaldo del Estado, las esferas de poder a nivel federal actúan con ciencia sobre los obstáculos y sus posibles consecuencias sin buscar una solución viable, incluso cuando se presenta de forma técnica y documentada.

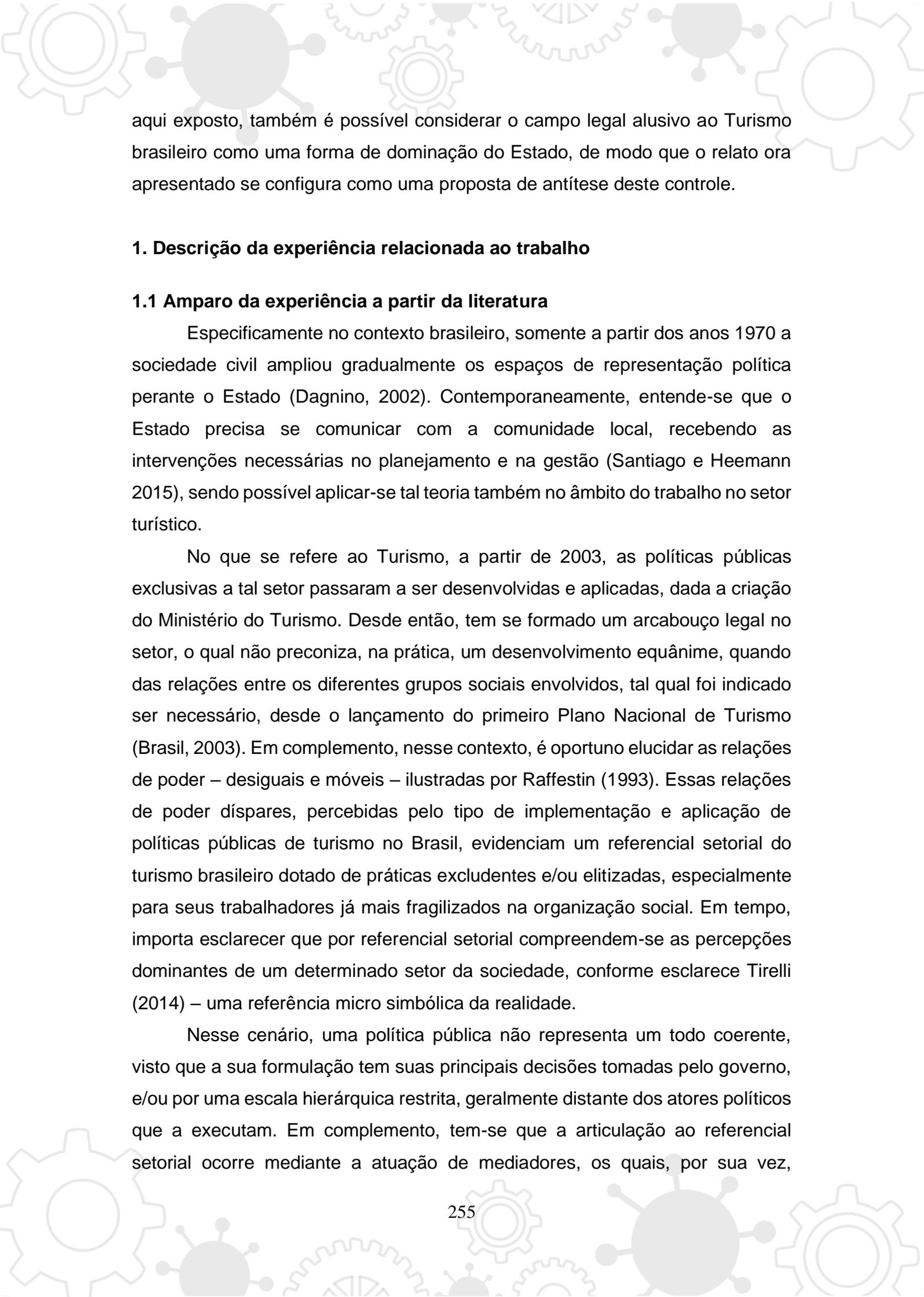
Palabras clave: Legislación. Inseguridad laboral. Turismo Rural. TBC. Ministerio del Turismo.

Introdução

Este relato está centrado na abordagem da reação entre Legislação e Turismo no cenário brasileiro. São avaliadas também políticas públicas, as quais são consideradas dispositivos, por meio dos quais Estado e sociedades resolvem problemas emergentes. Elas consistem, portanto, não apenas em meros instrumentos, mas ilustram como o Estado representa e/ou serve atores sociais, em maior ou menor proporção, bem como ilustram os problemas sobre os quais a sociedade se debruça em resolver (Muller, 2015). Suscita-se o problema contemporâneo alusivo à inexistência de políticas públicas sólidas e continuadas em território nacional (Brand Neto, 2004), notadamente no que se refere ao exercício do trabalho no setor turístico, executado por grupos sociais de trabalhadores já precarizados socialmente, a saber: povos e comunidades tradicionais (PCTs) e agricultores familiares (AFs).

Como objetivo geral, visa-se contribuir para a discussão acerca do Estado enquanto ator ratificador da precarização do turismo em alusão a grupos sociais de trabalhadores historicamente já fragilizados. Como objetivos específicos, propõe-se: a) verificar em que medida são atendidas as necessidades desses trabalhadores, dada a legislação turística vigente; e b) evidenciar que a condição precária do campo legal afeto ao Turismo no Brasil é conduzida com a ciência de governos e mediante aval do Estado.

A abordagem do tema justifica-se porque embora o setor turístico tenha se originado formalmente pela iniciativa privada, e que ainda hoje dependa primordialmente desta esfera para se desenvolver, no contexto brasileiro é a partir da gestão pública que ele é tratado como sistema complexo e que, portanto, segue padrões de desenvolvimento em território nacional, tem recursos em linhas de crédito específicas, bem como incentiva consumo pela demanda interna e prospecta demanda internacional (Weaver, 2008). Em complemento, em uma perspectiva contemporânea de Althusser (1970) relacionada ao tema



aqui exposto, também é possível considerar o campo legal alusivo ao Turismo brasileiro como uma forma de dominação do Estado, de modo que o relato ora apresentado se configura como uma proposta de antítese deste controle.

1. Descrição da experiência relacionada ao trabalho

1.1 Amparo da experiência a partir da literatura

Especificamente no contexto brasileiro, somente a partir dos anos 1970 a sociedade civil ampliou gradualmente os espaços de representação política perante o Estado (Dagnino, 2002). Contemporaneamente, entende-se que o Estado precisa se comunicar com a comunidade local, recebendo as intervenções necessárias no planejamento e na gestão (Santiago e Heemann 2015), sendo possível aplicar-se tal teoria também no âmbito do trabalho no setor turístico.

No que se refere ao Turismo, a partir de 2003, as políticas públicas exclusivas a tal setor passaram a ser desenvolvidas e aplicadas, dada a criação do Ministério do Turismo. Desde então, tem se formado um arcabouço legal no setor, o qual não preconiza, na prática, um desenvolvimento equânime, quando das relações entre os diferentes grupos sociais envolvidos, tal qual foi indicado ser necessário, desde o lançamento do primeiro Plano Nacional de Turismo (Brasil, 2003). Em complemento, nesse contexto, é oportuno elucidar as relações de poder – desiguais e móveis – ilustradas por Raffestin (1993). Essas relações de poder díspares, percebidas pelo tipo de implementação e aplicação de políticas públicas de turismo no Brasil, evidenciam um referencial setorial do turismo brasileiro dotado de práticas excludentes e/ou elitizadas, especialmente para seus trabalhadores já mais fragilizados na organização social. Em tempo, importa esclarecer que por referencial setorial compreendem-se as percepções dominantes de um determinado setor da sociedade, conforme esclarece Tirelli (2014) – uma referência micro simbólica da realidade.

Nesse cenário, uma política pública não representa um todo coerente, visto que a sua formulação tem suas principais decisões tomadas pelo governo, e/ou por uma escala hierárquica restrita, geralmente distante dos atores políticos que a executam. Em complemento, tem-se que a articulação ao referencial setorial ocorre mediante a atuação de mediadores, os quais, por sua vez,

constroem o sentido na interação por meio da qual a política pública é praticada (Muller; Surel, 2002).

1.2 Relato da experiência – revisão do arcabouço legal

A partir de setembro de 2013, após processo seletivo, passei a desempenhar a função de Extensionista Rural de Nível Superior na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul / Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/RS-ASCAR), instituição na qual então desenvolvo o papel de mediadora (Muller e Surel, 2002) junto a alguns grupos sociais, quanto ao Turismo Rural do Rio Grande do Sul. A revisão dos documentos pregressos a 2013, bem como mediante as reuniões com os pares na instituição e em organizações afins ao tema do turismo no Rio Grande do Sul, oportunizaram a conclusão de que o Turismo Rural (bem como segmentos adjacentes, como Agroturismo e Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF), notadamente aquele desenvolvido pelo modelo de gestão Turismo de Base Comunitária (TBC)², não detinha amparo legal suficiente para exercício do trabalho, tanto no RS, como em nível nacional. A partir de então, fez-se um estudo de leis, políticas públicas, programas de governo e tramitações, como forma de abrir diálogo junto ao Ministério do Turismo.

Pelo exposto, o Quadro 1 a seguir sistematiza alguns dos principais instrumentos legais relacionados ao Turismo (em vigência, bem como em tramitação) estudados. Nele, faz-se a exposição dos respectivos entraves relacionados aos atores mais frágeis do sistema turístico, no que se refere às relações de poder aí estabelecidas, as quais podem acenar a um referencial setorial que se relaciona à precarização do trabalho no setor, notadamente no que se refere aos atores ligados aos segmentos de Turismo Rural, Agroturismo e TRAF, especialmente quando afetos ao modelo de TBC.

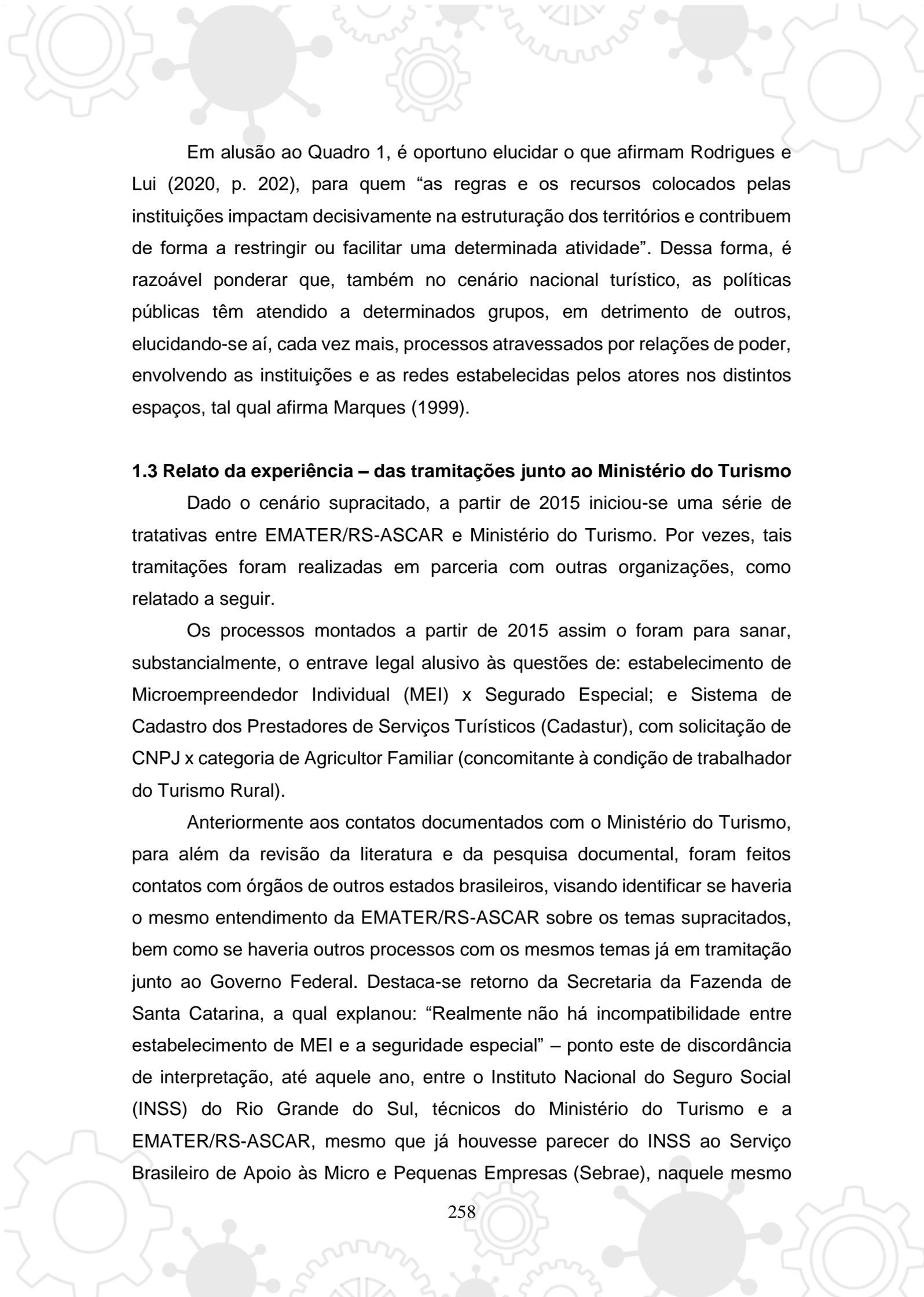
Quadro 1. Sistematização de instrumentos legais do Turismo brasileiro e identificação de entraves postos aos atores com menor nível de poder.

² Modelo de gestão turística protagonizado pela comunidade, visando estabelecer um sistema mais justo, a partir da geração de benefícios coletivos e da melhora da qualidade de vida (BRASIL, 2017). Especificamente em alusão à gestão territorial, o TBC estaria alinhado a diversas análises concebidas por Milton Santos (1999), especialmente quando o autor elucida que o território significa um espaço apropriado pelos atores sociais (portanto resultado das práticas de sociabilidade), ao mesmo tempo em que condiciona as possibilidades de ação desses atores.

Situação	Instrumento	Principais Entraves Identificados e Possíveis Consequências
Em vigência	Política Nacional de Turismo (PNT) relacionada ao Cadastur (respectivamente Lei nº11.771/2008; e Portaria nº 105/2018).	Dificuldade e/ou impossibilidade de formalização de trabalhadores de pequeno porte, quando estes prestam serviços de cadastro obrigatório, previsto pelo Cadastur (ex: hospedagem), visto que tal Cadastro solicita, obrigatoriamente, a existência de CNPJ (entrave especialmente para AFs, que trabalham com Turismo Rural, bem como para PCTs, para os quais nem sempre é vantajoso configurar um CNPJ). Como consequência, a inexistência de tal Cadastro pode gerar fiscalização, passível de multas aos trabalhadores; em adição, a falta do Cadastro inviabiliza acesso a outras políticas públicas, como linhas de crédito específicas para o Turismo (ex: Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR ³).
	Portaria nº 39/2017	Estabelece as regras e os critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, tendo como principal critério a categorização turística. Pondera-se que tomar o sistema de categorização turística seja inadequado para escolha do aporte de recursos, porque além de atribuir categorias mais altas a lugares com maior número de equipamentos turísticos específicos, tal metodologia ratifica a condição de precariedade de acesso a recursos, para destinos já precarizados.
Em tramitação	PL 2.951/2020 - Inclui no rol de prestadores de serviços turísticos os produtores rurais que exerçam, em caráter complementar, as atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo.	Apenas inserir o trabalhador do Turismo Rural na Lei 11.771/2008, tal como sugere a redação inicial do PL, sem, contudo citar outras leis complementares ao cenário em questão, não gera benefício automático a este trabalhador podendo, até mesmo, ocasionar problemas futuros a ele.
	PL 4.032/2020 – Visa tornar a exploração do Turismo Rural, de forma complementar ou acessória às demais atividades rurais, passíveis de tributação pela RFB.	Apenas com o teor resumido contido neste PL, não há como propor taxaçoão, via Receita Federal Brasileira, se não houver regulamentação (ex: mediante uma Instrução Normativa) e legislação adequada para o Turismo Rural no País. Do contrário, estar-se-á penalizando os trabalhadores, que mesmo declarando a atividade continuarão descobertos por uma série de outros aspectos legais do turismo brasileiro, como, por exemplo, em relação ao Cadastur. Em complemento, a redação do PL gera uma contradição no campo legal, visto que existe uma Instrução Normativa, de nº83/2001, a qual estabelece que não se considera atividade rural o montante das receitas oriundas da exploração do Turismo Rural.
	PL 4.395/2020 - Institui a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural e dá outras providências.	Texto não traz as prerrogativas necessárias ao desenvolvimento do Turismo Rural, sem que os trabalhadores deste segmento sejam prejudicados, nos termos da atual PNT e, por conseguinte, do Cadastur.

Fonte: elaboração própria.

³ Detalhes sobre o FUNGETUR podem ser verificados à página do Ministério do Turismo, acessível em: <https://www.rs.gov.br/carta-de-servicos/servicos?servico=1314>.



Em alusão ao Quadro 1, é oportuno elucidar o que afirmam Rodrigues e Lui (2020, p. 202), para quem “as regras e os recursos colocados pelas instituições impactam decisivamente na estruturação dos territórios e contribuem de forma a restringir ou facilitar uma determinada atividade”. Dessa forma, é razoável ponderar que, também no cenário nacional turístico, as políticas públicas têm atendido a determinados grupos, em detrimento de outros, elucidando-se aí, cada vez mais, processos atravessados por relações de poder, envolvendo as instituições e as redes estabelecidas pelos atores nos distintos espaços, tal qual afirma Marques (1999).

1.3 Relato da experiência – das tramitações junto ao Ministério do Turismo

Dado o cenário supracitado, a partir de 2015 iniciou-se uma série de tratativas entre EMATER/RS-ASCAR e Ministério do Turismo. Por vezes, tais tramitações foram realizadas em parceria com outras organizações, como relatado a seguir.

Os processos montados a partir de 2015 assim o foram para sanar, substancialmente, o entrave legal alusivo às questões de: estabelecimento de Microempreendedor Individual (MEI) x Segurado Especial; e Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), com solicitação de CNPJ x categoria de Agricultor Familiar (concomitante à condição de trabalhador do Turismo Rural).

Anteriormente aos contatos documentados com o Ministério do Turismo, para além da revisão da literatura e da pesquisa documental, foram feitos contatos com órgãos de outros estados brasileiros, visando identificar se haveria o mesmo entendimento da EMATER/RS-ASCAR sobre os temas supracitados, bem como se haveria outros processos com os mesmos temas já em tramitação junto ao Governo Federal. Destaca-se retorno da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, a qual explanou: “Realmente não há incompatibilidade entre estabelecimento de MEI e a seguridade especial” – ponto este de discordância de interpretação, até aquele ano, entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do Rio Grande do Sul, técnicos do Ministério do Turismo e a EMATER/RS-ASCAR, mesmo que já houvesse parecer do INSS ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), naquele mesmo

ano, apontando para viabilidade de configuração de MEI, mantendo-se a condição de segurado especial. Em paralelo, fez-se consulta à Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, buscando-se depreender se poderia haver ligação entre sistemas de numeração de Talão do Produtor Rural e da então Matrícula CEI, para se agilizar o processo de emissão de NF para o Turismo Rural, quando se detectou não haver tal possibilidade.

No primeiro despacho ao Ministério do Turismo, maio de 2016, apresentaram-se questionamentos, seguidos de propostas, conforme Figura 1 e Figura 2. Nenhum dos questionamentos foi respondido formalmente pelo Ministério do Turismo. Algumas considerações foram feitas, em conversas telefônicas, nas quais os diversos técnicos que atenderam evidenciaram desconhecimento da matéria, visto que uma das ponderações feitas referiu-se à possibilidade de criação de um CNAE “Turismo Rural”, como alternativa ao pleito apresentado.

Figura 1. Parte do processo de 2016 da EMATER/RS-ASCAR para o Ministério do Turismo – Hipótese 1.

Contexto

Agricultor familiar rural, enquadrado nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, obedecendo exercício de atividade turística de acordo com o que rege a Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, precisa emitir nota/comprovante fiscal para prestação de serviços turísticos, como, por exemplo:

- recepção de grupos na propriedade para apresentação desta (cobrança de ingresso e/ou condução local);
- serviço de alimentação (café, almoço, lanche, etc.); e
- agendamento de grupos de turistas para uso da propriedade para confraternizações, almoços e eventos empresariais (festa de final de ano e reuniões, por exemplo).

Dúvida

Como emitir essa nota/esse comprovante, sem perder a condição de segurado especial?

Hipótese 1 – pela Matrícula CEI

Nesse caso, questiona-se:

- a) Qual o custo para o agricultor?
- b) Qual o limite de notas possíveis de serem emitidas no período de um ano?
- c) Essa matrícula é individual ou pode ser uma para a família?

Fonte: elaboração própria.

Figura 2. Parte do processo de 2016 da EMATER/RS-ASCAR para o Ministério do Turismo – Hipótese 2.

Hipótese 2 – pelo MEI

Considerações acerca de tal hipótese estudada.

a) A LC 123 (do MEI) não se declara urbana, conforme segue redação da LC 147/2014:

Art. 18-E. O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária.

b) A LC 123 (MEI) estabelece que sua vigência abrange este público, de agricultor familiar rural, conforme segue:

Art. 3o-A. Aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3o o disposto nos arts. 6o e 7o, nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI e no Capítulo XII desta Lei Complementar, ressalvadas as disposições da Lei no 11.718, de 20 de junho de 2008. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

c) Analisando-se as CNAES, esse público estaria contemplado, conforme segue:

PROMOTOR(A) DE EVENTOS	8230-01/01	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
PROMOTOR(A) DE TURISMO LOCAL	7990-21/00	SERVIÇOS DE RESERVAS E OUTROS SERVIÇOS DE TURISMO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
PROPRIETÁRIO(A) DE ALBERGUE ASSISTENCIAL	NÃO 5590-61/01	ALBERGUES, EXCETO ASSISTENCIAIS
PROPRIETÁRIO(A) DE CAMPING	5590-61/02	CAMPINGS
PROPRIETÁRIO(A) DE CANTINAS	5620-11/03	CANTINAS - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PRIVATIVOS
PROPRIETÁRIO(A) DE HOSPEDARIA	5590-61/99	OUTROS ALOJAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
PROPRIETÁRIO(A) DE LANCHONETE	5611-21/03	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES
PROPRIETÁRIO(A) DE PENSÃO	5590-61/03	PENSÕES (ALOJAMENTO)
PROPRIETÁRIO(A) DE RESTAURANTE	5611-21/01	RESTAURANTES E SIMILARES

Especificamente quanto à questão de "Proprietário(a) de alojamento", que especifica que esse alojamento pode ser "OUTROS ALOJAMENTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE", torna-se evidente que todos os demais alojamentos não descritos estão abarcados por esta CNAE. Portanto, podem ser enquadradas as hospedagens no meio rural.

d) O Ministério da Previdência Social ratifica, em Nota 29/2015 (documento formal e oficial de órgão público), que produtor rural pode se inscrever como MEI sem perder benefícios.

e) A Lei 12.873/2014 permite que o produtor rural efetue seu registro como microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou empresa individual de responsabilidade limitada, sem perder benefício de segurado especial, conforme redação:

Par. 14. A participação do segurado especial em sociedade empresária, em sociedade simples, como empresário individual ou como titular de empresa individual de responsabilidade limitada de objeto ou âmbito agrícola, agroindustrial ou agroturístico, considerada microempresa nos termos da LC 123 (...) não o exclui de tal categoria previdenciária, desde que, mantido o exercício da sua atividade rural na forma do inciso VII do caput e do Par 1º, a pessoa jurídica componha-se apenas de segurados de igual natureza e sedie-se no mesmo Município ou em Município limítrofe àquele em que eles desenvolvam suas atividades.

Levando-se em conta que a matrícula CEI é somente para ser fornecida à PF, questiona-se se o MEI não seria a melhor indicação, pois atende tanto PF como PJ. Nesse caso, prestadores de serviços turísticos poderiam atender, com emissão de NF, tanto empresas como turistas do tipo PF.

Contando com a compreensão de Vossa Excelência e com a conclusiva manifestação esclarecedora desse Ministério às questões suscitadas, firmamo-nos.

Fonte: elaboração própria.

Em maio de 2018, novo processo foi remetido para o Ministério do Turismo. Levando-se em conta que naquele ano a questão de CNPJ para segurado especial estava superada, o processo centrou-se em pleitear a liberação do registro no Cadastur mediante uso de CPF, e/ou Matrícula CEI e/ou DAP, evitando-se a configuração de um CNPJ, quando os trabalhadores do Turismo Rural, oriundos da Agricultura Familiar, desempenhassem serviços de registro obrigatório (ex: hospedagem). Na Figura 3 consta parte da resposta do

Ministério do Turismo, remetida para a EMATER/RS-ASCAR, em agosto do mesmo ano.

Figura 3. Parte do retorno do Ministério do Turismo para a EMATER/RS-ASCAR.

Art. 3º-A Aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º o disposto nos arts. 6º e 7º, nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI e no Capítulo XII desta Lei Complementar, ressalvadas as disposições da Lei 11.718, de 20 de junho de 2008.

13. Nesse contexto, tem-se como opção às pessoas físicas que integram famílias rurais que atuam no turismo rural constituírem-se como Microempreendedores Individuais, uma vez que dispõem aos pequenos empreendimentos maiores facilidades e vantagens.
14. Diante das razões expostas, considera-se inviável, com a legislação hoje em vigor, aos pequenos produtores rurais a alternativa de inclusão da Matrícula CEI, para fins de Cadastro junto ao Cadastur. Desta feita, sugerimos que esses empreendimentos constituam pessoa jurídica, na figura Microempresa ou Empresa de pequeno Porte, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 123/2006 para que possam exercer a atividade de meio de hospedagem, conforme obrigações dispostas pela Lei 11.771/2008.
15. Sem mais para o momento, colocamos esta Secretaria Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.
16. Respeitosamente,

Fonte: elaboração própria.

Levando-se em conta que a questão não foi sanada, no mesmo ano, em junho, o processo foi reconduzido ao Ministério do Turismo, entregue em mãos, com assinaturas de instituições integrantes da Câmara de Turismo Rural do RS⁴. Para este protocolo não houve retorno.

Em 04 de maio de 2020, nova ação conjunta foi estabelecida, então de nível nacional. Entre outras pautas, as questões de âmbito legal do Turismo Rural foram expressas em documento intitulado “Covid-19 e Preservação do Turismo Rural no Brasil”, entregue virtualmente a um representante do Ministério do Turismo. Também para esta demanda não houve retorno até o momento. Em setembro de 2020 noticiou-se que Ministério do Turismo e Ministério da Agricultura firmaram acordo de cooperação, com duração prevista para 24 meses. Um dos objetivos do acordo seria o de promover o fortalecimento da agricultura familiar no turismo por meio do incentivo à promoção e comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar no turismo. Entre as pautas de trabalho estaria a inclusão do produtor rural e do agricultor familiar

⁴ Informações sobre a Câmara de Turismo Rural do RS disponíveis em <http://www.emater.tche.br/site/turismo-rural/apresentacao.php>.

na Lei do Turismo e, posteriormente, no Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos.

Em março de 2021 a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou PL 1522/19, o qual inclui o Turismo Rural entre as atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo, listadas na Lei Geral do Turismo. Se aprovada no Senado, a atividade de Turismo Rural será reconhecida legalmente, mas não fica clara a resolução do Cadastur para Turismo Rural. Até o fechamento deste relato, nenhuma das pautas avançou e o cenário legal é praticamente o mesmo em relação ao encontrado em 2013, quando cheguei à extensão rural do Rio Grande do Sul.

Por fim, é digno de relato um fato mais recente, a saber: agendamento de audiência pública sem a previsão de participação aberta. De autoria do Deputado Evair Melo, requereu-se audiência para debate do Turismo Rural, sobre o PL 4395/2020⁵ (Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural). Contudo, os participantes que teriam acesso liberado ao evento foram nomeados no documento de protocolo da audiência (Figura 4) e somente estes receberiam link de participação no encontro virtual.

Figura 3. Parte do retorno do Ministério do Turismo para a EMATER/RS-ASCAR.

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021
(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer a realização de audiência pública para debater o Turismo Rural.

Senhora Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Requeremos a V. Ex^a. a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para **debater o Turismo Rural e o PL 4395, de 2020**, que "Institui a Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural e dá outras providências" e **PL 4396, de 2020** que "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre os empreendimentos de turismo rural", ambos em tramitação neste colegiado. Com os seguintes convidados:

1. **SERGIO RODRIGUES DIAS FILHO.** Diretor Técnico do Montanhas Capixabas Convention & Visitors Bureau;
2. **MARIA BEATRIZ PEREIRA LIMA DE ALMEIDA PRADO.** Monitora Ambiental dos Hotéis Roteiros de Charme;
3. **ALINE MORAES CUNHA.** Bacharel em Turismo. Representante da Câmara Temática de Turismo Rural do RS;
4. **PEDRO VIEIRA BASTOS.** Presidente do Conselho de Turismo Municipal e Vice-presidente da Associação de Empreendedores do Turismo de Morro Redondo;

⁵ Inteiro teor e acesso à tramitação disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2261189>.

Fonte: adaptado do portal da Câmara dos Deputados do Brasil.

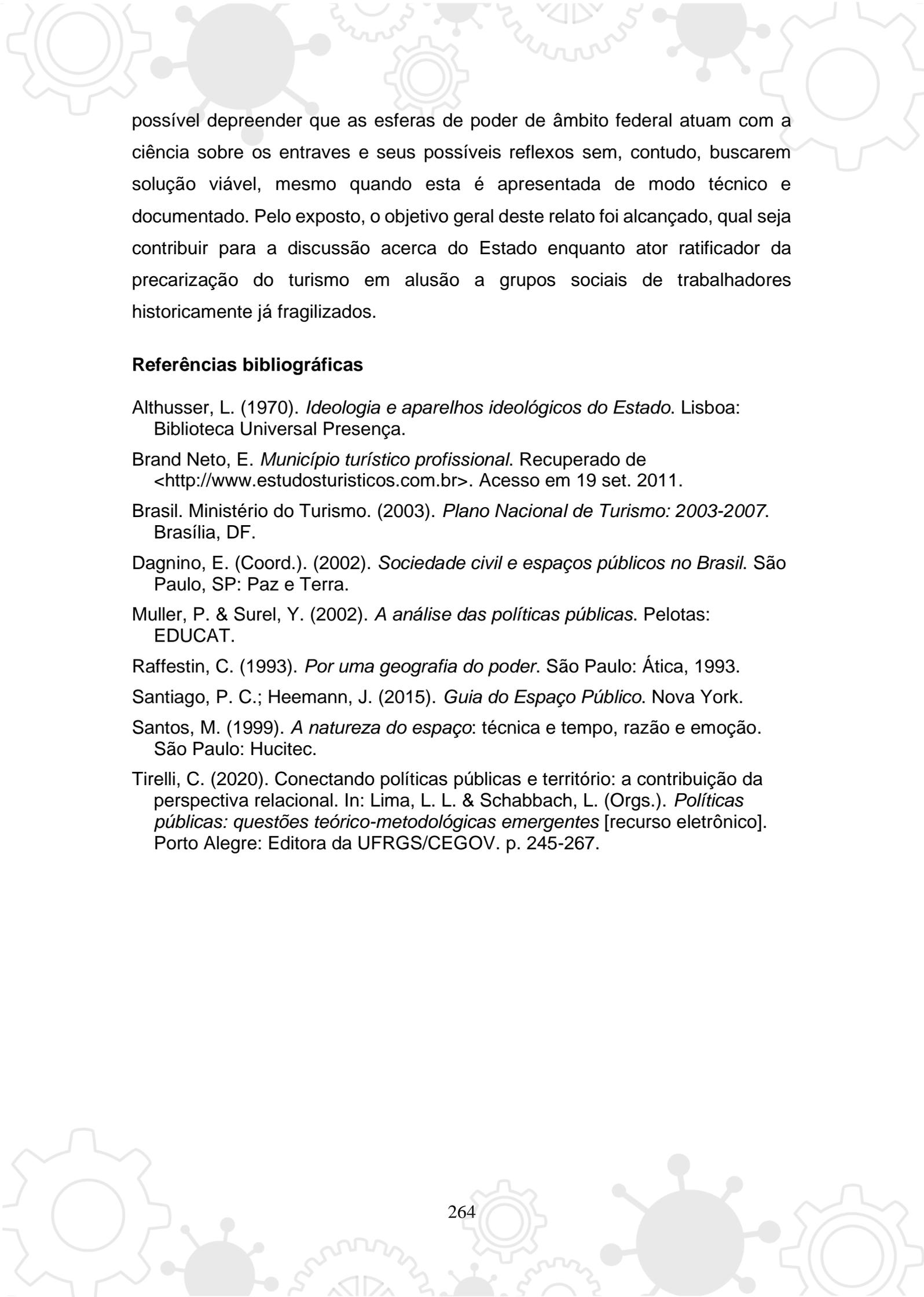
Para além do paradoxo de uma audiência pública não ser de acesso público, pondera-se sobre o teor do PL em questão, visto que sua redação, de caráter generalista, não sana as necessidades dos trabalhadores. Chama-se atenção ao fato de que tal PL tampouco desfaz as incoerências legalmente estabelecidas até o presente momento, quanto ao segmento em questão, notadamente no que se refere aos trabalhadores de menor renda, em regime de trabalho rural familiar e/ou comunitário.

3. Reflexões

O reiterado discurso de o Ministério do Turismo ainda ser relativamente novo, comparado a outras Pastas, não parece dar suporte aos entraves processuais, nem amparar razoavelmente a morosidade das tratativas alusivas ao tema da legislação do turismo, no que se refere aos trabalhadores em sistema rural e/ou comunitário. Se observadas as respostas, tanto formais (em processos/documentos), como informais (em ligações telefônicas), pondera-se haver falta de conhecimentos específicos nas temáticas suscitadas neste relato. Nada obstante, porquanto o Turismo Rural é um complemento de renda, e não uma renda principal de quem o executa, a urgência de seu tratamento também parece ser interpretada como secundária, em comparação a questões legais de outras segmentações turísticas.

4. Considerações finais

Este relato centrou-se em abordar aspectos legais do turismo no cenário brasileiro, sobretudo acerca do trabalho de atores inseridos nos segmentos desenvolvidos no espaço rural e/ou em regime de TBC. No que tange à verificação do atendimento das necessidades desses trabalhadores, dada a legislação turística vigente, avalia-se que o exercício do trabalho não está devidamente amparado, de modo a sanar todos os aspectos necessários. Especificamente quanto à condição precária do campo legal afeto ao Turismo no Brasil, conduzida com a ciência de governos e mediante aval do Estado, foi



possível depreender que as esferas de poder de âmbito federal atuam com a ciência sobre os entraves e seus possíveis reflexos sem, contudo, buscarem solução viável, mesmo quando esta é apresentada de modo técnico e documentado. Pelo exposto, o objetivo geral deste relato foi alcançado, qual seja contribuir para a discussão acerca do Estado enquanto ator ratificador da precarização do turismo em alusão a grupos sociais de trabalhadores historicamente já fragilizados.

Referências bibliográficas

- Althusser, L. (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Biblioteca Universal Presença.
- Brand Neto, E. *Município turístico profissional*. Recuperado de <<http://www.estudosturisticos.com.br>>. Acesso em 19 set. 2011.
- Brasil. Ministério do Turismo. (2003). *Plano Nacional de Turismo: 2003-2007*. Brasília, DF.
- Dagnino, E. (Coord.). (2002). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Muller, P. & Surel, Y. (2002). *A análise das políticas públicas*. Pelotas: EDUCAT.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- Santiago, P. C.; Heemann, J. (2015). *Guia do Espaço Público*. Nova York.
- Santos, M. (1999). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Tirelli, C. (2020). Conectando políticas públicas e território: a contribuição da perspectiva relacional. In: Lima, L. L. & Schabbach, L. (Orgs.). *Políticas públicas: questões teórico-metodológicas emergentes* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV. p. 245-267.

**Emprego no setor de alojamento em Nova Xavantina, Mato Grosso, Brasil:
um estudo exploratório dos efeitos da pandemia por COVID-19**

**Employment in the accommodation sector of Nova Xavantina, Mato Grosso,
Brazil: an exploratory study on the effects of Covid-19 pandemic**

**Empleo en el sector de alojamiento en Nova Xavantina, Mato Grosso,
Brasil: un estudio exploratorio de los efectos de la pandemia COVID-19**

Arthur Ferreira Bernardes¹
Rita Maria de Paula Garcia²
Roberto de Barros Mesquita³
André Mobiglia Mesquita⁴

Resumo: Reconhecendo que a escala local é onde as práxis são desencadeadas, esta pesquisa tem o intuito de levantar a informalidade do mercado de trabalho em nível municipal e consequentemente apontar um olhar crítico sobre o mundo do trabalho. A pesquisa tem caráter exploratório-descritivo, pois orienta-se no sentido de estudar as ocupações do setor de alojamento no município de Nova Xavantina, estado do Mato Grosso, Brasil. Os dados coletados por meio da aplicação de formulário nos anos de 2019 e 2020 (antes e durante a pandemia pelo novo coronavírus) em 07 das 09 empresas existentes no município, apontaram que as ocupações formais representavam 78,95% em 2019 e em 2020 caíram para 60,61%, ou seja, a informalidade subiu: passou de 21,05% em 2019 para 39,39% em 2020; e, as mulheres são mais vulneráveis em seus empregos, pois elas perderam postos de trabalho quando as empresas tiveram instabilidade financeira em 2020, enquanto os homens mantiveram.

Palavras-chave: Turismo. Alojamento. Emprego.

Abstract: Recognizing that the local scale is where praxis is triggered, this research aims to raise the informality of the labor market at the municipal level and, consequently, point out a critical look at the world of labor. The research has an exploratory-descriptive character, as it is oriented towards studying the occupations of the accommodation sector in the municipality of Nova Xavantina, state of Mato Grosso, Brazil. The data collected through form application in the years 2019 and 2020 (before and during the pandemic by the new coronavirus) in 07 of the 09 companies existing in the city, indicated that formal occupations represented 78.95% in 2019 and in 2020 they fell to 60.61%, that is, informality increased: from 21.05% in 2019 to 39.39% in 2020; and, women are more vulnerable in their jobs, as they lost jobs when companies experienced financial instability in 2020, while men held on.

Keywords: Tourism. Accommodation. Employment,

Resumen: Reconociendo que la escala local es donde se desencadena la praxis, esta investigación tiene como objetivo verificar la informalidad del mercado laboral a nivel

¹ Graduando em Turismo; Universidade do Estado de Mato Grosso;
<http://lattes.cnpq.br/6515503576665714>; arthurfb97@gmail.com

² Doutorado em Geografia; Universidade do Estado de Mato Grosso;
<http://lattes.cnpq.br/4260234318707162>; ritagarcia@unemat.br

³ Doutorado em Administração; Universidade do Estado de Mato Grosso;
<http://lattes.cnpq.br/8457465173988089>; robertomesquita@unemat.br

⁴ Mestre em Administração; Universidade do Estado de Mato Grosso;
<http://lattes.cnpq.br/6988681413254122>; andre.mesquita@unemat.br

municipal y, en consecuencia, apuntar una mirada crítica al mundo del trabajo. La investigación tiene un carácter exploratorio-descriptivo, ya que está orientada a estudiar las ocupaciones en el sector de alojamiento en el municipio de Nova Xavantina, estado de Mato Grosso, Brasil. Los datos recabados a través de la aplicación de un formulario en los años 2019 y 2020 (antes y durante la pandemia por el nuevo coronavirus) en 07 de las 09 empresas existentes en el municipio, señalaron que las ocupaciones formales representaron el 78,95% en 2019 y en 2020 cayeron al 60,61%, es decir, la informalidad aumentó: del 21,05% en 2019 al 39,39% en 2020; y, las mujeres son más vulnerables en sus empleos, ya que perdieron puestos de trabajo cuando las empresas tuvieron inestabilidad financiera en 2020, mientras que los hombres se mantuvieron.

Palabras clave: Turismo. Alojamiento. Empleo.

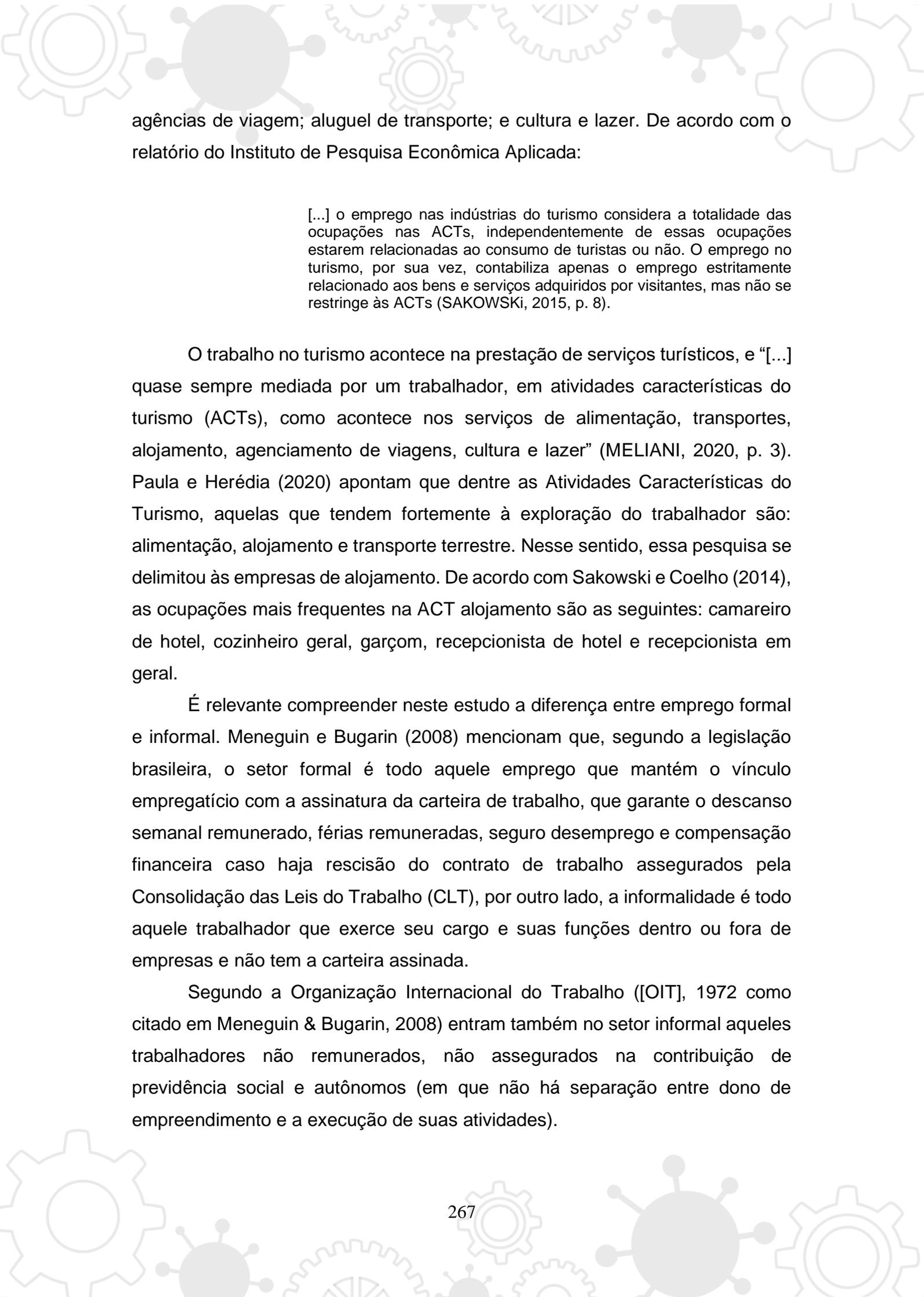
Introdução e Revisão de Literatura

Nas últimas décadas, o crescimento do turismo tem despertado discussões em diferentes áreas acadêmicas, visto que este gera efeitos tanto no desenvolvimento da economia e na sociedade quanto gera impactos resultantes da relação entre os autóctones e os visitantes. Segundo a Universidade de Oxford, em parceria com a *World Travel & Tourism Council (WTTC)*, o turismo contribuiu no PIB nacional o equivalente a 7,9% e gerou o total de 6,59 milhões de empregos no ano de 2017 (2018 como citado em Ministério do Turismo, 2018). Contudo:

As análises econômicas, por si só, tendem a analisar o turismo por uma perspectiva unilateral, ressaltando o lado positivo dos impactos econômicos dessa atividade, mesmo sabendo que há diversos impactos econômicos negativos, como sazonalidade, trabalhos temporários, falsa sensação de empregabilidade, inflação, importações (vazamentos) (BARBOSA et al., 2006, p. 3).

As circunstâncias negativas, como as constantes oscilações na demanda oriunda da sazonalidade característica do turismo, “[...] fazem com que a necessidade de pessoal varie muito e, por isso, as empresas buscam uma mão de obra especialmente flexível, que se adapte aos movimentos temporais da clientela”. (MELIANI, 2020, p. 10)

Segundo Sakowski e Coelho (2014) as Atividades Características do Turismo (ACTs) compõem o mercado de trabalho turístico, somam oito atividades que abarcam a maior parte dos gastos dos turistas: alojamento; alimentação; transporte aéreo; transporte terrestre; transporte aquaviário;



agências de viagem; aluguel de transporte; e cultura e lazer. De acordo com o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:

[...] o emprego nas indústrias do turismo considera a totalidade das ocupações nas ACTs, independentemente de essas ocupações estarem relacionadas ao consumo de turistas ou não. O emprego no turismo, por sua vez, contabiliza apenas o emprego estritamente relacionado aos bens e serviços adquiridos por visitantes, mas não se restringe às ACTs (SAKOWSKI, 2015, p. 8).

O trabalho no turismo acontece na prestação de serviços turísticos, e “[...] quase sempre mediada por um trabalhador, em atividades características do turismo (ACTs), como acontece nos serviços de alimentação, transportes, alojamento, agenciamento de viagens, cultura e lazer” (MELIANI, 2020, p. 3). Paula e Herédia (2020) apontam que dentre as Atividades Características do Turismo, aquelas que tendem fortemente à exploração do trabalhador são: alimentação, alojamento e transporte terrestre. Nesse sentido, essa pesquisa se delimitou às empresas de alojamento. De acordo com Sakowski e Coelho (2014), as ocupações mais frequentes na ACT alojamento são as seguintes: camareiro de hotel, cozinheiro geral, garçom, recepcionista de hotel e recepcionista em geral.

É relevante compreender neste estudo a diferença entre emprego formal e informal. Meneguín e Bugarin (2008) mencionam que, segundo a legislação brasileira, o setor formal é todo aquele emprego que mantém o vínculo empregatício com a assinatura da carteira de trabalho, que garante o descanso semanal remunerado, férias remuneradas, seguro desemprego e compensação financeira caso haja rescisão do contrato de trabalho assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por outro lado, a informalidade é todo aquele trabalhador que exerce seu cargo e suas funções dentro ou fora de empresas e não tem a carteira assinada.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho ([OIT], 1972 como citado em Meneguín & Bugarin, 2008) entram também no setor informal aqueles trabalhadores não remunerados, não assegurados na contribuição de previdência social e autônomos (em que não há separação entre dono de empreendimento e a execução de suas atividades).

Desta forma, são levantadas algumas perguntas: como se encontra a formalidade das ocupações em alojamento no turismo no nível local? A pandemia pelo novo coronavírus tem afetado os(as) trabalhadores(as) do turismo?

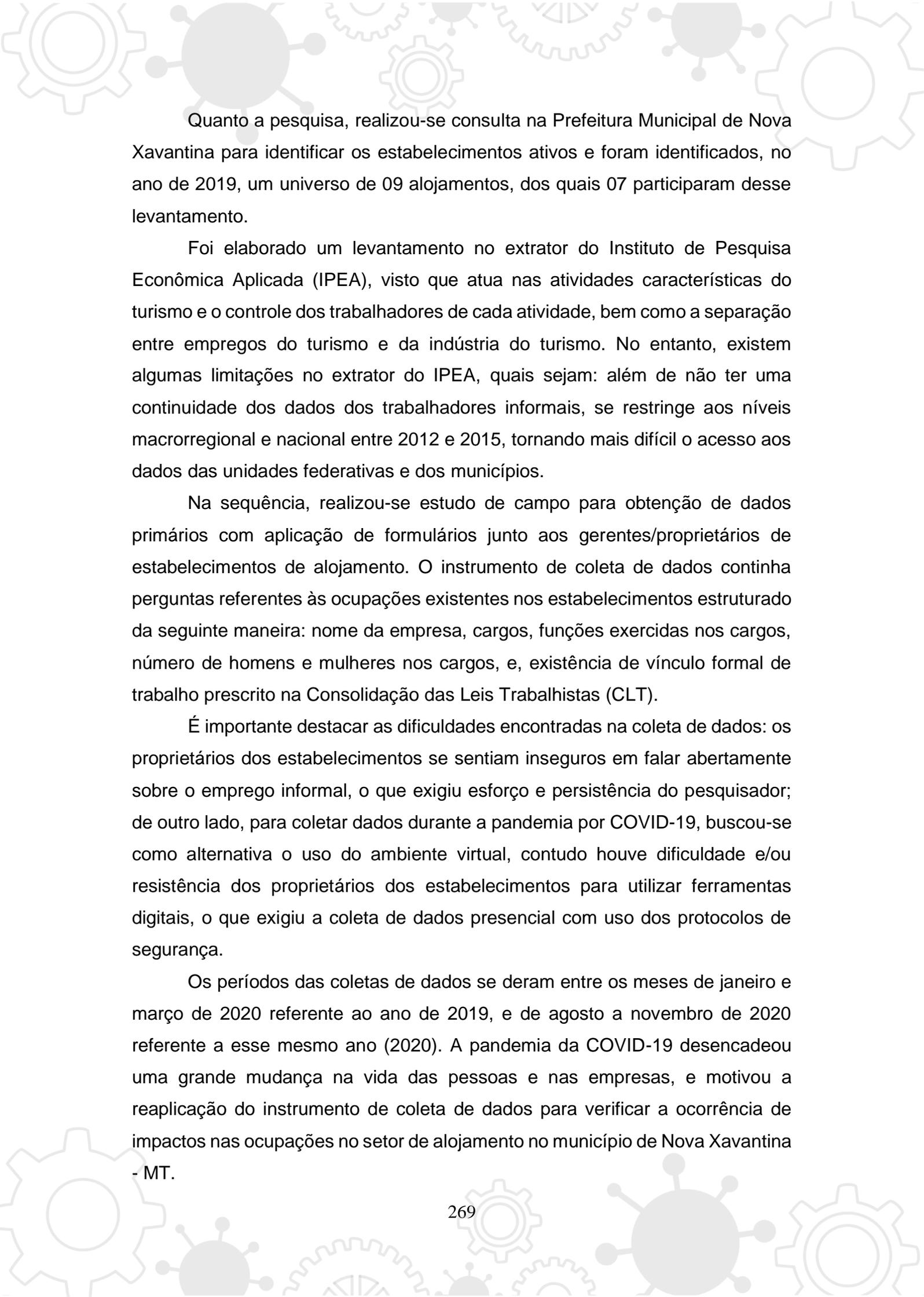
Este trabalho exploratório-descritivo tem o intuito de levantar a informalidade do mercado de trabalho em nível local (Nova Xavantina, Mato Grosso, Brasil) a partir de fonte primária a fim de apontar um olhar crítico sobre o mundo do trabalho, e diante disso, estimar o número de empregos informais no setor de alojamento, uma das Atividades Características do Turismo (ACTs), nos anos de 2019 e 2020, ou seja, antes e durante a pandemia pelo novo coronavírus.

1. Procedimentos Metodológicos

Inicialmente, a pesquisa bibliográfica subsidiou o aporte conceitual sobre a economia do turismo e os impactos da informalidade no setor, assim, os autores mais utilizados foram Meneguín e Bugarin (2008), Sakowski e Coelho (2014), Antunes (2000, 2020) e Cañada (2020).

A pesquisa tem caráter exploratório-descritivo, pois orienta-se no sentido de estudar a informalidade nos postos de trabalho junto a um grupo de empresas do setor de Alojamento no município de Nova Xavantina, situado no centro-leste do Estado de Mato Grosso - região conhecida como Médio Araguaia – com população estimada em 20.519 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019).

Nova Xavantina é um município que depende economicamente do setor de serviços, contudo o turismo se mostra incipiente e não tem um impacto significativo sobre a economia local. Entre 2000 e 2010 houve um crescimento de 49% no número de residências de uso ocasional e entre 2000 e 2018 houve um crescimento de 50% na oferta de leitos em meios de hospedagem (SOUSA, 2020). O município é cortado pelo Rio das Mortes que forma praias no período de vazante atraindo, principalmente, os moradores seguidos de excursionistas e turistas. Algumas propriedades da zona rural começam a abrir para a visita às cachoeiras e piscinas naturais que se formam em meio ao cerrado nas bordas da Serra do Roncador.



Quanto a pesquisa, realizou-se consulta na Prefeitura Municipal de Nova Xavantina para identificar os estabelecimentos ativos e foram identificados, no ano de 2019, um universo de 09 alojamentos, dos quais 07 participaram desse levantamento.

Foi elaborado um levantamento no extrator do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), visto que atua nas atividades características do turismo e o controle dos trabalhadores de cada atividade, bem como a separação entre empregos do turismo e da indústria do turismo. No entanto, existem algumas limitações no extrator do IPEA, quais sejam: além de não ter uma continuidade dos dados dos trabalhadores informais, se restringe aos níveis macrorregional e nacional entre 2012 e 2015, tornando mais difícil o acesso aos dados das unidades federativas e dos municípios.

Na sequência, realizou-se estudo de campo para obtenção de dados primários com aplicação de formulários junto aos gerentes/proprietários de estabelecimentos de alojamento. O instrumento de coleta de dados continha perguntas referentes às ocupações existentes nos estabelecimentos estruturado da seguinte maneira: nome da empresa, cargos, funções exercidas nos cargos, número de homens e mulheres nos cargos, e, existência de vínculo formal de trabalho prescrito na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

É importante destacar as dificuldades encontradas na coleta de dados: os proprietários dos estabelecimentos se sentiam inseguros em falar abertamente sobre o emprego informal, o que exigiu esforço e persistência do pesquisador; de outro lado, para coletar dados durante a pandemia por COVID-19, buscou-se como alternativa o uso do ambiente virtual, contudo houve dificuldade e/ou resistência dos proprietários dos estabelecimentos para utilizar ferramentas digitais, o que exigiu a coleta de dados presencial com uso dos protocolos de segurança.

Os períodos das coletas de dados se deram entre os meses de janeiro e março de 2020 referente ao ano de 2019, e de agosto a novembro de 2020 referente a esse mesmo ano (2020). A pandemia da COVID-19 desencadeou uma grande mudança na vida das pessoas e nas empresas, e motivou a reaplicação do instrumento de coleta de dados para verificar a ocorrência de impactos nas ocupações no setor de alojamento no município de Nova Xavantina - MT.

2. Resultados e Discussão

Em cada empresa uma das 07 empresas de alojamento houve uma pessoa entrevistada e os nomes das empresas foram substituídos por letras (para identificar o setor) e por números (para identificar a empresa). O objetivo é manter o anonimato dos respondentes, então, as empresas de Alojamento serão identificadas pelas letras “ALO” acompanhadas por uma numeração crescente para diferenciá-las (Tabela 1). No setor de alojamento no município de Nova Xavantina-MT, há predomínio de hotéis e a maioria é empresa familiar.

Tabela 1. Ocupação em Alojamento em Nova Xavantina por tipo de emprego e gênero em 2019 e 2020

	Empregos Formais		Empregos Informais		Homem		Mulher	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
ALO 1	9	7	0	1	3	2	6	6
ALO 2	12	11	0	0	3	3	9	8
ALO 3	1	0	2	3	0	1	3	2
ALO 4	3	1	2	2	2	2	3	1
ALO 5	1	0	2	2	2	2	1	1
ALO 6	3	0	0	3	0	0	3	3
ALO 7	1	1	2	2	1	1	2	1
Total	30	20	8	13	11	11	27	22

Fonte: Elaboração própria.

Ao comparar os dados de 2019 e 2020 no setor de alojamento no município de Nova Xavantina-MT, as ocupações formais representavam 78,95% em 2019 e em 2020 caíram para 60,61%, ou seja, a informalidade subiu: passou de 21,05% em 2019 para 39,39% em 2020.

Devido a pandemia pelo novo coronavírus, os hotéis adotaram protocolos de segurança instituídos pelo Ministério da Saúde, no entanto, as taxas de ocupação dos hotéis em Nova Xavantina-MT permaneceram entre 60% e 80%, conforme informado pelos respondentes.

A empresa ALO 1, que oferta 29 unidades habitacionais (UHs), tinha em 2020 (durante o período de coleta de dados) 01 funcionária informal que estava em período de experiência. Durante a pandemia causada pela COVID-19, 02 funcionários formais foram demitidos.

A empresa ALO 2, que contém 45 UHs, foi a única com quadro total de funcionários com emprego formal durante os anos de 2019 e 2020. A gerente do hotel é turismóloga e o respondente destacou que a equipe está consolidada. Devido a pandemia, 01 funcionária foi demitida de ALO 2.

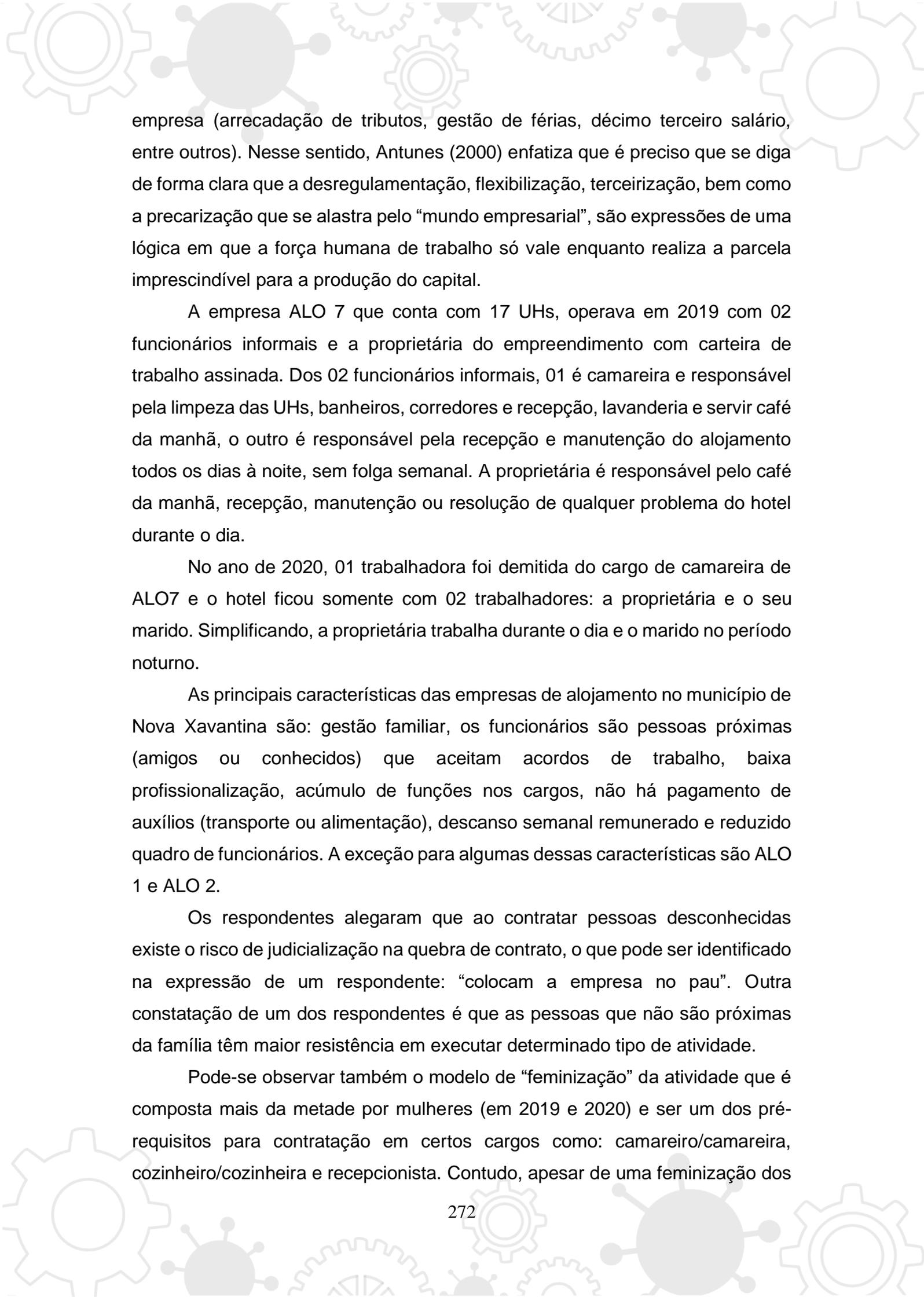
Já a empresa ALO 3 oferece 30 UHs, mas há poucas contratações de trabalhadores, com predominância de familiares ou pessoas próximas à família. Basicamente a empresa atua com 03 trabalhadores, mas apenas 01 é formal. Apenas 01 funcionária com contrato de prestação de serviço exerce as funções de organização e limpeza das UHs, corredores e recepção, lavagem e organização da rouparia do hotel. A recepção do hotel é responsabilidade de 02 pessoas: o proprietário e sua irmã, sendo que esta não tem contrato nem carteira de trabalho assinada.

A empresa ALO 4 possui 25 UHs e no ano de 2019 operava com 05 funcionários, sendo 02 formais (em tempo de experiência) e 03 informais. Já no ano de 2020, eram apenas 03 funcionários, sendo 01 com carteira de trabalho assinada e 02 informais, ou seja, os trabalhadores formais foram demitidos e o número de informais foi mantido. No que se refere às ocupações dos funcionários são recepcionista e camareira: a limpeza de todo o enxoval e limpeza de todo o hotel fica a cargo de 02 camareiras; e, *checkin/checkout* dos hóspedes, caixa, servir café da manhã e ajudar na organização do salão são funções de 01 recepcionista.

A empresa ALO 5 funciona com 03 pessoas da mesma família: pai, mãe e filho. Eles desempenham todas as funções no hotel de 17 UHs, desde limpeza até gestão.

Em 2019 a empresa ALO 6 de 20 UHs, tinha 03 funcionárias formais com carteira de trabalho assinada. As atribuições de 02 funcionárias eram: limpeza e organização das UHs e corredores; e, 01 funcionária tinha as funções de: realizar *check-in/check-out* dos hóspedes, conferir quarto, resolver demandas de manutenção, limpeza da recepção, checagem de estoque e caixa.

No ano de 2020, após o início da pandemia por COVID-19, a empresa ALO6 alterou o vínculo trabalhista de suas funcionárias. Elas tiveram de aderir ao Cadastro Geral da Pessoa Jurídica (CNPJ) como Microempreendedoras Individuais (MEI) para poder assinar o contrato de prestação de serviço como pessoa jurídica, ou seja, a trabalhadora assume obrigações que antes eram da



empresa (arrecadação de tributos, gestão de férias, décimo terceiro salário, entre outros). Nesse sentido, Antunes (2000) enfatiza que é preciso que se diga de forma clara que a desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como a precarização que se alastra pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica em que a força humana de trabalho só vale enquanto realiza a parcela imprescindível para a produção do capital.

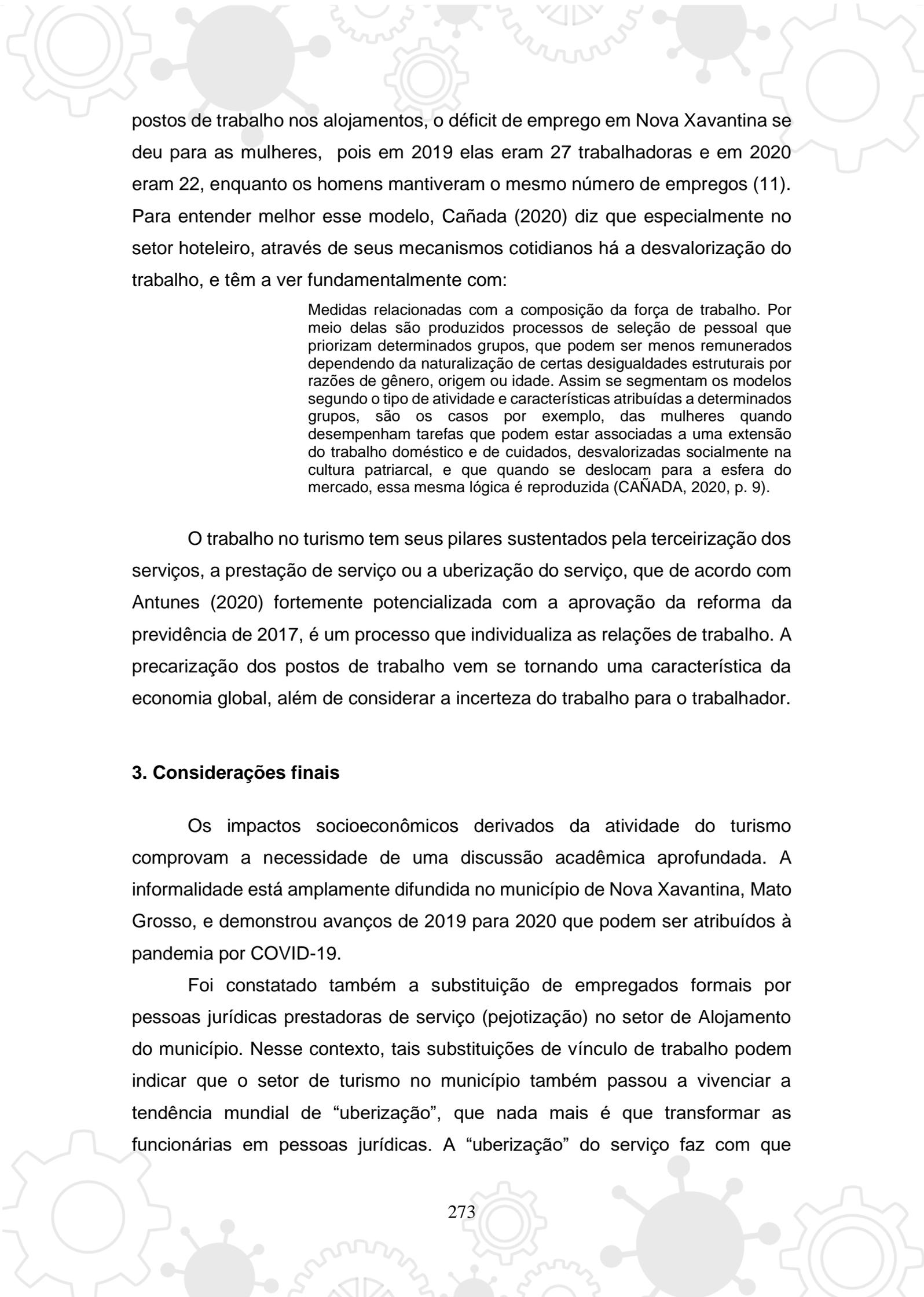
A empresa ALO 7 que conta com 17 UHs, operava em 2019 com 02 funcionários informais e a proprietária do empreendimento com carteira de trabalho assinada. Dos 02 funcionários informais, 01 é camareira e responsável pela limpeza das UHs, banheiros, corredores e recepção, lavanderia e servir café da manhã, o outro é responsável pela recepção e manutenção do alojamento todos os dias à noite, sem folga semanal. A proprietária é responsável pelo café da manhã, recepção, manutenção ou resolução de qualquer problema do hotel durante o dia.

No ano de 2020, 01 trabalhadora foi demitida do cargo de camareira de ALO7 e o hotel ficou somente com 02 trabalhadores: a proprietária e o seu marido. Simplificando, a proprietária trabalha durante o dia e o marido no período noturno.

As principais características das empresas de alojamento no município de Nova Xavantina são: gestão familiar, os funcionários são pessoas próximas (amigos ou conhecidos) que aceitam acordos de trabalho, baixa profissionalização, acúmulo de funções nos cargos, não há pagamento de auxílios (transporte ou alimentação), descanso semanal remunerado e reduzido quadro de funcionários. A exceção para algumas dessas características são ALO 1 e ALO 2.

Os respondentes alegaram que ao contratar pessoas desconhecidas existe o risco de judicialização na quebra de contrato, o que pode ser identificado na expressão de um respondente: “colocam a empresa no pau”. Outra constatação de um dos respondentes é que as pessoas que não são próximas da família têm maior resistência em executar determinado tipo de atividade.

Pode-se observar também o modelo de “feminização” da atividade que é composta mais da metade por mulheres (em 2019 e 2020) e ser um dos pré-requisitos para contratação em certos cargos como: camareiro/camareira, cozinheiro/cozinheira e recepcionista. Contudo, apesar de uma feminização dos



postos de trabalho nos alojamentos, o déficit de emprego em Nova Xavantina se deu para as mulheres, pois em 2019 elas eram 27 trabalhadoras e em 2020 eram 22, enquanto os homens mantiveram o mesmo número de empregos (11). Para entender melhor esse modelo, Cañada (2020) diz que especialmente no setor hoteleiro, através de seus mecanismos cotidianos há a desvalorização do trabalho, e têm a ver fundamentalmente com:

Medidas relacionadas com a composição da força de trabalho. Por meio delas são produzidos processos de seleção de pessoal que priorizam determinados grupos, que podem ser menos remunerados dependendo da naturalização de certas desigualdades estruturais por razões de gênero, origem ou idade. Assim se segmentam os modelos segundo o tipo de atividade e características atribuídas a determinados grupos, são os casos por exemplo, das mulheres quando desempenham tarefas que podem estar associadas a uma extensão do trabalho doméstico e de cuidados, desvalorizadas socialmente na cultura patriarcal, e que quando se deslocam para a esfera do mercado, essa mesma lógica é reproduzida (CAÑADA, 2020, p. 9).

O trabalho no turismo tem seus pilares sustentados pela terceirização dos serviços, a prestação de serviço ou a uberização do serviço, que de acordo com Antunes (2020) fortemente potencializada com a aprovação da reforma da previdência de 2017, é um processo que individualiza as relações de trabalho. A precarização dos postos de trabalho vem se tornando uma característica da economia global, além de considerar a incerteza do trabalho para o trabalhador.

3. Considerações finais

Os impactos socioeconômicos derivados da atividade do turismo comprovam a necessidade de uma discussão acadêmica aprofundada. A informalidade está amplamente difundida no município de Nova Xavantina, Mato Grosso, e demonstrou avanços de 2019 para 2020 que podem ser atribuídos à pandemia por COVID-19.

Foi constatado também a substituição de empregados formais por pessoas jurídicas prestadoras de serviço (pejotização) no setor de Alojamento do município. Nesse contexto, tais substituições de vínculo de trabalho podem indicar que o setor de turismo no município também passou a vivenciar a tendência mundial de “uberização”, que nada mais é que transformar as funcionárias em pessoas jurídicas. A “uberização” do serviço faz com que

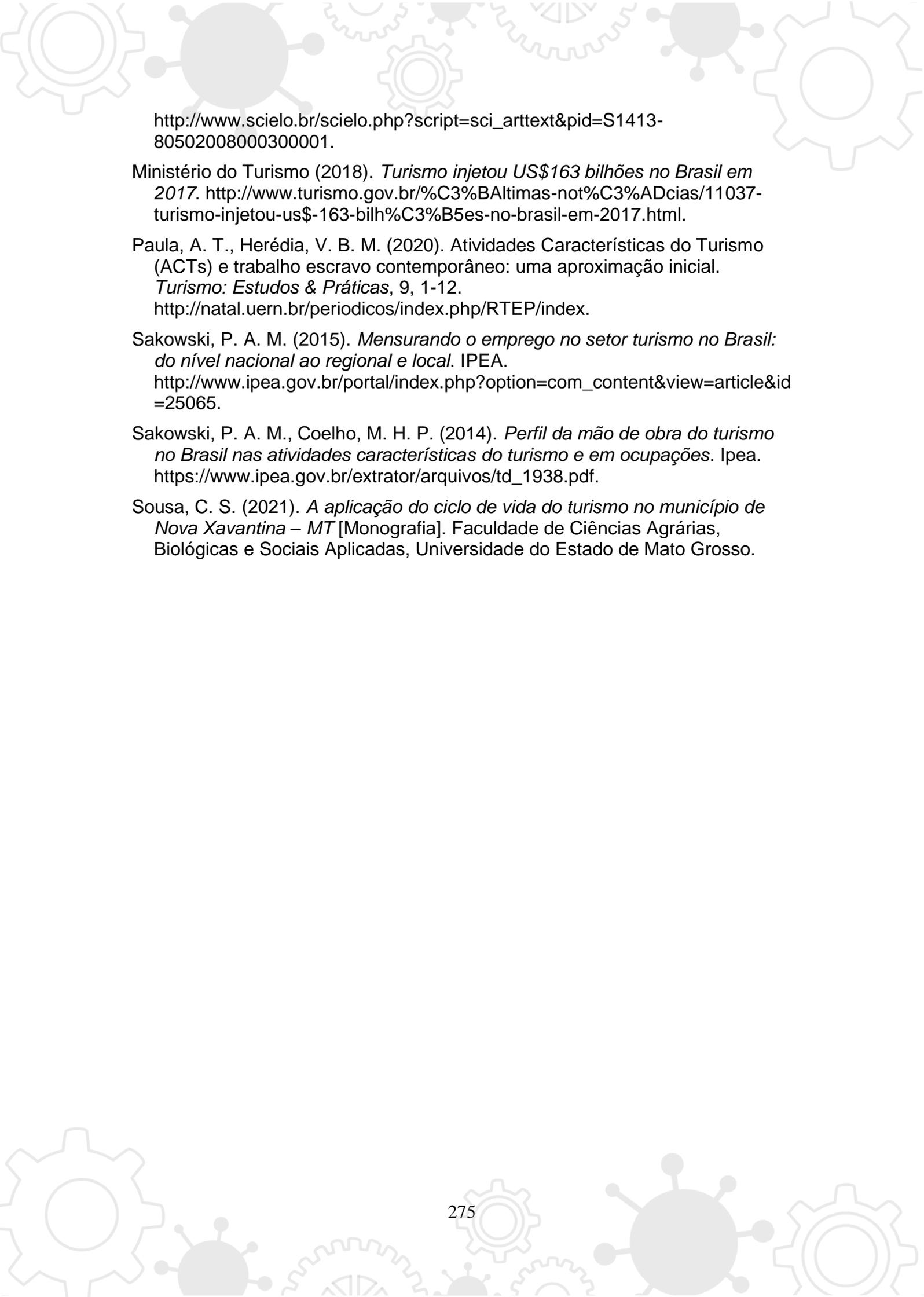
desencadeie a terceirização, e por conseguinte indicando a extrema flexibilização do trabalho.

No que se refere a relação emprego e gênero, constatou-se que nas ocupações no setor de Alojamento tem a prevalência de mulheres, no entanto a posição dessas ocupações não está relacionada a cargos de lideranças, exceto 02 dos 07 hotéis pesquisados, são gerenciados e liderados por mulheres. Outro aspecto está relacionado à vulnerabilidade das mulheres em seus empregos, pois elas perderam postos de trabalho quando as empresas tiveram instabilidade financeira em 2020, enquanto o número de homens trabalhando no setor de alojamento se manteve.

Esta pesquisa contribui para refletir sobre a informalidade, precarização e desigualdade de gênero no trabalho em turismo. As alterações nas formas de operacionalização e relação de trabalho sempre existirão, mas o emprego formal (com vínculo trabalhista) está sob ameaça.

Referências bibliográficas

- Antunes, R. (2000). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In Gentili, P., Frigotto, G. (Org.), *A cidadania negada: políticas de exclusão na escola e no trabalho* (pp. 35-48). Gráficas y Servicios.
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010020526/gentili.pdf>.
- Antunes, R. (2020). As metamorfoses do mundo do trabalho e o proletariado de serviços/turismo. *Turismo: Estudos & Práticas*, 9, 1-12.
<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/index>.
- Barbosa, M. G. L., Martelotte, C. M., Zouain, M. D. (2006). Os impactos econômicos do turismo no município do Rio de Janeiro e suas implicações no desenvolvimento local. *Turismo - Visão e ação*, 8(3), 397-409.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/view/5613>.
- Cañada, E. (2020). Trabalho turístico e precariedade. *Turismo: Estudos & Práticas*, 9, 1-21. <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/index>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Estatísticas Sociais: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - PNADC/T*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html>.
- Meliani, P. F. (2020). O perfil da força de trabalho do turismo do Brasil no contexto contemporâneo de flexibilização das relações de trabalho. *Turismo: Estudos & Práticas*, 9, 1-12.
<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/index>.
- Meneguín, B. F., Bugarin, S. N. (2008). A informalidade no mercado de trabalho e o município do Rio de Janeiro e suas implicações no desenvolvimento local. *Turismo - Visão e Ação*, 8(3), 397-409.



http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000300001.

Ministério do Turismo (2018). *Turismo injetou US\$163 bilhões no Brasil em 2017*. <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11037-turismo-injetou-us%-163-bilh%C3%B5es-no-brasil-em-2017.html>.

Paula, A. T., Herédia, V. B. M. (2020). Atividades Características do Turismo (ACTs) e trabalho escravo contemporâneo: uma aproximação inicial. *Turismo: Estudos & Práticas*, 9, 1-12.
<http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RTEP/index>.

Sakowski, P. A. M. (2015). *Mensurando o emprego no setor turismo no Brasil: do nível nacional ao regional e local*. IPEA.
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25065.

Sakowski, P. A. M., Coelho, M. H. P. (2014). *Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações*. Ipea.
https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/td_1938.pdf.

Sousa, C. S. (2021). *A aplicação do ciclo de vida do turismo no município de Nova Xavantina – MT* [Monografia]. Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade do Estado de Mato Grosso.

**Trabalho e emoções docentes em meio a pandemia: olhares sobre o
Curso de Turismo - UNEMAT Nova Xavantina-MT**

**Teaching work and emotions in the midst of the pandemic: views on the
Tourism Course - UNEMAT Nova Xavantina-MT**

**Trabajo docente y emociones en medio de la pandemia: visiones sobre el
Curso de Turismo - UNEMAT Nova Xavantina-MT**

Raffaella Aparecida Queiroz Garcia¹

Tiago Diniz Siares²

Stephanni Gabriella Silva Sudré³

Regiane Caldeira⁴

Resumo: Esse estudo tem como objetivo conhecer faces do trabalho e emoções dos docentes do Curso de Turismo de Nova Xavantina -MT ao longo do período pandêmico (2020-2021). O curso foi criado em 2001 e conta com 19 professores, sendo 7 efetivos e 12 contratados. A formação do profissional de turismo configura uma das bases do fenômeno turístico, e como tal, compõe um sistema complexo e dinâmico que foi altamente afetado pela pandemia. A pesquisa possui abordagem qualitativa e foi realizada por meio de formulário estruturado (Google formulários) e enviado para os e-mails e WhatsApp dos professores. Os docentes caracterizam seu trabalho durante a pandemia como desafiador, gerando em muitas situações sentimento de frustração, ansiedade, cansaço extremo, mas também de superação e busca por novos conhecimentos.

Palavras-chave: Trabalho. Professores. Ensino superior. COVID 19. Turismo.

Abstract: This study aims to understand the work and emotions of the professors of the Tourism Course in Nova Xavantina -MT throughout the pandemic period (2020-2021). The course was created in 2001 and currently has 19 teachers, 7 of whom are permanent, and 12 are under a temporary work contract. The education of tourism professionals is one of the bases of the tourism phenomenon. As such, it makes up a complex and dynamic system that was highly affected by the pandemic. The research has a qualitative approach and was carried out through a structured form (Google forms) and sent to teachers' emails and WhatsApp. Professors characterize their work during the pandemic as challenging, generating in many situations feelings of frustration, anxiety, extreme fatigue, but also of overcoming difficulties and the search for new knowledge.

Keywords: Work. Professors. Higher education. Emotions. COVID 19. Tourism.

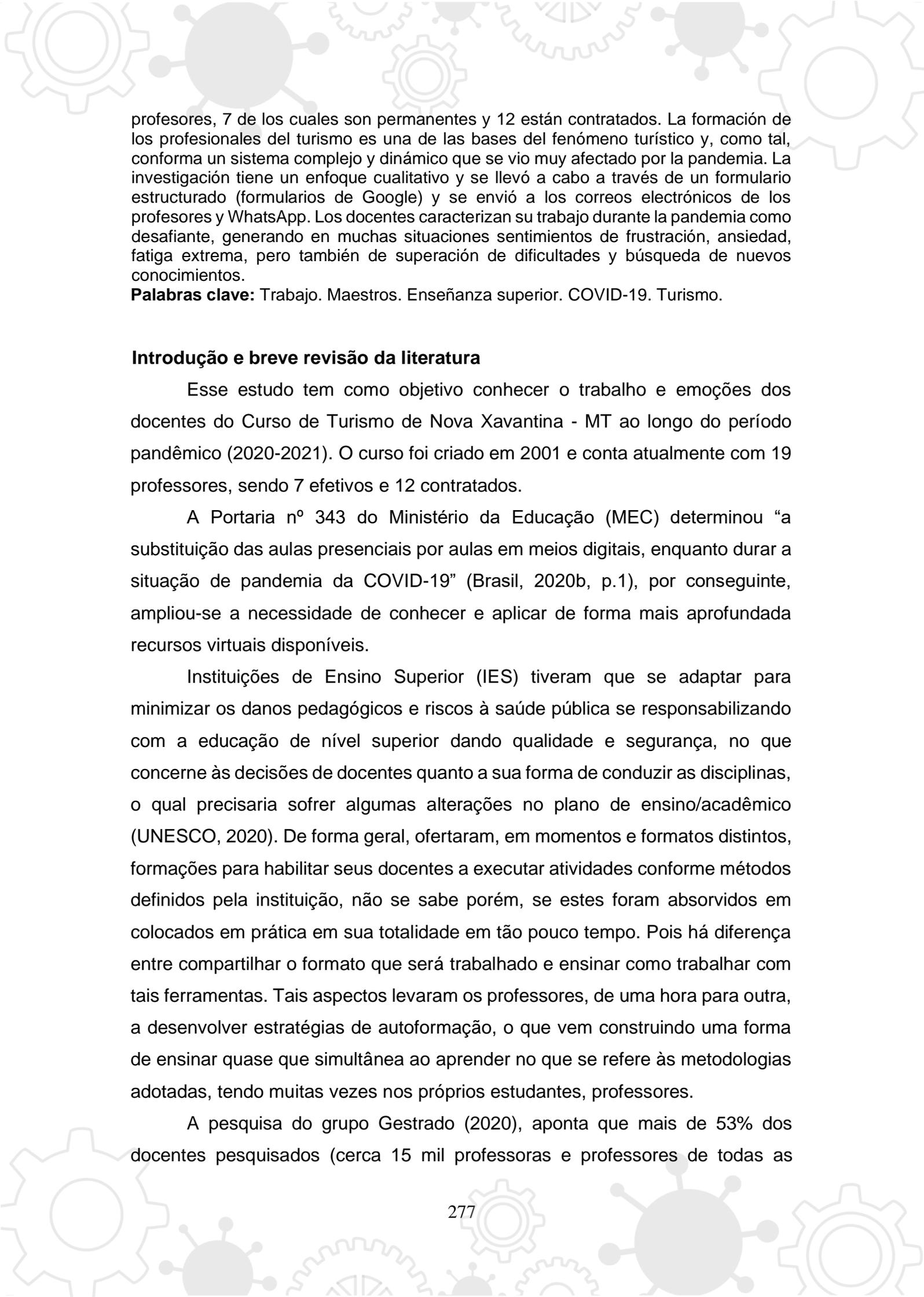
Resumen: Este estudio tiene como objetivo comprender el trabajo y las emociones de los profesores del Curso de Turismo en Nova Xavantina -MT a lo largo del período pandémico (2020-2021). El curso fue creado en 2001 y actualmente cuenta con 19

¹ Especialista em Libras, UNEMAT, raffaella.garcia@unemat.br,
<http://lattes.cnpq.br/9557647901148798>

² Especialista em Turismo e Hospitalidade, UNEMAT, tiago.siares@unemat.br,
<http://lattes.cnpq.br/1822508838806302>

³ Mestre em Ciências Ambientais, UFT, stephanni@mail.uft.edu.br,
<http://lattes.cnpq.br/8872671577638597>

⁴ Doutora em Sociologia, UNEMAT, regianecaldeira@unemat.br,
<http://lattes.cnpq.br/9368992366687268>



profesores, 7 de los cuales son permanentes y 12 están contratados. La formación de los profesionales del turismo es una de las bases del fenómeno turístico y, como tal, conforma un sistema complejo y dinámico que se vio muy afectado por la pandemia. La investigación tiene un enfoque cualitativo y se llevó a cabo a través de un formulario estructurado (formularios de Google) y se envió a los correos electrónicos de los profesores y WhatsApp. Los docentes caracterizan su trabajo durante la pandemia como desafiante, generando en muchas situaciones sentimientos de frustración, ansiedad, fatiga extrema, pero también de superación de dificultades y búsqueda de nuevos conocimientos.

Palabras clave: Trabajo. Maestros. Enseñanza superior. COVID-19. Turismo.

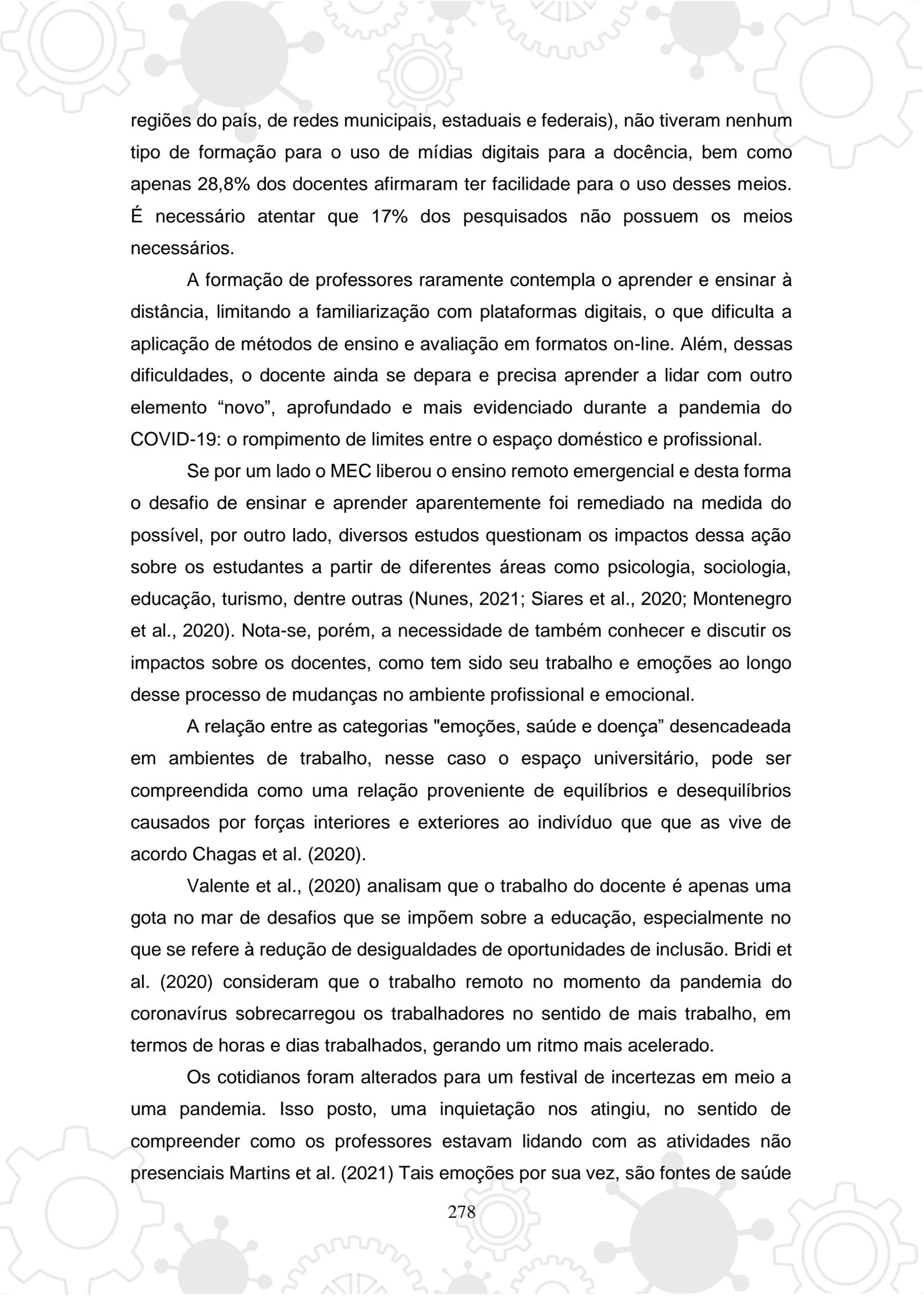
Introdução e breve revisão da literatura

Esse estudo tem como objetivo conhecer o trabalho e emoções dos docentes do Curso de Turismo de Nova Xavantina - MT ao longo do período pandêmico (2020-2021). O curso foi criado em 2001 e conta atualmente com 19 professores, sendo 7 efetivos e 12 contratados.

A Portaria nº 343 do Ministério da Educação (MEC) determinou “a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da COVID-19” (Brasil, 2020b, p.1), por conseguinte, ampliou-se a necessidade de conhecer e aplicar de forma mais aprofundada recursos virtuais disponíveis.

Instituições de Ensino Superior (IES) tiveram que se adaptar para minimizar os danos pedagógicos e riscos à saúde pública se responsabilizando com a educação de nível superior dando qualidade e segurança, no que concerne às decisões de docentes quanto a sua forma de conduzir as disciplinas, o qual precisaria sofrer algumas alterações no plano de ensino/acadêmico (UNESCO, 2020). De forma geral, ofertaram, em momentos e formatos distintos, formações para habilitar seus docentes a executar atividades conforme métodos definidos pela instituição, não se sabe porém, se estes foram absorvidos em colocados em prática em sua totalidade em tão pouco tempo. Pois há diferença entre compartilhar o formato que será trabalhado e ensinar como trabalhar com tais ferramentas. Tais aspectos levaram os professores, de uma hora para outra, a desenvolver estratégias de autoformação, o que vem construindo uma forma de ensinar quase que simultânea ao aprender no que se refere às metodologias adotadas, tendo muitas vezes nos próprios estudantes, professores.

A pesquisa do grupo Gestrado (2020), aponta que mais de 53% dos docentes pesquisados (cerca 15 mil professoras e professores de todas as



regiões do país, de redes municipais, estaduais e federais), não tiveram nenhum tipo de formação para o uso de mídias digitais para a docência, bem como apenas 28,8% dos docentes afirmaram ter facilidade para o uso desses meios. É necessário atentar que 17% dos pesquisados não possuem os meios necessários.

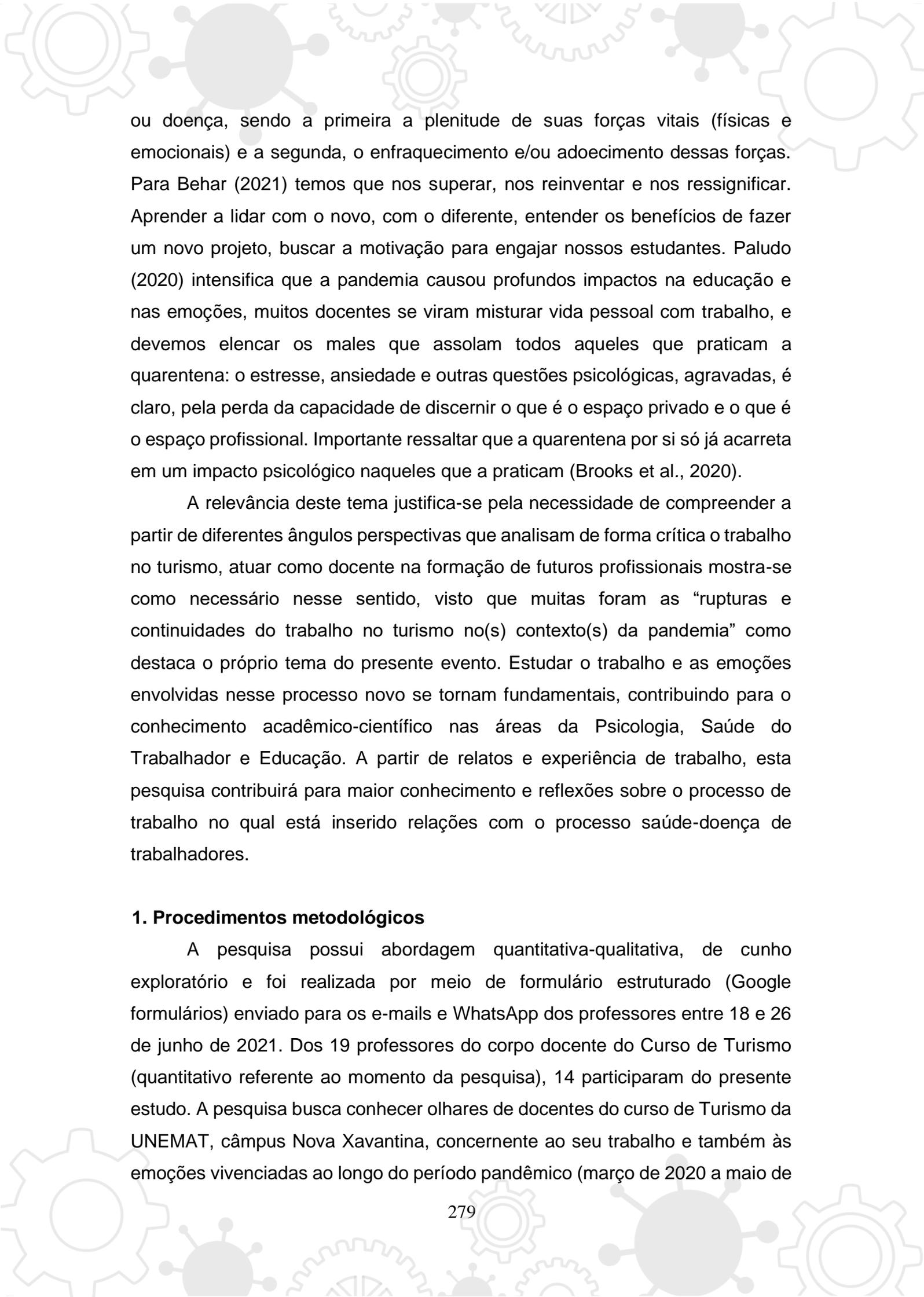
A formação de professores raramente contempla o aprender e ensinar à distância, limitando a familiarização com plataformas digitais, o que dificulta a aplicação de métodos de ensino e avaliação em formatos on-line. Além, dessas dificuldades, o docente ainda se depara e precisa aprender a lidar com outro elemento “novo”, aprofundado e mais evidenciado durante a pandemia do COVID-19: o rompimento de limites entre o espaço doméstico e profissional.

Se por um lado o MEC liberou o ensino remoto emergencial e desta forma o desafio de ensinar e aprender aparentemente foi remediado na medida do possível, por outro lado, diversos estudos questionam os impactos dessa ação sobre os estudantes a partir de diferentes áreas como psicologia, sociologia, educação, turismo, dentre outras (Nunes, 2021; Siores et al., 2020; Montenegro et al., 2020). Nota-se, porém, a necessidade de também conhecer e discutir os impactos sobre os docentes, como tem sido seu trabalho e emoções ao longo desse processo de mudanças no ambiente profissional e emocional.

A relação entre as categorias “emoções, saúde e doença” desencadeada em ambientes de trabalho, nesse caso o espaço universitário, pode ser compreendida como uma relação proveniente de equilíbrios e desequilíbrios causados por forças interiores e exteriores ao indivíduo que vive de acordo Chagas et al. (2020).

Valente et al., (2020) analisam que o trabalho do docente é apenas uma gota no mar de desafios que se impõem sobre a educação, especialmente no que se refere à redução de desigualdades de oportunidades de inclusão. Bridi et al. (2020) consideram que o trabalho remoto no momento da pandemia do coronavírus sobrecarregou os trabalhadores no sentido de mais trabalho, em termos de horas e dias trabalhados, gerando um ritmo mais acelerado.

Os cotidianos foram alterados para um festival de incertezas em meio a uma pandemia. Isso posto, uma inquietação nos atingiu, no sentido de compreender como os professores estavam lidando com as atividades não presenciais Martins et al. (2021) Tais emoções por sua vez, são fontes de saúde



ou doença, sendo a primeira a plenitude de suas forças vitais (físicas e emocionais) e a segunda, o enfraquecimento e/ou adoecimento dessas forças. Para Behar (2021) temos que nos superar, nos reinventar e nos ressignificar. Aprender a lidar com o novo, com o diferente, entender os benefícios de fazer um novo projeto, buscar a motivação para engajar nossos estudantes. Paludo (2020) intensifica que a pandemia causou profundos impactos na educação e nas emoções, muitos docentes se viram misturar vida pessoal com trabalho, e devemos elencar os males que assolam todos aqueles que praticam a quarentena: o estresse, ansiedade e outras questões psicológicas, agravadas, é claro, pela perda da capacidade de discernir o que é o espaço privado e o que é o espaço profissional. Importante ressaltar que a quarentena por si só já acarreta em um impacto psicológico naqueles que a praticam (Brooks et al., 2020).

A relevância deste tema justifica-se pela necessidade de compreender a partir de diferentes ângulos perspectivas que analisam de forma crítica o trabalho no turismo, atuar como docente na formação de futuros profissionais mostra-se como necessário nesse sentido, visto que muitas foram as “rupturas e continuidades do trabalho no turismo no(s) contexto(s) da pandemia” como destaca o próprio tema do presente evento. Estudar o trabalho e as emoções envolvidas nesse processo novo se tornam fundamentais, contribuindo para o conhecimento acadêmico-científico nas áreas da Psicologia, Saúde do Trabalhador e Educação. A partir de relatos e experiência de trabalho, esta pesquisa contribuirá para maior conhecimento e reflexões sobre o processo de trabalho no qual está inserido relações com o processo saúde-doença de trabalhadores.

1. Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui abordagem quantitativa-qualitativa, de cunho exploratório e foi realizada por meio de formulário estruturado (Google formulários) enviado para os e-mails e WhatsApp dos professores entre 18 e 26 de junho de 2021. Dos 19 professores do corpo docente do Curso de Turismo (quantitativo referente ao momento da pesquisa), 14 participaram do presente estudo. A pesquisa busca conhecer olhares de docentes do curso de Turismo da UNEMAT, câmpus Nova Xavantina, concernente ao seu trabalho e também às emoções vivenciadas ao longo do período pandêmico (março de 2020 a maio de

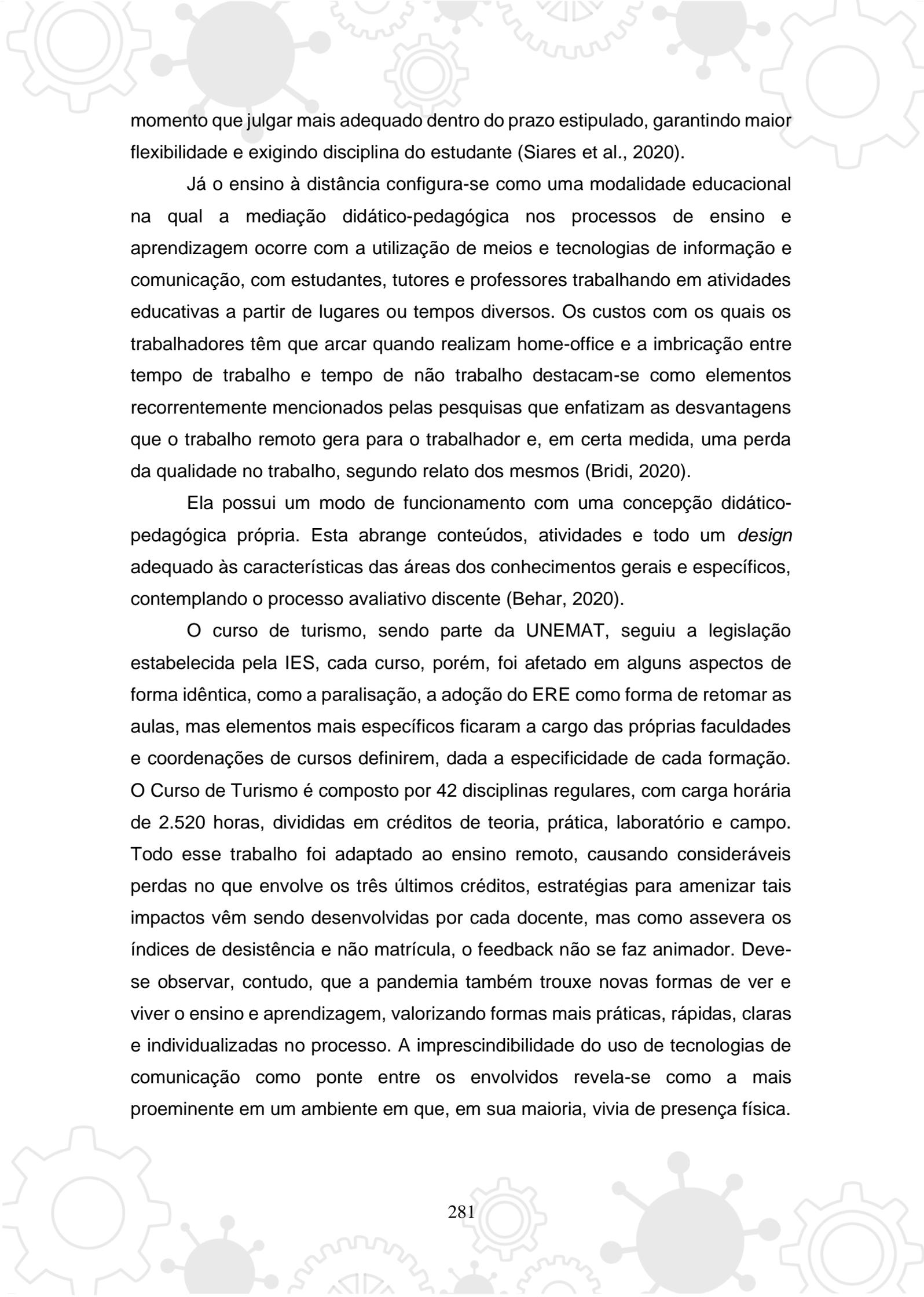
2021) onde mudanças e incertezas em seus ambientes cotidianos se tornaram o “normal”. Existe um volume considerável de trabalhos sobre essa temática (Bezerra et al., 2021; Martins et al., 2021; Paludo, 2021; Valente et al., 2020), o que não desconsidera a importância de continuar e ampliar a discussão a partir do olhar dos sujeitos escolhidos para esta pesquisa.

2. Resultados e discussão

2.1 O trabalho remoto - UNEMAT e Curso de Turismo

Em caráter excepcional, o Ministério da Educação (MEC) autorizou a substituição das disciplinas presenciais por atividades remotas nas instituições federais de ensino superior até 31 de dezembro por meio da Portaria nº 544 publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de junho de 2020. A Universidade do Estado de Mato Grosso -UNEMAT aderiu ao ensino emergencial remoto (ERE) e retomou suas atividades letivas no dia 10 de agosto de 2020. Para tanto, todo um planejamento foi realizado a fim de adaptar o ensino presencial ao remoto, como forma de manter o ensino durante a pandemia foi adotado o formato período letivo suplementar excepcional (PLSE), sendo as disciplinas trabalhadas em forma de bimestre e não mais semestre. A partir de maio de 2021, o ensino remoto continua, mas adotando formato semestral.

O ERE e o ensino à distância (EAD) não podem ser compreendidos como sinônimos. O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. Designa-se o ensino dentro desta modalidade, pois os professores e alunos estão impedidos por força de decreto a frequentarem instituições educacionais, seguindo a regra de não gerar aglomerações. Caracteriza-se como emergencial, pois o planejamento pedagógico elaborado para o ano letivo de 2020 teve que, de forma abrupta, ser colocado em *hold* até que a situação pandêmica seja remediada (Behar, 2020). No ERE dois tipos de atividades são desenvolvidas, as síncronas e as assíncronas. As síncronas ocorrem seguindo os moldes do ensino presencial, mas com todos agora conectados virtualmente, um formato “estamos juntos, mas cada um em sua casa”. As atividades assíncronas, no entanto, não requerem a presença simultânea, o docente pode propor dada atividade e o estudante a realizar no



momento que julgar mais adequado dentro do prazo estipulado, garantindo maior flexibilidade e exigindo disciplina do estudante (Siares et al., 2020).

Já o ensino à distância configura-se como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes, tutores e professores trabalhando em atividades educativas a partir de lugares ou tempos diversos. Os custos com os quais os trabalhadores têm que arcar quando realizam home-office e a imbricação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho destacam-se como elementos recorrentemente mencionados pelas pesquisas que enfatizam as desvantagens que o trabalho remoto gera para o trabalhador e, em certa medida, uma perda da qualidade no trabalho, segundo relato dos mesmos (Bridi, 2020).

Ela possui um modo de funcionamento com uma concepção didático-pedagógica própria. Esta abrange conteúdos, atividades e todo um *design* adequado às características das áreas dos conhecimentos gerais e específicos, contemplando o processo avaliativo discente (Behar, 2020).

O curso de turismo, sendo parte da UNEMAT, seguiu a legislação estabelecida pela IES, cada curso, porém, foi afetado em alguns aspectos de forma idêntica, como a paralisação, a adoção do ERE como forma de retomar as aulas, mas elementos mais específicos ficaram a cargo das próprias faculdades e coordenações de cursos definirem, dada a especificidade de cada formação. O Curso de Turismo é composto por 42 disciplinas regulares, com carga horária de 2.520 horas, divididas em créditos de teoria, prática, laboratório e campo. Todo esse trabalho foi adaptado ao ensino remoto, causando consideráveis perdas no que envolve os três últimos créditos, estratégias para amenizar tais impactos vêm sendo desenvolvidas por cada docente, mas como assevera os índices de desistência e não matrícula, o feedback não se faz animador. Deve-se observar, contudo, que a pandemia também trouxe novas formas de ver e viver o ensino e aprendizagem, valorizando formas mais práticas, rápidas, claras e individualizadas no processo. A imprescindibilidade do uso de tecnologias de comunicação como ponte entre os envolvidos revela-se como a mais proeminente em um ambiente em que, em sua maioria, vivia de presença física.

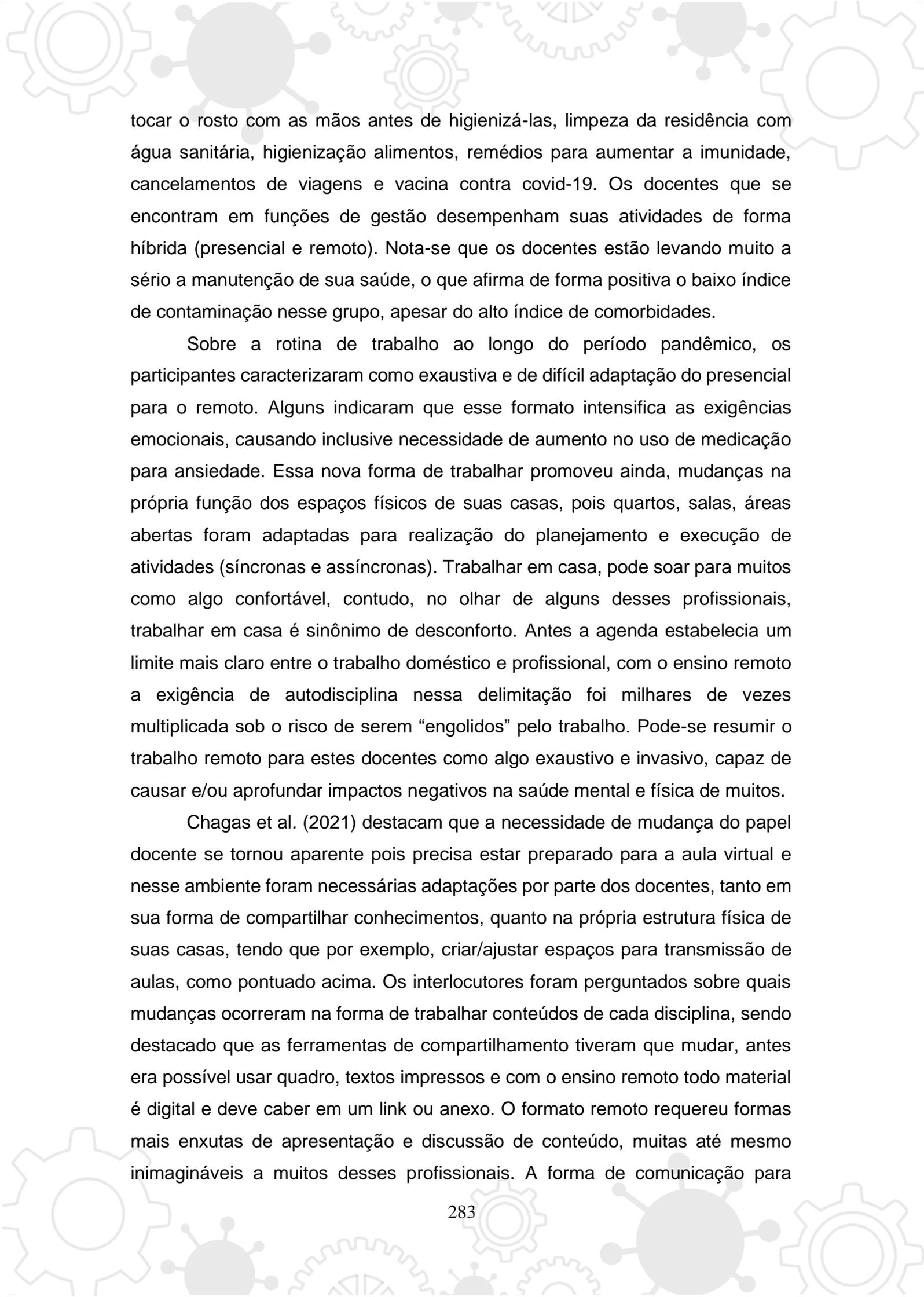
2.2 A vida e a docência em meio à turbulência - Estratégias para (sobre)viver, ensinar e aprender

A pandemia desencadeou respostas emocionais diversas na maioria da população mundial, como esperado, sendo os mais frequentemente citados o estado de alerta constante, preocupação, confusão mental, estresse e sensação de falta de controle frente às incertezas do momento (Brasil, 2020a). Dos 14 docentes entrevistados 92,9% são professores da Unemat, campus de Nova Xavantina e 7,1% estão cedidos para atuação em outros municípios. Quanto ao gênero, 56,1% são mulheres e 42,9% são homens. A faixa etária dos professores caracteriza 50% entre 32 e 41 anos de idade, 21,4% entre 42 e 51, 14,3% entre 22 e 31 anos e 14,3% acima de 62 anos.

No que se refere à saúde dos entrevistados, 71,4% indicaram possuir comorbidades enquanto 28,6% responderam não possuir. Dentre as citadas estão a hipertensão, ataxia e deficiência pulmonar obstrutiva crônica. A Covid-19 não acometeu 71,4% dos entrevistados, 21,4% contraíram a doença e 7,1% não sabe se contraiu a doença ao longo desse período, porém, não se pode afirmar que os entrevistados não tiveram contato com o vírus de alguma forma, pois 85,7% tiveram contaminados na família, 7,1% responderam que não tiveram membros da família contaminados e 7,1% não sabem. A pesquisa evidenciou que 78,6% não passaram pela experiência de óbito de membros familiares e 21,4% afirmaram ter vivenciado tal situação.

Com a pandemia, instituições de ensino de todos os níveis de formação foram pressionadas a tomar decisões rápidas e ajustadas aos recursos disponíveis a fim de atender sua função - oferta de ensino. Sem muitas opções diante das significativas dificuldades e diferenças em termos de formas de ofertar e acessar, buscou-se as menos impactantes em termos de prejuízos nos processos de ensinar e aprender, de modo que os envolvidos pudessem se manter relativamente protegidos contra a contaminação do novo coronavírus (Hodges et al., 2020) - o ensino remoto.

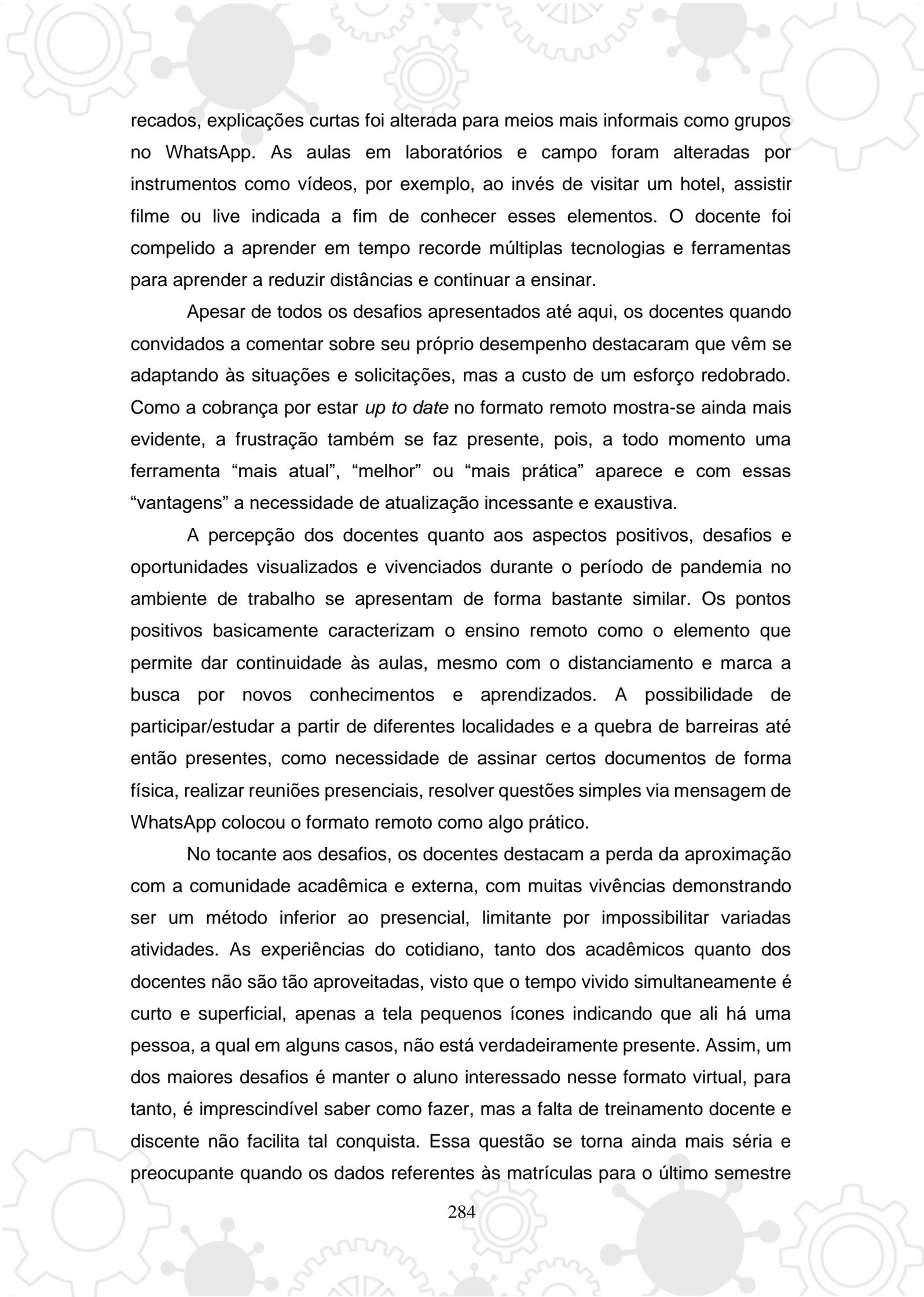
Diante do ensino remoto, onde o professor permanece em casa, mas continua cumprindo suas funções (ensino, pesquisa e extensão) foi perguntado aos professores, quais medidas são adotadas para não se contaminarem, estes destacaram o uso de máscaras, álcool em gel, distanciamento social físico, ficar em casa maior tempo possível, limpeza com maior frequência das mãos, não



tocar o rosto com as mãos antes de higienizá-las, limpeza da residência com água sanitária, higienização alimentos, remédios para aumentar a imunidade, cancelamentos de viagens e vacina contra covid-19. Os docentes que se encontram em funções de gestão desempenham suas atividades de forma híbrida (presencial e remoto). Nota-se que os docentes estão levando muito a sério a manutenção de sua saúde, o que afirma de forma positiva o baixo índice de contaminação nesse grupo, apesar do alto índice de comorbidades.

Sobre a rotina de trabalho ao longo do período pandêmico, os participantes caracterizaram como exaustiva e de difícil adaptação do presencial para o remoto. Alguns indicaram que esse formato intensifica as exigências emocionais, causando inclusive necessidade de aumento no uso de medicação para ansiedade. Essa nova forma de trabalhar promoveu ainda, mudanças na própria função dos espaços físicos de suas casas, pois quartos, salas, áreas abertas foram adaptadas para realização do planejamento e execução de atividades (síncronas e assíncronas). Trabalhar em casa, pode soar para muitos como algo confortável, contudo, no olhar de alguns desses profissionais, trabalhar em casa é sinônimo de desconforto. Antes a agenda estabelecia um limite mais claro entre o trabalho doméstico e profissional, com o ensino remoto a exigência de autodisciplina nessa delimitação foi milhares de vezes multiplicada sob o risco de serem “engolidos” pelo trabalho. Pode-se resumir o trabalho remoto para estes docentes como algo exaustivo e invasivo, capaz de causar e/ou aprofundar impactos negativos na saúde mental e física de muitos.

Chagas et al. (2021) destacam que a necessidade de mudança do papel docente se tornou aparente pois precisa estar preparado para a aula virtual e nesse ambiente foram necessárias adaptações por parte dos docentes, tanto em sua forma de compartilhar conhecimentos, quanto na própria estrutura física de suas casas, tendo que por exemplo, criar/ajustar espaços para transmissão de aulas, como pontuado acima. Os interlocutores foram perguntados sobre quais mudanças ocorreram na forma de trabalhar conteúdos de cada disciplina, sendo destacado que as ferramentas de compartilhamento tiveram que mudar, antes era possível usar quadro, textos impressos e com o ensino remoto todo material é digital e deve caber em um link ou anexo. O formato remoto requereu formas mais enxutas de apresentação e discussão de conteúdo, muitas até mesmo inimagináveis a muitos desses profissionais. A forma de comunicação para

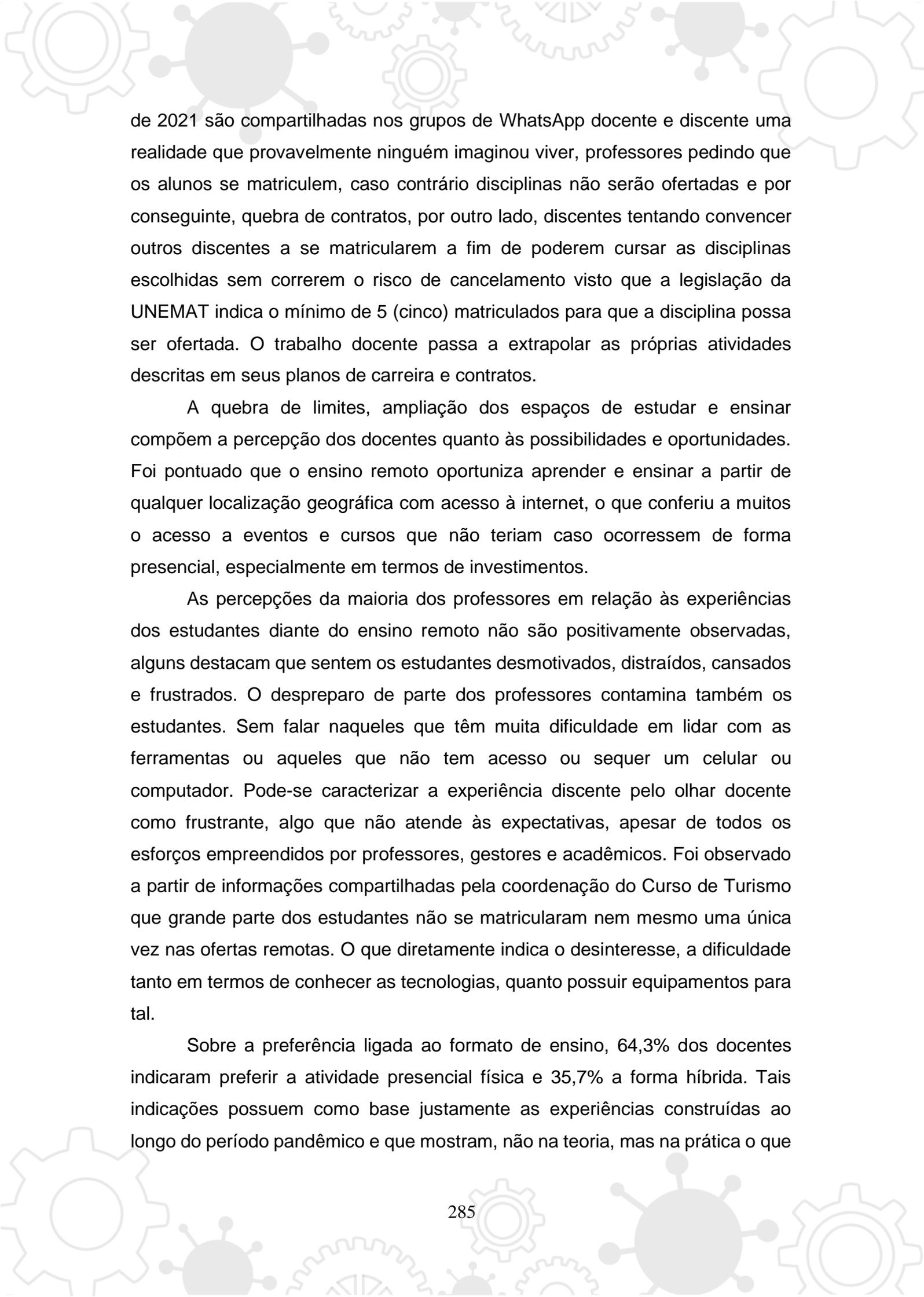


recados, explicações curtas foi alterada para meios mais informais como grupos no WhatsApp. As aulas em laboratórios e campo foram alteradas por instrumentos como vídeos, por exemplo, ao invés de visitar um hotel, assistir filme ou live indicada a fim de conhecer esses elementos. O docente foi compelido a aprender em tempo recorde múltiplas tecnologias e ferramentas para aprender a reduzir distâncias e continuar a ensinar.

Apesar de todos os desafios apresentados até aqui, os docentes quando convidados a comentar sobre seu próprio desempenho destacaram que vêm se adaptando às situações e solicitações, mas a custo de um esforço redobrado. Como a cobrança por estar *up to date* no formato remoto mostra-se ainda mais evidente, a frustração também se faz presente, pois, a todo momento uma ferramenta “mais atual”, “melhor” ou “mais prática” aparece e com essas “vantagens” a necessidade de atualização incessante e exaustiva.

A percepção dos docentes quanto aos aspectos positivos, desafios e oportunidades visualizados e vivenciados durante o período de pandemia no ambiente de trabalho se apresentam de forma bastante similar. Os pontos positivos basicamente caracterizam o ensino remoto como o elemento que permite dar continuidade às aulas, mesmo com o distanciamento e marca a busca por novos conhecimentos e aprendizados. A possibilidade de participar/estudar a partir de diferentes localidades e a quebra de barreiras até então presentes, como necessidade de assinar certos documentos de forma física, realizar reuniões presenciais, resolver questões simples via mensagem de WhatsApp colocou o formato remoto como algo prático.

No tocante aos desafios, os docentes destacam a perda da aproximação com a comunidade acadêmica e externa, com muitas vivências demonstrando ser um método inferior ao presencial, limitante por impossibilitar variadas atividades. As experiências do cotidiano, tanto dos acadêmicos quanto dos docentes não são tão aproveitadas, visto que o tempo vivido simultaneamente é curto e superficial, apenas a tela pequenos ícones indicando que ali há uma pessoa, a qual em alguns casos, não está verdadeiramente presente. Assim, um dos maiores desafios é manter o aluno interessado nesse formato virtual, para tanto, é imprescindível saber como fazer, mas a falta de treinamento docente e discente não facilita tal conquista. Essa questão se torna ainda mais séria e preocupante quando os dados referentes às matrículas para o último semestre



de 2021 são compartilhadas nos grupos de WhatsApp docente e discente uma realidade que provavelmente ninguém imaginou viver, professores pedindo que os alunos se matriculem, caso contrário disciplinas não serão ofertadas e por conseguinte, quebra de contratos, por outro lado, discentes tentando convencer outros discentes a se matricularem a fim de poderem cursar as disciplinas escolhidas sem correrem o risco de cancelamento visto que a legislação da UNEMAT indica o mínimo de 5 (cinco) matriculados para que a disciplina possa ser ofertada. O trabalho docente passa a extrapolar as próprias atividades descritas em seus planos de carreira e contratos.

A quebra de limites, ampliação dos espaços de estudar e ensinar compõem a percepção dos docentes quanto às possibilidades e oportunidades. Foi pontuado que o ensino remoto oportuniza aprender e ensinar a partir de qualquer localização geográfica com acesso à internet, o que conferiu a muitos o acesso a eventos e cursos que não teriam caso ocorressem de forma presencial, especialmente em termos de investimentos.

As percepções da maioria dos professores em relação às experiências dos estudantes diante do ensino remoto não são positivamente observadas, alguns destacam que sentem os estudantes desmotivados, distraídos, cansados e frustrados. O despreparo de parte dos professores contamina também os estudantes. Sem falar naqueles que têm muita dificuldade em lidar com as ferramentas ou aqueles que não tem acesso ou sequer um celular ou computador. Pode-se caracterizar a experiência discente pelo olhar docente como frustrante, algo que não atende às expectativas, apesar de todos os esforços empreendidos por professores, gestores e acadêmicos. Foi observado a partir de informações compartilhadas pela coordenação do Curso de Turismo que grande parte dos estudantes não se matricularam nem mesmo uma única vez nas ofertas remotas. O que diretamente indica o desinteresse, a dificuldade tanto em termos de conhecer as tecnologias, quanto possuir equipamentos para tal.

Sobre a preferência ligada ao formato de ensino, 64,3% dos docentes indicaram preferir a atividade presencial física e 35,7% a forma híbrida. Tais indicações possuem como base justamente as experiências construídas ao longo do período pandêmico e que mostram, não na teoria, mas na prática o que

está acontecendo nos espaços de ensino e aprendizagem, nesse caso, nos espaços universitários.

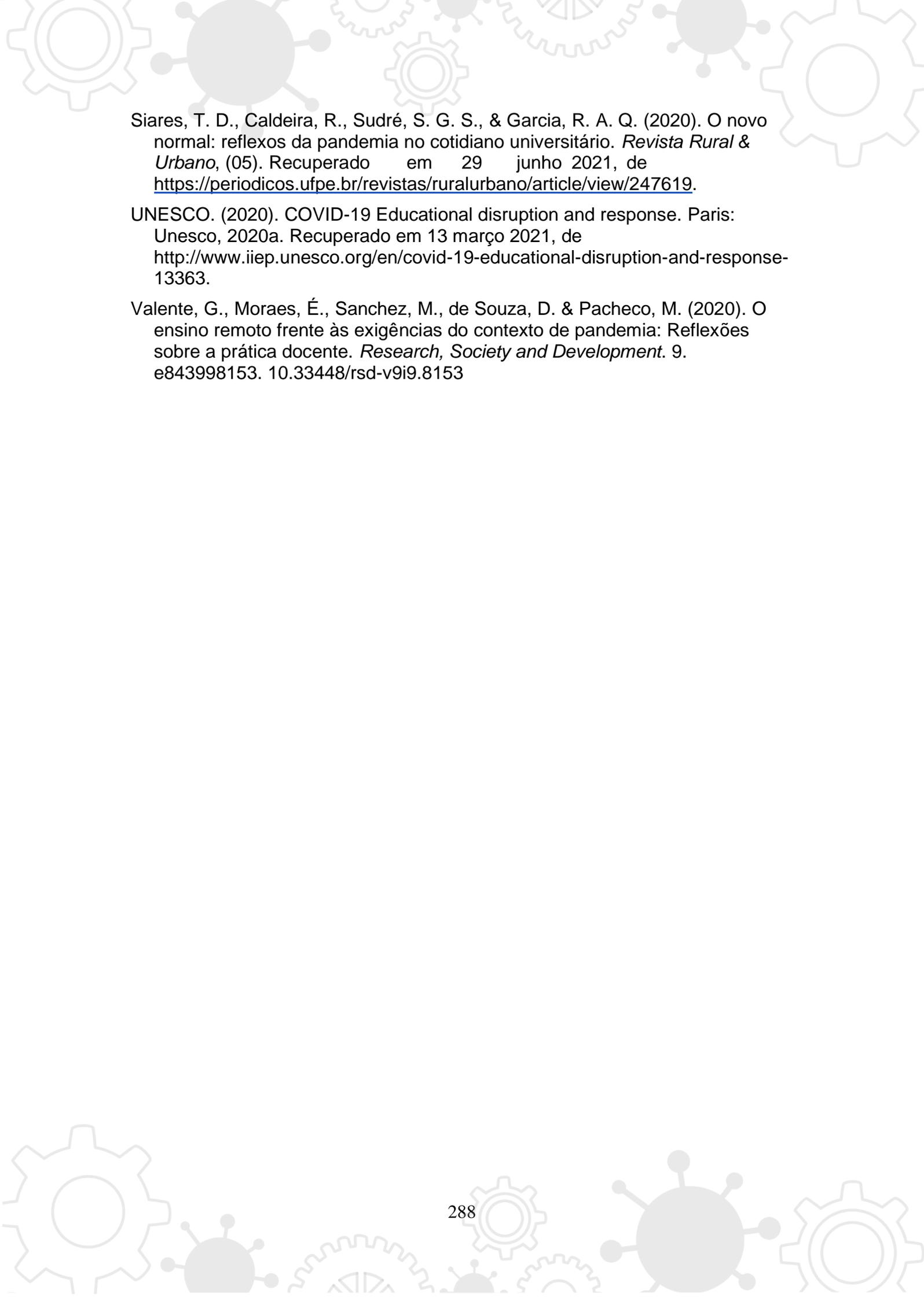
3. Considerações finais

A pandemia inegavelmente atinge de forma profunda o ensino no Brasil e no mundo. Os impactos das transformações são vistos em sua maioria como negativos pois revelam o despreparo das instituições que direcionam o planejamento e operacionalização do ensino e aprendizagem. Os docentes caracterizam seu trabalho durante a pandemia como desafiador, gerando em muitas situações sentimentos de frustração, ansiedade, cansaço extremo, mas também de superação e busca por novos conhecimentos. O ensino presencial continua sendo a primeira opção, talvez a única no caso de universidade como a UNEMAT, para atuação docente, mas não descarta a inserção de momentos à distância, visto que muitas possibilidades e oportunidades foram reveladas via ensino remoto. Assim quanto a forma de trabalhar os conteúdos/ementas pode-se caracterizar como uma tarefa de reaprender a ensinar, ensinar para reaprender, não ver limites, mas oportunidades em transformar para melhor, mesmo que as evidências atuais não sejam tão animadoras.

Referências bibliográficas

- Behar, A. P. (2021). O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. *Jornal Da Universidade*, (6). Recuperado em 27 Junho 2021, de <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educaca-o-a-distancia/>.
- Bezerra, N. P. X., Veloso, A. P., & Ribeiro, E. (2021). Resignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia. *Práticas Educativas, Memórias E Oralidades Rev. Pemo*, 3(2), 323917. <https://doi.org/10.47149/pemo.v2i3.3917>
- Brasil. (2020a): *Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da covid-19*. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação: Brasília. Recuperado em 15 junho 2021, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=144511-texto-referencia-reorganizacao-dos-calendarios-escolares-pandemia-da-covid-19&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192
- Brasil. (2020b). *Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da covid-19*. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação: Brasília. Recuperado em 01 julho 2020,

- de
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=144511-texto-referencia-reorganizacao-dos-calendarios-escolares-pandemia-da-covid-19&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192
- Bridi, M. A., Bohler, F. R., Zanoni, A. P., Braunert, M. B., Bernardo, K. A. da S., Maia, F. L., Freiberger, Z., & Bezerra, G. U. (2021). *O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19*. Recuperado em: 07 julho 2021, de <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/190-o-trabalho-remoto-home-office-no-contexto-da-pandemia-covid-19>
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, Volume 395, Issue 10227, 912 - 920. Recuperado em: 10 agosto 2021, de [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30460-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30460-8/fulltext).
- Chagas, J., Chagas, R. & Silva Filho, R. (2020). *As mudanças nas IES trazidas pela Pandemia 2020*. 10.13140/RG.2.2.12497.15205.
- GESTRADO-Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais. (2020). *Trabalho docente em tempos de pandemia –relatório técnico*. GESTRADO/UFMG. Recuperado em 18 agosto 2020, de https://www.uncme.org.br/Gerenciador/kcfinder/upload/files/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v02.pdf.
- Hodges, C., Moore, S., Lockee, B., Trust, T., & Bond, A. (2020). Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. *Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia*.(2). 2020. Recuperado em: 05 julho 2021, de <https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17>
- Martins, V., Castro, B. R. & Trancoso, M. V. (2021). Criações e percepções docentes no ensino remoto durante a pandemia de covid-19: uma pesquisa com os cotidianos. *Artes de educar*, 7(1), DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2020.51922>.
- Montenegro, G. M., Queiroz, B. da S., & Dias, M. C. (2020). Lazer em Tempos de Distanciamento Social: Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Atividades de Lazer de Universitários na Cidade de Macapá (AP). *LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 23(3), 1–26. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.24785>
- Nunes, R. C. (2021). Um olhar sobre a evasão de estudantes universitários durante os estudos remotos provocados pela pandemia do COVID-19. *Research, Society and Development*, (10), DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13022. Recuperado em 29 junho 2021, de Recuperado de: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13022>.
- Paludo, E. F. (2021). Os desafios da docência em tempos de pandemia. *Em Tese*, (17), 44-53. Recuperado 24 junho 2021, de https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n2p44/4423_2.



Siarez, T. D., Caldeira, R., Sudré, S. G. S., & Garcia, R. A. Q. (2020). O novo normal: reflexos da pandemia no cotidiano universitário. *Revista Rural & Urbano*, (05). Recuperado em 29 junho 2021, de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/247619>.

UNESCO. (2020). COVID-19 Educational disruption and response. Paris: Unesco, 2020a. Recuperado em 13 março 2021, de <http://www.iiep.unesco.org/en/covid-19-educational-disruption-and-response-13363>.

Valente, G., Moraes, É., Sanchez, M., de Souza, D. & Pacheco, M. (2020). O ensino remoto frente às exigências do contexto de pandemia: Reflexões sobre a prática docente. *Research, Society and Development*. 9. e843998153. 10.33448/rsd-v9i9.8153

**Trabalhadores da areia: territorialidades de ambulantes da Praia do Forte
São Matheus, Cabo Frio, RJ**

***Sand workers: territorialities of beach vendors at Praia do Forte São
Matheus, Cabo Frio, RJ***

***Trabajadores de la arena: territorialidades de los vendedores ambulantes
en Praia do Forte São Matheus, Cabo Frio, RJ***

Tainara Magalhães Souza¹
Juliana Carneiro²
Eduardo Silva Sant'Anna³

Resumo: Reflexões voltadas à força de trabalho e suas interações com o turismo em determinado local apresentam-se emergentes em produções acadêmicas como objeto central. Dentro deste contexto, encontramos um objetivo de estudo relevante na Praia do Forte São Matheus, no município de Cabo Frio, e os ambulantes que efetuam seu trabalho inserido, sobretudo, na atividade do turismo. Neste sentido, este resumo expandido busca apresentar uma proposta de pesquisa aplicada sobre as territorialidades e trajetórias laborais de trabalhadores desta praia, com perspectivas obtidas dentro do contexto laboral de uma das autoras. Traz uma pesquisa em modalidade em andamento, em sua fase introdutória de elaboração do problema de pesquisa e estratégias de campo. Lança mão de uma breve revisão de literatura sobre o enredo estudado e a contextualização da localidade delimitada. O presente resumo em seu (não) desfecho torna-se a gênese para construção de uma posterior proposta de investigação que carece de produção acadêmica.

Palavras-chave: Comerciantes. Território. Trajetórias laborais. Turismo.

Abstract: Reflections aimed at the workforce and their interactions with tourism in a given location are emerging in academic productions as a central object. Within this context, we find a relevant study object in Praia do Forte São Matheus, in the city of Cabo Frio, and the street vendors that carry out their work inserted, above all, in the tourism activity. In this sense, this expanded abstract seeks to present an applied research proposal on the territorialities and work trajectories of workers on this beach, with perspectives obtained within the work context of one of the authors. It brings an ongoing research modality, in its introductory phase of elaboration of the research problem and field strategies. It makes use of a brief literature review on the studied plot and the contextualization of the delimited location. This abstract represents the genesis for the construction of a further research proposal that lacks academic production.

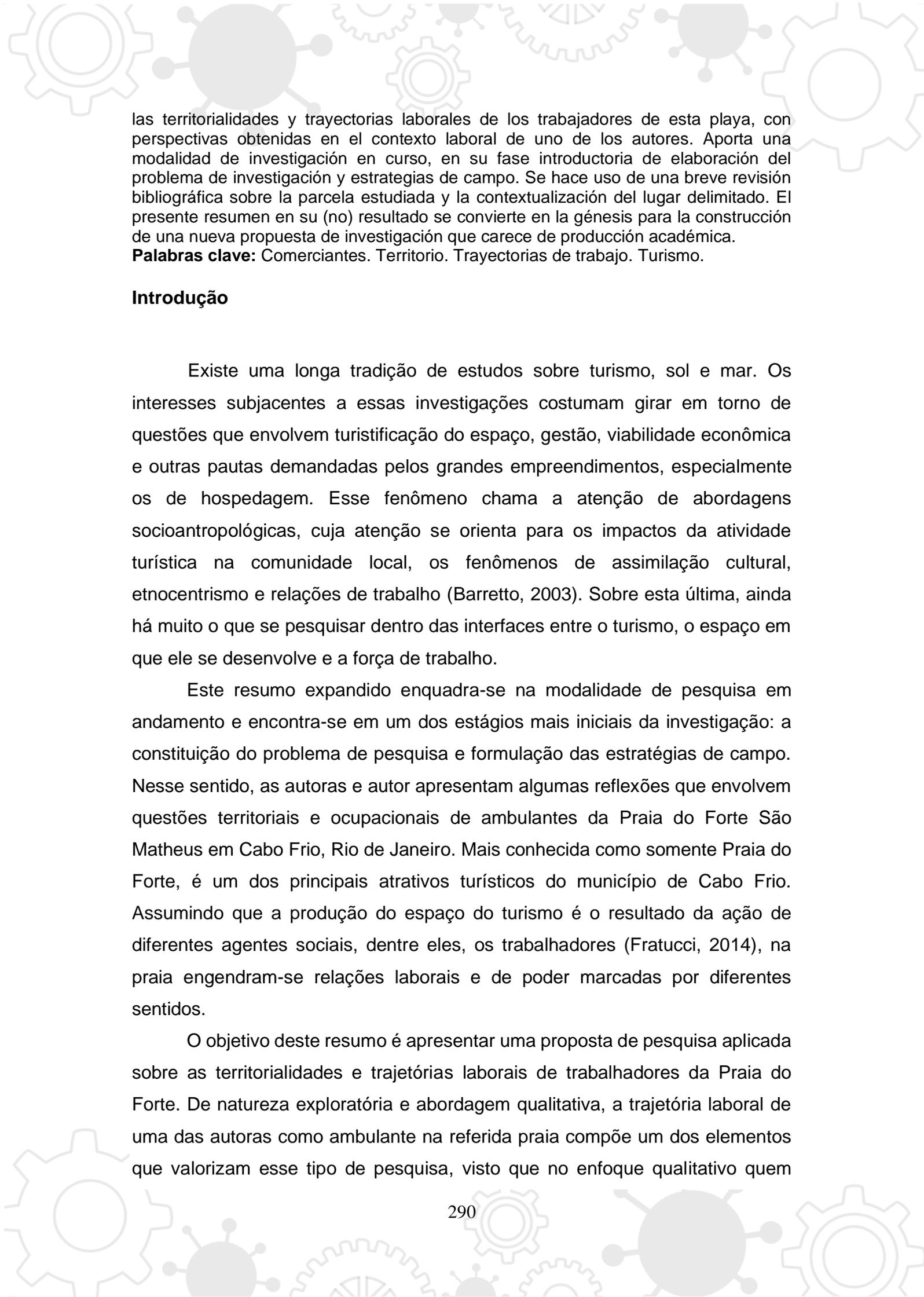
Keywords: Beach vendors. Territoriality. Work trajectories. Tourism.

Resumen: Las reflexiones dirigidas a la población activa y sus interacciones con el turismo en un lugar determinado están emergiendo en las producciones académicas como objeto central. En este contexto, encontramos un objetivo de estudio relevante en Praia do Forte São Matheus, en el municipio de Cabo Frio, y los vendedores ambulantes que realizan su trabajo insertados, sobre todo, en la actividad turística. En este sentido, este resumen ampliado busca presentar una propuesta de investigación aplicada sobre

¹ Licenciada em Turismo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ta_magalhaes11@hotmail.com | <http://lattes.cnpq.br/6167355038650298>

² Doutoranda em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo da EACH/USP, julianacarneiro@usp.br | <http://lattes.cnpq.br/9338690635514862>

³ Mestrando em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense, essantanna@id.uff.br | <http://lattes.cnpq.br/6289925381435173>



las territorialidades y trayectorias laborales de los trabajadores de esta playa, con perspectivas obtenidas en el contexto laboral de uno de los autores. Aporta una modalidad de investigación en curso, en su fase introductoria de elaboración del problema de investigación y estrategias de campo. Se hace uso de una breve revisión bibliográfica sobre la parcela estudiada y la contextualización del lugar delimitado. El presente resumen en su (no) resultado se convierte en la génesis para la construcción de una nueva propuesta de investigación que carece de producción académica.

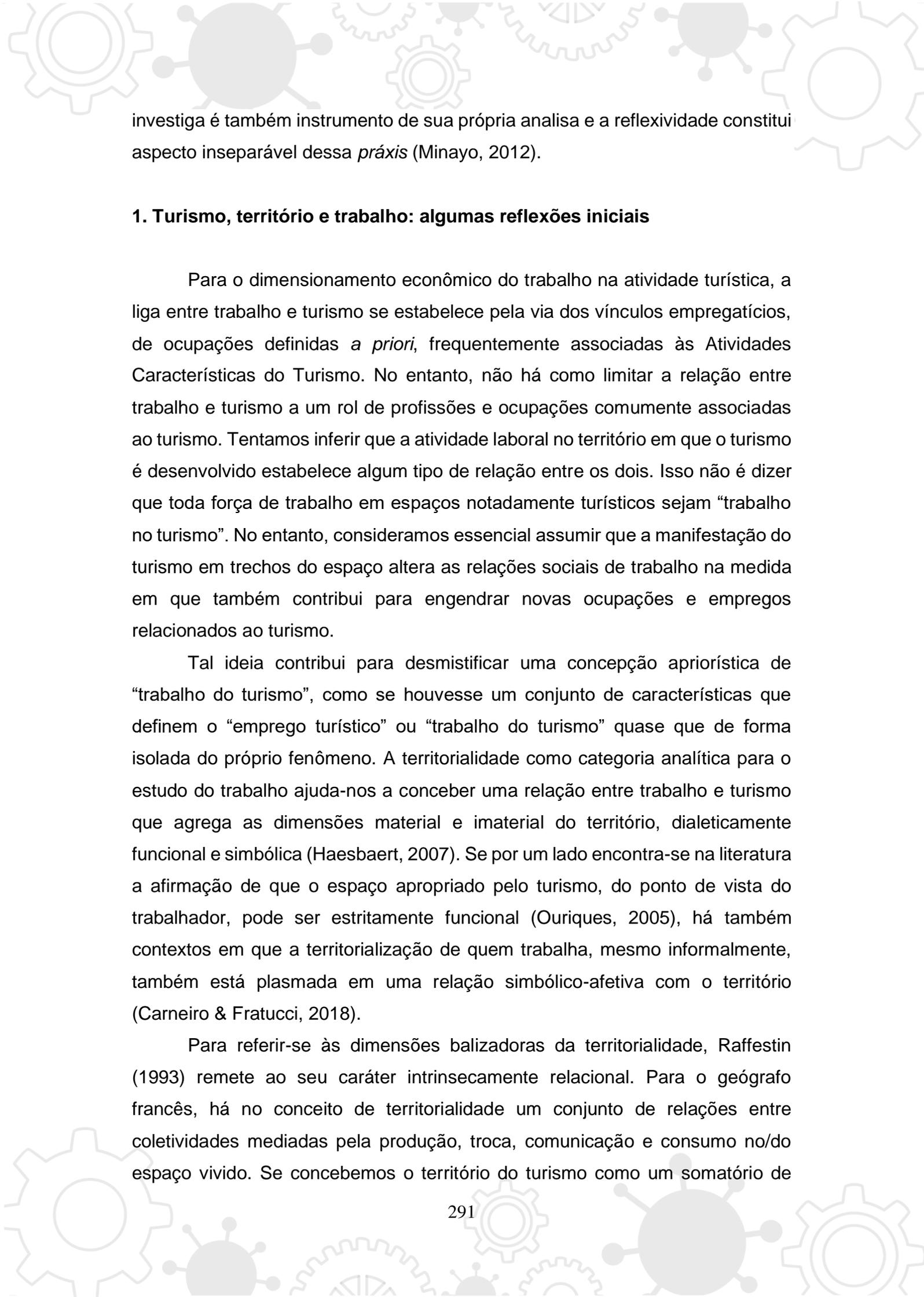
Palabras clave: Comerciantes. Territorio. Trayectorias de trabajo. Turismo.

Introdução

Existe uma longa tradição de estudos sobre turismo, sol e mar. Os interesses subjacentes a essas investigações costumam girar em torno de questões que envolvem turistificação do espaço, gestão, viabilidade econômica e outras pautas demandadas pelos grandes empreendimentos, especialmente os de hospedagem. Esse fenômeno chama a atenção de abordagens socioantropológicas, cuja atenção se orienta para os impactos da atividade turística na comunidade local, os fenômenos de assimilação cultural, etnocentrismo e relações de trabalho (Barretto, 2003). Sobre esta última, ainda há muito o que se pesquisar dentro das interfaces entre o turismo, o espaço em que ele se desenvolve e a força de trabalho.

Este resumo expandido enquadra-se na modalidade de pesquisa em andamento e encontra-se em um dos estágios mais iniciais da investigação: a constituição do problema de pesquisa e formulação das estratégias de campo. Nesse sentido, as autoras e autor apresentam algumas reflexões que envolvem questões territoriais e ocupacionais de ambulantes da Praia do Forte São Matheus em Cabo Frio, Rio de Janeiro. Mais conhecida como somente Praia do Forte, é um dos principais atrativos turísticos do município de Cabo Frio. Assumindo que a produção do espaço do turismo é o resultado da ação de diferentes agentes sociais, dentre eles, os trabalhadores (Fratucci, 2014), na praia engendram-se relações laborais e de poder marcadas por diferentes sentidos.

O objetivo deste resumo é apresentar uma proposta de pesquisa aplicada sobre as territorialidades e trajetórias laborais de trabalhadores da Praia do Forte. De natureza exploratória e abordagem qualitativa, a trajetória laboral de uma das autoras como ambulante na referida praia compõe um dos elementos que valorizam esse tipo de pesquisa, visto que no enfoque qualitativo quem



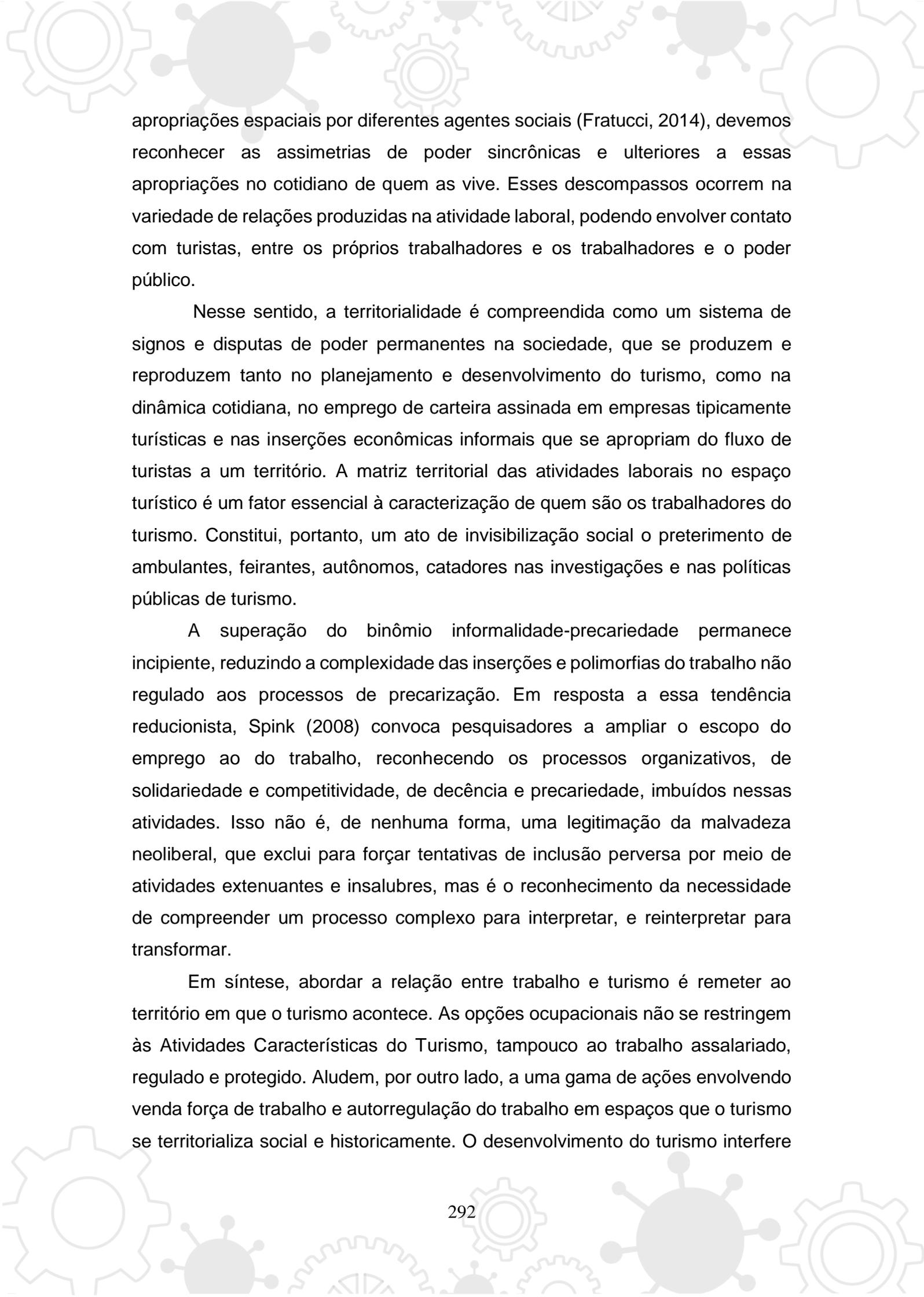
investiga é também instrumento de sua própria análise e a reflexividade constitui aspecto inseparável dessa *práxis* (Minayo, 2012).

1. Turismo, território e trabalho: algumas reflexões iniciais

Para o dimensionamento econômico do trabalho na atividade turística, a liga entre trabalho e turismo se estabelece pela via dos vínculos empregatícios, de ocupações definidas *a priori*, frequentemente associadas às Atividades Características do Turismo. No entanto, não há como limitar a relação entre trabalho e turismo a um rol de profissões e ocupações comumente associadas ao turismo. Tentamos inferir que a atividade laboral no território em que o turismo é desenvolvido estabelece algum tipo de relação entre os dois. Isso não é dizer que toda força de trabalho em espaços notadamente turísticos sejam “trabalho no turismo”. No entanto, consideramos essencial assumir que a manifestação do turismo em trechos do espaço altera as relações sociais de trabalho na medida em que também contribui para engendrar novas ocupações e empregos relacionados ao turismo.

Tal ideia contribui para desmistificar uma concepção apriorística de “trabalho do turismo”, como se houvesse um conjunto de características que definem o “emprego turístico” ou “trabalho do turismo” quase que de forma isolada do próprio fenômeno. A territorialidade como categoria analítica para o estudo do trabalho ajuda-nos a conceber uma relação entre trabalho e turismo que agrega as dimensões material e imaterial do território, dialeticamente funcional e simbólica (Haesbaert, 2007). Se por um lado encontra-se na literatura a afirmação de que o espaço apropriado pelo turismo, do ponto de vista do trabalhador, pode ser estritamente funcional (Ouriques, 2005), há também contextos em que a territorialização de quem trabalha, mesmo informalmente, também está plasmada em uma relação simbólico-afetiva com o território (Carneiro & Fratucci, 2018).

Para referir-se às dimensões balizadoras da territorialidade, Raffestin (1993) remete ao seu caráter intrinsecamente relacional. Para o geógrafo francês, há no conceito de territorialidade um conjunto de relações entre coletividades mediadas pela produção, troca, comunicação e consumo no/do espaço vivido. Se concebemos o território do turismo como um somatório de

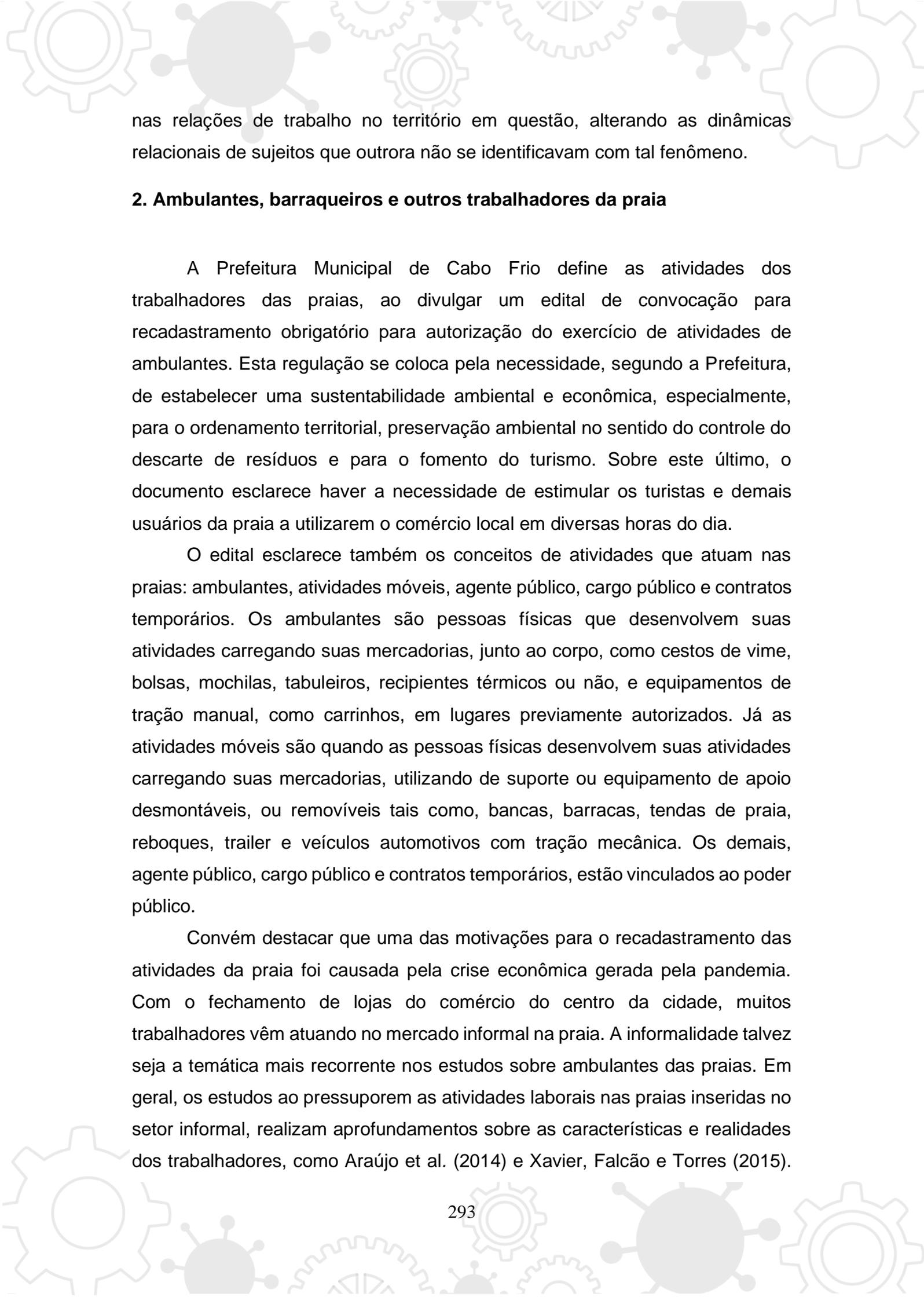


apropriações espaciais por diferentes agentes sociais (Fratucci, 2014), devemos reconhecer as assimetrias de poder sincrônicas e ulteriores a essas apropriações no cotidiano de quem as vive. Esses descompassos ocorrem na variedade de relações produzidas na atividade laboral, podendo envolver contato com turistas, entre os próprios trabalhadores e os trabalhadores e o poder público.

Nesse sentido, a territorialidade é compreendida como um sistema de signos e disputas de poder permanentes na sociedade, que se produzem e reproduzem tanto no planejamento e desenvolvimento do turismo, como na dinâmica cotidiana, no emprego de carteira assinada em empresas tipicamente turísticas e nas inserções econômicas informais que se apropriam do fluxo de turistas a um território. A matriz territorial das atividades laborais no espaço turístico é um fator essencial à caracterização de quem são os trabalhadores do turismo. Constitui, portanto, um ato de invisibilização social o preterimento de ambulantes, feirantes, autônomos, catadores nas investigações e nas políticas públicas de turismo.

A superação do binômio informalidade-precariedade permanece incipiente, reduzindo a complexidade das inserções e polimorfias do trabalho não regulado aos processos de precarização. Em resposta a essa tendência reducionista, Spink (2008) convoca pesquisadores a ampliar o escopo do emprego ao do trabalho, reconhecendo os processos organizativos, de solidariedade e competitividade, de decência e precariedade, imbuídos nessas atividades. Isso não é, de nenhuma forma, uma legitimação da malvadeza neoliberal, que exclui para forçar tentativas de inclusão perversa por meio de atividades extenuantes e insalubres, mas é o reconhecimento da necessidade de compreender um processo complexo para interpretar, e reinterpretar para transformar.

Em síntese, abordar a relação entre trabalho e turismo é remeter ao território em que o turismo acontece. As opções ocupacionais não se restringem às Atividades Características do Turismo, tampouco ao trabalho assalariado, regulado e protegido. Aludem, por outro lado, a uma gama de ações envolvendo venda força de trabalho e autorregulação do trabalho em espaços que o turismo se territorializa social e historicamente. O desenvolvimento do turismo interfere



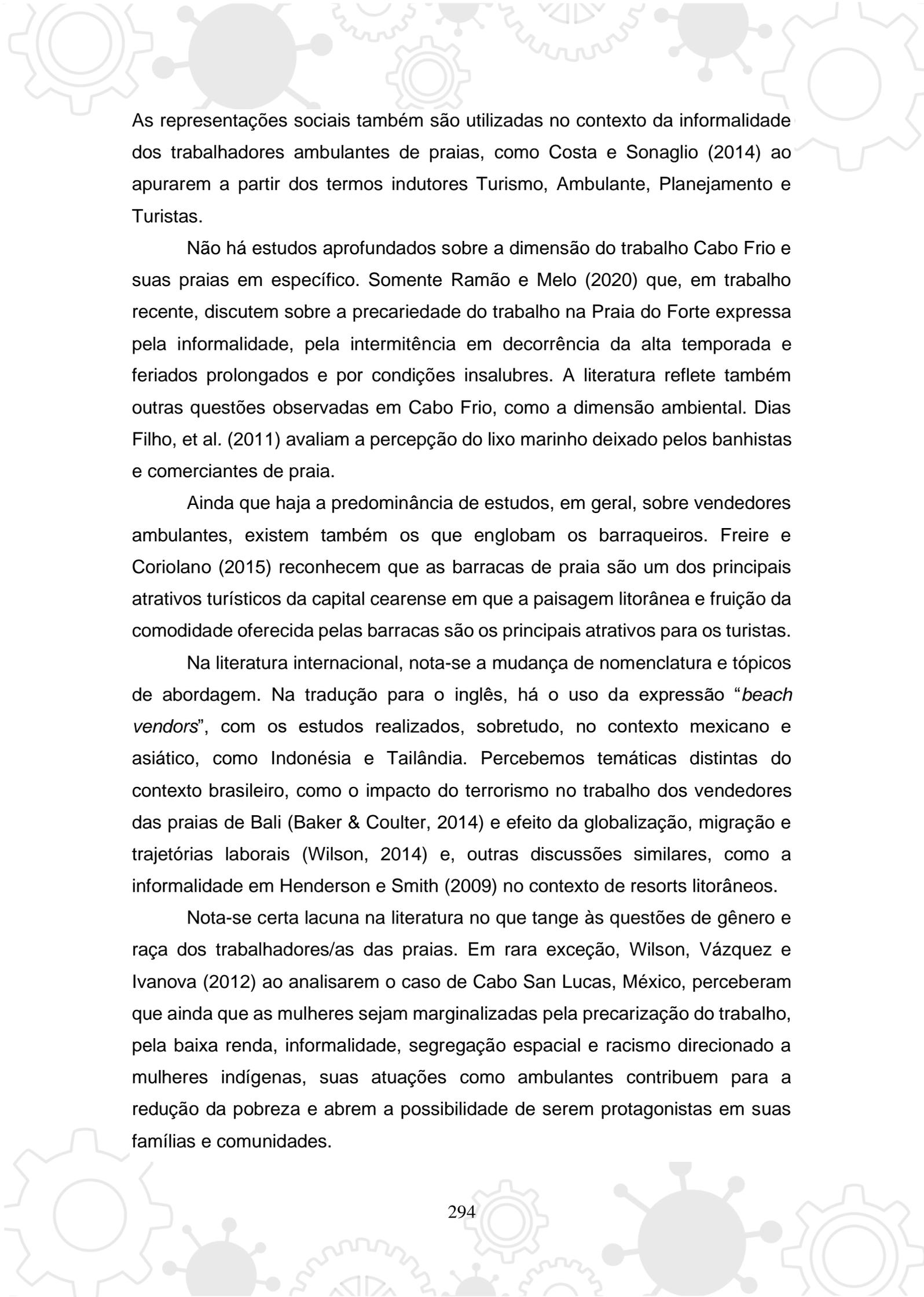
nas relações de trabalho no território em questão, alterando as dinâmicas relacionais de sujeitos que outrora não se identificavam com tal fenômeno.

2. Ambulantes, barraqueiros e outros trabalhadores da praia

A Prefeitura Municipal de Cabo Frio define as atividades dos trabalhadores das praias, ao divulgar um edital de convocação para recadastramento obrigatório para autorização do exercício de atividades de ambulantes. Esta regulação se coloca pela necessidade, segundo a Prefeitura, de estabelecer uma sustentabilidade ambiental e econômica, especialmente, para o ordenamento territorial, preservação ambiental no sentido do controle do descarte de resíduos e para o fomento do turismo. Sobre este último, o documento esclarece haver a necessidade de estimular os turistas e demais usuários da praia a utilizarem o comércio local em diversas horas do dia.

O edital esclarece também os conceitos de atividades que atuam nas praias: ambulantes, atividades móveis, agente público, cargo público e contratos temporários. Os ambulantes são pessoas físicas que desenvolvem suas atividades carregando suas mercadorias, junto ao corpo, como cestos de vime, bolsas, mochilas, tabuleiros, recipientes térmicos ou não, e equipamentos de tração manual, como carrinhos, em lugares previamente autorizados. Já as atividades móveis são quando as pessoas físicas desenvolvem suas atividades carregando suas mercadorias, utilizando de suporte ou equipamento de apoio desmontáveis, ou removíveis tais como, bancas, barracas, tendas de praia, reboques, trailer e veículos automotivos com tração mecânica. Os demais, agente público, cargo público e contratos temporários, estão vinculados ao poder público.

Convém destacar que uma das motivações para o recadastramento das atividades da praia foi causada pela crise econômica gerada pela pandemia. Com o fechamento de lojas do comércio do centro da cidade, muitos trabalhadores vêm atuando no mercado informal na praia. A informalidade talvez seja a temática mais recorrente nos estudos sobre ambulantes das praias. Em geral, os estudos ao pressuporem as atividades laborais nas praias inseridas no setor informal, realizam aprofundamentos sobre as características e realidades dos trabalhadores, como Araújo et al. (2014) e Xavier, Falcão e Torres (2015).



As representações sociais também são utilizadas no contexto da informalidade dos trabalhadores ambulantes de praias, como Costa e Sonaglio (2014) ao apurarem a partir dos termos indutores Turismo, Ambulante, Planejamento e Turistas.

Não há estudos aprofundados sobre a dimensão do trabalho Cabo Frio e suas praias em específico. Somente Ramão e Melo (2020) que, em trabalho recente, discutem sobre a precariedade do trabalho na Praia do Forte expressa pela informalidade, pela intermitência em decorrência da alta temporada e feriados prolongados e por condições insalubres. A literatura reflete também outras questões observadas em Cabo Frio, como a dimensão ambiental. Dias Filho, et al. (2011) avaliam a percepção do lixo marinho deixado pelos banhistas e comerciantes de praia.

Ainda que haja a predominância de estudos, em geral, sobre vendedores ambulantes, existem também os que englobam os barraqueiros. Freire e Coriolano (2015) reconhecem que as barracas de praia são um dos principais atrativos turísticos da capital cearense em que a paisagem litorânea e fruição da comodidade oferecida pelas barracas são os principais atrativos para os turistas.

Na literatura internacional, nota-se a mudança de nomenclatura e tópicos de abordagem. Na tradução para o inglês, há o uso da expressão “*beach vendors*”, com os estudos realizados, sobretudo, no contexto mexicano e asiático, como Indonésia e Tailândia. Percebemos temáticas distintas do contexto brasileiro, como o impacto do terrorismo no trabalho dos vendedores das praias de Bali (Baker & Coulter, 2014) e efeito da globalização, migração e trajetórias laborais (Wilson, 2014) e, outras discussões similares, como a informalidade em Henderson e Smith (2009) no contexto de resorts litorâneos.

Nota-se certa lacuna na literatura no que tange às questões de gênero e raça dos trabalhadores/as das praias. Em rara exceção, Wilson, Vázquez e Ivanova (2012) ao analisarem o caso de Cabo San Lucas, México, perceberam que ainda que as mulheres sejam marginalizadas pela precarização do trabalho, pela baixa renda, informalidade, segregação espacial e racismo direcionado a mulheres indígenas, suas atuações como ambulantes contribuem para a redução da pobreza e abrem a possibilidade de serem protagonistas em suas famílias e comunidades.

O território como categoria de análise é utilizado de maneira expressiva, direcionando discussões para as territorialidades e questões intrínsecas a estes conceitos. Lima Junior (2019) tece reflexões sobre os trabalhadores ambulantes de Natal em alguns pontos, como: relação casa-trabalho; o vivido; o cotidiano em praia; a organização espacial na praia; conflitos e disputas territoriais; participação e representação política; criatividade e lazer; aquisição de mercadorias. Já Carneiro e Fratucci (2018) tratam sobre as territorialidades dos trabalhadores das praias em Arraial do Cabo, município vizinho de Cabo Frio, sendo eles vendedores ambulantes, proprietários/empregados dos quiosques, pescadores e funcionários da Prefeitura Municipal, dos quais possuem diferentes relações com o fenômeno do turismo.

3. Praia do Forte São Matheus: elementos contextuais

O município de Cabo Frio, situado no interior do estado do Rio de Janeiro, demonstra ter forte influência das atividades turísticas. Segundo a página oficial da Prefeitura, o setor turístico é representado com certo destaque na relação das principais atividades econômicas do município, apresentando-se como uma significativa e importante atividade, aqui assumindo seu cunho econômico, para uma das mais antigas cidades do país⁴. Assim, é possível dizer que, a prática turística desenvolvida no município de Cabo Frio tem sua progressividade histórica, atraindo grande fluxo de pessoas, através de seus encantos naturais.

Com a predominância do segmento turístico de Sol e Praia⁵, o atrativo mais buscado na cidade de Cabo Frio é a Praia do Forte São Matheus (ou simplesmente, Praia do Forte), situada no centro da cidade. Adotando como ponto referencial a construção histórica que nomeia a localidade. A praia estende-se até o município vizinho, Arraial do Cabo, com mais de sete quilômetros de extensão, com parte considerável compreendida na delimitação das fronteiras do município de Cabo Frio (Figura 1).

É um local com grande fluxo de turistas e visitantes, tendo o início de seu processo de turistificação em meados dos anos 1950, momento de transitividade quando a atividade econômica predominante. Nesse período, a produção

⁴ Do Período colonial até agora: Cidade Histórica. Acesso em: <https://cabofrio.rj.gov.br/historia/>

⁵ "Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor" (BRASIL, 2006).

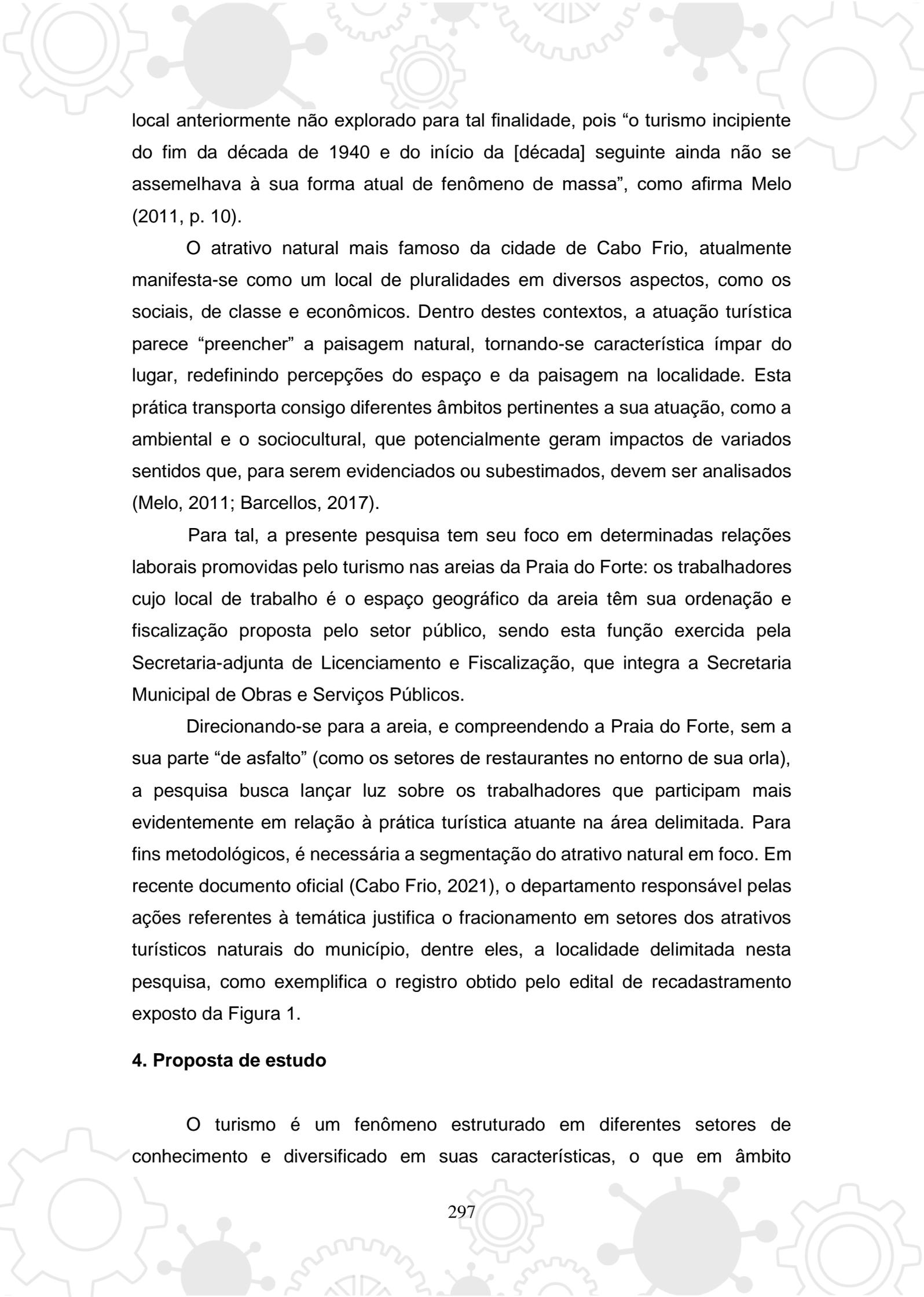
salineira estava entrando em decadência e a cidade orientava-se economicamente para a prática turística que se desenvolvia na região, proporcionada pela expansão de infraestruturas no interior do estado do Rio de Janeiro (nos entornos da então capital do país) como a construção da Rodovia Amaral Peixoto e da Ponte Rio-Niterói, colocando o município de Cabo Frio em evidência no cenário turístico fluminense (Christóvão, 2011).

Figura 1. Mapa de setorização para o ordenamento das atividades exercidas no local



Fonte: Prefeitura de Cabo Frio, 2021.

Inicialmente, o turismo fluminense era voltado para a região serrana do estado, inclinando-se gradativamente para utilização das praias para o lazer e descanso, fato este perceptível ao final da Segunda Grande Guerra Mundial, como descrevem Benhamou (1971) e Castro (2001), ambos citados por Barcellos (2017). Neste cenário, a exploração comercial na área central da cidade de Cabo Frio, direcionava-se juntamente a atividade relevante da cidade, pois perante este recorte temporal, a área da Praia do Forte estava iniciando a exploração turística: os hotéis existentes concentravam-se nos entornos do canal do Itajuru, onde existia maior movimentação de pessoas e ocorria o escoamento da produção salineira. Baseando-se no desenvolvimento da atividade em ascensão na época, o nomeado Hotel Lido instalou-se no canto da Praia do Forte em meados dos anos de 1950, sendo um dos pioneiros na consolidação do segmento turístico exercido na região (Pereira, 2018), em um



local anteriormente não explorado para tal finalidade, pois “o turismo incipiente do fim da década de 1940 e do início da [década] seguinte ainda não se assemelhava à sua forma atual de fenômeno de massa”, como afirma Melo (2011, p. 10).

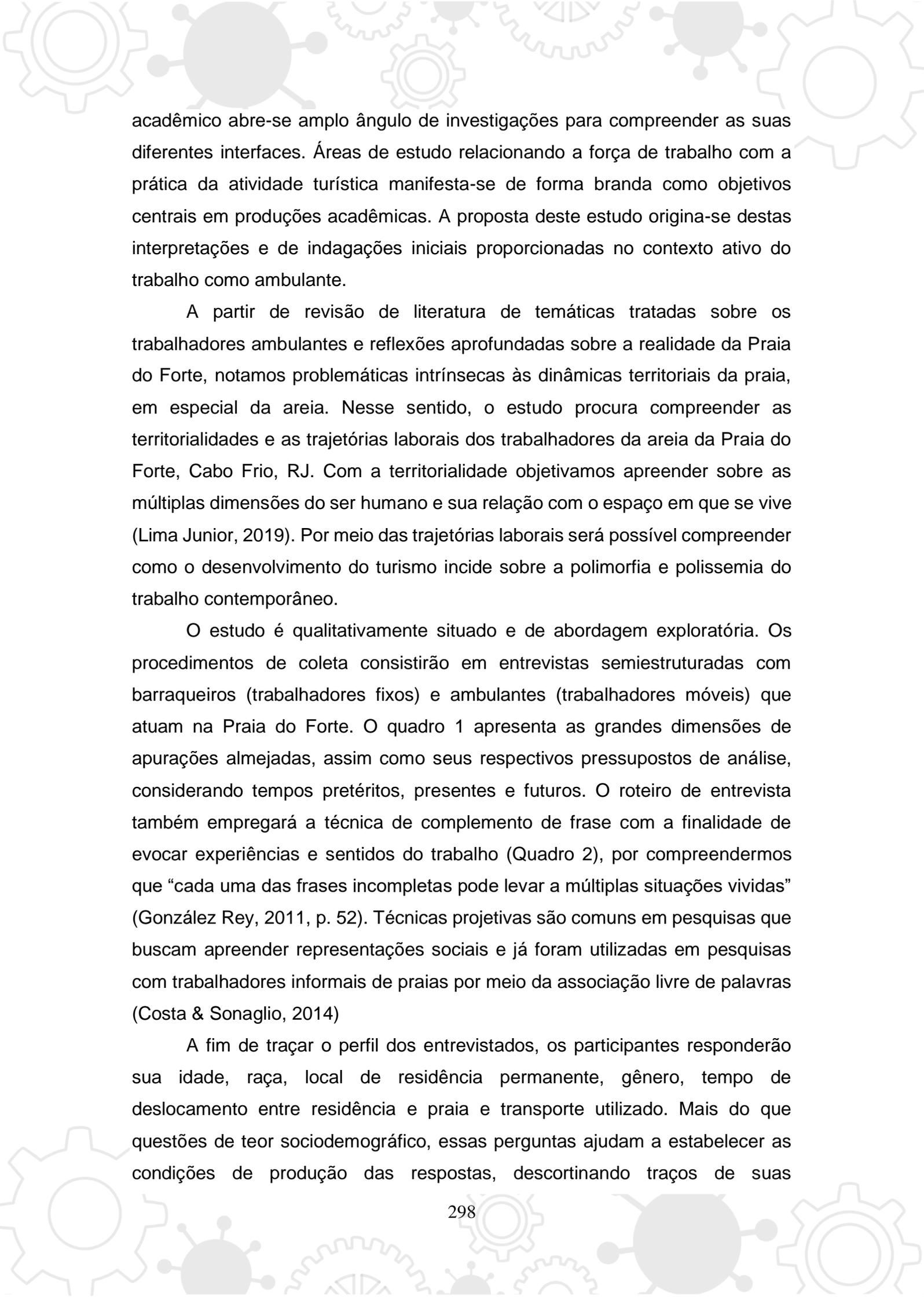
O atrativo natural mais famoso da cidade de Cabo Frio, atualmente manifesta-se como um local de pluralidades em diversos aspectos, como os sociais, de classe e econômicos. Dentro destes contextos, a atuação turística parece “preencher” a paisagem natural, tornando-se característica ímpar do lugar, redefinindo percepções do espaço e da paisagem na localidade. Esta prática transporta consigo diferentes âmbitos pertinentes a sua atuação, como a ambiental e o sociocultural, que potencialmente geram impactos de variados sentidos que, para serem evidenciados ou subestimados, devem ser analisados (Melo, 2011; Barcellos, 2017).

Para tal, a presente pesquisa tem seu foco em determinadas relações laborais promovidas pelo turismo nas areias da Praia do Forte: os trabalhadores cujo local de trabalho é o espaço geográfico da areia têm sua ordenação e fiscalização proposta pelo setor público, sendo esta função exercida pela Secretaria-adjunta de Licenciamento e Fiscalização, que integra a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Direcionando-se para a areia, e compreendendo a Praia do Forte, sem a sua parte “de asfalto” (como os setores de restaurantes no entorno de sua orla), a pesquisa busca lançar luz sobre os trabalhadores que participam mais evidentemente em relação à prática turística atuante na área delimitada. Para fins metodológicos, é necessária a segmentação do atrativo natural em foco. Em recente documento oficial (Cabo Frio, 2021), o departamento responsável pelas ações referentes à temática justifica o fracionamento em setores dos atrativos turísticos naturais do município, dentre eles, a localidade delimitada nesta pesquisa, como exemplifica o registro obtido pelo edital de recadastramento exposto da Figura 1.

4. Proposta de estudo

O turismo é um fenômeno estruturado em diferentes setores de conhecimento e diversificado em suas características, o que em âmbito



acadêmico abre-se amplo ângulo de investigações para compreender as suas diferentes interfaces. Áreas de estudo relacionando a força de trabalho com a prática da atividade turística manifesta-se de forma branda como objetivos centrais em produções acadêmicas. A proposta deste estudo origina-se destas interpretações e de indagações iniciais proporcionadas no contexto ativo do trabalho como ambulante.

A partir de revisão de literatura de temáticas tratadas sobre os trabalhadores ambulantes e reflexões aprofundadas sobre a realidade da Praia do Forte, notamos problemáticas intrínsecas às dinâmicas territoriais da praia, em especial da areia. Nesse sentido, o estudo procura compreender as territorialidades e as trajetórias laborais dos trabalhadores da areia da Praia do Forte, Cabo Frio, RJ. Com a territorialidade objetivamos apreender sobre as múltiplas dimensões do ser humano e sua relação com o espaço em que se vive (Lima Junior, 2019). Por meio das trajetórias laborais será possível compreender como o desenvolvimento do turismo incide sobre a polimorfia e polissemia do trabalho contemporâneo.

O estudo é qualitativamente situado e de abordagem exploratória. Os procedimentos de coleta consistirão em entrevistas semiestruturadas com barraqueiros (trabalhadores fixos) e ambulantes (trabalhadores móveis) que atuam na Praia do Forte. O quadro 1 apresenta as grandes dimensões de apurações almejadas, assim como seus respectivos pressupostos de análise, considerando tempos pretéritos, presentes e futuros. O roteiro de entrevista também empregará a técnica de complemento de frase com a finalidade de evocar experiências e sentidos do trabalho (Quadro 2), por compreendermos que “cada uma das frases incompletas pode levar a múltiplas situações vividas” (González Rey, 2011, p. 52). Técnicas projetivas são comuns em pesquisas que buscam apreender representações sociais e já foram utilizadas em pesquisas com trabalhadores informais de praias por meio da associação livre de palavras (Costa & Sonaglio, 2014)

A fim de traçar o perfil dos entrevistados, os participantes responderão sua idade, raça, local de residência permanente, gênero, tempo de deslocamento entre residência e praia e transporte utilizado. Mais do que questões de teor sociodemográfico, essas perguntas ajudam a estabelecer as condições de produção das respostas, descortinando traços de suas

subjetividades e processos de significação pertinentes ao trabalho. Por esse motivo, a diversidade de gênero, raça e idade são fatores determinantes na constituição dos participantes da pesquisa.

O Quadro 1 contém as temáticas que buscamos abordar nas entrevistas, contemplando aspectos pertinentes ao passado, ao presente e futuro dos trabalhadores ambulantes. No sentido de complementar as questões da entrevista, reunimos no Quadro 2 alguns estímulos indutores que possuem potencial de descortinar sentidos do trabalho e da vida dos entrevistados.

Quadro 1. Roteiro de temáticas para entrevista e pressupostos de análise.

Temporalidade	Objetivo das perguntas	Pressuposto para análise
Passado	Apurar sobre a trajetória laboral do trabalhador. Como o trabalhador se tornou trabalhador da areia?	Trajетórias profissionais individuais para compreender a dinâmica da praia e trabalho ao longo dos anos.
Passado	Apurar sobre a trajetória laboral do trabalhador em relação ao turismo na praia. De que maneira o turismo/turista se insere na sua trajetória profissional?	Trajетórias profissionais individuais para compreender a dinâmica da praia, trabalho e turismo ao longo dos anos
Presente	Compreender sobre os sentidos do trabalho para os trabalhadores da areia.	Apurar efeitos da sazonalidade, informalidade, por exemplo.
Presente	Compreender como ocorrem as relações com outros agentes que atuam/agem na praia, por ex, poder público, turistas, outros comerciantes.	Relações de poder e disputa de territorialidades.
Presente	Compreender o de que forma o trabalhador se percebe em relação ao turismo.	Significado do trabalho em um ambiente que o lazer/turismo é predominante.
Presente/Futuro	Efeito da pandemia. Como a pandemia afeta e afetará seu trabalho?	Percepções sobre o impacto da Pandemia.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2. Estímulos indutores

DIMENSÃO	INDUTORES
Questões do turismo	Quando eu penso no meu trabalho, eu penso em... A principal característica do meu dia a dia é... Quando comecei meu trabalho...
Questões políticas	O poder público/Prefeitura... Meu deslocamento diário...
Questões biossociais	Se eu fico doente... Minha força vem... Ser mulher ambulante é.../ Ser homem ambulante é... Na minha idade... Nas minhas férias eu...

Fonte: Elaboração própria.

Ainda que a proposta colocada seja preliminar, é preciso apontar possíveis limitações de pesquisa que possam dificultar ou trazer inquietações. Uma delas é o cuidado que é preciso ter sobre generalizações dos sujeitos estudados, uma vez que a escolha dos entrevistados possa não traduzir a realidade de todos os trabalhadores da areia. Outra questão que poderá ser um limitador é a restrição de observação à praia localizada no município de Cabo Frio. Considerando que um dos objetivos do conhecimento científico é de contribuir para reflexões de fenômenos, focar estudos em uma realidade específica pode circunscrever benefícios e contribuições somente a esta localidade. Por isso, ao decorrer do amadurecimento da metodologia e consolidação das categorias de análise e de discussão, há que se atentar sobre tais questões.

Referências bibliográficas

- Araújo et al. (2012). Análise do comércio formal e informal na Praia de Boa Viagem, Recife, Pernambuco, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 12(3), 373-388.
- Barcellos, C. M. (2017). Mobilidade Urbana: efeitos causados pelo turismo de massa no município de Cabo Frio.
- Barretto, M. (2003). O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, 9(20), 15-29.
- Brasil. (2010). Ministério do Turismo. Sol e Praia: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo.
- Cabo Frio. (2021). Extrato de Contrato nº 021/2021. 18 de junho de 2021, n. 222, Caderno I. Cabo Frio: Diário Oficial.
- Carneiro, J., & Fratucci, A. C. (2018). Os trabalhadores das praias de Arraial do Cabo, RJ: um olhar a partir do território turístico. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 12(2), 50-70.
- Christóvão, J. H. D. O. (2011). A gênese do turismo em Cabo Frio ou, de como o Sol se sobrepôs ao Sal. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo*.
- Dias Filho, M., et al. (2011). Avaliação da percepção pública na contaminação por lixo marinho de acordo com o perfil do usuário: estudo de caso em uma praia urbana no Nordeste do Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 11(1), 49-55.
- Fratucci, A. C. (2014). Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*, 14(1), 87-96.

- Freire, D. F., & Coriolano, L. N. M. T. (2015). Barracas da praia do futuro: serviços turísticos no litoral de Fortaleza-CE. *Formação (Online)*, 2(22).
- Gonzalez Rey, F. (2011). *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. Cortez.
- Haesbaert, R. (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 9(17), 19-46.
- Henderson, J. C., & Smith, R. A. (2009). The informal tourism economy at beach resorts: A comparison of Cha-Am and Laguna Phuket in Thailand. *Tourism Recreation Research*, 34(1), 13-22.
- Melo, E. S. O. Gênese da urbanização turística em Cabo Frio (1950-1978). *Anais ENANPUR*, 14(1), 2011.
- Minayo, M. C. D. S. (2012). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec.
- Pereira, L. D. S. (2018). *Planejamento urbano em Cabo Frio, Rio de Janeiro: impactos do turismo e da economia do petróleo na dinâmica urbana*.
- Raffestin, C. (1993) *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. Ática.
- Ramão, F. S., & Melo, M. V. N. (2020). O Precariado da praia na cidade turística de Cabo Frio–RJ. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, (18), 151-172.
- Spink, P. K. (2009). Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 227-241.
- Trindade, M. W. T. *O Sal da Terra: Fotografias da Região dos Lagos 1930 - 1970*. Editora Documenta Histórica. (2011).
- Wilson, T. D. (2014). Transnationalism within: A study of beach vendors in Cabo San Lucas (Mexico). *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 39(2), 299-313.
- Xavier, D. G. P., Falcão, J. T. da R., & Torres, C. C. (2015). Caracterização da atividade laboral de trabalhadores informais em praia de Natal (RN) – Brasil. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 18(1), 29-45.

